

**UFRRJ**

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**TESE**

*A manutenção da escravidão:*

**Desigualdades socioeconômicas, compadrio e hierarquias sociais no Sul  
de Minas Gerais – Vila de Santa Maria do Baependi, 1830-1888.**

**JULIANO TIAGO VIANA DE PAULA**

**2018**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS PROGRAMA  
DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**A manutenção da escravidão:**

**Desigualdade socioeconômica, compadrio e hierarquias social no Sul  
de Minas Gerais – Vila de Santa Maria do Baependi, 1830-1888.**

**LINHA DE PESQUISA: Relações de trabalho e praticas culturais.**

**JULIANO TIAGO VIANA DE PAULA**

*Sob a Orientação da Professora Doutora*

**Mônica de Souza Nunes Martins**

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor em História**, no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em Relações de Poder e Cultura.

*O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.*

*This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil – (CAPES) – Finance Code 001*

**Rio de Janeiro, RJ**

**Agosto de 2018**

## Ficha Catalográfica

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P324m Paula, juliano Tiago Viana de, 1979-  
A manutenção da escravidão: Desigualdade socioeconômica, compadrio e hierarquias social no Sul de Minas Gerais - Vila de Santa Maria do Baependi, 1830-1888. / juliano Tiago Viana de Paula. - 2018. 347 f.

Orientadora: Mônica de Souza Nunes Martins. Tese (Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Pós-Graduação em História, 2018.

1. Escravidão. 2. Desigualdade Socioeconômica. 3. Hierarquia. 4. Compadrio. 5. Vila de Baependi. I. Martins, Mônica de Souza Nunes, 1975-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Pós Graduação em História III. Título.

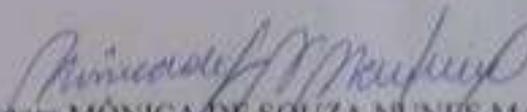
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO E  
DOUTORADO

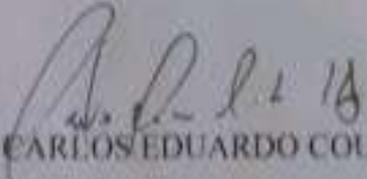
**JULIANO TIAGO VIANA DE PAULA**

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de DOUTOR EM HISTÓRIA, no Programa de Pós-Graduação em História – Curso de DOUTORADO, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

TESE APROVADA EM 24/08/2018

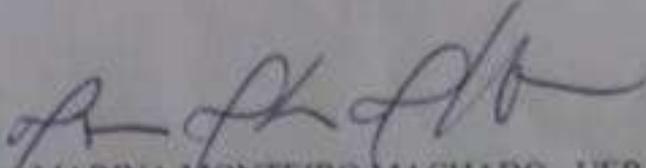
Banca Examinadora:

  
Professora Doutora MÔNICA DE SOUZA NUNES MARTINS  
Orientador e Presidente da Banca - UFRRJ

  
Professor Doutor CARLOS EDUARDO COUTINHO DA COSTA - UFRRJ

  
Professor Doutor PEDRO PARGA RODRIGUES - UFRRJ

  
Professora Doutora MÔNICA RIBEIRO DE OLIVEIRA - UFJF

  
Professora Doutora MARINA MONTEIRO MACHADO - UERJ

## DEDICATÓRIA

*Tese dedicada aos meus pais (Graça e Adilson) e irmãos (Mateus e Tati) que foram os principais alicerces ao longo destes quatro anos de pesquisa. Sem este apoio incondicional destes, não alcançaria o estágio final desta pesquisa.*

## **Agradecimentos**

Depois de 4 anos aprimorando uma escrita burocrática e acadêmica fica até difícil empregar neste momento de momentos de agradecimento uma escrita menos formal, mas vamos tentar.

Felizmente uma tese não é escrita somente por duas mãos, na verdade foram varias que contribuíram para a concretização do encerramento deste ciclo de acadêmico. Foram incontáveis pessoas e instituições (gerenciadas por algumas deles) que deram a sua contribuição para esta tese, me perdoa caso eu esqueça alguns, me esforçarei o máximo em contemplar a maioria das pessoas que estiveram envolvidas durante quatro anos para no desenvolvimento desta tese.

Primeiramente agradeço a Deus por me ter dado força para a conclusão deste trabalho. Em seguida agradeço a capes por financiar esta pesquisa e ter me concedido uma bolsa para estudar um período no Exterior.

Agradeço Mariana Monteiro Machado, Mônica Ribeiro de Oliveira, Carlos Eduardo Coutinho da Costa e Pedro Parga Rodrigues por terem aceitado em participar da arguição desta pesquisa.

A professora Mônica de Souza Nunes Martins, minha orientadora, meu muito mais que obrigado, me orientou com calma e me forneceu ótimos *insights geniais* para o desenvolvimento desta pesquisa, apesar do pouco tempo que estive sobre a sua orientação, nunca aprendi tanto. Orientou uma pesquisa que ao longo de um ano teve vários percalços (2 roubos de notebook, perda de material de pesquisa, doenças, viagens etc.). Se o estudo tem menos problemas do que os tem, é em razão da professora Mônica realizar leituras precisas e comentários que extrapolavam o alcance do autor. Muito obrigado, de novo. Dito isto, quero registrar que, “todos os erros e equívocos destes trabalhos são de única e exclusiva responsabilidade do autor...”.

Agradeço ao professor Michel Bertrand por ter me acolhido durante o meu estágio de doutoramento na CASA DE VELÁZQUEZ ÉCOLES FRANÇAISES À L'ÉTRANGER, grato por ter me indicado uma relevante bibliografia sobre redes parentais e hierarquias em sociedades tradicionais.

Agradeço a Jean-Pierre Dedieu, por ter me recebido na École Normale Supérieure de Lyon. Durante um estagio de 3 semanas nesta Instituição, me apresentou as técnicas de pesquisa oferecidas pela Base de dados Fichoz, que exige do pesquisador um conhecimento profundo das suas fontes. Este encontro foi algo marcante em minha vida acadêmica, pois aprendizado sobre esta base de dado se tornou um grande desafio acadêmico, no qual foi aprimorado na base de muitos *socos na mesa* deferidos por Jean-Pierre que rendeu a desistência de dois colegas argentinos que estavam também sobre sua supervisão, nisto, com muito sacrifício, fui único a executar o cronograma de atividade estabelecido por este pesquisador. Sendo bem sincero, uma das maiores experiências profissionais.

Ao PPHR, agradeço ao secretario Paulo por atender com muito profissionalismo e generosidade, ontem acabou se tornando meu grande amigo. Aos Malungos, Pablo, Nelson, Natalia, Ana Paula Rodrigues, Moises Peixoto, Antônio Herdes e Nara por me apoiarem nesta árdua jornada.

Agradeço os funcionários do Escrito Técnico IPHAN da cidade de São João del Rei, Fernando, Denismara e Jairo que me ajudaram a carregar caixas e caixas de inventários para montar um extenso banco de dados dos indivíduos que deixaram bens a legar na Vila de Baependi, gratidão eterna.

Agradeço aos secretários paroquiais da Cúria de Campanha por permitir que digitalizasse alguns livros paróquias que não foram digitalizados pela equipe de pesquisadores do Family search. Ao padre Gerson, Vigário da Paróquia São Marcos, agradeço por ter acrescentado uma questão a esta pesquisa, “como é possível à desigualdade e a hierarquia social estar presente em uma sociedade onde os sacramentos católicos são difundidos em todas as camadas?”. Seguinte o desafio de análise lançado pelo nosso eclesiástico, descobrimos nesta pesquisa que, quando mais se batiza mais se hierarquiza e se diferencia. Em outras palavras, os batismo na sociedade baependiense oitocentista, não teve forças para promover a indistinção e a igualdade entre os seus paroquianos.

Chegando aos finalmente, não posso deixar de registrar o enorme apoio que tive dos meus familiares, aos meus pais, Maria da Graças e Adilson, terei eterna gratidão, por estarem ao meu lado nesta longa jornada, pois se tornaram uma razão a mais para lutar pelos meus objetivos. Aos meus irmãos, Mateus e Tati, agradeço-lhes por me

incentivarem a alcançar maiores voos no mundo acadêmico, tenho profundo carinho e admiração por eles. Aos demais parentes, meu eterno agradecimento.

A quem, eventualmente, eu possa ter cometido a indelicadeza de esquecer de mencionar, muito obrigado. Obrigado a todos!

PAULA, Juliano Tiago Viana de. **A Manutenção da escravidão: Desigualdade socioeconômica, compadrio e hierarquia social no Sul de Minas Gerais – Vila de Santa Maria do Baependi, 1830-1888.** 2018. 321 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018.

## **Resumo**

A presente pesquisa ocupa-se estudar o estabelecimento de uma sociedade escravista numa Vila localizada na Comarca do Rio das Mortes do Sul de Minas Gerais, em um período que se estende entre 1830 a 1888. A cobertura espacial deste trabalho circunscreve à Vila de Santa Maria do Baependi, localidade dedicada à produção de gêneros agrícolas e pecuários que abastecia vários mercados do centro-sul Brasileiro. O principal objetivo é averiguar como a desigualdade socioeconômica, a disseminação da posse escrava e as relações de compadrio e de paternalismo entre senhores e cativos foram essenciais para a manutenção da escravidão. Para tanto, um serie de fontes foram exploradas, como os inventários post-mortem, registros paroquiais de batismo, testamentos, listas nominativas do termo de Baependi, relatórios do Presidente de Província mineira e os almanaques industriais e administrativos de Minas Gerais produzidos na segunda metade dos oitocentos. Percebe-se que, naquela realidade, a concentração da riqueza, aquisição de cativos por distintas famílias locais e a hierarquia intra-cativeiro foram fundamentais para a reiteração de uma sociedade escravista marcada profundamente pela exclusão e desigualdade. Da mesma forma, observou-se conjuntamente com estes mecanismos, que os elos parentais entre os membros da casa grande com os indivíduos presos ao cativeiro foram traços essenciais para a conservação dos status senhoriais.

**Palavras chaves:** Escravidão, hierarquia, compadrio, paternalismo e Vila de Baependi.

PAULA, Juliano Tiago Viana de. **The maintenance of slavery: Socioeconômica inequality, compadrio and social hierarchy in the South of Minas Gerais - Vila de Santa Maria do Baependi, 1830-1888.** 2018 .... p. Thesis (Doctorate in History). Institute of Human and Social Sciences. Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018.

### **ABSTRACT**

The present research is concerned with the establishment of a slave society in a village located in the district of Rio dos Mortes do Sul, Minas Gerais, in a period extending between 1830 and 1888. The spatial coverage of this work circumscribes the Vila de Santa Maria do Baependi, a locality dedicated to the production of agricultural and livestock genera that supplied several markets in the center-south of Brazil. The main objective is to ascertain how socioeconomic inequality, the spread of slave ownership and the relations of paternalism and paternalism between lords and captives were essential for the maintenance of slavery. To this end, a series of sources were explored, such as postmortem inventories, parish baptismal registers, wills, nominative lists of the term of Baependi, reports of the President of Minas Gerais, and the industrial and administrative almanacs of Minas Gerais produced in the second half of the eight hundred. In this reality, the concentration of wealth, the acquisition of captives by different local families, and the hierarchy in the interior of captivity were fundamental for the re-establishment of a slave society deeply marked by exclusion and inequality. In the same way, it was observed in conjunction with these mechanisms that the parental links between the members of the large house and the individuals bound to captivity were essential traits for the conservation of seigniorial status.

**Key words:** Slavery, hierarchy, cronyism, paternalism and the village of Baependi.

## Lista de Quadro

### 1° Capitulo

Quadro 1: População livre e escrava do Termo da Vila Baependi.....	53
Quadro 2: Participação dos ativos inventariados por décadas (1820-1888) – Valores em Libras Esterlinas. ....	60
Quadro 3: Produções da Fazenda Porto Calvo, propriedade do Alferes Francisco José de Carvalho Simões.....	115
Quadro 4: A presença do fumo nas propriedades criadoras de animais e produtoras de alimentos (Vila de Baependi, 1820-1888).....	138

### 2° Capitulo

<b>Quadro 1:</b> Estrutura de posse escrava da Vila de Baependi por subperíodos, 1820-1888.....	150
<b>Quadro 2 :</b> Distribuições de cativos crioulos e africanos nos plantéis escravistas da Vila de Baependi, 1820-1888 (*Subperíodos). ....	166
<b>Quadro 3:</b> Distribuição de homens e mulheres crioulo e africanos nos plantéis escravistas da Vila de Baependi, 1820-1888 (* por Subperíodo).....	170
<b>Quadro 4:</b> Plantéis escravistas, faixa etária e naturalidade entre homens e mulheres <i>crioulos</i> , Baependi – 1820-1888 (*por subperíodo).....	174
<b>Quadro 5 :</b> Plantéis escravistas, faixa etária e naturalidade entre homens e mulheres crioulos, Baependi - 1820-1888 (* por Superíodo).....	175
<b>Quadro 6:</b> Planteis escravistas, faixa etária e naturalidade entre homens e mulheres africanos, Baependi – 1820-1888 (*por subperíodo).....	161
<b>Quadro 7 :</b> Estimativas de posse de escravos vistas a partir dos assentos de batismo da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Montserrat da Vila de Baependi, 1830-1888).....	184

### 3° Capitulo

<b>Quadro – 1:</b> Livros de Batismo da Vila de Baependi.....	198
<b>Quadro - 2:</b> Matriz, Igrejas e Capelas pertencentes à Vila de Baependi, 1830-1888.....	204

<b>Quadro - 3 :</b> O batizado dos inocentes realizados nas fazendas da Vila de Baependi, 1820-1888.....	211
<b>Quadro 5 :</b> Condição Jurídica dos padrinhos e madrinhas dos filhos de mães escravas da Vila de Baependi, 1830-1888. ....	215
<b>Quadro - 6:</b> Pessoas livres mais chamadas para apadrinhar crianças livres e escravas na Vila de Baependi, 1830-1888. ....	223
<b>Quadro - 7:</b> Escravos que mais compareceram às pias batismais da Vila de Baependi, 1830 a 1888. ....	227.
<b>Quadro - 8:</b> Pessoas livres mais chamadas para apadrinhar crianças livres e escravas na Vila de Baependi, 1830-1888. ....	239

#### **4° Capitulo**

Quadro – 1: Senhores e seus parentes padrinhos dos seus escravos. Vila de Baependi, 1830-1888.....	256
Quadro – 2: Padrinhos dos escravos do Major Antônio Marcelino Ferreira.....	268

## MAPAS

### Capítulo 1º

<b>Mapa -1:</b> Mapa da Comarca do Rio das Mortes – 1800. ....	50
<b>Mapa – 2:</b> Mapa da Comarca do Rio das Mortes (1821).....	52
<b>Mapa – 3:</b> Mapa dos principais caminhos de Baependi para as províncias do Rio de Janeiro e São Paulo (c. 1820). ....	110
<b>Mapa – 4:</b> Estrada de Picu que dava acesso a Capital do Rio de Janeiro. (1818) .....	111

## Lista de Gráfico

### Capítulo 1°

Gráfico 1: Participação dos bens inventariados, Vila de Baependi (1820-1888)..... 59.

Gráfico 2 :Preço médio dos escravos em idade produtiva (14 a 40 anos), Vila de Baependi (1820-1888). ..... 63

Gráfico 3 : Quantidades de rebanhos por décadas (Vila Baependi, 1820-1888)..... 106

Gráfico 1: Valores dos rebanhos por décadas (Vila de Baependi, 1820-1888)..... 106

## Lista de Tabela

### 1° Capítulo

<b>Tabela 1:</b> Distribuição da riqueza inventaria por Faixa de Fortunas (em Libras Esterlinas), Vila de Baependi – 1820-1888. ....	73.
<b>Tabela 2:</b> Representatividade das Faixas de fortunas em cada década, Vila de Santa Maria do Baependi, 1820-1888 (%). ....	75
<b>Tabela 3:</b> Perfil dos bens inventariados por faixa de fortunas, Vila de Baependi (1820-888). ....	77
<b>Tabela 4:</b> Frequência de inventários com presença de rebanhos por subperíodos (Baependi, 1820-1888). ....	96
<b>Tabela 5:</b> Número médio de rebanhos por inventários (Vila de Baependi, 1820-1888). ....	102
<b>Tabela 6:</b> Variedades de plantações por inventários (Vila de Baependi, 1820-1888). ....	118
<b>Tabela 7:</b> Diversificação e quantidade de plantações na Vila de Baependi, entre 1820 a 1888. ....	122
<b>Tabela 8:</b> Plantéis escravistas que consta em engenhos, Vila de Baependi (1820-1888). ....	129

### 2° Capítulo

<b>Tabela 9:</b> Distribuição de homens e mulheres escravos (as) nos distintos tamanhos de plantéis escravistas da Vila de Baependi, 1820-1888 (*por subperíodos) .....	160
---	-----

### 3° Capítulo

<b>Tabela 1 :</b> O batizado dos inocentes realizados nas fazendas. ....	196
<b>Tabela 2:</b> Condição Jurídica dos padrinhos e madrinhas dos filhos de mães escravas da Vila de Baependi, 1830-1888. ....	200

### 4° Capítulo

<b>Tabela – 1: Bens deixados pelo senhor Floriano Dias de Carvalho aos seus escravos. ....</b>	<b>288</b>
--	------------

**Fluxograma**

A família de Manoel Monjolo e Maria Crioula, escravos do senhor Floriano Dias de  
Carvalho. ....287

### **Abreviações.**

**APM:** Arquivo Publica Mineiro.

**ACDC:** Arquivo da Cúria Diocesana da Campanha.

**BN:** Biblioteca Nacional.

**IPHAN:** Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**CEDEPLAR:** Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais.

**AHETII/IPHAN/SJDR:** Arquivo Histórico do Escritório Técnico II do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del-Rei.

## Sumário.

<b>Introdução.....</b>	<b>20</b>
<b>Referencial teórico e metodológico .....</b>	<b>38</b>
<b>CAPÍTULO 1: Escravidão e desigualdade socioeconômica numa Vila Sul Mineira. ....</b>	<b>47</b>
Resumo do capítulo .....	48
A formação de uma Vila.....	49
A representatividade dos bens econômicos nos inventários <i>post-mortem</i> do termo da Vila de Baependi .....	57
Poucos ricos e muitos pobres: a constituição da hierarquia socioeconômica da Vila de Baependi .....	71
Estrutura agrária da Vila de Santa Maria do Baependi.....	89
Rebanhos por todos os lados: a produção pecuária nos inventários <i>post-mortem</i> . 95	
Produções agrárias em evidências .....	117
O fumo em destaque .....	132
<b>CAPÍTULO 2: Senhores e seus cativos: estrutura de posse e demografia escrava na Vila de Baependi. ....</b>	<b>140</b>
Resumo do capítulo.....	142
- Posse e demografia escrava revelada pelos inventários post-mortem.....	143
- Os limites de uma fonte: A posse escrava revelada pelos inventários <i>post-mortem</i> .....	147
- A estrutura de posse escrava na Vila de Baependi.....	149
- Estrutura de posse e demografia escrava.....	160
-O experimento de um método para o estudo da escravidão mineira.....	181
<b>CAPÍTULO – 3: Compadrio escravo e hierarquia social.....</b>	<b>188</b>
Resumo do Capítulo.....	189

- Uma incursão sobre o compadrio escravo.....	191
- Os livros de batismo da Vila de Santa Maria do Baependi. ....	196
- Batizando na Matriz e nas Capelas filiais. ....	203
- Celebrando batismos fora da Igreja. ....	210
- O compadrio escravo: tecendo relações com vários setores da sociedade.....	212
- Padrinhos preferencias e suas redes de compadres. ....	225
- As redes de compadres dos padrinhos preferenciais escravos. ....	226
- Os padrinhos preferencias livres. ....	237
<b>Capitulo – 4: Produzindo aliados no cativeiro: as relações paternalistas e de compadrio entre senhores e escravos.....</b>	<b>247</b>
Resumo do capitulo. ....	249
- <b>4.1 - Compadrio e paternalismo:</b> uma breve incursão historiográfica e outras ponderações. ....	250
- Senhores e pais espirituais dos seus escravos.....	255
A produção de aliados no cativeiro: elos parentais entre as famílias senhoriais com seus cativos. ....	262
4.3.1 - Os apadrinhamentos dos filhos e dos escravos do senhor Luiz Fernandes da Costa Guimarães.....	262
4.4.2 - Elos de compadrio entre os familiares do Major Antônio Marcelino Ferreira com seus escravos.....	265
4.5 - <i>Senhor, pai e padrinho:</i> Floriano Dias Carvalho e seus afilhados cativos.....	285
<b>Conclusão .....</b>	<b>296</b>
<b>Fontes.....</b>	<b>304</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>307</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>325</b>

## Introdução

A pesquisa que ora se apresenta, pretende analisar como a desigualdade socioeconômica, o acesso à posse escrava e as relações de compadrio e de paternalismo entre senhores e cativos na região, foram essenciais para que a escravidão na Vila de Santa Maria Baependi se mantivesse até os últimos dias de sua vigência no Império do Brasil. Por isto, o recorte desta pesquisa, inicia-se na década de 1830, período em que o tráfico atlântico de africanos era considerado como ato de pirataria, e fecha-se em 1888, ano em que foi abolida a escravidão na sociedade brasileira. Diante deste quadro, pretende-se examinar até que ponto, os distintos moradores (escravos, egressos do cativo, pessoas de ascendência cativa, livres pobres, agregados, homens da elite etc.) desta Vila Sul-Mineira, estiveram comprometidos com a reiteração de uma desigualdade econômica, com a hierarquia e a exclusão social produzidas em sociedade católica e escravista.

Optamos em apresentar as questões que serão abordadas nesta pesquisa através da trajetória social e dos recursos materiais e imateriais<sup>1</sup> adquiridos por um dos senhores mais influente entre os habitantes da Vila de Baependi, conhecido como, Major Afonso Gomes Nogueira. Pela atuação que teve na região, a patente de militar foi apenas uma insígnia que o tornava reconhecido entre os moradores da Vila, pois através dos documentos em que seu nome aparece, sabemos que exerceu uma multiplicidade de papéis sociais<sup>2</sup> que serão revelados nesta introdução.

Pela plataforma digital dos mormos descobrimos que o Major Afonso Gomes Nogueira nasceu no ano 1800 e foi batizado no mesmo ano na Matriz de Baependi<sup>3</sup>,

---

<sup>1</sup> Aqui fazemos uma reflexão sobre os estudos de Giovanni Levi sobre as redes relacionais constituídas por pessoas detentoras de prestígio social e político numa determinada sociedade de antigo Regime Europeu. Ver: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Trad. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

<sup>2</sup> Reflexo de um método onomástico apresentado por Ginzburg e Poni onde os agentes são vistos atuando em diversas esferas sociais. Tal procedimento é feito sobre uma análise de séries documentais, tendo por guia o nome do indivíduo. Ver: GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989. p. 169-178.

<sup>3</sup> Título: Affonço Nogueira Gomes Nogueira, "Brasil, Minas Gerais, Registros da Igreja Católica, 1706-1999" Página da Internet: <https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:QG6C-FVJN>. Citação: "Brasil, Minas Gerais, Registros da Igreja Católica, 1706-1999," database with images, <i>FamilySearch</i> (<a href="https://familysearch.org/pal:/MM9.1.1/QG6C-FVJN">https://familysearch.org/pal:/MM9.1.1/QG6C-FVJN : 9 March 2018), Affonço Gomes Nogueira in entry for Affonço Nogueira Gomes Nogueira, Feb 1827; citing Baptism, Nossa Senhora do Monserrate,

era filho legítimo do Guarda Mor Francisco Gomes Nogueira e de Dona Francisca de Meireles, seus padrinhos, foram o Capitão Teodoro Gomes Nogueira, que por sua vez, enviou uma procuração para ser representado nesta cerimônia pelo seu irmão, Hilário Gomes Nogueira, a madrinha escolhida, era Dona Ana Nogueira de Freire, mulher do Sargento Mor, Antônio de Castro Souza. A existência do apadrinhamento por procuração nas celebrações de batismo evidencia a importância dos laços de sociabilidade criados entre os pais das crianças com seus compadres, escolhia-se a dedo quem se tornaria o tutor espiritual do batizado, o qual, em diversos casos, poderia residir numa localidade distante à dos pais biológicos da criança<sup>4</sup>. Neste caso, estes elos de solidariedade fortalecidos por estas relações de compadrio ocorreu entre consanguíneos, pois os tutores espirituais de Afonso eram seus tios.

Afonso Gomes Nogueira era bisneto de Tomé Rodrigues Nogueira do Ó, o primeiro português que se estabeleceu no povoado de Baependi, por volta de 1713. O Bisavô de Afonso nasceu na Ilha da Madeira de Portugal, era filho do nobre fidalgo português, Antônio Nogueira e de Francisca Fernandes do Valle, casados na Ilha da Madeira em 1639, e naturais do mesmo lugar. Tomé Rodrigues chegou ao Brasil no ano de 1700 e se localizou na região de paulista de Taubaté, onde se casou com Maria Leme do Prado<sup>5</sup>. Atraído pelas notícias da descoberta do Ouro em Minas Gerais, percorreu com alguns mineradores paulista o Caminho Novo do Vale do Paraíba, passando por Taubaté, atravessando a Serra da Mantiqueira e atingindo a nascente dos grandes rios, Sapucaí e seus afluentes. Sobre estas rotas começa a surgir uma pequena povoação de mineradores às margens do Rio Baependi, Tomé Rodrigues Nogueira do Ó e sua esposa, Maria Lemes, resolvem morar numa localidade denominada de Engenho, nesta propriedade foi construída a Capela em homenagem a Nossa Senhora do Montserrat,

---

Baependi, Baependi, Minas Gerais, Brasil, Paróquias Católicas (Catholic Church parishes), Minas Gerais; FHL microfilm 1,284,987.

<sup>4</sup> FARIA, Sheila de Castro. A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial. 1ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

<sup>5</sup> LEME, Luiz Gonzaga da Silva, *Genealogia Paulistana*, volume 6, Título Bicudos, Duprat & Cia., São Paulo, 1901. CAMPOS, Arthur Nogueira, Revista da ASBRAP - n. 2, página 161 - São Paulo, 1995.

cuja imagem desta Santa foi trazida de Portugal, sendo este senhor considerado o fundador da futura Vila de Santa Maria do Baependi<sup>6</sup>.

Ao torna-se proprietário da fazenda do Engenho no ano de 1715, Tomé Rodrigues transformou-se numa das figuras mais proeminentes e reconhecidas de Baependi nos primeiros tempos. Foi ordenado em 1714 como sargento-mor comandante da Companhia de Ordenanças da Mantiqueira ao Rio Grande, no "Caminho Velho". No ano de 1718 tornou-se cobrador de Quintos do Ouro no Registo da Mantiqueira. Em 1736 foi nomeado Guarda Mor da Freguesia de Baependi<sup>7</sup>. No ano de 1747, Tomé Rodrigues Nogueira do Ó faleceu em Baependi e foi sepultado na Igreja que ele fundou na Matriz de Nossa Senhora do Montserrate<sup>8</sup>.

Como pode ver, o Major Afonso Gomes Nogueira era membro de uma das famílias mais tradicionais e estimadas do Sul de Minas, e sendo ascendente de pessoas que tiveram grande importância para a formação da Vila de Baependi, é possível que isto tenha contribuído para que acumulasse ao longo de sua vida um valioso patrimônio material e imaterial. O monte mor de Afonso Gomes Nogueira foi avaliado em 54:691\$130<sup>9</sup>, uma fortuna inventariada situada entre as faixas de riqueza mais elevada da região<sup>10</sup>. Um dos bens que teve enorme peso nesta riqueza foram as dívidas ativas, somadas neste inventário em 22:540\$260, representando 41,2% do montante deste patrimônio. Em seguida vieram os bens de raiz calculados em 18:515\$000 (33,8%), e os 31 escravos avaliados 10:882\$000 (19,8%). Certamente o emprego desta mão obra na produção da sua fazenda fez com que acumulassem um considerável capital financeiro permitindo assim, que conseguisse formar uma extensa rede de crédito.

---

<sup>6</sup>“Referencia do Registro: Brasil, Minas Gerais, Registros da Igreja Católica, 1706-1999,” database with images, *Familysearch* (<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:QG6C-NGH1:9> March 2018), Thome Rodrigues Nogueira do Ó in entry for Matheus Fernandes da Silva and Clara Maria Nogueira, 1 Nov 1752; citing Marriage, Nossa Senhora do Monserrate, Baependi, Baependi, Minas Gerais, Brasil, Paróquias Católicas (Catholic Church parishes), Minas Gerais; FHL microfilm 1,284,990.

<sup>7</sup>No códice nº 31 da Delegacia Fiscal, na seção colonial do Arquivo Público Mineiro, encontram-se lançamentos de dízimos do Distrito do Caminho Velho, pertencente à Vila de São João del Rei, dos anos de 1718 a 1719, lançamentos feitos pelo Sargento Mor Tomé Rodrigues Nogueira e citados pelo Dr. Guerino Casasanta. “Revista do Arquivo Público Mineiro”, XXI, 319.

<sup>8</sup>

<sup>9</sup>Inventários post-mortem do Major Afonso Gomes Nogueira, Ano: 1849 ex 43. Vila de Santa Maria do Baependi, 1820-1888. Depositados no Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del Rei.

<sup>10</sup>Para a primeira metade do oitocentos em Baependi, as fortunas inventariadas que apresentasse uma soma de acima de 50 contos de reis, era considerada aquelas que se encontrava no topo da riqueza.

Pelo número de escravos que havia nas terras do Major Afonso Gomes Nogueira, podemos considerar esta unidade como uma grande escravaria na região. A composição deste plantel contou ao mesmo tempo com a reprodução natural e com tráfico negreiro. Nesta propriedade havia 8 africanos de 14 a 40 anos de idade, 9 crianças de 1 a 13 anos e 15 crioulos de 14 a 40 anos. Os cativos nascidos nesta fazenda eram filhos e netos destes africanos que foram os primeiros habitantes desta casa senhorial, o que nos mostra o envolvimento deste senhor com o mercado de escravo do sudeste Brasileiro. Todos estes recursos adquiridos pelo Major Afonso lhe projetou nos patamares sociais mais elevados da região, fazendo que se diferenciava de muitos senhores e daqueles que homens livres que não conseguiram alcançar um status senhorial.

Para administrar a sua escravaria, o Major Afonso Gomes Nogueira teve que obrigatoriamente instruir os seus cativos nos preceitos do cristianismo<sup>11</sup>, assim, entre os anos de 1833 a 1848 (um ano antes da sua morte) levou a Igreja Matriz da Vila de Baependi 13 crianças inocentes pertencentes a sua senzala para receberem os santos óleos do Batismo. A maioria destes rebentos tiveram como tutores espirituais pessoas livres, apenas um teve como padrinho um escravo que pertencia ao mesmo plantel escravista. Os indivíduos que se tornaram compadres dos pais destas crianças alguns eram parentes do Major Afonso Gomes Nogueira e outros eram seus amigos, em três celebrações batismais este senhor compareceu como padrinho dos seus cativos. Por estas relações já podemos visualizar uma aproximação familiar deste senhor com alguns escravos da sua propriedade.

Ao cruzarmos os assentos paroquiais com outras fontes documentais desta pesquisa (os testamentos), descobrimos que um destes escravos que foram apadrinhados pelo Major Afonso Gomes Nogueira era sua prole ilegítima, esta inocente criança era Maria, filha natural de Salviana, escrava do mesmo senhor. Esta criança fruto desta relação ilícita, quando recebeu os santos óleos do batismo foi imediatamente alforriada na pia batismal.

Maria teve a sua paternidade revelada no testamento do seu senhor, padrinho e pai, o Major Afonso Gomes Nogueira, que a reconheceu como filha natural e a deixou aos cuidados (sob a tutela) de seu 2º testamenteiro e filho, Afonso Gomes Nogueira de

---

<sup>11</sup> BENCI, J. *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*. São Paulo: Grijalbo, 1977.

Sá. Diante deste caso, há que se levar em consideração a preocupação com a salvação da alma: certamente falecer e esquecer filhos ou parentes sob o julgo da escravidão constituía falta grave, que poderia ser cobrada no momento juízo final<sup>12</sup>, portanto, não por acaso, que mesmo de forma corriqueira, a inocente Maria não deixou de ser lembrado no testamento de seu antigo senhor e falecido pai.

No geral, a atuação que o Major Afonso Gomes Nogueira teve nas relações de compadrio da sua senzala, demonstrar como estes laços estavam sobre a sua interferência, além disto, é uma prova que o domínio sobre os escravos era algo a ser decidido no âmbito da esfera domestica, ou seja, conforme os anseios particulares de cada senhores<sup>13</sup>.

Além de convidar pessoas para apadrinhar os seus cativos, o Major Afonso Gomes Nogueira foi procurado por famílias livres e escravas da região para batizar os seus filhos, através desta rede de compadres acabou se relacionando com pessoas pertencentes a diversos setores da sociedade, desta forma, ao tomar a proteção destas famílias acabou tornado mais extenso o seu raio de influência na Vila de Baependi.

A rede de compadres do Major Afonso Gomes Nogueira na se movimentava apenas para baixo, ao ter seus filhos batizados na região, procurou tecer *alianças para cima*, os padrinhos eram indivíduos que portavam importantes patentes militares e detentores de muitas terras e escravos na localidade, estes homens de grande proeminência social eram; o Sargento Mor Manoel Nogueira de Sá, Tenente José Carlos Nogueira, o Capitão e subdelegado Dâmaso Xavier de Castro e o Capitão Luiz Gomes Nogueira Freire, contudo, além de serem parentes do Major Afonso eram membros da elite de Baependi, que por sua vez, compareceram com muita frequência nas pias batismais para apadrinhar crianças pertencentes a famílias de distintos segmentos da região.

Através da trajetória social do Major Afonso Gomes Nogueira buscamos importantes elementos que serão investigados para sabermos como a escravidão se manteve na região até os seus últimos dias de vigência no Império do Brasil. Os fatores que serão analisados para atingirmos o objetivo central desta tese são; como a

---

<sup>12</sup> SOARES, Marcio de Souza. *A remissão do Cativo: alforrias e liberdades nos Campos de Goitacases, c. 1750-1830*. Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006.

<sup>13</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e controle dos escravos nas Américas – 1860-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p.46.

desigualdade socioeconômica existente em outras regiões do Brasil oitocentista se reproduziu nesta localidade sul-mineira? O outro aspecto consiste em saber como a posse escrava estava disseminada pelo tecido social? Até que ponto as relações de compadrio entre os cativos produzia uma hierarquia social intra-cativeiro? Por ultimo, quais foram às estratégias adotadas pelos senhores na produção aliados nas senzalas?

Cada um destas questões foram rigorosamente analisadas na intenção de revelar novos elementos sobre o funcionamento e a reprodução de uma desigual e hierárquica sociedade escravista instalada no Império Brasileiro<sup>14</sup>. No confere os exames sobre a desigualdade socioeconômica vista pela distribuição da riqueza, temos pesquisas que há tempos vem demonstrando uma sociedade historicamente comprometida com a exclusão<sup>15</sup>. João Fragoso e Manolo Florentino, em o “Arcaísmo como projeto”, entre 1790 a 1840, nos mostra como era altíssima a concentração de fortunas entre os moradores do Vale do Paraíba Fluminense. De acordo com os autores, reiterou-se um perfil no qual 10% mais ricos do campo e da cidade controlavam mais de 2/3 da riqueza produzida, os cinco décimos mais pobres cabia entre 4% e 6% das mesmas<sup>16</sup>.

Analisando a distribuição da riqueza do Vale do Paraíba em um recorte temporal mais amplo (1825-1869), Fragoso e Florentino conseguiram apreender melhor o problema da estratificação da escravidão e acompanhar a montagem e a maturidade do

---

<sup>14</sup> Pesquisas recentes veem abordando de maneira sistemática a reprodução de uma sociedade excludente e estratificada no Império do Brasil. A saber trabalhos como; MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais no século XIX: tráfico e apego à escravidão em uma economia não-exportadora. Estudos Econômicos, 13(1), 1983. GÓES, José Roberto. O cativeiro imperfeito: um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. Vitória: Lineart, 1993. FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico: Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. FRAGOSO, João L. R. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2. ed., rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. GUEDES, Roberto. *Egressos do Cativeiro: trabalho, família, aliança e mobilidade social: (Porto Feliz, São Paulo, c.1798- c.1850)*. Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2008. MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. *Remediados senhores: pequenos escravistas na freguesia de São José do Rio das Mortes, c.1790 c.1844*. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em História, Belo Horizonte, MG, 2014. SILVA, Guilherme Augusto do Nascimento e. *Os laços da escravidão: população, reprodução natural e família escrava em uma vila mineira*. Piranga, 1850-1888. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de São João Del-Rei. Departamento de Ciências Sociais, Políticas e Jurídicas. Programa de Pós-graduação em História. 2014. MATHEUS, Marcelo Santos. *A produção da diferença: escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (Bagé, c.1820-1870)*. Rio de Janeiro: PPGH/UFRJ, 2016.

<sup>15</sup> Tal reflexão sobre a reprodução histórica da desigualdade na sociedade escravista brasileira foi bastante enfatizados por Fragoso e Florentino em “Arcaísmo como projeto”, uma forma de demonstrar que vários setores da sociedade (não apenas as elites) estavam empenhados com as manutenção de uma exclusão social.

<sup>16</sup> FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.169-171.

sistema agrário desta região. Deste da sua montagem esta economia agraria esteve presidido por uma forte desigualdade, entre os anos de 1825 a 1853, o decimo superior da população controlava a metade da riqueza, com decimo menos privilegiado detendo apenas 10% da mesma. “Na época de maturidade deste sistema (1855-1869) exacerbou-se a concentração de fortunas no topo constituído pelo decimo privilegio”<sup>17</sup>. Os autores argumentam, “que o aumento da concentração de riquezas tornou mais profunda a distancia entre os ricos e o grupo intermediário, o qual, por sua vez, matinha a mesma distancia relativamente aos mais pobres”<sup>18</sup> Sobre esta estratificação social presente no Vale do Paraíba os autores ressaltam uma importante questão:

“O caso do Vale do Paraíba reafirma a ideia inicial de que o sentido sociológico ultima, por assim dizer, da escravidão era reiterar a diferenciação socioeconômica entre uma elite e todos os homens livres. Tal diferenciação alcançava níveis tão acentuados de concentração de riqueza que tendia a tornar ínfimo o peso do grupo economicamente intermediário. Assim, falar de exclusão social em uma sociedade escravista significa não apenas constatar o obvio, qual seja, a presença de escravos, mas também e principalmente observar que o movimento de crescimento da riqueza social resultavam na exclusão de grande parte da população livre do acesso a esta mesmo riqueza”<sup>19</sup>

A reiteração de uma profunda desigualdade socioeconômica tem sido um traço estrutural da sociedade brasileira em diversos rincões e durante diferentes períodos. Os mecanismos que a sustentam, porém, não são sempre os mesmo. Helem Osorio, examinando a região do Rio Grande do Sul, entre 1756 a 1825, identificou uma elite não apenas formada por estanceiros, mas também por negociante situados no topo mais alto da hierarquia econômica, no qual se diferenciava frente às demais elites coloniais. Constatou também que a fortunas dos mais ricos ao passar das décadas tendeu a crescer o distanciando mais dos pobres lavradores. Por fim, a autora verificou como estava distribuída a riqueza, apontando que vigorava na capitania, assim como em outras partes da América portuguesa, uma grande desigualdade socioeconômica<sup>20</sup>. Renato Marcondes, analisando o município cafeicultor de Lorena, encontrada uma sociedade profundamente marcada por uma forte concentração da riqueza, pois entre os anos de

---

<sup>17</sup> Idem, p.175.

<sup>18</sup> Idem, p.176.

<sup>19</sup> Idem, p.177.

<sup>20</sup> OSÓRIO, Helen. *O império português ao sul da América: estanceiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, Capitulo 9.

1830 a 1879, 16,7% dos inventários concentravam 89,5% da riqueza produzida localmente<sup>21</sup>.

Estruturas semelhantes foram encontradas entre outros locais<sup>22</sup>, em Minas Gerais, em especial nas Comarcas do Rio das Mortes e de Outro Preto, entre o período de 1750 a 1822, Carla Almeida encontrou um padrão de distribuição de riqueza altamente concentrador. Na Comarca de Vila Rica o empobrecimento foi geral, o percentual de pequenos proprietários passou de 50,7% para 73,9%, os médios caíram de 40,3% para 20,4% e os grandes de 9% para 5,7%. Na Comarca do Rio das Mortes houve quadro distinto, pois estas camadas estavam mais polarizadas, devido à dinamização da agropecuária nesta localidade ocorreu um crescimento de pequenos proprietários e um aumento expressivo dos setores mais abastados<sup>23</sup>.

Analisando a Vila Mineira de São João del Rei, região localizada na Comarca do Rio das Mortes, Afonso de Alencastro observou que a riqueza produzida nesta localidade esteve sobre domínio de elite social que não era numericamente expressiva, em termo de quantidade de inventários. De acordo com autor, estes agentes eram compostos por 31 negociantes de grosso trato que controlaram, entre o período de 1831 a 1885, 43% das fortunas inventariadas. Através destes índices Alencastro conclui que estamos de frente a uma economia arcaica, na qual a riqueza estava concentrada nas mãos de poucos homens posicionados no topo da hierarquia social<sup>24</sup>.

Na produção e na distribuição das riquezas havia ativos e agentes produtivos que além de terem recebidos maiores investimentos por parte dos senhores, eram peças fundamentais para a reiteração de uma hierarquia social economicamente excludente<sup>25</sup>. Em uma sociedade fundamentalmente agrária e escravista obviamente que estamos nos

---

<sup>21</sup> SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Os fios de Ariadne: fortunas e hierarquias sociais na Amazônia, século XIX*. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2014, p. 129-130,

<sup>22</sup> Ver: BATISTA, Luciana Marinho. *Muito Além dos Seringais: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará*, 2004, p.p. 108-109. SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Os fios de Ariadne: fortunas e hierarquias sociais na Amazônia, século XIX*. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2014

<sup>23</sup> ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

<sup>24</sup> MARCONDES, Renato L. *A arte de acumular na economia cafeeira- Vale do Paraíba século XIX*. Lorena. São Paulo: Ed. Stiliano, 1998 (especialmente o capítulo 5, a distribuição da riqueza).

<sup>25</sup> Para uma discussão mais aprofundada sobre os itens de fortunas que hierarquizava os agentes de uma sociedade de antigo regime, ver João Fragoso. *À espera das frotas: hierarquia social e formas de acumulação no Rio de Janeiro, século XVII*. Cadernos do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em História Social. Rio de Janeiro: Departamento de História/UFRJ, 1995.

referindo a terras e escravos, considerados por muitos historiadores como os bens mais valorizados nas fortunas inventariadas<sup>26</sup>.

Em “Barões de Café”, João Fragoso ao cruzar os inventários *post-mortem* com as escrituras publicas dos grandes fazendeiros do Vale da Paraíba do Sul, entre 1830 a 1888, verificou que os investimentos produtivos se traduziam principalmente em escravos, terras e no resultado da combinação deste com os cafezais. Segundo o autor, estes três ativos somados equivalia cerca de 85% das fortunas agraria das fazendas. Apenas as terras e os escravos, juntos, correspondiam mais de 60%<sup>27</sup>. Estes ativos até o fim da escravidão continuaram a recebendo maiores investimentos pelos senhores do Vale, não sendo substitutos por outros. Nas Palavras de Fragoso, “tais Barões não foram empreendedores o suficiente para criar novas alternativas empresarias e muitos menos optaram por atividades econômicas tradicionais e mais seguras disponíveis no mercado da época”<sup>28</sup>. Em outras palavras, a economia continuava pelos até os anos 1880 distantes das relações sociais baseada no trabalho assalariado e não apresentando mudanças na estrutura patrimonial.

Em outras localidades brasileiras oitocentistas foram encontrados padrões semelhantes e distintos daqueles observados por Fragoso. Tendo como referencia o espaço mineiro, Afonso Alencastro ao pesquisar os inventários da elite mercantil e dos grandes fazendeiros da Vila de São João del Rei, percebeu que os negócios mais proeminente estavam alocados em dividas ativas, escravos e terras. Os cativos liderou a estrutura patrimonial entre 1831 a 1875, atingindo um percentual de 29,53%. Para região de Alegrete do Rio Grande do Sul, Luiz Farinatti constatou outro perfil de investimento, pois descobriu que a riqueza local estava principalmente no gado, ainda que as terras e os escravos tivessem importantes participações na composição dos patrimônios. Porém, o autor afirma que, mesmo não recebendo maiores investimentos,

---

<sup>26</sup> Idem.

<sup>27</sup> FRAGOSO, João. *Barões do café e sistema agrário escravista: Paraíba do Sul / Rio de Janeiro (1830-1888)*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013, p. 47-48. Como Fragoso explica; foram levantados mais 400 inventários dos barões do café e de seus familiares, e destes, 33 processos apresentavam lista de matriculas de escravos informando 3.256 cativos relacionados nestas fontes. O autor também esclarece sobre este método o seguinte fator: “O arrolamento de todos os inventários, em um dado período, permite-nos fotografar a estrutura econômica da região estudada. Quando levantamos seriamente todos os inventários, temos a estrutura econômica dessa região em movimento”. dos barões do café e de seus familiares Em: FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 46.

<sup>28</sup> Idem, p. 180.

terras e escravos (como a pecuária) foram elementos que hierarquizava as relações sociais na região<sup>29</sup>.

O binômio terras e escravos como elemento de vital importância para a reprodução da escravidão foi algo observado nesta pesquisa. Este estudo além de permiti que fizéssemos uma análise sobre a importância destes ativos na constituição das fortunas e nas hierarquias sociais da região, nos possibilitou observar se houve alguma mudança na estrutura patrimonial da região no decorrer dos oitocentos, ou seja, empreendeu-se um análise para sabermos se os senhores baependiense optaram por conservar as formas tradicionais de riqueza até o fim do sistema escravista.

Além de examinarmos a importância dos cativos na composição das fortunas da Vila Baependi, procuramos averiguar como este ativo produtivo estava disseminada em vários setores desta sociedade, neste caso, nos interessa saber até ponto os moradores desta localidade do Sul de Minas Gerais estavam comprometidos com a manutenção da escravidão. Para esta análise tivemos o cuidado em lidar com os estudos que defende uma escravidão reiterada por grandes plantations concentradora de enorme planteis de escravos<sup>30</sup>. Por mais de três décadas, pesquisas mais refinada, através da exploração de uma variedade de fontes, vem demonstrando uma distribuição aparentemente ampla da propriedade escrava entre a população livre.

Os estudos de Stuart Schwartz para as áreas do Recôncavo Baiano foi um dos primeiros a evidenciar uma estrutura de posse, em que o tamanho dos planteis escravistas eram muito mais reduzidos e a escravidão mais difundida socialmente do que comumente suposto pela a historiografia. Os dados encontrados por Schwartz podem ser resumidos da seguinte maneira: níveis relativamente baixos de concentração de escravos em grandes unidades; predominância de posses de escravos de tamanhos pequeno e médio; posse escrava distribuída entre os vários setores livres da sociedade. Ao constatar esta estrutura o autor conclui que: “a escravidão, enquanto instituição,

---

<sup>29</sup>FARINATTI, Luis Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2007. (Tese de Doutorado), p. 46-60.

<sup>30</sup>FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006. PRADO JR., Caio. *A formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

sistema econômico e formas de riquezas estavam amplamente distribuídos entre a população brasileira”<sup>31</sup>.

São muitas as pesquisas que vem apontando a difusão da posse cativa na sociedade escravista brasileira. Especificamente em Minas Gerais, as informações disponíveis apontam predominância de pequenas posses desde as primeiras décadas da mineração. As fontes consultadas por Francisco Vidal Luna sobre a posse de escravos em 1718, por exemplo, mostram que os donos de 1 a 5 escravos eram algo em torno de metade dos proprietários – geralmente mais do que isso – mas não controlavam muito mais do que um quarto desses trabalhadores; por outro lado, senhores com mais de 40 escravos simplesmente não apareciam em várias das localidades pesquisadas, constituíam algo próximo a 2% dos proprietários e tinham em torno de 10 e 20% dos escravos.<sup>32</sup> Ao examinar as listas nominativas organizadas pela equipe do CEDEPLAR Clotilde Paiva chega a conclusões semelhantes<sup>33</sup>.

Douglas Cole Libby em uma importante pesquisa de doutoramento defendida no ano de 1988 confirma os resultados citados anteriormente. Ao examinar os bancos de dados que contem os mapas de população e as listas nominativas das regiões da província mineira elaboradas na década de 1830, demonstrou que mais de 2/3 dos proprietários possuíam de 1 a 5 escravos e que 48,2% dos cativos viviam em plantéis de 1 a 10 escravos. De acordo com Libby, a difusão da propriedade escravista em vários setores da sociedade mineira, trouxe serias implicações para de sustentação política da escravidão, e, portanto, tornava mais lento o processo de abolição deste sistema no Estado Imperial Brasileiro<sup>34</sup>.

Como o principal objetivo desta pesquisa é examinar como a escravidão foi mantida por alguns fatores internos da região, a posse de escravos na sociedade escravista brasileira torna-se um tema privilegiado para esta análise, por demonstrar, que naquela realidade, havia escravarias que retinham enormes contingentes de cativos, por outro lado, dividiam espaços com um elevado número de pequenos planteis

---

<sup>31</sup>SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 368.

<sup>32</sup>LUNA, Francisco Vidal. Estrutura da posse de escravos em Minas Gerais, 1718. In LUNA, COSTA & KLEIN. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2009, p.264.

<sup>33</sup>PAIVA, Clotilde A. *Minas Gerais no século XIX: aspectos demográficos de alguns núcleos populacionais*. In: COSTA, Iraci del Nero da (org.). Op. cit., 1986.

<sup>34</sup>LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

disseminados na população. Este processo permitiu que muitas pessoas acessassem o mundo senhorial. Estudos afirmam que a disseminação da posse cativa entre os vários setores sociais possa ser decorrente da grande oferta da mão de obra africana via tráfico negreiro<sup>35</sup>. É provável que isto seja o caso da localidade em estudo, pois durante o período de aquecimento do comércio oceânico de escravo os africanos em idades produtivas eram numericamente superiores aos cativos nascidos na região, mas a força simbólica de se tornar “senhor de escravos” e alçar algumas posições na hierarquia social talvez seja algo que contribuiu para a difusão da propriedade escrava.

Dentro dos estudos da estrutura de posse da localidade, a composição dos planteis foi uma das questões bastante explorada nesta pesquisa. Sobre este matéria procurou-se saber, quais foram as formas encontradas pelos senhores para a manutenção e ampliação das suas escravarias? Também se buscou a entender, se o aumento da população escrava da Vila de Baependi ocorreu através da reprodução natural ou do tráfico negreiro, ou pela conjunção destes fatores.

A reprodução da escravidão mineira vista por estes indicadores, foi algo que gerou uma série de debates entre os historiadores. Sobre este tema há três variações de interpretações que merecem destaque. A primeira delas é defendida por Francisco Vidal Luna, Wilson Cano e Laird Bergad, que afirma que durante o século XIX a população escrava de Minas Gerais teria se destacado ao crescer através da reprodução natural sem depender das importações via tráfico negreiro. O segundo eixo interpretativo é representado por Roberto Martins e Robert Slenes, que apesar de concordarem que o comércio atlântico de africanos teve um papel importante no crescimento da população escrava mineira, não apresentam os mesmos argumentos com relação à importação de cativos. Por fim, a terceira via de interpretação tendo como uns dos seus principais expoentes, Clodilte Paiva e Douglas Cole Libby acredita que a explicação esteja na conjugação dessas duas séries de fatores, ou seja, tráfico negreiro e o crescimento vegetativo das escravarias.

---

<sup>35</sup> FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (século XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. \_\_\_\_\_; GÓES, José Roberto. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico. Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. FRAGOSO, João Luís. *A economia brasileira no século XIX: mais do que uma plantation escravista exportadora*. In LINHARES, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990. MATTOSO, Kátia. *Bahia: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

Luna e Cano, ao afirmarem que na economia da província de Minas Gerais havia um baixo grau de mercantilização, por este motivo, os autores consideram que propriedades mineiras não teriam capitais suficientes para adquirir escravos em mercados mais distantes, a solução eram os senhores contarem com o crescimento biológico do cativo<sup>36</sup>.

Por sua vez, Laird Bergad em um estudo bastante ambicioso, onde levantou nada menos de 10.028 inventários *post-mortem* para analisar a história de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX, considera que, com a virtual cessão das importações de novas peças africanas para Minas, no qual teria ocorrido no final do XVIII, a reprodução natural era a mola-mestra do crescimento da população escrava mineira. Com efeito, durante todo o século XIX, o aumento de cativos nas posses mineiras deve ser creditado ao crescimento vegetativo destes planteis escravistas, enquanto que a contribuição do tráfico internacional de africanos possa ser considerada mínima<sup>37</sup>.

Discordando dos estudos de Cano e Luna, Roberto Martins inova a historiografia enfatizando que a economia mineira era dinâmica deste do início do século XIX<sup>38</sup>, tornando-se ao longo do oitocentos a província que mais importava escravos, e conseqüentemente, a que detinha a maior população cativa do país. De acordo com os dados pesquisados por este autor, no ano de 1819 havia 170 mil escravos, e em 1873 este número passou para 380 mil. O crescimento de contingente de cativos não era nem remanescente da economia do ouro nem fruto da procriação natural, mas antes, originado de importações recentes não induzidas pela mineração<sup>39</sup>.

Para Roberto Martins, a agricultura de subsistência teria contribuído para o aumento desta força de trabalho. Neste modelo produtivo, Minas Gerais era formada

---

<sup>36</sup> LUNA, F. V.; CANO, W. "Economia Escravista em Minas Gerais". *Cadernos IFCH/UNICAMP*, Campinas, outubro de 1983, p. 13.

<sup>37</sup> BERGAD, Lair W. *Escravidão e História Econômica; Demografia de Minas Gerais, 1720-1880*. Bauru: EDUSC, 2004, p. 70.

<sup>38</sup> Lembremos que desde os anos 1980, os novos estudos vinham questionando a ideia de uma decadência mineira ao final do chamado "ciclo do ouro". Ver os seguintes trabalhos: MARTINS, Roberto. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1982; SLENES, R. W. "Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX", *Cadernos IFCH/UNICAMP*, n. 17, 1985 e LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1802-1842*. São Paulo, Símbolo, 1979. Ver também GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais, São João del Rei(1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.

<sup>39</sup> MARTINS, Roberto. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1982.

basicamente por propriedades agrícolas diversificadas internamente - fazenda, sítios e roças – cuja produção era destinada para o autoconsumo e a venda para os mercados locais, ou seja, a economia mineira era uma antítese das *plantations* exportadoras. Citando Alcir Lenharo<sup>40</sup>, Martins considera que as produções de Minas Gerais poderia ter abastecido alguns mercados localizados fora da província, em especial a praça mercantil do Rio de Janeiro<sup>41</sup>. Porém achou que Lenharo exagerou em salientar a importância do mercado carioca para a economia de Minas Gerais.

Diante destes dados faltou Roberto Martins explicar como uma economia carregada pelo peso de um enorme setor de subsistência conseguia gerar divisas suficientes para dar conta das maciças importações de escravos? Sobre esta interrogação aparecem os questionados de Robert Slenes sobre a tese de Martins.

Em artigo publicado no ano de 1985, Robert Slenes afirma que o desligamento da economia mineira do mercado exportador não era tão completo como afirma Roberto Martins<sup>42</sup>. Slenes demonstra que o setor de exportação da economia mineira era bastante dinâmico capaz de gerar capitais necessários para importar um expressivo contingente de cativos vindos dos portos brasileiros. Ainda segundo o autor, esta economia de exportação tinha “efeitos multiplicadores” na medida em que era abastecida por produtos agrícolas e pecuários para sua reprodução. Para explicar o elo entre setor de exportação e os demais setores da província Slenes demonstra casos concretos sobre a produção dos rebanhos suínos.

De acordo com Caio Prado Júnior (que segue neste ponto Saint-Hilaire), a criação de porcos no Sul de Minas para serem exportados vivos ou em forma de toucinho se fazia em estreita ligação com a produção de milho, que constituía a ração principal desses animais. Os Martins certamente têm razão - e nunca questionei isso - quando afirmam que o comércio de milho

---

<sup>40</sup> LENHARO, Alcir. As tropas da moderação. São Paulo: Símbolo, 1979.

<sup>41</sup> MARTINS, R.B. A economia escravista de Minas Gerais no século XIX. op.cit., p.1.

<sup>42</sup> Na perspectiva de Slenes o milho, o porco, o toucinho, o tropeiro e o metal precioso estão integrados em um mesmo sistema gerador de riqueza para a aquisição de escravos. Esta cadeia exclui ou minimiza a possibilidade da existência de setores dinâmicos internos fora dela. Slenes admite a possibilidade de crescimento natural, mas não a leva em conta em sua argumentação. Ver: SLENES, Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. Cadernos IFCH-UNICAMP, n.17. Campinas, junho 1985. The demography and economics of Brazilian slavery: 1850-1888. Stanford University, 1976. (Tese de Doutorado). The Brazilian Internal Slave Trade, 1850-1888: Regional economies, slave experience and the politics of a peculiar market. In: Walter Johnson. (Org.). Domestic Passages: Internal Slave Trades in the Americas, 1808-1888. New Haven: Yale University Press, 2005.

para o Rio e São Paulo emombo de muar era mínimo; mas a exportação indireta desse produto, emombo de porco, era considerável<sup>43</sup>.

Por esta passagem Robert Slenes nos mostra a diversidade da economia mineira e como estes produtos ligados ao setor da agropecuária poderiam se inserir com facilidade no mercado exportador. É sobre estes dados que reside uma dos maiores críticas feita ao trabalho de Roberto Martins. Segundo Slenes, Martins adota uma definição pouco convencional de economia de exportação, que não incorpora todos os setores a elas ligados, mesmo que indiretamente, para dimensionar o setor exportador de uma dada economia é preciso reconstituir as relações deste com a produção para o consumo interno, tanto de alimentos quanto de produtos manufaturados. A produção de alimentos e quaisquer outros bens destinados à manutenção do setor exportador constitui uma forma de participação indireta na economia de exportação. Indiretas mas igualmente importantes em termos de volume de bens gerados e de mão-de-obra envolvida. Boa parte do contingente cativo mineiro estava alocada neste setor econômico que, além de produzir para abastecer o mercado interno, ainda exportava uma gama variada de produtos para as províncias vizinhas<sup>44</sup>.

Diante destes debates, os estudos de Clotilde Paiva e Douglas Cole, questionam a pouca atenção que Roberto Martins e Robert Slenes<sup>45</sup> tem dados sobre a importância ao crescimento natural das escravarias mineiras. Segundo estes pesquisadores, a reprodução vegetativa e o tráfico negreiro não são mutuamente excludentes. De acordo com estes autores, tanto antes como após o fim do comércio de almas atlânticas de 1850, os senhores mineiros continuavam contando com os nascimentos de crianças em suas senzalas para ampliarem os seus planteis. Paiva e Libby, ao pesquisar os mapas de população e as listas nominativas da década de 1830, constaram que o contingente cativo de Minas Gerais aumentava, em parte, por meio da reprodução natural, e mais, que uma geração após o término do tráfico se encontrava plenamente reprodutiva.

O fluxo de escravos para Minas deve ter ficado bastante reduzido durante as últimas décadas do século XVIII e a primeira década do XIX. Se esta hipótese é correta, significaria que a população escrava experimentou um hiato de quase duas gerações durante o qual as influências negativas do tráfico negreiro internacional ficaram bastante diminuídas. Neste caso,

---

<sup>43</sup> SLENES, Robert. “Os múltiplos de porcos e diamantes”, 1985, p.53.

<sup>44</sup> Idem, p. 53-56.

<sup>45</sup> Slenes admite a possibilidade de crescimento natural mas não a leva em conta em sua argumentação.

avanços em direção à reprodução natural deveriam ter ocorrido e teriam consequências importantes quando do novo aumento do volume de entradas de africanos. Uma grande e relativamente estável população crioula estaria se reproduzindo e, até certo tempo, poderia ter absorvido uma parcela do novo contingente africano nos padrões de reprodução ou, ao menos, ter resistido à investida,, dos recém-chegados<sup>46</sup>.

Pelos dados encontrados nestas pesquisas sobre a escravidão em Minas Gerais, ficou claro que ampliação de um plantel escravista contava com elementos de ordem econômica e demográfica, como a oferta de mão de obra escrava, o acesso ao um mercado exportador e a reprodução natural das escravarias. Porém, para que estas propriedades tornassem mais estáveis ao longo tempo era preciso os senhores estar atentos aos laços sociais produzidos no cativeiro. É nesse sentido, que entendemos que as relações de compadrio ou de sociabilidades tecidas na senzala foram fundamentais para a manutenção destas escravarias. Sobre esta premissa, creio que tem razão Manolo Florentino e José Roberto Góes, quando afirma que “a escravidão não é efeito exclusivo da logica econômica da empresa escravista, nem existe descolada da pessoa dos escravos. É antes, um cenário conflitivo por definição, espaço onde estratégias se delineiam e fazem conhecer melhor a escravidão”<sup>47</sup>.

Os mesmo autores (Florentino & Góes) ao analisar as grandes unidades escravistas do agro fluminense, entenderam que o parentesco escravo era um dos principais pilares da escravidão, ou seja, era um elemento pacificador que promovia um pacto político entre os escravos e os senhores. A paz postulada por estes autores, não pressupõe uma sociedade sem conflitos, mas sim uma busca dos escravos em “construir laços de solidariedade e de auxílio mútuo que os ajudasse a sobreviver no cativeiro” da melhor forma possível, após o brutal desraizamento (social) e trauma (com a travessia) que sofreram<sup>48</sup>.

Hebe Mattos por ser turno, ressaltou as diferenças e os conflitos no interior do cativeiro, que acabavam por contribuir para o enfraquecimento dos laços de solidariedade entre os cativos e para a não conformação de uma identidade étnica

---

<sup>46</sup> LIBBY, Douglas C. & PAIVA, Clotilde A. Caminhos Alternativos: Escravidão e Reprodução em Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*. São Paulo: FIFE/USP, v. 25, n. 2, pp.203-233, 1995.

<sup>47</sup> FLORENTINO, Manolo & GÓES, José Roberto. op. Cit., 1997, p. 174-175.

<sup>48</sup> FLORENTINO; GÓES. *Paz na Senzala*, op. cit. p. 75.

comum. Com base neste argumento, a autora procurou demonstrar que a gestação das relações familiares entre os escravos no Brasil significou mais uma aproximação com uma determinada visão de liberdade que lhes era próxima do que a formação de uma identidade étnica a partir da experiência do cativo. A família e a comunidade escrava não se afirmavam como matrizes de uma identidade negra alternativa ao cativo, mas em paralelo com a liberdade<sup>49</sup>.

Robert Slenes ao pesquisar as relações familiares dos cativos na região de Campinas ao longo do XIX, notou que a diferenciação entre os escravos era produto de uma “política de dominação senhorial”. “O autor argumenta que os senhores estimulavam a formação de famílias entre seus escravos e instituíam, “junto com a ameaça e a coerção, um sistema diferencial de incentivos – no intuito de tornar os cativos reféns de suas próprias solidariedades e projetos domésticos”<sup>50</sup>. Caso se a política de estranheza entre escravos falhasse, a solução era adotar outras estratégia de controle. Enfim, para o autor, “a política de domínio dos senhores era artilosa e eficaz”

<sup>51</sup>.

Ao estudar as escravarias de Campinas, Slenes não nega os interesses dos escravos em se aproximar de compadres livres, mas argumenta que ao se socializarem com estes agentes os cativos correriam o risco de ter alguns de seus laços de amizade desfeitos no cativo. Diante disto, o autor considera, que a família escrava, no entanto não se reduzia as estratégias e projetos centrados nos laços de parentesco, mas um mundo mais amplo que os escravos criaram a partir de suas esperanças e recordações, ou seja, “ela era apenas um instancia cultural importante que contribuiu para a formação de um identidade nas senzalas conscientemente antagônica à dos senhores e compartilhada por uma grande parte dos cativos”<sup>52</sup>. Se não estivermos engado, Slenes, *a priori*, parte da premissa que haveria uma solidariedade (ou uma “lealdade”) entre os

---

<sup>49</sup> Mattos, MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. p.135.

<sup>50</sup> SLENES, Robert W. Senhores e subalternos no oeste paulista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História da vida privada no Brasil – Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. \_\_\_\_\_. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil, Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

<sup>51</sup> Idem, 270-271.

<sup>52</sup> SLENES, Robert. *Na Senzala uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 49.

cativos, e ao compartilhando destes valores suas diferenças seriam superadas, colocando assim, a ordem escravista em risco.<sup>53</sup>.

A proposta de estudo elaborada para esta pesquisa é outra, parte da premissa que apesar dos escravos pertencerem ao mesmo grupo jurídico não significavam que eram iguais perante a realidade do cativo, e nem sempre uma possível solidariedade entre eles comprometeria o funcionamento do sistema escravista. Como bem lembrou Carlos Engemann, “se a reunião de um grande grupo de escravos multiplicava os fatores de tensão, de igual modo deveria multiplicar os mecanismos de negociação”<sup>54</sup>. Somado a isto, como habitantes de uma sociedade extremamente hierarquizada, os cativos também se hierarquizavam. Os exemplos disto são múltiplos: entre africanos e crioulos, entre confrades e não confrades de diversas irmandades escravas e entre etnias africanas, etc.<sup>55</sup>. Segundo João Fragoso, “eram sujeitos portadores de orientações valorativas próprias”<sup>56</sup>. Portanto, partimos da ideia que nem todas as relações de solidariedades engendradas pelos os agentes presos à senzala desencadearia num conflito, e também não se redundassem em uma relação harmoniosa, certamente a ascensão dos escravos na hierarquia social do cativo tornava estas relações mais complexas.

Para efeito destas complexidades relacionais, veremos neste trabalho que nas escravarias de Baependi houve uma mobilidade social intra-cativo, os escravos que se ascenderam sobre estas escalas foram aqueles que mais compareceram como padrinhos nas pias batismais da região. O fato de estes indivíduos terem constituído uma ampla rede de compadres mobilizaram uma serie de recursos materiais e simbólicos que os permitiram a se elevarem ao topo máximo da hierarquia do cativo. Obviamente que para atingir este patamar tiveram que estabelecer múltiplas relações de solidariedade com seus parceiros de escravidão e saber lidar com os possíveis conflitos que ocorriam na senzala. Mas o que de fato almejavam era estar entre os cativos mais prestigiados na região. Estas questões serão melhor aprofundadas quando analisarmos um seletivo grupo de escravos que foram considerados em nossa pesquisa como os padrinhos preferencias.

---

<sup>53</sup> Idem, 49-53.

<sup>54</sup> ENGEMANN, Carlos. *De laços e de nós*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008, p. 27.

<sup>55</sup> Idem, p.51

<sup>56</sup> FRAGOSO, João. Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor do engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760). In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs). *Na Trama das Redes: políticas e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010a, p. 249.

Agentes que mesmos presos aos grilhões do cativo foram responsáveis pela manutenção da escravidão nesta Vila sul-mineira.

\* \* \*

### **Referencial teórico e metodológico.**

Nesta secção iremos esclarecer alguns conceitos para compreender um pouco da lógica social que esteve vigente na localidade em estudo. No que diz respeito a uma sociedade escravista ancora-se nas noções formuladas por Moses Finley, que ao investigar a escravidão na Antiguidade afirmou que apesar do Império Romano ser tratado como uma “unidade política e, em certo sentido, cultural, não era ipso facto uma unidade econômica ou social”, já que “coexistiam diferentes regimes de trabalho e modos de produção”. Assim, dentro desta “unidade política” existiam “sociedades escravistas” e “sociedade com escravos”<sup>57</sup>.

Na perspectiva de Moses Finley uma sociedade escravista era caracterizada como aquela no qual o principal objetivo da renda extraída do escravo era a reiteração das diferenças socioeconômicas entre a elite senhorial e todos os outros homens livres. Neste sentido, o coeficiente central não era deter a riqueza, mas ter a consciência de sua superioridade e achar-se efetivamente responsável pelo destino daquela sociedade<sup>58</sup>.

Diante deste sistema escravista apreciado por Moses Finley, procuraremos responder se a Vila de Santa Maria do Baependi se definiria como escravista. A priori, constatamos três dados que não difere da definição de sociedade escravidão postulada por Finley. O primeiro é a disseminação da posse escrava em vários setores desta sociedade, na sequência uma maioria de pessoas livres que não alçaram o status de senhor, e por fim, um elevado contingente de cativos sobre o domínio de poucas famílias senhoriais. No todo, o acesso diferenciado a esta instituição marcou profundas distinções socioeconômicas entre os homens livres daquela região.

---

<sup>57</sup> FINLEY, Moses I. *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991, p. 81-82.

<sup>58</sup> Idem, p. 69-96.

Para analisar as relações entre senhores e escravos nos apoiamos na noção de honra na escravidão concebida pelo sociólogo norte-americano, Orlando Patterson, que a define como “dominação permanente e violenta de pessoas desenraizadas e geralmente desonradas”. De acordo com este autor, o escravo por ser um derrotado de guerra e por estar isolado da herança social dos seus antepassados, tornava-se terras estrangeiras um desonrado. Neste caso o afastamento dos laços de parentesco era o que bastava para perder a sua honra. Portanto, ao contrário do que comumente se apregoa, a infâmia da escravidão não residia na cor ou no desempenho de tarefas manuais, mas no fato de o escravo ser um derrotado de guerra ou descendente dele, que trocou a honra pela vida<sup>59</sup>.

Nesta perspectiva, Patterson considera que os escravos não tinha um nome a zelar, apenas poderia defender o valor e o nome dos seus senhores, nisto permanecia alheio o jogo da honra. Assim os mancipios não tinham uma existência social reconhecida fora do domínio do seu senhor, na verdade era uma extensão do poder dos seus donos<sup>60</sup>. Estas noções podem ser visualizadas sobre o controle que os senhores exerciam nas relações de compadrio dos seus cativos com os vários setores da sociedade. Além do mais, quando os escravos se relacionavam com os membros da comunidade tinha um reconhecimento atrelado à propriedade senhorial na qual pertenciam, assim acabava elevando o prestígio do seu senhor<sup>61</sup>.

Outra questão que teremos o cuidado em analisar e que deve a micro história como referencia, é a formação dos grupos sociais. Sobre este exame, maior influencia vem da historiadora Italiana Simona Cerutti. Estudando a formação de grupos sócio profissionais em Turim nos séculos XVII e XVIII, a autora afirma que devemos estar atentos ao empreender uma pesquisa sobre as categorias sócio profissionais e com o pressuposto de que os mesmos “podem ser descritos antes mesmo que seja analisado o tecido das relações que os engendrou”. Ao invés disso:

Em lugar de considerar evidente o pertencimento dos indivíduos a grupos sociais (e de analisar as relações entre sujeitos definidos a priori), é preciso inverter a perspectiva de análise e se interrogar sobre o modo pelo qual as relações criam solidariedades e alianças, criam, afinal, grupos sociais. Nesse sentido, o importante não é negar a utilidade de todas as categorias socioprofissionais – exógenas ou

---

<sup>59</sup> PATTERSON, Orlando. *Escravidão e Morte Social: Um Estudo Comparativo*. Tradução de Fábio Duarte Joly. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo. 2008.

<sup>60</sup> Idem, p. 37.

<sup>61</sup> SOARES, Marcio. *A remissão do Cativo*, op. cit., p. 105.

contextuais – mas impregná-las das relações sociais que, hoje como então, contribuem para o seu nascimento<sup>62</sup>.

Ao apreciarmos este estudo sobre a modalidade da construção das identidades sociais, procuraremos apreender os comportamentos de senhores e escravos não a partir dos seus status jurídicos ou condições, mas através dos diversos laços sociais que produziram ao longo de suas vidas. Tal abordagem nos permitira definir os seus interesses para além das suas ocupações ou dos seus grupos sociais<sup>63</sup>.

No intuito compreender as estratégias adotadas pelos cativos diante de uma sociedade marcada pela incerteza e insegurança, a noção de “racionalidade” postulada por Fredrik Barth será de grande valia para o entendimento deste processo. Este conceito consiste na ideia de um agente livre e com um mínimo de racionalidade sobre as regras do jogo e suas consequências, tendo em mãos recursos necessários para tanto. Este modelo de análise coloca em cena um ator que deveria agir dentro de uma sociedade na qual os recursos sociais, materiais e culturais eram distribuídos desigualmente. Um indivíduo racional, certamente, mas não dotado de uma “racionalidade absoluta<sup>64</sup>. Em outras palavras, como também bem expôs Giovanni Levi, “a partir dos recursos limitados que o seu lugar na trama social lhe conferia, em contexto nos quais suas ações dependem das interações com ações alheias”<sup>65</sup>. “Portanto, o controle sobre o seu resultado é limitado por um horizonte de constante incerteza”<sup>66</sup>. Ao estudar os escravos sobre acepção deste conceito, podemos compreender que os laços sociais produzidos por estes agentes de certa maneira dependiam das ações (de uma vontade senhorial) empreendidas pelos seus senhores, que por sua vez, exerciam um certo controle sobre suas relações, pois nesta sociedade escravista os senhores tinham mais poderes que seus cativos, pois como vimos estes patriarcas era um dos mais fortes conectores entre a vida cativa e o mundo exterior à fazenda.

---

<sup>62</sup> CERUTTI, Simona. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. in: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 182-183.

<sup>63</sup> Idem, p.183.

<sup>64</sup> Cf. F. Barth. *Scale and Network in Urban Western Society In. Scale and Social Organization, cit., p.166.*

<sup>65</sup> De acordo com Henrique Espada Lima, o conceito de racionalidade limitada tal como é usado por Levi não tem origem em Barth, ainda que seja bastante coerente com ele. Tal noção foi cunhada por Harvey Leibenstein no contexto a uma crítica ao modelo economista do homem econômico. Ver: LEIBENSTEIN; BEYOND. *Economic Man*. 1976.

<sup>66</sup> Fragmento textual retirado do livro de Henrique Espada Lima, *A micro História italiana*, 2006, p.462.

Acrescento a isto, o fato dos escravos angariar benefícios na sua relação com seu senhor, buscando no máximo possível atingir os seus objetivos, isto é, viver com maior segurança em uma sociedade profundamente marcada pela pobreza e por uma extrema desigualdade social. Diante desta realidade, vale dizer que vinha dos ditames dos senhores uma parte das regras que regia a vida cativa, parte sobre a qual os escravos não tinham domínio direto, nem poder de convencionar, como ocorria nas regras sociais internas<sup>67</sup>.

O tratamento metodológico dado a esta pesquisa foi empregado de acordo com a fonte a ser explorada. Os principais os documentos que examinamos foram; os inventários post-mortem, os registros paroquiais de batismos, casamentos e os testamentos que tiveram anexados nos processos de inventários e nos assentos de óbitos da Vila de Baependi.

Para os inventários e os batismos, a princípio por serem fontes que se reiteram no tempo, buscou-se uma abordagem de tipo serial, onde foi possível dentro de um longo período (1820-1888) captar as mudanças no diferentes momentos históricos, ou seja, perceber as variações no tempo. Com relação a estas fontes quantitativas, é importante salientar que os assentos de batismo por ser uma documentação serial e de caráter massivos, foram as que mais contemplaram as diversas camadas da sociedade baependiense oitocentista<sup>68</sup>.

Com relação aos inventários *post-mortem*, a quantificação deste corpo documental permitiu identificar a representativa dos patrimônios produtivos nas fortunas das pessoas que tiveram bens a declarar na Vila de Baependi. Foram analisados todos os inventários da região de 10 em 10 anos, entre o período de 1820 a 1888. As peças dos inventários que nos mais chamou a atenção foram às avaliações de bens, as dívidas passivas e ativas, as partilhas das heranças e as listas de matrículas de escravos que começaram a serem anexadas nestes documentos a partir do ano de 1872. As análises sobre estas dados valeram-se, em alguma medida, de uma abordagem serial. Partindo deste exame, nossos estudos centrou-se na análise da composição do

---

<sup>67</sup> ENGEMANN, Carlos. Da comunidade escrava e suas possibilidades, séculos XVII-XIX. In: FLORENTINO, Manolo (org.). *Tráfico, cativo e liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

<sup>68</sup> Este dado foi também observado por João Fragoso ao pesquisar as atas batismais das freguesias rurais do Rio de Janeiro. Ver: FRAGOSO, João. *Apontamentos para uma metodologia em História Social a partir de assentos paroquiais – Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro, 2011, p. 2. (texto inédito).

patrimônio produtivo, no nível de distribuição e concentração das riquezas inventariadas e no montante de riquezas ali registradas<sup>69</sup>.

Análise serializada dos dados dos inventários permitiu que verificássemos as mudanças e as permanências do sistema agrária examinado ao longo do tempo. Como lembra João Fragoso, “o tipo de fonte em questão apresenta a composição das fortunas dos mortos e, portanto, através dela é possível perceber as características econômicas básica de uma região”<sup>70</sup>. Com a preocupação de captar o máximo destes elementos, trabalhamos nesta pesquisa 510 inventários, que estão organizados e catalogados no Escritório Técnico do IPHAN localizado na cidade de São João del Rei.

Para as análises das trajetórias sociais utilizamos o método proposto por Carlos Ginzburg e Carlo Poni, qual seja, capturar as ações de um mesmo sujeito em diversas tipologias documentais, por meio da ligação nominativa<sup>71</sup>. Segundo Ginzburg e Poni, uma variedade de fontes pode apresentar varias características sociais, culturais e políticas de uma mesma pessoa, em nosso caso, os assentos batismos demonstram os indivíduos como padrinhos, compadres e afilhados, os inventários como pobres ou afortunados, os testamentos como pessoas preocupadas com a salvação da alma ou revelações de paternidades que foram ocultadas em vida, etc.. Portanto, ao limitarmos nossas análises sobre as informações contidas em apenas um documento “corre-se o risco de perder a complexidade das relações que ligam um indivíduo a uma sociedade determinada”<sup>72</sup>.

Entre estes historiadores os estudos sobre à micro-história se tornou rico e diversificado. Ginzburg e Carlo Poni apoiados numa enorme jazida arquivística italiana propõem uma maneira de conceber a história social acompanhando o “nome” próprio dos indivíduos ou dos grupos dos indivíduos. Neste caso a escolha do indivíduo não é algo conflitante de análise social, pois permite destacar ao longo de um destino específico o destino de um homem, de uma comunidade e sua obra, em outras palavras,

---

<sup>69</sup> Trabalhos a partir dessa abordagem surgiram com força no Rio de Janeiro, em fins da década de 1970, através de pesquisadores nucleados em torno de Maria Yedda Linhares e Ciro Flamarion Cardoso. Também se espalharam, através de diferentes redes de pesquisadores, por diversas regiões do Brasil – na Bahia, em São Paulo, em Minas Gerais, no Paraná e no Rio Grande do Sul, entre outros locais.

<sup>70</sup> João Fragoso, *Barões do Café*, 2016, p. 20.

<sup>71</sup> Outros exemplos de trabalhos que utilizam a ligação nominativa como método ver: GUTMAN, Herbert G. *The Black Family in slavery and freedom (1750-1925)*. New York: Vintage Books, 1977; SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor. As esperanças e as recordações na formação da família escrava, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

<sup>72</sup> GINZBURG, Carlo e PONI, Carlo. *O Nome e o Como: troca desigual no mercado historiográfico*, 1989.

uma complexa rede de relações, a multiplicidades dos espaços e os tempos nos quais se inscreve<sup>73</sup>.

Portando, rastreando os indivíduos desta pesquisa através dos seus nomes pude perceber que estavam imersos em varias redes relacionais constituídas pelos agentes que vivenciaram as mudanças ocorridas na localidade em estudo. O que consideramos essencial no método proposto por Carlo Ginzburg e Carlo Poni, é que este procedimento pode ser aplicado em qualquer camada da sociedade, possibilitando reconstituir uma trajetória social “a partir de baixo”, ou seja, “tornar possível à reconstituição do vivido inacessível às outras abordagens historiográficas<sup>74</sup>”. Assim, um dos desafios lançados nesta pesquisa foi selecionar uma massa de dados disponíveis que apresentasse casos relevantes e significativos. Contudo, diante do método que irei empregar nesta pesquisa, procurei montar um quadro de referencia com bases seriais, para depois, recompor trajetórias e relações a partir de um estudo nominal<sup>75</sup>.

Para analisar e reconstruir os percursos sociais dos sujeitos que formaram extensas redes de compadrio na região tivemos que recorrer a uma ferramenta metodológicas que nos auxiliou na constituição destes percursos individuais, assim, fizemos usos da base de dados Fichoz<sup>76</sup>. Esta base de dados foi desenvolvida por Jean Pierre Dedieu, atualmente professor Emérito da Université Toulouse Jean Jaurés. Para aprendermos manusear esta ferramenta analítica, tivemos que no período de doutorado sanduiche encontrar com este deste pesquisador, sobre a sua supervisão num período de três semanas, pude desenvolver alguns técnicas de pesquisa oferecida por pela base de dados fichoz que nos revelou uma infinidade de instrumentos de pesquisa.

A ideia principal desta base de dados concerne em decompor a vida dos agentes históricos em “eventos”. Neste sentido, para cada ato seria criado um registro com

---

<sup>73</sup> JACQUES, Revel. Prefácio: In: LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 16-19.

<sup>74</sup> Idem, p. 17.

<sup>75</sup> Este método foi empregado por Luiz Farinatti ao analisar as famílias de elite da sociedade agraria de Alegrete, município de Campanha, entre os anos de 1825 a 1865. Ver: FARINATTI, Luís Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: UFSM, 2010.

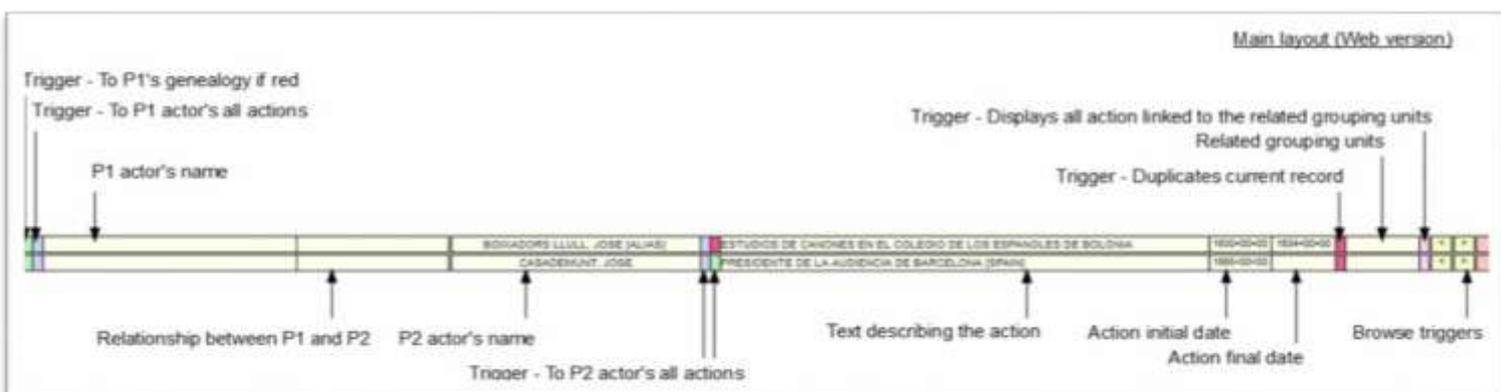
<sup>76</sup> Tiago Gil ao estudar as redes de credito da região Rio Grandense de Viamão fez uso desta ferramenta analítica desenvolvida por Jean Pierre Dedieu. Porém o autor adota tal método dentro de um posicionamento teórico- metodológico maior proposto de Fredrik Barth, ou seja, estudar os grupos sociais em suas diferentes dinâmicas e peculiaridades. Ver: GIL, Tiago. *Coisas do Caminho*. Tropas e tropeiros do Viamão à Sorocaba, Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

informações como a data, o local, a interação com outro agente e um campo de detalhamento, entre outros. A interação e a análise detalhada de cada ato são os pontos fortes desta forma de coletar e organizar os dados. Tal perspectiva de trabalho pode perfeitamente ser inserida dentro das análises sobre a constituição das redes de compadrio<sup>77</sup>. Segue abaixo o modelo desta base de dados.

### 1º Preenchimento

Query type	Query act.	Query	Alpha sort	Chron. sort	Expanded	Close	<	>	< Browse by means of these buttons	Actions - Main web layout									
					CASADEMUNT, JOSE				PRESIDENTE DE LA AUDIENCIA DE BARCELONA [SPAIN]	1665-00-00									
	CASADEMUNT, JOSE	Valido			PASCUAL LLEU, ANTONIO				José Casademunt, presidente de la Audiencia de Barcelona, presenta como colegial de	1665-00-18									
					BOVADORS LLULL, JOSE [ALIAS]				ESTUDIOS DE CANONES EN EL COLEGIO DE LOS ESPANOLES DE BOLOGNA	1630-00-00	1634-00-00								
					CASADEMUNT, JOSE				MUERTE EN MADRID [REGENTE DEL CONSEJO DE ARAGON]	1679-00-15									
					RODRIGUEZ CASADEMUNT, JOSE				GOBERNADOR MILITAR DE LA PROVINCIA DE CADIZ	1627-00-00									
					RODRIGUEZ CASADEMUNT, JOSE				GENERAL DE DIVISION [GRADO]	1627-00-00									
					CASADEMUNT, JOSE				REGENTE DEL CONSEJO DE ARAGON	1679-00-00	1679-00-15								

### 2º Preenchimento:



<sup>77</sup>DEDIEU, Jean Pierre, "Les grandes bases de données: une nouvelle approche de l'histoire sociale. Le système Fichoz," (2005).

### 3 Prenchimento

		CASA JAIME ROTHSCHILD	FUNDACION DE LA CASA DE COMERCIO JAIME ROTHSCHILD	1812=00=00	
	Socio - dueño	ROTHSCHILD, JAIME	SOCIO FUNDADOR DE LA CASA DE COMERCIO JAIME DE ROTHSCHILD, EN PARIS	1812=00=00	
ROTHSCHILD, JAIME	Oposición	CANGA ARGUELLES, JOSE	Rechazo por Canga Argüelles de una propuesta de Jaime Rothschild para hacerse cargo del	1820=00=00	
	Asentista	CASA JAIME ROTHSCHILD	ASIENTO PARA LA COLOCACION DE 40.000 TITULOS DEL EMPRESTITO NACIONAL POR	1821=00=00	
	Asentista	CASA JAIME ROTHSCHILD	ASIENTO PARA LA REALIZACION DE LOS PAGOS DEL GOBIERNO ESPANOL EN PARIS	1822=00=00	1823=00=00
CASA NATHAN ROTHSCHILD	Socio	CASA JAIME ROTHSCHILD	La Casa Jaime Rothschild, banquero en París, se asocia con la Casa Nathan Rothschild en	1824=00=00	
CASA JAIME ROTHSCHILD	Socio	CASA AGUADO	Convenio entre la Casa Rothschild de París y Aguado para mantener la cotización de la	1830=12=00	
BURGOS OLMO, FRANCISCO JAVIER	Negociación	CASA JAIME ROTHSCHILD	Fracaso de la negociación de un empréstito de 800 M tv para el gobierno español para	1833=00=00	
FANDO FERNANDEZ PINEO, MANUEL	Negociación	CASA JAIME ROTHSCHILD	Miraflores, de paso por París camino de su embajada de Londres, negocia con Jaime	1834=02=17	
	Asentista	CASA JAIME ROTHSCHILD	ASIENTO DEL EMPRESTITO DE 15 MILLONES DE FRANCOS	1834=06=07	
		ROTHSCHILD, LIONEL	APODERADO DE LA CASA JAIME ROTHSCHILD EN ESPANA	1834=08=00	1835=05=00
CASA JAIME ROTHSCHILD	Apoderado	ROTHSCHILD, LIONEL	Lionel Rothschild negocia en Madrid el arreglo de la anulación del asiento de los 15M de	1834=08=09	1834=10=07
	Asentista	CASA JAIME ROTHSCHILD	ASIENTO DE ANULACION DEL ASIENTO DE LOS QUINCE MILLONES DE FRANCOS	1834=10=07	

De uma maneira geral, para reconstituir as trajetórias dos agentes investigados nesta pesquisa, coletei as informações sobre suas características sociais nas fontes cartoriais e paroquiais, em seguinte inseri estes dados no sistema Fichoz. Através deste procedimento conseguimos visualizar as suas redes de compadres que eram formadas por pessoas pertencentes aos vários setores da sociedade.

\* \* \*

Detalhando o estudo por capítulos, no primeiro abordaremos a desigualdade socioeconômica que se vez presente numa Vila dedicada às atividades agropecuaristas e voltada para abastecer os mercados interno/externo. Para compreendermos melhor os recantos desta questão, primeiro, iremos observar como a riqueza constituiu na Vila de Baependi, estava distribuída de forma desigual entre as distintas famílias da região. Na sequência, veremos quais foram os patrimônios produtivos responsáveis pela reiteração do sistema agrário local. Adiante, verificaremos a relação da mão de obra escrava com a agricultura e pecuária, refinando o exame sobre as propriedades dos lavradores de distintas condições socioeconômicas. Por último, analisaremos como as produções agrárias e pecuaristas da localidade estavam articuladas com os mercados regionais e províncias do sudeste brasileiro.

No 2º capítulo a análise recai sobre as escravarias da localidade. Primeiro, examinamos as características dos cativos inventariados. Em seguida, realiza-se um estudo sobre as distintas faixas de planteis escravistas, nessa seção, faremos uso de um

procedimento ainda pouco utilizado: estrutura de posse vista pelos registros de batismo. Sobre este método, iremos cruzar as atas batismais com os inventários *port-mortem*. Tal procedimento foi adotado para observarmos exclusivamente como propriedade escrava esteve disseminação na região, em outras palavras, pretende-se averiguar até que ponto diversos setores desta sociedade estavam comprometidos com a manutenção da escravidão<sup>78</sup>.

No terceiro capítulo desta tese procurou-se analisar as alianças de compadrio que os cativos estabeleceram com os membros do cativo e com os segmentos da localidade. Na sequência foram analisadas as características gerais dos indivíduos que se compareceram às pias batismais da região para apadrinhar os inocentes cativos. Por sua vez, buscou-se identificar quem eram as pessoas livres e escravas que mais foram convidadas para servir de pais espirituais. Através das relações deste seleto grupo de padrinhos preferências, pretende-se analisar como uma hierarquia social era reiterada na localidade.

No 4º e último capítulo desta tese, nossas atenções estiveram voltadas para as relações de compadrio e de paternalismo entre senhores e escravos da região. O primeiro passo foi apurar a quantidade de escravos que foram batizados pelos seus próprios donos. Em seguida, procurou-se observar as famílias senhoriais que mais apadrinharam cativos pertencentes às suas senzalas. Em síntese, o principal objetivo deste capítulo, consistiu em analisar como os senhores utilizavam o compadrio para produzir aliados no cativo.

---

<sup>78</sup> A posse escrava vista sobre a ótica dos assentos paroquiais, e método que há tempo vindo sendo utilizado por vários historiadores com intuito de examinar com a disseminação da propriedade escrava em diversos setores da sociedade pode ser considerado um dos fatores que dava elasticidade à escravidão. Este método foi mais aplicado para os estudos da sociedade escravista Imperial Brasileira. Ver: GÓES, José Roberto. *O cativo imperfeito: um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX*. Vitória: Lineart, 1993. Apontamentos para uma metodologia em História Social a partir de assentos paroquiais – Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: s/d. (texto inédito) FONTELLA, Leandro Goya e MATHEUS, Santos Marcelo. *Estrutura de posse escrava na província do Rio Grande de São Pedro: um balanço historiográfico*. Revista Latino-americana de História, São Leopoldo, v. 2, nº. 9, 2013. GUTERRES, Letícia Batistella Silveira. *Escravidão, família e compadrio ao sul do Império do Brasil: Santa Maria (1844-1882)*. Rio de Janeiro: PPGH/UFRJ, 2013. (Tese de Doutorado).\_\_\_\_\_. *Para além das fontes: im/possibilidades de laços familiares entre livres, libertos e escravos (Santa Maria, 1844-1882)*. Porto Alegre: PPGH/PUC-RS, 2005. (Dissertação de Mestrado).

## **CAPÍTULO 1:**

# **Escravidão e desigualdade socioeconômica em uma Vila Sul Mineira.**

## Resumo do capítulo

Neste capítulo, examinaremos a desigualdade socioeconômica de uma região escravista localizada no Sul de Minas Gerais. A localidade escolhida foi a Vila de Santa Maria do Baependi que, no ano de 1814, recebeu *status* de Vila<sup>79</sup>. É importante ressaltar que, apesar de nosso estudo estar centrado nesta localidade, iremos nos valer de exemplos de outras áreas que estiveram subordinadas ao termo de Baependi, em especial os distritos de Pouso Alto, São Tomé das Letras, Aplicação de São José do Favacho e a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Rio Verde. Todos estes locais, como a Vila de Baependi, tinham na pecuária e na agricultura sua principal atividade econômica e estavam situadas na fronteira ou muito próximas a ela. Com o intuito de compreender a desigualdade socioeconômica que se formou nesta Vila, fizemos uma análise sobre o nível de concentração da riqueza entre os moradores que tiveram seus bens declarados após falecerem. Assim, examinamos a distribuição dos principais ativos econômicos inventariados nesta sociedade sul-mineira. Para analisar as questões que foram lançadas neste capítulo, a documentação privilegiada foram os inventários *post-mortem* (510 processos) tomados por amostragem de 10 em 10 anos. Complementando as informações dos inventários, foram pesquisadas as listas nominativas de habitantes do termo de Baependi produzida na década de 1830<sup>80</sup>, os relatórios do presidente da Província Mineira e os Almanques Administrativos, Industriais e Civis realizados para o Sul de Minas Gerais a partir da década de 1860.

---

<sup>79</sup> *Revista do Arquivo Público Mineiro* (RAPM): Auto de Levantamento de Nova Vila, 23 out. 1814, Santa Maria de Baependi (Vila), Criação, Reino. Edição: Imprensa Oficial de Minas Gerais, Data da Publicação: 1896 p. 427-441.

<sup>80</sup> Além disso, procuramos cruzar os dados encontrados nos inventários, com as informações apreendidas nas listas nominativas de 1831/32, a partir de um banco de dados elaborado por pesquisadores do CEDEPLAR/UFMG, de Belo Horizonte MG.

## A formação de uma Vila.

Na Comarca do Rio das Mortes ao Sul de Minas Gerais, Baependi é uma das regiões mais antigas. A história de seu povoamento inicia-se no ano de 1692, quando os paulistas, Antônio Delgado da Veiga e seu filho Manoel Garcia seguiam da região de Taubaté para os sertões da Capitania de São Vicente com a missão de capturar índios. Os missionários ouviram de um destes índios, considerados gentios, que nas Serras da Mantiqueira havia bastante ouro. Com esta notícia, empenharam-se em uma nova expedição<sup>81</sup>.

Antônio Delgado da Veiga e Manoel Garcia, ao passarem pela região da Paraíba, nas fraldas da serra da Mantiqueira, encontraram um aldeamento de índios e ali pernoitaram no alto do morro, denominando este lugar como Pouso Alto (região que mais tarde tornou-se distrito do termo de Baependi). Seguindo caminho à margem do Rio Verde, avistaram um índio ao qual um dos intérpretes dirigiu a seguinte pergunta: *Bae pende?* Que significa: *Que nação de gente é a tua?* Os paulistas acharam graciosas estas expressões e deram a esse rio o nome de Baependi. Depois, outros sertanistas descobriram ouro nas margens desse rio e iniciaram a formação de um pequeno povoado, ao qual denominaram de Baependi<sup>82</sup>.

Vários colonos e exploradores passaram pela região de Baependi. Pelo pouco tempo que ficaram na localidade, deixaram pequenas roças de culturas temporárias. Um dos primeiros habitantes a residir com sua família na localidade foi o sesmeiro Tomé Nogueira do Ó, e sua esposa Maria Leme do Prado, que construiu um engenho e ergueu na propriedade uma capela sob a invocação de Nossa Senhora do Monserrat. Tomé Nogueira do Ó era natural de Funchal, Ilha da Madeira, filho do fidalgo português Antônio Nogueira e Francisca Fernandes do Vale. Em 1711, recebeu a Patente de Capitão da Infantaria do Distrito de Piedade (Lorena SP); em 1714, patentes de Capitão de Taubaté; no ano 1717 foi nomeado Capitão do Comandante do Caminho Novo da Mantiqueira Grande e em 1723 tornou-se sargento-mor da região de Baependi<sup>83</sup>.

A remota origem familiar do senhor Tomé Nogueira do Ó advém de alguns séculos atrás. Era oriundo de um fidalgo espanhol, D. Fernando Rodrigues Nogueira, do

---

<sup>81</sup> Segundo informações constantes do artigo “Esboços chográficos – Baependy (1692-1822)”, na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano IV, 1899.

<sup>82</sup> Idem, p. 185.

<sup>83</sup> Idem, p. 188.

reino de Aragão que, devido às guerras mouras, migrou para Portugal. Filhos e netos de D. Fernando espalharam-se pelas Canárias e Ilha da Madeira, de onde seguiram para São Vicente e São Paulo. “Tomé Nogueira do Ó era descendente de um dos legítimos e nobres dos Nogueiras de Portugal”, conforme se atesta pela carta de brasão dos Nogueiras, concedida a seu neto, o Marquês de Baependi, Manuel Jacinto Nogueira da Gama. Tomé Nogueira do Ó faleceu no ano de 1741 e suas propriedades foram divididas entre seus filhos<sup>84</sup>.

Seis anos após a morte de Tomé Nogueira do Ó (1747), Baependi foi reconhecida como Arraial, e no ano de 1752 tornou-se um Distrito, subordinado à Vila de Campanha da Princesa. Em 1814, foi elevado à categoria de Vila, assim, desmembrando-se da Vila de Campanha. Pela vontade real da Vossa Alteza, Príncipe D. João, a região começava a ter acesso a novas prerrogativas e privilégios, como o levante de um pelourinho em praça pública, em frente à Igreja Matriz, a construção de uma Casa da Câmara, cadeias e oficinas do conselho. Além destes benefícios administrativos, as terras devolutas<sup>85</sup> que se encontravam dentro dos limites jurídicos da localidade, podiam se tornar patrimônio e, em seguida, serem transformadas em sesmarias para promover o desenvolvimento territorial da região<sup>86</sup>. Na época que Baependi foi elevada à categoria de Vila, ocorreu em toda província de Minas Gerais diversas mudanças administrativas em seu quadro regional.

Esta política territorial fez com que as delimitações jurídicas das Freguesias, Vilas e Comarcas mineiras fossem alteradas e reagrupadas. Essas reconstituições geográficas se justificam por dois motivos: o primeiro consiste no desenvolvimento econômico e populacional das localidades da Comarca do Rio das Mortes e o segundo na falta de comunicação entres as jurisdições, termos e sedes destas Comarcas<sup>87</sup>.

---

<sup>84</sup> Idem, p.187.

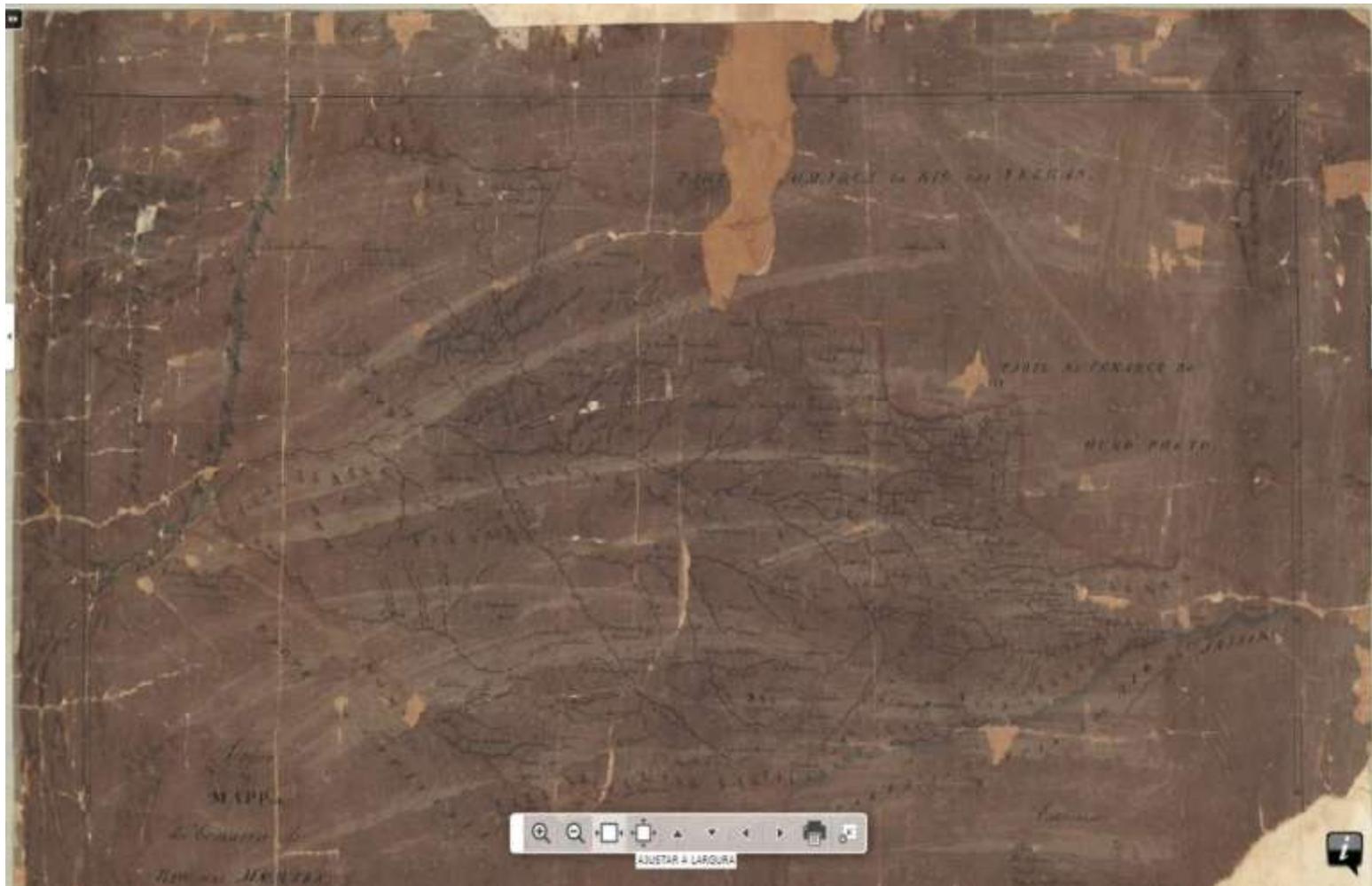
<sup>85</sup> A doações de terras no arraial de Baependi, já começam no início da segunda metade do século XVIII. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano IV, 1895.

<sup>86</sup> Arquivo Histórico Mineiro (APM). Carta dos oficiais da Câmara da Vila de Santa Maria do Baependi ao Governador Dom Manuel de Portugal e Castro sobre o comunicado da elevação da Freguesia em Vila. Cx: 38 – 30109.

<sup>87</sup> GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais, São João del Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002, p. 33.

## Mapa -1

Mapa da Comarca do Rio das Mortes – 1800 (DATA PROVAVEL)



Fonte: Arquivo Publico Mineiro (APM).

Com relação à primeira premissa, a Comarca do Rio das Mortes, na transição do século de XVIII para o XIX, apresentou significativo crescimento populacional e econômico. De acordo com Carla Almeida, entre os anos de 1776 a 1821, a população da Comarca do Rio das Mortes cresceu em 158,05%<sup>88</sup>, na média anual este contingente apresentou um crescimento de 3,5%<sup>89</sup>.

<sup>88</sup> FLORENTINO, Manolo Garcia. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, p.22.

<sup>89</sup> ALMEIDA, Carla. *Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial, 1750-1822*. Niterói:UFF, 2001 (Tese de Doutorado).

Além desta alta porcentagem populacional, a Comarca do Rio das Mortes se destacou como elevada produção agropecuarista. Desde o final do século XVIII, foi uma das principais abastecedoras da Província do Rio de Janeiro. Em suas pesquisas sobre o Sul de Minas Gerais, Alcir Lenharo nos informa que esta área se encontrava em uma situação geográfica privilegiada, sendo servida por diferentes canais de escoamento, como as estradas do Comércio e da Polícia, Caminho Novo que, por uma variante, chegava até Barbacena. São João del Rei, sede desta Comarca, ao longo da primeira metade do século XVIII, ao mesmo tempo abastecia e enviava seus produtos para várias regiões paulista e cariocas<sup>90</sup>. Saint-Hilaire, que viajou duas vezes pelo Sul de Minas, foi quem descreveu com detalhes as formas específicas deste comércio regional. De fato, os proprietários da região tinham suas próprias 14 tropas e, em geral, faziam uso do trabalho dos seus filhos tropeiros.

De acordo com o viajante francês, essas empresas constituíam, portanto, uma extensão de suas bases familiares, fundamentadas no trabalho dos filhos. “Numa fazenda relata o autor – um dos filhos torna-se o condutor da tropa, outro se encarrega de cuidar desta, outro das plantações, e todos, indiferentemente, ordenham as vacas e fazem queijos”. Complementavam a força de trabalho os agregados, geralmente ligados aos 16 proprietários por vínculos de compadrio ou parentesco mais afastado<sup>91</sup>.

---

<sup>90</sup> LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil, 1802-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979, p.61.

<sup>91</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. 1819. *Viagem à Província de Goiás*. Belo Horizonte/São Paulo: Ed. Itatiaia, 1975.

## Mapa - 2

Mapa da Comarca do Rio das Mortes (1821).



**Fonte: Documento, UFSJ.**

Este rápido desenvolvimento ocorrido na Comarca do Rio das Mortes, em menos de meio século, explica a reorganização regional sofrida ao longo da primeira metade do XIX. Diante disso, a Vila de Santa Maria do Baependi não ficou imune a essas mudanças, pois se agrupou à Vila de Barbacena e ao Município de Pomba para formar a Comarca de Paraibuna.

Além de Baependi, outras localidades sul-mineiras também foram agrupadas, como as regiões de Campanha, Jacuí e Pouso Alegre compuseram a Comarca de Sapucaí. Desse modo, restaram somente as Vilas de São João del Rei, São José (atual Tiradentes), Tamanduá e Lavras nos limites jurídicos da Comarca do Rio das Mortes<sup>92</sup>. Na palavras do historiador Afonso Alencastro, “além dessas alterações de seus termos,

<sup>92</sup> MARTINS, Maria do Carmo Salazar. Revisando a Província: comarca, termo, distritos e população de Minas Gerais em 1833-35. In: *Anais do V Seminário sobre a Economia Mineira*. Diamantina: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1900, p. 14-16.

temos uma infinidade de modificações nos distritos que compunham os municípios, fato que dificulta enormemente a descrição cronológica de sua abrangência administrativa e judiciária”<sup>93</sup>.

Para que pudéssemos estudar o Termo de Baependi em meio a essas mudanças, foi necessário saber a situação dos distritos que compuseram a referida região. Para isso, procuramos entender a conformação desta localidade em três ocasiões: nos mapas de populações de 1807/25, nas listas nominativas de 1831/39 e no Censo Imperial de 1872. Na primeira contagem populacional, a antiga Freguesia de Baependi reunia dois distritos. Na segunda, quando era Vila, reuniu 8 Freguesias. E no recenseamento de 1870 e 1872, quando já era Município, possuía 6 regiões subordinadas<sup>94</sup>.

#### Quadro 5: População livre e escrava do Termo da Vila Baependi.

Anos	Livres	Escravos	Totais
1807	3.255	2.871	6.126
1821	19.012	10.523	29.535
1832	10.199	7.987	18.186
1833-35	26.240	17.767	44.007
1872	28.321	9.139	37.460

**Fonte:** O numero total de habitantes no termo de Bapendi ate o ano de 1835 era de 44.077. Não foram contabilizados as 6.217 pessoas para quais não há informações sobre a condição. Os 1.647 forros foram incluídos entre a população livre. O número de livres e escravos para os anos de 1821, 1832 e 1833-35 foram extraídos da tabela montada por Marcos Ferreira de Andrade, ver em; *Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro*. Minas Gerais-Campanha da Princesa (1799-1850), Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008, p. 35. Arquivo Publico Mineiro: Mapa de População do Termo de Baependi, 1807, 1825. Silvia Pinto. População da província de Minas Gerais – 1821. Recenseamento da população do Império do Brasil, 1872, Raimundo José da Cunha Matos, *Corográfica Histórica da província de Minas Gerais* (1837), VOL 2. APM, Lista nominativa dos habitantes de alguns distritos do termo de Baependi, 1831. Banco de dados montado pela equipe de pesquisadores do CEDEPLAR/UFGM, sob a coordenação da Prof.<sup>a</sup> Clotilde Paiva. Original: Arquivo Público Mineiro. Mapa de População de 1833-35. Documentação pertencente ao APM, reproduzida e corrigida pelas pesquisadoras Clotilde de Andrade Paiva e Maria do Carmo Salazar - CEDEPLAR/UFGM.

Esses ganhos e perdas de regiões foram fatores que interferiram na composição populacional do Termo de Baependi. Em 1807, quando Baependi era uma Freguesia, havia 6.126 habitantes. No ano de 1821, quando a região tornou-se um dos termos da Comarca do Rio das Mortes, a população mais que quadruplicou, chegando a 29.535

<sup>93</sup> GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro., 2002, p. 33.

<sup>94</sup> Recenseamento da população do Império do Brasil, 1872.

peças<sup>95</sup>. Esse crescimento populacional ocorreu devido à incorporação de novas regiões. Foram agrupadas duas localidades sul-mineiras nos censos do Termo de Baependi: as Freguesias de Aiuruoca e Pouso Alto. Tais locais contavam com um alto número de habitantes que contribuíam para o aumento da população do termo<sup>96</sup>. A título de comparação, em 1821, Baependi teria um número de habitantes superior a muitas Freguesias urbanas da Corte do Rio de Janeiro, a de Santana, que tinha 10.835<sup>97</sup>.

No ano de 1832 registramos uma grande queda na população baependiense, especialmente em contingente de cativos. De acordo com Marcos Ferreira de Andrade, a explicação para este declínio populacional está na ausência de alguns distritos importantes, que pertencia ao mesmo Termo, e que não constam nas listas nominativas de 1832<sup>98</sup>, incluindo a própria sede da Vila.

Entre os anos de 1833-35, o termo de Baependi apresentou números superiores de habitantes, tanto livres como escravos. Nesta época, foram incorporadas a esse termo mais 4 freguesias, algumas tinham populações cativas superiores à dos livres, como São José do Favacho e Viradouro, as demais contavam com 40% a 45% de cativos. Além disso, muitas dessas regiões contavam com escravarias que possuíam acima de 100 cativos e com alto índice de africanos<sup>99</sup>. Como exemplo, temos o plantel do Coronel, Lavrador e Minerador, Antônio Luiz de Noronha, morador no Distrito do Varadouro que, no ano de 1833, contava com 98 cativos em sua propriedade. Destes, 56 eram africano-pretos: sendo 7 crianças, 38 adultos (14 a 40 anos) e 6 escravos acima de 40 anos<sup>100</sup>. Percebe-se que esta unidade estava sendo abastecida pelo comércio de Almas Atlânticas. No termo de Baependi foram poucas propriedades que apresentaram este

---

<sup>95</sup> Mapa de População de 1833-35. Documentação pertencente ao APM, reproduzida e corrigida pelas pesquisadoras Clotilde de Andrade Paiva e Maria do Carmo Salazar - CEDEPLAR/UFMG.

<sup>96</sup> PELÚCIO, José Alberto. *Baependi*. São Paulo: Gráfica Paulista, 1942. GRAÇA FILHO. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*, 2002, p. 33.

<sup>97</sup> KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.114.

<sup>98</sup> ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro. Minas Gerais-Campanha da Princesa (1799-1850)*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008, p.35.

<sup>99</sup> Apud ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Rebeliões escravas na Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais: o caso Carrancas. Afro-Ásia (UFBA), FFCH/UFBA - Salvador*, v. 21-22, 1999, p. 45-47. Esses resultados foram levados por Marcos de Andrade ao analisar os mapas de população da década de 1830 preservados e catalogados nos Arquivo Público Mineiro. Ver: Marcos de Andrade, *Elites regionais e a formação do Estado Imperial brasileiro: Minas Gerais - Campanha da Princesa (1799-1850)*. 2. ed. revista e atualizada. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

<sup>100</sup> Lista Nominativa do Distrito do Varadouro, filial da Freguesia de Aiuruoca do Termo de Baependi da Comarca do Rio das Mortes (1831). CEDEPLAR/UFMG

tipo de estrutura de posse, como em todo o território mineiro, era raro encontrar unidades produtivas que comportassem mais que 100 cativos<sup>101</sup>.

No intervalo de 1835 a 1872, verifica-se um aumento absoluto de habitantes no termo de Baependi, mas, infelizmente, não temos dados censitários (as listas nominativas em especial) sobre as décadas que cobrem esta lacuna temporal. Com isto, seria arriscado levantarmos conclusões gerais. Mesmo assim, esse crescimento populacional sinaliza que a área estava se tornando um polo atrativo de pessoas, em virtude das atividades agropastoris. Este ponto será objeto de investigação dos tópicos seguintes, quando se realizará um mapeamento das principais atividades econômicas praticadas na Vila, por meio da análise dos inventários.

---

<sup>101</sup> Analisando as listas nominativas de 1831-32 para a província Mineira, Douglas Libby constatou apenas 42 propriedades que possuíam de 50 a 100 escravos. Ver LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais no século XIX*, 1998, p.97.

**- A representatividade dos bens econômicos nos inventários *post-mortem* do termo da Vila de Baependi.**

Para compreendermos como os agentes de grandes e modestas fortunas na Vila de Baependi (ao longo do XIX) constituíram os seus patrimônios, lançamos mãos de uma amostragem temporal de inventários, cuja coleta se deu através de um levantamento por décadas, entre os intervalos de 1820,1830, 1840, 1850,1860, 1870 e 1880<sup>102</sup>. No Escritório Técnico do IPHAN da cidade de São João del Rei, encontramos 541 processos, porém, alguns não tiveram prosseguimento ou não apresentaram a avaliação dos bens de forma completa. Assim, trabalharemos como uma amostragem de 498 documentos, ou seja, aqueles que não apresentaram problemas para as análises seriais e qualitativas das fortunas inventariadas<sup>103</sup>.

Sabemos que os inventários *post-mortem* sub-representam as camadas mais abastadas de uma localidade, pois não oferece o mesmo tratamento às mais pobres da sociedade, cujos bens não eram passíveis de serem inventariados. Paradoxalmente, como afirmaram João Fragoso e Renato Pitzer, é mais fáceis termos acesso à população escrava da localidade, pois os mesmos eram propriedade dos inventariados e como tal deviam ser arrolados e avaliados, do que “às camadas mais miseráveis dos homens livres pobres”<sup>104</sup>.

No entanto, isso não invalida a utilização dos inventários para a análise pretendida. Intercruzando com outros documentos, esta fonte cartorial pode servir para os estudos dos estratos sociais mais pobres, mas certamente privilegia os grupos mais

---

<sup>102</sup> Esta metodologia de coleta de dados foi originalmente elaborada por Adeline Daumard para estudo da evolução das riquezas e do comportamento da Burguesia Parisiense para o século XIX DAUMARD, Adeline, 1985, p.55-73. Tal método também foi bastante explorado por Jonas Vargas para examinar as tipologias de fortunas da região rio-grandense de Pelotas, ver : VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas margens do Atlântico: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de Charqueadas em Pelotas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. (Tese de Doutorado).

<sup>103</sup> Para selecionarmos os inventários passíveis de análises seriais e qualitativas seguimos os mesmos passos deixados por Luiz Luís Augusto Farinatti que foi um dos historiadores a investigar este tipo de documentação cartorial. Ver: FARINATTI, Luís Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2007. (Tese de Doutorado).

<sup>104</sup> Sobre o uso dos inventários como fonte, conferir: FRAGOSO, João; PITZER, Renato Rocha. *Barões, homens livres pobres e escravos - notas sobre uma fonte múltipla*. Os Inventários Post-mortem. In: *Revista Arrabaldes*, n. 2, 1988, p. 37. Sobre esta e outras possibilidades de pesquisa em História Agrária ver, por exemplo, LINHARES, Maria Yedda. História Agrária. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 165-184. Também recorro a estas fontes pela inexistência de listas de habitantes para o Rio Grande do Sul, cujos documentos, desde as pesquisas de Marcílio, têm sido muito importantes na historiografia brasileira (MARCÍLIO, Maria Luíza. *A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850*. São Paulo: Pioneira/USP, 1973).

abastados e a riqueza controlada por uma elite<sup>105</sup>. Neste sentido, os inventários tornam-se uma fonte privilegiada, pelo seu caráter massivo e recorrente. No primeiro momento, tal corpo documental pode descortinar a disparidade socioeconômica entre os distintos grupos sociais e, no segundo, ele oferece uma visão dinâmica dos mesmos, ao longo do tempo, com suas mudanças e permanências<sup>106</sup>.

Sobre estas orientações metodológicas, montamos um banco de dados onde estão as informações nominais dos sujeitos que aparecem em todos os inventários levantados, desde inventariantes, inventariados, herdeiros, escravos, devedores, credores e daqueles que tiveram seus nomes mencionados naqueles processos, por qualquer outro motivo. Depois disso, somou-se separadamente cada bem inventariado que vai de escravos e terras<sup>107</sup> a simples equipamentos de trabalho. Esta prática contábilística consiste em verificar quais foram os patrimônios produtivos mais valorizados pelos inventariantes<sup>108</sup>.

A utilização desta metodologia visa investigar duas questões que irão nortear este capítulo: a primeira é a reiteração das tradicionais formas de riqueza e como os senhores da região utilizavam deste recurso para a manutenção dos seus *status*. A segunda questão incide sobre a distribuição desuniforme e desigual da riqueza produzida em Baependi, e como esta prática criava fosso entre os homens ricos e pobres na região. Estas duas questões que elucidarão a desigualdade social na localidade, não repercutirão apenas neste capítulo, mas nos próximos que serão examinados nesta pesquisa.

Começaremos a analisar como a localidade se comportou através do processo de mudanças nos padrões de investimentos e dos patrimônios produtivos de pessoas que deixaram bens registrados. No Gráfico 1, veremos em que tipo de ativos os inventariados aplicavam os seus investimentos.

---

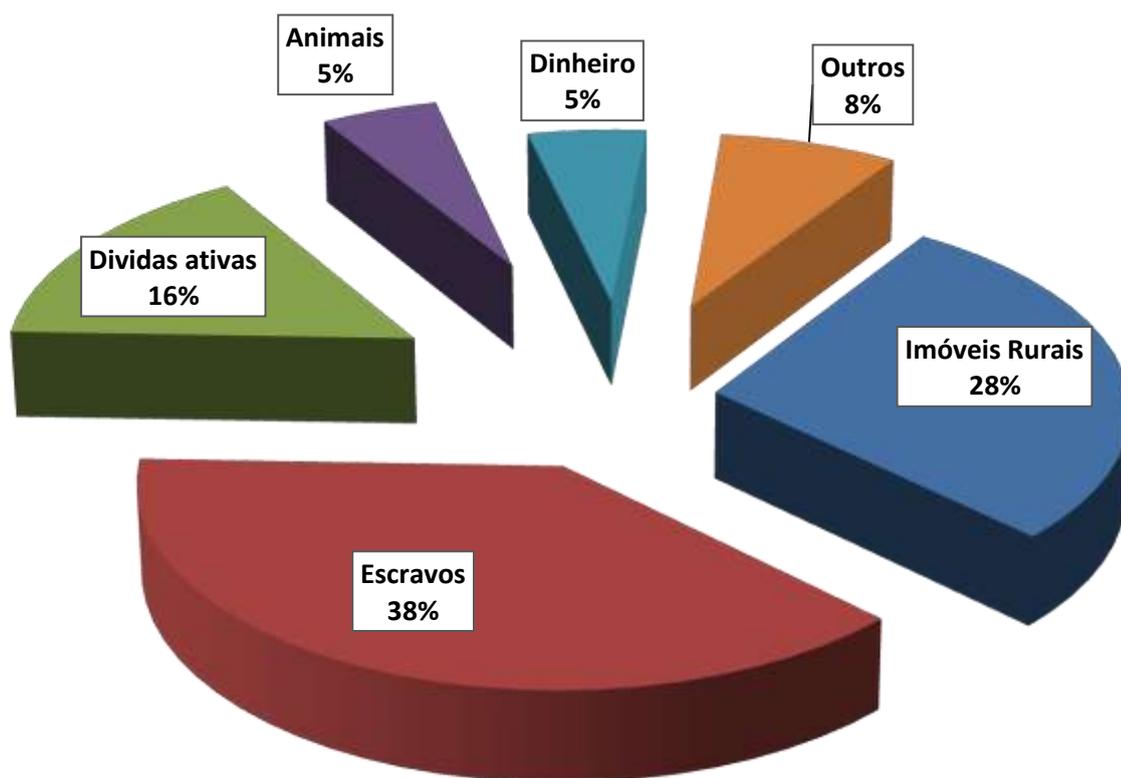
<sup>105</sup> É necessário ressaltar que se tem em mente nesta pesquisa a sobre representação dos homens livres pobres nos inventários. Este aspecto, particularmente tornar amostragem segura, tendo em vista sempre obtermos uma representatividade mínima desta camada social.

<sup>106</sup> FRAGOSO e PITZER. Op. Cit, p.37.

<sup>107</sup> Bens inventariados que a mais receberam investimento na região.

<sup>108</sup> Esta metodologia empregada para os estudos dos inventários *post-mortem* foi amplamente utilizada pelos pesquisadores de história econômica e social. Luiz Farrinatti ao desenvolver um profícuo estudo sobre as estratégias sociais da elite agrária de Alegrete, fez uso desta abordagem metodológica. Ver: FARINATTI, Luis Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPG em História Social do IFCS-UFRJ, 2007.

**Gráfico 1 - Participação dos bens inventariados, Vila de Baependi (1820-1888).**



**Fonte:** Inventários *post-mortem* da Vila de Santa Maria do Baependi, 1820-1888. Depositados no Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del Rei.

**Quadro 6: Participação dos ativos inventariados por décadas (1820-1888) –  
Valores em Libras Esterlinas.**

-	1820		1830		1840-49		1850		1860		1870		1880-88	
<b>Bens</b>	<b>Valores</b>	<b>%</b>	<b>Valores</b>	<b>%</b>	<b>Valores</b>	<b>%</b>	<b>Valores</b>	<b>%</b>	<b>Valores</b>	<b>%</b>	<b>Valores</b>	<b>%</b>	<b>Valores</b>	<b>%</b>
<b>Ouro e prata</b>	252,10	1,1	285,80	0,8	992,40	1,8	1.414,36	0,7	1.907,60	0,8	820,70	0,4	1.066,90	0,3
<b>Moveis utensílios e Ferramentas</b>	119,10	0,9	1.341,50	4,4	1.117,05	1,7	1.344,49	0,6	2.700,59	1,2	1.717,10	0,9	3.120,20	1,6
<b>Dinheiro</b>	132,10	0,6	22,01	0,1	633,95	0,9	13.265,28	6,8	1.229,07	0,5	26.602,60	14,3	15.213,40	5,2
<b>Animais</b>	1.302,20	6,1	2.920,30	9,1	3.976,61	6,1	9.591,80	4,9	11.281,40	5,1	8.062,20	4,3	15.433,01	5,3
<b>Mantimentos</b>	288,40	1,3	93,30	0,2	800,40	1,2	1.582,50	0,8	2.676,95	1,2	1.571,11	0,8	3.047,70	0,90
<b>Imóveis Urbanos</b>	46,10	0,2	640,38	1,7	383,90	0,5	5.722,20	2,9	8.930,50	4,1	14,00	0,1	11.310,80	3,9
<b>Imóveis Rurais</b>	3.228,80	15,3	6.716,58	20,7	15.871,11	24,2	43.650,80	22,4	47.649,16	21,9	40.209,60	21,7	132.049,70	45,8
<b>Escravos</b>	13.187,90	61,6	18.169,71	56,1	29.635,72	45,2	72.457,60	37,3	107.906,80	50,1	77.265,40	42,1	77.298,20	26,8
<b>Dívidas ativas</b>	2.760,00	12,9	2.235,69	6,8	12.048,70	18,4	35.001,01	18,5	33.024,10	15,1	28.674,94	15,5	27.239,10	9,4
<b>Ações e Apólices</b>	-	-	-	-	-	-	10.003,80	5,1	-	-	-	-	2.541,10	0,8
<b>Totais</b>	<b>21.360,30</b>	<b>100%</b>	<b>32.425,27</b>	<b>100%</b>	<b>65.459,84</b>	<b>100%</b>	<b>194.033,84</b>	<b>100%</b>	<b>217.306,17</b>	<b>100</b>	<b>184.937,65</b>	<b>100</b>	<b>288.320,11</b>	<b>100</b>
<b>Nº de Inventários</b>	<b>40</b>		<b>42</b>		<b>91</b>		<b>68</b>		<b>90</b>		<b>75</b>		<b>92</b>	

**Fonte:** Inventários post-mortem da Vila de Santa Maria do Baependi, 1820-1888. Depositados no Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del Rei.

De acordo com o Gráfico 1 e o Quadro 2, os escravos, os imóveis e as dívidas, seguindo essa ordem de importância, foram os ativos inventariados mais importantes nos patrimônios produtivos dos Baependienses. Significa dizer que estes valiosos bens foram fundamentais na reiteration da economia local de base agrícola.

O binômio escravo e terra sempre se mostraram eficazes na composição das fortunas: juntos correspondiam a 66% do total bruto da riqueza inventariada. Vistos separadamente, os cativos apresentaram um percentual de 38% e as terras 28%. No Quadro 1, nota-se que, do início até o final do nosso recorte temporal, esses ativos mantiveram-se como os negócios mais proeminentes na região. Porém, os escravos tiveram a maior porcentagem na maioria dos intervalos, com exceção dos anos 1880, onde a categoria imóvel teve o percentual mais alto. É provável que a elevação do ativo terra na década da abolição, seja um indício de que os senhores estavam preocupados mais com a proteção patrimonial. Ao mesmo tempo, podemos delinear a hipótese do envelhecimento da população cativa e a própria diminuição das possibilidades de reprodução das escravarias, fruto da lei de 1871, das dificuldades de renovação das escravarias via tráfico interno (questão que será retomada no capítulo de nº 2). Não é difícil supor que, com esse envelhecimento e aumento do número de escravos fora de idade produtiva, o preço médio dos cativos inventariados tendeu a cair.

Analisando as fortunas inventariadas no Vale do Paraíba do Sul Fluminense, entre os anos de 1830 a 1888, João Frágoso constatou que a grande maioria dos Barões do café preferiu continuar investindo seus recursos em terras e homens, sendo estes adquiridos por meio dos velhos expedientes do capital mercantil. Nas palavras de Frágoso, “tais Barões não foram empreendedores o suficiente para criarem novas alternativas empresariais, ao contrário disso, optaram por atividades econômicas tradicionais e mais seguras e disponíveis no mercado local”<sup>109</sup>. Frágoso observou que terras e homens correspondiam mais de 60% dos valores das empresas agrícolas<sup>110</sup>, em Baependi encontramos um percentual de 66%.

Apesar do Vale do Paraíba Fluminense e a região de Baependi apresentarem distintos espaços produtivos, a primeira mais ligada à monocultura do café, e a segunda às atividades agrícolas consorciadas, em ambas as localidades, terras e escravos,

---

<sup>109</sup>FRAGOSO, João. *Barões do café e sistema agrário escravista: Paraíba do Sul, Rio de Janeiro (1830-1888)*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.p. 180.

<sup>110</sup>Idem, p. 181.

constituíram-se em elementos de vital importância na reprodução da escravidão, sendo responsáveis pelo seu caráter indelevelmente excludente e hierárquico<sup>111</sup>.

Retomando o Quadro 2, veremos que escravos e terras comparados aos outros bens, foram os itens que mais elevaram as fortunas familiares da localidade. O brusco crescimento destas riquezas ocorreu na passagem da primeira para a segunda metade do XIX. Neste período, homens e terras na região apresentaram altos valores. De alguma forma, a valorização desses ativos pode estar relacionada a fatores de ordem mais abrangentes, como o fim do tráfico atlântico de africanos e a criação da lei de terras de 1850.

Quanto ao encarecimento dos escravos, a historiografia tem revelado que a extinção do tráfico atlântico de escravos em 1850 constituiu-se em uma ameaça para aqueles que dependiam da mão de obra cativa na condução de suas atividades econômicas<sup>112</sup>. A alta dos preços dos escravos na década de 1860, como outros autores já trataram, foi consequência da diminuição da oferta de mão de obra escrava e da corrida de comerciantes para adquirir cativos e revendê-los aos grandes centros agroexportadores do Sudeste<sup>113</sup>.

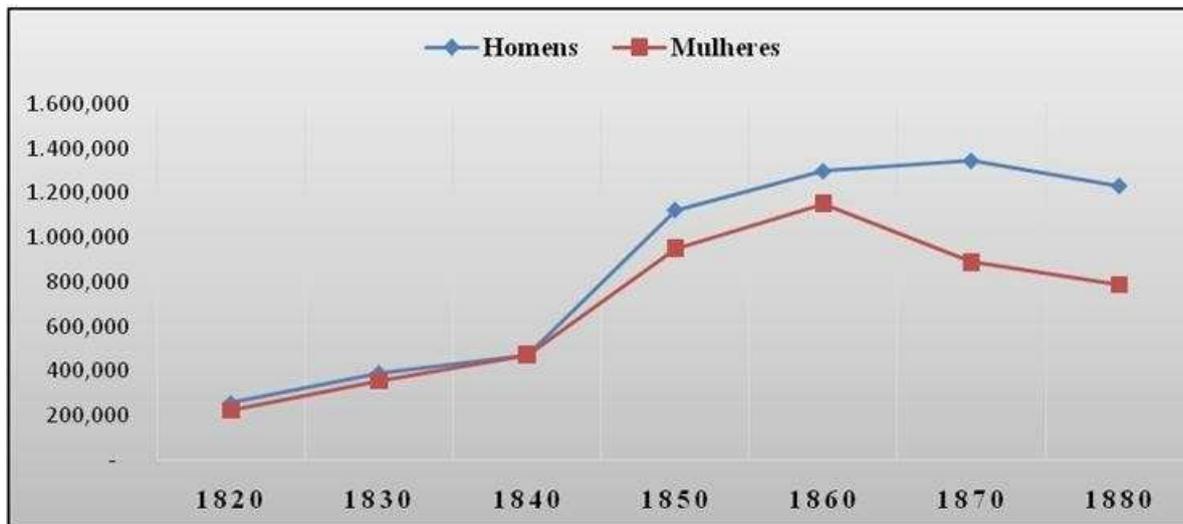
---

<sup>111</sup> FRAGOSO, João Luís Ribeiro; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.149.

<sup>112</sup> FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (século XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. GOES, José Roberto. *O Cativo imperfeito. Um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX*. Vitória: Lineart, 1993.

<sup>113</sup> Como, por exemplo, BERGAD, Laird W. *Escravidão e História Econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru: EDUSC, 2004; SLENES, Robert W. *The demography and economics of Brazilian slavery: 1850-1888*. Tese de Doutorado, Stanford: Stanford University, 1976; CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987; SCHEFER, Rafael da Cunha. *Tráfico interprovincial e comerciantes de escravos em Desterro (1849-1888)*. Dissertação de Mestrado. PPG-História da UFSC, 2006.

**Gráfico 2:** Preço médio dos escravos em idade produtiva (14 a 40 anos), Vila de Baependi (1820-1888).



Fonte: Idem.

Os dados acima apontam para a crescente elevação dos preços médios dos escravos a partir da década de 1850. Na década de 1840, os cativos do sexo masculino valiam, em média, 473\$082 (£ 0,033) e as mulheres 472\$089. Na década seguinte (1850), os homens custavam em média 1:122\$531 e as mulheres, 950\$772. Nota-se que o preço dos cativos quase que triplicou, e das cativas dobrou.

Ao estudar os inventários *post-mortem* da Vila de São João del Rei, Afonso de Alencastro afirma que um escravo em fase adulta (15 a 45 anos) valia, em média, 378\$041 réis, isso nos primeiros cinco anos da década de 1830. Já para os primeiros anos da década de 1860, um mancipio adulto correspondia em média a 1:378\$333 réis<sup>114</sup>. Para a Vila de Baependi, o valor investido em cativos, além de sobressair sobre os demais bens, passou a ser mais significativo a partir da década de 1830, em relação à década anterior (1820).

Examinando a região sul-mineira de Campanha, entre 1799 a 1865, Marcos Ferreira de Andrade constatou que escravos, terras e dívidas foram os itens de maiores expressões nas fortunas campanhenses. De acordo com o autor, o investimento em cativos mostrou-se mais elevado do que em terras, isso devido ao favorecimento da

<sup>114</sup>GRAÇA FILHO, *Princesa do Oeste*, op.cit. p. 266. Apud: ANDRADE, *Elites regionais*, op. cit. p.74.

conjuntura internacional e o fim do tráfico, que contribuíram para a valorização dos cativos, algo que foi percebido para a Vila de Baependi<sup>115</sup>.

Na década de 1860, período em que se gerou mais riquezas na região, os preços de homens e mulheres escravas continuaram a se elevar. Nos anos de 1870 houve uma mudança: os preços dos homens continuavam aumentando e das mulheres declinando, como uma queda de 13%. Como já sabemos, nessa época, entrou em vigor a lei do Ventre Livre de 1871. Tal medida diminuía os interesses dos senhores sobre a reprodução natural, pois os filhos das escravas não seguiam mais a condição social do ventre<sup>116</sup>. Conseqüentemente, os preços dos escravos começavam a se afastar das escravas. Neste caso, o preço das mulheres chegou a ser 30,4% inferior aos homens.

Na última década de vigência da escravidão<sup>117</sup> não se constatou uma queda brusca nos preços dos cativos da região; o que se percebeu foi uma pequena alteração em seus valores. Dos anos 1870 para os 1880, os homens tiveram uma redução de 4,2%, e as mulheres de 6%. Apesar dos escravos na década de 1880 serem superados pelos investimentos em terras, continuou sendo um dos ativos mais valiosos nas fortunas inventariadas.

Como já sinalizamos, os imóveis ocuparam a segunda posição dos ativos que mais receberam investimentos na região. Nos inventários compilados nesta pesquisa, percebemos que esse ativo era inventariado junto com todas suas benfeitorias, o que inclui moinhos, paiol, cercas, valos, currais, senzalas, terras de cultura e criar e muitas vezes as casas de vivenda. Desta forma, não era apenas as fazendas, sítios e chácaras possuídas que entravam na avaliação, mas todo o complexo formado pelas terras e os

---

<sup>115</sup> ANDRADE, op.cit., 2008, p.74.

<sup>116</sup> Sobre o impacto da lei do ventre livre de 1871 no preços dos cativos, ver as seguintes obras; MOTTA, José Flávio. *Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos* Em Constituição (Piracicaba), 1861-1880. In: XXXIII Encontro Nacional de Economia, Anais... [CD-ROM], Natal: ANPEC, 2005.\_\_\_\_\_. *O tráfico de escravos na província de São Paulo: Areias, Silveira, Guaratinguetá e Casa Branca (1861- 1887)*. Texto para Discussão, n. 21. São Paulo: FEA/USP-São Paulo, 2001. TEIXEIRA, Heloísa Maria. *Reprodução e famílias escravas em Mariana (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001. GARAVAZO, Juliana. *Os preços dos escravos inventariados em Batatais (São Paulo - 1850-1888)*. In: VI Congresso Brasileiro de História Econômica e 7a Conferência Internacional de História de Empresas. Anais... [CD-ROM]. Conservatória: ABPHE, 2005. FLAUSINO, Camila Carolina. *Negócios da escravidão: tráfico interno de escravos em Mariana (1850-1886)*. In: *XV Encontro Regional de História*, Anais... [CD-ROM], São João del rei: ANPUH-MG, 2006. NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira. *Preços de homens, mulheres e crianças escravos – alguns elementos para o estudo da dinâmica, da racionalidade e da demografia escravista por meio de inventários da comarca de Nossa Senhora do Sabará entre 1800-1887*. *Economia*. ANPHE, 2(2), jul./dez., 2001.

<sup>117</sup> Sobre as últimas décadas da escravidão ver; CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

equipamentos necessários para nelas cultivar e beneficiar a produção – os quais aumentavam o valor das propriedades<sup>118</sup>.

A importância monetária que os imóveis rurais foram adquirindo nas fortunas inventariadas pode ter sido motivada por fatores externos e internos, ou seja, algo referente às modificações locais. Em outras escalas, é provável que o aumento no preço das terras em Baependi tenha sofrido algumas influências do processo de aplicação da lei de terras. Esta lei foi regulamentada no ano de 1854, mas sua aplicação obedeceu a ritmos e características diversas nos quatro cantos do Império<sup>119</sup>.

Para se ter uma ideia, o preço médio de um alqueire de terras na região de Baependi, na década de 1840, era de 806\$674 (£90), na década de 1860, chegou ao patamar de 1:311\$468 (£ 249), ou seja, na passagem de um período para outro, o preço médio dessas terras quase triplicou. Já com relação aos dados das benfeitorias, visualiza-se algo mais surpreendente. No ano de 1840, esse tipo de propriedade valia em média 330\$000, e na década de 1860 3:311\$000<sup>120</sup>. Sobre essas variações, os senhores da região aproveitavam da aplicação dessa lei para valorizar os seus patrimônios fundiários e aumentar suas fortunas. Aqueles que adquiriram imóveis rurais por doações ou baixo custo nas primeiras décadas dos oitocentos, tiveram maiores vantagens em relação aos que procuraram fazê-lo em meados do XIX<sup>121</sup>.

Em Toulouse, na França, em meados do século XIX, Adeline Daumard observou que os imóveis se mantiveram como patrimônio preferencial de investimentos. No restante da cidade, nos primeiros anos do século XX, os imóveis já não representavam 31% dos patrimônios<sup>122</sup>. Em trabalho recente, analisando a região de Alegrete do Rio Grande do Sul, entre 1830 a 1870, Graciela Garcia comparou as

---

<sup>118</sup> Uma das primeiras historiadoras O complexo agrário apresentado pelos imóveis rurais inventariados foi notado por Carla Almeida

<sup>119</sup> Sobre os efeitos da lei de terras no sistema fundiário brasileiro ao longo do XIX temos diversos estudos que contemplam o exame deste processos de distintas formas, são: SMITH, Roberto. *Propriedade da Terra e Transição*: estudo da formação da propriedade privada e transição para o capitalismo no Brasil, 1990. SILVA, Lígia Osório. *Terras Devolutas e Latifúndio: efeitos da Lei de 1850*, 1996. MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*, 1996. MOTTA, Márcia. *Nas Fronteiras do Poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil em meados do século XIX*, 1996.

<sup>120</sup> Estamos considerando os valores destes Bens agrícolas (Alqueires e Benfeitorias) tomando com base as avaliações que receberam nos bens raiz arrolados nos inventários.

<sup>121</sup> Essas ações foram também observadas por Luiz Farinatti para a região de Alegrete do Rio Grande do Sul, entre os anos de 1825 a 1865. Ver; FARINATTI, Luís Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2007. (Tese de Doutorado).

<sup>122</sup> DAUMARD, Adeline. (dir.) (1973), *Les fortunes franceses au XIX e siècle. Enqueue sur la repartition et la composition des captious privés à Paris, Lyon, Lille, Bordeaux et Toulouse d'après l'enregistrement des déclarations de succession*, Paris, Mouton.

maiores fortunas inventariadas. A autora observou que havia diferenças entre as duas décadas, demonstrando que, ao longo desses anos, houve um enriquecimento das famílias mais importantes da localidade e o aumento destas fortunas estava associado à elevação dos preços das terras que incidiu durante este período. Além disto, Garcia verificou que os maiores monte-*mor* acima de £ 20.000 só começaram a aparecer a partir da década de 1870<sup>123</sup>. Os exames de Gabriela Garcia foram confirmados por Luiz Farinatti, que pesquisou o mesmo recorte espacial e temporal.”

Em Baependi, as maiores fortunas inventariadas (acima de £ 10.000) começaram a aparecer a partir da década de 1860. Nesse grupo havia 18 famílias. Porém, as riquezas que foram computadas na região entre os anos de 1820 a 1849, não passavam de £ 5.000<sup>124</sup>, apenas três famílias conseguiram acumular esse monte bruto. Isto indica que valorização de homens e terras foi fundamental para que a elite econômica pudesse ter mais acesso à riqueza produzida na região ao longo da segunda metade do XIX.

A valorização dos imóveis no âmbito local pode ser entendida pela maior dinamização da economia da produção de alimentos, que tornava as fazendas localizadas em terras mais propícias ao desenvolvimento, cada vez mais valorizadas. Porém, se olharmos para os dados do Quadro 2, veremos algo contraditório sobre esta análise, pois as plantações foram inexpressivas nas fortunas inventariadas, mas, tomando como base a presença de terras de cultura em vários processos pesquisados (115 inventários), sugiro que a de cultivo de alimentos podia ser mais expressiva do que os inventários revelam.

Os itens avaliados nos inventários dizem respeito apenas aos bens existentes no momento da confecção do mesmo. Desta forma, os inventários apresentam os produtos pertencentes àquela propriedade, limitando-se algumas análises de caráter mais abrangente. Nos processos de declarações de bens, nem sempre há descrição de todas as plantações cultivadas nas fazendas, mas colocavam-se valores nos bens que eram partilhados. Sobre estas bases, podemos entender que o inventário captura o momento da riqueza daquele indivíduo que veio a falecer. Se, nesse momento, houvesse um estoque de produtos agrícolas ou rebanho de animais, seriam contabilizados e avaliados

---

<sup>123</sup> GARCIA, Graciela. *O Domínio da Terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha Rio-grandense oitocentista*, 2005, p. 25.

<sup>124</sup> Inventários *post-mortem* da Vila de Santa Maria do Baependi, 1820-1888. Depositados no Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del Rei.

nos processos. Na ausência desses ativos, eram descritas apenas as instalações e terras para o trabalho<sup>125</sup>.

No ano de 1854, foi aberto o inventário do Coronel José Inácio Nogueira de Sá, considerado um dos homens mais abastados na região (com um monte-*mor* avaliado em 353:262\$010<sup>126</sup>). Entre seus bens, foram arrolados uma enorme quantidade de fazendas que se compõe de terras de cultura e criar. Porém, não foi mencionado nenhum tipo de plantação em suas unidades. Pelos relatórios da presidente da província de Minas Gerais de 1846 e 1851<sup>127</sup>, temos notícia de que esse senhor era um importante agricultor na Vila de Baependi, pois consta que exportava uma quantidade expressiva de fumo para várias praças comerciais do sudeste brasileiro. Provável que antes de seu falecimento, parte desta produção e outras que lhe renderam bons lucros, tenham sido comercializadas. Este caso ganha maior relevância ao descobrimos que a produção de fumo e outros gêneros agrícolas como milho, feijão e arroz eram as principais atividades agrícolas produzidas na localidade. Sobre estas atividades agrícolas, estamos diante de setor social oriundo da produção e distribuição de gênero de primeira necessidade que atente dando o mercado interno e externo<sup>128</sup>.

Diante dessas premissas, a valorização dos imóveis na região, ocorreu no momento em que se presenciou um maior número de terras destinadas a plantações. Foram arroladas, nos inventários pesquisados, uma enorme quantidade de roças plantadas e terras de cultura destinadas ao plantio de alimentos. Este horizonte agrário surge num período (1850-1888) em se percebe uma maior dinamização da economia local, marcado pelo aumento proporcional dos bens inventariados.

Outro importante indicador de riqueza foram as dívidas (passivas e ativas). Em quase todos os intervalos, as dívidas caracterizados nos inventários como ativas sempre mostraram percentuais superiores às passivas<sup>129</sup>. Este comportamento no crédito local permite concluir que houve uma tendência à liquidação das dívidas existentes e ao

---

<sup>125</sup> OSÓRIO, Helen. *O Império português ao sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007, p.106.

<sup>126</sup> AHETII/IPHAN/SJDR – Arquivo Histórico do Escritório Técnico II do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del Rei. Inventário de Dona Maria Ribeiro de Andrade Junqueira, ano: 1873, Cx: 016.

<sup>127</sup> APM: JUNTA PROVISÓRIA DE GOVERNO (1821-1823), SECRETARIA DE GOVERNO DA PROVINCIA OU SECRETARIA DA PRESIDÊNCIA (1821-1889), Seção Provincial: 1820-1890, Notação: SP-142.

<sup>128</sup> LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. São Paulo: Símbolo, 1979, p. 19.

<sup>129</sup> As dívidas ativas não foram agregadas as riquezas, pelo fato de optarmos em trabalhar com os montes mores líquidos.

incremento da riqueza social. Lélío Luiz de Oliveira, examinando os empréstimos realizados na cidade paulista de Franca, durante o século XIX, notou que as dívidas ativas sempre foram mais elevadas do que as passivas. Segundo o autor, tais resultados demonstraram a capacidade e o dinamismo que a região produtora de alimentos teve em relação ao tema do crescimento econômico<sup>130</sup>.

Além disto, o crescimento das dívidas e o seu movimento nas riquezas inventariadas estavam relacionados ao desenvolvimento e a dinamização da economia da região, pois no momento em que as dívidas se elevavam os demais bens, sobretudo terras, escravos e animais cresciam.

Outra importante constatação era a baixa circulação de notas e moedas nas fortunas inventariadas na região de Baependi. Embora, talvez, fosse comum os inventários omitirem a posse desses ativos, ainda assim é surpreendente o peso tão baixo dos dinheiros amoedados nos bens arrolados. A presença do ouro (em pó ou barra) que poderia ser usado como dinheiro foi também muito pequena na descrição dos processos e se restringe apenas ao segundo subperíodo (1850-1888) desta pesquisa. Porém a presença de tal artefato nos permite entender como a prática de utilizar o ouro como moeda era algo praticado na região<sup>131</sup>.

A escassez desses recursos não era exclusiva da região de Baependi. João Fragoso revela que, mesmo a província do Rio de Janeiro sendo o centro econômico e político do sudeste brasileiro, no período entre 1790-1860, a participação das moedas não ultrapassou 7,1%, chegando, em um dos anos analisados, a representar 1,0%. Segundo Fragoso, esta é uma característica de economia de mercados restritos<sup>132</sup>. Para a

---

<sup>130</sup> OLIVEIRA, Lélío Luiz. *Economia e História em Franca: século XIX*. Franca: UNESP/FHDSS, 1997, p. 129-134.

<sup>131</sup> CARRARA, Ângelo Alves. *Fontes quantitativas para a história de Minas Gerais no Setecentos*. Juiz de Fora: *Clio Edições Eletrônicas*, 2008. Artigo disponível no site: <http://www.ufjf.br/hqg/files/2009/10/FOHMGSL.pdf>.

<sup>132</sup> FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 306. Sobre o papel do crédito e da escassez de dinheiro na província de Minas Gerais ver os seguintes autores: BOXER, Charles R. *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 3ª ed., 2000. LIBBY Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e Currais: Produção Rural e Mercado Interno de Minas Gerais – 1674 – 1807*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007. ALMEIDA, Carla M. C. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana – 1750 – 1850*. Dissertação (Mestrado) – UFF: Niterói, 1994. CHAVES, Cláudia Maria da Graça. *Perfeitos Negociantes: mercadores das Minas Setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999. FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de Negócio: a interiorização da Metrópole e do comércio nas Minas Setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999. ANDRADE, M. Elite escravista no sul de Minas Gerais: opções de investimento e composição da riqueza – século XIX. In: *Anais Eletrônicos do XIV Seminário sobre Economia Mineira*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2010.

Comarca de Vila de Rica e Rio das Mortes, entre os anos de 1750 a 1822, Carla Almeida encontrou resultados semelhantes. A autora constatou um baixo percentual de moedas que variaram de um insignificante 0,07% a modesto 4,37%, demonstrando uma economia de baixa liquidez e pequena circulação monetária<sup>133</sup>. Este perfil também foi observado por Roggiero Romano nas sociedades da América espanhola. Segundo este autor, a carência de moedas de prata, ouro e cobre era provocada pelos comerciantes que controlavam a liquidez da economia<sup>134</sup>.

Em quase todos os intervalos desta pesquisa, o dinheiro não ultrapassou 6,8%, apenas na década de 1870 atingiu um surpreendente patamar de 14,8%. Nessa época, ocorreu a abertura de um inventário que deteve a maior soma de dinheiro. A inventariada desse processo era Dona Maria Ribeira de Andrade Junqueira, casada com seu primo e inventariante, o Alferes Francisco de Andrade Junqueira, filho do Barão de Alfenas (Ministro do Império e Deputado Provincial). No ano de 1873, foi arrolado, nos bens dessa senhora, uma quantia de dinheiro no valor de 180:296\$100 (20.320,29£)<sup>135</sup>, que representava 34% do total do dinheiro inventariado na região. Esses dados indicam que, embora o dinheiro não fosse o elemento central no perfil das riquezas, tendia a se concentrar em poucas mãos.

Dos 510 inventários analisados, somente 54 (10,5%) declararam o ativo dinheiro entre os bens. O total de dinheiro apresentado pelos processos examinados chegou a 529:099\$130 (57, 098,61 £)<sup>136</sup>, mas 79,3% desse montante estava nas mãos de quatro pessoas (0,8% dos inventariantes), sendo todos negociantes e agricultores. Além disso, esses indivíduos pertenciam ao grupo dos homens mais afortunados da região<sup>137</sup>. Com relação às dívidas ativas, foram também os maiores credores. Portanto, estamos diante de pessoas que tiveram condições de controlar a liquidez da região, pois

---

<sup>133</sup> ALMEIDA, Carla M. Carvalho de. *Ricos e Pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822*. Belo Horizonte. MG, Argumentum, 2010, p. 130.

<sup>134</sup> ROMANO, Roggiero. "Fundamentos del funcionamiento del sistema económico colonial". In: BONILLA, Heraclio (org.). *El sistema colonial en la América española*. Barcelona: Editorial Crítica, 1991.

<sup>135</sup> Inventário de Dona Maria Ribeira de Andrade Junqueira, Caixa: 016, Ano: 1873. Inventário post-mortem da Vila de Santa Maria do Baependi (1820-1888) localizado no Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) de São João del Rei.

<sup>136</sup> Inventários post-mortem, IPHAN, Vila de Santa Maria do Baependi, 1820-1888.

<sup>137</sup> Carla Almeida constatou que as dívidas ativas estavam mais centradas nos patrimônios das pessoas mais aquinhoadas das Comarcas de Vila Rica e Rio das Mortes, Ver; Carla Almeida, *Ricos e Pobres em Minas Gerais*, p. 239.

além de possuir um significativo numerário, foram capazes de dominar uma fatia considerável do crédito<sup>138</sup>.

Na região abarcada, registramos a ocorrência de 4.290 empréstimos cujos financiamentos variavam de 1\$00 a 45:396\$396, a média geral dessas dívidas giraram em torno de 304\$000<sup>139</sup>. Estes números revelam o alto grau de endividamento e a dependência do crédito na região. Como afirmou João Fragoso e Manolo Florentino, “o endividamento era o suporte do funcionamento do mercado colonial”, o que permitia aos indivíduos investirem e acumularem diversos bens produtivos<sup>140</sup>. Diante desta premissa, podemos concluir que, embora estejamos frente a um processo geral da participação das dívidas nas fortunas baependienses, o crédito foi um dos principais instrumentos para o crescimento do sistema agrário local.

No que concerne aos rebanhos, se por um lado, os inventários tendem a subestimar a produção agrícola dos inventariados, por outro ele retrata com maior fidelidade os animais possuídos, e, por conseguinte, a pecuária ali praticada. Como vimos, no total, os rebanhos representaram 5% das fortunas declaradas, porém, a maioria das pessoas falecidas na Vila de Baependi tinha entre seus bens um animal (380 processos/76,1%). Ao longo das quase 7 décadas pesquisadas, mais de 20 mil animais, de diferentes portes, aparecem nos inventários.

A participação em percentuais desses semoventes nos patrimônios produtivos, *a priori*, pode parecer pouco significativa, mas esta porcentagem menor que o esperado se deve ao fato dos rebanhos terem baixo valor de mercado comparado a terras e escravos, por exemplo<sup>141</sup>. No entanto, o número de animais e sua distribuição em várias propriedades baependienses demonstram mais claramente a importância da pecuária para a localidade<sup>142</sup>.

---

<sup>138</sup> Além de dominarem o crédito na região, eram donos de muitas terras e escravos, algo que veremos na sequência dos tópicos.

<sup>139</sup> Inventário post-mortem da Vila de Baependi, 1820-1888. Arquivo do Escritório Técnico II do IPHAN da cidade de São João del Rei,

<sup>140</sup> João Fragoso e Manolo Florentino, *Arcaísmo como Projeto*, o, cit., p. 176.

<sup>141</sup> Carla Almeida, para Comarca do Rio das Mortes, entre 1750 e 1822, constatou que terras e escravos tinham maior valor de mercado do que os rebanhos de animais. Ver: Almeida, *Ricos e Pobres em Minas Gerais*, p.133.

<sup>142</sup> Juliana Garavazo ao analisar a composição da riqueza nos inventários da região de Bananal, entre os anos de 1851 a 1888, teve a mesma percepção ao constatar o baixo valor bruto que os animais tinha entre os ativos inventariados. Ver: GARAVAZO, Juliana. *Riqueza e escravidão no Nordeste Paulista: Batatais, 1851-1887*. Universidade de São Paulo, Programa de História Econômica 2006. (Dissertação de Mestrado).

Finalmente, a riqueza em bens móveis incluía os artefatos de uso doméstico e as mais diversas ferramentas de trabalho, como enxadas, foices, machados, carros de bois, alambiques, armas e escavadeiras. Foram encontrados em 179 inventários, 1.108 equipamentos de trabalhos: enxadas, foices e machados foram ferramentas com maior aparição. Nos intervalos pesquisados, estes equipamentos de trabalhos agrícolas somados com outros objetos de uso domésticos não ultrapassaram 4,4% da riqueza inventariada. Para o Vale do Paraíba Fluminense, entre os anos de 1830 a 1885, João Fragoso observou que os equipamentos e instrumentos de trabalhos, não chegaram a corresponder 10% das aplicações agrícolas.

Portanto, a pequena participação de instrumentos agrícolas na composição das fortunas baependienses, associada à grande demanda de terras e homens, indica um sistema agrícola, mais ávido à incorporação de bens imóveis e escravos para o seu funcionamento do que para o desenvolvimento técnico da lavoura. Ou seja, um sistema econômico de agricultura extensiva<sup>143</sup>.

Para exemplificar esse tipo de economia, temos o inventário de Dona Izabel Maria do Espírito Santo, que foi aberto no ano de 1854. Esta senhora nasceu e batizou-se no Arraial de Pouso Alto do Termo de Baependi, era viúva do Capitão e traficante de escravos Miguel Pereira da Silva e sogra do Barão de Pouso Alto. Dona Izabel detinha uma fortuna muito alta para os padrões da riqueza local, com monte-mor avaliado em 486:745\$980 (£52.527)<sup>144</sup>. Seus maiores patrimônios foram escravos e imóveis. Para o desenvolvimento agrícola de suas produções, havia em sua propriedade 260 cativos, que produziram em suas terras 379 alqueires de feijão, 110 alqueires arroz, 380 carros de milho, 50 arrobas de açúcar branco, 114 arrobas de fumo e 629 varas de algodão. Para gerar toda essa riqueza e lhe garantir uma posição privilegiada na localidade, seus municípios contaram com uma enorme quantidade de ferramentas, sendo 108 enxadas, 68 foices, 4 machados e 17 rodas de fiar. Nesta unidade, havia também 29 carros de boi para o transporte e o armazenamento das mercadorias.

---

<sup>143</sup>O emprego de instrumentos de trabalho de baixo nível tecnológico nas atividades agrícolas foi algo observado por vários pesquisadores nas respectivas áreas examinadas. João Fragoso para as regiões cafeeiras do Vale do Paraíba Fluminense constatou o intenso uso de ferramentas de baixo padrão tecnológico para o cultivo do café. Ver Fragoso, *Barões do Café*, op. cit., p. 42-60. Luiz Farinatti também verificou o mesmo padrão para a região de Alegrete, VER: Farinatti, *CONFINS MERIDIONAIS*, op. Cit., p.148. E Marcelo Mateus para a região de Bagé, Ver Matheus, *A produção da diferença*, op. Cit., p. 142-144.

<sup>144</sup> AHETII/IPHAN/SJDR – Arquivo Histórico do Escritório Técnico II do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del Rei. Inventário de Dona Izabel Maria do Espírito Santo. Ano: 1854, Cx: 43.

Nota-se que estamos diante de uma propriedade escravista de economia diversificada que, a princípio, tinha totais condições de investir em equipamentos mais modernos para o aumento da sua produção, porém optou pelo emprego de instrumentos de trabalhos de baixo valor, mantendo assim as velhas práticas agrícolas<sup>145</sup>, ou seja, incorporava-se a essa propriedade mais terras e homens.

No geral, as informações aferidas até aqui, apontam para uma diversidade da economia e a estreita relação da sociedade com a posse de terras e escravos, sendo as formas mais básicas de determinar a riqueza na região. Assim, vimos que a produção de tal sociedade se assentava na ambiciosa aquisição desses ativos, não somente pela maximização dos lucros, mas como objetivo último; a continuidade da hierarquia bastante desigual da época, pois era ela quem dava sustentação para a economia e, portanto, para a sociedade local.

### **- Poucos ricos e muitos pobres: a constituição da hierarquia socioeconômica da Vila de Baependi**

Descobertos os ativos responsáveis pela reprodução do sistema agrário de Baependi, podemos agora ver com mais clareza os fatores que proporcionaram a construção de uma hierarquia socioeconômica na região. Sobre este exame, analisaremos os meandros da riqueza e da pobreza numa sociedade que gerou uma disparidade de oportunidades para poucas pessoas acumularem tão grandes recursos, e muitas terem conseguido aquilatar poucos pecúlios ao longo de suas vidas.

No entanto, buscando melhor matizar a estrutura econômica na qual a sociedade de Baependi estava hierarquizada, agrupamos os distintos grupos de fortunas da região em sete faixas de riquezas, desde os mais ricos (10.000 £) até os mais pobres (100 £). As faixas de fortunas que apareceram na Tabela 1 foram estabelecidas de acordo com a realidade local e da confrontação com as definidas por outros autores que pesquisaram outras regiões e, em especial, o Sul de Minas Gerais<sup>146</sup>. Nas faixas F e G,

---

<sup>145</sup> Fragoso, **Barões do café**, op. Cit., p. 42.

<sup>146</sup> GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888)*. São Paulo: AnnaBlume, 2002; ALMEIDA, C. *Ricos e Pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010. ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do Estado Imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. COSTODIO, Juliano Sobrinho. *Negócios Internos. Estrutura produtiva, mercado e padrão social em uma*

encontram-se os pequenos proprietários, aqueles indivíduos possuidores de fortunas avaliadas em até 500 £. Nestes grupos aglutinam-se 50% de indivíduos mais pobres da região. Os médios proprietários reúnem camadas que constitui as faixas D e E. Nas faixas A, B e C, encontram-se as pessoas mais abastadas dessa hierarquia de fortunas que compunham 18,4% dos inventários. A fortuna de alguns desses homens eram paralelas com as que foram encontradas para as principais praças comerciais do Sudeste Brasileiro<sup>147</sup>. Entre esses indivíduos, localizamos 18 famílias com patrimônios inventariados acima de 100:000\$000 (Cem contos de réis). Esse seleto grupo controlava 43,1% da riqueza<sup>148</sup>. Estes dados nos aproximam da verdadeira elite econômica da região, que foi capaz de controlar os setores que mais dinamizaram a economia da localidade.

---

Freguesia Sul Mineira. Itajubá – 1785-1850. Juiz de Fora, MG: UFJF, 2009. (Dissertação de Mestrado). MALAQUIAS, Carlos. *Remediados senhores*: pequenos escravistas na freguesia de São José do Rio das Mortes, c.1790-c.1844. Tese de Doutorado: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2014.

<sup>147</sup> Comparativamente, João Fragoso, para a primeira metade dos oitocentos, indicou entre as maiores fortunas inventariado no Rio de Janeiro, a dos negociantes Manoel Moreira Lirio, 206:906\$662 reis (26.725 £), e Marcolino Antônio Leite com 306:906\$261 réis (39.598 £). Para a década de 1870 na corte, dos setes negociante grossistas de secos e molhados se nivelavam entre 13.227 a 41.495 libras Esterlinas. Ver Fragoso, *Homens de grossa aventura*, o cit., p.260. São João de Rei, sendo a praça comercial mais importante do Sul de Minas Gerais, Afonso Alencastro encontrou o negociante grossista Francisco José Dias, falecido em 1840, com uma fortuna de 301:413\$326 reis (32.401 £) e o comendador João Antônio da Silva Morão, falecido em 1866com 358:238\$202 (36.122). Ver: GRAÇA FILHO, Afonso de A. Os convênios da carestia: crises, organização e investimentos do comércio de subsistência da Corte (1850-1880). Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, Dissertação de Mestrado, 1992, p. 260. Em Baependi encontrou 18 pessoas que possuíam fortunas acima de 10.000 £, desde, apenas um indivíduo possuía acima de 50.000 £.

<sup>148</sup> Diante das riquezas da elite Francesa encontradas por Adeline Daumard, a maioria dos homens afortunados na região de Baependi podia ser considerada como simples lavradores. De acordo com autora, em Paris, no início do século XX, havia 9 fortunas entre 10 e 50 milhões de francos, 1 com 89 milhões de francos (mais de 3 milhões de libras) e duas na ordem de 250 milhões de francos. Ver; Adeline Daumard. *Hierarquia e Riqueza na sociedade burguesa*. São Paulo: Perspectiva, 1985, p. 228; DAUMARD, Adeline. *Lês fortunes franceses au XIX siècle. Enquête sur La répartition et la composition des capitaux privés à Paris, Lyon, Lille, Bourdeaux et Toulouse d'après l'enregistrement des declarations de succession*. Paris, Mouton, 1973. apud (LIMA, Nuno M. Henry Burnay no contexto das fortunas da Lisboa oitocentista. *Análise Social*, v. XLVI (192), 2009, p. 576).

Tabela 1: **Distribuição da riqueza inventaria por Faixa de Fortunas (em Libras Esterlinas), Vila de Baependi – 1820-1888.**

	Faixas de Fortunas	Nº de Inventários	%	Fortuna	%
			Inventários	em Libras	Fortunas
<b>A</b>	Acima de 10 mil £	18	3,6	437.572,10	43,0
<b>B</b>	De 5.001 a 9.999 mil £	28	5,6	206.778,70	20,1
<b>C</b>	De 2.001 a 5.000 mil £	46	9,2	165.138,00	16,1
<b>D</b>	De 1.001 a 2.000 mil £	59	11,8	88.693,49	8,6
<b>E</b>	De 501 a 1 mil £	93	18,7	70.600,88	6,8
<b>F</b>	De 101 a 500 £	171	34,4	50.857,83	4,9
<b>G</b>	Menos de 100 £	81	16,3	5.544,28	0,5
	<b>Total</b>	<b>496</b>	<b>100%</b>	<b>1.025.185,28</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Inventários post-mortem da Vila de Santa Maria do Baependi, 1820-1888. Depositados no Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del Rei.

A primeira constatação que emerge da Tabela 1 é a concentração da riqueza. Tal ocorrência não foi algo peculiar a Vila de Baependi. Este fenômeno era um traço marcante em todas as sociedades católicas e escravistas do Império do Brasil. Diante destes dados, nota-se que as faixas de fortunas A, B, e C, encontra-se em um diminuto grupo de famílias mais afortunadas na região, que controlavam 79,2% da riqueza produzida.

Pelo fato destas faixas agruparem os homens mais ricos da região, não significa que era formada por um grupo homogêneo<sup>149</sup>. Repare que na faixa A apenas 18 famílias absorveram 43% das fortunas inventariadas na Vila de Baependi, percentual bastante expressivo que as colocou no topo máximo desta pirâmide social. Neste seletivo grupo, apenas uma pessoa atingiu o patamar acima de 50.000 £. O dono desta riqueza inventariada era o Advogado e Deputado Provincial Antônio Taxardo da Costa Junqueira, morador da fazenda Bocaina do Rio Verde da Vila de Baependi, que teve seu processo aberto no ano de 1881<sup>150</sup>. É considerado em nossa pesquisa como o homem detentor do inventário mais aquinhoado da localidade.

A presença destas excepcionais fortunas e de outras acima de 10.000 £ demonstra que havia uma variedade de estratificações socioeconômicas no grupo das

<sup>149</sup> BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.

<sup>150</sup> Inventário post-mortem de Antônio Taxardo da Costa Junqueira,

peças mais abastadas da região. O que significa dizer que esses indivíduos de elevados cabedais sociais se diferenciavam. Em termos políticos e econômicos, é provável que o Advogado e Deputado Provincial Antônio Taxardo da Costa Junqueira tinha uma posição de destaque nessa hierarquia local, seja pelo grau de Bacharel, seja pelas suas relações pessoais e familiares, seja ainda pelos próprios bens arrolados no seu inventário.

Na base desta pirâmide econômica, encontram-se as fortunas avaliadas abaixo de 100 £ até 500 £. A maioria dos inventários estavam agrupados nesta camada, chegando a compor 50,7% da população inventariada. Este amplo segmento social concentrou apenas 5,4% das fortunas, representando os setores mais pobres da sociedade. Contudo, é importante lembrar que os indivíduos pertencentes aos setores mais pobres não estavam na pior das situações na pirâmide social, pois havia aqueles miseráveis que não possuíam bens passíveis de serem inventariados.

Se em Baependi os inventários até 500 £ compunham 50,7% das declarações de Bens e concentravam apenas 5,4% das riquezas, no Rio de Janeiro, entre 1820 a 1860, eles representaram nesta mesma faixa, entre 36% e 48% dos inventários, concentrando entre 1,5% e 4% das fortunas<sup>151</sup>. Em São João del Rei, sede administrativa da Comarca do Rio das Mortes e a principal praça comercial do Sul de Minas, os indivíduos que possuíam monte brutos até 500 £, representavam 64,4% dos documentos e concentravam em suas mãos, somente 2,43% das riquezas<sup>152</sup>. Em Lorena, província de São Paulo, inventários com até 500 £ perfaziam 50% da totalidade<sup>153</sup>. Em toda a capitania do Rio Grande do Sul, entre os anos de 1800 de 1825, nesta faixa de fortuna estavam 42,5% e 72% dos inventários acumulando entre 4% e 16% das riquezas<sup>154</sup>.

---

<sup>151</sup>Fragoso, *Homens de Grossa Aventura*, 1998, op. Cit, p. 310.

<sup>152</sup>Afonso Alencastro, *Princesa do Oeste*, op. Cit., p.144

<sup>153</sup>Marcondes, *A arte de acumular na gestão da economia do café.*, o, cit., p.130

<sup>154</sup>OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da Estremadura Portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1999, (Tese de Doutorado).

Tabela 2: **Representatividade das Faixas de fortunas em cada década, Vila de Santa Maria do Baependi, 1820-1888 (%)**.

<b>Faixas de Fortunas</b>	<b>1820</b>	<b>1830</b>	<b>1840</b>	<b>1850</b>	<b>1860</b>	<b>1870</b>	<b>1880-88</b>
<b>A</b> Acima de 10.001 £	-	-	-	-	50,4	42,8	54,9
<b>B</b> 5.001 £ a 10.000 £	45,3	-	16,6	-	16,5	24,5	24,8
<b>C</b> 2.001 £ a 5.000 £	-	42,9	34,7	-	17,1	14,1	10,7
<b>D</b> 1001 £ a 2.000 £	13,4	20,2	20,5	-	9,6	8,5	3,4
<b>F</b> 501 £ a 1.000 £	17,9	19,1	14,4	24,8	6,7	6,6	2,7
<b>E</b> 101 £ a 500 £	17,6	16,7	12,3	74,5	0,2	3,4	3,3
<b>G</b> Menos de 100 £	5,8	1,1	1,5	0,7	0,04	0,1	0,2
<b>Totais</b>	<b>100%</b>						

**Fonte:** Inventários post-mortem da Vila de Santa Maria do Baependi, 1820-1888. Depositados no Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del Rei.

Em linhas gerais, do primeiro para o segundo período, houve na Vila de Baependi um aumento das fortunas. Percebe-se que as riquezas acumuladas pelos inventariados na primeira metade dos oitocentos, não foram tão altas se comparadas aos processos que foram abertos após 1850. Como já sinalizamos, muitos fatores contribuíram para tal fenômeno. Primeiramente, os bens declarados, em especial terras e escravos, não apresentaram os valores que vieram a possuir após a década de 1850, pois aquela era uma conjuntura de fronteira aberta, de mão de obra acessível via comércio de almas atlânticas e de pouca sofisticação de utensílios e benfeitorias nas propriedades agrícolas.

Com base nos dados da Tabela 2, podemos afirmar que, do primeiro para o segundo período, houve também em Baependi um aumento da pobreza e uma maior concentração da riqueza. Verificamos que as pessoas que conseguiram acumular uma fortuna até de £ 500, ficaram cada vez mais empobrecidas. Os médios proprietários que detinham de £ 501 a £ 1.000, também viram seus patrimônios em queda.

Na hierarquia de fortunas vista entre os anos de 1820 a 1849, encontramos apenas três indivíduos com patrimônios acima de £ 5.001. Esses agentes não conseguiram deter 1/3 da riqueza local, suas fortunas se aproximavam das outras faixas de riquezas que estavam abaixo. Além disso, foram superados pela faixa de fortunas com montes brutos avaliados entre £ 2.000 a £ 5.000. Significa que a riqueza nessa época estava menos concentrada, o que fez com que os mais ricos, nesse período, se

aproximassem dos grupos de fortunas médias. Nessa época, como já salientamos, era o momento em que a economia da região se encontrava em fase embrionária, ou seja, os anos de 1820 a 1849 correspondem praticamente ao assentamento e ao início da consolidação do sistema agrária em Baependi.

Ultrapassado esse período, encontramos na segunda metade dos oitocentos outros cenários, com uma economia mais dinamizada vista pela valorização conjunta dos patrimônios produtivos inventariados. Nesse período, ao mesmo tempo, o número de ricos aumentou e a riqueza se tornou mais concentrada. Tal concentração deve-se ao surgimento de um pequeno núcleo de indivíduos com uma posição econômica de maior relevo, formado por 18 famílias que tinham montes brutos acima de 10.000 £, além disto, esse diminuto grupo controlava 43% da riqueza produzida na região.

Interessante notar, que essas riquezas (acima de 10.000 £) apareceram a partir do ano 1860. Nessa década foram inventariadas as maiores fortunas da região, o que sugere que a economia agrícola da localidade já estava em pleno vigor que, de certa forma, contribuiu para que esses verdadeiros senhores de terras e homens ampliassem seus patrimônios. Diante disto, nota-se que a concentração de riqueza se exacerbou no topo constituído pelo décimo privilegiado. Assim, aumentou-se mais um degrau na hierarquia econômica da localidade, tornando a desigualdade socioeconômica do termo de Baependi mais acentuada.

Através da Tabela 3, veremos como os componentes de riquezas estavam distribuídos de forma desigual nos distintos grupos de fortunas.

Tabela 3: **Perfil dos bens inventariados por faixa de fortunas, Vila de Baependi (1820-1888).**

Faixas de Fortunas	Escravos	Imóveis	Dividas Ativas	Dividas passivas	Dinheiro	Animais	Plantações
<b>A</b> Acima de 10 mil £	31,1	40,9	44,6	15,8	73,1	41,7	40,1
<b>B</b> 5.001 a 9.999 mil £	18,6	21,7	26,1	23,6	22,9	18,1	33,2
<b>C</b> 2.001 a 5.000 mil £	19,2	15,5	8,9	18,2	2,8	14,6	14,1
<b>D</b> 1.001 a 2.000 mil £	13,2	9,2	4,3	17,3	0,4	10,1	5,6
<b>E</b> 500 a 1.000 £	10,7	6,5	6,1	13,7	0,2	7,1	2,5
<b>F</b> 100 a 500 £	10,1	5,5	9,7	10,1	0,5	7,3	4,1
<b>G</b> Menos de 100 £	1,8	0,7	0,3	1,3	0,1	1,1	0,4
<b>Totais</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Inventários *post-mortem* da Vila de Santa Maria do Baependi, 1820-1888. Depositados no Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del Rei.

Um dos dados que mais nos chamou a atenção na Tabela 3 é a disparidade de oportunidades econômicas contempladas na composição das riquezas. Repare que as faixas de fortunas A B, e C, que reúnem as camadas mais ricas desta hierarquia de fortunas, controlaram todos os setores da economia local, ou seja, esse seletivo grupo de afortunados foi capaz de dominar as esferas que organizavam o sistema agrário da Vila de Baependi. Esta constatação é um sintoma da incapacidade da economia sob análise de desconcentrar a riqueza.

As principais referências de riquezas desses homens ricos foram os escravos, os imóveis e as dívidas ativas. A soma desses itens apresenta respectivamente 68,9%, 78,1% e 57,6% de seus bens, como já sinalizamos esses ativos foram os pilares da reprodução da economia local.

As dívidas passivas, apesar de ser o ativo de menor envergadura nessas faixas de fortunas, não apresentou um percentual inexpressivo (57,6%), o que indica que esses afortunados senhores recorriam ao empréstimo para ampliarem as suas riquezas. Nota-se que o grau de endividamento dessas pessoas era significativamente maior do que os outros grupos de fortunas, tanto em termos absolutos como em percentuais.

O volume destas dívidas passivas entre as famílias mais ricas da região pode ser entendido pelo fato dessas pessoas recorrerem a valiosos recursos provenientes de

outras praças comerciais do sudeste brasileiro. Um primeiro exemplo pode ser dado através do Coronel José Inácio Nogueira de Sá, sua fortuna estava situada na faixa A, avaliada em 283:071\$010<sup>155</sup>. O patrimônio deste senhor, inventariado em 1854, estava constituído em várias fazendas e casas na Cidade Baependi. Nas suas propriedades, havia 68 escravos dedicados à produção da lavoura. Com o auxílio desta expressiva mão de obra, o Coronel José Inácio tornou-se o maior produtor de fumo na região. Constatamos em seu inventário 5.000 arrobas deste produto, avaliados em 30:000\$000. É notório perceber que tal atividade lhe rendeu bons lucros<sup>156</sup>. Além das plantações, esse senhor possuía um extenso rebanho de animais, sendo 132 cabeças de gado, 538 porcos, 61 cavalos e 98 bestas de carga.

Para gerar tamanha riqueza produtiva, o Coronel José Inácio Nogueira de Sá não se limitou ao financiamento local, recorreu a outras praças comerciais. Na Vila de Baependi, este senhor não era um grande credor, pois emprestou apenas 3:869\$010 para alguns moradores da região, mas, por outro lado, acumulou uma enorme quantidade de dívidas contraídas com 79 pessoas. As dívidas passivas desse senhor estiveram somadas em 131:697\$660<sup>157</sup>, 34,3% (46:290\$900) desse montante eram empréstimos vindos da cidade do Rio de Janeiro. Um de seus credores era, nada menos do que, o Comendador Joaquim José de Souza Breves, um dos fazendeiros mais opulentos do Vale Paraíba Fluminense, conhecido pelos seus contemporâneos, como o “Rei do Café”<sup>158</sup>. Tais relações de crédito demonstram que o Coronel José Inácio Nogueira de Sá alçou espaços de atuação mais amplos, que de alguma maneira contribuiu para que a localidade sob análise interagisse com outros mercados do sudeste brasileiro.

Antes de falecer, o Coronel José Inácio Nogueira de Sá quitou todas as suas dívidas com os credores cariocas. Nisso, restaram àquelas provenientes do crédito local, que deixou para sua mulher e filhos a responsabilidade de saldá-las. Mesmo com tamanha dívida, o senhor José Inácio conseguiu constituir um valioso patrimônio que,

---

<sup>155</sup> AHETII/IPHAN/SJDR – Arquivo Histórico do Escritório Técnico II do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del-Rei. Inventário de Coronel José Inacio Nogueira de Sá. Ano: 1854, Cx: 46.

<sup>156</sup> Baependi ao longo século do XIX, era uma das regiões do Império do Brasil que produzia e exportava para os mercados províncias, como para outras praças comerciais fora do país, em especial as regiões platinas, como Argentina e Uruguai. Ver: RESTITUTTI, Cristiano Corte (2006). *As fronteiras da província: rotas de comércio interprovincial, Minas Gerais, 1839-84*. Dissertação de Mestrado. Araraquara: UNESP.

<sup>157</sup> Os passivos do Coronel José Inácio Nogueira de Sá, representava 46,5% do total de sua fortuna.

<sup>158</sup> LOURENÇO, Tiago Campos Pessoa. *O Império dos Souza Breves nos Oitocentos. Política e escravidão nas trajetórias dos Comendadores José e Joaquim de Souza Breves*. UFF-ICHF, Departamento de História, 2010. (Dissertação de Mestrado).

de certa maneira, o manteve entre aqueles que ocuparam posições de privilégio no topo da pirâmide socioeconômica da Vila de Baependi. Como pontuou Lawrence Stone acerca da estratificação social, pertencer a um grupo restrito e dotado de específicas qualidades pressupunha contínuos esforços por parte dos seus integrantes. Os indivíduos que se encontravam nessa posição não tinham como propriedade, antes, fazer parte de uma elite que ocupava um determinado lócus na pirâmide da sociedade<sup>159</sup>.

Retomando os dados da Tabela 3, a grande parcela ocupada pela dívida ativa nos inventários dos mais ricos (79,6%) indica que esses homens estavam diretamente envolvidos com atividades prestamista (como secos e molhados, vendas e compras de escravos, concessão de empréstimo, vendas de imóveis, víveres para serem comercializados com outros)<sup>160</sup>. Portanto, esse diminuto grupo controlava liquidez (o crédito) da sociedade, elemento basilar para a reprodução das atividades produtivas<sup>161</sup>.

Em todas as faixas de fortunas havia indivíduos com estatutos socioeconômicos bastante diferenciados, porém, não no mesmo nível, pois aqueles que acumularam maiores recursos tiveram melhores produções variáveis. Neste sentido, o aumento de suas riquezas estava relacionado à maior capacidade de diversificar as suas atividades lucrativas e evitar a especialização das produções<sup>162</sup>. Lembrando Fernando Braudel: ao estudar a hierarquia mercantil europeia entre os séculos de XVI ao XIX, o autor constatou que os mais ricos sempre procuravam diversificar as suas atividades, pois, numa dada estrutura socioeconômica, eram pessoas com potenciais para investirem em diversos ramos da economia. Segundo Braudel, era somente na base e no seu intermédio que os participantes do mundo dos negócios se especializavam em um ramo. À medida que a economia de mercado encontrava o seu progresso, ela afetava toda a sociedade mercantil, intensificando a divisão social do trabalho. Esta “fragmentação das funções” se manifestava primeiro nos estratos inferiores: “os ofícios,

---

<sup>159</sup> STONE, Lawrence. *La Crisis de la Aristocracia* (1558-1641). Madrid: Alianza Editorial, 1985, p. 37-43.

<sup>160</sup> Nem todos os inventários pesquisados apresentam essas transações, mas um número expressivo de processos contendo procurações que demonstra que os inventários estavam envolvidos com várias práticas comerciais.

<sup>161</sup> Sobre o controle do crédito por uma elite agrária ver: ALMEIDA, Carla. *Ricos e Pobres nas Minas Coloniais*, op. Cit., p. 132; SAMPAIO. Antônio Carlos Jucá de. *Magé na Crise do Escravismo: Sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos. (1850 - 1888)*, DISSERTAÇÃO DEMESTRADO APRESENTADA À PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1994, p. 43-92.

<sup>162</sup> Os trabalhos de Carla Almeida, Afonso Alencastro e Marcos de Andrade já apontam que as famílias mais abastadas do Sul de Minas procuravam diversificar as suas produções, ou seja, nas respectivas regiões pesquisadas por esses autores, não foram identificação produções especializadas, na verdade houve atividades consorciadas.

os lojistas, os mascates especializavam-se”. Mas o mesmo não ocorria no alto da pirâmide, visto que, “até o século XIX, o negociante de altos voos jamais se limitou, por assim dizer, a uma única atividade”. Era “negociante, sem dúvida, mas nunca num único ramo”, e também era, “segundo as ocasiões, armador, segurador, prestamista, financista, banqueiro ou até empresário industrial ou agrícola”<sup>163</sup>.

Em nosso caso, as pessoas que se encontravam no topo da riqueza, ou em alguns degraus abaixo nas escalas de fortunas, tiveram destaque no comando militar, possuíam altas patentes que os colocavam em posições proeminentes na hierarquia social. Porém, exerceram vários papéis sociais no mundo dos negócios. O inventário do Capitão e negociante Guilherme José Pereira é o único entre as grandes fortunas que aponta para uma prática preferencialmente comercial. Seus patrimônios tinham em comum o fato de serem assentados majoritariamente em dívidas ativas e dinheiro. Estes dois ativos representavam 54,7% da sua fortuna, superando o total em bens imóveis rurais, escravos, animais e roças.

Guilherme José Pereira dedicou anos de sua vida ao comércio. Ao longo dessa jornada, constituiu uma ampla rede de crédito. Com sorte, muitos dos seus empréstimos foram devidamente pagos pelos herdeiros dos seus devedores, o que possibilitou acumular uma enorme quantia em dinheiro e moedas somadas em 41:000\$000 (Quarenta e um contos de réis).

Em idade avançada, o senhor Guilherme José Pereira começava a destinar os seus recursos para compra de terras e escravos, tanto é que se tornou um dos maiores senhores de cativos da região (dono de 45 escravos). Isto não significa que tenha abandonado o setor mercantil, mas o colocava como atividade secundária. Estas ações eram muito comuns em várias áreas do Império Brasileiro, onde pessoas abandonavam totalmente a vida de comerciante e tornavam verdadeiros senhores de homens e terras. A priori, isso poderia ser explicado em função da busca de maior estabilidade por parte das fortunas comerciais já constituídas<sup>164</sup>. Porém, além da busca da segurança, a transformação do grande comerciante em um grande fazendeiro denotava a presença de um forte “ideal aristocrático” que é identificado no controle desses recursos

---

<sup>163</sup> BRAUDEL, Fernand. *A Dinâmica do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987, p. 40.

<sup>164</sup> Ver Fragoso, *Homens de Grossa Aventura*, 1998, p.310.; Graça Filho, *Princesa do Oeste*, 2002, p. 98.

responsáveis pela reiteração das hierarquias e exclusão dos outros agentes sociais livres<sup>165</sup>.

Esta situação não difere<sup>166</sup> muito da trajetória do negociante-fazendeiro descrita por João Fragoso para o Rio de Janeiro, entre os anos de 1790 a 1840, ou seja, a conversão do grande comerciante em fazendeiro, como pressuposto de um ideal aristocratizante, que sacrifica o seu lucro mercantil em prol de *status* de senhor de homens e terras<sup>167</sup>. Além do caso que acabamos de retratar, em Baependi, estas ações foram exercidas por muitas pessoas, principalmente entre os mais ricos, que tiveram condições de experimentar a vida de comerciante, porém, ciente dos riscos que tal ofício poderia causar em seus negócios.

Entre os mais afortunados na região de Baependi, houve também pessoas que conseguiram multiplicar suas heranças deixadas nos inventários dos seus pais. Um exemplo disto é o Tenente Coronel Joaquim Inácio de Melo e Souza<sup>168</sup>, ao ter recebido alguns legados do seu falecido pai, o Alferes Francisco Inácio de Melo e Souza, conseguiu ao longo de três décadas quase triplicar o seu patrimônio.

Examinando os respectivos inventários, em 1845, ano em que faleceu o Alferes Francisco Inácio de Melo e Souza, seu patrimônio apresentou uma quantia bruta de 17:727\$370<sup>169</sup>, 70% desta fortuna era constituída por escravos e terras. O apreço a esses ativos confirma-se quando o Alferes contratou os serviços do Boticário, Francisco Viotti, para tratar com remédios o seu doentio escravo Domingos. O cuidado com esse cativo não apenas estava relacionado à reprodução da mão de obra, mas com os sentimentos de gratidão e confiança que esse senhor tinha por esse cativo, além do que, Domingos vivia sob a proteção desse patriarca<sup>170</sup>.

---

<sup>165</sup> Fragoso e Florentino, op. cit., p.231-233.

<sup>166</sup> Caracterização feita por Pierre Goubert, de seus congêneres franceses do Beauvais, no século XVII e XVIII de difere muito do que encontramos para a região de Baependi, pois muitos negociantes franceses avastaram completamente da vida rural, investindo pesadamente os seus capitais na compra de ações e dívidas públicas. Ver: GOUBERT, Pierre. *Cent mille provinciaux au XVII<sup>e</sup> siècle: Beauvais et le beauvais de 1600 a 1730*. Paris, Flammarion, 1968, p. 372-374.

<sup>167</sup> Fragoso, *Barões do Café*, op. cit., p. 210-243.

<sup>168</sup> No Almanak Industrial, Administrativo e Civil da Província de Minas Gerais, Joaquim Inácio de Melo e Souza é relacionado no comando de guerra como Tenente Coronel Comandante de do 42º batalhão do Estado Maior da Guarda Nacional.

<sup>169</sup> AHETII/IPHAN/SJDR – Arquivo Histórico do Escritório Técnico II do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del-Rei. Inventário do Alferes Francisco Inácio de Melo. Ano: 1854, Cx: 34.

<sup>170</sup> Como bem ponderou Marcelo Matheus, “em uma sociedade onde o Estado não prestava praticamente nenhum tipo de assistência, alguns cativos, especialmente aqueles situados no topo da hierarquia interna da escravidão, podiam não querer qualquer tipo de liberdade, conseqüentemente, podiam não querer cortar seus laços de dependência com seu senhor”. Ver: MATHEUS, Marcelo Santos. *A produção da*

No processo do Coronel Joaquim Inácio de Melo e Souza (filho), aberto no ano de 1875, foram arrolados 8 escravos, 3 bois, 4 cavalos, 1 besta, e 1 casa localizada na rua direita da cidade de Baependi. Provavelmente, esse imóvel era um estabelecimento comercial, pois, das 283 pessoas que lhe deviam, 71 delas tinham lhe comprado vários objetos de armarinhos, tecidos e utensílios para fazendas, incluindo agentes de modestos e elevados estatutos sociais. As dívidas desses indivíduos foram calculadas em 18:917\$709, tal valor foi acrescido no monte-mor do Coronel Joaquim Inácio que foi avaliado em 55:932\$320<sup>171</sup>.

Com base na constituição destas distintas fortunas, perceber-se que o filho não trilhou o mesmo caminho do pai, pois se distanciou das atividades agrárias e optou em investir em novos negócios. Na região de Baependi, o Coronel José Inácio de Melo de Souza foi um dos poucos homens a se dedicar inteiramente aos negócios mercantis, pois vimos que parte da sua fortuna foi ampliada neste comércio.

É importante explicar para o leitor que essas ações não eram contraditórias à lógica de uma sociedade escravista fundamentada nas várias formas de produções não capitalistas<sup>172</sup>, pois na região se reiterava as tradicionais formas de riqueza, cujo funcionamento se dava pela incorporação de mais terras e mão de obra<sup>173</sup>.

Dando continuidade aos exames da Tabela 3, observa-se que nas faixas de fortunas D, E e F que reúne 64,9% dos inventariantes, nota-se que ocorreram algumas alterações. Essas mudanças podem ser vistas na diminuição dos bens relacionados às dívidas ativas e o dinheiro, pois a carência destes recursos impedia que muitos destes indivíduos investissem mais em terras e escravos.

O que mais nos impressionou nas faixas D, E e F foi o fato das dívidas ativas serem superadas pelas passivas, o que demonstra que, nesses grupos de fortunas, havia uma baixa liquidez e um alto grau de endividamento. Nas faixas de fortunas A, B e C, composta por um diminuto grupo de pessoas abastadas, ocorreu o inverso, havia mais credores do que devedores. Nessas escalas de riquezas, as dívidas ativas eram 22%

---

*diferença: escravidão e desigualdade social ao Sul do Império brasileiro (Bagé, c.1820-1870)*. UFRJ-PPGHIS, 2016, p.38. (Tese de Doutorado)

<sup>171</sup>AHETII/IPHAN/SJDR – Arquivo Histórico do Escritório Técnico II do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del-Rei. Inventário do Coronel Joaquim Inácio de Melo e Souza. Ano: 1875, Cx: 34.

<sup>172</sup> João Fragoso, *Barões do Café*, op, cit., p.42

<sup>173</sup> Idem, p.49

superior às passivas. Nesse caso, eram mais superavitários e suas atividades econômicas não tendiam a ser engolidas por suas dívidas. Nas faixas D, E e F, as ativas foram 21,1% inferior às passivas. Contudo, estes dados confirmam que o crédito na região esteve retido nas mãos de poucas famílias, cujo patamar mais elevado desta hierarquia de fortunas, era ocupado por senhores donos de terras e escravos.

Nas faixas D, E e F, por agrupar o maior número de inventariados, mostra-nos que esses grupos de fortunas eram mais amplos e diversificados. Cruzando os dados dos inventários, com os assentos paroquiais e com as listas nominativas do termo de Baependi, foi possível encontrar nessas escalas de riquezas pessoas de ascendência escrava. Um bom exemplo é o pardo Miguel José de Andrade. No ano de 1864, procedeu-se à abertura de seu inventário. Ele vivia com a sua família no Arraial de São Tomé das Letras do termo da Vila de Baependi, na rua direita, em uma morada de casa coberta de telhas. Além desse imóvel, possuía bens rurais, como as terras no sítio da Pontinha na fazenda do Rio do Peixe. Neste lugar, com o trabalho de sete escravos, produziu quatro alqueires de roça de milho, um feijoad com planta de três quartas, um arrozal com plantas de três quartas e um canavial em ponto de moer. Além disto, o senhor Andrade possuía rebanho composto por 20 cabeças de gado e 31 porcos, havendo 10 porcas com crias<sup>174</sup>.

Suas produções não se encerram por aí. No inventário deste senhor, há menção de três rodas de fiar, o que indica que seus cativos se dedicavam a atividades voltadas à produção de tecelagem e fiação, pois nesse processo foi arrolada uma enorme quantidade de roupas e lençóis para camas e travesseiros. Estas produções domésticas conjugadas com as atividades agropecuaristas permitiu ao senhor Miguel José de Andrade um maior leque de opções econômicas que possibilitou figurar-se no grupo de proprietários com riqueza intermediária no Termo Baependi.

Além dos homens pardos em ascensão, temos nesta faixa de “fortunas intermediárias” pessoas descendentes de elites proprietárias que foram surpreendidas pela morte enquanto avançavam as suas riquezas ou não conseguiram restabelecer o nível de fortuna dos pais. Um destes casos é o de Antônio Fernandes dos Reis, que teve seu inventário aberto no ano de 1888. Era filho do comerciante Jerônimo Antônio dos Reis, falecido no ano de 1866. Seu pai possuía varias terras e escravos, além disto, tinha

---

<sup>174</sup>AHETII/IPHAN/SJDR – Arquivo Histórico do Escritório Técnico II do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del-Rei. Inventário de Miguel José de Andrade. Ano: 1865, Cx: 13.

acesso a uma ampla rede crédito, que contribuiu para que conseguisse constituir uma expressiva fortuna, somada em 48:602\$000.<sup>175</sup>

Antônio Fernandes dos Reis era morador no sítio do Tijuco Preto. A propriedade não contava com escravos para tocar os trabalhos nesta unidade, por isso contratou os serviços do liberto Florência, ex-escravo de Candido Rodrigues de Souza. Em seu inventário foram registradas dívidas passivas pelos serviços deste egresso da escravidão, que ficaram em tornou de 50\$000. Além deste débito, havia outros. Somando tudo, Antônio Fernandes havia acumulado uma dívida de 703\$000<sup>176</sup>. A maior parte da riqueza de Antônio Fernandes eram as plantações e uma casa de vivenda com suas benfeitorias e terreiros, tudo calculado em 2:265\$000. Um dos seus maiores credores foram João Maximiliano Fernandes, irmão e tutor dos seus filhos menores, que ao longo de muitos anos abasteceu a casa de Antônio Fernandes com produtos advindos de sua loja.

Nos inventários de Antônio Fernandes dos Reis, soubemos que morou por mais de uma década na cidade de Ouro Preto. Nesta capital mineira, amargou o fracasso dos seus negócios, e, assim, voltou a residir em uma das propriedades de seu falecido pai. É provável que sua saída da casa paterna tenha sido um dos fatores que o impediu de constituir um valioso patrimônio produtivo.

No último degrau da hierarquia de fortunas da Vila de Baependi, estão às pessoas que pertenciam às camadas mais pobres da sociedade<sup>177</sup>, que, por sua vez, estão situadas na faixa G. Este grupo compunha 16,5% dos inventários e controlava apenas 0,5% da riqueza. Esta faixa de fortuna estava assentada sobre uma base social bastante heterogênea, pois havia indivíduos de vários segmentos sociais, como portugueses empobrecidos, egressos da escravidão e famílias livres que tinham diferentes vínculos com o cativo, sendo algumas mais recentes e outras mais remotas.

---

<sup>175</sup>AHETII/IPHAN/SJDR – Arquivo Histórico do Escritório Técnico II do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del-Rei. Inventário de Jeronimo Fernandes do Reis. Ano: 1866, Cx: 22.

<sup>176</sup>AHETII/IPHAN/SJDR – Arquivo Histórico do Escritório Técnico II do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del-Rei. Inventário de Antônio Fernandes do Reis. Ano: 1866, Cx: 22.

<sup>177</sup> Considerando que abaixo destes agentes de modestos bens, havia aqueles que não possuíam bens passíveis de ser arrolados em um processo de inventário.

Sobre esta heterogênea base social<sup>178</sup>, temos o português, Manoel Lopes de Oliveira, nascido e batizado na Freguesia de Santa Maria de Oliveira da Vila do Porto, que chegou a Vila de Baependi com seus pais quando tinha 6 anos de idade. Por ter ficado órfão tão cedo em terras estrangeiras, morou como agregado na propriedade de Dona Maria Teresa de Jesus, viúva de Domingues Ferreira Brandão, moradora da aplicação da Capela de São José do Favacho do Termo de Baependi.

Na propriedade desta senhora, que, por sinal, era uma grande escravaria que contava com 24 cativos, o português Manoel Lopes de Oliveira, como administrador dessa unidade, não obteve sequer nenhum pedaço de terra desta fazenda. No inventário deste português, aberto no ano de 1832, foram arrolados apenas 21 cordões de ouro e poucos móveis de baixo valor. Esses bens foram avaliados em 50\$000<sup>179</sup>. Portanto, a aquisição desses poucos recursos impediu que o mesmo galgasse alguns degraus na hierarquia de fortunas da região.

Temos também o casal de libertos Agostinho Vieira e Mariana Antônia Nogueira. O primeiro foi ex-escravo do Tenente José Carlos Nogueira, e a segunda, ex-cativa de Dona Custódia Balbina Nogueira, que, por sua vez, recebeu no inventário de sua ex-senhora, um alqueire de terra avaliada em 60\$000<sup>180</sup>, e este bem, com algumas plantações e outros utensílios domésticos, foram os ativos econômicos mais importantes desses ex-escravos que, de alguma forma, permitiram que construíssem certa estrutura material de vida.

Para finalizar, nessa ampla base social temos Joaquim José da Silva, nascido e batizado no Arraial do Espírito Santo do Termo de Baependi. Era branco, senhor de um escravo e oficial de sapateiro. Envolvido com este ofício, não é difícil imaginar que esse senhor tenha tornado o seu cativo um aprendiz de sapateiro, tendo, portanto, forçosamente convivido diuturnamente perto dele. Desta forma, esses agentes de distintos *status* foram responsáveis pelo sustento dessa casa. É provável que esse cativo, eventualmente, tenha participado de todo processo de produção, isto é, a compra do couro, os modos de corte e costura dos arremates, as vendas e as cobranças dos vencimentos dos negócios efetuados a prazo. O envolvimento com essas atividades não

---

<sup>178</sup> ROSENAL, Paul-André. Construir o “macro” pelo “micro”: Fredrik Barth e a “microstoria”. In REVEL, Jaques (org.). *Jogos de Escalas – a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

<sup>179</sup> AHETII/IPHAN/SJDR – Arquivo Histórico do Escritório Técnico II do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del-Rei. Inventário de Manoel Lopes de Oliveira. Ano: 1862, Cx:39.

<sup>180</sup> AHETII/IPHAN/SJDR – Arquivo Histórico do Escritório Técnico II do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del-Rei. Inventário de Agostinho Vieira. Ano: 1862, Cx:15.

era algo desvantajoso para esse mancipios, pois poderiam adquirir certa qualificação e ser mais estimados pela família do seu senhor<sup>181</sup>.

Sobre essa faixa (G), os escravos não pesaram tanto no patrimônio destas pessoas de modestos recursos, chegando a perfazer menos de ¼ (18,6%) das fortunas inventariadas. Os indivíduos desta faixa, na sua maioria, eram donos de pequenas escravarias, apresentando uma média de 3,0% de cativos por unidades. Entre esses sujeitos, 91,8% possuíam de 1 a 5, sendo que, apenas três, detinham de 6 a 8 escravos. Diante de tais indicadores, é importante salientar que a aquisição de escravos por pessoas pobres da sociedade, também seria uma forma de se distinguirem dos demais membros dos grupos que não alçaram o *status* de senhor.

Além disto, os cativos pertencentes aos membros das faixas de fortuna G poderiam ser fundamentais para estabilidade e constituição dessas famílias. De acordo com Sant Hilaire, esses cativos poderiam desenvolver uma multiplicidade de função em uma determinada unidade produtiva, como trabalhar nas roças ao lado de seus senhores, ajudando as mulheres no processo de tecelagem e fiação, bem como cuidar do rebanho de animais de vários portes<sup>182</sup>.

Além de muitos terem possuído escravos, estes agentes de baixa rentabilidade também possuíam terras, onde 84,1% tiveram acesso a esse recurso. O que significa que tal apropriação fundiária não era restrita a esse grupo, mas não eram donos de grandes propriedades, a maioria vivia em pequenas roças que cobriam somente a necessidade básica alimentar.

Para elucidar estas situações, temos o caso do Maria Tereza de Araújo e seu irmão, Simão Silva, que moravam em um rancho coberto de telhas com porta e janelas na fazenda do Morro Queimado, propriedade do Tenente Coronel Joaquim Silvério de Castro e Souza Marinho. Nesse pequeno Rancho, Maria Tereza era senhora de um casal de escravos, ambos tinham idades avançadas, sendo Francisco Angola de 50 anos e Joana Crioula de 60. Mas, mesmo sendo dona de terras e homens, vimos que não recusou a proteção do Tenente Coronel Joaquim Silvério, pois no inventário desta senhora, há vários momentos em que solicitava empréstimos ao Tenente Joaquim Silveira. Nessa circunstância, o auxílio de uma pessoa provida de significativos recursos

---

<sup>181</sup>Sobre a importância de determinadas ocupações para os cativos, ver; FERREIRA, Roberto Guedes. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social* (Porto Feliz, São Paulo, c.1798-c.1850). Rio de Janeiro: Mauá X/Fazer, 2008 a.

<sup>182</sup>SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil*. Trad. L.A.Penna. Belo Horizonte: Itatiaia (Coleção Reconquista do Brasil, v. 5). 2017, p.93.

(tanto econômico como social), poderia ser umas das alternativas mais viáveis para a organização da sobrevivência e segurança em sociedade comprometida com a exclusão.

Peço ao leitor que retorne para a Tabela 3 para as últimas considerações. Nessa camada de pessoas menos remediadas, as dívidas ativas não tiveram um peso substancialmente relativo em seus processos de inventários. Somando o percentual em dinheiro diminui consideravelmente. Algo esperado nessa camada, além de que, estamos tratando de uma sociedade marcada pela pouca circulação monetária. Era natural que dinheiro, ações e títulos constituíssem em universo pouco acessível<sup>183</sup>. Na verdade, os membros mais pobres da sociedade inventariada sempre solicitavam crédito aos mais abonados, daí a grande parte deles estarem no rol das dívidas passivas. Houve vários momentos em que os mais pobres se endividavam. Ao contrair empréstimos, perdiam os únicos bens que possuíam. João Silvério Batista Campos, natural de Barra Mansa da Província do Rio de Janeiro, e morador da Vila de Baependi, vivenciou essa experiência. Quando residia na região, contraiu dívidas com os homens mais influentes da localidade. O primeiro credor foi o Comendador Custodio José Pinto, que lhe emprestou 261\$000. O outro fiador foi o Capitão Jesuíno Lopes Guimarães, que lhe fez um empréstimo de 340\$000, e os últimos foram o Dr. Antônio Carlos Viriato Capitão e o Coronel Teodora Carlos da Silva, membros das famílias mais tradicionais da Vila de Baependi, que lhe forneceram em dinheiro a juros. Para que seus entes não ficassem pressionados com essas dívidas, tratou logo de quitar esses empréstimos com os bens que possuía inclusive alguns ativos que se encontravam na cidade de Barra Mansa foram dados para pagar estes débitos. Descontados os passivos, restou para João Silvério Batista Campos um patrimônio líquido de 600\$000<sup>184</sup>.

Tal caso não é excepcional, pois encontramos cinco inventários na faixa G de fortuna que apresentaram o mesmo perfil. Para os demais as dívidas eram tão altas que chegava a superar o valor do monte-mor. Esses dados podem ser considerados uma das características marcantes dessa camada amplamente diversificada.

---

<sup>183</sup>Tal situação era mais agravante numa sociedade com pouca moeda em circulação e cuja instituição bancárias atendia uma pequena parcela da sociedade. Ver Carrara; CARRARA, Ângelo Alves. *À vista ou a prazo: comércio e crédito nas Minas setecentistas*. 1. ed. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2010.

<sup>184</sup>AHETII/IPHAN/SJDR – Arquivo Histórico do Escritório Técnico II do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del-Rei. Inventário de João Silvério Batista Campos. Ano: 1861, Cx:12.

## - Estrutura agrária da Vila de Santa Maria do Baependi

Tratamos aqui das discussões em torno da questão da economia agrária mineira e como suas produções atendiam as demandas de um mercado interno e externo. Para a discussão do objeto de pesquisa que será examinado neste tópico, que são as atividades agrárias desenvolvidas na região de Baependi, pontuaremos, em linhas gerais, trabalhos que podem contribuir para compreensão deste tema.

Especificamente sobre as atividades agropecuaristas, no século XVIII e XIX em Minas Gerais, muito pouco se produziu até os anos de 1970. Eram escassos os estudos de base empírica a desvendar o mundo rural da produção de alimentos e da criação de rebanhos da sociedade setecentista e oitocentista de Minas Gerais. Na década de 1950, chegaram a conclusões sobre a economia das Gerais que mais a frente suscitou importantes debates<sup>185</sup>.

Na historiografia de Minas Gerais, merece destaque o livro de Mafalda Zemella, *O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII*, publicado no ano de 1951. Esta obra foi o primeiro estudo acadêmico sobre o abastecimento na região mineradora realizada no Brasil. Zemella realizou uma análise geral da produção interna dos gêneros de primeira necessidade na Capitania mineira, ressaltando a sua importância apenas nos momentos de crise da mineração. A autora é taxativa ao afirmar que “no início da mineração, a atividade orientada para a agricultura era uma exceção tímida e absolutamente insuficiente”,<sup>186</sup> em razão de não ser interessante o desvio da mão de obra escrava para outras atividades econômicas que não fossem as auríferas<sup>187</sup>.

Na década de 1860, Myriam Ellis, examinando o abastecimento alimentar na Capitania de Minas Gerais, traz muitas informações sobre o comércio nas zonas de mineração. Entretanto, reduz o estudo do abastecimento a uma análise dos caminhos que ligavam as minas a regiões mais distantes e dos registros por onde passavam os mercadores que vinham de outras Capitânias<sup>188</sup>. A autora não dá importância à

---

<sup>185</sup>Anterior aos estudos desenvolvidos na década de 1950 Cai Prado Junior, em “*A Formação do Brasil Contemporâneo*”, (1942) já vinha apontando o renascimento agrícola que surgia no sul de Minas Gerais após a criação da Mineração.

<sup>186</sup>ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da capitania de Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1951, p.234.

<sup>187</sup>Idem, p. 135.

<sup>188</sup>ZEMELLA, Mafalda. *O Abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1990. p. 17-27

produção interna de mercadorias, concordando, assim, em linhas gerais, com argumentação de Mafalda Zemella.

Wilson Cano também corrobora com a ideia de uma inexpressiva atividade agropecuarista na Capitania Mineira. O autor atribui a incapacidade desta economia em gerar “complexo econômico” devido ao seu baixo potencial de acumulação. Segundo Cano, apesar da produção aurífera ter gerado uma alta lucratividade, apenas uma pequena parcela dessa renda foi retida pelo mercado mineiro<sup>189</sup>.

O fato é que, estes estudiosos ao conferirem uma lógica predominantemente externa à economia das Gerais, deixaram de perceber a complexidade e o vigor de uma produção interna econômica da capitania de Minas Gerais. Mas, isto não significa que negam completamente a circulação e comércio interno de mercadorias, mas que, simplesmente, tinham centrados suas atenções num setor da economia (a mineração) que lhes pareceriam mais relevantes para o tipo de análise que propuseram.

De início, gostaríamos de esclarecer que para os objetivos desta pesquisa interessa a verificação do mercado interno de abastecimento e a possibilidades de projeção econômica/social por essa via, já que se acredita que Baependi esteve ligada a produção e a comercialização de gêneros de abastecimento desde a formação do povoado, ainda no século XVIII. Contudo há ainda pontos que precisam ser aprofundados com a incorporação de evidências empíricas reveladas pela descoberta de novas fontes, permanecendo o grande desafio entender a dinâmica interna e externa deste sistema econômico aparentemente bastante diversificado.

Nos anos 1970 surgem novas propostas de abordagem sobre a economia mineira, nesta perspectiva. Alcir Lenharo foi um dos pioneiros<sup>190</sup> ao chamar atenção para a organização da produção e a comercialização dos gêneros de primeira necessidade no mercado de Minas Gerais. Além disto, ressaltou a existência de uma produção pecuarista, em especial no Sul de Minas, orientado para atender à demanda consumidora da Corte sediada no Rio de Janeiro. “Segundo Lenharo, sobre estas bases produtivas, verificou-se a ascensão política de vários fazendeiros-tropeiros mineiros,

---

<sup>189</sup>CANO, Wilson. "Economia do Ouro em Minas Gerais (século XVIII)", in: *Revista Contexto*, n° 3, julho/1977, pg 31.

<sup>190</sup>Maria Yedda Linhares estuda o abastecimento em longa duração, alinhando-o com a expansão da economia exportadora. Constitui uma estimulante incursão pela história do abastecimento no Brasil, acompanhada de um grande esforço de periodização. Ver: LINHARES, Maria Yedda Leite. *Pecuária, Alimentos e Sistemas Agrários no Brasil (Séculos XVII E XVIII)*. Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian, Le Portugal et l'Europe Alambique, lê Brésil et l'Amérique Latine. Mélanges offerts à Frédéric Mauro, vol. XXXIV, Lisboa, Paris, Dez., 1995.

comerciais locais” originados do “comércio de gêneros e animais”, cujo centro de produção estava “localizado no Sul de Minas como reflexo da expansão da mineração, ou seja, um grupo de homens abastados que pouco a pouco, passou a ter maior projeção, chegando a influir nos rumos da política nacional”<sup>191</sup>.

Na década 1980, foi publicado um importante trabalho sobre complexidade da economia mineira do século XVIII. Carlos Magno Guimaraes e Liana Maria Reis analisaram as cartas de sesmarias concedidas aos moradores de Minas Gerais na primeira metade do século XVIII, mostrando que a agricultura era uma atividade que absorvia expressivo contingente populacional, inclusive uma quantidade significativa de mão de obra escrava. Embora alguns autores já viessem tratando das atividades agropastoris afins, em Minas Gerais, no século XVIII, pode-se considerar que o estudo de Guimaraes e Reis abriu portas para uma pesquisa mais sistemática sobre o assunto. Segundo estes pesquisadores, é preciso reconhecer a existência de um complexo abastecedor nas Minas desde o início dos setecentos, o que muitas vezes foi negado pela historiografia tradicional. Assim, uma agricultura escravista e destinada ao abastecimento interno de mercadorias, pode ser detectada ao longo de toda formação histórica das gerais, e não necessariamente a partir da crise da mineração<sup>192</sup>.

Porém, tais questões foram sistematicamente levantadas por Roberto Borges Martins e Almicar Martins. Ao estudarem a sociedade mineira do século XIX, ressaltaram o apego de uma agricultura de subsistência não exportadora da escravidão. As teses dos irmãos Martins questionam estudos que consideram que uma economia externa foi determinante para a manutenção da escravidão moderna<sup>193</sup>.

Em um texto apresentado no evento do CEDEPLAR, intitulado *A economia escravista das Minas Gerais do século XIX*, Roberto Martins afirma que a existência de um sistema escravista na província de Minas Gerais ao longo do XIX foi o maior que

---

<sup>191</sup> Idem, p. 33-36

<sup>192</sup> GUIMARÃES, Carlos Magno & REIS, Liana Maria. Agricultura e Escravidão em Minas Gerais (1700 - 1750). *Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte: número: 2 p. 7-36 junho de 1986.

<sup>193</sup> MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora. *Estudos Econômicos, Instituto de Pesquisas Econômicas – USP*, v. 13, n. 1, 1983. Ver também: \_\_\_\_\_, Amilcar V. & Martins, Roberto B. “Slavery in a nonexport economy: nineteenth-century Minas Gerais revised” In: *Hispanic American Historical Review*, 63 (3), 1983. \_\_\_\_\_, Minas e o Tráfico de Escravos no Século XIX, Outra Vez” in Szmrecsányi, Tamás & Lapa, José Roberto do Amaral(orgs.). “*História Econômica da Independência e do Império*”, São Paulo: Hucitec/ABPHE/Edusp/Imprensa Oficial, 2002. \_\_\_\_\_, “Growing in Silence: *The Slave Economy of Nineth-Century Minas Gerais, Brazil*”, Tese de Doutorado, Varderbilt University, 1980b.

existiu em toda história da instituição servil no Brasil. Durante o século XIX, a população cativa mineira apresentou um vigoroso crescimento:

de aproximadamente 170 mil indivíduos, em 1819, e passou a 380 mil em 1873. Neste ano, Minas Gerais tinha mais escravos que as dez províncias situadas ao norte da Bahia, mais as de Goiás, Mato Grosso e Para reunidas. Esse contingente servil era ainda maior que a população cativa de qualquer outra sociedade escravista do Novo Mundo em qualquer época, com exceção dos Estados Unidos, Cuba e Haiti nos seus pontos máximos.<sup>194</sup>

De acordo com Roberto Martins, a existência deste vasto sistema escravista não esteve associada às *plantations* exportadoras, nem uma economia mineradora do século XIX e nem fruto da procriação natural, mas resultado de importações recentes, também não induzidas pela mineração, que ao longo do século XIX ocupava apenas uma pequena parcela da mão de obra escrava<sup>195</sup>. Nesse cenário, os escravos eram empregados na agricultura, pecuária e várias atividades artesanais e manufatureiras. Para Martins, os cativos dedicavam-se a uma economia caracterizada por unidades agrícolas de autoconsumo voltadas para os mercados locais<sup>196</sup>.

Nessa economia agrícola de baixa mercantilização o que teria levado Minas Gerais a se torna a maior província escravista do Império? Para chegar a essa conclusão, Roberto Martins, partiu da teoria de E. G Wakefield<sup>197</sup>, no qual argumenta que a existência de terras abundantes e abertas e a mão de obra escassa teria impossibilitado a formação de um mercado de trabalhadores livres, formadores, assim, de um campesino independente. Nesse contexto, um grupo de proprietários não trabalhadores só poderia sobreviver através de recursos continuados do trabalho forçados<sup>198</sup>.

Francisco Vidal Luna e Wilson Cano, em parte, corroboram com as teses de Martins a respeito do crescimento de uma população cativa sobre o caráter de uma economia de baixo nível de mercantilização, porém, não deixam de indagar a questão de como uma econômica pouco monetarizada conseguiu forma um extenso plantel escravista? Luna e Cano acreditam que a constituição desse enorme contingente de

---

<sup>194</sup> MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 1980. 55 p. (Texto para Discussão, 10) CDU 33 (091) (815.1),p.1.

<sup>195</sup> Idem, p. 4-5.

<sup>196</sup> Idem, p.3.

<sup>197</sup> Segundo Roberto Martins, o caso de Minas Gerais tem explicação na “hipótese de Wakefield”. Não havia em Minas uma oferta regular e voluntária de trabalho porque grande parte das terras não havia sido apropriada, ou seja, havia terras livres, disponíveis para a ocupação. Como lembra o autor, não havia se completado o processo de acumulação primitiva observado por Marx.

<sup>198</sup> Idem, p.6

cativos não teria sido fruto da importação de escravos, mas, sim, do crescimento natural ocorrido nas propriedades mineiras<sup>199</sup>.

A crítica feita por Robert Slenes ao modelo explicativo de Martins foi mais incisiva: considerou exagerada a explicação de uma economia escravista desarticulada com um mercado exportador. Slenes formulou a mesma pergunta de Luna e Cano: como uma economia de baixo percentual de exportação foi capaz de absorver tantos escravos vindos dos portos brasileiros?<sup>200</sup> As respostas que Slenes deu as estas questões foram bastante distintas da desses autores.

Em tese, Slenes aceita algumas explicações de Roberto Martins, no que se referem ao elevado número de escravos existentes nos planteis mineiros, mas não se conforma com a ideia das unidades escravistas mineiras serem sustentadas por uma economia independente desvinculada de um mercado exportador. O autor entende que os escravos sendo empregados em atividades que estivessem fora dos circuitos comerciais externos não significaria uma independência.

Em seu artigo “Múltiplos de porcos e diamantes”, Slenes demonstra que a economia de exportação tinha “efeitos multiplicadores” sobre as produções de alimentos e de víveres, e na medida em que criava uma grande demanda por esses artigos de consumo garantia a sua reprodução<sup>201</sup>. O autor dá alguns exemplos de como se dava a ligação entre esses dois setores. Como o caso da exportação de produtos derivado da criação de porcos que para seu sustento contava com a produção do milho<sup>202</sup>. Sobre a conjugação destes ativos, Slenes nos esclarece um importante elemento:

De acordo com Caio Prado Júnior a criação de porcos no sul de Minas para serem exportados vivos ou na forma de toucinhos se fazia em estreita ligação com a produção de milho, que constituía a ração principal desses animais. Os Martins certamente têm razão – e nunca questionei isto – quando afirmam que o comércio de milho para o Rio e São Paulo em lombo de muar era mínimo, mas a exportação indireta desse produto, em lombo de porco, era considerável. Ou seja, a criação de porcos propiciava o estabelecimento de uma agricultura paralela de grande importância enquanto empregadora de mão de obra e participante da

---

<sup>199</sup>Luna, Francisco Vidal & Cano, Wilson. “Economia escravista em Minas Gerais” In *Cadernos IFCH-Unicamp*, Campinas, outubro de 1983.

<sup>200</sup> SLENES, Robert W. “Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX.” IN: *Estudos Econômicos*. São Paulo, v. 18, Nº 3, IEP/USP, 1988, pp. 449-495. Ver por exemplo o debate no periódico *Hispanic American Historical Review*: Martins (1983); Slenes (1983); Martins (1984)

<sup>201</sup> Idem, 452-455.

<sup>202</sup> Idem, 460-463.

economia monetarizada, que os Martins não conseguem perceber nos dados sobre as exportações com que trabalham<sup>203</sup>.

Com essa perspectiva, Slenes afirma a inserção de Minas Gerais na economia nacional vinculada à *plantation* pela via do abastecimento, conseguindo, assim, o capital necessário à aquisição de escravos e sustentando o crescimento demográfico vivenciado pela província no século XIX<sup>204</sup>. Apresentando-se, portanto, uma visão oposta de Roberto Martins, que pensa a economia mineira como “a antítese da economia de *plantation* exportadora” constituída, sobretudo, de unidades agrícolas produzindo principalmente para o autoconsumo, e vendendo o excedente para os mercados locais”<sup>205</sup>.

Apesar de reconhecermos que os estudos de Martins enriqueceram sobremaneira a historiografia do período oitocentista mineiro, as explicações de Robert Slenes parecem mais adequadas para resolvermos tais questões que serão analisadas neste capítulo. Em conformidade com algumas abordagens de Slenes, vimos que nos inventários da Vila de Baependi é possível verificar a ocorrência de grandes propriedades escravistas dedicadas a produção de gênero de abastecimento que, embora apresentando uma produção diversificada, como sugere Martins, não está desligada do circuito de comércio das regiões produtoras de café e das praças comerciais do sudeste brasileiro, especialmente o Rio de Janeiro.

Em sua tese de doutorado, Clotilde Andrade Paiva, propôs-se a realizar um estudo sobre a economia de Minas Gerais no século XIX. Em suas considerações, defende que o panorama verificado por Slenes possui bases sólidas, apontando o setor de exportação como mais dinâmico, e, como tal, gerava efeitos multiplicadores sobre os demais setores.

A tese da diversificação e do dinamismo da economia mineira é o principal ponto que o presente estudo reafirma. As evidências deste dinamismo são múltiplas. A presença de alargada e complexa base produtiva reflete uma economia que está em estágio avançado de reestruturação, a mineração há muito perdeu sua posição de atividade nuclear e o resultado não é o tão decantado fenômeno da “decadência” que se manifesta através da desorganização produtiva, fuga de população e o retrocesso para uma economia de subsistência. A dinamicidade manifesta-se também no crescimento populacional, na grande presença de

---

<sup>203</sup> Idem, p. 453

<sup>204</sup> Robert Slenes, *Os múltiplos de porcos*, 1988, p. 480-481.

<sup>205</sup> Roberto Martins, *Economia escravista*, 1981, p.37.

escravos, na pujança das atividades mercantis e nos expressivos vínculos com mercados externos<sup>206</sup>.

Percebe-se que as conclusões da autora não descartam as proposições dos autores anteriormente apresentados, apenas evidencia que o sistema agrário mineiro encontrava-se nas primeiras décadas dos oitocentos em fase de montagem e evolução, e seu desenvolvimento era determinado por um mosaico de atividades produtivas.

### **- Rebanhos por todos os lados: a produção pecuária nos inventários *post-mortem*.**

Apresentados os estudos que contribuíram para o desvendamento da estrutura agrária mineira, importa-nos, agora, analisar as produções pecuaristas desenvolvidas na região de Baependi. Pretende-se investigar, como os diversos rebanhos estavam distribuídos nas propriedades da região, apontando seus números, valores e as alterações desta composição no tempo. Além disto, iremos averiguar como esta atividade pecuarista estava em conexão com outras praças do centro-sul Brasileiro.

Os inventários *post-mortem* serão mais utilizados para examinar a produção pecuarista na região. Embora não sendo a fonte ideal para este tipo de investigação, já que não nos informa sobre a totalidade do rebanho existente, é a única documentação passível de serialização que dispomos para a localidade de Baependi. Além disso, outros pesquisadores conseguiram alçar bons resultados fazendo uso desta fonte<sup>207</sup>, como Hebe de Matos para seus estudos em Capivari<sup>208</sup>, Carla Almeida para as Comarca de Vila Rica e Rio das Mortes na passagem do XVIII para o XIX<sup>209</sup>, Helem Osório para o Rio Grande do Sul<sup>210</sup> e Mônica de Oliveira para os estudos da economia cafeeira para

---

<sup>206</sup> PAIVA, Clotilde Andrade. *População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX*. São Paulo, FFLCH/USP, 1996. (Tese de doutorado), p.164.

<sup>207</sup> Afonso Alencastro para São João del Rei (2002), Marcos Ferreira de Andrade para Campanha (2008), Eduardo José Vieira (2015 para Lavras e Juliano Sobrinho (2009) para Itajubá, fizeram também uso dos inventários para analisar as estruturas agrárias destas regiões sul-mineiras).

<sup>208</sup> MATTOS, Hebe Maria. *Ao sul da História. Lavradores na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

<sup>209</sup> ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2010.

<sup>210</sup> Para o Rio Grande do Sul, Helem Osório pode contar com excelentes mapas de animais, no qual conseguiu abarcar a totalidade dos rebanhos existentes na região. Isto lhe permitiu desenvolver uma análise mais profunda da produção pecuarista existente na localidade. Com intensa de cruzar as fontes. Osório não abriu das informações contidas nos inventários post-mortem. Sua tese foi posteriormente

a Zona da Mata Mineira<sup>211</sup>. Também para Buenos Aires, orientamos para os estudos de Juan Carlos Garavaglia, que utilizou esta documentação para examinar o patrimônio dos grandes proprietários rurais desta região platina<sup>212</sup>.

Vejam agora os dados exposta na Tabela 4. Esta tabela foi montada com base no conjunto de animais arrolados entre os bens inventariados. Pela Tabela 4, verificamos um aumento considerável da presença dos rebanhos bovinos, equinos, suínos e muares nas unidades produtivas de Baependi do primeiro para o segundo subperíodo, o que confirma que a criação destes animais era amplamente difundida entre os habitantes desta Vila sul-mineira.

Antes de nos aprofundarmos nessas análises, é importante ressaltar que a grande maioria das fazendas dedicadas à criação de rebanhos de vários portes possuía, em média, 18 animais, indicando assim que a pecuária desenvolvida na Vila de Baependi no correr do oitocentos era uma atividade produtiva presente tanto nas grandes como nas pequenas unidades produtivas.

**Tabela - 4 : Frequência de inventários com presença de rebanhos por subperíodos (Baependi, 1820-1888).**

Rebanhos	1820-1849		1850-1888	
	Nº/I	%	Nº/I	%
Bovinos	109	63,3	201	59,4
Suínos	44	26,7	159	31,6
Equinos	107	62,2	208	62,4
Muare	62	36,0	160	47,3
Caprinos	31	17,9	60	17,6

**Fonte:** Inventários post-mortem da Vila de Santa Maria do Baependi, 1820-1888. Depositados no Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del Rei. N/I: número de inventários.

Com base nestes dados, foi possível visualizar um cenário baseado na diversidade, onde os rebanhos bovinos, equinos, suínos e muare estavam em auge na economia pecuarista da Vila de Baependi. É evidente a predominância destes animais

---

publicada pela editora da UFRGS: OSÒRIO, Helem. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciante*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.

<sup>211</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de família: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira (1780-1870)*. Bauru: Edusc; Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2005.

<sup>212</sup> GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Patrones de inversión y "élite económica dominante": los empresarios rurales en la Pampa bonaerense a mediados del siglo XIX*, 1999.

em detrimento dos caprinos e ovinos. Porém, criação bois e cavalos se mostraram mais disseminadas nas unidades da região.

Com a relação à pecuária bovina, a difusão deste rebanho se deve ao seu uso para o transporte – utilização de carros de bois – como força motriz, além da utilização para o fornecimento de carne, leite e do aproveitamento do couro. Além disso, a criação do rebanho bovino era uma das produções mais tradicionais do Sul de Minas e de suas áreas periféricas<sup>213</sup>. Nas localidades sul-mineiras, na passagem do século XVIII para o XIX, foram encontradas várias fazendas criadoras de gado. A média de bovinos encontrados nessas propriedades foi visivelmente superior a outras Comarcas da Província de Minas Gerais<sup>214</sup>. Portanto, a surpreendente presença do gado bovino entre os proprietários nos mostra que a Vila de Baependi esteve vocacionada para esta produção pecuarista.

No que se refere aos equinos, à disseminação desse rebanho nas propriedades baependienses indica que os fazendeiros da região tinham apreço especial por este animal. Tal predileção faz sentido, ao sabermos que o Termo de Baependi foi considerado o berço do cavalo manga-larga machador.<sup>215</sup>

Esta raça cavalar era diferente das demais, por ter sido uma das poucas a apresentarem melhorias na marcha e preparado para executar várias atividades rurais. Além disso, a raça manga-larga foi selecionada para compor as tropas Imperiais, que necessitavam de cavalos luxuosos para importantes cerimônias<sup>216</sup>. Com estas qualidades, este cavalo tornou-se um dos animais mais valiosos nas fortunas baependienses, fazendo com que muitos fazendeiros ostentassem este animal entre seus rebanhos.

Além destes fatores, a distribuição do rebanho equino pelas propriedades da região também poderia ser utilizada para diversas finalidades, como meio de locomoção dos inventariados para as regiões da província mineira ou fora dela, para caçadas e até mesmo na lida diária nas fazendas. Carla Almeida, ao perceber uma expressiva quantidade de animais cavалares na Comarca de Rio das Mortes, entre o período de 1750 a 1822, relacionou o volume deste rebanho a dois fatores. O primeiro consiste na

---

<sup>213</sup> LENHARO, op. Cit., p. 52.

<sup>214</sup> Carla Almeida, *Ricos e pobres em Minas Gerais*, op. Cit., p.99.

<sup>215</sup> MATTOS, J.A. J. de. *Família Junqueira: sua história e genealogia*. Rio de Janeiro: Ed. Família Junqueira, 2004, p. 101-139. Ver também; José Alípio Goulart, o Cavalo na formação do Brasil e Tropas e tropeiros na formação do Brasil. E sobre a historia do cavalo manga-larga marchador, *A história do cavalo Manga-larga marchador*; José Américo Junqueira Matos.

<sup>216</sup> Idem, 2004.

criação destes animais para comercialização, o segundo fator estava associado à possibilidade destes animais para serem usados para transportar mercadorias para a província do Rio de Janeiro. De acordo com a autora, a aproximação geográfica e as boas condições das estradas que ligam essas duas regiões facilitava o percurso destes animais até a praça comercial do Rio de Janeiro<sup>217</sup>.

Observando os livros de passagem das Comarcas do Serro Frio e do Rio das Velhas, na segunda metade do século XVIII, Cláudia Chaves detectou que os produtos derivados do rebanho bovino, como as solas, couros e as carnes eram transportados por bestas de cargas, e as demais mercadorias eram conduzidas em lombos de burros e cavalos. Segundo Chaves, a quantidade de mercadorias é determinada pelo número de cavalos disponíveis para cargas. Cada equino transportava uma carga, cujo peso poderia variar de seis a oitos arrobas<sup>218</sup>. Igualmente, observamos que nos inventários *post-mortem* as éguas foram numericamente superiores aos cavalos. Este dado pode indicar que elas poderiam servir como suporte para a criação de muares. Era comum ver nos processos pesquisados éguas paridas com crias de burros e jumentos. Tudo isto contribuía para a disseminação e aumento deste rebanho de muar.

Portanto, não restam dúvidas, de que o cruzamento desses distintos rebanhos colaborou para que os muares<sup>219</sup> tornassem-se o terceiro animal que mais esteve presente nas propriedades da região. A significativa quantidade de muares nas unidades produtivas de Baependi indica que esta Vila Sul-Mineira manteve relações com mercados mais distantes, como a praça comercial do Rio de Janeiro. Este dado ganha maior consistência ao constatarmos a presença de tropas de bestas em várias fazendas da localidade. É provável que estas propriedades tivessem como principal função realizar o transporte dos produtos da roça para o armazenamento e/ou para a comercialização entre os municípios e regiões mais longínquas. Com relação a este rebanho, computamos nos inventários da Vila de Baependi 1.832 bestas.

A existência de muares em uma determinada propriedade implicava na posse de um volume significativo de animais cavалares, numa demanda específica de trabalho. Cruzando as éguas com os burros temos o nascimento de mulas, um animal híbrido e

---

<sup>217</sup> ALMEIDA, op. Cit., 2010, p.102.

<sup>218</sup> CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos Negociantes: mercadores nas Minas setecentistas*. São Paulo: Anablume, 1999, p.103.

<sup>219</sup> Os cavalos e bestas utilizados na capitania/província de Minas Gerais eram provenientes da Vila de Paulista de Sorocaba, onde havia uma grande feira destes animais. Ver; GIL, Tiago Luís. *Coisas do caminho: tropeiros e seus negócios do Viamão a Sorocaba (1780-1810)*. Rio de Janeiro: PPGH/UFRJ, 2009. (Tese de Doutorado).

estéril. Assim se obtém mais animais muares para o transporte de mercadorias para os mercados vizinhos e mais distantes. Isto explica porque o Alferes José Joaquim Pires possuía 9 éguas e 52 animais de tropas<sup>220</sup>. Nesta tropa havia muitas mulas e bestas arreadas, que talvez tivessem se originado no cruzamento entre equinos e muares.

Além dos rebanhos muares e cavалares, havia na propriedade do Alferes José Joaquim Pires uma significativa produção agropecuarista, analisando mais detidamente estes recursos, vê-se que possuía 21 cabeças de gado vacum, porcos de criar avaliados em 80\$000, 40 carneiros, 62 alqueires de feijão, 12 arrobas de algodão, 643 arrobas de fumo, e uma roça de milho e arrozal. Contado uma expressiva quantidade de animais de tropas, certamente grande parte da produção da sua fazenda era transportada no lombo de burros e bestas em direção aos mercados regionais e, provavelmente as praças comerciais do Rio de Janeiro e São Paulo.

A quantidade de cativos pertencentes à senzala de José Joaquim Pires também era algo considerável, nada menos que 57 se dedicavam a plantação de alimentos e criação de rebanhos. Sobre este dado cabe um parêntese a respeito de uma discussão bastante recorrente na historiografia a respeito da pouca utilização dos escravos nas atividades pecuaristas do Sul de Minas Gerais. Estas conclusões partem de uma leitura dos viajantes europeus que permaneceram um tempo nas regiões sul-mineiras, durante a primeira metade dos oitocentos. Referindo-se ao uso da mão-de-obra escrava na pecuária, em Minas Gerais, Saint-Hilaire fez uma distinção entre o Norte e o Sul da Província. No Norte - em particular na Região a Leste do Rio São Francisco, ao redor da hoje cidade de Montes Claros - prevalecia uma opinião convergente com a visão tradicional da historiografia, a de que escravos e gado não se misturam bem<sup>221</sup>. Nessa área,

“Em geral, não se gosta de confiar as funções de vaqueiro a escravos, porque os que as exercem vivem ordinariamente longe das vistas do senhor. Os vaqueiros são muito comumente os próprios filhos do proprietário, ou então homens livres a quem se dá o terço do produto do rebanho”<sup>222</sup>.

---

<sup>220</sup> AHETII/IPHAN/SJDR – Arquivo Histórico do Escritório Técnico II do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del-Rei. Inventário do padre José Joaquim Pires. 1859. Caixa 500.

<sup>221</sup> COSTA FILHO, M. *A cana-de-Açúcar em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1963. GORENDER, J. *O escravismo colonial*. 3.ed. São Paulo: Ática, 1980. COSTA, E. V. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966. MARTINS FILHO, A., MARTINS, R. B. *Slavery in a nonexport economy: nineteenth-century Minas Gerais revisited*. *Hispanic American Historie Review*, v. 63, n. 3, p. 537-568, aug. 1983.

<sup>222</sup> SAINT-HILAIRE, *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. (1830). Trad. MOREIRA, V. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975a. (Coleção Reconquista do Brasil, v. 4), p.48.

No Sul, no entanto, no Vale do Rio Grande, era usual a utilização de escravos no trato do gado. O naturalista de certa forma associa essa diferença ao fato de que o regime de exploração do gado fosse, aqui, mais intensivo em mão-de-obra do que no Norte, ficando os animais (e, portanto os escravos) restritos a uma área mais próxima da sede da fazenda, e da vigilância do dono<sup>223</sup>:

“Enquanto que no sertão oriental do S. Francisco os vaqueiros são homens livres, que vivem geralmente longe dos olhos dos patrões, (na Região do Rio Grande) o cuidado dos animais é normalmente confiado a escravos. Como acontece em todo o resto do Brasil que percorri, na Região do Rio Grande não se sabe o que seja um estábulo. Todavia, os animais não ficam entregues a si mesmos, como ocorre no sertão. Os fazendeiros que se dedicam em escala maior à criação de gado dividem suas pastagens em várias partes, seja por meio de fossos, seja por palissadas (sic) que tenham pelo menos a altura de um homem. Uma dessas divisões é para as vacas leiteiras, outra para os bezerros, uma terceira para as novilhas e finalmente a quarta para os touros”. (SF p. 50-51).

Assim, numa fazenda perto de Carrancas, na Região de São João Del Rei, onde pernoitou, escravos e escravas faziam a ordenha das vacas, e usavam cuias para encher de leite “pequenos barris cintados de aros de ferro”<sup>224</sup>. Sempre muito severo em seu julgamento das práticas da agropecuária brasileira, o viajante condescende em acrescentar, nessa passagem, um raro elogio:

“O gado dos arredores do Rio Grande tem justificada fama, graças ao tamanho e força. Alimentado em ótimos pastos, às vacas dão leite quase tão rico em nata quanto o das nossas montanhas. Com ele se faz grande quantidade de queijos exportados para o Rio de Janeiro”.

Alcir Lenharo foi um dos primeiros estudiosos a examinar a relação da mão obra escrava com a produção pecuarista no século XIX, constatou um expressivo contingente de escravos sendo remanejados para o setor pecuarista. De acordo com o autor, o encaminhamento desta força de trabalho para esta atividade contribuiu para que muitos

---

<sup>223</sup> Idem, p. 48.

<sup>224</sup> Idem, p. 48.

fazendeiros sul-mineiros exportassem com mais facilidade os seus produtos para as praças comerciais paulistas e cariocas<sup>225</sup>.

Sobre as produções pecuarista, Lenharo verificou que muitos cativos que pertenciam aos senhores do Sul de Minas foram aproveitados nestas atividades, pois era comum ver estes cativos na função de tropeiros<sup>226</sup>. Na senzala do Alferes José Joaquim Pires, havia mancipios que foram denominados como tropeiros, provavelmente ficaram responsáveis de fornecer os produtos que eram produzidos nesta fazenda para as praças comerciais do centro-sul Brasileira.

Retomando as análises da tabela de nº 4, na sequência, temos os suínos, que assumem a quarta posição entre os rebanhos que estiveram presentes nas unidades produtivas da região. No primeiro subperíodo, esses animais estavam presentes em 44 inventários. Na segunda metade do XIX, este número subiu para 159 criadores, e, assim, houve um acréscimo de 56,7% de pessoas dedicadas a esta criação.

O aumento da presença destes animais nas propriedades durante a segunda metade dos oitocentos pode ser facilmente explicado pelo fato de ter sido a produção pecuarista, nesse momento, mais voltada principalmente para o mercado exportador. Tomando como base o relatório da presidência de província do ano de 1857, saíram de Minas Gerais para outras províncias 1.164.529 arrobas de carne de porco<sup>227</sup>. É importante frisar que grande parte desta produção era originária das fazendas do Sul de Minas<sup>228</sup>. Além do toucinho e da carne de porco ser amplamente consumidos nos mercados do centro-sul, eram insubstituíveis na dieta dos mineiros<sup>229</sup>.

Na produção pecuarista da região, merece destaque aqueles proprietários que diversificaram mais ainda suas atividades produtivas investido na criação do rebanho caprino<sup>230</sup>. Apesar de este animal ter sido arrolado em poucos inventários, do primeiro para o segundo subperíodo mostrou maior presença nas unidades produtivas. Entre os anos de 1820 a 1849, o rebanho caprino esteve presente em 31 unidades, e no período de 1850 a 1888 estes números subiram para 61.

---

<sup>225</sup> Alcir Lenharo, *Tropas da Moderação*, 1997, p. 69.

<sup>226</sup> Idem, p. 70.

<sup>227</sup> Relatório do presidente da província, enviado ao ministério dos Negócios do Império, 21/12/1857, APM, Seção Provincial, SP-655.

<sup>228</sup> Idem, (1857).

<sup>229</sup> Lenharo, *Tropas da Moderação*, op. cit., p. 72.

<sup>230</sup> Com relação à designação caprina, inclui também os rebanhos de ovelhas, pelo fato destes animais atenderem o mesmo setor comercial, que é a produção de têxtil.

Em linhas gerais, é provável que o crescimento de propriedades com a presença de caprinos esteja relacionado ao incremento da produção têxtil na região. Tanto é que, entre os anos de 1850 a 1888, foi o período que mais se registrou o maior número de rodas de fiar e tear nos processos abertos. Portanto, o aumento da criação de caprinos é um forte indício da difusão desta produção em Baependi.

De um período para outro, o número de rodas de fiar nos inventários da região, tem um crescimento de 70,4%. Dos 88 inventariantes que possuíam este artefato doméstico, apenas 4 não possuíam escravos, o que demonstra que muitos senhores de Baependi, fizeram uso desta força de trabalho para o aumento da produção têxtil.

Diante dos dados que foram até agora apresentados neste tópico, analisamos apenas a presença destes animais nas propriedades baependienses: a média, a quantidade e os valores destes rebanhos serão examinados a partir dos dados expostos nas tabelas abaixo.

**Tabela 5: Número médio de rebanhos por inventários (Vila de Baependi, 1820-1888).**

<b>Rebanhos</b>	<b>1820-1849</b>	<b>1850-1888</b>
Bovinos	18,3	34,8
Suínos	23,8	30,8
Equinos	7,5	6,7
Muare	9,8	7,9
Caprino	39,7	43,2

**Fonte:** Inventários *post-mortem* da Vila de Santa Maria do Baependi, 1820-1888. Depositados no Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João de Rei.

Na Tabela 5, suínos e caprinos foram os que apresentaram as maiores médias por inventários, porém, na tabela anterior, esses animais não estiveram tão presentes nas unidades como os outros animais. Isto indica que havia muitos criadores na região que concentravam em suas propriedades enormes rebanhos de porcos e cabras. O que demonstra que estas produções pecuárias estavam destinadas a abastecer tanto o mercado interno como o externo de consumo<sup>231</sup>.

<sup>231</sup>Douglas Cole Libby, afirma que o grande sustentáculo da economia mineira no século XIX foi à agricultura mercantil de subsistência que esteve destinada ao mesmo tempo para o mercado interno como

Para primeira metade do XIX (1820-1849), a média de bovinos era de 18,3 cabeças por unidades e, na segunda metade dos oitocentos, esse número quase duplicou, subindo para 34,8. Analisando as regiões sul-mineira no século XIX, Carla Almeida, Afonso Alencastro Graça Filho, Marcos Ferreira de Andrade e Juliano Custodio Sobrinho encontraram medias de bovinos superiores às encontradas para Baependi. Almeida, para a Comarca do Rio das Mortes, entre os anos de 1780 a 1822, constatou um índice de oitenta cabeças de gado vacum por propriedades<sup>232</sup>. Graça Filho, para a Vila de São del Rei, localizou uma média de 146 cabeças entre os anos de 1831 a 1850, e 133 na segunda metade do século XIX<sup>233</sup>. Andrade para Vila de Campanha checou um média de 73 bovinos entre os anos de 1803 a 1850<sup>234</sup>. Para Freguesia Sul Mineira de Itajubá, entre os anos de 1795 a 1850, Sobrinho constatou uma media de gado vacum de 27,8 cabeças por unidades<sup>235</sup>. Luís Farinatti encontrou uma impressionante média de vacuns nos inventários da região de Alegrete do Rio Grande do Sul. O autor averiguou uma média de 3.833 animais por propriedade<sup>236</sup>.

Pelo fato do termo de Baependi não ter apresentado uma média igual ou superior destas regiões sul-mineiras, isto não reduz o dinamismo econômico que a produção bovina teve na localidade, pois verificamos uma expressiva quantidade de carros de bois em vários processos, num total de 447 carros movidos à tração desses animais. Além disto, importante ressaltar que os bois de carros estavam presentes em todas as unidades escravistas, o que demonstra a sua importância para atividades nas fazendas.

Isto quer dizer que a difusão da pecuária bovina na região contava com a utilização de carros movidos a tração de animais, que, certamente, eram utilizados para transportar as mercadorias produzidas nas fazendas para os mercados. Em determinadas situações, mulas e bestas eram substituídas pelos bois de carros. Além disso, é preciso considerar que a utilização desses animais era fundamental para manutenção dos engenhos que contava com sua força motriz. Sheila de Castro Faria para região de

---

para os circuitos comerciais fora da província de Minas Gerais. Ver: Libby, *Transformação e trabalho em uma economia escravista*, op cit. p. 178.

<sup>232</sup> ALMEIDA, *Ricos e pobres nas Mina Gerais*, op. Cit., p.97

<sup>233</sup> Graça Filho, *A princesa do Oeste*, op. Cit., p.146

<sup>234</sup> ANDRADE, *Elites Regionais...* op. Cit., p.97

<sup>235</sup> SOBRINHO, Juliano C. *Negócios internos: estrutura produtiva, mercado e padrão social em uma freguesia sul mineira. Itajubá – 1785-1850*. UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, (Dissertação de mestrado), 2009, p. 152.

<sup>236</sup> FARINATTI, *Confins Meridionais*, op. Cit., p. 133-136.

Campos de Goitacazes verificou que quase todos os engenhos eram movidos à força animal<sup>237</sup>. Em Baependi, localizamos 40 inventários que apresentaram engenhos em seus bens de raiz. Considerando o número de propriedade, essas unidades representaram apenas 7,8% do total de processo<sup>238</sup>. Neste modesto universo de engenhos, dois eram operados por cilindros e um por água.

Sobre o uso dos animais para o funcionamento de engenhos, há uma propriedade na Vila de Baependi que merece destaque, a fazenda Morro Grande, pertencente ao Tenente Manoel Antônio Pereira, figura de grande projeção social na Vila de Baependi. Nessa unidade havia dois engenhos de cana avaliados em 800\$000 e um canavial calculado em 6:000\$000<sup>239</sup>. De acordo com estes dados, tudo leva a crer que nas terras do Tenente Manoel Pereira, havia enormes canaviais prontos para serem moídos. Para o desenvolvimento desta produção, este senhor contava com 45 bois de carros e mais 65 escravos, sendo 32 em idade produtiva (14 a 40 anos), 20 crianças (3 a 12 anos) e 12 em idade avançada, de 43 a 80 anos de idade. Tendo a seu dispor toda essa força de trabalho, é possível que o Tenente Manoel Antônio Pereira tenha obtido bons lucros na produção do seu engenho, que, para muitos, era uma das atividades mais seguras e que gerava maiores *status* para os fazendeiros<sup>240</sup>.

A produção de açúcar e aguardente na propriedade do Tenente Manoel Antônio Pereira, parece ter sido uma importante atividade. Vimos em seu inventário aberto no ano de 1869, quantidade de tachos, pipas, açucareiros de metais, fôrma de fazer açúcar e alambiques, além de constarem benfeitorias próprias de um engenho. Porém, nesses processos não foram discriminadas a produção do seu engenho, mas consultando os inventários dos devedores do Tenente Manoel Pereira, consta que esses lhe ficaram devendo várias sacas de açúcar e arrobas deste produto.

A plantação de cana na fazenda do Morro Queimado não estava isolada: convivía com outras culturas que se mostraram bastantes significativas para a produção

---

<sup>237</sup> FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial* (Sudeste, século XVIII). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p.247.

<sup>238</sup> Clodilte Paiva e Marcelo Godoy, no ano de 1836 encontraram na província mineira uma amostra de 320 engenhos, quase 60% produzia cachaça e cerca de 72% era movido a animais. Ver *Engenhos e casas de negócios nas Minas Oitocentistas*. In: *Seminário Sobre a economia mineira*, 6., 1992Belo Horizonte. Anais...Cedeplar, 1992. P.29-52.

<sup>239</sup> AHETII/IPHAN/SJDR – Arquivo Histórico do Escritório Técnico II do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del-Rei. Inventário do Tenente Manoel Antônio Pereira. 1869. Caixa 14.

<sup>240</sup> PEDROZA, Manoela da Silva. *Engenhocas da Moral: uma leitura sobre a dinâmica agrária tradicional* (freguesia de Campo Grande, século XIX). Campinas: [s.n.], 2008. (Tese de doutoramento).

agrária desta unidade. Nessa propriedade havia 70 alqueires de arroz, 70 de feijão, 90 carros de milho, 58 sacas de sal e 6 teares. No setor pecuarista, o Tenente Manoel Antônio Pereira possuía 194 cabeças de gado, 17 porcos, 41 cavalos e 9 bestas<sup>241</sup>, inclusive todos esses muares encontravam-se arreados, ou seja, prontos para transportar as mercadorias produzidas nesta unidade para outras regiões. A importância da riqueza acumulada por estes senhores pode ser vista no total dos bens avaliados: 183:193\$520 (19.614,74 £)<sup>242</sup>.

Diante destes dados, podemos perceber que a riqueza do Tenente Manoel Antônio Pereira, lhe permitiu apoderar-se de várias atividades econômicas, assim evitando uma futura crise econômica. Os estudos sobre as unidades produtivas consorciadas são bastante debatidos na historiografia<sup>243</sup>, no que se refere às fazendas mineiras. Essas foram marcadas pela diversificação interna e pela relativa autossuficiência, conforme observaram os irmãos Martins<sup>244</sup>.

Retomando os dados da Tabela 5, equinos e muares<sup>245</sup> foram os que apresentaram as menores médias por inventários. Em outra situação, vimos que esses animais estavam presentes em quase todas as propriedades. Conjugadas essas duas informações chegamos à seguinte conclusão, esses dois rebanhos de cargas foram os que mais estiveram disseminadas na região, ou seja, seus baixos níveis de concentração indicam que havia uma enorme quantidade de propriedades, não somente voltada a uma economia de subsistência, mas eram também unidades envolvidas com a

---

<sup>241</sup>A importância da riqueza acumulada por este senhor pode ser vista no total dos bens avaliados: 183:193\$520 (19.614,74 £).

<sup>242</sup>AHETII/IPHAN/SJDR – Arquivo Histórico do Escritório Técnico II do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del-Rei. Inventário do Tenente Manoel Antônio Pereira. 1869. Caixa 14.

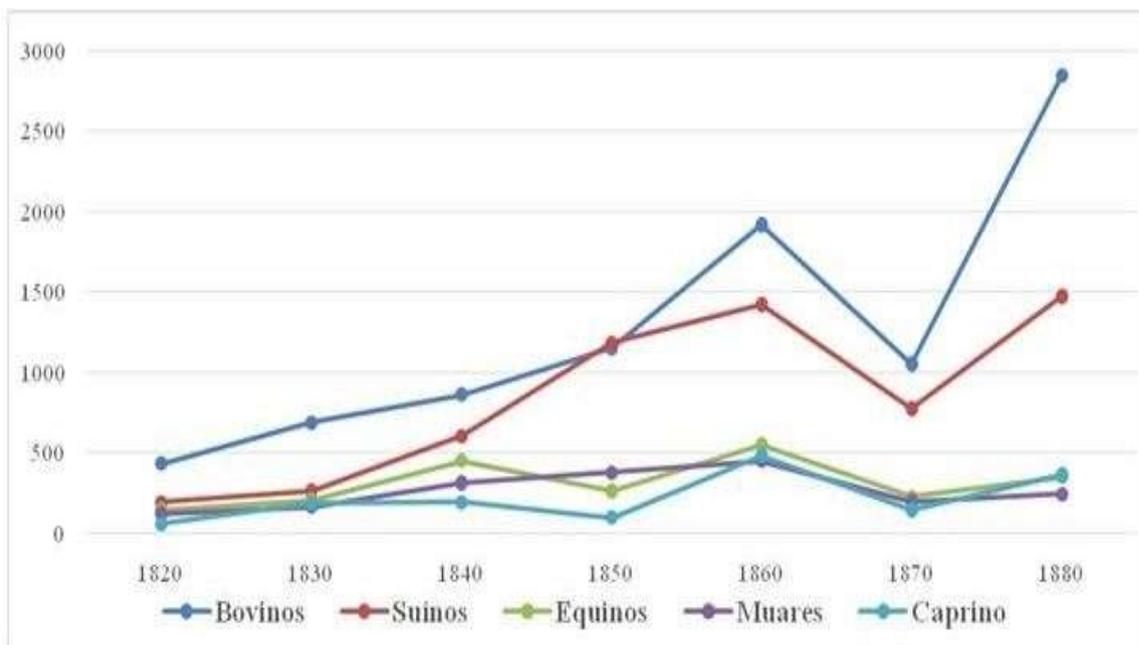
<sup>243</sup>LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. São Paulo: Símbolo, 1979. GODOY, Marcelo Magalhães. Espaços Canavieiros Regionais e Mercado Interno – subsídios para o estudo da distribuição espacial da produção e comércio de derivados da cana-de-açúcar da Província de Minas Gerais. *X Seminário sobre a Economia Mineiro*. CEDEPLAR/UFMG. Diamantina, 2002. Fazendas Diversificadas, Escravos Polivalentes: caracterização sócio demográfica e ocupacional dos trabalhadores cativos em unidades produtivas com atividades agras açucareiras de Minas Gerais no século XIX. *XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu, set.2004. CARRARA, Ângelo Alves. Minas e Currais: Produção Rural e Mercado Interno de Minas Gerais – 1674 – 1807. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007. Paisagens Rurais do Termo de Mariana. In: GONÇALVES, Andrea Lisly; OLIVEIRA, Ronaldo. (org.). *Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 2004.

<sup>244</sup>MARTINS, Roberto Borges; MARTINS, Amílcar Filho. *Slavery in a nonexporteconomy – ineteenthcentury – Minas Gerais*. *Hispanic American HistoricalReview*. 63 (3), 1983.

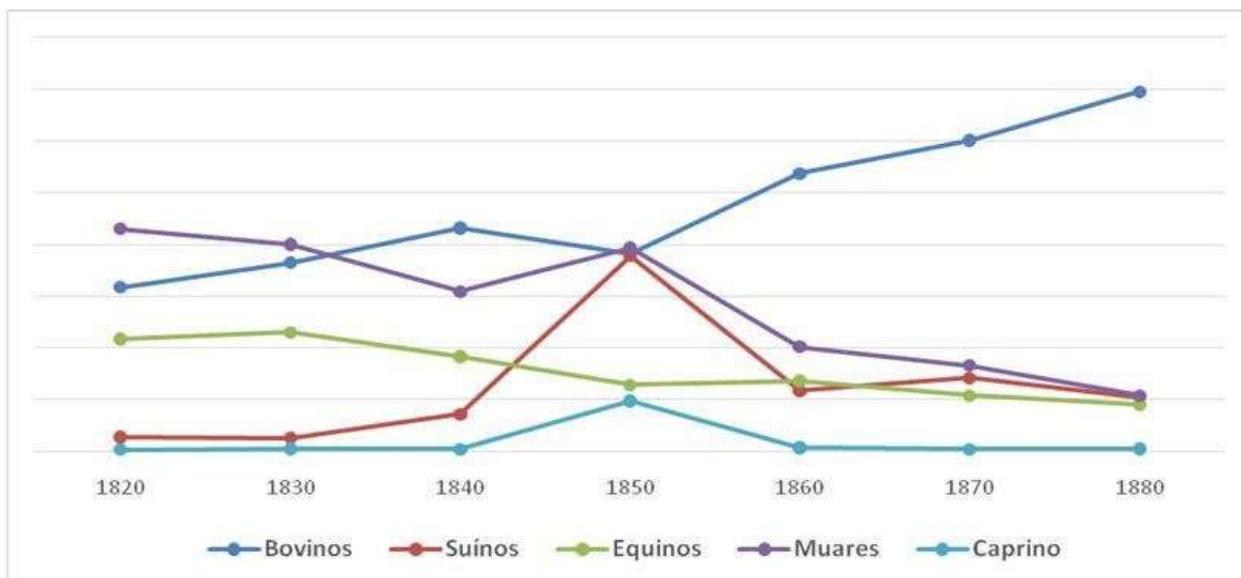
<sup>245</sup>Marcos Andrade, para a região sul-mineira de Campanha também chegou a conclusões semelhante, observar que os muares estiveram presente em quase toda a unidade produtivas. Ver; Marcos de Andrade, *Elites Regionais e a Formação do Estado Nacional Brasileiro*, p. 97.

comercialização e ao abastecimento de produtos. Tudo isto, contribuiu para inserção econômica da região no amplo circuito comercial do sudeste brasileiro.

**Gráfico 2: Quantidades de rebanhos por décadas (Vila Baependi, 1820-1888).**



**Gráfico 3: Valores dos rebanhos por décadas (Vila de Baependi, 1820-1888).**



Fonte: Inventários post-mortem da Vila de Santa Maria do Baependi, 1820-1888. Depositados no Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del Rei.

Tomando como base os dados dos Gráficos 3 e 4, não resta dúvida de que o gado bovino fosse de longe a principal produção pecuarista da Vila de Baependi, tanto em quantidade quanto em valores. Além disto, também era a criação mais mercantilizada que a de outros rebanhos.

Nota-se que no Gráfico 3, o número de bovinos foi predominante em todos os intervalos, indicando a vocação da região para esta produção. É bastante claro que o investimento na criação de bovinos não era absoluto e experimentou modificações ao longo do período. Os maiores índices alçados pelo número desse animal em relação aos outros rebanhos encontra-se nos dados referentes aos anos de 1850.

A grande difusão deste rebanho ocorreu, justamente, quando a região passava por uma alteração em seu eixo econômico. Nessa transição, o gado aumentou consideravelmente sua participação no rebanho total da localidade, que, de 38,8% no primeiro período, passou para 45,1% no segundo. Com o acréscimo do rebanho bovino, entre os anos de 1850 a 1888, ocorreu também o aumento de bois de carros, com um crescimento de 42,3%. A ampliação de carros de bois na região, era um indicador da dinamização da agricultura, principal atividade em que era utilizado.

Além disso, o número médio de gados bovinos por propriedades, de um período para outro, passou de 18, para 34 animais, o que resultou na maior concentração deste rebanho nas fazendas pecuaristas de grande porte. Isto também condiz com a produção para o mercado. No que tange a quantidade de animais, o rebanho bovino alcançou 42,7% do total, com relação aos valores dos animais sua importância ganha mais relevo, apresentando um percentual de 53,5% do total. Estes dados ganham maior destaque, ao sabermos que a Vila de Baependi estava numa das principais rotas comerciais que conectava o sul de Minas as províncias de São Paulo e do Rio de Janeiro.

As relações comerciais de Baependi com estas províncias podem ser apreciadas, quando no ano de 1817, alguns moradores da Vila de Santa Maria de Baependi (MG) remeteram com o apoio do capitão-mor Manoel Pereira Pinto, um comunicado a Câmara da Vila de Lorena, a necessidade de conserto do caminho da Serra da Mantiqueira. Por tal via realizava-se o escoamento de produtos desta Vila sul-mineira para Lorena e outras regiões paulistas. Segundo as palavras do próprio capitão-mor: “Atesto, e faço certo, não só pelas representações, que me têm sido feitas, como pelo pleno conhecimento, que tenho, que a Serra da Mantiqueira, por onde transitam numerosas tropas e viandantes para corte do Rio de Janeiro e a cidade de São Paulo se

acha incapaz de se passar pelos grandes faltos e desmanchos das calçadas, que tem motivado grandes prejuízos de animais, e que não havendo reparo se arruinará a mesma estrada totalmente, e impossibilitará no todo a passagem, e, por conseguinte se diminuirão os interesses reais”<sup>246</sup>.

Além dos caminhos da Serra da Mantiqueira, havia outra rota que interligava a região de Baependi as províncias São Paulo e Rio de Janeiro, esta era a estrada de Picu, que corta parte do termo de Baependi, onde escoava os produtos do sul de Minas em direção ao mercado carioca<sup>247</sup>.

Antes da inauguração desta estrada, o Caminho de Baependi para a Capital do Rio de Janeiro exigia alto custos de transporte. Contornavam uma região de serra e encontravam a estrada geral de São Paulo e Rio de Janeiro e o caminho de Parati no porto da Cachoeira no Rio Paraíba. No ano de 1818, muitos fazendeiros de prestígio local da Vila de Campanha, Baependi e Pouso Alto propuseram à secretaria do Estado um projeto para construir uma estrada que ligaria a serra da Mantiqueira às estradas que vão em direção ao Rio de Janeiro e São Paulo. Alegaram que o encurtamento pouparia cinco marchas de tropas (cinco dias) para aqueles que antes teriam que passar pelo registro da Mantiqueira<sup>248</sup>.

Percebendo a extrema necessidade da abertura de novas vias terrestres, os proprietários do Sul de Minas alertaram as autoridades da corte a quantidade expressiva de mulas e bestas que transitavam por esses caminhos e justificaram que o encurtamento desta estrada atenderia aos interesses econômicos dos dois lados: dos fazendeiros mineiros e dos comerciantes da praça mercantil carioca. Tais interesses comerciais foram atendidos na medida em que Rio de Janeiro era suprido pelos produtos advindos das fazendas sul-mineiras<sup>249</sup>.

---

<sup>246</sup> A correspondência de Antônio da Silva Prado encontra-se disponível no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. AESP, Ordem 232.

<sup>247</sup> O termo de Baependi era utilizado nas formalidades comerciais do porto do Rio de Janeiro (MAXWELL, WRIGHT & CO. *Commercial Formalities of Rio de Janeiro*. Baltimore: Sherwood & Co., 1841, p. 101). “Graças às novas estradas abertas, ou reformadas, o Rio passou a portar-se como centro drenador de gêneros de primeira necessidade e de exportação, que lhe permitia conservar o papel de principal centro exportador do país” (LENHARO, *As Tropas da Moderação*, p. 48.). Cf. LENHARO, Alcir. “Rota menor: o movimento da economia mercantil de subsistência no centro-sul do Brasil, 1808-1831”. *Anais do Museu Paulista, Tomo XXVIII*, p. 29-49, 1977-78. São Paulo: USP, 1978.

<sup>248</sup> ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO: Ofício de 28 de novembro de 1818 em que os moradores das Vilas de Campanha e Baependi pedem licença para a abertura de uma estrada. “Junta do Comércio”. Cx. 443.

<sup>249</sup> Lenharo, op, cit., 1979, p. 53-67.

Depois de tantos esforços, a estrada foi inaugurada em 1822. Com a abertura desse novo caminho as exportações mineiras subiram para 119%, e o tabaco foi o carro-chefe nesse mercado, chegando a representar, entre os anos de 1822-1823, 64% das exportações. Mas o *boom* no Picu foi observado para outras mercadorias – a soma das exportações de ambos os registros em 1823-1826 e 1830-1833 resultou num incremento de remessas anuais de fumo, panos, queijos, bovinos e suínos de, respectivamente, 149%, 307%, 462%, 675% e 390%<sup>250</sup>.

A localização geográfica da Vila de Baependi e os caminhos e estradas que interligam essa região sul-mineira às províncias Cariocas e Paulista, pode ser facilmente observadas no mapa de 1820, feito para demarcar a proximidade que havia entre as localidades do Sul de Minas com essas duas cidades.

---

<sup>250</sup> Exportações (dados oficiais): vide Apêndice. Exportações (inclusive extravios): VEIGA, Bernardo Saturnino da. **Almanach Sul-Mineiro para 1874**. Campanha: Typ. do Monitor Sul-Mineiro, 1874, p. 35. Nota: O autor do Almanach calcula “o comércio de exportação do Sul de Minas feito por intermédio das seguintes recebedorias: Pico, Passa-Vinte, Itajubá, Presidio do Rio Preto, Sapucahy-Mirim, Campanha de Tolledo, Jaguary, Ouro Fino, Caldas, Jaguára, Dolores do Guaxupé, Ponte-Alta e Monte Santo”, porém na relação das rendas lista apenas dez das treze recebedorias citadas, pois “deve-se considerar como também pertencente ao Sul de Minas parte do rendimento das seguintes estações (...): do Presidio do Rio Preto, do Jaguára e da Ponte-Alta” (VEIGA, Almanach Sul-Mineiro, p. 47).

### Mapa -3

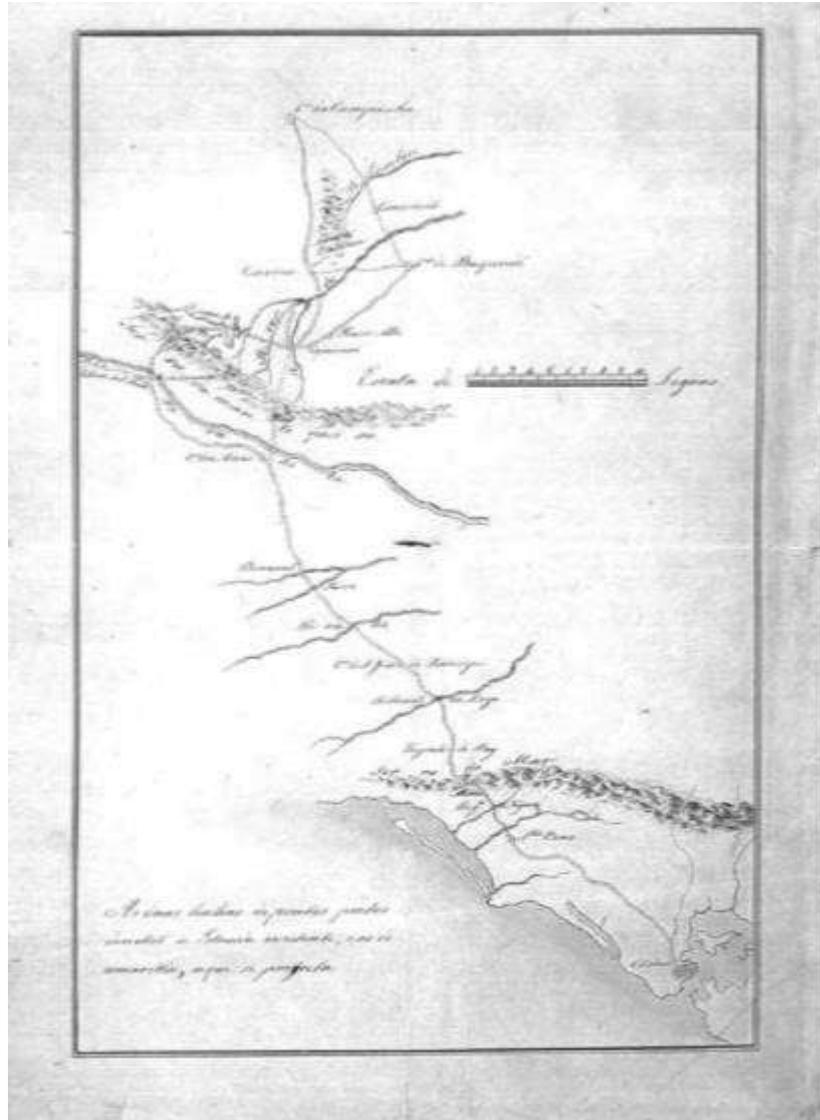
Mapa dos principais caminhos de Baependi para as províncias do Rio de Janeiro e São Paulo (c. 1820).



Fonte: *Apud*, RESTITUTTI, Cristiano Corte. Comércio terrestre e marítimo do fumo de Minas no século XIX, XIII SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA – DIAMANTINA, 2008, p. 3.

## Mapa - 4

Estrada de Picu que dava acesso a Capital do Rio de Janeiro. (1818)



*Projeto da Estrada de Picu a caminho do Rio de Janeiro, construída por fazendeiros sul-mineiros - 1818*

**Fonte:** A foto original esta sobre a guarda do Arquivo Nacional. Imagem digitalizada partir da reprodução publicada do livro *Elites Regional e a Formação do Estado Imperial Brasileiro*. Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. p. 187.

No ano de 1855, o Barão de Pouso Alto, Francisco Teodoro da Silva, morador no termo de Baependi, encaminhou uma solicitação para o governador da Província de Minas Gerais, informando estado de ruína que se encontrava a Estrada de Picu, pediu as

autoridades políticas que reformassem este caminho com urgência<sup>251</sup>. Na lista nominativa de Pouso Alto de 1839, soubemos que este senhor era dono de uma grande escravaria composta por 130 cativos<sup>252</sup>. Além disso, herdou de sua sogra, Dona Izabel Maria do Espírito Santo, um patrimônio avaliado em 200:000\$000<sup>253</sup>. Nessa herança havia escravos, terras e um imenso rebanho de bovinos e suínos. Ao cobrar do governo de Minas o melhoramento desta estrada, o Barão de Pouso Alto, além, é claro, de demarcar sua posição na hierarquia das elites mineiras, também tinha interesse em expandir os seus negócios para outras localidades do centro-sul brasileiro. O caso apresentado, não é representativo para traçarmos um real panorama da participação da região nos circuitos comerciais do Império, porém, também não deixa de ser um indicativo do dinamismo econômico existente na Vila de Baependi ao longo dos oitocentos. Porém, os dados quantitativos refletidos por análises de casos poderão nos mostrar a região num cenário mais amplo.

Retomando os dados dos Gráficos 3 e 4, apesar do gado bovino ser o maior rebanho e o animal que mais recebeu investimento na região, outros rebanhos também tiveram peso nas fortunas. Em quantidade, os suínos foram o segundo animal que esteve mais presente nas propriedades de Baependi, o que demonstra que estas unidades estavam empenhadas na comercialização dos produtos provenientes deste rebanho. Com relações aos seus valores, não conseguiu se manter na mesma posição, foi superado pelos muares em todas as décadas, e em alguns destes intervalos apresentou valores menores do que os equinos.

Acentuada queda nos valores dos suínos na região, pode ser vista na primeira metade do XIX, de acordo com os relatórios da presidência da província, entre os anos de 1818 a 1844, estes animais tinham um preço unitário que oscilava entre 3\$000 a 4\$500, enquanto isso, os equinos valiam de 10\$000 a 25\$000<sup>254</sup>. Nos inventários *post-mortem*, os valores de suínos e equinos não destoavam muito dos preços apresentados

---

<sup>251</sup>Relatório apresentado ao presidente da província de Minas Gerais Venâncio José de Oliveira Lisboa durante transmissão de cargo pelo segundo vice-presidente Francisco Leite da Costa Belém. Ano de 1855.

<sup>252</sup> APM, Listas nominativas de Pouso Alto de 1839 – banco de dados elaborado por Clotilde Paiva, CEDEPLAR/UFMG

<sup>253</sup> AHETII/IPHAN/SJDR – Arquivo Histórico do Escritório Técnico II do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del-Rei. Inventário de Dona Izabel Maria do Espírito Santo. Ano: 1854, CX: 32.

<sup>254</sup>Relatório sobre o Estado da Instrução Pública e particular da Província de Minas Gerais apresentado ao presidente Conselheiro Herculano Ferreira Pena por Joaquim Ribeiro da Luz, diretor-geral interino. Data limite: 11/03/1818 a 11/03/1818.

pelos relatórios. Os porcos nos processos analisados tiveram uma avaliação média de 3\$600 e os cavalos de 17\$000.

Infelizmente, não encontrados nos relatórios da presidência da província a média de preço para os animais muares, mas nos inventariados, constatamos que bestas, mulas e jumentos receberam uma avaliação média de 44\$008<sup>255</sup>. Tal valorização pode estar associada ao fato desses animais estarem aptos a serem utilizados em diversas atividades agrícolas, especialmente para aquelas em que eram usados para transportar mercadorias para regiões próximas e mais distantes.

O número de rebanhos suínos na região continuou se elevando durante a segunda metade dos oitocentos. Nesse período, estes animais passaram pelo vigoroso crescimento de 69,4%, e foi o momento onde esteve mais disseminado nas propriedades de Baependi. Fato interessante é que esta alta produção de suínos ocorreu justamente numa época (1850 a 1888) em que a região conheceu seu maior dinamismo econômico. Significa que houve um aumento de propriedades dedicadas à criação deste animal, que estavam dispostas a exportar os produtos derivados deste rebanho para outros mercados.

Novamente tomamos emprestadas as informações contidas no inventário do Coronel José Inácio Nogueira de Sá<sup>256</sup>. Nesta unidade produtiva, havia 318 suínos, sendo 13 capados, 80 de criar, 120 leitões e 105 cabeças de porcos em ponto de ceva. De acordo com a descrição destes animais, nota-se que este rebanho estava em pleno desenvolvimento, tanto que o número de animais a serem abatidos (38), indica tratar-se de uma produção pecuarista voltada para atender o mercado consumidor.

Para escoar toda essa produção e outras que havia em suas terras, o Coronel José Inácio Nogueira de Sá, contava com uma tropa de animais que era composta por 40 bestas arreadas e um jumento velho. Nesta propriedade havia outros muares, porém, não foram reconhecidos como animais de tropa, tendo 16 bestas mansas, 5 burros e 5 jumentas. Tudo aponta que estes animais eram utilizados no comércio local. Para o desenvolvimento desta produção, este senhor contava com 68 escravos em sua unidade produtiva. Alguns tiveram suas ocupações mencionadas, sendo um feitor, nove tropeiros, um carpinteiro, um carreiro, dois ferreiros, um arreado e um retireiro; os demais não tiveram suas ocupações declaradas, provavelmente estavam dedicados aos

---

<sup>255</sup> MINAS GERAIS, Presidência da Província. Ouro Preto: Tipografia Provincial, 1857. Disponível em: Acesso em: 11 out. 2016.

<sup>256</sup> AHETII/IPHAN/SJDR – Arquivo Histórico do Escritório Técnico II do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del-Rei. Inventário do Coronel José Inácio Nogueira de Sá. Ano: 1854. Caixa: 40.

trabalhos nas roças. Pelo visto, trata-se de uma escravaria bastante hierarquizada, onde havia cativos que mobilizavam mais recursos do que os outros “parceiros de escravidão”<sup>257</sup>.

O número de escravos atuando como tropeiros indica que nessa propriedade exportava-se uma enorme quantidade de produtos destinados aos mercados. Como já havíamos demonstrado através do trabalho de Alcir Lenharo, na província de Minas Gerais, em especial no Sul de Minas, é comuns cativos aparecerem na testa de tropas ou na função de tropeiros.

Alcir Lenharo, em seus estudos sobre as tropas de Minas Gerais, afirma que a totalidade dos empregados das tropas é bem superior aos das boiadas e “porcadas”. E a participação de escravos era bastante expressiva: entre os 89 camaradas havia 69 cativos. A maior presença de cativos em relação aos livres nas tropas pode ser facilmente explicada pelo fato desses transportarem maior quantidade de gêneros de exportação. Conseqüentemente, eram cargas advindas de propriedades onde o trabalho era composto basicamente pela mão de obra escrava, utilizada no período pós- imediato à safra e processamento do produto<sup>258</sup>.

Além do alto volume de suínos espalhados pelas terras do Coronel José Inácio Nogueira de Sá, havia nessa unidade 80 carros de milhos – certamente, parte desta produção era utilizada para engorda desse rebanho. Portando, estamos diante de uma propriedade em que a criação de porcos, a produção do milho e a mão de obra cativa se articulavam<sup>259</sup>.

Pelos dados disponíveis não temos total segurança em afirmar qual era o destino destes produtos. No entanto, acreditamos que a produção pecuária desta unidade (suínos), tenha atendido a vários mercados locais e outros mais distantes, como as praças comerciais Paulista e Carioca.

---

<sup>257</sup>Sobre hierarquia na senzala, ver: FRAGOSO, João R. L. *Efigênia Angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII*. Uma contribuição metodológica para a história colonial. *Topói*, v. 11, n. 21, 2010, p. 74-106.

<sup>258</sup>LENHARO, *As Tropas da Moderação*, 1979, op. cit., p.54. Ver também: BURTON, R. *Viagens aos planaltos do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nacional, (Coleção Brasileira, v. 197). 1941. CALÓGERAS, P. Transportes Archaicos. In: *Estudos Históricos e Políticos*. (Coleção Brasileira, v. 74). 1927. DORNAS FILHO, J. Aspectos da Economia Colonial. Belo Horizonte: Itatiaia, 1959. ZAMELLA, M. *O abastecimento da capitania de Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: USP, s.d.

<sup>259</sup>Os aspectos produtivos desta fazenda esta de acordo com as características da economia mineira apontada por Slenes, onde “exportação indireta do milho no lombo dos rebanhos suínos, poderia ser algo que tornava este produto um gênero agrícola que abastecia o mercado externo. Ver: Robert Slenes, *Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX*, p. 481.

Ao associarmos os dados aqui disponíveis com os resultados encontrados por outros historiadores sobre a produção de suínos na pecuária mineira, as afirmações acima se tornam mais confiáveis. De acordo com os estudos de Claudia Chaves, os suínos foram os principais produtos de exportação da Capitania de Minas Gerais. Segundo a autora, as porcadadas não movimentavam somente nos mercados mineiros: os suínos eram também comercializados nas capitanias vizinhas. Os pecuaristas praticavam uma criação extensiva, ocupando grandes terrenos. Além disto, havia uma grande produção deste rebanho nas Comarcas do Rio das Mortes, Rio das Velhas e Serro Frio. Chaves, ao analisar os registros de passagem, percebeu uma grande disputa entre os atravessadores pelo controle do milho. Tal rivalidade era movida pelo fato do milho contribuir para a manutenção dos rebanhos, pois se utilizavam do farelo do milho para a engorda dos porcos e dos animais de cargas<sup>260</sup>. As propriedades mineiras que conseguissem conjugar esses itens (porcos, milhos e bestas), e contando com uma expressiva mão de obra escrava, provavelmente conseguiram exportar as suas produções para vários mercados.

Os estudos que foram realizados sobre a economia mineira na década de 1980 tentaram explicar o grau de mercantilização da província de Minas Gerais e sua impressionante população escrava. O maior embate sobre esta questão se deu entre Roberto Martins e Robert Slenes<sup>261</sup>. Martins argumenta que a escravidão na província mineira foi sustentada por um mercado auto consumidor e de diversidade interna, sem recorrer à economia exportadora<sup>262</sup>. Em posição contrária, Slenes questiona a conclusão de uma economia interna que seria responsável pela geração de recursos necessários para a aquisição de cativos. Defende que Martins reduz demasiadamente o peso do setor exportador nas Minas Gerais<sup>263</sup>.

A crítica feita por Robert Slenes quanto à importância do setor exportador se traduz em duas afirmações básicas: em primeiro lugar, o lucro advindo das exportações de ouros e diamantes possibilitaria um senhor importar mais escravos. A segunda afirmação consiste que o mercado exportador não deve ser compreendido somente pelos produtos diretos dos gêneros exportáveis (como café, açúcar e tabaco), mas por vários setores produtivos que abastecem e viabilizam os empreendimentos destinados ao

---

<sup>260</sup>CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas Setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999.

<sup>261</sup>MARTINS, *Minas e o Tráfico de escravos no século XIX*, op. cit., p. 15.

<sup>262</sup>SLENES, *Múltiplos de porcos e diamantes*, op cit. p. 485.

<sup>263</sup>Idem, p. 484.

mercado mundial. Desta forma, a criação de gado, porcos e de toda sorte de gêneros de abastecimento deveria ser computada como setores ligados à exportação<sup>264</sup>.

Com isto, Slenes esclarece que tal economia de exportação tinha efeitos multiplicadores sobre o mercado interna na medida em que criava uma grande demanda sobre vários produtos que eram comercializados na província mineira. Um destes ativos era a criação de rebanhos suínos e a produção de milho, sendo um dos setores da economia de Minas Gerais que se articulavam. Neste caso, a produção de milho não era exportada de forma *in natura*, mas era a principal fonte de alimento para a criação de porcos. No lombo destes animais, o milho transformava-se em um produto que atendia a várias praças regionais e provinciais do sudeste brasileiro<sup>265</sup>.

Retomamos as análises do **Gráfico 4**, com relação aos muares, já vimos como esse rebanho esteve valorizado na região. No que se trata do número desses animais, por décadas percebemos mudanças na sua composição. Da primeira para segunda metade dos oitocentos, os muares passavam por um significativo crescimento, de 31,8% para 68,2%. O aumento desses animais de carga entre os proprietários confirma uma maior mercantilização da produção agropecuarista em Baependi, entre os anos de 1850 a 1888.

Os muares eram criados com a finalidade quase que exclusivamente comercial. No século XIX, as mulas tinham como principal destino a feira de Sorocaba, onde eram comercializados para outra região, em especial para a província de Minas Gerais<sup>266</sup>. Ao longo deste período, o Sul de Minas foi uma das regiões mineiras que mais importou esse rebanho. Os proprietários que detinham um número expressivo desses animais compunham tropas para escoar suas produções para outras localidades<sup>267</sup>. Saint-Hilaire, que viajou duas vezes pelo Sul de Minas, foi quem descreveu com detalhes as formas específicas deste comércio regional. De acordo com o viajante, os fazendeiros do Sul de Minas Gerais tinham suas próprias tropas (de mulas e bestas) compostas por 14 animais de carga e, em geral, faziam uso do trabalho dos seus filhos tropeiros<sup>268</sup>.

É importante ressaltar que a elevação do número de tropas ocorreu em um período em que região mantinha relações comerciais estreitas com a Corte do Rio de Janeiro. De acordo com o relatório do presidente da província de Minas Gerais, no de

---

<sup>264</sup> Idem, p. 485.

<sup>265</sup> Idem, p. 486.

<sup>266</sup> BADDINI, Cassia Maria. *Sorocaba no Império: comércio de animais e desenvolvimento urbano*. São Paulo: Fapesp; Annablume, 2002.

<sup>267</sup> LENHARO, *As tropas da Moderação*, 1979, op. Cit., p.50-56.

<sup>268</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1975b.

1857, a Vila de Baependi exportava para a Capital do Império, milho, feijão, arroz, tabaco, porcos mortos e em pé, gado vacum e queijos. Segundo os relatos das autoridades locais, essas mercadorias eram transportadas para a província carioca nos lombos de bestas, que eram formadas por várias tropas com destino para esta praça comercial<sup>269</sup>.

Os equinos foram o terceiro rebanho mais comercializado na região. Também como os outros animais passaram por significativo crescimento. Entre os anos de 1850 a 1888, período de maior dinamismo na localidade, os cavalares tiveram um aumento de 28,7%. Interessante que em quase todos os inventários, havia a presença de bovinos e equinos, o que já era de se esperar, considerando a necessidade de cavalos de serviços para os custeios do gado. Por este e outros motivos que já foram apontados nesta pesquisa, à participação do rebanho cavalari nos inventários da região se mostrou mais estável ao longo tempo.

#### **- Produções agrárias em evidências.**

O tópico anterior preocupou-se em caracterizar a produção pecuarista existente na região. Esta análise revelou que a criação de rebanhos teve um papel destacado no mundo rural baependiense oitocentista, sendo um dos setores produtivos que mais dinamizou a economia da região. O gado bovino e os suínos somados a uma expressiva quantidade de muas e equinos foram os rebanhos que mais tiveram destaque na produção pecuarista da Vila de Baependi. Portanto, a articulação destas produções contribuiu para que a referida Vila participasse dos mais importantes circuitos comerciais do Sudeste Brasileiro.

Para a seção que ora se apresenta, pretende-se examinar a produção alimentar que se desenvolveu na Vila de Santa Maria do Baependi. Procuraremos demonstrar quais foram às plantações de alimentos mais produzidas e comercializadas nas propriedades da região. Com as fontes de que dispomos, a análise sobre esse horizonte agrário não será tarefa fácil, principalmente se pretendermos fazer conclusões mais generalizadas. Os inventários que serão investigados para este estudo apresentam

---

<sup>269</sup> Relatório apresentado ao presidente da Província de Minas Gerais Venâncio José de Oliveira Lisboa durante transmissão de cargo pelo segundo Vice-Presidente Francisco Leite da Costa Belém. Notação: PP-REL-058, Ano: 1857.

algumas limitações para estas abordagens. No que concerne às plantações, o falecimento dos inventariados poderia ocorrer num momento de entressafra ou finalização da colheita, onde não mais existiriam as plantações daqueles produtos em sua unidade. No que tange aos alimentos, essa subestimação ainda é maior com relação à quantidade apresentada por esses bens: em muitos casos, os avaliadores não consideravam os gêneros agrícolas que poderiam ser adquiridos nos mercados e nem os que foram comercializados antes do falecimento dos inventariados. Na maioria das vezes, contabilizavam o que estava presente no momento de abertura dos processos<sup>270</sup>.

Para caracterizar a produção agrária que se desenvolveu na Vila de Baependi, trabalharemos com quatro corpos documentais, a saber: os inventários *post-mortem*, os Relatórios da Presidência da Província, e os Almanques do Sul de Minas (1864, 1870, 1874, 1885, 1888) e os registros de passagem da estrada de Picu. Cruzando estas documentações foi possível saber como funcionava o sistema agrário da região.

**Tabela 6:** Variedades de plantações por inventários (Vila de Baependi, 1820-1888).

<b>Produtos</b>	<b>1820</b>	<b>1830</b>	<b>1840</b>	<b>1850</b>	<b>1860</b>	<b>1870</b>	<b>1880</b>	<b>Totais</b>
Arroz	4	2	5	7	20	8	7	<b>53</b>
Feijão	4	2	8	6	18	11	10	<b>59</b>
Sal	2	2	5	7	4	6	6	<b>32</b>
Milho	5	6	10	15	35	24	23	<b>117</b>
Fumo	8	7	10	7	10	7	5	<b>53</b>
Açúcar	2	2	3	6	11	3	5	<b>32</b>
Algodão	-	-	-	3	2	3	2	<b>10</b>
Café	-	-	2	1	4	2	3	<b>12</b>
Mandioca	-	-	1	1	3	3	8	<b>16</b>
Trigo	-	-	1	-	-	1	-	<b>2</b>
Mamona	-	-	-	-	-	2	-	<b>2</b>
Polvilho	-	-	-	1	-	-	-	<b>1</b>
Farinha	-	-	2	2	2	3	-	<b>9</b>

**Fonte:** Inventários post-mortem da Vila de Santa Maria do Baependi, 1820-1888. Depositados no Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del Rei.

<sup>270</sup> Em alguns relatórios de província de Almanak industriais mineiros muitos produtores de alimentos da região de Baependi, aparecem comercializando um volume significativo de mercadorias, porém, essas produções não foram contempladas em seus inventários.

Pela forma que estão distribuídas as plantações na Tabela de nº 6, podemos perceber quais foram os produtos mais cultivados na região e como estes plantios estavam consorciados. Digo isto, pois 64% dos inventariados da região produziram em suas propriedades diversos tipos de gêneros alimentícios voltados para o consumo interno e para atender as necessidades básicas dos mercados locais e provinciais. Além disto, é importante dizer, que estas propriedades produtoras de alimentos estavam também dedicadas produção pecuarista, ou seja, investiram na criação e na comercialização de vários rebanho de animais.

Sobre estas produções consorciadas, Alcir Lenharo nos esclarece que se trata de fazendas sul-mineiras que tinha uma produção agropecuarista destinada a abastecer as praças locais e os mercados fora da província mineira. Segundo o autor, os produtos advindos destas atividades rurais eram escoados através das estradas do Comercio (Rio Preto), da Polícia, do Caminho Novo e do Picu. A produção das propriedades sul-mineiras era maciça quando aos gêneros de subsistência, remédiam-se, queijos, gado vacum, suínos (toucinhos), carnes salgadas, além de exportar um significativo volume de fumo para a cidade do Rio de Janeiro<sup>271</sup>. Em vista deste comercio, certamente a região em estudo foi favorecida por estas rotas, pois os caminhos cortavam o Termo de Baependi permitindo que fosse servidos por estes diversos canais de escoamento, no qual fazia uso destes (em especial a estrada de Picu) para exporta os seus produtos para vários mercados do sudeste Brasileiro.

Segundo Alcir Lenharo, a construção das estradas no Sul de Minas se constituía em veículos de normatização das condições de abastecimento do mercado Carioca e da projeção da ação integradora do centro-sul, com isto, o Rio Janeiro tornava-se o polo drenador de gêneros de abastecimento do sudeste brasileiro<sup>272</sup>. De acordo com Lenharo, a precisão do Rio de Janeiro em consumir produtos agrícolas de primeira necessidade, justifica-se pela irradiação da economia cafeeira que gerou o

---

<sup>271</sup> LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação. O abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842*. Rio de Janeiro: SMC, 1993 p.62-75. Douglas Cole Libby, examinando as atividades produtivas de Minas Gerais, afirma que nesta província suas escravarias não estavam voltadas para as atividades de exportação, mas sim nas produções voltadas ao abastecimento dos mercados locais, conformando um complexo agropecuário mercantilizado. Ver: LIBBY, Douglas. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais século XIX*. São Paulo. Brasiliense: 1988, p.14 A complexidade do sistema agrário sul Mineiro foi também demonstrado por João Fragoso em seus estudos sobre o mercado interno no sudeste Brasileiro. Ver: FRAGOSO, João L. R. *Homens de grossa aventura – Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

<sup>272</sup> Lenharo, 1979, p. 30.

aparecimento de grandes propriedades escravista especializadas em sua produção, este processo causou uma restrição ainda maior à produção de gêneros de primeira necessidade, agravando o problema do abastecimento no mercado carioca. Tal situação ganhava contornos novos à medida que as mesmas propriedades cafeeiras abarrotadas de escravos, convertiam-se em centros de consumo carentes de gêneros agrícolas de primeira necessidade. Casos extremos de quadro iriam ocorrer nos inícios dos anos de 1850, quando a produção do café chegava a níveis mais altos, generalizando a falta de comestíveis a um ponto de saturação<sup>273</sup>.

Retomando as análises dos dados da tabela de nº 6, percebe-se que o milho foi o gênero agrícola mais citado nos inventários da localidade, apareceram 117 processos, mas como já alertamos o fato de ser o produto mais cultivado em Baependi, não esteve isolado de outras produções, pois esta plantação era cultivada junta as demais. Em vários documentos constatamos a presença de moinhos, monjolos, pilões, fornos e tachos, indicando a presença do milho. Além disto, encontramos 69 inventários que arrolaram carros de milho sem nenhuma plantação destes produtos. Provavelmente, esses inventariados teriam alugado terras para cultivá-lo, com o objetivo de angariar recursos provenientes da comercializado do milho na região.

Dividindo espaço com outras plantações (e com vários tipos de rebanhos), temos o feijão e o arroz, que foram mencionados em poucos inventários. Se somarmos estes dois plantios, não superaram as plantações de milho. Pesquisando os registros de passagem das Comarcas Mineiras do Rio das Velhas e Serro Frio ao longo do século XVIII, Claudia Chaves constatou quantidades mínimas de arroz e feijão nesses registros. De acordo com a autora, esses produtos agrícolas, sobretudo o feijão, faziam parte da alimentação básica dos mineiros. Ao que parece, esses alimentos eram largamente cultivados em pequenos roçados, dispensados para o comércio de longa distância. Segundo Chaves, “isto nos faz pensar que o feijão, produto alimentar indispensável, não era alvo de uma especialização comercial, dado o fato de ser amplamente cultivado e de haver ao redor das Vilas o que hoje podemos chamar de um cinturão verde”. Sobre o cultivo destes produtos, Chaves considerou os relatos do Saint-Hilaire, que confirmou que em Minas Gerais no ano 1816, feijão e arroz eram vistos como os principais alimentos que compunham a mesa dos mineiros. Além disso,

---

<sup>273</sup> Idem, p. 38.

segundo o viajante francês, o comércio destes produtos não se constituiu como um ramo especializado do mercado mineiro<sup>274</sup>.

---

<sup>274</sup> Ver: SAINT-HILAIRE, 1975, op. Cit., p.96.

**Tabela 7: Diversificação e quantidade de plantações na Vila de Baependi, entre 1820 a 1888.**

<b>Produto</b>	<b>Medidas</b>	<b>Quantidade</b>
<b>Arroz</b>	Alqueires Plantados	644
	Arrozal	15
	Roça	7
	Litros	660
<b>Feijão</b>	Alqueires Plantados	1.374
	Roça	6
	Feijoal	12
	Litros	462
<b>Milho</b>	Alqueires Plantados	1.533
	Carro de Milho	2.108
	Roça	40
	Cargueiro	200
	Planta de Milho	350
<b>Fumo</b>	Arrobas	10.109
	Pés	43.500
	Paus de fumo	388
	Fumal	11
<b>Sal</b>	Sacas	1.607
	Bruacas	57
	Arroba	1
	Cargas	27
<b>Algodão</b>	Arroba	333
	Sacas	4
	Algodoeiro	1
<b>Açúcar</b>	Arroba	253
	Litros de Açúcar Branco	24
	Barril de Aguardente	139
	Sacas	2
	Alambique	6
	Canavial	30
	Engenhos	51
	Pipas de Aguardente	7
<b>Café</b>	Alqueires Plantados	113
	Arroba	548
	Cafezal	3
	Sacas	5
	Pés	130.000
<b>Mandioca</b>	Alqueires Plantados	7
	Mandiocal	6
<b>Trigo</b>	Cargas	17
	Alqueires Plantados	3

**Fonte:** Inventários post-mortem da Vila de Santa Maria do Baependi, 1820-1888. Depositados no Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del Rei.

O quadro encontrado por Claudia Chaves sobre a agricultura mineira no século XVIII refletiu sobre o que foi averiguado para Vila de Baependi durante o XIX. De fato, arroz e feijão aparecem mencionados em poucos inventários, encontramos em 56 processos o primeiro e o segundo em 50, porém, essas culturas agrícolas demonstraram extensos cultivos nas propriedades da região. Arroz foi plantado em 644 alqueires e o feijão em 1.374, o que demonstrou uma significativa produção alimentar.

Diante deste cenário há um dado importante: a maioria das pessoas que cultivavam arroz e feijão era grandes senhores de escravos, com uma média de 27 cativos por unidades. No entanto, estas plantações foram fundamentais para a manutenção dessas escravarias, pois o cultivo desses alimentos atendia a dieta básica dos escravos.

Entre os senhores que possuíam extensas plantações, temos o Major José Ribeiro da Luz, que detinha 70 alqueires de feijão e 400 alqueires de milho (com 30 carros de milhos). Como vimos, estudos tem afirmado que o plantio de feijão na Capitania/Província de Minas Gerais era mais destinado ao consumo doméstico, ou seja, era um produto que atendia à dieta básica dos escravos e, mesmo, dos senhores. Mas pela quantidade de alqueires de feijão que existiam na propriedade do senhor José Ribeiro da Luz, podemos afirmar com segurança, que parte desta plantação junto com a produção de milho, foram utilizados para atenderem os mercados vizinhos, seja da província mineira ou de fora dela<sup>275</sup>.

Para atingir tal nível de produção, foi preciso que o Major José Ribeiro da Luz contasse com a força de trabalho de 93 escravos, além disto, era importante que garantisse aos seus subalternos um alto consumo alimentar. Nesse processo, o plantio do milho e do feijão nesta unidade foi essencial para atender as demandas alimentares do cativo. Assim, suprindo tais necessidades, haveria maior produção nesta fazenda.

A respeito da provisão de mantimentos para os cativos, Rafael Marquese analisando a o “Manual do agricultor Brasileiro”, de Carlos Augusto Taunay, do ano de 1839<sup>276</sup>, salienta que neste manual, os senhores eram orientados em promover uma boa

---

<sup>275</sup>VON WEECH, J. Friedrich. *Agricultura e o comércio no sistema colônia*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Nota a respeito de medidas de grãos utilizadas no período colonial e as dificuldades para a conversão ao sistema métrico. In: *Boletim de História Demográfica*, ano VIII, n. 21, março 2001.

<sup>276</sup>TAUNAY, Carlos Augusto. *Manual do Agricultor Brasileiro*. (2a.ed.) Rio de Janeiro, Typographia Imperial e Constitucional, 1839. De acordo com Rafael Marquese, o Manual do agricultor brasileiro inaugurou uma forma inédita de encarar a administração do trabalho escravo nas propriedades rurais brasileiras com mais racionalidade. Tudo isto implicava numa de dirimir os conflitos que poderiam

alimentação para seus cativos, objetivo desta prática consistia no aumento da produção das suas lavouras. Esta proposta centrava-se na possibilidade de elevar a fertilidade dos solos por meio da produção de mais adubo e aumentar a oferta de mantimentos para os escravos. Segundo Marquese, Taunay alerta, que a boa alimentação não bastava para se obter uma mão obra vigorosa, era preciso vestir e alojar convenientemente os seus cativos, ou seja, em senzalas secas e arejadas que apresentasse um bom estado de uso, pois assim os senhores teria em suas mãos uma força de trabalho mais saudável<sup>277</sup>.

Pelos dados que temos sobre a escravaria do Major José Ribeiro da Luz, é provável que o mesmo estivesse ciente destas obrigações, tanto é, que dos 93 cativos que habitavam a sua senzala, apenas três foram discriminados em seu inventário com algum problema de saúde relacionado ao trabalho no eito, os demais se encontravam em pleno vigor físico e aptos para realizar diversas tarefas em sua unidade produtiva. Assim acreditamos que, o amplo suprimento de comidas que recebiam nesta fazenda, além de torna-los mais sadios foi um recurso que contribuiu para o funcionamento desta propriedade. Desta forma, alimentação diária seria uma das melhores fontes que asseguraria a fidelidade e a utilidade destes escravos.

Além da alta produção de alimentos na fazenda do Major José Ribeiro da Luz, havia também uma expressiva produção pecuarista. Esse senhor era dono de um rebanho composto por 61 cabeças de gados (com 10 carros de boi), 27 porcos (4 cevados) e 30 carneiros, 15 cavalos e uma tropa de 11 bestas arriadas. Como muitos senhores do Sul de Minas, acabou fornecendo viveres para a cidade do Rio de Janeiro, especialmente o comércio de carnes verdes, que, a partir de determinado momento, atendeu também à região cafeeira em expansão no Vale Paraíba paulista e fluminenses<sup>278</sup>.

---

ocorrer entre os escravos como membros da casa grande. Ver Rafael Marquese, *Feitores do Corpo e Missionários da Mente*, 2004, p.279.

<sup>277</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e controle dos escravos nas Américas – 1860-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 135-139.

<sup>278</sup> Sobre o comércio de carne verde ver: LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da Agricultura Brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981. MARCONDES, Renato Leite. "Formação da rede regional de abastecimento do Rio de Janeiro: a presença de negociantes de gado (1801-1811)". *Topoi*. Rio de Janeiro: 2001. CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Nos caminhos da acumulação: negócios e poder no abastecimento de carnes verdes para a cidade do Rio de Janeiro, 1808-1835*. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da UFF. Niterói, 2006. Há uma pesquisa de mestrado defendida recentemente que trata do comércio de carne verde na Imperial Fazenda de Santa Cruz do Rio de Janeiro: MORAES, Edite. *O comércio das carnes verdes e a transformação socioeconômica da Imperial Fazenda de Santa Cruz com a construção do Matadouro Industrial (1870-1890)*. (Dissertação Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2017.

Retomando os dados da Tabela 7, dentre os produtos agrícolas que acabamos de identificar, temos a produção do café, no qual encontramos 548 arrobas, 113 alqueires, 5 sacas, 3 cafezais e 10.000 pés deste gênero. Mas isso não significa que a cafeicultura foi à atividade econômica mais relevante da região, pois essa produção estava mais concentrada do que disseminada. Se olharmos novamente para a Tabela de nº 6, veremos que foram apenas 12 inventariantes envolvidos nesta atividade. Deste modo, esta pequena produção cafeeira na região estava inserida num mosaico de atividades agrícolas alimentares<sup>279</sup>.

A produção cafeeira começou a aparecer de forma bastante modesta a partir da segunda metade dos oitocentos. Entre os processos analisados nesse período, apenas o inventário de João Antônio de Paiva contemplava o café como principal atividade econômica, pois na sua unidade não havia outro gênero dividindo espaço com esse produto. A riqueza líquida desse senhor era 38:665\$010 (£ 4.172,59)<sup>280</sup>, o que sugere que a produção cafeeira em suas terras tenha lhe rendido bons lucros. Nessa propriedade havia 27 escravos que produziram 2.500 pés de café, algo equivalente 125 arrobas de café<sup>281</sup>, uma produção bastante irrisória comparada o que foi encontrado por Thiago Campos Pessoa nas propriedades do Comendador Barão Joaquim José de Sousa Breves (mais conhecido como o Rei do Café). Na fazenda do Pirahy, 10.780 escravos produziram 521,5 mil arrobas de café<sup>282</sup>.

Nota-se que a região estudada por Thiago Pessoa estava voltada para uma produção especializada, algo diferente encontrado na localidade em exame. Na Vila de Baependi, havia economia mercantil de subsistência que produzia uma gama gêneros agrícolas que comercializar o seu excedente com os mercados locais e com outras praças comerciais do centro-sul. Como já salientamos o fluxo deste excedente

---

<sup>279</sup> Afonso Alencastro para Vila de São João dele Rei, entre os anos de 1830 a 1885, encontrou apenas sete inventários que declarava entre seus bens de raiz a existência de cafezais. Ver; Princesa do Oeste, p.128.

<sup>280</sup> AHETII/IPHAN/SJDR – Arquivo Histórico do Escritório Técnico II do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del-Rei. Inventário de João Antônio de Paiva, Ano: 1861, cx: 12.

<sup>281</sup> Segundo Stein uma arroba de café corresponderia a 14,4 quilogramas . Sobre as medidas de conversões nos baseamos nos cálculos empreendidos por Stanley Stein, consultando o seu livro, *Vassouras. Um município brasileiro do café, 1850-1900*. 1ª ed., 1957; trad. port.. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. Ver outras obras que nos apresenta estes cálculos. VALVERDE, Orlando. *A fazenda de café escravocrata no Brasil*. 1ª ed., 1965. In: *Estudos de Geografia Agrária Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1985. SIMONSEN, Roberto. Aspectos da história econômica do café. São Paulo: Separata da Revista do Arquivo, 1940.

<sup>282</sup> LOURENÇO, Thiago Campos Pessoa. *A Indiscrição como ofício: o complexo cafeeiro revisitado* (Rio de Janeiro, c.1830 - 1888). UFF: Programa de pós-graduação em História, Tese de Doutorado, 2015, p 188.

comercializado regionalmente era orientado para atender as demandas consumidoras da corte do Rio de Janeiro<sup>283</sup>.

Em 1867, ano da abertura do inventário do Coronel Teodoro Carlos da Silva<sup>284</sup>, encontramos registrado nesse processo 130 mil pés de café. Soubemos que este produto não foi plantado na Vila de Baependi, mas, sim, na região paulista de Querluz. Em Baependi, esse senhor esteve envolvido com vários setores da agropecuária, como a criação de rebanhos bovinos, suínos e muars. Além disso, monopolizou uma extensa área para o cultivo de 100 alqueires de feijão e de 400 de milho. Pelo fato desse senhor ter escolhido a região de Baependi para diversificar a sua produção, é prova que a localidade em estudo tinha vocação para as atividades consorciadas.

Outros inventariados que produziram café em suas propriedades faziam juntamente com plantação de outros alimentos e com a criação de rebanhos, o que demonstra que as unidades produtivas predominante na região era aquela que conjugava a produção agrícola com a pecuária.

Os outros produtos relacionados nas Tabelas 6 e 7 foram importantes para a composição da estrutura agrária da localidade, como a produção de açúcar. Encontramos nos inventários analisados 65 (12,7%) propriedades envolvidas na fabricação deste produto. Esse universo era representado por 30,7% das grandes escravarias, que detinham uma média de 60 escravos por unidades produtivas. Estudos desenvolvidos para o plantio de cana de açúcar na Colônia apontam que tal atividade demandava maior mão de obra cativa<sup>285</sup>. Talvez isso explique a alta concentração de cativos nas unidades produtora de cana na região.

Examinando a relação de engenhos no ano de 1836, Clodilte Paiva e Marcelo Godoy dão o número de 8 engenhos existentes na Vila de Baependi<sup>286</sup>. Já o relatório do presidente da província de Minas Gerais de 1855, indica que na região sob análise

---

<sup>283</sup> Lenharo, 1979, p. 23.

<sup>284</sup> AHETII/IPHAN/SJDR – Arquivo Histórico do Escritório Técnico II do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del-Rei. Inventário de Coronel Teodoro Carlos da Silva, Ano: 1867, cx: 12.

<sup>285</sup> Stuart B. Schwartz, *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*, São Paulo, Companhia das Letras, 1988, p. 144-176. \_\_\_\_\_. “A sociedade do açúcar”, Parte III (capítulos 9,10, 11 e 12), *Segredos Internos, engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo, trad. port., Companhia das Letras, 1988 (1985). pp. 209-279.: GODOY, Marcelo Magalhães. *No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio – Um estudo das atividades agras açucareiras tradicionais mineiras, entre os Setecentos e os Novecentos, e do complexo mercantil da província de Minas Gerais*. São Paulo: FFLCH/USP, 2004. Tese de doutorado.

<sup>286</sup> PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. “Território de Contrastes: Economia e Sociedade das Minas Gerais do século XIX” in *História e educação, homenagem à Maria Yedda Leite Linhares*, Rio de Janeiro: Mauad e Fazer, 2001.

havia 18 engenhos, sendo 17 para fabricação de aguardente e 1 de rapadura<sup>287</sup>. Por fim, o Almanaque administrativo, civil e industrial do Sul de Minas realizado durante a segunda metade dos oitocentos, aponta que no ano de 1874 havia nas Freguesias rurais do Município de Baependi, 47 engenhos<sup>288</sup>. Esse número não destoa muito do que encontramos nos inventários, uma quantidade 39 engenhos<sup>289</sup>.

Como o café, a produção de açúcar na região não era uma atividade isolada. Um senhor dono de engenho desenvolvia outras produções em sua unidade, como criações de animais e o cultivo de diversos alimentos. Este parece ser o caso do Alferes Francisco José de Carvalho Simões, inventariado no ano de 1872 e figura de grande projeção na Vila. Tal notoriedade pode ser justificada, pelo fato desse senhor ter controlado uma extensa rede de crédito e ter conseguido manter um plantel composto por 62 escravos, além de possuir um patrimônio avaliado em 180:260\$010<sup>290</sup>, que o colocava entre os homens mais ricos da localidade.

Pelo fato da propriedade do Alferes Francisco José de Carvalho Simões apresentar complexo agrário composto ao mesmo tempo por produções consorciadas e especializadas, achamos melhor montar um quadro que demonstre como o cultivo da cana de açúcar dividia espaços com um mosaico de produções agrícolas.

---

<sup>287</sup> Relatório que a Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais apresentou na 2.ª sessão ordinária da 10.ª legislatura de 1855 o presidente da província, Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos. Ouro Preto, Typ. do Bom Senso, 1855. Disponível na internet em <<http://www.crl.edu/content/brazil/mina.htm>>, acesso em janeiro de 2004.

<sup>288</sup> MARTINS, A. de Assis. *Almanak administrativo, civil e industrial da província de Minas Gerais do anno de 1869 para servir no de 1870*. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1870. VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul Mineiro*. Campanha: Tipografia do Monitor Sul Mineiro, 1874. \_\_. *Almanach Sul Mineiro*. Campanha: Tipografia do Monitor Sul Mineiro, 1884. MARQUES, César Augusto; VEIGA, Luís Francisco da. Parecer da Comissão de História acerca da obra de Bernardo Saturnino da Veiga. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IHGB, t. 3, v. 61, 1880, p. 404 – 406.

<sup>289</sup> AHETII/IPHAN/SJDR – Arquivo Histórico do Escritório Técnico II do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del-Rei. Inventários da Vila de Baependi, 1820-1888.

<sup>290</sup> AHETII/IPHAN/SJDR – Arquivo Histórico do Escritório Técnico II do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del-Rei. Inventário de Alferes Francisco José de Carvalho Simões, Ano: 1872, cx: 29.

**Quadro 3 : Produções da Fazenda Porto Calvo, propriedade do Alferes Francisco José de Carvalho Simões.**

<b>Produção açucareira</b>	<b>Criações</b>	<b>Plantações</b>	<b>Ferro</b>	<b>Nº Escravos</b>
Engenho de Cana com Cilindros	75 Gados Bovinos	2 Alqueires de Arroz	40 Arrobas ferro novo	<b>62</b>
1 Alambique	11 carros de boi	15 Alqueires de Feijão	18 Libras de ferro novo	
153 arrobas de Açúcar Branco	28 porcos	30 Alqueires de Milho	1 Tenda de Ferreiro	
1 arroba de açúcar mascavo	2 Cavalos	40 Carros de milhos	-	
42 barris de Cachaça	19 Bestas arreadas	88 Alqueires de Mamona	-	
3 Pipas	5 Vacas para cortes	40 paus de fumo	-	
-	-	6 sacas de sal	-	
-	-	12 arrobas de algodão	-	

**Fonte:** Inventários post-mortem da Vila de Santa Maria do Baependi, 1820-1888. Depositados no Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del Rei.

Repare que na Fazenda do Porto do Calvo, o açúcar e a aguardente<sup>291</sup> eram as principais atividades dessa unidade. Tais produções podem ser atestadas pela presença de equipamentos e benfeitorias próprias de um engenho, como tachos, caldeirões, fôrmas de fazer açúcar, um alambique e três pipas. Todos esses utensílios geraram para esse senhor, 153 arrobas de açúcar branco, 1 arroba de açúcar mascavo e 42 barris de cachaça. Para que alçasse toda essa produção, o Alferes Francisco José de Carvalho Simões teve que contar com um expressivo contingente de cativos pertencentes ao seu plantel.

Mas, de acordo com os dados expostos no Quadro 3, percebemos que o senhor Francisco José de Carvalho Simões investiu em outros setores da economia rural, o que demonstra que parte desta mão de obra estava alocada em outras atividades produtivas existentes nessa unidade. Tanto é, que no inventário desse senhor, muitos dos seus

<sup>291</sup>De acordo com Ernest Labrousse, a propósito da cachaça, pode se repetir o sobre o papel desempenhado pelo vinho na economia francesa, um produto destinado ao mercado, através do qual o camponês penetra nos mercados locais. Ver LABROUSSE, Ernest. *Esquisse du mouvement des prix et des revenue em France au XVIII siècle*. Paris: Dalloz, 1993. Trad. Espanhola. Fluctuaciones economicas e historia social. Madrid: Tecnos, 1980, 367.

cativos foram descritos como “aptos a todos os trabalhos de roça”; certamente estavam qualificados para exercerem diversas de funções sobre esse setor<sup>292</sup>.

Portanto, a diversidade econômica e a complementação das atividades desenvolvidas na propriedade do Alferes Francisco José possibilitaram a inserção dessa unidade produtiva no comércio em nível muito mais elevado e em relação à de outros segmentos de menor diversificação. Obviamente nem todas as propriedades apresentaram o mesmo nível de produção encontrado na fazenda do Alferes Francisco José de Carvalho Simões, e também, nem todo senhor dono de engenho em Baependi era possuidor de um enorme plantel de cativos. Segue abaixo as faixas de planteis onde havia engenhos.

**Tabela 8 : Plantéis escravistas que consta em engenhos, Vila de Baependi (1820-1888).**

<b>Plantéis escravistas</b>	<b>Nº de Engenhos</b>	<b>%</b>
1 a 5 cativos	9	20,1
6 a 19 cativos	17	37,7
acima de 20 cativos	19	42,2
<b>Total</b>	<b>45</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** Inventários post-mortem da Vila de Santa Maria do Baependi, 1820-1888. Depositados no Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del Rei.

Nota-se que na Tabela 8, as grandes e médias escravarias foram as que mais estiveram envolvidas com produção de açúcar na região. Porém, se examinarmos a quantidade de senhores envolvidos com a produção de engenho e outros que não investiram nesta atividade, saberemos que foram poucos senhores em Baependi a dedicar-se ao cultivo da cana. Do total de planteis escravistas que foram inventariados, apenas, 11,2% estavam ligados a este tipo de economia. Analisando a Capitania e depois a Província de São Paulo, entre 1765 a 1822, Denise Aparecida Soares de Moura constatou que a maioria dos engenhos estava instalada em pequenos planteis de cativos que possuíam até 9 escravos, com o percentual de 87,1%<sup>293</sup>. Analisando a região sul-

<sup>292</sup>Nos inventários analisados nessa pesquisa, vimos que em varias escravarias haviam muitos escravos preparados para exercerem qualquer atividade voltada a produção das lavouras de alimentos. Este dado será analisado nesta pesquisa quando tratarmos da demografia escrava na Vila de Baependi.

<sup>293</sup>MOURA, Denise Aparecida Soares de. De uma freguesia serra acima à costa atlântica. Produção e comércio da aguardente na cidade de São Paulo (1765-1822), *Topoi*, v. 13, n. 24, jan.-jun. 2012, p. 20.

mineira de Campanha, entre os anos de 1799 a 1850, Marcos Ferreira de Andrade constatou que foram as escravarias de médio porte a conter a maioria dos engenhos, representando 52%<sup>294</sup>.

Como podem ver, os dados encontrados para Baependi diferem um pouco dos trabalhos citados, pois os engenhos se mostraram melhor distribuídos entre as médias e grandes propriedades escravistas. Significa que na região sob análise, a atividade açucareira exigia uma maior mão obra cativa para sua produção, isto comparando com as localidades citadas. Diante desta estrutura produtiva, é possível afirmar que parte desta produção açucareira não circulava apenas nos mercados locais sul-mineiros, mas atendia à necessidade e ao consumo de outras praças comerciais do sudeste brasileiro.

Retomando novamente os dados da Tabela 6, temos o sal, produzido em larga escala nas propriedades do Termo de Baependi. Nos inventários pesquisados, computamos 1.607 sacas deste produto. Tal volume demonstra que os fazendeiros da região estavam atentos no que se refere à manutenção dos seus rebanhos.

Para esses casos, o sal foi um dos alimentos indispensáveis para a dieta dos animais na Vila de Baependi. Este artigo era de consumo raro na província mineira. Sem dúvida era considerado no mercado de Minas Gerais como o item de maior demanda na economia mineira. Os Almanques Industriais, Administrativos e Cíveis que foram realizados para o Município de Baependi ao longo da segunda metade do XIX, demonstram que o sal era o segundo gênero mais caro no mercado desta cidade, onde cada saca valia em média de 2\$800 a 3\$000. O produto mais caro era a aguardente: cada cargueiro custava entre 30\$000 a 32\$000<sup>295</sup>. O elevado preço desse produto no mercado baependiense, em parte explica porque alguns fazendeiros da região procuravam agregar as produções açucareiras em suas atividades consorciadas.

Constatamos a presença de sacas de Sal em 26 inventários, desses, 19 processos foram abertos durante os anos de 1850 a 1888, período no qual a região se encontrava em pleno desenvolvimento econômico. Apenas quatro inventariados na região possuíam quase 50% das sacas sal. Esses senhores tinham em suas unidades acima de 100 sacas deste produto. Esta quantidade é justificável pelo fato de serem

---

<sup>294</sup> Andrade, Elites Regionais, op, cit., Pg. 49

<sup>295</sup> VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul Mineiro*. Campanha: Tipografia do Monitor Sul Mineiro, 1874.\_\_\_\_\_. *Almanach Sul Mineiro*. Campanha: Tipografia do Monitor Sul Mineiro, 1884. MARQUES, César Augusto;\_\_\_\_\_. Parecer da Comissão de História acerca da obra de Bernardo Saturnino da Veiga. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IHGB, t. 3, v. 61, 1880. p. 404 – 406.

donos dos maiores rebanhos de gado vacum da região, e a presença do artigo salino em suas unidades contribuiria na dieta destes animais e na sua comercialização nos mercados vizinhos e em outras praças do centro-sul brasileiro.

O senhor que detinha o maior número de sacas de sal era o nosso conhecido Coronel, José Inácio Nogueira de Sá. Em sua propriedade conseguiu armazenar 336 sacas desse artigo. Como já sabemos, era dono de um extenso rebanho bovino e de uma tropa de besta composta por alto número animais de carga. Sendo um dos homens da região que circulava em diversas praças comerciais negociando os seus produtos, é quase certo, que importava destes mercados um significativo volume de sal, que era utilizado para a manutenção do seu rebanho. Importante ressaltar que este senhor possuía 224 cabeças de gado, quantidade expressiva para o padrão local. Estes dados sinalizam que o Coronel Nogueira de Sá esteve envolvido com o comercio de carnes verdes.

Denomina-se de carne verde, a carne bovina recém-abatida, também chamada por carne fresca. O comercio desta carne era dominado pelos Marchantes ou negociantes, que ficavam incumbidos de negociar as reses para a matança e distribuir os retalhos para os açougues. Os Marchantes acabaram comprando o gado dos fazendeiros dedicados à criação deste rebanho. Com o passar do tempo, cresceu o controle nas mãos dos marchantes que, por volta de 1848, acabaram se destacando neste comercio de distribuição de carnes, convertendo-se assim em senhores deste mercado<sup>296</sup>.

Aureliano Restier Gonçalves, que pesquisou o comércio das carnes verdes no Rio de Janeiro, refere-se à formação de poderosas sociedades secretas de marchantes desde 1831, que dominavam o mercado bovino. "Já eram senhores de grandes capitais." Todo o gado que vinha de fora ficava estacionado pelo menos dois dias em Visconde de Carvalho e Engenho da Pedra, facilitando a ação monopolística dos marchantes. Dessa maneira, eles provocaram um curioso desdobramento de suas atividades, concentrando as tarefas de criação, transporte e comercialização da carne no próprio mercado da capital<sup>297</sup>.

Além da propriedade do Coronel José Inácio Nogueira de Sá, já apontamos nesta pesquisa, que havia mais de vinte cinco unidades produtivas que mobilizaram uma

---

<sup>296</sup> CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Nos caminhos da acumulação: negócios e poder no abastecimento de carnes verdes para a cidade do Rio de Janeiro, 1808-1835*. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de PósGraduação em História da UFF. Niterói, 2006, p. 77-87.

<sup>297</sup> GONÇALVES, Aureliano Restier. "Carnes verdes em São Sebastião do Rio de Janeiro (1500-1900)". In: *Revista do Arquivo do Distrito Federal*, vol. IV. Rio de Janeiro: 1952.

enorme quantidade de sacas sal para a manutenção e comercialização do seu rebanho, mas há um dado importante nos inventários destes fazendeiros, foram arrolada nesses processos uma quantia expressiva de gados de cortes, touros e vacas falhadas, animais que logo seriam encaminhados para o abate. No próprio rebanho do senhor José Inácio Nogueira de Sá, havia 7 gados de cortes e 19 touros.

Também na propriedade do Juiz de Paz da Freguesia de São Tomé das Letras, Joaquim Jose de Oliveira Filho, havia 88 sacas de sal destinadas para a manutenção de um rebanho bovino composto 194 cabeças, que estavam sendo cuidados por 50 escravos. Entre estes animais havia 12 gados de cortes e mais 16 touros. Considerando as conexões terrestres e comerciais que a Vila de Baependi tinha com o Rio de Janeiro, não é difícil imaginar que parte destas produções pecuaristas tenha abastecido esta capital que era o principal centro drenador do mercado de carnes verdes do sudeste brasileiro.

### **O fumo em destaque**

Não é de hoje, que a região de Baependi é citada como uma das principais áreas produtoras de fumo na província de Minas Gerais. Alcir Lenharo, foi um dos primeiros estudiosos a evidenciar a elevada produção de fumo na região sob análise. Segundo o autor, apesar de havido um processo heterogêneo das forças produtivas, a economia mercantil de subsistência não foi o único setor no cenário agrário do Sul de Minas. “Nesta região, o tabaco converteu-se numa atividade bastante significativa, cujo centro mais conhecido de produção era o de Baependi”<sup>298</sup>.

A pesquisa que ora se apresenta não se destina oferecer muitas respostas para o desenvolvimento do fumo<sup>299</sup> nesta extensa área sul-mineiras, mesmo porque não teríamos condições nesse trabalho. O que de fato pretendemos, é demonstrar através dos inventários post-mortem consultados como a produção fumo estava mercantilizada e conjugada com as outras produções agrícolas e pecuárias da região.

Dos 510 processos inventários que foram declarados, 60 (11,7%) destes documentos trouxeram alguma referência ao cultivo do fumo. Tais produtos foram

---

<sup>298</sup> Alcir Lenharo argumenta também, que do mesmo modo o algodão no norte de Minas generalizou-se e incrementou a exportação deste produto em ramos, varas ou de manufatura produzida na região. Ver: Alcir Lenharo. *As Tropas da Moderação*, 1979, p. 61.

<sup>299</sup> Expressão definida por Douglas Cole Libby.

discriminados da seguinte forma: arroba de fumo roda de fumo, botes de rapé, paus de fumo, pés de fumo e fumal. Diante de um percentual não tão expressivo, essas atividades produtivas tornam-se relevantes quando analisarmos sua estreita relação com a mão de obra escrava e com as atividades consorciadas desenvolvidas na Vila de Baependi.

Das 60 pessoas envolvidas com a produção do fumo, 54 delas possuíam escravos em seus planteis, sendo que 14 detinham de 1 a 5 cativos, 18 de 6 a 19, e 20 senhoreavam acima de vinte cativos. Sabemos que em geral, o fumo poderia ser produzido em larga escala sem recorrer à mão de obra cativa, porém, a presença de escravos envolvidos nessas atividades demonstra como os senhores da região estavam dispostos a lucrar com essa produção, e, além disso, expandi-la para outros mercados.

Entre essas faixas de planteis escravistas, a produção de fumo mostrava-se mais concentrada nas grandes escravarias. Dentre elas, apenas cinco unidades produziram uma média de 7.732 arrobas de fumo. Em percentuais representava 76,4% do total. Essa produtividade tornava-se mais acentuada quando calculamos separadamente a quantidade de arrobas produzidas pelo Coronel José Inácio Nogueira de Sá, que, sozinho, conseguiu processar 5.000 arrobas de fumo. Em seu inventário, toda essa produção foi avaliada em 30:000,\$000<sup>300</sup>.

As avaliações que foram feitas sobre as arrobas de fumo arroladas no inventário do Coronel José Inácio Nogueira de Sá, de alguma forma têm haver com a cotação do preço desse produto no mercado Carioca. Em 1850, o tabaco sul-mineiro era valioso, a arroba de *tabaco Baependiense* estava cotada em 6\$400 réis na praça comercial do Rio de Janeiro<sup>301</sup>, algo muito próximo da avaliação feita para as arrobas de fumo produzidas nas fazendas do Coronel José Inácio, onde cada uma destas arrobas valia em média 6\$000. Diante desta alta produção, é certo que os efeitos desse mercado tenham contribuído para ampliação da fortuna desse senhor.

O Coronel José Inácio Nogueira de Sá foi citado diversas vezes nos relatórios da presidência da Província de Minas Gerais como um importante produtor de tabaco, seguramente tenha se destacado por ser um dos maiores exportadores desse produto no Sul de Minas Gerais. Acreditamos que o alcance de tal posição foi possível, pois em sua

---

<sup>300</sup>AHETII/IPHAN/SJDR – Arquivo Histórico do Escritório Técnico II do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del-Rei. Inventário de José Inácio Nogueira de Sá, Ano:1854, cx: 040.

<sup>301</sup>RESTITUTTI, Cristiano Cortes. Comércio terrestre e marítimo do fumo de Minas no século XIX. *SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA – DIAMANTINA*, 2008, p. 23.

propriedade havia uma estrutura de trabalho que o possibilitou escoar suas produções para vários mercados, no qual se contava com uma força de trabalho de 68 cativos e de 98 bestas, sendo 52 arreadas.

Dos escravos que pertenciam ao Coronel Jose Inácio Nogueira de Sá, 2 eram arredores, 2 campeiros, 1 carpinteiro, 1 carreiro, 1 feitor, 2 ferreiros, 1 retireiro e mais 10 cativos exercendo a função de tropeiros, destes últimos, a media de suas idades era 30 a 40 anos. Entre escravos envolvidos com tropas, 9 eram africanos e apenas um era crioulo, o que demonstra que este senhor selecionou os cativos mais antigos e experientes para conduzir as suas mercadorias para as praças comerciais.

Toda esta estrutura de trabalho e produtiva contando ainda com a abertura de novas estradas no Sul de Minas, de alguma maneira contribuíram para que José Inácio Nogueira de Sá projeta-se no espaço da corte. Consultando o inventário *post-mortem* deste senhor, constatamos que tinha estabelecido relações comerciais com varias firmas cariocas, como os Vergueiros&Cia, Os Sampaio do Rio de Janeiro, Os Aranas e Joaquim Pereira de Almeida&Cia, sabemos que esta ultima casa comercial preponderava no setor de abastecimento<sup>302</sup>. Através destes dados, podemos entender como certos grupos familiares ou pessoas se aproximavam da corte através da prestação de serviço ao estado.

Porém, é oportuno assinalar que nem todos os proprietários sul-mineiros mais significativos estavam sendo arrolados na esfera de poder, pois havia aqueles que através de uma barganha com a politica do Estado obtiveram em grau maiores e menores benefícios particulares consideráveis, como graças à prestação de serviços públicos e importantes postos nobiliárquicos. Os que representavam os proprietários e os comerciantes do interior especializado no abastecimento (como era o caso do Coronel José Inácio Nogueira de Sá) encontravam-se numa etapa de acumulação de força, projetando nos níveis das municipalidades e nas administrações provinciais<sup>303</sup>.

Soubemos que a maioria dos produtores de tabaco da província de Minas Gerais eram donos de grandes escravarias e de extensos rebanhos muares<sup>304</sup>. Para se ter uma ideia, dos quinze maiores exportadores que passaram pelas estradas da Mantiqueira

---

<sup>302</sup> Gorenstein, Riva. *O enraizamento de interesses mercantis portugueses na região Centro-Sul do Brasil: 1808-1822*. Dissertação de mestrado, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1978, p.47.

<sup>303</sup> Lenharo, 1979, p. 52-56.

<sup>304</sup> Idem, p. 17.

e do Picu no ano de 1828, dez deles possuíam acima de 60 escravos. Entre esses homens, cinco eram moradores do termo de Baependi<sup>305</sup>.

Um destes homens era o Guarda-Mor Gregório Ribeiro de Carvalho, morador da Fazenda Bocaina do Capivari do termo de Baependi. Nos registros de passagem da estrada de Picu, esse senhor foi considerado o segundo maior exportador de fumo, pois entre os anos de 1815 a 1822 enviou por esta rota 9.87 arrobas de fumo<sup>306</sup>.

No inventário do Guarda-Mor Gregório Ribeiro de Carvalho, aberto no ano de 1823, averiguamos que havia em sua propriedade 160 escravos e uma tropa composta por 80 bestas. Certamente, a força desses homens e animais foi de fundamental importância para o escoamento dessa produção de fumo. Nesses processos foram também declaradas 1.075 arrobas de fumo, o que tornou esse senhor na primeira metade dos oitocentos, o detentor de maior volume de arroba de fumo inventariada na localidade.

Em seguida, temos o Português e Capitão Miguel Pereira da Silva<sup>307</sup>, que era quem possuía o maior número de escravos, totalizando 188 cativos. Este senhor era natural da Freguesia de Santa Marinha do Bispado da Cidade do Porto<sup>308</sup>, era casada com Dona Izabel Maria do Espírito Santo, considerada, em nossa pesquisa, uma das inventariantes mais afortunadas na região. O casal era morador do Distrito do Pouso do Termo de Baependi.

O Capitão Miguel Pereira da Silva era um homem de prestígio no Sul de Minas<sup>309</sup>. Em 1822 teve sua fazenda em Pouso Alto elogiada nos diários de Saint-Hilaire, “por suas benfeitoras, muito importantes, de regularidade muito rara neste país”<sup>310</sup>. Esse senhor foi um dos construtores da estrada de Picu que ligava as regiões sul-mineiras ( em especial Baependi) ao Rio de Janeiro, e além disso, foi o que mais

---

<sup>305</sup> Idem, p. 18

<sup>306</sup> Museu Regional de São João del Rei - Inventários de São João cx 213, Inventariado: Capitão Gregório José Ribeiro, Local – Vila de São João del Rei. Trechos do testamento anexado no Inventário de Capitão Gregório José Ribeiro, Ano: 1816, Cx: 213.

<sup>307</sup> O Capitão Miguel Pereira da Silva nasceu na Freguesia de Santa Marinha do Bispado da Cidade Porto, natural e batizado na mesma Freguesia. Familysearch.org/recover/password: Cópia de Testamento do Capitão Miguel Pereira da Silva anexa no Óbito. Ano de 1835, Livro de Óbito da Freguesia de Pouso Alto do Termo de Baependi.

<sup>308</sup> Familysearch.org/recover/password: Cópia de Testamento do Capitão Miguel Pereira da Silva anexa no Óbito. Ano de 1835, Livro de Óbito da Freguesia de Pouso Alto do Termo de Baependi.

<sup>309</sup> Tal afirmação de se baseia pela extensa gama relacional e por uma infinidade de legados deixados para seus afilhados, familiares, viúvas, pobre e escravos pertencentes a escravaria. O testamento do Capitão de Miguel Pereira da Silva foi redigido em 1835 na Freguesia de Pouso Alto pertencente ao termo da Vila de Baependi.

<sup>310</sup> Saint-Hilaire (1974, p. 64)

exportou tabaco por esse caminho: das 24 conduções, enviou para essa estrada 12.042 arrobas, sendo o maior negociante deste produto nos registros de Picu.<sup>311</sup>

O Capitão Miguel Pereira da Silva era sogro<sup>312</sup> do Capitão Francisco Teodoro da Silva (o futuro Barão de Pouso Alto). Por sua vez, também proprietário-tropeiro na rota do Picu, exportando por essa estrada 4.202 arrobas de fumo e importando 41 cativos<sup>313</sup>. O Barão foi um dos inventariantes da esposa do Capitão Miguel, Dona Isabel Maria do Espírito Santo, cujos bens em 1855 foram avaliados em 441 contos de réis, com 259 cativos<sup>314</sup>.

O capitão Miguel Pereira da Silva também não esteve de fora do comércio negreiro. Foi considerado no Sul de Minas o segundo maior traficante de escravos. Junto com seu irmão, filho e genro importavam pela estrada de Picu 130 cativos<sup>315</sup>. Provavelmente a aquisição desses escravos advindos do tráfico atlântico de africanos<sup>316</sup>, tenha aumentado a sua escravaria, pois no inventário de sua esposa apareceram 71 escravos a mais.

O Alferes José Joaquim Pires, morador da Vila de Baependi, foi outro que também exportava os seus produtos pela estrada de Picu. Este senhor tem seu nome citado em vários registros de passagem desta rota<sup>317</sup>. Também, como outros senhores da

---

<sup>311</sup> RESTITUTTI, Comércio Terrestre e Marítimo, p. 20.

<sup>312</sup> É importante salientar que os ditos “novos” proprietários eram, algumas vezes, parentes ou herdeiros dos “antigos”, ou de outros ainda ativos.

<sup>313</sup> O volume de exportação de tabaco do Capitão Francisco Teodoro da Silva, foi constatado por Cristiano Corte Restituti em um dos registros de passagem da estrada de Picu no ano de 1822, ver Restituti, Comercio Terrestre e Martimo... p, 6.

<sup>314</sup> Temos digitalizado os inventários post-mortem de Dona Izabel Maria do Espirito Santos, aberto no de anos de 1854, localizado na cx: 43 no Escritório técnico do IPHAN da cidade de São Joao dei Rei, porém, os dados deste inventarium já tinha sido divulgado por Marcos Ferreira de Andrade em sua tese de doutoramento, assim segue a referencia; ANDRADE, Marcos Ferreira de (2008). *Elites regionais e a formação do estado imperial brasileiro* – Campanha da Princesa (1799-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, p. 132.

<sup>315</sup> Encontramos as exportação e importações do senhor Miguel Pereira da Silva e seus parentes em um dos registros de passagem da estrada de Picu indicado por Cristiano Corte Restituti, que se encontra nos documentos avulsos da Presidência da Província de Minas Gerais, referente a registros, Barreiras e Recebedorias, documentação localizada no Arquivo Publico Mineiro. Ver também: RESTITUTTI, Cristiano Corte (2006). *As fronteiras da província: rotas de comércio interprovincial, Minas Gerais, 1839-84*. Dissertação de Mestrado. Araraquara: UNESP. <http://www.biblioteca.unesp.br/bibliotecadigital/document/?did=4628>

<sup>316</sup> Robert Slenes sublinha, que, ao longo de toda a primeira metade do século XIX, o sul de Minas Gerais manteve a capacidade expressiva de importar, podendo sustentar um tráfico de africanos considerável. Segundo o Autor, outro fator poderia de ter influenciado na manutenção da procura de cativos pelos mineiros, como os efeitos multiplicadores das atividades voltadas para a exportação, incentivando setores internos como suporte direto para produção. Ver; SLENES, Robert. “Slavery in a Nonexport Economy: a Reply” in: *Hispanic American Review*, vol.64, nº 1, fevereiro de 1984, p. 135-146.

<sup>317</sup> Documentos avulsos da Presidência da Província de Minas Gerais, referente a registros, Barreiras e Recebedorias, documentação localizada no Arquivo Publico Mineiro.

região, era um grande produtor de tabaco. Em seu inventário aberto no ano de 1853, constatamos a produção de 643 arrobas de fumo bom. Para tocar essa atividade, esse senhor contava com um expressivo número de animais muares e escravos, formado por 52 bestas e 60 cativos<sup>318</sup>.

Ao investir na mão de obra escrava e na criação de animais de tropas, o Alferes José Joaquim Pires não pensou em direcionar essa força trabalho apenas para o cultivo do fumo, foram utilizadas nas outras plantações, como para o cultivo do milho e feijão, que gerou para esse senhor 1.000 cargueiros de milho (avaliados em dois contos de reis) e 162 alqueires de feijão (avaliados em trezentos e vinte quatro mil réis). Certamente esses produtos, junto com o fumo, eram comercializados nessa unidade, tornando mais diversificada essa produção agrícola.

O Alferes José Joaquim Pires não era o único fazendeiro da região a cultivar o fumo ao lado de outras plantações. Outras pessoas que cultivaram esse produto em suas unidades, também procuraram diversificar as suas produções, como o já citado Guarda-Mor Gregório Ribeiro de Carvalho, que além de ser um grande produtor de tabaco na Vila de Baependi, cultivou em suas propriedades 20 alqueires de arroz, 20 de feijão e 180 carros de milho. Abaixo temos um quadro que demonstra como o fumo estava consorciado com outras atividades produtivas das localidades.

---

<sup>318</sup> AHETII/IPHAN/SJDR – Arquivo Histórico do Escritório Técnico II do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del-Rei .Inventário *post-mortem* de José Joaquim Pires. 1853. Caixa: 12. (Caixa da Vila de Baependi, 1830-1888).

Quadro 3 : A presença do fumo nas propriedades criadoras de animais e produtoras de alimentos (Vila de Baependi, 1820-1888).

Rebanhos	Nº /Prol.	%	Plantações	Nº/ Prop.	%
Gado	53	25,3	Alqueires de Arroz	13	17,8
Suínos	39	18,4	Alqueires de Milho	27	37,1
Eqüinos	52	24,6	Alqueires de Feijão	16	21,9
Muares	42	19,9	Canavial	5	6,8
Caprino	25	11,8	Sal	12	16,4
<b>Totais</b>	<b>211</b>	<b>100</b>	<b>Totais</b>	<b>73</b>	<b>100</b>

Fonte: 510 processos. Inventários *post-mortem* da Vila de Baependi, 1820-1888. Nº/Prop: número de propriedades de criações de animais e produtoras de alimentos.

Com base no Quadro de nº 4, parece que nenhuma propriedade estava exclusivamente dedicada à produção de fumo. Aliás, como em outros casos vistos neste tópico, as atividades sempre estiveram consorciadas. João Fragoso ao estudar a região do Sul de Minas Gerais no início dos anos de 1990, já afirmava com muita convicção, que esta área era formada por um complexo agropecuário de produção diversificada, voltada ao abastecimento interno, com destaque ao fumo. Ao lado da criação de animais e do cultivo de vários alimentos, a produção de fumo sul-mineiro estava na pauta de exportação para a praça carioca, especialmente os que eram remetidos pelas freguesias de Cristina e Baependi<sup>319</sup>.

Mas o que mais nos interessou no Quadro 4 foi fato da região de Baependi tendo um produto (fumo) de alto valor comercial e desejado em vários mercados nacionais e internacionais, ter escolhido, ao longo do século XIX, dar continuidade às suas atividades consorciadas. Tais opções econômicas podem ser explicadas pelo motivo de estarmos analisando uma sociedade agrária que não estava disposta a investir os seus recursos em uma única produção, em outras palavras, a reprodução desse arcaico sistema produtivo ainda era algo que lhes davam maiores seguranças e condições para garantir a manutenção dos seus *status*.

Para finalizar esta análise: pelo fato da produção do fumo ter interligado a região de Baependi a vários mercados não teve forças suficientes para desconstruir o

<sup>319</sup> FRAGOSO, Homens de Grossa Aventura, op. cit. p.129.

modelo socioeconômico que vigorou na região ao longo dos oitocentos. Na verdade, este produto teve que ser incorporado ao mosaico de formas de produções não capitalistas<sup>320</sup>.

---

<sup>320</sup>Fragoso e Florentino, **Arcaísmo como projeto**, op. Cit., p. 159.

## **CAPÍTULO 2**

Senhores e seus cativos: estrutura de posse e demografia escrava  
na Vila de Baependi.

## **Resumo do capítulo.**

Tento em vista a temática do capítulo, interessa-nos, em particular, resgatar as principais análises sobre a estrutura de posse e da demografia escrava no Brasil. Em diálogo com os estudos da escravidão, estruturaremos este capítulo na arena dos debates sobre a estrutura de posse escrava na tradição da historiografia brasileira. Feito isso, analisaremos o nível de concentração e de disseminação da propriedade escravista (signo de maior distinção e poder nesta Vila), entre os habitantes da Vila de Baependi.

Procuraremos entre três recortes temporais (1820-1850, 1851-1870 e 1871-1888) delinear alguns aspectos da estrutura de posse e da demografia escrava a fim de identificar as alterações ocorridas na composição e distribuição da população cativa e na medida do possível relacioná-las com as transformações socioeconômicas que ocorreram no Império Brasileiro. Para realizarmos esta investigação, contaremos com os inventários *post-mortem*, que além de mostrarmos a relação de cativos que foram avaliados, nos apresentam suas características físicas, etárias e étnicas.

No final deste capítulo analisaremos a estrutura de posse através dos assentos paroquiais de batismo. Objetivo é averiguar até que ponto estas fontes eclesíásticas podem revelar a difusão da propriedade nesta Vila sul-mineira. Em síntese, o quadro que veremos matiza e problematiza interpretações já cristalizadas sobre a concentração ou difusão da posse escrava em vários setores da sociedade escravista brasileira.

## Posse e demografia escrava revelada pelos inventários post-mortem.

Estudos clássicos confirmam que nos extremos da sociedade escravista brasileira, as grandes *plantations* eram consideradas a essência da escravidão. Sobre esta premissa, imperava a ideia de uma massa de escravos e uma elite de senhores que excluía todos outros donos de cativos que situavam em outras camadas da sociedade. Este modelo explicativo foi descrito por Gilberto Freire em *Casa Grande Senzala*<sup>321</sup> e seguido por décadas por uma geração de historiadores<sup>322</sup>. A partir dos anos de 1980, surgem pesquisas mais refinadas que ao explorarem diversas fontes demonstram de modo convincente as variações regionais do sistema escravista<sup>323</sup>. Na esteira destes exames, a noção da predominância das grandes escravarias no Brasil começa a ser questionada, principalmente quando comparado aos padrões de posse encontrados nas Ilhas Caribenhas<sup>324</sup>. Assim, a posse cativa, signo de status, ascensão e poder, estavam não somente diluída em vários setores da sociedade escravista brasileira, como também se organizava, majoritariamente, em pequenos planteis escravistas, propriedade de sujeitos de poucas posses, mas, ainda sim, egressos do cativo dono de outros homens. Os trabalhos que chegaram a este consenso analisaram diferentes realidades

---

<sup>321</sup> FREIRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*, 43a ed. (1a ed., 1933), Rio de Janeiro, Record, 2001. De Freyre, ver também, por exemplo, *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*, 12a ed. (1a ed., 1936), Rio de Janeiro, Record, 2000.

<sup>322</sup> PRADO JÚNIOR (Caio), *Formação do Brasil Contemporâneo* (Colônia), Editora Brasiliense, 9ª.edição, São Paulo, 1969. SIMONSEN (Roberto C.), *História Econômica do Brasil* (1500-1800), 6ª.edição, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1960, (Coleção Brasileira, Série Grande Formato, vol.10). ZEMELLA (Mafalda P.), *O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII*, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, São Paulo, 1975, (Boletim de História da Civilização Brasileira, vol.118). FAORO (Raymundo), *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*, 2ª. edição, revista e aumentada, Globo, Porto Alegre; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1975. ELLIS (Myriam), Contribuição ao Estudo do Abastecimento das Zonas Mineradoras do Brasil no Século XVIII, *Ministério da Educação e Cultura*, Rio de Janeiro, 1961, (os Cadernos de Cultura, nº. 124). HOLANDA (Sérgio Buarque de), "A Mineração: Antecedentes Luso-Brasileiros", in *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo I – *A Época Colonial*, 2º. vol., Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1973.

<sup>323</sup> Um grupo de economistas da Universidade de São Paulo realizou minuciosas pesquisas sobre o escravismo no Brasil, baseadas em dados contidos em censos manuscritos não publicados. Estes trabalhos incluem, entre outros, os estudos de COSTA (1979); LUNA (1981) LUNA & COSTA (1982); COSTA (1982); COSTA & GUTIÉRREZ (1985); GUTIÉRREZ (1987 e 1988) e, por fim, o trabalho de MOTTA (1988b). Trabalhos mais especializados desses autores sobre proprietários de escravos, demografia a família escrava serão citados adiante. Existe também um significativo grupo de pesquisas estudando o censo de Minas Gerais do início do século XIX no CEDEPLAR (Belo Horizonte) e na Universidade Federal de Minas Gerais. Veja, por exemplo, PAIVA (1988), LIBBY & GRIMALDI (1988) a GUERZONI FILHO & NETTO (1988).

<sup>324</sup> LUNA, F. V.; KLEIN, H. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Edusp, 2006.

demográficas e econômicas, sobre tudo nas colônias/províncias de Minas Gerais e Bahia.

Os estudos realizados sobre Minas Gerais e Bahia durante o período Colonial/Imperial brasileiro revelaram um padrão de estrutura de posse em que os tamanhos dos planteis eram muito mais reduzidos e a escravidão esteve mais disseminada no tecido social comumente suposto pela historiografia<sup>325</sup>.

A partir destes novos exames, a noção de uma escravidão restrita aos interesses dos senhores donos de grandes lavouras foi sendo gradativamente abandonadas em favor da concepção de um consenso, onde indivíduos de diversos setores da sociedade estavam comprometidos com o funcionamento deste sistema. Nesses moldes, a escravidão não era somente naturalizada, mas inerente à mesma sociedade, como necessária.

Francisco Vidal Luna e Iraci del Nero da Costa, foram um dos primeiros autores a perceber como a posse de escravos estava disseminada na sociedade. Analisando as unidades escravistas de Minas Gerais ao longo do XVIII, Luna e Costa verificaram que o elevado número de grandes propriedades concentradoras de enormes contingentes de cativos não se confirmava no plano empírico. De acordo estes autores, havia um predomínio de planteis com reduzidos números de escravos. Em várias localidades, a maior frequência coube aos senhores que detinham de 1 a 4 mancipios. No que diz respeito às grandes escravarias com mais de 40 cativos, sua participação se revelou de grande monta, pois foram raros os senhores donos destes planteis<sup>326</sup>. Em outras palavras, a economia que abrigava a maior população escrava do Império do Brasil<sup>327</sup> era definida pela pequena posse escravista ao longo dos setecentos, e sua maior parte, também nos oitocentos.

Os dados levantados por estes autores são coerentes com que foi constatado no Recôncavo Baiano para o período Colonial. Neste importante centro econômico da América Portuguesa, Stuart Schwartz encontrou um predomínio de pequenas posses, no

---

<sup>325</sup> Faz-se referencia aos estudos clássicos; PRADO JÚNIOR (Caio), *Formação do Brasil Contemporâneo* (Colônia), Editora Brasiliense, 9ª.edição, São Paulo, 1969. SIMONSEN (Roberto C.), *História Econômica do Brasil* (1500-1800), 6ª.edição, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1960, (Coleção Brasileira, Série Grande Formato, vol.10).

<sup>326</sup> LUNA, Francisco Vidal. Minas Gerais. *Senhores e escravos*. Análise da Estrutura Populacional e Econômica de Alguns Núcleos Mineratórios (1718-1804). São Paulo, FEA-SP, 1980, (Tese de Doutorado), p. 40.

<sup>327</sup> MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1982.

qual os cativos estavam distribuídos entre senhores de distintas camadas da sociedade.

Resumidamente, as principais teses de Schwartz estão inclusas nesta passagem:

“a escravidão no Brasil distribuía-se largamente entre a população livre, constituindo-se na base econômica da sociedade como um todo e em uma forma de investimento extremamente comum e acessível”. Mas, que a aquisição de cativos por pessoas de poucos recursos indica que a mão-de-obra [*sic*] escrava “era barata, relativamente abundante, fácil de obter e, mais importante, fácil de repor”. Por isso a “ubiquidade” da propriedade de escravos mesmo entre ex-escravos, os denominados “forros” (que receberam alforria, manumissão) ou “libertos”<sup>328</sup>.

Além de estes estudos serem os primeiros a evidenciar desconcentração da posse escrava, acabaram demonstrando que os efeitos desta estrutura assentavam a escravidão numa ampla base social. Em Minas Gerais no século XIX, Douglas Cole Libby, percebeu que a presença majoritária de pequenos planteis escravistas foi decisivo para o alargamento das bases sociopolíticas da escravidão na província. Em seu estudo pioneiro sobre as listas de habitantes mineiros na década de 1830, o autor detectou uma impressionante dispersão da posse escrava em diversos setores da economia<sup>329</sup>. Libby constatou que os domicílios possuidores de escravos, eram chefiados por uma considerável parcela de pessoas de cor de modestas ocupações, com maiores destaques para às costureiras e fiadeiras, estas por sua vez, foram somente superadas pelos agricultores<sup>330</sup>. Portanto, envolvimento destes distintos agentes na escravidão mineira, era algo que assegurava a manutenção deste regime.

Dando sequência a estes estudos, Douglas Libby afirma que, a relativa ausência de um setor de exportação em Minas Gerais conduziu a configuração de uma escravidão mais democrática, isto é, grande parte das escravarias mineiras não estava apenas sob o domínio daqueles senhores ligados a agricultura de exportação, mas agentes de diversos setores da sociedade<sup>331</sup>. Com estas afirmações, Libby abre uma questão: como este padrão democrático conseguiu sustentar o maior plantel escravista

---

<sup>328</sup> SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 368-70.

<sup>329</sup> LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 104-10.

<sup>330</sup> Idem, p. 121.

<sup>331</sup> Idem, p. 122.

do Império Brasileiro?<sup>332</sup>. Este tema, a respeito da difusão da escravidão mineira, e outros serão tratados nesta pesquisa<sup>333</sup>.

Sobre as orientações destes estudos e de outros que aparecerão neste capítulo, pretendemos examinar até que ponto a posse escrava em Baependi foi capaz de manter uma sociedade escravista profundamente desigual e excludente.

No primeiro capítulo desta tese, vimos que a desigualdade socioeconômica que havia em Baependi revelou uma sociedade bastante estratificada onde a riqueza produzida era controlada por poucas famílias. O principal patrimônio produtivo causador desta disparidade foram os escravos (seguidos de terras). Agora, veremos como mais detalhes o nível de concentração e disseminação deste valioso bem social na referida localidade sul-mineira, sendo o item nas fortunas inventariadas que mais produzia diferenças entre os homens livres<sup>334</sup>.

As principais fontes que serão investigadas neste capítulo serão os inventários *post-mortem* e os registros paroquiais de batismo. Primeiro realizaremos uma análise sobre a estrutura de posse a partir das informações coletadas em 437 inventários; em seguida, cruzaremos os resultados encontrados nesses processos com os dados das estruturas de posse reveladas pelos assentos de batismo. Esta ferramenta metodológica foi utilizada por vários historiadores em suas respectivas pesquisas. Os primeiros destes estudiosos foram José Roberto Góes<sup>335</sup> e João Fragoso<sup>336</sup>. Na sequência temos Tiago Gil e Bruno Sirtori, que, ao analisarem as propriedades cativas da região de Viamão, fizeram uso dos assentos de batismo para calcular o padrão de posse desta localidade Riograndense<sup>337</sup>.

---

<sup>332</sup> Idem, p. 124.

<sup>333</sup> Idem, p. 125.

<sup>334</sup> FINLEY, Moses I. *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991, p. 112.

<sup>335</sup> José Roberto Góes para analisar o grau de distribuição da propriedade escrava no Rio de Janeiro na 1ª metade do século XIX, utilizou conjuntamente os inventários *post-mortem* e os assentos paroquiais de batismo. A comparação entre os percentuais de posse de escravos no meio rural do Rio de Janeiro, em inventários e em batismos, mostrou semelhanças significativas dos números encontrados. Ver: GÓES, José R. O cativo imperfeito. Um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. Vitória: Lineart, 1993, p. 75.

<sup>336</sup> FRAGOSO, João. Principais da terra, escravos e a república: o desenho da paisagem agrária no Rio de Janeiro Seiscentista. *Revista Ciência e Ambiente, Santa Maria (UFMS)*, n.º. 33, pp. 97-120. jul./dez., 2006

<sup>337</sup> Os resultados encontrados sobre o padrão de posse nos assentos de batismo, foram comparados com os Róis de Confessados, censos eclesiásticos realizados para a preparação dos fiéis para o período da quaresma. Ver; GIL, Tiago L. e SIRTORI, Bruna. *A geografia do compadrio cativo: Viamão, continente do Rio Grande de São Pedro, 1770-1795*, p. 5.

Por último (até onde sabemos), temos Letícia Batistella Silveira Guterres (2013)<sup>338</sup> e Marcelo dos Santos Matheus (2016) que também fizeram uso desta metodologia. Guterres apesar de não ter utilizado os inventários *post-mortem* para o estudo das estruturas de posse, utilizou dos assentos paroquiais de batismo para verificar como a propriedade escrava estava disseminada na região gaúcha de Santa Maria. Por sua vez, Marcelo Matheus achou necessário intercruciar às fontes cartoriais e paroquiais, o que o levou a encontrar dados interessantes sobre a escravidão na localidade Bagé, durante o século XIX<sup>339</sup>.

Para os estudos do escravismo mineiro, os assentos de batismo também foram utilizados por alguns historiadores<sup>340</sup> para analisar até que ponto a escravidão em Minas Gerais era reiterada pela reprodução natural ou pelo tráfico atlântico de africanos. Douglas Cole Libby, Clotilde Paiva e Tarcísio Botelho foram os primeiros a aplicar estes métodos em suas pesquisas. Estes estudiosos valeram-se dos assentos de batismo de escravos adultos como indicadores indiretos para examinar o impacto do comércio negreiro na província mineira<sup>341</sup>.

Libby, trabalhando com três bases de dados cedidas por outros pesquisadores, analisou a Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de São João del Rei, entre 1736-1854, a localidade de Catas Altas, entre 1715-1753, e, finalmente, a Paróquia de Nossa Senhora

---

<sup>338</sup> GUTERRES, Letícia Batistella Silveira. *Escravidão, família e compadrio ao sul do Império do Brasil: Santa Maria (1844-1882)*. Rio de Janeiro: PPGH/UFRJ, 2013. (Tese de Doutorado), p. 82-84.

<sup>339</sup> MATHEUS, Marcelo Santos. *A produção da diferença: escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (Bagé, c.1820-1870)*. Rio de Janeiro: PPGH/UFRJ, 2016, p.183-192.

<sup>340</sup> BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. A escravidão nas Minas Gerais, c.1720. In: BOTELHO, Tarcísio R. e outros (org.). *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço. Goiânia: Anpuh-MG*, 2001. BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. Minas patriarcal: família e sociedade (São João del- Rei - séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2007. ANDRADE, Marcos Ferreira. *Elites regionais e a formação do estado imperial brasileiro - Minas Gerais - Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. LIBBY, Douglas C; FRANK, Zephyr L. Voltando aos registros paroquiais de Minas colonial: etnicidade em São José do Rio das Mortes, 1780-1810. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 29, p. 383-415, 2009. GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro e outros. Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamento – o caso de São José do Rio das Mortes, 1743-1850. *Varia História*. 23(37), p. 184-207, jan/jun 2007. CAMPOS, Kátia M. Nunes. “Sem dados não há demografia”: uma proposta para a criação de um banco de dados demográficos e sua aplicação em uma paróquia mineira, 1760-1804. Tese (Doutorado em Demografia). Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2011. ANDRADE, Mateus. R.; LEMOS, Gustavo. *Terra de compadres: família e enraizamento social em Guarapiranga, séculos XVIII e XIX*. In: BOTELHO, Tarcísio R.; ANDRADE, Mateus R.; LEMOS, Gustavo. (Orgs.). *Redes Sociais e História*. Belo Horizonte: *Veredas&Cenários*, 2013.

<sup>341</sup> PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. Tese (Doutorado em História) – FFLCH/USP, 1996. LIBBY, Douglas C. O tráfico internacional e a demografia escrava em Minas Gerais: um século e meio de oscilações. In: FURTADO, Júnia F. (org). *Sons, formas e movimentos na modernidade atlântica: Europa, Américas e África*. São Paulo: Annablume/ Belo Horizonte: Fapemig: PPGH-UFMG, 2008. BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. A escravidão nas Minas Gerais, c.1720. In: BOTELHO, Tarcísio R. e outros (org.). *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiânia: Anpuh-MG, 2001.

do Pilar de Ouro Preto, no período de 1712 a 1843 (com lamentável lacuna para o intervalo de 1720-35)<sup>342</sup>. Carolina Perpétua Corrêa, sobre a orientação de Libby, adotou o mesmo procedimento metodológico. Examinado a região mineira de Santa Luzia, utilizou os assentos de batismo de escravos adultos para verificar o impacto do tráfico negreiro na referida localidade<sup>343</sup>. Como se pode perceber, ainda não apareceram estudos que examinem as posses escravas mineiras por meio dos assentos paroquiais.

Deixaremos os exames sobre a estrutura de posse apreciada pelas fontes paroquiais para a segunda seção deste capítulo. Agora analisaremos o perfil das unidades escravistas que foram inventariadas na Vila de Baependi. Nossa intenção é investigar o padrão de propriedade escrava revelada pelos inventários *post-mortem*, ou seja, em que nível as faixas de plantéis escravistas estavam disseminadas ou concentradas na região. Para fins de análise, buscam-se caracterizar os escravos que pertenciam a estes distintos plantéis. Na sequência destes exames, analisaremos também a demografia da posse escrava na região Assim, serão observadas as taxas de masculinidade, as origens (africanos ou crioulos) e as faixas etárias (crianças, adultos e velhos). Acreditamos que estes estudos possam tornar mais refinados os exames sobre a posse cativa.

**– Os limites de uma fonte: A posse escrava revelada pelos inventários *post-mortem*.**

Antes de adentrarmos nos exames sobre a posse cativa na Vila de Baependi, faz-se necessário uma breve apresentação da principal fonte que será examinada neste tópico. É evidente que os inventários *post-mortem* constituem uma amostra com limitações da população respectiva, especialmente por sub-representar as camadas mais abastadas e deixar de fora uma ampla gama de pobres e despossuídos que não foram contemplados por esta documentação. Justamente por isso, a referida documentação apresenta um limite muito evidente por não abarcar a totalidade dos habitantes de uma determinada localidade.

Antes do ano de 1809, só eram obrigados a realizarem inventarias aqueles pessoas que deixassem herdeiros menores. Caso todos os herdeiros fossem adultos, era

---

<sup>342</sup> LIBBY, Douglas Cole. *Notes on the Slave Trade and natural increase in Minas Gerais in the eighteenth and nineteenth centuries*. November, 2004.

<sup>343</sup> CORREA, Carolina Perpétua.

comum que a partilha dos bens fosse feita amigavelmente entre eles para se evitar as despesas com o processo, principalmente se vivessem afastados dos centros urbanos onde estavam os tabeliães<sup>344</sup>. Somente a partir de 17 de julho de 1809 é que a abertura dos inventários se tornou obrigatória para os falecidos. De acordo com a historiadora Ida Lewkowicz, a obrigatoriedade sobre a feitura deste documento esteve relacionada à necessidade de buscar novas fontes de rendimentos para o Erário. Nas palavras da autora:

Desde a abertura dos portos a arrecadação aduaneira diminuíra e foram criados então vários impostos para socorrer o Erário. Entre eles estava o imposto sobre o selo do papel e a décima das heranças e legados. Recolhê-los significava forçosamente inventariar os bens deixados pelos falecidos<sup>345</sup>.

Mesmo tendo o aumento de inventários após este decreto, uma parcela expressiva da população continuava excluída deste rol, no qual aqueles que possuíam algum patrimônio passível de ser inventariado o fariam. Os inventários que serão examinados nesse trabalho, não representam todos os segmentos da sociedade baependiense, porém, contempla aqueles que tiveram um mínimo de bens a declarar. Tal problemática fica evidente quando esta fonte é comparada com documentos, como as listas nominativas de habitantes da província de Minas Gerais<sup>346</sup>. Através dessas listas, encontramos um elevado número de domicílios que não possuíam escravos, com um percentual de 66%<sup>347</sup>, com relação aos inventários. O percentual de pessoas sem

---

<sup>344</sup> LEWKOWICZ, Ida. *Vida em família: caminhos da desigualdade em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo, 1992. Tese (Doutorado em História) – USP, p. 243-244.

<sup>345</sup> Idem, p. 243.

<sup>346</sup> Temos que deixar claro para o leitor que não foram encontradas listas nominativas de habitantes para a Vila de Santa Maria Baependi. Esta amostra consiste nas listas dos distritos e Freguesia que faziam parte do Termo de Baependi, num total de 12 regiões. (Lamentavelmente para a importante Vila de Sabará também não foram localizadas estas listas nominativas). Ver o *software* de consulta: [www.poplin.cedeplar.ufmg.br](http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br).

<sup>347</sup> Este índice é uma constante nas pesquisas sobre a distribuição dos cativos por fogos<sup>347</sup> em Minas Gerais, Douglas Cole Libby aponta em sua pesquisa que, no mesmo período, estas propriedades mineiras sem cativos conformavam 66,7% do total. Ver: LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 73. Comparando os dados encontrados por Douglas Cole Libby para Província Mineira na década de 1830, em São Paulo segundo Francisco Luna e Hebert Klein, se apresentava no ano de 1829 com 74% dos domicílios sem escravos. Ver: LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. Economia e sociedade escravista: Minas Gerais e São Paulo em 1830. In: LUNA, Francisco. V; COSTA, Iraci del Nero; KLEIN, Hebert S. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, p. 208. Ao consultarmos os dados da Lista Nominativa do Termo de Piranga, Guilherme Augusto do Nascimento e Silva, não encontramos escravos em 64,8% dos fogos piranguenses. Ou seja, no início da década de 1830, cerca de dois terços dos domicílios da região não continham cativos. Ver: SILVA, Guilherme A. N.

cativos nunca ultrapassou 15% no período de 1820 a 1888. Portanto, ao pesquisarmos os inventariados da Vila de Baependi, deixaremos de fora um contingente expressivo de despossuídos. Mesmo assim, ciente em evitar generalizações que a fonte não permite fazer, os exames sobre os inventários se tornam pertinentes para o tipo de abordagem pretendida, principalmente quando se trata de fazer comparações entre períodos diversos<sup>348</sup>.

### **A estrutura de posse escrava na Vila de Baependi**

Dos 68 anos que abrange o recorte temporal desta pesquisa, foram arrolados nos inventários de 437 senhores e 5.905 escravos. Estes processos representavam 85,6% dos inventariados. Por outro lado, apenas 14,4% de pessoas que declararam os seus bens na Vila de Baependi não possuíam escravos. É importante alertar que na região há um número significativo de indivíduos que não se tornaram senhores de cativos. Há também aqueles que alçaram tal *status*, mas não abriram inventários, somente testamentos<sup>349</sup>.

Com relação à sobrevivência dos inventários, Libby, que antes já havia inter cruzado esta fonte cartorial com os censos eclesiásticos de São João del Rey, cogita a hipótese que os inventários dos grandes senhores de escravos tenham desaparecidos. Nas palavras do autor: “é bastante plausível sugerir que, de uma forma ou de outra, as famílias da elite mineira e seus advogados conseguiram ficar de posse de inventários que deveriam ter permanecido nos cartórios”<sup>350</sup>. Acreditamos que tais impressões sejam válidas para os arquivos cartoriais da cidade Baependi, com os quais tivemos bastante contato<sup>351</sup>. Portanto, espera-se que ao menos parte das escravarias dos senhores que não

---

Região, economia e população escrava piranguense na segunda metade dos Oitocentos. In: *Anais do XV Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina: CEDEPLAR, 2012.*

<sup>348</sup> ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alterações nas unidades produtivas: Mariana – 1750-1850.* Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1994.

<sup>349</sup> Este número de senhores que não abriram inventários foi localizado nos assentos de batismo.

<sup>350</sup> LIBBY, Douglas Cole & PAIVA, Clotilde Andrade. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d., El Rey em 1795. *Revista Brasileira de Estudos da População*, v.17, n.1/2, jan./dez.2000.

<sup>351</sup> Carolina Perpetua Correa teve a mesma impressão ao investigar os arquivos cartoriais da cidade de Santa Luzia, tanto é a autora também nos alertou para este tipo cuidado ao fazermos um levantamento dos inventários depositados nos arquivos cartoriais de situação. Ver: CORRÊA, Carolina Perpétuo. “*Por que sou um chefe de famílias e o Senhor da Minha Casa*”: proprietários de escravos e famílias cativas em Santa Luzia, Minas Gerais, século XIX. Dissertação (Mestrado em História), Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

abriram inventários ou tiveram seus processos extraviados seja revelada pelos assentos paroquiais, dado que será analisado na próxima seção deste capítulo.

Na tabela abaixo, apresentaremos alguns indicadores da estrutura de posse escrava da Vila de Baependi, no qual examinaremos as tendências às dispersões e da concentração dos planteis escravistas.

**Quadro 7: Estrutura de posse escrava da Vila de Baependi por subperíodos, 1820-1888.**

<b>1820-1850</b>				
Faixas de Plantéis Escravistas	Senhores	%	Escravos	%
1-5 escravos	70	44,5	189	10,9
6-10 escravos	41	25,6	307	17,5
11-19 escravos	25	15,6	326	18,8
20-49 escravos	20	12,5	615	36,2
50 ou mais escravos	3	1,8	288	16,6
<b>Total</b>	<b>159</b>	<b>100</b>	<b>1.725</b>	<b>100</b>
<b>1851-1870</b>				
Faixas de Plantéis Escravistas	Senhores	%	Escravos	%
1-5 escravos	58	43,6	156	7,3
6-10 escravos	32	24	247	11,5
11-19 escravos	16	12,1	252	11,7
20-49 escravos	16	12,1	510	23,8
50 ou mais escravos	11	8,2	971	45,7
<b>Total</b>	<b>133</b>	<b>100</b>	<b>2.136</b>	<b>100</b>
<b>1871-1888</b>				
Faixas de Plantéis Escravistas	Senhores	%	Escravos	%
1-5 escravos	52	50,9	123	9,5
6-10 escravos	15	14,7	135	10,4
11-19 escravos	17	16,6	238	18,4
20-49 escravos	15	14,7	504	39,1
50 ou mais escravos	3	3,1	291	22,5
<b>Total</b>	<b>102</b>	<b>100</b>	<b>1.291</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Inventários post-mortem da Vila de Santa Maria do Baependi, 1820-1888. Depositados no Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del Rei.

Como podem perceber, a estrutura de posse escrava<sup>352</sup> em tela comprova que a escravidão em Baependi não era governada apenas por grandes escravarias, pois haviam plantéis de variados tamanhos que tiveram peso neste processo, a começar pelas propriedades que detinham de 1 a 5 cativos. Estas pequenas unidades sempre representavam mais de 40% do total de senhores da região, com elevado pico, entre os anos de 1871 a 1888, chegando a quase 50%. No entanto, em nenhum intervalo, nunca detiveram mais que 10% dos cativos, sendo que no primeiro subperíodo concentraram apenas 9,7% de escravos, enquanto que 3,7% dos senhores (+ 50 escravos) ficavam com 22,8 dos mancipemos. Mesmo assim, fica evidente que, na região em estudo, o comprometimento com o sistema escravista não era apanágio exclusivo de uma elite senhorial<sup>353</sup>, mas também de muitos senhores de almas que não podiam ser considerados elite.

Pelo Quadro de nº 1, percebemos que entre os anos de 1820 a 1850 a posse escrava tendeu a ficar mais disseminada entre os inventariantes<sup>354</sup>. Tal processo pode ser notado no aumento de pequenos plantéis (1-5 e 6-10) e no percentual de cativos por eles acumulados. Assim, podemos afirmar que ao longo deste período, muitos inventariados na região tiveram acesso ao mundo senhorial.

O amplo predomínio de pequenas posses não era exclusivo da região de Baependi: outras localidades do Império Brasileiro apresentavam este modelo. Em Serro Frio, Freguesia ligada à Mineração, no ano de 1738, 90% dos senhores possuíam até 10 escravos e detinham 55% dos cativos. A franca predominância destas pequenas posses tem a ver com o caráter fragmentário da extração do ouro e a amplitude do número de indivíduos dedicados a esta atividade<sup>355</sup>. Em Mariana, entre as décadas de 1750 e 1850, Carla Almeida averiguou que os senhores donos de 1 a 5 escravos sempre representavam 40% dos proprietários, enquanto os que possuíam acima de 20 cativos,

---

<sup>352</sup> Saliencia-se que, infelizmente, não há consenso sobre a classificação da posse escrava.

<sup>353</sup> Marcio Soares ao pesquisar a região de Campos de Goitacazes teve a mesma impressão sobre a estrutura de posse que se instalou nesta referida localidade.

<sup>354</sup> Apenas para lembrar o que foi dito, a fonte (os inventários) utilizada não contempla os indivíduos extremamente pobres – em razão da escassez ou inexistência de patrimônio.

<sup>355</sup> LUNA, Francisco Vidal. *Minas Gerais: escravos e senhores. Análise da estrutura populacional e econômica de alguns núcleos mineratórios (1718-1804)*. São Paulo, FEA-USP, 1980, p.78. Podemos comparar os resultados ora apresentados com índices calculados por Alice P. Canabrava (2) e referentes à posse de riqueza em várias localidades da Capitania de São Paulo, no século XVIII, e que levou em conta apenas a população cujos testamentos apresentavam algum tipo de bem. Vê-se, de imediato, que os números obtidos para São Paulo são relativamente altos quando confrontados aos de Minas Gerais. Ver: CANABRAVA, Alice. Uma Economia em Decadência: Os níveis de riqueza na Capitania de São Paulo”, In> *Revista Brasileira de Economia*, vol.26, nº 4, out/dez.1972, p. 11.

nunca eram menos de 7%<sup>356</sup>. No ano de 1835, em São Gonçalo dos Campos e Santiago do Iguape, ambas as localidades Baianas, 82% e 68,5% dos senhores conviviam com 1 a 5 mancípios em suas unidades, dominando respectivamente 41% e 12% dos cativos<sup>357</sup>. No Sertão Pernambucano, entre o período de 1777 a 1887, Flavio Rabelo Versai e José Raimundo Vergílio constataram que 2/3 dos escravos pertenciam a senhores que detinham não mais que 20 cativos. Quanto ao tamanho dos plantéis, vê-se que mais da metade dos senhores tinha de 5 ou menos escravos<sup>358</sup>.

Na região pastoril de Araxá nas Minas Gerais, por meio de listas nominativas, Deborah dos Reis verificou que os senhores com até 10 escravos nunca foram menos de 65% dos produtores. No início da década de 1830, eles chegaram a ser aproximadamente 88% do universo dos senhores de escravos, e dividia entre si em torno de 51% dos cativos, o que quer dizer também, que quase a metade dos escravos estava sobre o poder de apenas 12% dos proprietários. Essa forte concentração se manteve nas décadas posteriores, entre 1856 e 1858. Os grandes escravistas representavam cerca de 30% dos produtores e possuíam aproximadamente 68% dos escravos<sup>359</sup>. Em Guarapuava, província do Paraná, na década de 1850, a concentração de escravos nas grandes escravarias foi bastante considerável. Nesta região, em torno de 45% dos cativos pertenciam a 14% dos proprietários com mais de 10 cativos, enquanto que 55% estavam em escravarias com até 10 escravos<sup>360</sup>. Na região de Palmas, também no Paraná, entre 1850 e 1871, em torno de 73% dos senhores possuíam até 10 cativos, porém, apenas 38,2% dos escravos habitavam suas senzalas. Conseqüentemente, os grandes escravistas, que eram 27% dos senhores, detinham 61,8% dos escravos<sup>361</sup>.

No velho sul dos Estados Unidos, na primeira metade dos oitocentos, 28,5% dos escravos estavam em propriedades com até 9 cativos que pertenciam a três quartos dos senhores de escravos; já os senhores com mais de 20 cativos eram apenas 9,5% do total. No entanto, nessa região, 44% dos escravos estavam concentrados nas posses com mais

<sup>356</sup> ALMEIDA, Carla. *Alterações nas unidades produtivas mineiras*, p. 140.

<sup>357</sup> BARICKMAN, Bert J. *Um contrapondo baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 241.

<sup>358</sup> VERGOLINO, José Raimundo O e VERSIANI, Flávio Rabelo. Posse de escravos e estrutura da riqueza no Agreste e sertão de Pernambuco (1777-1887). *Estudos Econômicos*, v. 33, n.º. 2, 2003, p. 362.

<sup>359</sup> REIS, D. O. M. dos. Características demográficas dos escravos em Araxá (MG), 1816-1888. *Anais eletrônicos do XXXIII Encontro Nacional de Economia*. Natal: ANPEC, 2005, p. 11. Disponível em: <<http://www.anpec.or.br/encontro2005/artigos/A05A018.pdf>> Acesso em: 08 mar. 2013.

<sup>360</sup> FRANCO NETTO, F. *População, escravidão e família em Guarapuava no século XIX*. Curitiba: PPGH/UFPR, 2005. (Tese de doutorado), p. 259.

<sup>361</sup> SIQUEIRA, A. P. P. *Cativeiro e Dependência na Fronteira de Ocupação: Palmas, PR, 1850-1888*. Florianópolis: PPGH/UFSC, 2010. (Dissertação de Mestrado), p. 37.

de 20 escravos<sup>362</sup>. Em Baependi, entre os anos de 1820 a 1850, essa última proporção era bem maior, onde 58,8% dos cativos viviam em plantéis que detinham mais 20 cativos.

A estrutura de posse da região da Jamaica também apresenta um padrão diferente daquela do sul dos Estados Unidos. Hilary Beckles, realizando uma contagem minuciosa sobre este território constatou, que ali dominavam as grandes *plantations*. Em 1832, demonstrou que nesta ilha os cativos perfaziam 86,5% da população, sendo que mais da metade vivia em propriedades com acima de 150 cativos. A Jamaica, em suas configurações demográficas globais, era considerada uma grande *plantation*<sup>363</sup>. Ao compararmos os dados analíticos dos arrolamentos dos senhores de escravos de Baependi com o mesmo tipo de dados para o sul dos Estados Unidos e Jamaica, torna-se claro que a estrutura de posse da região em análise tem algumas similaridades e diferenças com estas distintas sociedades escravistas.

Quanto à proporção de escravos concentrados em unidades acima de 20 cativos, Baependi se assemelha mais com o sul dos Estados Unidos, mas, em relação à quantidade de escravos vivendo em pequenas posses, os dados encontrados em nossa Vila Sul-Mineira diferem do sul norte-americano. Em Baependi, entre os anos de 1820 a 1850, os pequenos senhores (donos de 1 a 5) controlavam apenas 10,9% do contingente de cativos. No mesmo período (1820-1850), no sul norte-americano, as famílias que possuíam em média 8 escravos detinham um terço da população de cativos. Portanto, a dessemelhança entre Baependi e o sul norte-americano não se acentua no topo da estrutura de posse, mas na base deste sistema.

Comparada com a estrutura de posse Jamaicana, Baependi apresenta algumas semelhanças com esta ilha em sua base. Na Jamaica, ao longo da primeira metade dos oitocentos, os senhores com menos de cinco cativos compunham 54% dos proprietários, mas controlavam apenas 4,4% dos escravos. Na região de Baependi 45,4% dos pequenos patriarcas (1 a 5 cativos), controlavam apenas 10,9% dos mancipios. Com relação às propriedades que possuíam acima de 100 escravos, observa-se que eram excepcionais na região, pois representavam 1,2% de senhores, e somente 15,5% dos

---

<sup>362</sup> B. J. Barickman, *Persistence and decline: slave labor and sugar production in the bahian recôncavo, 1850-1888*, JLAS, (1996): 581-633. Este sistema era, essencialmente, aquele que Stuart Schwartz descreveu para o Recôncavo. (SCHWARTZ, 1985, p. 204-211).

<sup>363</sup> SCHWARTZ, Stuart. *Sugar plantations in the formation of Brazilian society Bahia, 1550-1835*, New York, Cambridge University Press, 1985, p. 88.

escravos viviam nestas unidades. Isto evidencia que disseminação da posse cativa se fez mais presente em Baependi do que na Ilha Jamaicana.

No segundo subperíodo, entre os anos de 1850 a 1870, os donos de 1 a 5 escravos diminuíram suas participações no universo senhorial da Vila, registrando uma queda de 8,2%. Este declínio pode estar associado ao fim do tráfico internacional de africanos, que, conseqüentemente, elevou subitamente os preços dos cativos, e fez com que muitos senhores deixassem de frequentar o mercado de escravos. Com este déficit, as unidades concentradoras de escravos tornam-se mais visíveis nos inventariados pesquisados. Tal concentração neste período atingiu seu cume mais elevado.

Flavio Gomes, ao estudar o Rio de Janeiro, percebeu uma concentração de escravos nas mãos de poucos senhores. Segundo o autor, isto se intensificou com o fim do tráfico negreiro de 1850. Estas alterações na estrutura de posse da capital fluminense estão associadas ao súbito aumento do preço dos cativos, o que impediu que muitos fazendeiros e lavradores de porte médio renovassem as suas escravarias<sup>364</sup>.

Hebe Mattos também dará destaque ao fim do tráfico negreiro de 1850 quando, ao analisar o caso do Rio de Janeiro, aponta a extinção do tráfico e o aumento no preço dos cativos, o que não apenas inviabilizou a aquisição de novos escravos pelos antigos senhores, como conseqüentemente os levaram a desfazer parte das suas escravarias quando a escravidão era reproduzida sobre o tráfico interno<sup>365</sup>.

Jonas Vargas, analisando a região de Pelotas entre os anos de 1850 e 1885, indicou que houve um substancial aumento no valor do cativo do ano de 1850 para 1865, período no qual o preço dos escravos entre “15 e 40” anos quase triplicou. Segundo Vargas, o aumento do preço dos cativos teria surgido, principalmente pela “diminuição da oferta desta mercadoria e da corrida de comerciantes para adquirir cativos e revendê-los aos grandes centros agroexportadores do sudeste”. O autor segue argumentando que a elevação do preço dos mancipios após a década de 1850 teria tornado menos acessível sua compra, pelo menos para os pequenos proprietários de Pelotas. Ao cruzar os dados da alta do preço com os da diminuição dos inventários com

---

<sup>364</sup> REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 269.

<sup>365</sup> MATTOS, *Das cores do silêncio...*, op. cit., p. 94.

escravos, o autor percebeu que foi justamente ao longo da segunda metade do XIX que a percentagem desses inventários começou a baixar<sup>366</sup>.

Neste período (1850-1871), um diminuto grupo de senhores, que tiveram o privilégio de possuírem em suas unidades mais de 50 cativos, passou a controlar uma parcela significativa das escravarias. Embora representassem apenas 8,2% dos senhores, possuíam 45,7% dos cativos. Ao *rés do chão* desta estrutura, 7,3% dos municípios estavam nas mãos de senhores que constituíam 43,6% dos plantéis escravistas.

Tal situação confirma a pertinência da periodização proposta e reforça a caracterização do período de 1851 a 1870 como uma fase do desenvolvimento do sistema agrícola local voltado para a produção de alimentos. As profundas alterações na estrutura de posse neste segundo subperíodo em relação ao anterior indicam claramente que foi nesse momento que a economia da região passou por um crescimento, mantendo a agropecuária como principal atividade produtiva. E os avanços destas produções contribuíram para que os grandes senhores de escravos da Vila de Baependi ampliassem os seus plantéis concentrando um maior número de escravos em suas unidades produtivas.

Os dados coligidos pela historiografia para as regiões dedicadas a produção agropecuaristas, confirmam que o maior número de senhores se concentraria na faixa de 1 a 5 escravos e que a maioria dos cativos viveria em plantéis com até 10 escravos<sup>367</sup>. No entanto, estas vinculações têm que ser tomadas mais como tendências do que como verdades absolutas, pois nem sempre todas as ligações previstas se dão. A especificidade do desenvolvimento histórico regional pode às vezes ocasionar estruturas não tão previsíveis. Baependi parece ser um bom exemplo dessa possibilidade. Vejamos.

---

<sup>366</sup> VARGAS, Jonas Moreira. Das charqueadas para os cafezais? O tráfico interprovincial de escravos envolvendo as charqueadas de Pelotas (RS) entre as décadas de 1850 e 1880. In: XAVIER, Regina Célia Lima (org.). *Escravidão e liberdade: temas, problemas e perspectivas em análise*. São Paulo: Alameda, 2012, p. 5-8.

<sup>367</sup> SCHWARTZ, Stuart B. Padrões de propriedade escrava nas Américas: nova evidência para o Brasil. *Estudos Econômicos*. São Paulo, v.13, n.1, jan/abr. 1983. PAIVA, Clotilde A. Minas Gerais no século XIX: aspectos demográficos de alguns núcleos populacionais. In: COSTA, Iraci del Nero da. *Brasil: História econômica e demográfica*. São Paulo: IPE, 1986. \_\_\_\_\_; LIBBY, Douglas Cole & GRIMALDI, Márcia. Crescimento da população escrava: uma questão em aberto. In: *IV SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA*, 1988: CEDEPLAR/FACE-UFMG. LUNA, Francisco Vidal. Minas Gerais: escravos e senhores. São Paulo: IPE, 1981. LIBBY, Douglas Colle. Demografia e escravidão. *LPH: Revista de História*, Mariana, v.3, n.1, 1992.

A primeira destas constatações é perceptível em Baependi, pois mais de 50% das propriedades contava com 1 a 5 cativos, sendo uma das faixas de plantéis que mais ampliava a base social do escravismo na localidade. Quanto à segunda afirmação, a mesma para localidade não se verifica, onde a maioria dos cativos vivia em poucas unidades escravistas que contava com a força de trabalho de mais 20 escravos.

No geral, em todos subperíodos desta pesquisa, os escravos estavam menos presentes nos pequenos plantéis e mais concentrados nas grandes escravarias, porém, este quadro passou por algumas oscilações. Na passagem do primeiro (1820-1850) para o segundo subperíodo (1850-1870) houve uma pequena queda de senhores que detinham de 1 a 5 escravos e o aumento de proprietários que possuíam acima de 20 cativos. Sobre estas alterações ocorridas após fim do tráfico negreiro, a posse escrava na região tendeu a ficar menos desconcentrada e mais concentrada nas mãos de alguns senhores. Esta centralização foi tão acentuada, que apenas 11 senhores na região deterão 45% da população cativa. É provável que esta exacerbada concentração tenha tornado mais hierarquizados e distintos os senhores de Baependi.

Comparando com os dados encontrados para Curitiba, os percentuais de escravos detidos por pequenas unidades escravistas são muito inferiores a Baependi. Nesta região, os senhores donos de 1 a 5 cativos dominavam 60,5% deste contingente. De acordo com Francisco Vidal Luna e Iraci Costa, Curitiba era uma região produtora de alimentos deste do início do século XIX. Nesta localidade não houve nenhuma plantação de cana, açúcar e fumo (produtos de caráter exportador). Além do mais, esta região estava muito distante dos principais eixos econômicos do centro-sul que englobavam fundamentalmente as Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais<sup>368</sup>.

Ao confrontar os nossos dados com a região rural de Magé, região próxima do Rio de Janeiro e fornecedora de farinha de mandioca para esta praça comercial notaremos que nessa localidade a concentração da posse escrava era maior que em Baependi. Entre os anos de 1850 a 1856, Magé tinha 63% dos senhores (1 a 10 cativos) controlando 19% dos escravos, os senhores donos de grandes escravarias (acima de 20), que representavam 17% dos escravistas, concentravam em suas unidades, 58% dos trabalhadores mancipios. A partir destes dados, Antônio Carlos Sampaio Jucá acredita que a estrutura de posse de Magé não se assemelha em nada ao que foi encontrado para

---

<sup>368</sup> LUNA, Francisco Vidal e COSTA, Iraci. Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX, in: *Estudos econômicos*, n° 13, São Paulo, Fipe, 1983, p. 214.

as regiões produtoras de alimentos. O autor classificou essa estrutura como inédita, apresentando um perfil de posse cativa muito mais similar às localidades voltadas para a agro exportação<sup>369</sup>. Nesse sentido, quando o autor compara Magé com as regiões açucareiras do recôncavo baiano, percebe que a referida localidade carioca esteve ligada ao mercado externo durante a segunda metade dos oitocentos<sup>370</sup>.

Ao comparamos Baependi com Magé chega-se a algumas conclusões até certo ponto surpreendentes. O que fez ambas as regiões terem uma estrutura de posse diferente das outras localidades dedicadas à produção de alimentos? A resposta pode estar no desenvolvimento agrário destas áreas. Baependi, como Magé, esteve dedicada a uma economia de subsistência alimentar, porém, ambas possuíam produtos que tiveram inserção em vários mercados do centro-sul brasileiro, como o fumo e os produtos derivados da pecuária (toucinhos). Além disso, a localidade em estudo, mesmo não sendo tão próxima do Rio de Janeiro como é o caso de Magé, desde as primeiras décadas do XIX já tinha suas rotas comerciais interligadas a esta praça carioca.

A produção agropecuarista realizada em Baependi e as rotas comerciais que facilitavam o abastecimento destes produtos nos mercados consumidores do sudeste brasileiro foram importantes para a aquisição de cativos, e os senhores que tiveram capitais empenhados nestas produções conseguiu ao mesmo tempo preservar e aumentar as suas escravarias. Assim, concentravam um contingente expressivo de cativos em suas unidades.

A estrutura de posse, entre os anos de 1871 a 1888, precede o momento definitivo da abolição da escravidão brasileira. Durante este período, os plantéis que possuíam de 1 a 5 cativos continuaram a serem os mais frequentes na região, porém, em todos os subperíodos analisados, nunca chegaram a absorver sequer  $\frac{1}{4}$  da população cativa. Durante as últimas décadas da escravidão, estes pequenos senhores representavam 50,9%, e dominavam 9,5% dos escravos. Com relação às propriedades escravistas de médio porte (6-10 e 11 a 19 escravos), registrou-se uma pequena queda no seu contingente de senhores e cativos. Quanto às unidades que possuíam 20 a 49 cativos, estas, por sua vez, passaram a controlar quase a metade do contingente de mancípios da localidade. Neste grupo havia 24 senhores que detinham 46,7% dos

---

<sup>369</sup> SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá. *Magé na crise do escravismo: sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos*, (Dissertação de Mestrado), UFF, 1994, p. 122-123.

<sup>370</sup> SCHWARTZ, Stuart B. Padrões de propriedade escrava nas Américas: nova evidência para o Brasil. *Estudos Econômicos*. São Paulo, v.13, n.1, jan/abr. 1983.

escravos inventariados, maior índice apresentado por esta faixa de plantel, ao longo de todos os recortes temporais analisados. E em um estágio acima encontramos aqueles patriarcas que controlavam em suas propriedades mais de 50 cativos. Para que estes senhores conseguissem enfrentar as crises da escravidão e chegassem às últimas décadas deste regime ostentando imensas escravarias<sup>371</sup>, foi necessário que fizessem uso de várias estratégias sociais, uma que nos pareceu mais eficaz foi incorporação destes escravos nas relações familiares da casa grande, pois ao envolvê-los nesta rede reciprocidades verticais, os tornavam mais comprometidos com a manutenção destas propriedades. Veremos esta questão com maior profundidade nos próximos capítulos desta tese.

Para melhor compreender as mudanças que correram na estrutura de posse da localidade, em especial nas últimas décadas da escravidão, é necessário que se apresente outros dados. Em primeiro lugar, nota-se que houve um crescimento na população escrava até o ano de 1870, e, a partir daí, ocorreu um decréscimo em seu contingente, registrando uma queda de 25,1%. Em segundo lugar, devemos lembrar que outra característica deste mesmo período foi à diminuição do percentual do investimento feito pela elite baependiense em escravos, sobretudo na década de 1880, aonde este patrimônio produtivo chegou a compor 26,8% das fortunas inventariadas.

Este processo visto nas últimas décadas da escravidão decorre diretamente de uma nova dinâmica imposta ao sistema, de modo que os investimentos em escravos já não se apresentavam tão representativos quanto no período anterior<sup>372</sup>. Conforme exposto no Capítulo 1, o percentual de riqueza alocada em escravos até a década de 1870 foi relevante, atingindo em média 45% a 55% das riquezas inventariadas. Entretanto, devido alguns fatores, entre eles a percepção do fim da escravidão brasileira, a aplicação de recursos em escravos reduziu-se sistematicamente ao longo do tempo.

---

<sup>371</sup> Uma destas escravarias foge dos padrões mineiros levantados por Douglas Cole Libby. Tal plantel pertencia ao Deputado da Província, Doutor Antônio Torquato Forte Junqueira, que possuía no ano de 1882, 119 escravos.

<sup>372</sup> MOTTA, José Flávio. O tráfico de escravos na província de São Paulo: Areias, Silveiras, Guaratinguetá e Casa Branca (1861-1887). Texto para discussão. *Série Economia*. São Paulo: FEA/USP, 21, 2001. VENÂNCIO, Renato Pinto. A riqueza do senhor: crianças escravas em Minas Gerais do século XIX. *Estudos Afro-Asiáticos*, (21):97-108, dez, 1991. VENÂNCIO, Renato Pinto & LIMA, Lana Lage da Gama. Os órfãos da lei: o abandono de crianças negras no Rio de Janeiro após 1871. *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, (15): 24-33, 1988. MARCONDES, Renato L. A propriedade escrava no Vale do Paraíba paulista durante a década de 1870. Texto para Discussão. *Série Economia*. São Paulo: FEA/USP-Ribeirão Preto, 2000.

A partir daí, podemos concluir que as alterações ocorridas na estrutura de posse da região de Baependi possam estar relacionadas a uma diminuição constante e progressiva das grandes propriedades escravistas, e a contínua disseminação das pequenas posses (1-5 cativos) pelo tecido da sociedade. É significativo, a esse respeito, que dos 17 senhores que possuíam acima de 50 escravos, onze tiveram seus inventários abertos, entre os anos de 1850 a 1870. E no subperíodo subsequente (1871-1888) apenas três declararam plantéis com estas dimensões.

Tomando novamente os dados encontrados para Magé, Jucá constatou que nesta região, entre as décadas de 1870 e 1880 havia poucas propriedades com mais de 30 escravos. Por outro lado, o grande número de inventariados com escravos ou sem cativos deixa claro que a posse dos mesmos, tão difundida até o fim do tráfico atlântico, tendeu a se concentrar cada vez mais a partir da abolição deste comércio. De acordo com o autor:

A diferença, portanto, entre Magé e as outras regiões agroexportadoras não estava no fato em si da existência de um processo de concentração da propriedade escravista, que seria comum a ambas, e sim em que esta concentração tenha se dado, em Magé, nos pequenos plantéis e nas outras regiões nos grandes plantéis<sup>373</sup>.

Nota-se, no que toca à disseminação da posse cativa nos momentos finais da escravidão, Baependi se assemelha a Magé. Ambas as localidades apresentam resultados parecidos, mas a diferença consiste na concentração da posse. Em Baependi, entre os anos de 1871 a 1888, quase a metade da população cativa continuava residindo nas grandes unidades produtivas (acima de 20 escravos). Na região de Magé no mesmo período, a maioria dos escravos vivia em pequenos planteis onde havia de 1 a 5 mancipios.

A chave de explicação para entendermos esta diferença na estrutura de posse das distintas regiões encontra-se no desenvolvido dos seus respectivos sistemas agrário. Apesar de estarmos examinando uma documentação (os inventários *post-mortem*) que não abarque a totalidade da sociedade, tal fonte nos mostrou que uma determinada elite escravista da Vila de Baependi conseguiu preservar os seus patrimônios ao longo tempo, tendo, assim, melhores condições de concentrar em sua propriedade um expressivo contingente de cativos.

---

<sup>373</sup> SAMPAIO JUCÀ, *Magé na crise do escravismo*, op. cit., p.131.

Tomando como base os dados sobre a estrutura de posse revelada pelos inventários até aqui, podemos concluir que posse escrava oscilou em dois eixos: esteve disseminada entre os senhores que possuíam poucos cativos (1 a 5), e concentrada, nas mãos de poucos patriarcas donos de grandes escravarias (acima de 20). Porém, a desconcentração da posse escrava se mostrou, ao longo do período analisado, mais regular. Assim, compreende-se que os pequenos senhores foram predominantes, demonstrando que a continuidade da escravidão em Baependi não era do interesse somente dos grandes fazendeiros locais, mas também de modestos senhores situados nos extratos econômicos mais baixos da sociedade<sup>374</sup>. Quando cruzarmos as informações dos inventários com os assentos de batismo, veremos com maior clareza esta ampliação da escravidão na região.

### **Estrutura de posse e demografia escrava.**

Outras variáveis, como as concentrações de homens, mulheres, africanos e crioulos, podem nos ajudar a refletir sobre a estrutura escravista da região de Baependi. Em todo o período abordado, a proporção entre a quantidade de homens e mulheres se caracterizou por um relativo desequilíbrio.

---

<sup>374</sup> MARCELO, op. cit., p. 220.

**Tabela 1: Distribuição de homens e mulheres escravos (as) nos distintos tamanhos de plantéis escravistas da Vila de Baependi, 1820-1888 (\*por subperíodos).**

1820-1850					
Sexo	1 a 5 cativos	6 a 10 cativos	11 a 19 cativos	20 a 40 cativo	+ de 50 cativos
<i>Homens</i>	60,6%	58,3%	57,9%	68,3%	64,2%
<i>Mulheres</i>	39,4%	41,4%	42,1%	31,7%	35,8%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
1851-1870					
Sexo	1 a 5 cativos	6 a 10 cativos	11 a 19 cativos	20 a 40 cativo	+ de 50 cativos
<i>Homens</i>	57,0%	55,8%	62,8%	63,5%	61,3%
<i>Mulheres</i>	43,0%	44,2%	37,2%	36,5%	38,7%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
1871-1888					
Sexo	1 a 5 cativos	6 a 10 cativos	11 a 19 cativos	20 a 40 cativo	+ de 50 cativos
<i>Homens</i>	50,6%	55,9%	57,8%	62,3%	47,5
<i>Mulheres</i>	49,4%	44,1%	46,2%	37,7%	52,5
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

**Fonte:** Inventários *post-mortem* da Vila de Santa Maria do Baependi, 1820-1888. Depositados no Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) de São João del Rei.

A flutuação da masculinidade pelos três subperíodos examinados levanta o primeiro indício de que o quadro demográfico que se irá descortinar escondia uma dinâmica própria da região sobre análise. À primeira vista, nenhuma surpresa<sup>375</sup>. No

<sup>375</sup> Nenhuma novidade para os trabalhos referentes à escravidão, que mostram que as regiões estavam diretamente ou indiretamente ligadas ao comércio de almas africanas, ver: FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, c.1790 - c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. \_\_\_\_\_. *Em costas negras. uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo

primeiro recorte em tela, que se estende entre os anos de 1820 a 1850, era constante o desequilíbrio sexual entre os cativos no interior das propriedades de todos tamanhos. Considerando todos os escravos que foram inventariados neste período, os homens representavam 63%, ou seja, quase 2/3 da população de mancípios.

Nas listas nominativas do termo de Baependi<sup>376</sup>, elaboradas na década de 1830, os cativos apresentaram um percentual de masculinidade menor do que foi encontrado nos inventários *post-mortem*, com uma porcentagem 59,7%<sup>377</sup>. Apesar desta variação, a presença de cativos do sexo masculino no termo de Baependi é bastante expressiva. Como veremos a seguir, este perfil está de acordo com a maior presença de africanos nos distintos tamanhos de plantéis, pois, os africanos eram a fonte de maior desequilíbrio entre homens e mulheres. Por este lado, a desproporção entre os sexos vista nas escravarias da Vila de Baependi revela uma tendência no que diz respeito aos escravos provenientes do continente africano. O predomínio de cativos do sexo masculino derivava não apenas da preferência dos senhores, mas igualmente da redenção de mulheres pelas sociedades africanas, em virtude da sua capacidade produtivas e reprodutivas<sup>378</sup>.

No que concerne às taxas de masculinidade nos respectivos plantéis escravistas, nota-se que na primeira metade dos oitocentos, os índices de masculinidade eram maiores nas pequenas e grandes escravarias, indicando a proximidade destas propriedades com o comércio de almas africanas, pois umas das características básicas do tráfico negreiro, é que ele era essencialmente masculino<sup>379</sup>.

---

Nacional, 1997. FRAGOSO, João. *Sistema Agrários em Paraíba do Sul: 1659-1920*. Rio de Janeiro: PPGH/UFRJ, 1982.\_\_\_\_\_. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. SCHWARTZ, Stuart B. Padrões de propriedade de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil. *Estudos Econômicos*. Vol. 13, Nº 1, pp.256-287, jan-abr., 1983.\_\_\_\_\_. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

<sup>376</sup> Gostaríamos de lembrar que não temos listas nominativas para a Vila de Baependi, estamos trabalhando com os dados das listas de habitantes referentes às Freguesias e distritos que compunham o termo da Vila.

<sup>377</sup> Listas Nominativas da década de 1830. CEDEPLAR-UFMG. Coord. Clotilde A. Paiva. Original: Arquivo Público Mineiro.

<sup>378</sup> KLEIN, Herbert S. A experiência afro-americana numa perspectiva comparativa: a situação atual do debate sobre a escravidão nas Américas. *Afro-Ásia*, Salvador, nº. 45, pp. 95-121, jan./jun. de 2012. p.53.

<sup>379</sup> Afirmação feita por Manolo Florentino ao constatar em sua pesquisa de doutoramento uma expressiva quantidade de homens sobre a de mulheres nos mercados de escravos no Valongo. Ver; FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

Para a cidade do Rio de Janeiro, na primeira metade do XIX, Manolo Florentino e José Roberto Góes encontraram altas taxas de masculinidade para os pequenos plantéis. De acordo com os autores, isto não se deve a uma maior compra de africanos homens, mas sim, a perda de mulheres (africanas e crioulas) para grandes unidades produtoras, que buscaram viabilizar a maximização dos potenciais internos da reprodução natural das suas escravarias. Segundo Manolo e Góes, isto esclarece a queda relativa de homens nos grandes plantéis escravistas<sup>380</sup>.

Em “*Uma lógica demográfica elástica*”, artigo publicado no ano de 2011, (15 anos depois de *Paz na Senzala*) Manolo Florentino retoma esta questão e salienta que a incorporação de mulheres pelas grandes unidades escravistas era uma maneira dos senhores brasileiros se prepararem para um eventual término oficial do fluxo de africanos previsto na lei anti-tráfico entre Brasil e Inglaterra. Desta forma, o autor alega que o impacto desta lei na escravidão brasileira diminuiu o desequilíbrio sexual entre os cativos das *plantantios* fluminenses<sup>381</sup>.

Neste período, acreditamos que em Baependi uma significativa quantidade de mulheres que pertenciam às pequenas posses tenha sido transferida para as grandes unidades, porém, durante as décadas de ilegalidade do tráfico atlântico, estas volumosas propriedades continuavam a receber escravos vindos deste comércio demonstrando altas taxas de masculinidade. Portanto, como podem ver, estes dados diferem do que foi encontrado nas *plantations* fluminenses.

Os motivos que levaram os senhores de Baependi a continuarem importando escravos africanos durante o período de ilegalidade do tráfico negreiro, concerne no fato da região encontrar-se ainda em fase de montagem do seu sistema agrário – para a instalação destas atividades produtivas foi necessário que muitos plantéis escravistas contassem com uma ampla mão de obra cativa vinda deste comércio, pois a força de trabalho advinda da reprodução natural não daria conta desta demanda.

No segundo subperíodo, que tem como marco inicial o fim do tráfico atlântico de africanos, os plantéis com até 10 cativos apresentaram um menor desequilíbrio entre os sexos. Esta queda na taxa de masculinidade pode ter sido ocasionada pela explosão dos preços dos escravos após a década de 1850, o que, por certo, afastou ainda os pequenos produtores do acesso à condição senhorial. Tal dado se confirma ao

---

<sup>380</sup> FLORENTINO; GÓES. *Paz na Senzala*, op. cit. p. 67.

<sup>381</sup> FLORENTINO, Manolo. Uma lógica demográfica elástica: o abolicionismo britânico e a plantation escravista no Brasil. *Colômbia: Historia Crítica*, número. 47, pp. 139-159, mai-ago. 2012.

relembrarmos que no tópico anterior deste capítulo vimos que, entre os anos de 1851 a 1870, nas pequenas faixas de plantéis, houve uma redução no número de senhores e escravos. É provável que este déficit esteja coligado com as mudanças ocorridas neste período. Por outro lado, nas grandes escravarias (acima de 20 escravos), a quantidade superior de homens mantinha-se com elevado índice, o que revela que estas unidades produtivas estavam em conexão com o mercado inter-regional e província de cativos.

No último recorte desta pesquisa, a taxa geral de masculinidade estava mais propensa ao equilíbrio sexual, tanto que, neste período, registramos a primeira faixa de plantel onde as mulheres eram numericamente superiores aos homens. Este dado foi observado para os planteis que possuíam acima de 50 cativos, provavelmente o potencial reprodutivo destas cativas tenha contribuído para a renovação destes plantéis. Estas propriedades apresentaram uma taxa de feminilidade de 52,7%.

Dentre as faixas de plantéis pesquisadas, entre os anos de 1871 a 1888, as únicas que continuaram mantendo um alto padrão de masculinidade foram as que possuíam de 20 a 49 cativos. Como já dissemos estas escravarias, por absorver um elevado número de escravos, foram as que tornaram a posse cativa na região mais concentradora. Ao deter uma parcela significativa da população escrava local, impedia que outros patriarcas chegassem a tal nível, e, assim, contribuía para que muitos senhores da localidade detivessem poucos escravos.

Ao constatar um diminuto grupo de senhores que conseguiram preservar e ampliar as suas escravarias, podemos afirmar, que estes homens representavam uma elite senhorial que fortaleceu os seus *etos* de elite escravista como uma forma de reproduzir a escravidão como meio de reiterar a diferença com os seus pares<sup>382</sup>.

No que confere o índice de crioulos e africanos nos plantéis escravistas da Vila Baependi, é importante frisar ao leitor que nem todos os escravos tiveram suas origens anotadas pelos escrivães: dos 5.152 cativos arrolados nos processos, 2.921 (56,6%) tiveram estes dados mencionados. Destes, 1.871 eram crioulos e 1.050 africanos.

Com relação aos africanos, na medida em que o tráfico negreiro ia se intensificando, suas procedências eram mais especificadas. Com o fim deste comércio de almas, a tendência era que ficassem mais homogêneos, e a maioria dos cativos vindos da África eram classificados como “de nação”. O número de procedências reconhecidas foram 435, sendo que 330 foram registradas como da África Central

---

<sup>382</sup> FINLEY, Moses. *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

(Angola, Congo, Rebolo, Cabinda, Cassange, Benguela e Monjolo) e 17 da África Ocidental (Mina e Guine), e África Oriental (todos de Moçambique). Os escravos inventariados designados pelos escrivães como africanos, da Costa e de Nação, aparecem com mais frequência entre os anos de 1850 a 1888, somando 615 mancípios. As listas nominativas da década de 1830, dos Distritos e Freguesias que estavam sobre a administração do Termo de Baependi, não especificaram as origens dos africanos. Nestas fontes censitárias todos foram recenseados como africano-pretos.

No que diz respeito aos cativos nascidos no Brasil, estamos considerando todos aqueles descritos como “crioulos”, “pardos”, “mulatos”, “cabras” e escravos com até 7 anos ou menos. É importante pontuar que, em alguns inventários abertos durante a segunda metade dos oitocentos, foram mencionadas as procedências regionais dos escravos crioulos. Encontramos pequenos e grandes plantéis que detinham em suas unidades cativos oriundos de outras regiões do Império Brasileiro. Foi o caso, por exemplo, do pequeno plantel do tropeiro, lavrador e pardo, Leopoldino Leandro da Cruz, que era senhor de dois cativos: os pretos Polônio, de 12 anos de idade e bom pajem, e José de 18 anos, bom roceiro. Estes vieram da cidade de São José do Rio Preto da Província de São Paulo. O plantel em questão foi arrolado em 1885 e, a tirarmos pelas idades dos escravos, não há dúvidas de que os mesmos foram incorporados a esta propriedade em algum momento da segunda metade do século XIX, quando o tráfico atlântico já se encontrava proibido no Brasil<sup>383</sup>.

No ano de 1885 foi aberto o inventário de Dona Ana Francisca de Jesus, esposa do Capitão Joaquim Alves Taveira Pinto. Neste processo foram arrolados 38 escravos, destes, oito procediam de outras regiões brasileiras, sendo 2 da Bahia, 2 de Angra dos Reis (RJ), 1 de Barra Mansa (RJ), 1 de Pernambuco e 1 do Maranhão. Em média, a faixa etária destes cativos era 15 a 30 anos, e, provavelmente, estes também foram adquiridos no tráfico interprovincial de cativos. Esclarecidos alguns pontos, passamos aos dados que serão examinados.

---

<sup>383</sup> SLENES, Robert W. *The Demography and Economics of Brazilian Slavery, 1850-1888*. PhD. Dissertation (History) – Department of History, Stanford University, 1976, p. 610.

**Quadro - 2: Distribuições de cativos crioulos e africanos nos plantéis escravistas da Vila de Baependi, 1820-1888 (\*Subperíodos).**

<b>1820-1850</b>				
Plantéis escravistas	Crioulos		Africanos	
	Nº	%	Nº	%
1 a 5 cativos	67	9,1	50	9,1
6 a 10 cativos	111	15,1	65	11,7
11 a 19 cativos	173	23,6	113	20,3
20 a 49 cativos	221	30,5	164	29,5
+ 50 cativos	159	21,7	163	29,3
<b>Total</b>	<b>731</b>	<b>100,0</b>	<b>555</b>	<b>100,0</b>
<b>1851-1870</b>				
Plantéis escravistas	Crioulos		Africanos	
	Nº	%	Nº	%
1 a 5 cativos	64	8,8	29	7,1
6 a 10 cativos	119	16,4	29	7,1
11 a 19 cativos	83	11,4	43	10,6
20 a 49 cativos	243	33,6	81	20,1
+ 50 cativos	213	29,8	223	55,1
<b>Total</b>	<b>722</b>	<b>100</b>	<b>405</b>	<b>100</b>
<b>1871-1888</b>				
Plantéis escravistas	Crioulos		Africanos	
	Nº	%	Nº	%
1 a 5 cativos	46	10,8	1	1,1
6 a 10 cativos	65	15,3	7	7,8
11 a 19 cativos	74	17,4	16	17,9
20 a 49 cativos	199	47,1	57	64,1
+ 50 cativos	39	9,4	8	8,9
<b>Total</b>	<b>423</b>	<b>100</b>	<b>89</b>	<b>100</b>

Fonte: Idem

Tomando como base a presença de crioulos e africanos em todos os recortes temporais desta pesquisa, percebe-se que a escravidão na região eram relativamente mais crioulistas, porém, os senhores de Baependi não estiveram desconexos do tráfico oceânico de africanos.

No primeiro recorte (1820-1850), a proporção de africanos na Vila era impulsionada, principalmente, por grandes senhores, especialmente aqueles que possuíam acima de 50 cativos, assim, notam-se que o processo de africanização nas escravarias baependienses se deu no topo da estrutura de posse, ou seja, entre aqueles poucos senhores, que tiveram o privilégio de frequentar com mais força o mercado de escravos africanos. Diante disto, é muito provável que o envolvimento direto com o comércio atlântico tenha conferido a estes senhores algum prestígio social perante aos demais senhores da região.

Na outra extremidade, os senhores que possuíam de 1 a 5 cativos também detiveram uma quantidade expressiva de africanos, com um percentual de 42,7%. Em proporções, as pequenas unidades escravistas foram a segunda faixa de tamanho de plantéis a apresentar porcentagens significativas de escravos procedentes da África.

Pelo exposto, o perfil da naturalidade escrava na Vila de Baependi, entre os anos 1820 a 1850, dependeu mais dos pequenos e grandes plantéis do que dos médios. Na segunda metade dos oitocentos, especialmente, entre os anos de 1850 a 1870, ocorreram mudanças. Durante esta fase, as pequenas posses mantiveram quase intactas o seu contingente de crioulos, mas por outro lado, assistiram à redução de africanos em suas propriedades. Isto, de certa forma, reforça o que encontramos no tópico anterior (ver Quadro 2). A explosão dos preços dos cativos após o fim do tráfico atlântico de almas africanas afastou muitos senhores pobres do acesso ao mercado de escravos<sup>384</sup>.

Neste segundo subperíodo (1850-1870), os senhores que possuíam acima de 50 cativos ainda mantiveram em suas escravarias mais africanos do que crioulos. Também notem-se que a presença de escravos africanos nestas propriedades escravistas passou por um aumento na passagem da primeira para a segunda metade dos oitocentos. Certamente estes além-mares eram remanescentes das últimas décadas do funcionamento do comércio oceânico de cativos.

---

<sup>384</sup> Manolo e Góes constaram a perda de escravos por pequenos senhores na última etapa de legalidade do tráfico de africanos. Ver; Manolo e Góes, *Paz na Senzala*, op. Cit., p.67.

Os médios plantéis escravistas tiveram o seu quadro de crioulos e africanos reduzidos, enquanto as propriedades que possuía de 20 a 49 cativos – consideradas nesta pesquisa também como grandes escravarias – viram uma redução de cativos vindos da África. Mas, por outro lado, foram as propriedades que apresentaram o maior número de escravos crioulos neste período (1851-1870). Acreditamos que parte destes mancipios nativos tenha sido adquirida no mercado interprovincial ou fruto de uma reprodução natural.

Helen Osório interpretou a presença superior dos crioulos em algumas fazendas rio-grandenses como sendo resultado da importação de escravos adultos nascidos em outras regiões brasileiras. Chegou a essa conclusão devido à observação que fez do elevado predomínio de indivíduos do sexo masculino entre esses grupos, na faixa de 66%, o que a levou a considerar que:

Esta taxa de crioulos do sexo masculino provavelmente indique que a sua presença no conjunto da população escrava **não deva à reprodução dos cativos** no Rio Grande, mas a compra de escravos crioulos via tráfico interno. Grifo nossos<sup>385</sup>. (grifo nosso).

Luiz Farinatti, ao examinar a população cativa da região de Alegrete do Rio Grande do Sul, verificou o predomínio de crioulos, na ordem de 60% frente a 40% dos africanos. O autor concorda que uma parte destes escravos nascidos no Brasil seja oriunda do mercado interprovincial, mas alerta, diferentemente de Osório, que não se deve minimizar demasiadamente a influência da reprodução endógena dos plantéis<sup>386</sup>.

Mônica Ribeiro de Oliveira, estudando a Zona da Mata mineira, demonstrou que o contingente de africanos se elevou na segunda metade do XIX. De acordo com a autora, estes dados são reveladores ao demonstrar que a implantação de um sistema agrícola exportador na Mata Mineira teria contado em grande parte com a compra de africanos no mercado para sua montagem. Mas a grande presença de cativos advindos da África, “não foi suficiente para explicitar a formação e a composição dos planteis

---

<sup>385</sup> OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América*. Rio Grande de São Pedro, 1737-1822. Niterói, Curso Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense. (tese de doutoramento). 1999.

<sup>386</sup> FARINATTI, Luís Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2007. (Tese de Doutorado).

escravistas, que estavam, certamente, condicionados a outros fatores, tais como tráfico intraprovincial ou mesmo a reprodução natural”<sup>387</sup>.

Como vimos na região em estudos, o elevado número de crioulos não implica dizer que a região de Baependi, ao longo do XIX, não participasse ativamente do tráfico negreiro, uma vez que dos 1.050 africanos identificados nas fontes, ou seja, 20,3% dos escravos dos 5.152 cativos inventariados entre 1820 a 1888, não deixam de representar uma parcela importante dessa população. Por outro lado, 1.871 crioulos que tiveram suas origens identificadas também não deixam de ser um forte argumento de que, aparentemente, convivia-se, ao mesmo tempo, com alternativas de reprodução natural, além, é claro, do comércio de escravos não africanos de outras regiões brasileiras.

No último recorte, compreendido entre os anos de 1871 a 1888, os africanos quase desaparecem das propriedades escravistas inventariadas. As únicas posses a sustentar uma relativa quantidade de além-mares, foram aquelas que possuíam de 20 a 49 cativos. A queda no número de africanos na região também pode ser observada no Censo Imperial do ano de 1872. Neste ano, os africanos em Baependi representavam apenas 10,9% dos indivíduos presos ao cativo, confirmando a tendência observada pelos inventários. Isto estaria claramente vinculado ao término efetivo do tráfico de escravos, em 1850, e, portanto, a diminuição de entrada de africanos. Além disso, estes poucos além-mares remanescentes deste comércio negreiro envelheceram, restando nas últimas décadas (1871-1888) um diminuto grupo de cativos procedentes da África. De qualquer modo, é inegável que a presença de africanos até este momento é um forte indício que a região recorreu amplamente ao tráfico atlântico de escravos. Feitas estas ponderações, passemos para o Quadro 3.

---

<sup>387</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de Famílias*. Mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1870. Bauru: Edusc; Juiz de Fora: Funalfa, 2005, pp. 72 e 124.

**Quadro - 3:** Distribuição de homens e mulheres crioulo e africanos nos plantéis escravistas da Vila de Baependi, 1820-1888 (\* por Subperíodo).

1820-1850						
	CRIoulos			AFRICANOS		
Sexo	Homens	Mulheres	H	Homens	Mulheres	H
Plantéis Escravistas	Nº	Nº	%	Nº	Nº	%
1-5 cativos	29	23	55,7	33	9	78,5
6-10 cativos	44	43	50,5	42	14	75,0
11-19 cativos	42	39	51,8	68	30	69,3
20-49 cativos	104	53	62,2	114	29	79,7
50 cativos	85	68	55,5	118	26	81,9
<b>Total</b>	<b>304</b>	<b>226</b>	<b>57,3</b>	<b>375</b>	<b>108</b>	<b>77,6</b>
1851-1870						
	CRIoulos			AFRICANOS		
Sexo	Homens	Mulheres	H	Homens	Mulheres	H
Plantéis Escravistas	Nº	Nº	%	Nº	Nº	%
1-5 cativos	38	17	69,0	12	4	75,0
6-10 cativos	74	44	62,7	22	3	88,0
11-19 cativos	49	32	60,4	29	10	59,1
20-49 cativos	105	51	67,3	48	11	81,3
50 cativos	103	58	63,9	100	27	78,7
<b>Total</b>	<b>369</b>	<b>202</b>	<b>64,6</b>	<b>211</b>	<b>55</b>	<b>79,3</b>
1871-1888						
	CRIoulos			AFRICANOS		
Sexo	Homens	Mulheres	H	Homens	Mulheres	H
Plantéis Escravistas	Nº	Nº	%	Nº	Nº	%
1-5 cativos	17	24	41,4	-	1	-
6-10 cativos	36	29	55,3	3	3	50,0
11-19 cativos	48	28	63,1	9	6	60,0
20-49 cativos	109	84	56,4	37	14	72,5
50 cativos	26	17	60,4	5	2	71,4
<b>Total</b>	<b>236</b>	<b>182</b>	<b>56,4</b>	<b>54</b>	<b>26</b>	<b>67,5</b>

**Fonte:** Inventários *post-mortem* da Vila de Santa Maria do Baependi, 1820-1888. Depositados no Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) de São João del Rei. **H%:** Percentuais de homens sobre mulheres.

E um primeiro olhar, percebermos que o desequilíbrio sexual no cativo era mais constante entre os africanos do que os crioulos. Este padrão repetia-se, com diferentes gradações, em praticamente todas as faixas de plantéis. Para efeito de análise, explicaremos como ocorreu a dinâmica deste processo nos distintos subperíodos.

Na primeira metade do oitocentos em Baependi, vimos uma supremacia numérica de mulheres crioulas sobre as africanas. Isto fez com que as escravas nascidas no Brasil apresentassem maior equilíbrio sexual, porém, estes dados não isentam a região de ter as suas escravarias renovadas e ampliadas pelo comércio de almas africanas.

O que queremos dizer é que este crescimento vegetativo não desvinculou a região de Baependi do trato negreiro, pois temos dados que confirmam esta articulação. O primeiro dado consiste no maior número de africanos homens sobre os crioulos do mesmo sexo. O segundo concerne na elevada razão de masculinidade dos além-mares, apresentando um índice de 342,2, ou seja, mais de três homens africanos para cada mulher da mesma origem.

Estes dados encontrados para Baependi na primeira metade do XIX assemelha-se com o que Manolo Florentino constatou para a cidade do Rio de Janeiro na década de 1820. Havia três africanos para cada mulher. Esta área pesquisada pelo autor tinha boa parte das suas produções destinadas para atender o mercado internacional, configurando-se ao longo do XIX como o principal porto escravista do continente americano<sup>388</sup>.

Como já salientamos, a Vila de Baependi ao longo do século XIX esteve voltada para abastecimento do mercado interno, porém, havia algumas produções que atendiam às demandas de um mercado externo, uma delas era o cultivo do fumo. Por ter sido produzido em larga escala na região, supria várias praças comerciais brasileiras e estrangeiras. Assim, a produção deste gênero permitiu que muitos senhores da localidade circulassem por vários mercados, em especial a do Rio de Janeiro, no qual tiveram acesso à mão de obra advinda do tráfico atlântico de escravos.

A exemplo disto, temos o já mencionado Capitão Miguel Pereira da Silva, morador no termo de Baependi, no Arraial do Pouso Alto, que no início da década de 1830 foi reconhecido no Sul de Minas como o maior exportador de fumo. Em 24 viagens pela rota de Picu<sup>389</sup>, enviou para a praça mercantil do Rio de Janeiro 12.040 arrobas de fumo. Ao comercializar toda esta produção, trouxe desta cidade 188 cativos.

---

<sup>388</sup> Manolo & Góes, Paz na Senzala, op. cit., p. 78-90.

<sup>389</sup> Fonte: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, IX, II, MarJun/1904, p.656.

Este volume de escravos adquiridos lhe tornou conhecido como o maior traficante negreiro do Sul de Minas Gerais<sup>390</sup>.

Além do Capitão Miguel Pereira, outros senhores produtores de fumo na região conseguiram importar uma quantidade significativa de cativos procedentes do porto carioca<sup>391</sup>. Depreende-se, portanto, que a produção de fumo na região foi de suma importância para importação de cativos vindos do comércio de almas atlânticas.

No segundo recorte, entre os anos de 1851 a 1870, as taxas de masculinidade de crioulos e africanos se elevavam. A resposta para a razão deste aumento consiste na queda numérica de mulheres nos respectivos grupos de origem. Porém, é importante frisar que o desequilíbrio sexual esteve mais propenso entre os africanos do que entre os crioulos. Como podem ver, neste período marcado pelo fim do tráfico negreiro havia uma proporção de quatro homens africanos para cada mulher da mesma procedência continental. Este dado confirma a lógica da demografia do tráfico: a opção dos senhores pela compra de africanos adultos jovens do sexo masculino.

Ricardo Salles, analisando a região de Vassoura no século XIX, observou que com o fim do comércio negreiro de 1850, iniciou-se, como era de se esperar, a presença massiva de crioulos espalhados pelas propriedades da região, representando em média,

53,98% dos cativos. De acordo com o autor, a série com os dados dos inventários mostra que somente em 1859 os nativos superaram os africanos. Em 1864, os crioulos voltaram a crescer, com um percentual de 50,58% contra 49,42% de africanos. Só que desta vez, de forma permanente e crescente até a última década da escravidão (1880).<sup>392</sup>.

Em nosso caso, os inventários *post-mortem* abertos após a extinção do tráfico internacional de escravos, pós 1850, apontam uma alteração na proporção entre crioulos e africanos. A partir deste momento, os nascidos no Brasil apresentaram um percentual de 68,2% contra 31,8% dos cativos que vieram da África. Este crescimento se deve ao processo de reprodução natural que estava em curso na região desde da primeira metade do século XIX.

---

<sup>390</sup> Em um dos inventários desta pesquisa, encontramos os bens inventariados da esposa do Capitão Miguel Pereira da Silva, Dona Isabel Maria do Espírito Santo, cujos bens em 1855 totalizaram 442 contos de réis, com 259 cativos. Inventários *post-mortem* da Vila de Santa Maria do Baependi, 1820-1888. Depositados no Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) de São João del Rei. Inventariado de Dona Isabel Maria do Espírito Santo, Ano: 1855 cx.43.

<sup>391</sup> Seu irmão, seu filho e seu genro, juntos, importaram outros 130 cativos. Era sogro do Capitão Francisco Theodoro da Silva, por sua vez também proprietário-tropeiro na rota do Picu, exportador de tabaco (4.202 arroba) e importador de escravos (41 cativos), e futuro Barão de Pouso Alto.

<sup>392</sup> SALLES, Ricardo. *E o vale era o escravo*. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 181-184.

Porém, a abolição definitiva do tráfico atlântico de escravos em 1850 não ofuscou a presença de africanos na região. Apesar de serem superados pelos crioulos, não deixaram de ter uma atuação marcante em Baependi até a década de 1860, pois estes escravos vindos África ainda desempenhavam um papel muito importante nas propriedades escravistas e nas relações sociais como um todo entre senhores e escravos. No último recorte temporal (1871-1888), as faixas de plantéis escravistas apresentaram menor desequilíbrio no sexo dos cativos, isto ocorreu devido o declínio observado nas taxas de masculinidade e africanização das propriedades cativas. Este déficit parece indicar que a região diminuiu a sua capacidade de importar, passando a depender mais da reprodução natural. Veremos este dado com maior detalhe nos quadros abaixo..

**Quadro 4 :** Plantéis escravistas, faixa etária e naturalidade entre homens e mulheres *crioulos*, Baependi – 1820-1888 (\*por subperíodo).

1820-1850												
Planteis Escravistas	Homens						Mulheres					
	Crianças	%	Adultos	%	Idosos	%	Crianças	%	Adultos	%	Idosos	%
1-5cativos	11	6,4	14	8,8	5	19,2	3	2,9	15	14,8	5	20
6-10cativos	21	12,2	22	13,9	1	3,8	27	26,7	12	11,8	4	16
11-19cativos	35	20,4	31	19,6	6	23,1	6	5,9	26	25,7	7	28
20-49cativos	60	35,3	54	34,1	10	38,4	26	25,7	24	23,7	4	16
50cativos	44	25,7	37	23,4	4	15,3	39	38,6	24	23,7	5	20
<b>Total</b>	<b>171</b>	<b>100</b>	<b>158</b>	<b>100</b>	<b>26</b>	<b>100</b>	<b>101</b>	<b>100</b>	<b>101</b>	<b>100</b>	<b>25</b>	<b>100</b>
1850-1870												
Planteis Escravistas	Homens						Mulheres					
	Crianças	%	Adultos	%	Idosos	%	Crianças	%	Adultos	%	Idosos	%
1-5cativos	8	7,2	25	12,9	4	4,2	6	7,5	11	10,7		
6-10cativos	24	21,6	26	13,4	54	55,1	17	21,5	20	19,6	7	33,3
11-19cativos	11	9,9	25	12,9	13	13,2	7	8,8	19	18,6	6	28,5
20-49cativos	35	31,5	63	32,6	11	11,2	28	35,4	22	21,5	1	4,7
50cativos	33	29,7	54	27,9	16	16,3	21	26,5	30	29,4	7	33,3
<b>Total</b>	<b>111</b>	<b>100</b>	<b>193</b>	<b>100</b>	<b>98</b>	<b>100</b>	<b>79</b>	<b>100</b>	<b>102</b>	<b>100</b>	<b>21</b>	<b>100</b>
1871-1888												
Planteis Escravistas	Homens						Mulheres					
	Crianças	%	Adultos	%	Idosos	%	Crianças	%	Adultos	%	Idosos	%
1-5cativos	4	11,1	12	8,1	1	1,8	5	10,8	19	21,8		
6-10cativos	3	8,3	25	16,8	9	16,9	3	6,5	18	20,6	8	20,5
11-19cativos	6	16,6	32	21,6	10	18,8	8	17,3	12	13,7	8	20,5
20-49cativos	20	55,5	66	44,5	23	43,3	25	54,3	31	35,6	18	46,1
50cativos	3	8,3	13	8,7	10	18,8	5	10,8	7	8	5	12,8
<b>Total</b>	<b>36</b>	<b>100</b>	<b>148</b>	<b>100</b>	<b>53</b>	<b>100</b>	<b>46</b>	<b>100</b>	<b>87</b>	<b>100</b>	<b>39</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Inventários *post-mortem* da Vila de Santa Maria do Baependi, 1820-1888. Depositados no Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) de São João del Rei.

**Quadro 5 : Planteis escravistas, faixa etária e naturalidade entre homens e mulheres africanos, Baependi – 1820-1888 (\*por subperíodo).**

<b>1820-1850</b>												
Planteis Escravistas	Homens						Mulheres					
	Crianças (1-13)	%	Adultos (14-40)	%	Idosos (>40)	%	Crianças (1-13)	%	Adultos (14-40)	%	Idosos (>40)	%
1-5 escravos	2	50	20	6,6	11	15,4	-	-	7	8,5	2	10,0
6-10 cativos	0	-	33	11,1	9	12,6	-	-	10	12,1	4	20,0
11-19 cativos	0	-	60	20,1	8	11,2	-	-	28	34,1	2	10,0
20-49 cativos	0	-	97	32,2	15	21,1	6	-	21	25,6	2	10,0
50 cativos	2	50	90	30	28	39,4	-	-	16	19,5	10	50,0
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>100</b>	<b>300</b>	<b>100</b>	<b>71</b>	<b>100</b>	<b>6</b>	<b>-</b>	<b>82</b>	<b>100</b>	<b>20</b>	<b>100</b>
<b>1850-1870</b>												
Planteis Escravistas	Homens						Mulheres					
	Crianças (1-13)	%	Adultos (14-40)	%	Idosos ( >40)	%	Crianças (1-13)	%	Adultos (14-40)	%	Idosos ( >40)	%
1-5 cativos	-		11	11,2	1	0,9	-	-	2	9,5	2	9,5
6-10 cativos	-		10	10,2	12	10,8	-	-	1	4,7	1	4,7
11-19 cativos	1	50	10	10,2	18	16,2	-	-	5	23,8	5	23,8
20-49 cativos	1	50	16	16,3	31	27,9	-	-	5	23,8	5	23,8
50 cativos	-		52	52,1	49	44,1	-	-	8	38	8	38
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>100</b>	<b>98</b>	<b>100</b>	<b>111</b>	<b>100</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>21</b>	<b>100</b>	<b>21</b>	<b>100</b>
<b>1871-1888</b>												
Planteis Escravistas	Homens						Mulheres					
	Crianças (1-13)	%	Adultos (14-40)	%	Idosos ( >40)	%	Crianças (1-13)	%	Adultos (14-40)	%	Idosos ( >40)	%
1-5 cativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4,1
6-10 cativos	-	-	-	-	3	6,2	-	-	1	50	2	8,2
11-19 cativos	-	-	1	12,1	8	16,6	-	-	-	-	6	25,4
20-49 cativos	-	-	6	75	33	68,7	-	-	1	50	13	54,1
50 cativos	-	-	1	12,1	4	8,3	-	-	-	-	2	8,2
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8</b>	<b>100</b>	<b>48</b>	<b>100</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>100</b>	<b>24</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Inventários *post-mortem* da Vila de Santa Maria do Baependi, 1820-1888.

A supremacia numérica de crioulos e de africanos do sexo masculino em todos os plantéis da região era esperada, pois os homens eram considerados mais adequados ao desempenho das tarefas próprias nas propriedades, e os cativos deveriam estar imediatamente aptos à integração no processo produtivo. Acreditamos que tal predileção senhorial era independente da composição do gênero do tráfico<sup>393</sup>.

Como a pecuária era uma das atividades produtivas mais comuns em Baependi, isto faria sentido, já que o manejo do gado é geralmente uma tarefa masculina. Também, poder-se-ia sugerir que isso fosse resultado da concessão de alforrias, em geral mais frequente para as cativas do que para cativos<sup>394</sup>. Mas uma conclusão a este respeito terá que aguardar maiores pesquisas.

Quando se examina a inserção da região no comércio atlântico de almas, podemos chegar a resultados que diferem de algumas áreas do Império Brasileiro. Entre os anos de 1820 a 1850, houve um alto percentual de homens africanos nas faixas de idade mais produtiva. Observe-se que entre os grupos etários de 14 a 40 anos e mais de 41, os escravos do sexo masculino procedentes da África eram numericamente superiores aos cativos nascidos no Brasil. Estes dados mais uma vez confirmam a participação dos senhores baependienses no comércio negroiro.

Por outro lado, a presença de cerca de 59% de crianças espalhadas pelos plantéis da região adverte para não se minimizar demasiadamente a influência da reprodução endógena dos planteis. O quadro de nº 19 elucida que o elevado contingente de infantes na primeira metade dos oitocentos aponta para dois aspectos; o primeiro é o de ter ocorrido um crescimento natural na população cativa; o segundo seria a antiguidade das propriedades escravistas, sobretudo das grandes que agregavam em seus espaços uma enorme quantidade de sítios, chácaras e terrenos. Baependi era de ocupação relativamente antiga: consta no Alvará Real de 1769 que a região foi elencada

---

<sup>393</sup> KLEIN, Herbert. The internal slave trade in nineteenth century Brazil: a study of slave importations into Rio de Janeiro in 1852. *Hispanica American Historical Review*, LI, no. 4 (nov. 1971), pp. 567-568.

<sup>394</sup> Os autores que relacionaram o número de escravos em inventários, listas nominativas e cartas de alforrias, constaram que as mulheres tiveram mais acesso a liberdades do que os homens. VER: SLENES, Robert W. *The demography and economics of Brazilian slavery: 1850- 1888*. Tese de doutorado. Stanford University, Stanford, 1976. MOTTA, José Flávio. *Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1861-1887)*. 1. ed. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2012. LUGÃO, Ana. *Família e transição. Famílias negras em Paraíba do Sul, 1872-1920*, dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990. GÓES, José Roberto Pinto de. *Escravos da paciência: um estudo sobre a obediência escrava no Rio de Janeiro (1790-1850)*, tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1998. FLORENTINO, Manolo; GOES, José Roberto. *A paz nas senzalas: famílias escravas e o tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790- c. 1850*. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

a distrito no ano de 1757, subordinado à Vila de Campanha da Princesa<sup>395</sup>. Daí a presença marcante de crianças deste da década 1820, que foi alterada pelas mudanças que ocorreram ao longo do XIX.

Com relação ao crescimento vegetativo das propriedades escravistas baependienses, de fato mulheres e crianças nascidas no Brasil foram fundamentais para a composição destes planteis durante a primeira metade dos oitocentos. Visto que, neste momento, as maiores proporções de crianças foram computadas nas grandes escravarias, sendo as mais beneficiadas pela reprodução natural de cativos, pois 1/3 dos seus escravos tinham menos de 14 anos de idade. Por outro lado, nestas unidades, havia uma forte dependência ao tráfico atlântico, o que se conclui que as grandes posses foram as que tiveram maior capacidade de conjugar os dois modelos de reprodução da escravidão para a manutenção e a ampliação de seus plantéis.

No que concerne à associação destes dois fatores, Clotilde Paiva e Douglas Libby afirmam que o Tráfico internacional de escravos e o crescimento natural das propriedades escravistas não são mutuamente excludentes. Analisando Minas Gerais, tanto antes como após o término do tráfico negreiro internacional, os pesquisadores argumentam que a orientação da economia mineira para o mercado interno favorecia o crescimento físico das escravarias. Esta reprodução dar-se-ia mesmo levando-se em conta os efeitos adversos do tráfico internacional de escravos<sup>396</sup>.

Utilizando as listas nominativas da província mineira elaboradas na década de 1830, Libby e Paiva constataram que, em parte, Minas Gerais se sustentava por meio da reprodução natural, e mais que uma geração após o término do tráfico se encontrava plenamente reprodutiva<sup>397</sup>.

O fluxo de escravos para Minas deve ter ficado bastante reduzido durante as últimas décadas do século XVIII e a primeira década do XIX. Se esta hipótese é correta, significaria que a população escrava experimentou um hiato de quase duas gerações durante o qual as influências negativas “do tráfico negreiro internacional ficaram bastante diminuídas. Neste caso, avanços em direção à reprodução natural deveriam ter ocorrido e teriam

---

<sup>395</sup> [cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/baependi/historico](http://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/baependi/historico).

<sup>396</sup> PAIVA, Clotilde A e LIBBY, Douglas C. —Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. || *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE/USP, 25(20: 203-233), maio/ago., 1995.

<sup>397</sup> LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. O autor tem também em conta a crítica do censo de 1872, feita por PAIVA, Clotilde Andrade & MARTINS, M<sup>a</sup> do Carmo Salazar. Revisão crítica do recenseamento de 1872. *Anais do Segundo Seminário sobre Economia Mineira*. Belo Horizonte, CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1983, p. 149-63.

consequências importantes quando do novo aumento do volume de entradas de africanos. Uma grande e relativamente estável população crioula estaria se reproduzindo e, até um certo tempo, poderia ter absorvido uma parcela do novo contingente africano nos padrões de reprodução ou, ao menos, ter resistido à investida” dos recém-chegados<sup>398</sup>.

A importância da reprodução interna e externa da escravidão foi apontada por João Fragoso nas regiões do Vale do Paraíba Fluminense. De acordo com o autor, isto pode ser comprovado pela análise da composição das escravarias. Consoante o pesquisador:

(...) tal configuração da população local de Paraíba do Sul além de sugerir uma forte taxa de mortalidade infantil, particularmente, entre os escravos, revela o comportamento de uma população aberta, que é perpassada pelo tráfico de escravos. Ou melhor, indica a presença de um movimento de população que se dá à margem do crescimento natural da população local. Movimento que, como mecanismo da reprodução extensiva do sistema agrário da economia de exportação, incorporava periodicamente homens em idade produtiva ao processo produtivo e através desse à população local. Daí o fato de na composição da população local se encontrarem mais homens do que mulheres, ou ainda, de se verificar um grupo adulto mais expressivo que o infantil (...)<sup>399</sup>.

Na região de Montes Claros, Norte de Minas Gerais, Tarcísio Botelho encontrou evidências do processo de reprodução natural entre os escravos. Segundo Botelho, em uma economia baseada na pecuária e voltada para o mercado interno desenvolveram-se, segundo ele, as possibilidades para a ocorrência de processos de reprodução natural. Em suma, o autor constatou que a localidade conseguiu preservar e mesmo expandir seu contingente cativo ao longo dos oitocentos<sup>400</sup>.

As duas possibilidades de reiteração da escravidão, como o crescimento natural e o tráfico atlântico, em certo ponto não foram mutuamente excludentes nas escravarias de Baependi. Sabemos que houve um elevado número de crianças e africanos nas escravarias da região, porém, os senhores que possuíam até 10 escravos não tiveram o privilégio de contarem ao mesmo tempo com estes dois modos de reprodução da escravidão, pois nessas posses havia uma enorme dependência em relação ao tráfico de cativos, tendo em vista a mínima participação de crianças. Portanto, o que restava para

---

<sup>398</sup> PAIVA; LIBBY, 1995, p. 213.

<sup>399</sup> FRAGOSO, op. cit., 1983, p.237.

<sup>400</sup> BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Famílias e escravarias: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: FFLCH/USP, 1994. (Dissertação de Mestrado em História).

estes pequenos senhores eram os poucos cativos que conseguiam advindos do comércio negreiro.

Creemos que a conjugação dos dois setores (reprodução interna e tráfico) foi fundamental para reprodução da escravidão mineira ao longo da primeira metade do XIX, mas devemos advertir que havia elementos de exclusão neste processo, pois um diminuto grupo de senhores donos de grandes planteis acabavam minando as chances de outros senhores detentores de modestos recursos a terem suas escravarias ampliadas ao mesmo tempo por um crescimento vegetativo e pelo tráfico negreiro. É provável que isto explique a alta concentração de escravos nas mãos de poucos patriarcas.

Na passagem da primeira para segunda metade do XIX, especificamente entre os anos de 1851 a 1870, temos outra feição da estrutura de posse escrava da região. Neste curto período houve uma inversão: aumentou o número de crioulos adultos e reduziu a quantidade de crianças. Isto significa que os nativos em idade produtiva foram os maiores responsáveis pela crioulização dos planteis. Provavelmente, estes cativos eram remanescentes da reprodução natural que ocorreu nos planteis escravistas da região durante a primeira metade do século XIX. Além disso, é importante destacar que o elevado índice de crioulos adultos nas escravarias da Vila de Baependi indica a presença do tráfico interno atuante na região durante este período (1851-1870).

Além dos mais, tendo em vista a permanência da alta razão de sexo entre os crioulos adultos neste período, percebem-se novamente como os senhores de Baependi conseguiram manter os seus planteis produtivos, mesmo numa época de crise de mão de obra e envelhecimento dos cativos.

Com relação aos africanos e às africanas, estes tiveram seu contingente bastante reduzido. A maior queda registrada foi vista entre os homens adultos, que, por sinal, foram superados pelos idosos do mesmo sexo. As africanas também tiveram uma enorme baixa, o que resultou num notável desequilíbrio entre os sexos. Portanto, a falta de uma equidade sexual entre os africanos, pode representar a conduta de uma população cativa que não mais sofria a entrada maciça de escravos via tráfico.

Entre os anos de 1851 a 1870, as escravarias que possuíam acima de 50 cativos conseguiram reter mais 50% dos africanos adultos e 44,1% de idosos da mesma procedência, o que mostra que estas unidades escravistas foram as que mais frequentaram o mercado de africanos. Além disto, a grande presença de idosos nesta época evidencia que o comércio ilegal de escravos se manteve forte após a Lei de 1831, como já mencionei.

Os demais plantéis sofreram uma acentuada baixa de escravos procedentes da África, em especial as posses que continham até 10 cativos. Mas por outro lado, estas propriedades aumentaram os seus estoques de crioulos, o que leva a crer que reproduziram os seus plantéis sem a sistemática compra de cativos desde aproximadamente o fim do comércio negreiro.

Passando para o último subperíodo, constatamos outras mudanças na estrutura de posse da cidade Baependi. A começar pela redução no percentual de crianças, que só foi real entre os anos de 1871 a 1888, já que nos decênios anteriores, estes infantes apresentaram taxas positivas de crescimento natural.

A explicação para esta queda de crianças pode estar relacionada à criação da Lei do Ventre Livre de 1871. Antes da promulgação desta lei, as meninas recém-nascidas eram a esperança de perpetuação da futura mão de obra escrava. Com o advento desta Lei, muitos senhores optaram em não investir no custo-benefício destas ingênuas dadas a menor capacidade para o trabalho pesado<sup>401</sup>. Corroborando a hipótese, notamos que a porcentagem de meninas de 1 a 14 anos de idade sofre uma queda de 26,6%. Além disso, nos inventários abertos após a Lei do Ventre Livre, vimos que as meninas descritas como ingênuas não receberam avaliações nestes processos, o que denota a falta de interesse dos senhores pela reprodução destas infantes.

A exemplo, temos o inventário de Dona Ana Lucrecia da Costa Junqueira, casada com o Deputado Provincial Antônio Tachardo da Costa Junqueira. Em seu inventário aberto no ano de 1881, consta 121 cativos e mais 28 ingênuos. Todas estas crianças aparecem descritas na companhia de suas mães; pelo valor dado a estas escravas, parece que estes ingênuos não foram avaliados.

Com a promulgação da Lei do Ventre Livre, nota-se um maior investimento das propriedades escravistas da região na força de trabalho mais produtiva e com maior expectativa de cativeiro. Isto é percebido na maior participação de homens e mulheres adultos e idosos em todos os tamanhos de plantéis.

Em se tratando dos escravos idosos, estes, em sua grande maioria eram africanos, estiveram concentrados em apenas três escravarias que possuíam acima de 50 cativos. Isto confirma que a capacidade de trabalho dos escravos acima de 40 anos nestas unidades passava a ser mais valorizada após a lei de 1871. Além do mais, não

---

<sup>401</sup> TEIXEIRA, Heloísa Maria. Reprodução e famílias escravas em Mariana (1850-1888). Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001.

podemos esquecer que ao viverem por muitas décadas nestas propriedades, acabavam sendo estimados pelos seus senhores, os quais lhe forneceriam ajuda e proteção nos momentos mais críticos da escravidão. Isto de certa forma contribuía para que tivessem longa vida no cativeiro. Este tipo de situação pode ser exemplificado por Francisco Benguela, casado e de 60 anos de idade, que, ao servir o Alferes Jose Alves Pereira de Melo durante quatro décadas, foi alforriado no testamento deste senhor no ano de 1883 pelos bons serviços prestados. É provável que este senhor tenha dito muito apreço e consideração por este escravo, o que permitiu que Francisco e sua família vivessem ao lado deste patriarca durante muitas décadas.

### **O experimento de um método para a escravidão mineira.**

Para sabermos da disseminação da escravidão em Baependi, foram utilizados até aqui os inventários *post-mortem* para compreensão deste processo. Alertamos que era conveniente usar com cautela dados derivados desta fonte, pois esta documentação cartorial sub-representa apenas os agentes que declaram bens passíveis de serem inventariados, excluía uma imensa camada da sociedade.

No intuito de levantarmos novos dados sobre a disseminação da posse escrava na região de Baependi ao longo do século XIX, lançaremos mão dos registros paroquiais de Batismo, que se estende entre as décadas de 1830 a 1880. Esta fonte eclesiástica é considerada por muitos estudiosos como a mais massiva e cotidiana, ou seja, onde vários setores da sociedade estão representados. Devido a enorme serie de assentos de paróquias de batismo da Vila de Baependi, esta fonte em nossa pesquisa é a que melhor retrata o tecido social da localidade em estudo. Deste modo, faremos uso das atas batismais para demonstrar como a escravidão na região em foco estava espalhada sobre uma larga base social.

Com os registros paroquiais de batismo podemos realizar estimativas sobre a estrutura de posse na localidade através de uma fonte que não possui fins econômicos. Como os inventários e as listas nominativas são as fontes mais utilizadas pelos historiadores para examinarem a composição dos planteis escravistas, este expediente metodológico não tem sido empregado assiduamente pelos pesquisadores que tratam da

escravidão brasileira, principalmente aqueles que estudam a Capitania/Província de Minas Gerais<sup>402</sup>.

Os primeiros historiadores a utilizarem os assentos de batismo para a reconstituição de posses escravas foram José Roberto Góes<sup>403</sup>, Manolo Florentino (2003), João Fragoso<sup>404</sup>, Bruna Sirtori e Tiago Gil<sup>405</sup>, Cacilda Machado<sup>406</sup>, Leandro Fontella<sup>407</sup> e Marcelo Mateus (Texto inédito)<sup>408</sup>. Todos alegaram os problemas que este método poderia gerar em seus trabalhos. Góes colocou que “embora seja certo que esta não é a fonte mais adequada à aferição de estruturas de posse de escravos, deve, ainda assim, espelhá-la de alguma maneira aceitável”<sup>409</sup>. Em suas análises, este pesquisador optou em quantificar as mães dos inocentes batizados, pois entendeu que ao examinar o ventre que determina a condição jurídica dos cativos poderia ter uma melhor compreensão das dimensões das escravarias. João Fragoso resolve apenas quantificar as atas de batismo, porém, não deixou de expor os perigos analíticos destas fontes eclesiástica, mas sinaliza que os dados obtidos nos registros de batismo confrontados com outros corpos documentais (inventários por exemplo) podem gerar resultados importantes.

Manolo Florentino e Cacilda Machado, sendo os primeiros a realizar um estudo das estruturas de posse por meio dos assentos paróquias de óbitos, não deixam de salientar as fragilidades desta fonte eclesiástica. Além disso, na nota 15 de final de texto, os autores esclareceram que

---

<sup>402</sup> Na falta de listas nominativas para o exame da posse escrava, os assentos paróquias de batismo pode relativamente suprir tais carência documental. Luiz Farinatti e Marcelo Mateus foram uns dos primeiros historiadores a fazerem uso deste método. Ver: FARINATTI, Luís Augusto E. e MATHEUS, Marcelo Santos. Registros de batismo e inventários post mortem como fontes para o estudo da estrutura de posse de escravos no sul do Brasil (século XIX): possibilidades e limites. *ESTUDIOS HISTÓRICOS – CDHRPyB- Año VIII - Julio 2016 - Nº 16 – ISSN: 1688 – 5317*. Uruguay.

<sup>403</sup> GÓES, José Roberto. *O cativo imperfeito: um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX*. Vitória: Lineart, 1993.

<sup>404</sup> FRAGOSO, João. Principais da Terra, Escravos e a República. O desenho da paisagem agrária no Rio de Janeiro Seiscentista. *Revista Ciência e Ambiente, Santa Maria (UFSM)*, nº. 33, pp. 97-120, jul./dez., 2006.

<sup>405</sup> GIL, Tiago L. e SIRTORI, Bruna. A geografia do compadrio cativo: Viamão, Continente do Rio Grande de São Pedro, 1770-1795. In: Regina Xavier (org.). *Escravidão e Liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise*. São Paulo: Alameda, 2012.

<sup>406</sup> MACHADO, Cacilda. Compadrio de escravos & paternalismo: o caso da Freguesia de São José dos Pinhais (PR), na passagem do século XVIII para o XIX. *Anais do III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Florianópolis: 2007.

<sup>407</sup> FONTELLA, Leandro Goya. *Sobre as ruínas dos Sete Povos: estrutura produtiva, escravidão e distintos modos de trabalho no Espaço Oriental Missioneiro* (Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, 1828 – 1858). Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2013. (Dissertação de Mestrado)

<sup>408</sup> MATHEUS, Marcelo Santos. *A produção da diferença: escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro* (Bagé, c.1820-1870). Rio de Janeiro: PPGH/UFRJ, 2016.

<sup>409</sup> José Roberto Góes, *O cativo imperfeito*, op. Cit., p. 74.

na verdade, não sabemos se o proprietário que sepulta um número baixo de escravos no início do período está, de fato, sepultando os últimos cativos de sua vida. Isso quer dizer que, ao analisarmos os dados dessa, colocamos todos os proprietários na mesma faixa etária, sem levarmos em consideração a diferença de idade entre eles. É possível que tal procedimento eleve, portanto, a proporção de pequenos proprietários no cômputo geral. Por outro lado, não há garantias de que todos os donos de escravos não sepultassem muitos de seus cativos em cemitérios dentro das fazendas, subtraindo-os, pois, ao registro eclesiástico (2003, p. 199-200 [nota 15]).

Bruna Sirtori e Tiago Gil, ao examinar algumas regiões do continente de São Pedro no século XVIII, acabaram aperfeiçoando o método utilizado por João Fragoso, ao invés de apenas realizar uma contagem dos assentos paroquiais, resolveram considerar em suas análises todos os cativos que foram possíveis de serem identificados de um mesmo senhor. Assim, esses pesquisadores computaram as mães dos batizados, seus pais, padrinhos, madrinhas, avôs e avós. Sirtori e Gil também nos alertaram que devemos ter certa cautela ao adotar este procedimento. Nas palavras dos autores:

É preciso dizer, antes, que este procedimento possui um vício, dando destaque a senhores com maior número de mulheres em idade fértil no plantel (dado pelo grande número de pais não informados), o que distorce substancialmente a hierarquia entre os senhores<sup>410</sup>.

Levando em consideração as fragilidades analíticas apresentadas pelas atas batismais, por outro lado, os assentos de batismo pode revelar um número expressivo de senhores de escravos que, quando de sua morte, não tinham mais escravos, por uma série de motivos, como, por exemplo, a sua fragilidade frente a conjunturas econômicas desfavoráveis<sup>411</sup>.

Diante todos esses autores, optamos utilizar a metodologia empregada por Marcelo Matheus, que analisou os assentos de batismo da região de Bagé do Rio Grande do Sul. Em nosso caso, seguindo a orientação deste historiador, quantificados todos os escravos que comparecem às pias batismais da Vila Baependi, sejam como inocentes batizados, pais, mães, padrinhos e madrinhas. Sobre este procedimento, foram eliminados os repetidos, por exemplo: uma mãe que levou cinco filhos para serem batizados foi contabilizada apenas uma vez. A mesma experiência que Matheus teve com a elaboração deste método foi também experimentada nesta pesquisa, pois o

---

<sup>410</sup> SIRTORI; GIL, *A geografia do compadrio cativo*, op. Cit., p. 7.

<sup>411</sup> Marcelos Matheus. *A produção da diferença*, p. 201-202.

trabalho de eliminar os escravos repetidos em cada coluna do Excel relacionados à coluna dos seus senhores foi uma atividade que demorou meses para ser finalizada, já que agregar todos os cativos de um mesmo senhor e eliminar os repetidos para não gerar homônimos, foi quase um trabalho manual.

Os plantéis escravistas confeccionados a partir dos dados fornecidos pelos Bancos de batismo foram divididos em quatro faixas, de 1 a 5 cativos, 6 a 10, 11 a 19 e a partir de 20 escravos. Como irão notar no quadro a seguir, as análises foram desmembradas em três recortes temporais, com uma diferença para o primeiro, que inicia na década de 1830 e se estende até o ano de 1850. Os resultados podem começar a ser observado no Quadro 7.

**Quadro 7 : Estimativas de posse de escravos vistas a partir dos assentos de batismo da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Montserrat da Vila de Baependi, 1830-1888).**

<b>1830-1850</b>				
Plantéis	Senhores	%	Escravos	%
1-5 escravos	149	89,2	291	57,1
6 a 10 escravos	6	3,5	33	6,4
11 a 19 escravos	9	5,3	114	22,3
>20 escravos	3	1,7	71	13,9
<b>Total</b>	<b>167</b>	<b>100</b>	<b>509</b>	<b>100</b>
<b>1851-1870</b>				
Plantéis	Senhores	%	Escravos	%
1-5 escravos	114	85,7	228	60,1
6 a 10 escravos	14	10,5	100	26,3
> 11 escravos	5	3,7	51	13,4
<b>Total</b>	<b>133</b>	<b>100</b>	<b>379</b>	<b>100</b>
<b>1871-1888</b>				
Plantéis	Senhores	%	Escravos	%
1-5 escravos	150	88,7	280	64,8
6 a 10 escravos	13	7,6	82	18,9
> 11 escravos	6	2,5	70	16,2
<b>Total</b>	<b>169</b>	<b>100</b>	<b>432</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Assentos paroquiais de Batismo da Vila de Baependi (1830-1888)

Chama atenção em todos os períodos verificados, a quantidade de senhores que tiveram seus nomes registrados nas atas batismais da Vila de Baependi – 469. Em termos gerais, este número de proprietários escravista está em harmonia com os estudos

que foram citados neste tópico, embora algumas destas pesquisas tratassem de regiões e contextos distintos. Os resultados encontrados por Bruna Sirtori e Tiago Gil para Viamão e Porto Alegre, entre 1770 e 1790, Marcelo Matheus para Bagé Rio-Grandense, entre 1830 a 1870, e para Mambucaba, distrito de Angra dos Reis, entre 1830 a 1871, apresentam uma quantidade bastante expressiva de senhores (251 em Viamão, 610 em Porto Alegre, 499 em Bagé e 214 em Mambucaba).

Comparando os dados da estrutura de posse vistos pelos assentos de batismo com o que encontramos nos inventários, nota-se que os senhores e os escravos revelados pelas fontes eclesiásticas estão em maior número nas faixas de plantéis que possuíam de 1 a 5 escravos. No outro extremo, nas escravarias que detinham mais de 20 cativos, havia poucos senhores e cativos.

Os dados encontrados nos inventários diferem do que foi observado nos assentos de batismo: na primeira fonte, a maioria dos senhores estava espalhada nas pequenas escravarias que contavam com 1 a 5 cativos, enquanto que um expressivo contingente de escravos estava sob poder das grandes propriedades. Como pode-se ver, a maioria dos senhores que levavam os seus cativos para batizar possuíam até 5 escravos. A diferença é que nos assentos de batismo a maioria dos escravos concentrou-se em pequenos plantéis. Esta centralização é resultado da imensa quantidade de pequenas posses reveladas pelos registros paroquiais.

Com os registros de batismos da Freguesia de São Gonçalo (1651 – 1668) João Fragoso (2006) averiguou que os 62,9% dos donos de escravos registraram apenas 27,8% dos cativos, na faixa mais equilibrada, 17,8% dos senhores conduziram a pia baptismal 16,5% dos escravos. Em contraste, 55,7% dos assentos foram de escravos de somente 19,3% dos proprietários. Para este autor, estes dados sugeriam “[...] certa dispersão da propriedade cativa e o peso dos donos de pequenos plantéis. Em contrapartida, [...] além daquela multidão de senhores há razoável grau de concentração da escravaria em algumas mãos”<sup>412</sup>.

José Roberto Góes, por sua vez, quantificando as mães nos registros de batismos da Freguesia de Inhaúma (1816 – 1844), encontrou o mesmo padrão. Naquela Freguesia, 16% das mães escravas que levaram seus rebentos ao batismo pertenciam a 53,1% dos senhores, 36,8% era posse de 36,6% e, afinal, 47,2% delas eram escravas de

---

<sup>412</sup> FRAGOSO, João. Os principais da terra, escravos e a república: o desenho da paisagem agrária do Rio de Janeiro seiscentista. *Revista Ciência e Ambiente*, n. 33 (jul/dez, 2006) Santa Maria: UFSM, 2006, p. 108.

apenas 10,3% dos donos de cativos<sup>413</sup>. Bruna Sirtori constatou que os senhores que batizaram apenas um cativo eram 52% do total, mas detinham apenas 26% dos escravos batizados. Aqueles que levaram dois escravos até a pia batismal representaram 24%, concentrando os mesmos 24% dos cativos, já os senhores com mais de 2 escravos batizados perfizeram 24% destes, porém, acumulavam significativos 50% dos cativos<sup>414</sup>. Leandro Fontella, ao pesquisar os assentos de batismos da Capela de Santa Maria da Boca do Monte, entre os anos de 1814 e 1822, 70% dos senhores conduziram ao batizado 38,5% dos cativos, na faixa intermediária, 12,5% dos proprietários levaram à pia batismal 13,8% dos escravos. Por fim, 47,7% dos cativos batizados pertenciam apenas a 17,5% dos senhores.<sup>415</sup> Pode-se perceber, portanto, que em diferentes regiões brasileiras, e com algumas variações documentais e no próprio método, repetiu-se o padrão da disseminação das posses escravas<sup>416</sup>.

O cruzamento destas distintas fontes acaba nos revelando um importante dado sobre a desigualdade social na Vila de Baependi. Apesar das fontes eclesiásticas demonstrarem a disseminação da posse escrava de forma mais abrangente, os inventários por abarcar um restrito segmento social, acabam nos fornecendo uma visão mais realista da concentração da posse cativa. Portanto, os dados oferecidos por distintos corpos documentais confirmam um padrão de dispersão dos plantéis escravistas onde um grande contingente de pequenos senhores<sup>417</sup> dividiam espaços com uma elite concentradora de muitos braços cativos. Portanto, conclui-se que, agregando os resultados fornecidos por estas fontes, acreditamos que o status senhorial em Baependi era algo almejado por indivíduos pertencentes a distintos setores desta sociedade.

Tratando da reprodução da escravidão pelos recortes examinados, entre os anos de 1830 a 1850, a maioria absoluta dos senhores tiveram poucos cativos que compareceram à pia batismal, 89,9% deles tinham 1 a 5 escravos, concentrando mais de

---

<sup>413</sup> GÓES. O cativo imperfeito, op. Cit., p.105.

<sup>414</sup> SIRTORI, B. *Entre a Cruz, a Espada, a Senzala e a Aldeia*, 2008, p. 114.

<sup>415</sup> FONTELLA, Leandro Goya. Luso-brasileiros, guaranis, crioulos e africanos: notas de pesquisa sobre demografia histórica, escravidão e hierarquias sociais no sul do Brasil (Santa Maria da Boca do Monte, 1814 - 1822). In: *Anais da IX Mostram de pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul: produzindo história a partir de fontes primárias*. Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas – CORAG, 2011, p. 14.

<sup>416</sup> Este padrão geral da estrutura de posse revelada pelos assentos de batismo em varias região do Império Brasileiro foi algo que já havia sido notado por Marcelo dos Santos Mateus e Leandro Fontella –ao compararem suas respectivas regiões de análise com localidades do sul e sudeste brasileiro.

<sup>417</sup> Neste caso estamos tratando de uma gama de senhores que não tiveram pecúlios suficientes para declarar bens.

57,1% dos cativos. No outro extremo, 1,3% dos senhores que possuíam mais de 20 mancipios nas cerimônias, perfaziam 13,7 dos mesmos. Na passagem para o segundo subperíodo, os percentuais não se alteram muito, mostrando certa estabilidade das escravarias. O pequeno aumento no número de senhores e escravos nas faixas de plantéis de 6 a 10 cativos podem advir do crescimento natural nas escravarias que ocorreu na região após a década de 1850.

Deve-se registrar que o número total de senhores que aparecem nos registros de batismo, entre os anos 1851 a 1870, teve uma queda de 11,2%, provavelmente este declínio, e decorrente da alta nos preços dos cativos que ocorreu após o fim tráfico, impedindo que muitos senhores de renovarem as suas escravarias.

Neste período (1850-1870), conseguimos localizar alguns senhores que levaram para as pias batismais da região uma leva de crianças para serem batizadas, porém, os seus inventários não foram computados em nossa amostra por terem declarados os seus bens após a Lei Áurea de 1888. Um destes senhores era o Coronel Justa Maciel, que levou a Igreja Matriz de Baependi 45 cativos. O outro era o português, Consul e negociante, Luiz Fernandes da Costa Guimaraes, que encaminhou para os Párocos da região 22 crianças do seu plantel. De todos, o Capitão Antônio Florêncio Pereira foi o que apresentou uma impressionante marca, pois levou para as pias de Baependi 52 escravos. Pelo fato destes senhores não terem aberto os seus inventários ao longo do recorte pesquisado, só foi possível descobrir estas grandes escravarias através das fontes eclesiásticas do batismo.

Além dos assentos de batismo revelarem escravarias de pessoas de prestígio na região, esta fonte também nos mostra alguns senhores ou senhoras de modesta condição social, que não tiveram bens suficientes para serem inventariados. A exemplo disso, temos o caso de Ana Gomes do Espirito Santo, crioula forra, viúva, filha natural de Catarina Gomes do Espirito Santo, irmã da Irmandade de NSA de Ouro Preto e moradora na Vila de Baependi. Com base em seu testamento, redigido no ano de 1838, esta senhora declarou possuir dois cativos moleques avaliados em 50\$000. Ana Gomes residia com estes escravos e uma afilhada em uma casa coberta de capim avaliada em 20\$000. Logo se percebe que estes bens não eram suficientes para serem inventariados, além do fato de que os únicos cativos que tinha doou em testamento para seu filho, Felix Gomes Moreira da Silva. Nisto lhe restou apenas um imóvel de baixo valor.

O fato desta crioula forra ter acumulado ao longo da vida pequenos pecúlios, isto não desfez de seu status de senhora, pois de acordo com as informações contidas

em testamento, apesar das dificuldades enfrentadas, Ana Gomes do Espírito Santo soube governar os seus cativos até a hora da sua morte. Desta forma, tal postura senhorial lhe rendeu algum reconhecimento perante as demais pessoas livres (pobres) e aos membros do cativoiro. Acreditamos que este tipo de notoriedade, possa ser um dos fatores que motivou pessoas de distintos segmentos da região a adquirirem escravos.

Tratando do último recorte temporal, que se estende entre as últimas décadas da escravidão, o número de senhores que tiveram suas posses reveladas pelos assentos de batismo aumentaram, com destaque para aqueles que possuíam de 1 a 5 cativos (180 senhores), que demonstraram um elevado percentual de 88,7%, detendo 64,8% dos escravos batizados (280 cativos) nesta época.

Os inventários abertos neste período nos mostram um aumento de pequenos senhores e o decréscimo dos grandes. Além disso, a concentração da posse de cativos não estava tão elevada como nos períodos anteriores (algo percebido tanto nos inventários como nos assentos de batismo). Assim, conclui-se que nos momentos finais da escravidão, não apenas os grandes senhores, mas uma ampla camada social na região ainda estava comprometida com a manutenção desta instituição, que em sua grande maioria eram representadas por senhores donos de poucos escravos, ou seja, indivíduos de modesto status social foram sendo assimilados hierarquicamente a esta estrutura. Tudo isto fornecia a legitimidade e a estabilidade que o sistema conheceu até a sua extinção.

Concluindo, assim, a diluição da escravidão na sociedade baependiense, e o comprometimento de amplos setores da localidade com essa instituição, fez com que a sua longevidade não fosse um interesse de um grupo específico. “Exatamente nisto que reside a sua força”.

## **CAPÍTULO – 3**

### **A manutenção da desigualdade: Compadrio e hierarquia intracativeiro.**

## **Resumo do Capítulo**

Neste capítulo centraremos nossas atenções nas relações de compadrio dos escravos com os demais membros do cativeiro e com outros indivíduos pertencentes aos segmentos da sociedade. Faremos um estudo sobre as características gerais das pessoas que foram convidadas para comparecerem como padrinhos nas pias batismais das Igrejas, Capelas e fazendas da Vila de Santa Maria do Baependi para batizar escravos. O objetivo é examinar como os laços sociais produzidos pelos cativos através de seus elos de parentesco poderiam hierarquizar as relações que foram tecidas no interior do cativeiro, ou seja, nossa intenção aqui consiste empreender uma análise sobre a hierarquia social intra-cativeiro. Para isto, através de uma série de atas de batismo, faremos uma análise sobre o perfil social dos indivíduos que compareceram as pias batismais para apadrinhar os cativos. Apurados estes dados quantitativos, analisaremos como hierarquia social poderia ser revelada pelas redes de compadres das pessoas livres e escravas que mais foram convidados para apadrinhar crianças na região.

## Uma incursão sobre o compadrio escravo.

O compadrio entre os escravos, há tempos, vem sendo objeto de interesse dos historiadores. Entre estes estudiosos há um consenso de que os laços parentais foram uma das formas encontradas pelos cativos para criarem e ampliarem as suas redes de relações com a comunidade escrava e com outros setores da sociedade.

Um dos trabalhos pioneiros que tratou de forma específica as relações de compadrio dos cativos com vários setores da sociedade é o de Stuart Schwartz em *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. Partindo dos aspectos religiosos e sociais do batismo, o autor indicou que no Recôncavo Baiano, no final do século XIX, a maioria das pessoas livres que apadrinharam os filhos dos cativos não formava um grupo homogêneo, pois muitos destes padrinhos desfrutavam de *status* social igual ou superior ao do proprietário do cativo<sup>418</sup>.

Com relação aos padrinhos escravos, Schwartz verificou que estes apadrinharam somente 20% de crianças pertencentes às senzalas da região. Por outro lado, estes cativos serviram de tutores espirituais em 70% dos batizados de escravos adultos. De acordo com o autor, esta situação pode ser interpretada por dois ângulos. O primeiro consiste no fato de os senhores terem indicados escravos mais aculturados para servirem de padrinhos a fim de facilitar o ingresso dos africanos recém-chegado na força de trabalho. Também pode ter havido o reconhecimento dos proprietários de que tal boçal carecia de novos vínculos sociais para uma melhor adaptação ao trabalho do eito. Na visão do historiador, estes motivos podem ter estado por de trás do desejo dos cativos de apadrinhar seus companheiros advindas de suas antigas terras africanas. Desta forma, o compadrio poderia ser encarado por eles como ato de solidariedade, criando, assim, um forte laço de identificação cultural e comunitária<sup>419</sup>.

Nota-se que o autor de *Segredos de internos* ainda não havia percebido uma possível hierarquia social nas relações de compadrio dos escravos nos engenhos baianos. Tal questão começa a ser instigada a partir dos estudos da década de 1990 sobre a escravidão.

Manolo Florentino e José Roberto Góes afirmam que o parentesco escravo foi de fundamental importância para as estratégias senhoriais de manutenção da “paz da

---

<sup>418</sup> SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 334.

<sup>419</sup> Idem, p.313.

senzala”, uma vez que o tráfico constante de novos cativos introduzia permanentemente um estado de guerra latente no cativeiro<sup>420</sup>. Sobre este aspecto, a família escrava deve ser considerada como um pilar do próprio sistema escravista por promover a “paz no cativeiro”. Em outras palavras, o parentesco escravo servia como elemento de estabilização social, ao permitir ao senhor aferir uma renda política. Porém, devemos salientar que a “paz” postulada por Florentino e Góes não pressupõe uma sociedade sem conflitos, mas sim uma busca dos mancípios em “construir laços de solidariedade e de auxílio mútuo que os ajudasse a sobreviver no cativeiro”<sup>421</sup>.

Analisando a segunda metade do século XIX, Hebe Mattos ressaltou as diferenças e os conflitos no interior do cativeiro, que acabavam por contribuir para o enfraquecimento dos laços de solidariedade entre os cativos e para a não conformação de uma identidade étnica comum. Com base neste argumento, a autora procurou demonstrar que a gestação das relações familiares entre os escravos no Brasil significou mais uma aproximação com uma determinada visão de liberdade que lhes era próxima do que a formação de uma identidade étnica a partir da experiência do cativeiro. A família e a comunidade escrava não se afirmavam como matrizes de uma identidade negra alternativa ao cativeiro, mas em paralelo com a liberdade<sup>422</sup>.

Robert Slenes procurou se distanciar das abordagens anteriormente mencionadas dando enfoque ao compadrio e à família escrava como elemento de resistência à escravidão e espaço de recriação das heranças africanas. Segundo Slenes, a predominância numérica de africanos nas *plantations* do Sudeste, antes de 1850, fez com que a maioria dos escravos compartilhasse significativas heranças linguísticas e culturais procedentes da África Central, formando o que o autor denomina de proto-nação banto. Desta forma, possíveis diferenças étnicas entre os escravos seriam de certo modo superadas em virtude da reelaboração e redefinição de suas referências culturais e de origem. O autor ainda questiona um isolamento sociocultural entre africanos e crioulos, enfatizado por Hebe Mattos. A constituição destes laços de parentesco e a dependência demandavam muito tempo e, particularmente na primeira metade do XIX,

---

<sup>420</sup> FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, c.1790 - c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p. 64.

<sup>421</sup> Idem, p. 65.

<sup>422</sup> MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. p.135.

a distância entre nativos e estrangeiros não eram tão grandes, pois boa parte dos escravos crioulos fazia parte da primeira geração dos além-mares<sup>423</sup>.

As divergências de abordagens entre os autores mencionados são de extrema importância para se pensar como eram hierarquizadas as propriedades escravistas no Brasil. A priori, a perspectiva de Florentino e Góes mostram-se a mais adequada para a linha de investigação proposta, que é perceber as dessemelhanças e singularidades entre os escravos no interior do cativo. Porém, as dissidências entre os cativos analisadas pelos autores de *Paz da senzala*, são compreendidas pela ótica dos conflitos étnico-culturais. Em nossa pesquisa faremos este tipo abordagem, mas considerado o cativo como um espaço bastante estratificado, procuraremos examinar até que ponto o compadrio poderia hierarquizar as relações dos cativos.

O laço de compadrio produzido pelos escravos se orientava para dois nortes: um no sentido horizonte, com os membros da comunidade escrava; e o outro vertical, com pessoas de elevados estatutos. Segundo Silvia Burger, tratava-se de uma dupla estratégia: reforçar laços dentro da própria escravaria e garantir ganhos com os livres. Em estudo intensivo sobre a Vila mineira de São João del Rei, no século XVIII e na primeira metade do século XIX, esta autora sugeriu que, como de fato houve uma expressiva quantidade de homens livres sendo tutores espirituais de cativos, o compadrio poderia ser entendido como uma “aliança para cima” na medida em que estas escolhas estavam baseadas em sujeitos que, de algum modo, estavam situados em patamares mais elevados na hierarquia social que o da mãe da criança. A autora afirma nesse sentido:

Nada mais “normal” do que a pretensão de que esta divisão pudesse ser feita com homens situados socialmente num patamar superior e que pudessem dispor de mais recursos – não só financeiros, mas também políticos e de prestígio, para os cuidados dos afilhados.<sup>424</sup>

Donald Ramos, analisando os registros paroquiais da Vila Rica setecentista, verificou que os escravos tiveram como compadres pessoas de vários segmentos da sociedade mineira, porém, a maioria dos laços de compadrio foi tecida com os seus companheiros de infortúnio. O autor conclui que a escolha de tutores espirituais presos

---

<sup>423</sup> SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava no sudeste do Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. 1999, p.52

<sup>424</sup> BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal: família e sociedade, São João del Rei. Séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2007, p. 323.

ao cativo demonstra ser uma estratégia dos cativos de criar laços sociais com iguais<sup>425</sup>. Diferente de Brugger, Ramos nota que os escravos de Vila Rica almejavam tornarem mais fortalecidas suas alianças com os parceiros da escravidão do que os indivíduos pertencentes a outros setores da sociedade.

Examinando as atas batismais da região de Campinas no século XIX, Cristiana Rocha afirma que os escravos desta localidade tiveram extremo cuidado em tecer laços horizontais e verticais pelo compadrio. De acordo com a autora, é importante pensar que a proximidade com pessoas livres, em especial com os senhores e seus familiares, poderia gerar conflitos em relação aos demais escravos da fazenda. Por isso, era crucial que o escravo “de confiança” do senhor soubesse também cultivar e manter seus laços de solidariedade com seus companheiros da senzala, sem os quais sua sobrevivência e segurança estariam ameaçadas. Afinal, sua convivência com os proprietários podia trazer benefícios, mas também gerava tensões e incertezas, já que o escravo doméstico se encontrava constantemente sob a vigilância e avaliação daqueles. Qualquer passo em falso podia fazer ruir os benefícios conquistados, ao longo de anos, e significar um retrocesso do cativo em relação à ocupação (transferência do trabalho doméstico para o do eito, por exemplo), ou em relação à concessão de alforria em testamento, que podia ser excluída, através de um codicilo (modificação nas disposições feitas). Com isso, esse tipo de escravo precisava se equilibrar entre os laços de solidariedade verticais, em relação aos senhores, e os horizontais, tecidos junto a seus iguais no interior da comunidade cativa<sup>426</sup>. Em sua pesquisa de doutoramento, Cristiana Rocha encontrou diversos casos em que os cativos procuravam equilibrar as suas relações apadrinhando mais crianças da escravaria a que pertencia do que de outros plantéis.

Jonis Freire, analisando a Freguesia rural do Nosso Senhor do Bom Jesus do Rio Pardo, constatou que a maioria dos escravos convidava pessoas livres para batizarem seus filhos. Mas, o autor considera que o estabelecimento de relações com o segmento cativo, embora menor, também se fez presente e quase nas mesmas proporções. Parece que, além de procurar estabelecer relações com indivíduos de *status* superior ao seu, os escravos dessa freguesia não se esqueceram dos seus “irmãos de

---

<sup>425</sup> RAMOS, Donald. Teias sagradas e profanas: o lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século de ouro. *Varia História*, Belo Horizonte, n.º. 31, pp. 41-68, 2004., 2004, p.58.

<sup>426</sup> ROCHA, Cristiany Miranda da. *Gerações da senzala: famílias e estratégias escravas no contexto dos tráficos africano e interno*. Tese de Doutorado. UNICAMP, 2004, p.78.

cativeiro”, com os quais travavam relações cotidianamente dentro de um sistema tão penoso, quase sempre num mesmo plantel<sup>427</sup>.

Em uma recente pesquisa de doutorado defendida no programa de Pós-Graduação em História Social da USP (2017), Daniel Barroso, analisando os registros de batismo do Engenho do Bom Intento da Vila de Belém-Pará, constatou que a maioria dos cativos davam preferência pelo estabelecimento de vínculos horizontais do compadrio, pois a maioria dos cativos se ligou a compadres e comadres da mesma condição social. Mas, segundo o autor, os poucos escravos que tiveram seus filhos apadrinhados por pessoas livres acabavam demarcando os seus lugares sociais na hierarquia interna da comunidade cativa<sup>428</sup>.

Até aqui, os autores citados enfatizam a importância que tinham os laços horizontais forjados pelos escravos no interior do cativeiro. Para estes estudiosos, através das relações de parentesco, os cativos conseguiram manter e fortalecer os seus elos de solidariedade num mundo hostil a eles. Concordo com esta assertiva, mas sublinharia que escolher outros escravos para apadrinhar um dos seus filhos não pode ser considerado, ao menos de forma automática, uma aliança horizontal, ou seja, entre iguais. Mesmo nas senzalas havia hierarquias e as mesmas tinham que ser devidamente ponderadas na escolha de padrinhos. Afinal, quando um escravo escolhe um companheiro de cativeiro para ser pai espiritual de um dos seus rebentos, é provável que este padrinho-escravo estava melhor situado na hierarquia do cativeiro do que o pai da criança. Além do que, não podemos esquecer que o compadrio, em qualquer grupo social, era também uma relação assimétrica, pois as pessoas escolhidas para apadrinhar apresentavam um estatuto social mais elevado do que do pai do batizado.

---

<sup>427</sup> FREIRE, Jonis. Compadrio em uma freguesia escravista: Senhor Bom Jesus do Rio Pardo (MG) (1838-1888)\* *Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004. 2004, p.24.

<sup>428</sup> BARROSO, Daniel Souza. *Múltiplos do cativeiro: casamento, compadrio e experiência comunitária numa propriedade escrava no Grão-Pará (1840-1870)*, Afro-Ásia, Salvador, n.º. 50, pp. 93-128, 2014.

## - Os livros de batismo da Vila de Santa Maria do Baependi

Foi a partir do Concílio de Trento (1545-1563) que os registros paroquiais começaram a se generalizar. Este corpo documental ocupou lugar de destaque nos estudos sobre a demografia populacional das sociedades de antigos regimes. Para o Brasil, a produção de assentos paroquiais assumiu contornos específicos. Tais documentos estiveram sobre a administração de um regime de Patronado, onde o clero secular e regular ocupava um importante lugar na máquina administrativa do Império brasileiro até a Proclamação da República<sup>429</sup>.

Os eclesiásticos exerceram várias funções públicas, como a reconstituição de paroquiais, nomeação de padres, remuneração de parte do clero e outros serviços. Um dos exercícios mais relevantes era o controle sobre os sacramentos católicos. Vários párocos ficavam responsáveis de coletar informações referentes aos nascimentos, casamentos e falecimentos dos paroquianos. “Ao Estado cabia à responsabilidade na construção e conservação de templos, além da garantia da decência do culto, exercitada através da conservação das alfaias, paramentos e outros elementos do ritual católico”<sup>430</sup>.

Ao longo do período colonial esse sistema apresentou sérias lacunas que começaram a ser resolvidas no final do século XVIII. Após os acontecimentos do ano de 1822, este serviço tornou-se mais eficiente. Na organização administrativa dos registros paroquiais, a Província de Minas Gerais foi a que demonstrou maior avanço. Nos anos de 1830 a 1840, o governo provincial mineiro primou pela ênfase na definição da divisão político-administrativa, na organização do aparelho burocrático e na constituição de um sistema de fluxo de informações estatísticas. Neste quadro, a coleta de dados dos registros paroquiais foi bastante valorizada<sup>431</sup>.

---

<sup>429</sup> AGUIAR, Marcos Magalhães. Estado e Igreja na capitania de Minas Gerais: notas sobre mecanismos de controle da vida associativa. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 21, p. 42-57, 1999. COSTA, Iraci del Nero. Registros paroquiais: notas sobre os assentos de batismo, casamento e óbito. *LPH: Revista de História*. Ouro Preto (MG). 1(1): 46-54, 1990. \_\_\_\_\_. *Vila Rica*. São Paulo: IPE/USP, 1979. LOTT, Miriam Moura. *Casamento e família nas Minas Gerais: Vila Rica - 1804-1839*. Belo Horizonte: UFMG, 2004. (Dissertação de Mestrado - História). GOLDSCHMIDT, Eliana M. Reis. Casamentos mistos: liberdade e escravidão em São Paulo Colonial. São Paulo: Annablume, 2004.

<sup>430</sup> AGUIAR, Marcos Magalhães. Estado e Igreja na capitania de Minas Gerais: notas sobre mecanismos de controle da vida associativa. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 21, p. 42-57, 1999.

<sup>431</sup> LIBBY, Douglas Cole; BOTELHO, Tarcísio R. Filhos de Deus: batismos de crianças legítimas e naturais na Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, 1712-1810. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 31, p. 69-96, 2004. COSTA, Iraci del Nero. Registros paroquiais: notas sobre os assentos de batismo, casamento e óbito. *LPH: Revista de História*. Ouro Preto (MG). 1(1): 46-54, 1990.

A partir destas mudanças, cada clero ficava encarregado de informar aos seus superiores sobre os eventos vitais ocorridos em suas paróquias. Estas exigências começaram a valer em 1836. Além disso, cada vigário era obrigado enviar para o governo provincial um mapa de resumo dos nascimentos, casamentos e falecimentos dos seus fregueses<sup>432</sup>. Segundo Tarcísio Botelho e Caio Boschi, “O principal efeito desta política foi, sem dúvida alguma, a melhoria na cobertura e na qualidade das informações dos registros paroquiais, especialmente de batismos”<sup>433</sup>.

No que corresponde às populações escravas, os assentos paroquiais não incorporavam um contingente muito significativo, mas, com o avançar do século XIX, os cativos passaram a ser mais computados nessas séries documentais, tanto que, em algumas regiões mineiras, os membros do cativo se aproximavam numericamente dos batismos contraídos por pessoas livres. A facilidade de acesso ao registro paroquial certamente estimularia os senhores a registrarem suas “crias”, pois, assim, obteriam um registro legal de sua posse<sup>434</sup>.

Com a criação da lei de Rio Branco de 1871, as crianças filhas de mães cativas que nascessem após esta lei eram consideradas livres. Assim, viveriam junto com suas mães até completarem sete anos de idade. Dos sete aos quatorze anos, prestariam pequenos serviços para o senhor de sua mãe, como uma forma de compensar os custos gastos. Completados os 14 anos de idade, ficaria a cargo do senhor receber uma indenização do estado, ou contar com o trabalho deste ex-ingênuo até completar 21 anos de idade. O peso desta lei fez com que muitos senhores fossem mais criteriosos nos batismos dos seus escravos, em particular em um período quando a escravidão passava por sérias crises<sup>435</sup>.

A Lei do Ventre Livre que, gradualmente, desfazia do trabalho escravo no Brasil, de alguma forma contribuía para que os assentos paroquiais dos inocentes cativos não apresentassem enormes lacunas<sup>436</sup>. Os efeitos da Lei de Rio Branco nas atas batismais da Vila de Santa Maria do Baependi serão analisados nos próximos tópicos

---

<sup>432</sup> Cf. Lei Provincial nº 46, de 21 de março de 1836.

<sup>433</sup> BOTELHO, Tarcísio R; BOSCHI, Caio César. Digitalização e disponibilização de acervos Paroquiais da Rota da Estrada Real. *Revista Cadernos de História*, v. 10, nº. 13, ano: 2008.

<sup>434</sup> BOTELHO & BOSCHI. Digitalização e disponibilização de acervos Paroquiais da Rota da Estrada Real, op. cit., p.113.

<sup>435</sup> CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.134.

<sup>436</sup> BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Famílias e escravarias: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: FFLCH/USP, 1994. (Dissertação de Mestrado em História).

deste capítulo. Agora faremos uma descrição mais operacional dos livros de batismo da região.

**Quadro: 1 - Livros de Batismo da Vila de Baependi.**

<b>Livros de Batismo da Vila de Baependi</b>	<b>Nº de Páginas</b>
Livro Nono de Batismo 1830-1840	243
Livro Onze de Batismo 1845-1853	198
Livro Doze de Batismo 1853-1859	194
Livro Treze de Batismo 1859-1865	195
Livro Quatorze de Batismo 1865-1875	298
Livro Quinze de Batismo 1875-1883	209
Livro Dezesesseis de Batismo 1885-1887	128
Livro Dezesete de Batismo 1887-1893	181

**Fonte:** Cúria Diocesana da Cidade Campanha. Livros de Batismo da Vila de Santa Maria do Baependi, 1830-1888.

Os livros paroquiais de batismos expostos neste quadro encontram-se preservados e catalogados na Cúria Diocesana da Cidade de Campanha, localizada no Sul do Estado Minas Gerais. Neste acervo documental há 53 livros paroquiais da região de Baependi, sendo 26 de batismo, que cobrem o período de 1723 a 1928; 13 de matrimônios que inicia no ano de 1745 e encerra-se em 1924; e para óbitos há 14, entre 1745 a 1916.

Para esta pesquisa, foram utilizados 8 livros de batismo, que cobrem o período de 1830 a 1888. O primeiro livro consultado foi o de Nº 9, sendo numerado e rubricado pelo Padre Manoel Pereira de Souza, nomeado Vigário da Vara no ano de 1821. Tal cargo lhe conferia a responsabilidade de administrar as Paroquiais, Capelas e Igrejas filiais à Matriz de Baependi.

As Paróquias que estiveram sob administração da Matriz de Baependi foram a de Pouso Alto, Itamonte, Carmo de Minas, Cristina, Conceição do Rio Verde, São Tomé das Letras, PedraVal, Virgínia, Passa Quadro e Capivari. Além do Padre Manoel Pereira de Souza, atuaram como vigários desta vara os seguintes sacerdotes: Cônego

João Rodrigues Afonso, Pe. Julião Carlos Rangel da Silva, Cônego Joaquim Gomes do Carmo, Mons. Dr. Luiz Pereira Gonçalves de Araújo e Mons. Marcos Pereira Gomes Nogueira. Ao longo do desenvolvimento deste capítulo alguns destes Párcos terão suas relações sociais analisadas<sup>437</sup>.

Nos livros de batismos notam-se lacunas devidas ao extravio de uma ou outra folha. A par destas folhas faltantes em pequeno número, encontramos ainda duas outras fontes de perdas. Em primeiro aparece o fato de nem todos os livros apresentarem termo de encerramento, o que nos indica a existência de lacunas correspondentes ao extravio das últimas folhas dos códices em questão. Esta possibilidade confirma-se pelo espaço de tempo, relativamente amplo, que está a separar o último assento de um livro, do primeiro registro do códice sucessivo, passíveis desta análise.

Outra lacuna nestes documentos eclesiásticos infere-se na reabertura de assentos, com base na justificativa de que o registro original não fora localizado nos livros paroquiais. Ao que tudo indica, os batismos não eram, necessariamente, registrados imediatamente antes ou depois de ministrado o sacramento; talvez os padres anotassem os dados em um papel qualquer para depois efetuarem os lançamentos definitivos. Em um dos códices encontramos um fato que parece confirmar a hipótese aqui aventada.

Os assentos de batismo apresentavam uma variedade de tipologias. Esses registros paroquiais trazem: no livro Nono de Batismo da Vila de Santa Maria do Baependi, a primeira ata assinada e redigida pelo Vigário Manoel Pereira de Souza, ocorreu no ano de 1798, período posterior ao recorte temporal (1830-1888) desta pesquisa. Estes assentos e os outros redigidos antes da década de 1830 constam como suplementos, ou seja, foram incorporados ao livro de batismo por não terem sido lançados a tempo. Para confeccionar estas atas, os Párcos recorriam à memória dos pais, padrinhos ou pessoas próximas da família das crianças batizadas.

O livro Onze, que cobre os anos de 1845 e 1853, foi numerado e rubricado pelo Vigário da Vara e Coadjutor (provável substituto de algum bispo) Julião Carlos Rangel da Silva. Seu sobrenome Silva consta assinado em 198 páginas deste livro de batismo. A abertura deste livro se deu no dia 7 de novembro de 1845 e seu encerramento em 1 janeiro de 1853. A data inicial e de fechamento de um livro paroquial indicam que há poucas lacunas na série das atas batismais. A única brecha encontrada neste livro de nº

---

<sup>437</sup> Estes serão os Párcos Joaquim Carmo Souza, Manoel Pereira Gomes e Julião Carlos da Silva.

11 foi à falta das folhas 83 e 84, referentes a períodos de 1 a 23 de junho de 1849. Segundo a *média* dos registros de folhas, esta lacuna responde pela falta de 17 a 19 registros de batismo, o que corresponde a menos de 0,5% do total de registros para o recorte de 1845 a 1853.

Nas três últimas páginas do livro de batismo de nº 11, há suplementos nos quais constam registros batismais que não foram anotados no tempo previsto. O Pároco que confeccionou estas atas alegou que estes assentos não chegaram no tempo previsto, pelo fato das cerimônias de batismos terem ocorrido em outras localidades. Neste livro, encontramos algo inusitado entre os assentos de batismo, onde uma inocente criança batizada passou da condição de filha natural para legítima. Segue abaixo a descrição da ata batismal onde foi registrada esta conversão:<sup>438</sup>

“Aos 11 de agosto de mil oitocentos e quarenta e nove, como se vê de assento de nº89, foi batizada uma inocente de nome Emerenciana filha natural de Dona Josefa Porcina do Nascimento, a qual se desposou depois com o pai da criança Antônio Joaquim Arantes ficando assim a prole (Emerenciana) legitimada pelo subsequente matrimônio. Para constar fiz este a pedido do próprio pai que assinou comigo, aos 5 janeiros de 1856”<sup>439</sup>.

Através deste assento de batismo podemos contemplar várias situações. A primeira delas é a passagem do estado de naturalidade para o de legitimidade da inocente Emerenciana. Percebam que esta batizada teve a sua paternidade reconhecida após o casamento dos seus pais. Este dado é um indício de que a ilegitimidade das crianças nas cerimônias de batismo possa de alguma maneira estar associada às relações ilícitas dos seus pais.

Seguindo, neste registro não há figura dos padrinhos, algo raro nos assentos paroquiais da região. A ausência de padrinhos e madrinhas nos assentos se justifica por celebrações feitas às pressas, provavelmente em situações de risco de vida das crianças. Neste caso seria importante que os inocentes recebessem o sacramento católico sem presença de seus tutores espirituais, do que morrerem pagãs. As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia determinam que os Párcos ensinem os fregueses a

---

<sup>438</sup> Cúria Diocesana de Campanha. Assentos paroquiais de Batismos da Vila de Santa Maria do Baependi. Livro paroquial de nº 9, 1845-1853.

<sup>439</sup> Cúria Diocesana de Campanha. Assentos paroquiais de Batismos da Vila de Santa Maria do Baependi. Livro paroquial de nº 9, 1845-1853.

administrar um batismo em caso de necessidades. Esta aprendizagem deveria ser dirigida de modo especial às parteiras<sup>440</sup>.

O livro de nº 13 novamente foi aberto, numerado e rubricado pelo Vigário da Vara Joaquim Gomes Carmo. O termo de abertura deste livro ocorreu na data de 29 de fevereiro de 1859 e de encerramento em 18 de fevereiro de 1865. Neste livro não detectamos nenhuma lacuna entre os assentos, o que demonstra a boa qualidade da documentação, algo que facilitou a análise sobre as relações de compadrio entre os habitantes da Vila de Baependi. Assim, foram assinadas 195 folhas pelo referido Vigário.

O Pároco que se responsabilizou por ministrar e redigir os assentos de batismo do livro de nº 14 (1865-1875) foi o Mons. Luiz Pereira Gonçalves de Araújo. No ano de 1868, este sacerdote foi escolhido para recepcionar a Princesa Izabel e seu marido, Conde d'EU na Vila de Baependi. Ao lado de sua alteza, conduziu uma celebração solene sobre a edificação da Igreja de Santa Izabel de Hungria<sup>441</sup>. Sua participação nesta cerimônia provavelmente lhe conferiu notoriedade e importância diante dos seus humildes paroquianos e pessoas poderosas da região. Este evento contou com a presença de pessoas de elevada estima na região, como o Juiz de Direito Antônio Máximo Ribeiro da Luz, o Juiz Municipal Antônio Carneiro Viriato Catão, o Promotor Público Antônio Torquato Forte Junqueira, o Comendador Carlos Teodoro de Bustamante, o Dr. Manoel Joaquim Pereira de Magalhães, o ex-prefeito da Câmara Municipal de Baependi e o Comendador José Pedro Américo de Matos<sup>442</sup>.

Retomando as análises descritivas das fontes paroquiais, o livro de batismo de número 14º foi o que apresentou a maior quantidade de assentos redigidos: ao todo constam 1.192 atas batismais e 298 páginas rubricadas pelo Mons. Luiz de Araújo. O termo de encerramento foi registrado no dia 29 de agosto de 1875. Como já sublinhamos, foi justamente nestes anos que o sistema agrário da região encontrava-se em pleno vigor. Isto provavelmente teria contribuindo para o aumento da população local, o que acarretou no crescimento no número de crianças batizadas.

O livro de número 15º, que abrange os anos de 1875 a 1883, foi numerado e rubricado pelo Vigário e Mons. Marcos Pereira Gomes Nogueira. Este livro foi o

---

<sup>440</sup> Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Vol.79. Brasília: Edições do Senado Federal, 2007.

<sup>441</sup> PELLEGRINO, Sylvia Regina. **Izabel**, A Imperatriz do Brasil. Edição Kindle, Curitiba, Ano: 2013, p.64.

<sup>442</sup> Evento descrito no do livro "Baependi", de José Alberto Pelúcio. Visita Beija-mão. Te Deum. Baile. Ver: PELUCIO, José Alberto. Baependi. São Paulo: Gráfica Paulista, 1942/1.

segundo que obteve o maior número de assentos batismais, com 209 páginas que continham em média 7 a 8 assentos. As cerimônias destes batizados e suas descrições permitiram ao Pároco Nogueira ter conhecimento mais refinado sobre a lógica comportamental da sociedade Baependiense. Os livros de número de 16º e 17º, que encobrem os anos de 1875 a 1893, tiveram todas as suas páginas abertas, numeradas e rubricadas também pelo então, Mons. Marcos Pereira Gomes Nogueira.

Outra questão que pairava sobre estes assentos de batismo era o fator devocional. Encontramos três padrinhos Santos: um destes pais espirituais era o Santo Manaferro, que foi padrinho de Gorjeta, filha de um italiano residente em Baependi, Florentino Matroziani e de Dona Tereza Agustina. Diante destes dados, nota-se que foram poucos santos na região escolhidos para padrinhos.

Analisando as relações de compadrio na região de Valença, localidade de alta concentração de escravos na Província do Rio de Janeiro, Sidney Pereira da Silva encontrou, entre os anos de 1823 e 1885, apenas dois casos de Santos para os apadrinhamentos, num total de 3.883 registros<sup>443</sup>.

Com relação às madrinhas Santas, notificamos a presença de 157 protetoras espirituais. Estas madrinhas representam 0,1% de comadres não carnavais, mas a simples presença merece ser destacada. Destes casos, 18 foram protetoras espirituais de inocentes escravos e 139 de crianças livres. Isto indica, que os cativos tinham de tecer relação mais prática.

Na região de Vila Rica, Donald Ramos deixou claro que a escolha de uma Santa como madrinha era comum entre livres, mas entre os cativos isto era algo raro<sup>444</sup>. Em nossa pesquisa estas protetoras espirituais começam a aparecer no ano de 1823. O primeiro caso registrado foi do inocente Francisco, filho natural de Maria Angélica de Mendonça, de que foram padrinhos, Joaquim de Oliveira Castro e Nossa Senhora do Rosário. Porém, a madrinha espiritual mais recorrida, foi Nossa Senhora da Conceição, pois esta Santa estava presente em 59 assentos, todas as crianças que a tiveram como madrinha eram livres. A aparição desta protetora nos registros de batismo da região ocorreu no ano de 1873, e até onde sabemos, foi convocada até os últimos dias da

---

<sup>443</sup> SILVA, Sidney Pereira da. As relações parentais entre escravos: o batismo de escravos em Valença, Província do Rio de Janeiro (1823-1835). In: FALCI, Miridan Britto (org.). *Gênero e escravidão*. Rio de Janeiro: Encadernação Fátima Franklin, 2009.

<sup>444</sup> RAMOS, Donald. Teias Sagradas e profanas: o lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. *Varia História*, nº 31, Janeiro, 2004, p.64.

escravidão no país, ondem se encerra o recorte desta pesquisa. Provavelmente tenha sido invocada como madrinha nos anos subsequentes.

### **- Batizando na Matriz e nas Capelas filiais.**

Dentre os batismos de pessoas livres e escravas que serão analisados neste capítulo, a maioria foi celebrada na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Montserrat de Baependi, mas identificamos várias capelas e fazendas da região que serviram como espaço para celebração destes batismos. Foram realizadas nestes locais, entre os anos 1830 a 1888, 11.190 cerimônias batismais. Entretanto, este conjunto não corresponde ao total de batismos celebrados ao longo do período em tela, pois se encontram excluídos os registros referentes aos batismos de escravos recém-chegados da África e considerados pela Igreja como adultos.

A Matriz de Baependi, conhecida como Nossa de Senhora de Montserrat de Baependi, assim mencionada nos assentos paroquiais, teve várias Capelas e Igrejas subordinadas a sua administração religiosa. O surgimento desta Matriz se deu quando o Capitão Mor Tomé Rodrigues Nogueira do Ó, o patriarca da família Nogueira na região, decidiu erguer em sua fazenda denominada *Engenho* uma Capela. Em 1752 sua filha Dona Maria Nogueira do Prado decidiu doar estas terras para a fundação da Freguesia de Baependi, porém, sobre uma condição: de que a Igreja Matriz da localidade recebesse o nome Nossa Senhora do Montserrat. Assim em 1754, deu-se a transferência da antiga Capela do Engenho para a atual Matriz de Baependi<sup>445</sup>.

---

<sup>445</sup> Inventário e Testamento do Capitão-Mor Tomé Rodrigues Nogueira do Ó. Museu Regional de São João del Rei na caixa C-37. Número de folhas originais: aproximadamente de 250 a 300 folhas. O documento está extremamente deteriorado, muitas folhas estão grudadas ou rasgadas, impedindo a contagem exata. A numeração original das folhas (as que não estão rasgadas) está apagada. O documento está incompleto, faltando a folha de rosto. Inventariante: MARIA LEME DO PRADO. Inventário Redigido: São João del Rei em 741. Transcrito por: Ana Bárbara R. Pereira da Silva a pedido de Luís Antônio Villas Bôas. Data da Transcrição. Parte “transcrita do testamento do Capitão Mor TOMÉ RODRIGUES NOGUEIRA DO Ó”. “Para os herdeiros todos os bens achados na casa do dito Capitão Mor TOME RODRIGUES NOGUEIRA DO Ó aí de presente aos ditos inventariantes Dona MARIA LEME DO PRADO (... ilegível) lhe diferiu julgar sobre os Santos Evangelhos quantos eram os filhos deles herdados e todos os bens que por morte e falecimento do defunto seu marido foram lavrados (... ilegível) e dia, mês e ano em que faleceu o dito defunto e se fez testamento e que não deixou coisa alguma (...ilegível) foi feito a dita inventariante os juramentos em que pôs sua mão direita debaixo dos ditos livros e prometeu dar conta de todos os bens que pertenciam ao casal (... ilegível)... Mande um pedido comissão ao escrivão do meu cargo para que vá em o lugar de Baependi fazer dos defuntos TOME RODRIGUES e JOSÉ DE SÁ e faça inventário de seus bens por parte deste Juízo de Órfãos para cujo ato (... ilegível) os juramentos as ditas donas viúvas inventariantes para que debaixo dele deem ao dito inventário os bens dos casais e elegeram para avaliar um homem de são consciência para lhes avaliar (.....) São João del Rei, 24/SET/1741.

**Quadro: 2:** Matriz, Igrejas e Capelas pertencentes à Vila de Baependi, 1830-1888.

<b>Denominação e localização</b>	<b>Nº de Batismos</b>
Matriz de N. Sra. de Montserrat de Baependi	9.790
Capela de Santo Antônio do Piracicaba	704
Capela de NSA dos Remédios das Aguas Virtuosas de Caxambu	212
Capela de São Sebastião da Encruzilhada	79
Capela de São Jose do Favacho	28
Capela de São Tome das Letras	23
Capela de N. Sra. do Rio Verde	10
<b>Total</b>	<b>10.846</b>

**Fonte:** Cúria Diocesana da Cidade de Campanha. Livros de Batismo da Vila de Santa Maria do Baependi, 1830-1888.

Como já evidenciamos, a Igreja Matriz de Baependi era o recinto onde preferencialmente se celebravam as cerimônias batismais, provavelmente porque era ainda um dos poucos centros irradiadores da fé e que contava com a devida decência da pia batismal recomendada pelas Constituições Primeiras<sup>446</sup>, além de ser um sacramento preferencialmente administrado pelos Párocos.

Como podemos notar, na Matriz de Baependi houve 9.790 cerimônias de batismo. Neste local foram batizadas 7.358 crianças filhas de mães livres, 2.205 de mães escravas, 14 de mães forras e 31 de mães libertas. Verificando os *status* jurídicos destas mulheres, percebemos como os assentos paroquiais podem ser fontes reveladoras sobre a estrutura social que se configurou na região.

Apesar de estarmos lidando com indicadores gerais, no que se refere às mães das crianças livres que foram batizadas na localidade, num total 7.357, apenas 963 ou 13% ostentava a deferência do título de Dona, e somente 4 mães livres foram classificadas pelos Padres da Vila de Baependi como senhoras. Analisando um período e região distintos dos nossos, João Fragozo constatou que na Freguesia de Irajá, entre os anos de 1728 a 1739, tão-somente 23 (14%) mães livres foram reconhecidas pelos

---

<sup>446</sup> Constituições Primeiras. Livro I, Título XIX.

Clérigos da localidade como “donas”. Segundo o autor, as moças portadoras de tal honra eram de fato as melhores da terra, pois faziam parte das famílias mandatárias da Freguesia<sup>447</sup>.

Em nossa amostra, muitas das mães livres com insígnia de Dona, pertenciam às famílias senhoriais mais tradicionais da sociedade baependiense, e, além disso, eram casadas com pessoas detentoras de importantes patentes militares e títulos de honrarias (como comendadores), mas também haviam aquelas recém-saídas da pobreza e de ascendência escrava que ao longo tempo na companhia dos seus maridos conseguiram se ascender socialmente na hierarquia local. Apesar de estarmos estudando um contexto diferente daquele analisado por Fragoso, a permanência da velha estratificação social costumeira de uma sociedade de antigo regime é ainda percebida no distintivo de Dona para algumas mães livres que levaram os seus rebentos para serem batizados nas Igrejas da região.

Na Matriz de Nossa Senhora de Montserrat de Baependi, o Mons. Marcos Pereira Gomes Nogueira foi o Pároco que mais redigiu e batizou crianças: ao todo celebrou 4.577 batismos de inocentes e ingênuos na localidade, sendo 3.545 livres e 735 cativos. Por monopolizar a redação dos registros, tornou-se o maior porta voz de celebrações e festas na comunidade, além de ser também o que mais nos informou sobre a hierarquia social da escravidão que vigorava na região<sup>448</sup>.

O Mons. Marcos nasceu em Baependi no dia 18 junho de 1847, numa chácara de propriedade de seu tio, o português e negociante Manuel Constantino Pereira Guimarães. No Lava-pés, então uma das extremidades da Vila. Era filho de João Constantino Pereira Guimarães, imigrante português da região do Minho e de Ana Engrácia Nogueira Meirelles, que era bisneta do Capitão-Mor Tomé Rodrigues Nogueira do Ó, considerado o fundador de Baependi.

O primeiro sacramento de batismo ministrado pelo Pároco Marcos Pereira Gomes Nogueira ocorreu no ano de 1864. Batizou com os Santos Óleos a inocente Cecília parda, filha de Sebastiana parda, escrava do italiano, Doutor Francisco Viotti.

---

<sup>447</sup> FRAGOSO, João. "A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa." In: *Revista Tempo* 8. (15). 2003. [http://www.ifcs.ufrj.br/~ppghis/pdf/joao\\_nobreza\\_bandos.pdf](http://www.ifcs.ufrj.br/~ppghis/pdf/joao_nobreza_bandos.pdf).

<sup>448</sup> GUEDES, Roberto. O vigário Pereira, as pardas forras, os portugueses e as famílias mestiças. Escravidão e vocabulário social de cor da freguesia de São Gonçalo (Rio de Janeiro, período colonial tardio) In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Brasil Colonial (1720-1821)*, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

Foram padrinhos desta criança, Alberto, escravo de Dona Izabel Rodrigues Viotti e Marcelina Leopoldina da Conceição.

Em 1868 o Padre Marcos Pereira Gomes Nogueira participou da cerimônia de lançamento da pedra fundamental da Igreja de Santa Isabel. Este evento contou com a ilustre presença da jovem Princesa Isabel, benemérita doadora daquele templo em agradecimento pela graça da concepção de um príncipe herdeiro<sup>449</sup>. Dois anos após este evento o Pároco Nogueira assume o posto de Vigário Geral da Paróquia de Baependi.

O Padre Marcos Pereira Gomes Nogueira batizou 34 crianças que eram seus sobrinhos. Estas cerimônias foram ministradas na Matriz de Nossa Senhora do Montserrat de Baependi. Além da Matriz, o Mons. Marcos batizou crianças em outras Capelas da Vila de Baependi. Na Capela de Santo Antônio de Piracicaba, celebrou 394 batismos, sendo 329 inocentes livres e 65 cativos. Na Capela de São Sebastião da Encruzilhada todas as crianças batizadas pelo Pároco Nogueira eram filhas de pais escravos: ao todo foram 11, sendo que nove delas pertencia ao Capitão José de Souza Meireles, filho do também Capitão João de Souza Meireles.

Na capela de Nossa Senhora dos Remédios das Águas de Caxambu, localizada dentro da fazenda do Comendador Carlos Teodoro Bustamante, foram celebrados 145 batismos de crianças, destes, 128 foram ministrados pelo Pároco Manoel Pereira Gomes Nogueira, sendo 107 crianças livres e 21 escravas. Nenhum dos filhos do Doutor Bustamante foram batizados neste local, mas receberam o sacramento do batismo na Matriz de Nossa Senhora de Montserrat de Baependi pelo próprio Mons. Marcos.

De acordo com os assentos paroquiais pesquisados, os batismos celebrados pelo Mons. Marcos na região de Baependi se estenderam entre os anos de 1864 a 1906. Após este ano, precisou se ausentar temporariamente, pois recebeu um convite de governar o Bispado de Pouso Alegre durante a ausência de D. João Batista Correia Nery, que partiu para Roma, em visita ao Papa S. Pio X. Em 1916, o Padre Marcos Pereira Gomes Nogueira faleceu vítima de um atropelamento de trem.

As celebrações batismais ministradas pelo Mons. Manoel Pereira Gomes Nogueira não se restringiram ao espaço da Igreja Matriz de Baependi, derramou os Santos Óleos do batismo em vários oratórios particulares de fazendas e capelas da região (Baependi). Por detrás destas visitas havia o anseio de ampliar o seu raio de ação social, pois a estratégia de difundir a sua atividade sacerdotal lhe serviu para aproximar

---

<sup>449</sup> PELUCIO, José Alberto. *Templos e Crentes*. São Paulo: Gráfica Paulista, 1942/2.

de pessoas importantes da região, ou seja, indivíduos que poderiam lhe oferecer alguma ajuda financeira nos reparos da Matriz ou lhe apoiar na elevação de cargo religioso na hierarquia eclesiástica.

Caso um pouco parecido foi notado por Giovanini Levi na região Italiana de Piemonte durante o século XVII. Através das práticas de exorcismo do Padre Giovan Batista Chiesa, Levi notou como o campo relacional deste sacerdote foi ampliado em vários vilarejos onde eram feitas suas pregações. De acordo com Levi, as visitas de Chiesa não nasceram de um ofício sacerdotal localizado em torno de sua Paróquia, e seu movimento foi exatamente o contrário: primeiro exorcizou em outras regiões, e, quando se encontrava no ápice de sua carreira, começou a exercer sua atividade religiosa na sua comunidade de origem (Santena)<sup>450</sup>. Através das pregações de Chiesa em várias freguesias, o autor percebeu que este Pároco, conseguiu ascender uma cadeia de relações com pessoas importantes que lhe deram apoio contra as pressões dos bispos locais <sup>451</sup>.

Comparadas às atuações sacerdotais destes distintos padres, através das fontes consultadas, temos informações que o Mons. Marcos exerceu atividades religiosas que eram legais perante a Madre Igreja, sobre estas ações, conseguiu difundir a sua fama e formar uma ampla rede de amigos e conhecidos que poderiam lhe ajudar em sua projeção sacerdotal.

A atuação do Mons. Marcos na paróquia de Baependi pode ser observada à luz de um método indiciário proposto por Giovanni Levi, ou seja, a imagem de um *brokers*. Conforme Levi, os *brokers* seriam pessoas que possuíam características diferenciadas dentro da sua “aldeia” e que, por conta disto, vinculavam a sua comunidade com o mundo exterior, defendendo interesses ligados à sua facção, mas que, indiretamente, beneficiavam outras famílias da localidade. Por sua vez, estes agentes possuíam as chaves de acesso aos poderosos do centro decisório de um sistema maior e o poder de realizar esta conexão transformava-o num potentado local e/ou regional. Neste sentido, o broker seria “um mediador entre a comunidade e a sociedade mais ampla”<sup>452</sup>.

Sendo prerrogativa inevitável do *broker* ter legitimidade social é inteligível pressupor que o Mons. Marcos Pereira Gomes Nogueira era detentor destes recursos,

---

<sup>450</sup> GIOVANNI, Levi. *A Herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2000, p. 60-62.

<sup>451</sup> Idem, p. 67.

<sup>452</sup> Idem, p. 51.

conforme se observar em seu inventário: conformou alianças em sua comunidade de origem como em outros lugares do Império Brasileiro. Através desta fonte, descobrimos que produzia e exportava folhas de fumo para as casas comerciais da cidade do Rio de Janeiro e para a região paulista de Lorena<sup>453</sup>. E mais, em conta corrente de uma saldo de 1:000\$000 em London Brazilian Bank. Ao falecer no ano de 1916, seu inventario foi avaliado em 57:434\$959<sup>454</sup>.

Além disso, o Mons. Marcos era um homem de confiança e quisto por D. Silvério Gomes Pimenta, Bispo da Diocese de Mariana, tanto que foi escolhido por este eclesiástico para se tornar Bispo de Pouso Alegre (Paróquia localizada no Sul de Minas). Diante desta trajetória, é possível perceber as marcas deixadas pelo Mons. Marcos nos diversos segmentos sociais da vida baependiana, que se deram por meio do seu trabalho como religioso, fazendeiro, negociante, político e educador.

Pelo fato de Mons. Marcos ter circulado por estes distintos espaços, é provável que tenha trazido novas ideias para o desenvolvimento de Santa Maria do Baependi, que o levaram a reivindicar por alterações importantes na região. Mons Marcos mostrou a sua força e deixou a sua marca principalmente nas construções e nas ações que favorecia os moradores por meio das suas intervenções, como a restauração da Matriz do Nossa Senhora Montserrat, que desde a sua inauguração no ano 1754 não havia passado por nenhum reparo. Também foi um dos responsáveis pela realização do primeiro cemitério extramuros.

Essas necessidades trazidas pelos Mons. Marcos Pereira certamente eram influenciadas pelas ideias que trouxe de outras regiões da província mineira e nas suas várias vindas e idas à Corte do Rio do Janeiro e a província de São Paulo. Sepultado em sua fazenda Boa Esperança, recebeu ainda uma ultima retribuição, foi erguida na praça da cidade de Baependi ( que hoje leva o seu nome) uma estátua em sua homenagem.

A história do Mons. Marcos Pereira Gomes Nogueira mostra a atividade concreta de um empreendedor político local, que, durante o período em que esteve paroquiano na região, conseguiu desenvolver uma ação transformadora das regras reguladoras de uma sociedade de ordens, através da realização de uma carreira

---

<sup>453</sup> O Mons. Marcos Pereira Gomes Nogueira mantinha transações comerciais com a Casa Sucena de José Pereira de Souza & Cia. Estabelecimento Comercial localizado na capital do Rio de Janeiro, na av. Rio Branco, n°: 76 a 86. Estabelecimento fundado em 1806.

<sup>454</sup> AHETII/IPHAN/SJDR – Arquivo Histórico do Escritório Técnico II do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del-Rei. Inventário do Mons. Marcos Pereira Gomes Nogueira , ano: 1916, Caixa: 58.

individual e da atividade inovadora, ocupando espaços deixados pelas regras imprecisas e contraditórias desta sociedade aparentemente estruturada em instituições rígidas. Diante destas atuações, podemos compreender o Padre Marcos como pessoa de liderança local em cansativa atividade de mediação entre o estado e a comunidade, e entre diversas pessoas ligadas a distintos segmentos da localidade<sup>455</sup>.

Na sequência temos o Padre Joaquim Gomes do Carmo, o segundo Pároco que mais realizou cerimoniais batismais na Vila de Baependi. Soubemos que ficou um longo período na região ministrando este primeiro sacramento cristão, entre 1803 a 1869. Durante a sua estadia em Baependi, tornou-se Vigário da Vara da Comarca de Baependi. Tal função fez com que acompanhasse vários clérigos no exercício do sacerdote católico, tanto que, antes de falecer, professorou o Mons. Manoel Pereira Gomes Nogueira. O Padre Joaquim Gomes Carmo exerceu esta função sacerdotal até ano de 1866, ano de seu falecimento.

Durante o período em que esteve como Pároco na Vila de Baependi, foi responsável por lavrar e celebrar 3.048 cerimônias de batismo, deste total, 2.467 eram inocentes livres batizados e 581 eram escravos. Na Capela de Santo Antônio da Piracicaba foram 111 batismos celebrados por este Pároco, sendo 20 de inocentes escravos e 91 de livres. E na Capela de São Sebastião da Encruzilhada, foram 13 inocentes filhos cativos batizados e 21 livres.

O terceiro Pároco da Vila de Baependi que mais batizou crianças foi Julião Carlos Rangel da Silva, filho de Julião Carlos Rangel e Maria Francisca da Silva, já falecidos, naturais de Pitangui. Em seu testamento alegou que era pobre e homem de poucos bens, tinha em seu poder apenas uma casa onde morava com a sua irmã, Leopoldina Delfina Rangel. Faleceu no dia 20 de junho de 1856 com 80 anos de idade, foi sepultado na Matriz de Nossa Senhora de Montserrat de Baependi perto das escadas do altar-mor<sup>456</sup>.

Quando era Vigário da Vila de Baependi, batizou crianças pertencentes às distintas condições jurídicas. Ao todo realizou 1.882 cerimônias de batismo, sendo 1.417 inocentes livres e 465 de escravos. Na Matriz de Nossa Senhora de Montserrat onde foi sepultado, derramou os Santos Óleos em 1.243 crianças livres e 401 infantes

---

<sup>455</sup> LEVI, op. Cit., 2000, p. 192- 197. Ver, em especial o capítulo IV, momento no qual Giovanni Levi demonstra a importância sociopolítica do Padre Exorcista Giulio Cesar Chiesa para a comunidade de Santena.

<sup>456</sup> AHETII/IPHAN/SJDR. Testamento do Padre Julião Carlos Rangel da Silva, ano.1856, cx:08.

filhos de pais cativos. Na Capela de Piracicaba foram 11 livres e 3 escravos, e na Encruzilhada uma criança escrava e nove inocentes livres.

Na Igreja de São Tomé das Letras, Freguesia subordinada à Vila de Baependi, foram poucas as vezes em que os Párocos da Matriz de Baependi foram até este local para batizar crianças. Em São Tomé o Padre Julião Carlos Rangel da Silva batizou apenas três crianças e o Mons. Marcos apenas duas.

### **– Celebrando batismos fora da Igreja**

Os batismos realizados na Vila Baependi não ficaram circunscritos aos recintos das igrejas e capelas filiais. Na sociedade oitocentista brasileira, não era comum Párocos batizarem crianças em espaços distintos da Igreja. As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia previam em seu título XII, a possibilidade de administrar o sacramento do Batismo fora da Igreja em qualquer lugar por qualquer pessoa: “se alguma criança ou adulto estiver em perigo de vida, antes de poder receber o Batismo na Igreja, pode e deve receber fora dela, em qualquer lugar, por efusão, ou aspensão, e por qualquer pessoa”<sup>457</sup>.

As situações que se apresentava na Vila de Baependi não condizem muito com estas regulamentações religiosas. Vimos muitos Padres Baependianos deslocando-se de suas Igrejas para batizarem crianças nas fazendas da região. Estas visitas ocorreram em 10 ocasiões.

---

<sup>457</sup> Conforme texto das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Brasília: Senado Federal, 2007, p.17.

**Quadro 3 : O batizado dos inocentes realizados nas fazendas da Vila de Baependi, 1820-1888.**

<b>Fazendas</b>	<b>Nome dos proprietários</b>	<b>Nº Batismo</b>
Fazenda do Angahy	(Tenente) José de Souza Meireles	<b>42</b>
Aguas Virtuosas do Caxambu	(COMENDADOR) Carlos Teodoro Bustamante	<b>14</b>
Fazenda da Roseta	(BARAO) Justo Domingos Maciel	<b>14</b>
Fazenda do Bom jardim dos Penhas	(CAPITAO) Antônio Goncalves Penha	<b>13</b>
Fazenda do Congonhal	(PADRE) Jose Esaú dos Santos	<b>13</b>
Fazenda Sto. Antônio do Morro Queimado	(SENHOR) Joaquim Ferreira Alves Madeira	<b>10</b>
Fazenda da Gamarra	(TENENTE) Manoel Antônio Pereira	<b>8</b>
Fazenda da Ressaca	(SENHOR) Francisco Xavier Maia	<b>7</b>
Fazenda da Boa Vista do Rio do Peixe	(SENHOR) Jose Goncalves Valim	<b>6</b>
Fazenda Ribeiro do Vale Formoso	(CAPITAO) Amaro Gomes Nogueira	<b>6</b>

**Fontes:** Assentos Paroquiais de Batismo da Vila de Santa Maria do Baependi (1830-1888)

Entre estas visitas paroquiais, o Mons. Marcos Pereira Gomes Nogueira foi quem mais batizou crianças fora da igreja: compareceu a 60 unidades. Aquela em que esteve mais presente foi a fazenda da Roseta, propriedade do Barão da Roseta, o senhor Justo Domingos Maciel.

O pároco Joaquim Gomes do Carmo compareceu a 29 fazendas para batizar crianças pertencentes a distintas famílias da região. Nas terras da Roseta, celebrou quatro cerimônias de batismo, todos estes inocentes batizados eram filhos naturais de Angélica, escrava do senhor Justo Domingos Maciel. O fato de estes escravos terem sido batizados no oratório desta unidade demonstra que este senhor tinha algum apreço e admiração pela mãe destes rebentos, pois Angélica foi à única cativa desta fazenda a ter seus filhos apadrinhados dentro da casa do Barão.

O Padre Joaquim Gomes Carmo fez o mesmo percurso do Mons. Marcos. Foi até a fazenda das Águas Virtuosas de Caxambu, propriedade do Comendador Carlos Teodoro Bustamante, para batizar um inocente livre, filho de João Francisco de Carvalho e Luiza Zeferina de Souza.

Na fazenda do Angalis, propriedade do Capitão José de Souza Meireles, foram batizadas 42 crianças, sendo 20 livres e 22 escravas. Destes inocentes cativos, cinco pertenciam ao senhor Meireles. A grande maioria destes batizados recebeu os Santos

Óleos das Mãos do Padre Custodio Monteiro de Monte-Raso. Este pároco foi o fundador da Capela de Nossa de Senhora da Conceição mencionada no quadro acima. No oratório desta fazenda celebrou 14 batismos, sendo que em 4 destas celebrações estavam os inocentes filhos do Capitão José de Souza Meireles.

A frequência com que estes Párocos compareciam às fazendas para batizarem crianças, prova que as normas das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, que penaliza estes atos, não eram cumpridas. Desta forma, estes eclesiásticos aproveitavam destas brechas normativas para tecer importantes relações com distintas casas senhoriais da Vila de Baependi.

Muitas destas fazendas eram propriedades das pessoas mais abastadas e influentes na região, ou seja, de homens portadores de prestígio na comunidade local. Portanto, os esforços empreendidos por estes Párocos em batizar crianças em várias fazendas espalhadas pelo Termo de Baependi não consistia apenas em um dever religioso, mas em fortalecer os seus laços com pessoas de prestígio que poderiam lhes fornecer algum apoio no futuro.

#### **- O compadrio escravo: tecendo relações com vários setores da sociedade.**

Antes de iniciarmos os exames das relações de compadrio dos cativos com os vários segmentos da sociedade de Baependi, é necessário esclarecer a metodologia empregada para os dados que foram coletados para a escrita deste capítulo.

Parto, portanto, do tratamento metodológico das fontes proposto por Silvia Brugger, que, para compreender os significados sociais do compadrio, parte das análises das condições jurídicas das pessoas envolvidas nas cerimônias de batismo. Sobre este método, a autora tomou como referência a condição jurídica da figura materna, “por estar muito mais presente nos registros do que a paterna, omitidos, no caso de filhos ilegítimos<sup>458</sup>. Entretanto, a autora salienta que em muitas situações, as escolhas de padrinhos e madrinhas não eram decididas apenas pelas mães, poderia partir de ambos os progenitores, mesmo em casos de proles ilegítimas.

Seguindo a orientação de Brugger, na confecção das tabelas tomamos como referência a figura das mães cativas, pelo fato de estarem mais presentes nas cerimônias de batismo e por ser o ventre que determina a condição dos inocentes batizados. Mas

---

<sup>458</sup> Silvia Brugger, *Minas Patriarcal*. Op, cit., p.289.

incluímos nesta análise os casais escravos legítimos e aqueles mistos em que as mães eram escravas e os pais forros, libertos e sem menção a sua condição. Optamos por este método para capturamos o máximo de relações em que os cativos estavam envolvidos. Com isto, iremos analisar os laços de compadrio dos escravos com vários setores da sociedade.

O corpo documental analisado é composto por 2.796 atas batismais referentes às crianças filhas de pais e mães cativos, num período que se estende, entre 1830 a 1888. Destes rebentos, 1.145 (40,9%) foram referidos pelos Párocos da região como legítimos, estavam na companhia dos pais nas pias batismais, e 1.651 (59,1%) como naturais, vivendo somente com as mães solitárias. Nem todas as mães que não tiveram a presença de seus companheiros nas cerimônias de batismo foram registradas pelos Párocos como solteiras, razão pelo qual adotei o termo “solitária”, termo sugerido por João Fragoso ao analisar as crianças registradas como naturais nas Paróquias rurais do Recôncavo da Guanabara no século XVIII<sup>459</sup>.

Em nosso banco de dado, os padrinhos e as madrinhas foram classificados pelos Padres de Baependi como libertos, forros, escravos, mas uma significativa quantidade de tutores espirituais não teve seus *status* jurídicos declarados por estes Párocos. A omissão destes dados não nos impediu de realizar uma análise destas relações, pois muitos destes pais espirituais que não tiveram suas condições jurídicas arroladas nas atas batismais. Por outro lado, tiveram suas ocupações registradas pelos eclesiásticos, e, assim conseguimos saber que uma parte deste contingente de pessoas eram livres.

Suspeita-se que estes tutores espirituais eram pessoas livres pobres ou egressos do cativeiro. Nos registros paroquiais, vimos que a maioria destes indivíduos de condições indeterminadas foram designados apenas com um sobrenome, indicativo, talvez, de serem recém-libertos ou pessoas de ascendência escrava. Todavia, como é sabido, era costume dos libertos e até mesmo dos livres pobres a adição de um sobrenome familiar de seus ex-senhores<sup>460</sup>. Além disso, todos foram padrinhos de crianças cativas, o que sugere serem eles egressos da escravidão ou pessoas que mantinham algum tipo de ligação com as senzalas.

---

<sup>459</sup> Termo técnico da demografia. FRAGOSO, João. *Apontamentos para uma metodologia em História Social...* op. cit.

<sup>460</sup> FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

Certamente, se essa gama de padrinhos e madrinhas fosse escravos sua condição não escaparia aos olhos dos Párocos, pois, junto a sua indicação viria o nome de seu proprietário. Além do mais, foi registrada pelos clérigos uma quantidade significativa de indivíduos presos à escravidão, o que prova que os Padres estavam atentos em notificar nos assentos de batismo o *status* jurídico deste mancipios. Tendo estes dados a nosso favor, não correremos tanto o risco de considerar estes padrinhos que não tiveram as suas condições jurídicas mencionadas nas atas como livres, mesmo cientes de estarmos tratando de um segmento bastante amplo e heterogêneo. Ou seja, não havia nenhum tipo de determinação que a qualidade social de certo indivíduo devesse ser anotada, sendo esta uma característica das hierarquias (costumeiras) de cada localidade e de cada pároco, de acordo com o diferente grau de inserção social que cada padre tinha na comunidade em que atuava.<sup>461</sup>

Feita esta breve explanação metodológica, iremos visualizar na tabela abaixo o as relações de compadrio dos indivíduos que vivenciaram a experiência de cativo na histórica Vila de Santa Maria do Baependi, entre o período de 1830 a 1888.

---

<sup>461</sup> GUEDES, Roberto. O vigário Pereira, as pardas forras, os portugueses e as famílias mestiças. Escravidão e vocabulário social de cor na Freguesia de São Gonçalo (RJ, período colonial tardio). In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Brasil colonial* (ca.1720-ca.1821). Rio de Janeiro: 2014.

**Quadro 4 : Condição Jurídica dos padrinhos e madrinhas dos filhos de mães escravas da Vila de Baependi, 1830-1888.**

<b>1830-1850</b>				
Condição Jurídica	Padrinhos	%	Madrinhas	%
Livres	456	69,4	433	66,1
Libertos	3	0,4	1	0,1
Forros	3	0,4	9	1,3
Quartados	1	0,1	-	-
Escravos	194	29,5	212	32,3
Santas	-	-	1	0,1
<b>Total</b>	<b>657</b>	<b>100</b>	<b>655</b>	<b>100</b>
<b>1850-1870</b>				
Condição Jurídica	Padrinhos	%	Madrinhas	%
Livres	627	78,8	604	75,2
Libertos	2	0,2	1	0,1
Forros	3	0,3	1	0,1
Escravos	171	21,2	197	24,4
<b>Total</b>	<b>803</b>	<b>100</b>	<b>803</b>	<b>100</b>
<b>1871-1888</b>				
Condição Jurídica	Padrinhos	%	Madrinhas	%
Livres	634	62,9	549	56,7
Libertos	5	0,4	20	2
Forros	6	0,5	6	0,6
Quartados	-	-	1	0,1
Escravos	362	35,9	392	40,4
Santas	-	-	6	0,6
<b>Total</b>	<b>1.007</b>	<b>100</b>	<b>968</b>	<b>100</b>

**Fontes:** Assentos Paroquiais de Batismo da Vila de Santa Maria do Baependi (1830-1888).

As informações quantitativas coletadas dos próprios assentos de batismo corroboram com os números acima acerca da importância que o compadrio tinha para os escravos da região de Baependi. A princípio, nota-se o reconhecimento que os cativos tiveram sobre esta instituição que se traduziu no alto percentual de pessoas livres como pais espirituais dos seus rebentos.

Para os cativos, a escolha de padrinhos e madrinhas não pareceu oscilar sobre dois extremos sociais<sup>462</sup>, percebe-se que a maioria se ligou a pessoas livres. Segundo

<sup>462</sup> Algo visto por Silva Brugger no compadrio escravo da Vila São João del Rei, entre os anos de 1750 a 1850. BRÜGGER, Silvia M. J., op. cit., 2002, cap. 5.

Robert Slenes, a construção pelos escravos dos laços de compadrio que ultrapassavam os limites da senzala demonstra “a necessidade, num mundo mais hostil, de criar laços morais com pessoas de recursos, para proteger-se a si e aos seus filhos”. Slenes cita casos de escravos que puderam contar com favores de compadres livres para a obtenção da alforria. Por outro lado, mostra como a aproximação em relação ao universo da liberdade e a dependência em relação aos seus senhores ou outros homens livres, talvez, gerassem uma posição desconfortável ao escravo no interior da escravaria, na medida em que ele poderia ter sido um aliado do senhor em possíveis contendas com seus companheiros de cativeiro<sup>463</sup>.

Considerado que este argumento deva ser problematizado, pois, os indivíduos livres que teceriam laços de compadrio com os cativos, muitos eram egressos do cativeiro ou pessoas que viviam sob a dependência dos seus senhores. Evidencia-se, portanto, o caráter múltiplo do compadrio entre livres e escravos: esse tanto podia ser utilizado para reforçar laços entre livres pobres e cativos, marcados mais pela proximidade que pela hierarquia, quanto como um mecanismo para que membros da elite (e aspirantes a ela) estabelecessem relações indiretas. Talvez essas relações de compadrio acontecessem primariamente em razão da proximidade entre cativos e livres pobres, aproximados pelo cotidiano da labuta e pobreza rural.

Continuando na mesma toada, a aproximação dos escravos com a população livre tornar-se mais intensa ao descobirmos que, na maioria das cerimônias de batismo dos inocentes cativos, os padrinhos livres estavam na maior parte das vezes acompanhados pelas madrinhas da mesma condição jurídica; ambos compareceram juntos as pias batismais 1.563 vezes. Nestes casos, a opção por dois pais espirituais livres corrobora com o que vem sendo reforçado por Silvia Brugger, de que o compadrio se estabeleceu como uma “aliança para cima”<sup>464</sup>.

Considerando essa elevada presença de tutores livres, podemos acentuar que o número de vezes que os cativos aparecem apadrinhando crianças escravas ao lado de pessoas livres tornou-se um dado pouco expressivo, pois apenas 113 cativos e 184 cativas foram convidados para apadrinhar os inocentes escravos ao lado de agentes livres.

---

<sup>463</sup> SLENES, Robert. Senhores e Subalternos no Oeste Paulista. In: ALENCASTRO, Luis Felipe de (org.). *História da vida privada no Brasil*. v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 1997, p.271.

<sup>464</sup> Brugger, 2002, p. 287.

Ana Lugão Rios, trabalhado com a família escrava da Paraíba do Sul, entre 1872 e 1888, afirma que a opção por padrinhos livres e madrinhas escravas teria sido uma maneira de conciliar o interesse no *status* social dos padrinhos com os cuidados e a solidariedade que uma madrinha escrava poderia facilmente prestar às crianças.<sup>465</sup> Esta combinação de padrinhos livres e madrinhas cativas foi observada por Brugger e Tania Kjerfve em Campos do Goitacazes, entre 1754 e 1766. Segundo as autoras, este tipo de escolha prende-se mais a fatores de ordem pragmática, tais como a interferência em possíveis conflitos ou a facilitação da alforria<sup>466</sup>. Tais explicações fazem sentido, pois na região em análise, as madrinhas escravas foram mais requisitadas do que os padrinhos da mesma condição.

Com base no que demonstramos, podemos entender que as relações de compadrio entre os escravos estiveram mais fortalecidas no mundo dos livres do que nas “comunidades das senzalas”, pois quando havia a possibilidade de escolha, a tendência era convidar pessoas que não estavam presas ao cativo. Portanto, na localidade em estudo, as hierarquias sociais não favoreciam a consolidação dos laços horizontais entre cativos, sendo a função principal do compadrio o estabelecimento de relações verticais entre os escravos com pessoas livres.

Com isto, não queremos dizer que o baixo percentual de escravos como padrinhos de crianças cativas elimine qualquer chance destes indivíduos fortalecerem os seus laços no interior do cativo, mas é importante salientar que, pelo fato de terem a maioria das pessoas livres como seus compadres, isto fez com que muitos destes mancipios fossem mais seletivos aos escolherem padrinhos presos à escravidão. De fato, teriam dado preferência àqueles escravos que estivessem melhores posicionados na hierarquia do cativo, ou seja, cativos que teriam condições de dar proteção e direção à vida dos seus afilhados e compadres<sup>467</sup>.

Sobre este processo podemos entender que uma multidão de escravos não foi chamada para batizar crianças, e provavelmente não mobilizaram um mínimo de

---

<sup>465</sup> RIOS, Ana Lugão. *Família e transição: famílias negras em Paraíba do Sul. 1872-1920*. Dissertação de Mestrado, Niterói, 1990, p.58.

<sup>466</sup> KJERFVE e Brugger, Silvia M. J. "Compadrio: relação social e libertação espiritual em sociedades escravistas (Campos, 1754-1766)", *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 20 (1991).

<sup>467</sup> João Fragoso ao pesquisar as relações de compadrio dos escravos das freguesias rurais do Recôncavo da Guanabara, constatou que haviam escravos melhores posicionados na hierarquia do cativo que se tornaram protetores de varias famílias presas a escravidão. Ver: FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Principais da Terra, Escravos e a República. O desenho da paisagem agrária no Rio de Janeiro Seiscentista. In *Revista Ciência e Ambiente*, Santa Maria (UFSM), n.º. 33, jul./dez. pp. 97-120, 2006; FARINATTI, op. cit., 2011a.

recursos materiais e relacionais que os outros dispunham. Não por acaso, vimos que muitos cativos na região passaram a vida inteira no cativeiro sem sequer apadrinhar ao menos uma criança presa à senzala.

Além disso, podemos também pensar que os laços que ligam alguns cativos excluem os outros, tornando, assim, mais distintos e hierarquizados. Pelas fontes pesquisadas, temos informações que muitos casais de cativos com vários rebentos não tiveram pessoas livres como compadres, mas parceiros de senzala que poderiam cumprir a função de torna-se um poderoso aliado. Um escravo, especialmente da mesma escravaria ou de propriedades vizinhas, poder ser mais acessível e confiável, alguém inclinado a ter em alta consideração aos afilhados e os pais e responder com mais rapidez ou generosidade a alguma necessidade<sup>468</sup>.

Havia cativos de consideração como Ireneo Tropeiro, escravo do maior negociante da Vila de Baependi, Luiz Fernandes da Costa Guimarães. Este mancipio compareceu a seis oratórios particulares das fazendas da região para tornar-se compadre de duas famílias escravas. Seus afilhados estiveram espalhados nas propriedades dos senhores Venâncio da Rocha Figueiredo e Manoel Ferreira Alves. Na unidade do primeiro senhor apadrinhou um inocente cativo, e na segunda tornou-se tutor espiritual de cinco crianças, filhos de Severo e Generosa. O fato de Ireneo ser escolhido padrinho espiritual de todos os filhos deste casal, é sinal de que tinha prestígio nesta senzala, além de servir para mediar às relações entre estes patriarcas.

Por outro lado, padrinhos e madrinhas forros e libertos foram os que menos apadrinharam crianças filhas de cativos na Vila de Santa Maria do Baependi. É fato que constituíam um segmento minoritário, mas as madrinhas forras e libertas foram as que mais compareceram as cerimônias dos inocentes cativos. Este dado, talvez possa ser explicado na medida em que as alforrias, segundo alguma pesquisa, eram mais concedidas a mulheres do que os homens<sup>469</sup>. Acredito que este dado demográfico não

---

<sup>468</sup> GRAHAM, 2005, p. 73-75.

<sup>469</sup> OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. *O liberto: o seu mundo e os outros*. São Paulo: Corrupio; [Brasília, DF]: CNPq, 1988.; PAIVA; KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. KJFERVE Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995; LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Slavery and economy of São Paulo, 1750-1850*. California: Stanford University Press, 2003. KJFERVE, Tânia Maria G.; BRUGGER, Silvia Maria. *Compadio: relação social e libertação espiritual em sociedades escravistas (Campos, 1754-1766)*. *Estudos Afro-asiáticos*. Nº 20. Rio de Janeiro: *Cadernos Cândido Mendes*, 1991. METCALF, Alida C. *A família escrava no Brasil Colonial: um estudo de caso em São Paulo*. *História e População: estudos sobre a América Latina*. São Paulo: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, 1990. GUEDES, Roberto.

seja suficiente para explicar tal constatação. Outra explicação que me parece mais plausível consiste num gradativo processo de abandono da designação liberto e forro condicionada pela mobilidade social destes agentes, como é o caso do ex-preto forro Miguel Nogueira. Quando era escravo do Sargento-Mor Manoel Nogueira de Sá, Miguel era designado nos registros batismais como preto; quando se tornou forro, ainda continuava sendo definido com a mesma cor. Após alçar o *status* de senhor, sua condição jurídica e cor deixaram de ser mencionadas pelos Párocos nas atas paroquias.

Provavelmente, a mobilidade e a ascensão social do senhor Miguel Nogueira não permitiram que fosse mais reconhecido como preto forro, distanciando-se do estigma de cativo. Como salienta Roberto Guedes, “a ascensão social provocava a mudança de cor ou a atribuição de signos de prestígio social, ao passo que (re)aproximar-se do cativo provocava o rebaixamento social manifesto na cor”<sup>470</sup>. Além disto, Guedes também salienta, que a qualidade não é uma categoria engessada, mas pode alterar no decorrer da vida dos agentes sociais, em função das circunstâncias relacionais que o mesmo estava envolvido, um casamento que leve a mudança de cor, a inserção em uma rede de compadres, o acesso à posse escrava etc.,<sup>471</sup>

Acreditamos que este processo tenha ocorrido com vários agentes que não tiveram suas condições mencionadas em nossos assentos de batismo, considerando que numa sociedade escravista a mobilidade social era aberta para todos<sup>472</sup>. Portanto, a posse de bens, as relações com pessoas de notoriedade e o alcance de um *status* senhorial, certamente contribuíam para que muita gente com ascendência escrava mais ou menos distante conseguisse encobrir a mancha do cativo<sup>473</sup>.

No que remete a questão devocional no compadrio dos cativos, ainda outro tipo de opção se fez presente: encontramos alguns casos em que as madrinhas terrenas foram

---

*Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social* (Porto Feliz, São Paulo, c.1798-c.1850). Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2008. SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do cativo: alforrias e liberdades nos Campos dos Goitacases, c.1750 – c.1830*. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2006. (Tese de Doutorado em História).

<sup>470</sup> GUEDES, Roberto. Estratégias de mobilidade social em sociedades escravistas. Uma análise comparada (Porto Feliz/São Paulo/ Brasil e Torbee/São Domingos, séc. XVIII e XIX). *Fronteiras*, v. 10, nº. 18, pp. 51-93, jul./dez. 2008b, p. 2.

<sup>471</sup> No capítulo 2 de seu livro “Egressos do cativo desenvolve importantes aspectos teóricos sobre a mobilidade social em sociedade de antigo de regime aberta a pessoas de modestas qualidades sociais. GUEDES, Roberto. Op. Cit. Rio de Janeiro: Ed. MAUADX, 2008.

<sup>472</sup> MACHADO, C. *A trama das vontades*. Negros, pardos e negros na produção da hierarquia social (São José dos Pinhais – PR, passagem do XVIII para o XIX. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2006.

<sup>473</sup> SOARES, Márcio. *A remissão do cativo: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, 1750-1830*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

substituídas pelas madrinhas Santas. Os números não são muitos expressivos, ao todo foram 7 inocentes escravos que tiveram Santas como madrinhas. A protetora mais requisitada foi N. Sra. dos Remédios (3), seguindo de N. Sra. da Conceição (2), Nossa Senhora (1) e N. Sra. da Vitória. Destes batismos, seis inocentes cativos filhos naturais foram entregues aos cuidados espirituais destas Santas, e apenas uma criança legítima teve como madrinha algumas destas santidades.

Mas não eram apenas os escravos que invocavam estas madrinhas Santas: as pessoas livres também recorreriam à proteção divina destas tutoras espirituais para amparar os seus filhos. Para este grupo constatamos a ocorrência de 122 casos, e a mais requisitada era Nossa Senhora da Conceição. João José Reis, analisando os registros paroquias da cidade de Salvador, afirma que essa Santa seria uma “espécie de Deusa brasileira da fecundidade” regendo simbolicamente o nascimento e a morte das crianças<sup>474</sup>. Para os assentos de batismo da Vila de São João del Rei, Silvia Brugger salienta que as protetoras eram diferentes manifestações de Nossa Senhora, sendo a mais frequente, tanto para filhos de escravas como de livres, Nossa Senhora da Conceição<sup>475</sup>.

É importante frisar que em nossa pesquisa não encontramos a figura de protetor e devocional em relação aos padrinhos, tanto para livres como para escravos. Silvia Brugger ressalta “que as devoções apareciam em substituição apenas à figura materna, e nunca à do padrinho”. De acordo com a autora, pode-se pensar que a figura masculina era o principal elemento agenciador das redes de compadrio tecidas em distintas camadas da sociedade.<sup>476</sup> Na Paraíba do Sul oitocentista, Cristina Rocha encontrou pouquíssimos santos na figura de padrinhos para os escravos e pessoas livres. O mesmo não ocorreu com as madrinhas devocionais, que tiveram grande e especial importância entre os cativos ingênuos.<sup>477</sup> Ana M. Lugão Rios, examinando duas freguesias rurais dos Sul da província do Rio Janeiro, encontrou uma quantidade expressiva de Santas como madrinhas de escravos, embora este tipo de apadrinhamento tenha se concentrado na segunda metade do século XIX<sup>478</sup>.

---

<sup>474</sup> REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*, São Paulo, Cia. das Letras, 1991, p.198.

<sup>475</sup> Brugger, 2002, p. 302-303

<sup>476</sup> Idem, 303.

<sup>477</sup> ROCHA, Cristiany Miranda da. *Gerações da senzala: famílias e estratégias escravas no contexto dos tráficos africano e interno*. Tese de Doutorado. UNICAMP, 2004.

<sup>478</sup> Ana Lugão. *Família e Transição*, op. cit. p.74.

Contudo, acredito que a quase inexistência de padrinhos *Santos* em algumas localidades mencionadas tem a ver com a importância da figura masculina nas relações de compadrio, mas o fato de um livre, forro, liberto ou escravo escolher uma Santa como tutora espiritual de seu rebento condiz também com dimensão espiritual e da crença que estas pessoas tinham sobre esta santidade, pois uma madrinha espiritual pode ser evocada por vários motivos, tais como a promessa de um pedido atendido, um parto sem complicação, a falta de uma tutora carnal e o desejo de viver uma vida minimamente digna em uma sociedade escravista fortemente marcada pela exclusão e pobreza, algo que retratamos no primeiro capítulo desta tese.

Até aqui, análise conjunta dos dados apresentados reforça a ideia de que o compadrio tendia a ligar a família dos inocentes cativos a pessoas que estavam posicionadas num patamar superior na hierarquia social. Para um melhor aprofundamento destas relações, veremos como estas escolhas se deram em três intervalos temporais desta pesquisa, com o objetivo de compreender como o compadrio entre os escravos estava estrategicamente se comportando no tempo, em função dos arranjos individuais e coletivos dos escravos e de seus senhores. Para esta análise, continuaremos examinados os dados expostos na quadro de nº 4.

De acordo com os dados desta tabela, percebe-se que, ao longo de todo período, mais de 60% dos padrinhos dos cativos eram livres (apesar de algumas variações, possivelmente resultado do pequeno número de registros em termos absolutos). É interessante notar que a opção por compadres livres, entre os escravos, tendeu a crescer ao longo de todo recorte cronológico desta pesquisa, que se estende entre 1830 a 1888. Isto sugere que familiaridades entre livres e escravos na região foram se tornando mais estreitas com os passar tempo. Motta, ao pesquisar a vida dos escravos de Bananal nas primeiras décadas do século XIX, observou que os índices de ilegitimidade foram menores do que o indicador de legitimidade para as crianças cativas. A partir disso, ele sugere que a evolução da família escrava, bem como as relações de compadrio dos cativos com o segmento da sociedade, melhorou no período<sup>479</sup>.

No primeiro recorte temporal, que se estende entre 1830 e 1850, a participação de padrinhos livres nas cerimônias dos inocentes cativos da região demonstrou um

---

<sup>479</sup> MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo, Annablume, 1999. p. 354/363.

índice bastante elevado. Por outro lado, o número de escravos como padrinhos de crianças cativas se mostrou bastante baixa. Talvez o que estes dados estejam indicando seja uma lenta, mas contínua, intensificação das relações hierarquizantes entre os escravos, em um período onde o tráfico de africanos encontrava-se em intenso processo de aceleração. O que queremos dizer é que a elevada presença de africanos nas escravarias de Baependi durante este subperíodo (1830-1850) fez com que os escravos forjassem relações de compadrio com pessoas livres do cativoiro.

É provável que neste ambiente de intensa entrada de estrangeiros nos portos brasileiros, os africanos recém-chegados à região ainda não tinham sido convidados para serem padrinhos. Isto, de alguma maneira, contribuía para que os cativos tecessem relações com que estivessem fora do mundo do cativoiro. Ao invés de serem padrinhos, vimos que alguns destes africanos foram batizados ao chegarem à região, entre 1833 a 1851. Receberam os Santos Óleos 35 africanos adultos que pertenciam aos senhores mais afortunados na região. Estes eram o Coronel João de Almeida Pedroso, o Tenente Manoel Antônio Pereira e, por último, o Tenente Coronel reformado da Guarda Nacional, João Evangelistas de Souza e Guerra. Portanto, estamos diante de um seletivo grupo de senhores que recorreram ao comércio de almas atlânticas para ampliar as suas escravarias.

O Tenente João Evangelista de Souza Guerra foi o que mais levou africanos às pias batismais da localidade: ao todo foram batizados quatro escravos procedentes da região da Guiné. Em sua escravaria, escolheu Antônio para ser protetor destes recém-chegados, com a incumbência de interagir lós a novos laços de relacionamento e adaptá-los ao trabalho na propriedade, ou seja, afim de reconheçam os seus papéis (como subalternos) em uma sociedade escravista marcada por uma forte hierarquia social.

Sobre este caso, podemos refletir que, num contexto de intensa entrada de africanos, poderia haver novos conflitos no interior do cativoiro, mas com a inserção numa comunidade escrava já estabelecida conformada por diversos laços familiares, tais desavenças poderiam diminuir, e na qual o batismo significaria um momento de pacificação e integração destes novos membros. Neste ponto, concordo com Florentino e Góes, ao perceberem que o compadrio (ou parentesco) no período de pico do tráfico

tinha um importante papel de apaziguar os conflitos que ocorriam no interior da senzala.<sup>480</sup>

Na situação em análise, parece que o batismo tenha sido utilizado para evitar possíveis agitações na escravaria do Senhor João Evangelista de Souza Guerra, pois, ao escolher um cativo de confiança e experiente para auxiliar os africanos que chegavam à sua propriedade, diminuía o potencial de risco de fugas e revoltas, auferindo destas alianças uma renda política.

O segundo subperíodo, compreendido entre os anos de 1850 a 1870, é o momento em que os livres compareceram em maior número nas cerimônias de batismo dos cativos, e, provavelmente, é a ocasião em que os cativos foram mais seletivos em convidar um companheiro de senzala para apadrinhar um dos seus rebentos. Em outras palavras, era o período em que as relações de convívio no cativo estavam mais distintas e hierarquizadas.

Um caso que pode demonstrar como as relações de compadrio no cativo estavam intensamente mais hierarquizadas, é o do casal José Antônio e Ana. Ambos eram escravos do Coronel e Barão da Roseta, Justo Domingos Maciel. Durante 20 anos após o término do tráfico de 1850, estes cativos tiveram dois filhos apadrinhados por um casal de livres e outros por escravos. Um dos seus rebentos teve como padrinho e madrinha, Manoel Antônio de Oliveira e Ana Angélica, o outro filho foi batizado por Benedito e Plácida, escravos do Tenente Coronel Joaquim Inácio de Melo e Sousa. Com relação aos tutores livres, ambos eram casados, porém, não temos muitas informações sobre o padrinho, apenas da madrinha, pois soubemos que esta senhora foi procurada por várias famílias da região para apadrinhar seus filhos, o que indica que tinham algum reconhecimento na localidade. Em relação aos compadres escravos de José Antônio e Ana, estes pertenciam a um dos senhores mais proeminentes de Baependi.

Diante deste quadro relacional, percebe-se que os compadres deste casal de cativos foram muito bem selecionados, um compadrio que ao mesmo tempo auferia ganhos para o Coronel Justo Maciel e para seus escravos. Os benefícios obtidos por este senhor consistia na ampliação do seu raio de ação de social, pois, à medida que seus escravos se relacionam com outros setores da sociedade, mais influentes se tornavam na região. Além disso, este casal de escravos teve como comadres mancípios pertencentes

---

<sup>480</sup> FLORENTINO, Manolo & GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, c.1790- c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p. 63-74.

a um senhor bastante prestigiado na localidade. Certamente os laços de compadrio entre estas distintas escravarias tenham contribuído para tornar mais estreitas as alianças políticas entre estes senhores ocupantes de importantes postos militares.

Obviamente os ganhos auferidos por José Antônio e Ana sobre estas relações, não foram os mesmo de seu senhor, como bem elucidou Giovanni Levi: “numa sociedade hierárquica e segmentada a distribuição de recursos se dava de acordo com a situação social de cada um”.<sup>481</sup> Sobre apreciação desta lógica, é notório perceber que estes agentes situavam-se em distintas camadas da sociedade. Mesmo assim, José e Ana não deixaram de ser criteriosos na escolha de um padrinho para seus rebentos – o que lhes permitia acessar uma rede de compadres que os colocavam melhores situados na hierarquia do cativo.

Retomando os dados da Tabela 3, no último recorte, entre os anos 1871 a 1888, já fomos avisados de que houve uma continua reiteração da forte presença de padrinhos livres nos batismos de escravos da região, mas se compararmos com outros períodos, este grupo sofreu uma pequena queda, o que resultou no aumento de padrinhos escravos no interior da comunidade cativa.

O aumento de padrinhos escravos neste período, talvez esteja relacionado ao amadurecimento da escravidão na região. Em outros termos, havia nas escravarias de Baependi um número expressivo de cativos que durante a vida de cativo adquiriram experiência e valiosos recursos que fez com se tornassem padrinhos preferenciais.

Como vimos no Capítulo 2 desta tese, nas últimas décadas da escravidão houve um significativo crescimento de escravos idosos nas escravarias da região, sendo que a maioria eram nascidos em Baependi. Portanto, este dado reforça o que estamos afirmando: a significativa presença de cativos com larga experiência de escravidão contribuiu para que o compadrio escravo neste período fosse mais tecido dentro da própria senzala.

Apesar de haver algumas modificações na estrutura do compadrio escravo na região, a predileção por pessoas livres como padrinhos dos inocentes cativos durou até o fim da escravidão, mas estou certo de que estas relações não se resumiam apenas na busca de apoio e proteção com pessoas de *status* superior, mas uma forma aproveitada pelos escravos de se distinguirem no interior dos seus grupos sociais. Em outras

---

<sup>481</sup> LEVI, Giovanni. Prefácio. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2009.

palavras, uma maneira encontrada para se ascender na hierarquia do cativo. Dito isto, tenho certeza de que estas relações contribuíram para a sobrevivência da escravidão nesta dita Vila Sul-Mineira, pois quando mais esta instituição avançava nos oitocentos, mais hierarquizadas ficavam as relações sociais nas escravarias da região.

Fazendo um balanço geral deste tópico, não resta dúvida que a hierarquia social se fez presente no interior das escravarias de Baependi. Tal estrutura foi descoberta pela maior incidência de pessoas livres ou portadores de sobrenomes com indicativos de famílias livres sendo compadres dos cativos. Esta predileção gerou sérias consequências na comunidade escrava, não permitiu que um expressivo contingente de cativos exercesse estas funções, vendendo-lhes o acesso a um instrumento que poderia promover as suas ascensões sociais. Sobre estes laços, os escravos na vila de Baependi foram mais seletivos em convidarem membros do cativo para apadrinhar um dos seus filhos.

#### **- Padrinhos preferencias e suas redes de compadres.**

Com intuito de explorar mais a fundo a reprodução de uma hierarquia social nas relações de compadrio na Vila de Baependi, analisaremos neste tópico as redes de compadres das pessoas livres e escravas que mais compareceram como padrinhos nas pias batismais da região. Aqui noção de redes é entendida como um “complexo sistema de vínculos que permitem a circulação de bens e serviços, materiais e imateriais, no marco das relações estabelecidas entre seus membros”, tal como definiu Michel Bertrand<sup>482</sup>. De acordo com Bertrand, esta rede caracteriza-se por relações fragmentadas, estruturadas não em torno a um núcleo central, mas ao redor de vários centros que geram uma estrutura polinodal, construída no interior de um grupo que tem uma existência prévia à rede e que serve de apoio a estas relações entre os membros dela<sup>483</sup>.

Nesta perspectiva analítica, pude realizar apenas a identificação de redes parciais, com base nas quais se podem desvendar as lógicas relacionais que por elas transitam, assim descobrimos que os indivíduos através de suas amplas redes de compadres puderam se relacionar em varias camadas desta sociedade, constituindo

---

<sup>482</sup> BERTRAND, Michel. De la familia a la red de sociabilidad. *Revista Mexicana de Sociología*, Vol. 61, nº 2, abril-junho 1999, p. 62.

<sup>483</sup> Idem, 61.

assim um valioso capital relacional que contribuía para que estivessem melhores posicionados na hierarquia sociais dos seus respectivos grupos.

Frente a estas análises vale também nos orientarmos sobre a noção de rede formulada por Jean-Pierre Dedieu e Zacarias Moutoukias, segundo estes autores, o conceito de rede reside não só em termos das relações mantidas no seu interior, entre os próprios membros de uma mesma rede, mas também variedade de recursos que havia nas relações mantidas externamente pelos membros desse grupo. Amigos e parentes relacionados com redes, ou seja, conectados a partir de diferentes tipos de laços compartilhando determinados fins e estratégias potencializavam seus recursos individuais, bem como os da rede como um todo, ao cumprirem funções externas à própria rede<sup>484</sup>. Vale acrescentar que isso era particularmente importante no que tange a atividades de "caráter profissional" seja o campo mercantil, militar, eclesiástico seja da agricultura, dentre outros especialmente em termos do acesso a variadas fontes e tipos de informação e de conexões externas, multiplicando assim quase que de forma geométrica a capacidade e a potência de ação de uma determinada rede. Neste sentido, em toda rede sociais sempre havia aqueles que mobilizavam maiores recursos na sociedade e sobre uma relação de reciprocidade com os membros inferiores desta rede acabava lhe gerando algum benefício<sup>485</sup>.

A questão dos padrinhos preferências deva ser considerada a luz de deste desdobramento analítico, veremos que os indivíduos que mais foram chamados para apadrinhar crianças na região, eram homens de elevada posição social e exerciam uma variedade de funções (mercantis, agrícolas, militares e eclesiástica) que de alguma maneira, poderia beneficiar aqueles que fizessem parte das suas redes de compadres.

#### **- As redes de compadres dos padrinhos preferenciais escravos.**

Para examinarmos estas questões, selecionamos os escravos que compareceram 4 ou mais vezes nas cerimônias de batismo. Assim identificamos 9 cativos que formaram este seletivo grupo de padrinhos. Como denominou João Frago em um estudo

---

<sup>484</sup> Jean-Pierre Dedieu e Zacarias Moutoukias, "L'histoire de l'administration et la notion de réseaux", in J.L. Castellano e J.-P. Dedieu (orgs.), op. cit., p. 247-264, 250. Ver também o trabalho destes autores em seus respectivos trabalhos.

<sup>485</sup> Zacarias Moutoukias, "La notion de réseau em histoire sociale: un instrument d'analyse de l'action collective", in J.L. Castellano e J.-P. Dedieu ; (orgs.), op. cit., p. 231-245.

sobre a Freguesia de São Gonçalo, padrinhos reis, ou seja, aqueles mancipios na visão do autor que mais eram chamados para apadrinhar crianças presas à escravidão ou até aqueles livres deste regime<sup>486</sup>.

Nos tópicos anteriores, vimos que a maioria dos cativos escolheram pessoas livres para apadrinharem os seus filhos e poucos parceiros de senzala para exercerem tal função, sobre esta serie de batismo, percebemos que havia uma estratificação social nas escravarias de Baependi. Nesta seção encontramos um diminuto grupo de escravos como padrinhos preferenciais, isto significa que o topo da hierarquia social do cativo era mais estreito e seletivo, ou seja, na região foram poucos mancipios que conseguiram constituir uma ampla rede de afilhados e compadres. Veremos agora aqueles que conseguiram alçar este recurso.

**Quadro - 7: Escravos que mais compareceram às pias batismais da Vila de Baependi, 1830 a 1888.**

<b>Padrinhos Escravos</b>	<b>Nº de afilhados</b>	<b>Senhores dos Padrinhos</b>
José	12	Dr. Francisco Viotti
Manoel	11	Sr. Bernardinho José da Silva (Tropeiro)
Antônio	7	Cap. João Batista de Alvarenga
Porfirio Crioulo	6	José Luiz de Figueiredo
Luiz	5	Cap. José de Souza Meireles
João Manoel	5	Venâncio Antônio de Gusmão
Eduardo	5	José de Seixas Batista
Manoel	4	Alferes Agostinho Fernandes
Benedito	4	Ten. Col. Joaquim Inácio de Melo e Souza

**Fonte:** Assentos Paroquiais de Batismo da Vila de Santa Maria do Baependi, 1830-1888.

<sup>486</sup> FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Principais da Terra, Escravos e a República. O desenho da paisagem agrária no Rio de Janeiro Seiscentista. In **Revista Ciência e Ambiente**. Santa Maria: UFSM, nº 33, jul/dez, 2006, pp. 97-120.

Observando as informações expostas, vê-se que José, escravo do Doutor Francisco Viotti, foi o mais requisitado para apadrinhar crianças na região, comparecendo a treze pias batismais da localidade. Seus afilhados estavam distribuídos em cinco distintas escravarias da Vila de Baependi. Mais interessante, porém, é que não se restringiu à senzala; também foi padrinho de uma criança livre, filha legítima de João Antônio de Oliveira e Ana Francisca do Espírito Santo.

O fato de este casal de livres convidar um escravo para ser padrinho de um dos seus filhos não parece ser nenhum absurdo: talvez fossem agregados na fazenda da família Viotti ou ex-escravos deste senhor. Além disso, João Antônio de Oliveira e Ana Francisca do Espírito Santo não aparecem em nenhum registro de batismo apadrinhando crianças. Estabelecer laços com escravos do proprietário daquelas terras não seria visto como uma aliança para baixo, tanto mais se o cativo escolhido fosse alguém que contava com prestígio na sua rede de relações.

Vale, sobretudo, acrescentar que não bastava ter estatuto social reconhecido como livre para ser superior a um escravo; havia muitos livres pobres nessa sociedade que viviam de forma mais precária do que muitos indivíduos presos ao cativeiro. Além disto, sabemos que, para além do estatuto social reconhecido na pia batismal, o que importava eram as relações existentes e principalmente “estar socialmente arranjado”<sup>487</sup>

Se nos basearmos apenas nestas relações, já podemos afirmar que José ocupava uma posição privilegiada no contexto da escravidão que poucos escravos da Vila de Baependi tinham alcançado. Mas seguimos apresentando mais dados sobre a teia relacional deste cativo e dos outros que serão examinados nesta pesquisa.

No que se trata do senhor de José, o Doutor Francisco Viotti, sabe-se que era natural de Gênova, Itália, e que chegou à região no ano de 1828. No ano de 1832, antes de completar 21 anos, casou-se com Izabel Caetana Rodrigues da Silveira, pertencente à família Rodrigues Afonso de Campanha-MG, e Nogueira Cobra, de Baependi. O sogro do Dr. Viotti, Domingos Rodrigues Afonso, descendia de Guilherme Van der Haagen (da Silveira), de Bruges, um dos primeiros habitantes da ilha do Faial, nos Açores. A sogra de Francisco Viotti, Dona Izabel Caetana de Faria era neta do Capitão-Mor, Tomé Rodrigues Nogueira do Ó, e sua

---

<sup>487</sup> Martha Hameister. *Para dar calor à nova povoação*, op. cit, 2005, p. 242.

mulher Maria do Leme Prado, povoadores de Baependi <sup>488</sup>. Tudo isto nos mostra, a inserção de social de Francisco Viotti em famílias de prestígio na localidade.

Francisco Viotti, durante o período em que viveu na Vila de Baependi, tornou-se um dos homens mais destacado da região, pertencendo aos estratos mais superiores desta sociedade, foi um dos primeiros senhores a introduzir o comércio do fumo crespo no município de Baependi<sup>489</sup>.

Além disso, por ser um dos poucos médicos da localidade, se relacionava com diversas famílias da região e seus pacientes iam de escravos a Barões. Da mesma forma que seu escravo José, o Dr. Viotti foi convidado por diversas pessoas da localidade para apadrinhar os seus rebentos, e tomou sobre sua proteção espiritual 22 crianças da localidade. Entre estes inocentes, apadrinhou os filhos do negociante e Consul Português, Luiz Fernandes da Costa Guimarães, e do Sargento-Mor Manoel Nogueira de Sá. Também teve seus filhos apadrinhados por pessoas de elevada posição na Vila de Baependi, como o oficial reformado do Exército Brasileiro, João Evangelista de Souza e Guerra, que foi Tenente Coronel da Guarda Nacional e cobrador de impostos na Câmara de Baependi. É muito provável que o enorme prestígio do Senhor Viotti, pudesse influir no próprio prestígio de José refletindo nos convites que recebia.

Porém, esta explicação não basta. O senhor Viotti tinha outros escravos e nenhum deles chegou perto do número de vezes em que José esteve presente nas pias batismais. Os outros cativos do Dr. Viotti conseguiram apadrinhar no máximo 2 crianças. Este índice foi verificado também para as escravas que serviram de madrinhas. Portanto, não resta dúvida de que José ocupasse o topo mais alto na hierarquia desta escravaria.

José esteve na companhia de 7 madrinhas livres e 6 escravas. Uma das tutoras livres era Ana Angélica de Souza, casada com o pardo Manoel Antônio de Oliveira, irmão de José Antônio de Oliveira, compadre do escravo José. A outra madrinha livre foi Tomazia Correia, ex-escrava do senhor Antônio Correia da Silva, e filha natural de Maria liberta, casada com Manoel Antônio de Meireles, ex-cativo de Leonor Luiz de Meireles. Com relação às escravas madrinhas, duas pertenciam a Francisco Viotti, e as

---

<sup>488</sup> BARBOSA, W. História; *Família Viotti*. Bio. Família Viotti. Disponível em: <[http://www.familiaviotti.com/artigo\\_exibe.php?id=1](http://www.familiaviotti.com/artigo_exibe.php?id=1)>.

<sup>489</sup> Jornal "O Baependiano", Data: 04 de maio de 1879.

outras quatro a pessoas donas de distintas escravarias na região. Tudo leva a crer, que a participação de José como padrinho nestas cerimônias de batismo tornava suas redes de relações mais extensas na região.

Com estes dados e os que já foram demonstrados, percebe-se que José estava implicado numa ampla e complexa rede relacional, na qual exercia diversos papéis como padrinho. Tal situação nos leva a entender que os escravos não podem apenas ser compreendidos no âmbito jurídico, ou seja, somente como cativo pertencente a uma propriedade senhorial e ponto. No caso que estamos analisando, José posto em diferentes relações sociais, exerceu várias funções naquela sociedade. Além de apadrinhar várias crianças e ser conhecido como escravo de uma prestigiosa casa senhorial, foi padrinho de casamento e irmão da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e da Boa Morte. Em alguns inventários consultados, vimos que José acompanhava o seu senhor em várias visitas médicas nas fazendas da localidade. É possível que José prestasse alguma ajuda ao Dr. Viotti no cuidado com seus pacientes. Por transitar em vários lugares da Vila, isto permitia que este cativo tecesse diversas relações, tornando-se bastante conhecido na região. Portanto, percebe-se que a vivência deste escravo não se limitou ao grupo social a que pertencia, mas a diversas relações sociais que produziu ao longo da vida.

Estes capitais relacionais constituídos por José são, na verdade, recursos que estavam disponíveis naquela sociedade<sup>490</sup>. Por meio de várias estratégias este cativo conseguiu ter acesso a estes expedientes. Toda esta malha relacional não se deu de um dia para outro, pois foram anos de vivência para construir estes laços. Além do mais, estamos tratando de um indivíduo preso ao cativeiro que tinha uma mobilidade física limitada e um acesso restrito aos meios de ascensão social do que sujeitos de outros segmentos. Apesar destas restrições, soube tecer alianças que poderia lhe beneficiar no futuro.

A atuação de José nas relações de compadrio remete à noção de estratégia empregada por Fredrick Barth. Este conceito consiste na ideia de um agente livre e com um mínimo de racionalidade sobre as regras do jogo e suas consequências, tendo em mãos recursos necessários para tanto. Este modelo de análise coloca em cena um ator que deveria agir dentro de uma sociedade na qual os recursos sociais, materiais e

---

<sup>490</sup> HESPANHA, Antônio Manuel. *Imbecilias: as bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. São Paulo: Annablume, 2010.

culturais eram distribuídos desigualmente. Um indivíduo racional, certamente, mas não dotado de uma “racionalidade absoluta”<sup>491</sup>. Em outras palavras, como também bem expôs Giovanni Levi, “a partir dos recursos limitados que o seu lugar na trama social lhe conferia, em contexto nos quais suas ações dependem das interações com ações alheias”<sup>492</sup>. “Portanto, o controle sobre o seu resultado é limitado por um horizonte de constante incerteza”<sup>493</sup>.

Considerando o modelo de análise proposto por Barth, podemos compreender que a atuação do escravo José sobre a malha parental em que estava submerso de certa maneira dependia das ações empreendidas pelo seu senhor, que, por sua vez, tinha certo domínio sobre suas relações – o objetivo era fazer valer a sua autoridade moral e obter alguns ganhos políticos sobre os laços de compadrio deste escravo. Apesar deste controle senhorial, José soube angariar os recursos disponíveis (mas limitados) destas relações, por compreender as regras do jogo e suas consequências.

O segundo escravo que mais compareceu às pias batismais da região exercendo a função de padrinho foi Manoel, escravo do senhor e tropeiro Bernardino José da Silva. Este cativo nasceu no ano de 1840 na Capela de São José do Favacho do Termo da Vila de Santa Maria do Baependi, e era filho dos africanos/pretos José e Jacinta, cativos do mesmo senhor. Manoel foi batizado na Matriz de Nossa Senhora de Montserrat de Baependi, foram seus padrinhos, Julião, escravo de Gabriel Penha, e Jacinta, cativa do lavrador e senhor Manoel José Pereira.

O senhor Manoel José Pereira apadrinhou um dos filhos de Bernardino José da Silva. Deste modo, o compadrio entre seus escravos tornava suas alianças mais fortalecidas. De acordo com a lista nominativa da Capela de São José do Favacho de 1831<sup>494</sup>, estes senhores eram vizinhos de propriedade, provavelmente isto tornou suas relações e as de seus escravos mais estreitas.

Nesta peça documental (as listas nominativas) o senhor Bernardino José da Silva foi classificado como branco, tropeiro, de 31 anos de idade e casado com a senhora Delfina Umbelina, também de cor branca e de 26 anos. Na lista nominativa de

---

<sup>491</sup> CF. F. Barth. *Scale and Network in Urban Western Society In. Scale and Social Organization*, cit., p.166.

<sup>492</sup> De acordo com Henrique Espada Lima, o conceito de racionalidade limitada tal como é usado por Levi não tem origem em Barth, ainda que seja bastante coerente com ele. Tal noção foi cunhada por Harvey Leibenstein no contexto a uma crítica ao modelo economista do homem econômico. Ver: LEIBENSTEIN; BEYOND. *Economic Man*. 1976.

<sup>493</sup> Fragmento textual retirado do livro de Henrique Espada Lima, *A micro História italiana*, 2006, p.462.

<sup>494</sup> Lista Nominativa de 1831. Capela Nsa do Favacho, termo da Vila de Baependi; APM.

1831, este senhor aparece como dono de 14 cativos, sendo 2 crioulos, 1 mestiço (cabra e caboclo)<sup>495</sup> e 9 africanos/pretos. Este dado demonstra que sua escravaria era alimentada pelo tráfico negreiro. Entre estes recém-chegados estavam os pais de Manoel, José que na época tinha 18 anos de idade e Jacinta com 9 anos, ambos solteiros<sup>496</sup>.

Na Matriz de Baependi no dia 20 de maio de 1867, Manoel casou-se com Francisca, escrava de Bernardino José da Silva, que era filha dos falecidos africanos-pretos Teodoro e Tereza, que também foram escravos deste senhor.

Um dos padrinhos de casamentos de Manoel e Francisca foi nada menos do que o próprio senhor, Bernardino José da Silva. É importante frisar que esta foi à única cerimônia de casamento na qual este senhor Silva aparece como padrinho, o que significa que este patriarca tinha apreço e consideração por estes cativos. Tal afeição surgiu devido ao fato destes escravos e seus pais terem convivido por muito tempo ao lado deste senhor – estas longas relações tornava-os mais próximos, onde a confiança e o respeito foram algo bastante valorizado entre estes distintos agentes.

Janaina Christina Perrayon Lopes, analisando os registros de casamento da Freguesia da Candelária na primeira metade do séc. XIX, nos alerta que a presença dos senhores como testemunhas dos laços matrimoniais dos seus cativos não deva se reduzir a ideia de controle senhorial sobre estas uniões, mas as relações de aproximação. Nas palavras da autora:

Quando um escravo consegue levar seu senhor com um parente dele para celebrar e apadrinhar seu casamento é porque, no mínimo, há um razoável grau de consideração entre eles. O tempo de convivência familiar e o grau de importância que um exerceu na vida do outro talvez os tenha aproximado e, além disso, gerado uma consideração e respeito que vemos refletida no compromisso assumido, e manifesto publicamente, de um proprietário que se tornou padrinho de casamento de seus escravos<sup>497</sup>.

Luiz Fernando Veloso Nogueira avança outra hipótese: que estando na presença de seus senhores, com o intuito de solicitar a permissão destes para se casarem, os casais cativos poderiam estar vislumbrando a possibilidade de terem uma morada

---

<sup>495</sup> Curia Diocesana de Campanha: Livro de casamento da Vila de Baependi, 1842-1869, nº 8.

<sup>496</sup> Lista Nominativa de 1831. Capela N. Sra. do Favacho, termo da Vila de Baependi; APM.

<sup>497</sup> LOPES, Janaína Christina Perrayon. *Casamentos de escravos nas freguesias da Candelária, São Francisco Xavier e Jacarepaguá: contribuições aos padrões de sociabilidade matrimonial no Rio de Janeiro (c.1800-c. 1850)*. Rio de Janeiro: UFRJ – Programa de Pós-Graduação em História Social, 2006. Dissertação de Mestrado.

separada dos que demais escravos; quem sabe poderiam cultivar uma roça própria para o seu consumo e até, talvez, ter algum excedente que pudessem comercializar<sup>498</sup>.

No caso em análise, é provável que Manoel tenha angariado na propriedade onde morava alguns recursos materiais. Até onde sabemos, ficou aproximadamente 47 anos convivendo ao lado do seu senhor. Após a morte deste patriarca, Manoel e à esposa continuaram servindo a viúva, Dona Delfina Umbelino de Andrade. No inventário de Bernardino José da Silva, aberto em 1887, Manoel e Francisca sequer foram mencionados nas partilhas de bens, o que nos leva a crer que estes escravos já eram considerados como membros desta família, e por estarem enraizados nesta unidade e serem estimados pela sua senhora e seus familiares, não houve a necessidade de inclui-los no rol da partilha dos bens.

Manoel como José (cativo do Doutor Viotti), monopolizou os convites de batismo que foram emitidos para a senzala do seu senhor. Dos 15 escravos de Bernardino José da Silva chamados para apadrinhar, Manoel foi solicitado a comparecer a 11 cerimoniais de batismo como tutor espiritual dos seus afilhados. É provável que a consideração e apreço que tinha na casa senhorial da qual fazia parte, tenha contribuído para que se tornasse um escravo bastante estimado pelos seus parceiros de cativeiro e até pelos senhores destes.

Manoel apadrinhou escravos de quatro distintas senzalas da região, porém, onde mais teve afilhados foi na escravaria do Barão de São Tomé, homem de elevada estima social no Sul de Minas e membro de uma das famílias mais tradicionais da Comarca do Rio das Mortes, os Junqueira. Vários integrantes desta família ocuparam importante cargos políticos na Província de Minas Gerais, muitos foram deputados provinciais e até ministros<sup>499</sup>. Neste caso, percebe-se que, diferente do Dr. Viotti, Bernardino José da Silva aproveitou do compadrio de seu escravo Manoel para tecer relações verticais com pessoas de estatutos sociais superior ao seu. Assim, salientamos que os laços de parentesco entre os membros do cativeiro aproximavam não somente os escravos como também senhores que pertenciam a distintos estratos da sociedade. Portanto, através das relações de compadrio entre escravos pertencentes a distintas

---

<sup>498</sup> NOGUEIRA, Luiz Fernando Veloso. *Relações familiares entre escravos: a trajetória de Manoel e Eva – Freguesia do Divino Espírito Santo do Lamim/MG (1859-1888)*. 124 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2013.

<sup>499</sup> ANDRADE, Marcos de. *Elites regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro*. Ver o 4º capítulo do livro, no qual Andrade estuda a trajetória política do Barão de Alfenas.

senzalas, torna-se possível visualizarmos uma hierarquia social no interior dos grupos senhoriais.

Na situação que se apresenta Bernardino José da Silva, apesar de ser branco e senhor, era um fazendeiro de médio porte e dono de um plantel de escravos que não se igualava aos grandes da região. Além disto, não obteve nenhuma patente militar ou de honraria, a falta destes recursos provavelmente o impediu que chegasse ao mesmo patamar do Barão de São Tomé. Ciente do lugar que ocupava na sociedade e com interesse em subir alguns degraus nesta hierarquia senhorial permitiu que um dos seus escravos se relacionasse na senzala destas poderosas de família. Talvez fosse uma forma de estar mais próximo destas pessoas de prestígio.

É importante destacar que entre os escravos Bernadinho José da Silva, Manoel e sua esposa Francisca foram únicos que possuíam ocupações especializadas nesta propriedade. Manoel era carpinteiro e Francisca cozinheira, os demais escravos foram arrolados como roceiros. A mobilidade ocupacional deste casal de cativos insinua ao menos três fenômenos: a sensível ampliação de recursos diante da escravaria, a maior aproximação com a família do seu senhor e um distanciamento com os membros do cativoiro.

Gilberto Freire<sup>500</sup> chama a atenção para a existência de uma hierarquia entre os cativos nos engenhos pernambucanos, argumentando que os escravos domésticos ou aqueles envolvidos com a produção especializada de alguma fazenda açucareira, a rigor, teriam maiores proximidades com seu senhor e seriam considerados praticamente membros da família dos seus patriarcas. No caso que estamos analisando, este tipo de aproximação entre senhores e escravos ressaltado por Freire já foi anunciada nesta seção, pois demonstramos que o senhor Bernardo José da Silva testemunhou os laços matrimônios de Manoel e Francisca. Esta proximidade familiar os tornava mais distintos no interior da senzala.

De modo geral, todos estes recursos auferidos por Manoel e Francisca lhe davam maior prominência na hierarquia da senzala. Presos ao cativoiro ocuparam um lugar de destaque neste ambiente extremamente estratificado. Estas conquistas se justificam pelo fato de este casal de cativos terem dominado as normas da localidade e

---

<sup>500</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006, p 556-557.

dos códigos morais da propriedade senhorial a que pertenciam<sup>501</sup>. Essa talvez fosse a razão de serem proporcionalmente mais convidados para apadrinhar e, com isto, estenderem a tutela de suas redes de amizades às famílias escravas em formação nos plantéis escravistas.

Por fim, Manoel e Francisca não tiveram acesso à liberdade e muito menos alçaram a condição de senhores, mas, por outro lado, por serem cativos de consideração, estavam sob a proteção de uma família senhorial que não permitiu que vivessem como muitos livres pobres que se encontravam em estado de miserabilidade na região<sup>502</sup>.

O terceiro escravo mais solicitado para comparecer como padrinho nas cerimônias religiosas de batismo foi Antônio, escravo do Capitão João Batista de Alvarenga. Este cativo nasceu e foi batizado na Freguesia de São Sebastião da Encruzilhada. Era filho dos pretos, Antônio e Jacinta, escravos do mesmo senhor.

A rede de compadres tecida por Antônio apresenta um dado que não vimos em outros casos. Este cativo foi o único de sua senzala a apadrinhar crianças. Com relação aos outros escravos desta fazenda, ou foram proibidos pelo seu senhor para exercerem tal função, ou de fato não foram convidados para serem padrinhos, por talvez não estarem melhores posicionados na hierarquia do cativo. Como já sabemos que a maioria de cativos foram batizados por pessoas livres, acreditamos que a segunda opção seja mais plausível.

Desta forma, podemos apontar que na escravaria do Capitão João Batista de Alvarenga, o processo de exclusão e hierarquização entre os cativos era mais intenso, talvez mais atenuante do que os casos anteriores. Além disto, este tipo de situação nos mostra como o domínio sobre os escravos era algo a ser decidido no âmbito da esfera doméstica, conforme os anseios particulares de cada senhor, neste caso, o poder dos senhores não eram circunscritos a uma interferência externa, seja do Estado, ou de autoridades locais e de outros patriarcas<sup>503</sup>.

---

<sup>501</sup> Sobre escravos que compreendia os códigos morais das casas senhoriais ver: FRAGOSO, João. Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor do engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira. In \_\_\_\_\_; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 264. Ver também, João FRAGOSO. Principais da Terra, Escravos e a República. O desenho da paisagem agrária no Rio de Janeiro Seiscentista. In *Revista Ciência e Ambiente, Santa Maria (UFSM)*, n.º. 33, jul./dez. pp. 97-120, 2006

<sup>502</sup> Situação um pouco parecida foi vista Giovanni Levi, ao constatar componeses da região de Santena vivendo sob a tutela de grande senhores de terras, em busca proteção. Ver: Giovanni Levi. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*, 2000, p. 62-86.

<sup>503</sup> Rafael Marquese, *Feitores do corpo, Missionários da Mente*, p. 39-45.

Nas das escravarias do Dr. Francisco Viotti e do Tropeiro Bernardino José da Silva, ao menos haviam outros escravos que apadrinhavam crianças na região. É claro que suas redes de compadres não eram tão extensas comparadas as de José e Manoel, mas foram convidados por algumas famílias escravas da localidade para apadrinhar os seus rebentos, o que de certa forma fazia com que ocupassem uma posição na hierarquia do cativo acima daqueles que não conseguiram forjar novos vínculos através dos laços de compadrio.

Assim, podemos afirmar que Antônio, na escravaria do Capitão João Batista de Alvarenga, reinou sozinho, ou seja, todos os convites emitidos para esta senzala foram direcionados para este cativo. Isto sugere que Antônio, nesta propriedade, foi um dos mancípios que contribuiu de forma efetiva para que seu senhor ampliasse as suas redes de relações.

O intervalo entre os anos de 1851 a 1875 foi o período em que Antônio compareceu às pias batismais da região. Neste curto espaço de tempo, apadrinhou 6 inocentes batizados registrados pelos Párocos como filhos naturais, ou seja, crianças que não tiveram apenas a sua condição materna reconhecidas nos assentos de batismo. Destes seus afilhados quatro eram pardos, sendo dois filhos da parda Rita, cativa de Dona Izabel Maciel, 1 de Maria crioula, pertencente ao Tenente José Francisco Maciel e 1 de Venância, escrava do Capitão João Batista de Alvarenga.

Com relação às madrinhas que estiveram na companhia de Antônio nas cerimônias de batismo, Justina esteve ao seu lado em três ocasiões, e a liberta Ana Justina em duas. Em duas celebrações este escravo compareceu sozinho às pias, pois para estes dois registros houve a invocação de uma madrinha Santa, a Protetora Nossa Senhora da Vitória. Apesar da crença e confiança que as mães destas crianças tinham nesta madrinha Santa, poderia também optar por uma madrinha terrena, que lhes ajudassem a acessar alguns recursos materiais e simbólicos, mas para esta função escolheram um escravo que tinha o compromisso moral de zelar pelas suas vidas e de seus filhos. Neste caso, Antônio assume um importante papel como protetor desta família escrava.

Não obstante, este caso demonstra mais vez, que nas escravarias da Vila de Baependi os escravos também teciam relações *para cima* sem necessariamente recorrerem à proteção de pessoas livres, sendo que estes elos verticais poderiam se dar no interior do cativo, pois haviam cativos melhores situados nas senzalas prestes a exercer este papel.

José, Manoel e Antônio, os escravos mais procurados para apadrinhar crianças na região, estavam em condições de dar auxílio e proteção a várias famílias presas aos grilhões da escravidão. Acreditamos que estes cativos estavam nos patamares mais altos da hierarquia do cativo, por terem conseguido mobilizar uma série de recursos materiais e relacionais que os outros cativos não dispunham. As suas relações com seus senhores e outras famílias senhoriais da região os destacavam frente aos outros cativos.

Outro dado importante sobre estes cativos *padrinhos preferencias* é que não estiveram apenas comprometidos com as obrigações do compadrio, pois eram membros de irmandades religiosas, detinham ocupações especializadas, auxiliavam seus senhores em visitas médicas e foram padrinhos de casamento, além de terem mantido contatos diretos com os membros da casa grande e com alguns amigos dos seus senhores. Portanto, o percurso individual destes cativos nos mostra que estavam inscritos em diferentes esferas da vida social.

Desta forma, proponho que os escravos na região de Baependi não devam ser entendidos somente como uma categoria jurídica homogênea, mas sim a partir das suas relações sociais em diversos âmbitos para além da escravidão. É neste sentido que busco observá-los assimilando algumas ideias desenvolvidas por Simona Cerutti (1998). Para a autora, devemos ter cuidado com as classificações socioprofissionais e com o pressuposto de que os agentes “podem ser descritos antes mesmo que seja analisado o tecido das relações que os engendrou”. Ao invés disso:

Em lugar de considerar evidente o pertencimento dos indivíduos a grupos sociais (e de analisar as relações entre sujeitos definidos a priori), é preciso inverter a perspectiva de análise e se interrogar sobre o modo pelo qual as relações criam solidariedades e alianças, criam, afinal, grupos sociais. Nesse sentido, o importante não é negar a utilidade de todas as categorias socioprofissionais – exógenas ou contextuais – mas impregná-las das relações sociais que, hoje como então, contribuem para o seu nascimento<sup>504</sup>.

Dando sequência às conclusões deste tópico, além de José, Manoel e Antônio exercerem diversos papéis na sociedade escravista de Baependi, vimos que mobilizaram uma série de recursos que os colocaram em posições vantajosas nas hierarquias do cativo. Desta forma, é possível que fizessem parte de um segmento que compunham uma elite escrava constituída em meio aos plantéis escravistas.

---

<sup>504</sup> CERUTTI, Simona. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII”. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 182-183.

### **- Os padrinhos preferencias livres.**

Para realizamos um estudo sobre os padrinhos livres preferenciais da Vila de Baependi selecionou aqueles compadres que compareceram por mais de vinte vezes nas cerimônias de batismo. Esta seleção se justifica pelo fato das outras pessoas que foram convidadas para batizar não terem atingindo esta marca: o máximo de vezes que foram convidados para serem padrinhos foi quatro. Interessante ressaltar que, entre estes indivíduos que compareceram em poucas cerimônias de batismo, nenhum deles tiveram suas condições jurídicas e ocupações mencionadas pelos Párocos. Portanto, o fato de não terem sido registrados com alguma insígnia social, talvez isto explique os poucos convites emitidos a estes homens.

Com relação às pessoas livres que estiveram presentes em mais de 20 celebrações batismais, a maioria deles tiveram suas patentes militares, profissões sacerdotais, títulos e horarias registrados pelos Padres de Baependi. Alguns foram até mencionados nos assentos de batismo como senhores. Tais reconhecimentos, por si só, justificam os inúmeros convites recebidos por estes homens de elevada proeminência social.

**Quadro - 8:** Pessoas livres mais chamadas para apadrinhar crianças livres e escravas na Vila de Baependi, 1830-1888.

<b>Padrinhos</b>	<b>Título dos Padrinhos</b>	<b>Afilhados Livres</b>	<b>Afilhados Escravos</b>	<b>Total de Afilhados</b>
Mons. Marcos Pereira Gomes Nogueira	Monsenhor e Vigário da Vara	87	32	119
Luiz Fernandes da Costa Guimaraes	Negociante/Cônsul Português	49	9	58
Francisco Antônio de Melo	Negociante	28	16	44
Joaquim Gomes do Carmo	Padre	36	6	42
Manoel Antônio Pereira	Tenente	31	6	37
Joaquim Raimundo dos Santos	S/Título	30	7	37
Justo Domingos Maciel	Barão	25	10	35
José Pedro Américo de Matos	Comendador	27	6	33
João Evangelista de Souza Guerra	Tenente Coronel	32	-	32
José Carlos Nogueira	Tenente	24	6	30
Manoel Inácio Lopes	S/Título	25	4	29
José Inácio Nogueira de Sá	Tenente	21	3	24
Carlos Teodoro Correia	Tenente	20	9	29
Manoel Joaquim Pereira de Magalhães	Doutor	22	6	28
José Raposo Lima	Alferes	27	4	27
Antônio de Oliveira Castro	Coronel	24	3	27
Joaquim Pereira Alves Madeira	Tenente Coronel	23	4	27
Salviano de Paula Braziel	S/Título	27	-	27
Manoel Alves Maciel	Juiz de Paz	25	-	25
José Carlos de Seixas Rabelo (Pardo)	S/Título	25	-	25
Francisco Marcelino Pereira	Juiz de Paz	25	-	25
Antônio Pinto Ribeiro	Capitão	22	2	24
Joaquim Antônio da Silva	S/Título	23	-	23
Alexandre Roiz Afonso	S/Título	23	-	23
Raimundo Antônio de Castro	S/Título	23	-	23
Joaquim Inácio de Melo e Souza	Tenente Coronel	18	4	22
José Inácio de Carvalho	Capitão/Cavalheiro da Ordem de Cristo	20	2	22
Manoel Antônio de Castro	S/Referência	22	-	22
Antônio Marcelino Ferreira	Capitão	17	4	21
Francisco Viotti	Doutor	22	4	21

Fonte: idem.

Os dados que constam no quadro de nº6 alinham-se perfeitamente com os resultados obtidos no primeiro capítulo desta tese. Pois os homens mais ricos e influentes foram os mais chamados para apadrinhar crianças livres e escravos na localidade, em outros termos, um seleto grupo de senhores que conseguiram conjugar um amplo domínio territorial e humano na região<sup>505</sup>. Entre os anos de 1830 a 1888, estes senhores que controlavam mais de 70% da riqueza produzida na região confirmaram presença em 813 celebrações de batismo. Em média cada um teve 38 afilhados, representando cerca de 6,8% do batismo realizados.

Destes padrinhos preferenciais, encontramos 20 que pertenciam à elite local<sup>506</sup>. Encontrei referências a eles em alguns inventários *post-mortem*, testamentos e listas de habitantes que foram examinadas neste trabalho. Estes dados são importantes, ao indicar a existência de um grupo de homens que sistematicamente era solicitado a apadrinhar, e, assim, puderam construir ou integrar uma ampla rede de compadres. Mas, de fato quem eram estes homens?

Como podemos ver no quadro acima, muitos padrinhos preferencias foram caracterizados, pelo menos em alguns registros, com distintivos de prestígio social, tais como patentes militares, sacerdócio e outras honrarias. Mas entre eles, havia aqueles que nas atas batismais não tiveram nenhum título mencionado pelos Párocos, provavelmente, não tinham. Parece que os Padres foram detalhistas em registrar estas insígnias, pois era importante portar tais distintivos junto ao nome e ser assim reconhecido na comunidade. Ao todo, 475 tiveram suas ocupações declaradas pelos padres, representando 3,9% do total de pessoas que compareceram como padrinhos nas pias da região.

Os padres ocuparam lugar de destaque neste universo, no qual estiveram presentes como padrinhos em 161 cerimônias religiosas. Este dado torna-se relevante ao sabermos que os eclesiásticos eram proibidos pelas normas da igreja de exercer este tipo de função<sup>507</sup>. Apesar destes impedimentos, foram convidados por pessoas de diversos estratos desta sociedade.

---

<sup>505</sup> Esses homens referidos em nossa pesquisa como “padrinhos de muitos afilhados” ou “padrinhos preferenciais” também controlavam o crédito local, além de ocuparem os principais postos Câmara Municipal de Baependi.

<sup>506</sup> Sílvia Brugger encontrou uma quantidade semelhante de homens de prestígio na Vila de São João del Rei. Ver: BRÜGGER, Sílvia M. J. *Minas patriarcal*, 2007, Ver estes dados no Capítulo V.

<sup>507</sup> MONTEIRO DA VIDE, S. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Lisboa: Typ. 2 de Dezembro, 1719. [São Paulo, 1853],

Para região de São João del Rei, entre 1736 a 1850, Silvia Brugger notou que muitos sacerdotes se tornaram compadres dos seus paroquianos. Segundo a autora, esta escolha se justifica por vários fatores, um deles poderia ser de ordem religiosa, na medida em que seria visto como um intermediário entre Deus e o homem, capaz de interceder pelos afilhados perante a corte celestial, de modo mais eficaz do que os demais mortais. Além disso, a inserção no clero era portadora de alguns prestígios perante a sociedade. Por outro lado, os padres eram homens solteiros e, via de regra, não possuíam descendentes e herdeiros forçados. Brugger salienta que além dos Párocos, outras pessoas com títulos aparecem como destaque entre os padrinhos. Nisto conclui-se que os interesses nos prestígios dos padres como pais espirituais faz sentido.<sup>508</sup>

Nessa perspectiva, podemos entender a preferência por padres e militares como padrinhos. Dentro deste grupo de homens mais requisitados para este papel, o recordista no número de afilhados foi o nosso conhecido, Mons. Marcos Pereira Gomes Nogueira, que apadrinhou 119 crianças pertencentes a diversas famílias da localidade. Destas, 87 eram livres e 32 escravas; entre estes inocentes havia 90 legítimos, 28 naturais e 1 exposto em sua casa.

Dez afilhados do Mons. Marcos eram escravos e pardos, destes, apenas dois eram filhos de casais cativos que tiveram suas relações reconhecidas pela Igreja. Vinte e uma das mulheres que tiveram seus filhos apadrinhados pelo padre Marcos Pereira tinham o título de Donas, e somente dois dos seus compadres tiveram suas ocupações mencionadas, um deles era o pedreiro Antônio Augusto da Fonseca, um dos homens contratado pelo Mons. Marcos para fazer os reparos na Igreja Matriz de Baependi, o outro era o Doutor Antônio Carlos Carneiro Catão Junior, filho do Comendador e Deputado Provincial Olímpio Viriato Carneiro Catão, também considerado como um dos homens mais ricos e de alta estima na região.

Com relação às madrinhas que estiveram na companhia do Mons. Marcos na cerimônias de batismo, quatro eram escravas e uma liberta. Ana, ex-cativa de Dona Maria Cândida de Castro. Também na companhia deste Pároco nas celebrações batismais havia 48 madrinhas com designativo de Dona. Esta ampla e complexa rede de compadrio demonstra a inserção do Mons. Marcos em vários estratos desta sociedade, pois estes múltiplos contados relacionais tinham sido um importante recurso político para este padre. Como indica Richard Graham, “o tamanho de uma clientela era a

---

<sup>508</sup> BRUGGER, 2002, p.304.

medida de um homem”<sup>509</sup>. Sobre esta lógica, o compadrio era um importante mecanismo para o alargamento das alianças sociais.

Depois do Mons. Marcos, o segundo padrinho preferencial foi o negociante português Luiz Fernandes da Costa Guimarães. Pelos inventários pesquisados, descobrimos que este senhor era um dos maiores credores da região, tendo em sua rede de crédito 174 devedores, incluindo indivíduos detentores de importantes patentes militares até escravos. Isto de alguma maneira pode ter refletido em suas relações de compadrio com diversas famílias da Vila de Baependi, pois seus compadres contavam com seus empréstimos para saldar dívidas com outros credores ou investir em alguns setores da economia local.

Como podemos observar na Tabela 5, que com toda esta disponibilidade de crédito não é de se estranhar que Luiz Fernandes da Costa Guimarães fosse padrinho de 58 crianças. Entre estes inocentes, havia 49 filhos de pessoas livres e 9 de escravos. Com relação aos rebentos livres, dois foram registrados como brancos e os demais não tiveram suas cores mencionadas. Apenas quatro dos seus compadres tiveram seus títulos informados pelos párocos, todos eram militares, sendo um Capitão, dois Tenentes e um Major. Todos estes senhores também estão relacionados em nossa mostra como os indivíduos que mais foram procurados para apadrinhar crianças em Baependi. Um deles, que teve um dos seus filhos batizado por Luiz Fernandes, era o Capitão José Inácio de Carvalho, que foi agraciado com o título professo de Cavaleiro da Ordem de Cristo. Por este compadrio pode-se ter uma noção do nível de prestígio do padrinho. Com relação às comadres do senhor Luiz Fernandes, 16 tiveram seus títulos de Donas registrados. No geral, as demais pessoas que se tornaram compadres e comadres deste negociante português não tiveram suas condições e nem títulos mencionados pelos clérigos da localidade. Mas de qualquer forma, percebe-se a existência de ampla rede de compadre tecido por este senhor, que na visão Jean-Pierre Dedieu e Zacarias Moutoukias, eram compostos por indivíduos que detinham uma variedade de recursos externos a esta rede, em outras palavras, eram pessoas que mobilizavam distintos recursos e transitavam em diferentes esferas da sociedade<sup>510</sup>.

---

<sup>509</sup> GRAHAM, Ricard, GRAHAM, Richard. *Patronage and Politics in nineteenth-century, Brazil*. Stanford Press University, 1990.

<sup>510</sup> Jean-Pierre Dedieu e Zacarias Moutoukias, "L'..historien de l'administration et la notion de réseaux", in J.L. Castellano e J.-P. Dedieu (orgs.), op. cit., p. 247-264, 250.

Em se tratando dos escravos, Luiz Fernandes da Costa Guimarães apadrinhou 9 inocentes cativos, sendo oito filhos naturais e um legítimo. Entre estes rebentos havia quatro pardos e um preto. Quatro destas crianças eram escravas do senhor Luiz Fernandes, dado que mostra a presença de valores patriarcais nas relações de compadrio, questão que será investigada no próximo capítulo.

Dando sequência às análises dos campeões de batismo, temos outro negociante da Vila de Baependi que se destacou entre as pessoas mais procuradas para apadrinhar crianças. Este era o senhor Francisco Antônio de Melo, que tomou como afilhados 44 crianças, sendo 28 livres e 16 escravos. Entre os compadres e comadres deste negociante, apenas um casal apresentou algum título. Este era nosso conhecido, Capitão José Inácio de Carvalho, professo com o hábito dos Cavaleiros da Ordem de Cristo, e sua esposa, Dona Lucia Maria da Conceição. Os convites que o prestigioso Capitão José Inácio emitiu para estes homens de negócio foram indícios de que a elite mercantil instalada na Vila de Baependi era bastante valorizada e respeitada pelos moradores desta localidade.

No que se trata dos cativos, o senhor Francisco Antônio de Melo apadrinhou 16 crianças presas ao cativeiro, sendo 4 filhos de casais cativos e 12 filhos naturais de mães solteiras; destas 5 foram registradas como pretas. Uma destas famílias escravas pertencia ao Capitão e Cavaleiro da Ordem de Cristo José Inácio de Carvalho. Portanto, este batismo é prova de que estes senhores queriam estreitar suas relações.

Pela via das relações de compadrio, os homens de negócio Luiz Fernandes da Costa Guimarães e Francisco Antônio de Melo tiveram diferentes inserções nestas redes. O primeiro ligou-se a um menor número de escravos, porém, a maioria dos seus compadres eram livres. O segundo negociante demonstrou estar mais conectado com os indivíduos presos ao cativeiro, e isto fez com que Francisco Antônio de Melo apresentasse uma rede de compadres não tão ampla com os livres como a de Luiz Fernandes da Costa Guimarães, que, por sua vez, apadrinhou menos escravos.

No mais, isto demonstra que as redes de compadres destes homens se estendia para além dos negócios mercantis. De fato, estes negociantes encontravam-se profundamente inseridos na região, e os habitantes viam vantagens em ter estes homens de negócios como padrinhos dos seus filhos. Mas devemos salientar que o prestígio destes homens não se resumia ao comércio: eram também senhores de escravos e usavam desse *status* para se manterem no topo da hierarquia local. E ainda eram irmãos

em várias irmandades da Vila de Baependi, tanto que doaram valiosos pecúlios para o concerto de altares-mores de algumas capelas e igrejas do Termo de Baependi.

Além de apadrinharem uma considerável quantidade de crianças na região, estes negociantes receberam inúmeros convites para serem padrinhos de casamentos. Luiz Fernandes da Costa Guimarães foi convidado para comparecer a 28 cerimônias, enquanto que Francisco Antônio de Melo testemunhou 58 uniões matrimoniais. É importante ressaltar que os noivos pertenciam a várias camadas sociais. Portanto, estes dados demonstram a pretensão que estes senhores tinham em fazerem redes.

Esta estratégia relacional de ser ao mesmo tempo padrinho de batismo e de casamento de famílias da localidade foi algo observado atentamente por Vera Alice ao analisar a sociedade mineira setecentista. Segundo a autora:

Em sociedades tradicionais, pela própria natureza da dinâmica das relações sociais, que são intensamente personalizadas, é comum que indivíduos específicos destaquem-se pela exacerbação do valor social que lhes pode ser conferido em virtude de algum traço de comportamento socialmente valorizado”.<sup>511</sup>

Nesta linha de interpretação, podemos entender que o elevado número de convites emitidos para alguns senhores da região pode estar associado à exacerbação do seu valor social nesta sociedade. Para compreendermos esta lógica, faremos um exame das relações de compadrio do 5º senhor que mais batizou crianças na região. Este “*campeão de batismo*” era, o Tenente Manoel Antônio Pereira, que além ter ser representante da Guarda Nacional do Império, exerceu importantes funções políticas na Câmara Municipal da Vila de Baependi.

Pelos Almanques industriais, administrativos e civis da Província de Minas Gerais, descobrimos que este senhor se tornou, no ano de 1864, Vereador da Câmara de Baependi, cumprido mandato, seis anos depois foi promovido a Tenente da 1º Companhia da Parada do Largo da Matriz de Baependi. Além de este importante posto militar, se tornou um dos homens mais abastados da região. Como mostramos no primeiro capítulo, parte da sua riqueza era convertida em terras e homens, sua escravaria era composta por 89 cativos, o que o colocava na mesma posição dos grandes senhores que apresentavam plantéis escravistas fora dos padrões mineiros. Diante desta

---

<sup>511</sup> SILVA, Vera Alice Cardoso. Aspectos da função política das elites na sociedade colonial brasileira - o „parentesco” espiritual como elemento de coesão social. *Revista Varia História*, Belo Horizonte, v. 31, p. 97-119, 2004.

resumida apresentação, podemos considerar que o Tenente Manoel Antônio Pereira era um digno membro da elite socioeconômica da Vila de Baependi.

O fato de deter e controlar todos esses recursos permitiu que acessasse uma ampla rede de compadres composta por famílias de vários segmentos da sociedade. Recebeu muitos convites para comparecer nas pias batismais da região, ao todo foram 37 celebrações em que compareceu como padrinho, sendo 34 crianças filhas de pessoas livres e de 3 inocentes cativos. Um destes rebentos preso à sua senzala era um dos seus afilhados. Este apadrinhamento ocorreu pelo fato da criança encontrar-se em risco de vida. Nisto, teve que receber os Santos Óleos do batismo para não falecer com o pecado original.

Mas este episódio não impediu que o Tenente Manoel Antônio Pereira mantivesse relações com o cativo: foi compadre de duas famílias escravas pertencentes a distintas escravarias da região. Uma era de seu filho, o Alferes Francisco Antônio de Pereira, e outra de sua comadre, Dona Izabel de Souza Rodrigues. É provável que este compadrio ocorresse devido o fato destes escravos serem íntimos destas famílias senhoriais.

Descobrimos que no testamento do Tenente Manoel Antônio Pereira, Rita, sua escrava e comadre, recebeu um tratamento diferenciado dos demais escravos. Neste documento há uma passagem em que este senhor pede encarecidamente a seu testamenteiro e filho, Manoel Antônio Pereira Junior, que encaminhe aos cuidados da sua filha, Dona Emerenciana, *“a Mulatinha de nome Rita, filha de Francisca parda, escrava da mesma minha filha, e com as mesmas condições de não poder ser avaliada e nem tomada por dívidas, passando por sua morte aos seus filhos legítimos”*<sup>512</sup>.

Pela importância deste pedido, suspeitamos que além de ser compadre de sua escrava Rita, o Tenente Manoel Antônio Pereira também seja pai. Por meio destas exigências testamentárias fica claro os cuidados que este senhor teve em não tornar pública esta relação ilícita, mas como um bom cristão e católico preparando-se para o *“bem-morrer”* e com a angústia provocada pelo receio da condenação eterna<sup>513</sup>, procurou dar um mínimo aconchego para sua prole ilegítima, a deixando sobre a proteção de uma de suas filhas.

---

<sup>512</sup> Trecho retirado do Testamento do Tenente Manoel Antônio Pereira. Testamento anexado em seu inventário.

<sup>513</sup> Márcio Soares. *A remissão do cativo*, op. cit., p.98.

Com relação aos compadres livres do Tenente Manoel Antônio Pereira, apenas dois tiveram suas ocupações declaradas pelos Párocos da região. Um deles foi o seu filho, o Alferes Francisco Antônio Pereira, e, o outro, o sapateiro Antônio Guilherme da Silva, morador do distrito de São Sebastião da Encruzilhada do termo de Baependi. No que se refere às comadres, apenas 7 destas senhoras foram registradas como Donas.

As alianças que o Tenente Manoel Antônio Pereira teceu com estas famílias de baixo estatuto social permitiu que construíssem uma sólida base de legitimidade social amarrada em diversas direções do espaço social, solidificando sua posição como elite. Podemos dizer que o estabelecimento desse conjunto de vínculos com vários setores da sociedade possibilitou que este proeminente senhor se mantivesse entre os homens de maior notoriedade e de reconhecimento da região.

Ao visualizarmos as redes relacionais do Tenente Manoel Antônio Pereira e de outros agentes detentores de importantes títulos militares e eclesiásticos na região, percebemos como a noção de patriarcalismos concebida por Gilberto Freire ganha força sobre estas relações, pois sintetiza a arquitetura do poder gestado no conjunto das relações que ligavam os principais chefes da elite da agraria aos seus familiares, aos seus (muitos) escravos, e à população de livres pobres que habitavam seus domínios<sup>514</sup>. Diante desta prerrogativa, vimos que a gama de relações constituída pelos senhores de prestígio da localidade, formava-se quanto estes se tornaram protetores espirituais de famílias pertencentes a distintos estratos sociais da sociedade baependiense.

Com relação aos padrinhos preferenciais sem patentes militares e títulos de honorarias, estes não tiveram suas relações de compadrio tão horizontais comparadas àqueles que possuíam estas prerrogativas. Em suas redes de compadres ficaram de fora as famílias escravas da região, pois apadrinharam somente crianças filhas de pais livres da localidade. Este dado pode ser compreendido em duas vias, a primeira é o fato de os escravos contarem proporcionalmente com pessoas de prestígio social para serem seus compadres, a fim de estarem melhores projetados na hierarquia do cativo. A outra explicação possa residir numa estratégia social adotada por estes padrinhos sem títulos, que procuravam ascender socialmente se afastando daquelas famílias que não estivessem presas ao cativo.

---

<sup>514</sup> FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2006.

Estas explicações são bastante plausíveis, pois para um indivíduo tecer uma ampla rede de compadres, a posição que ocupava numa escala da sociedade era determinante para a constituição destes laços. Tanto que confirmamos, nesta pesquisa, que foram as pessoas mais proeminentes da Vila de Baependi as que mais receberam convites para apadrinharem crianças. Ligando-se através do compadrio com pessoas de vários estratos da sociedade, tiveram condições de expandir o seu poder de influência sobre uma extensa malha social composta por inúmeras famílias que estavam sobre suas proteções.

## **Capítulo - 4**

**Produzindo aliados no cativeiro: as relações paternalistas e de compadrio entre senhores e escravos.**

## **Resumo do capítulo**

Neste quarto e último capítulo concentro-me em examinar as relações de compadrio e de paternalismo entre senhores e escravos da Vila de Santa Maria do Baependi. Primeiro iremos apresentar os principais estudos que negam e visualizam uma compatibilidade entre batismo e escravidão, em outras palavras, a presença ou não de valores patriarcais nas relações de parentesco dos senhores com seus escravos. Para estes exames, o principal corpo documental serão os registros paroquiais de batismo, mas iremos inter cruzar as informações disponíveis nesta fonte com outros documentos eclesiásticos (casamento e óbitos) e cartoriais. A princípio, iremos empreender uma análise de caráter quantitativo, pretende-se observar a quantidade de senhores que estiveram presentes nas cerimônias de batismo dos seus cativos. Apurado este dado, selecionaremos as famílias senhoriais que mais apadrinharam cativos na região para sabermos até que ponto os senhores de Baependi investia na produção de aliados no cativo. Como o foco central desta tese é investigar a manutenção de uma sociedade escravista numa Vila Sul-Mineira dedicada à produção agropecuarista, é importante saber como estas estratégias senhoriais em torno dos laços de compadrio produzidos pelos escravos poderia dar mais estabilidade para este sistema.

- **Compadrio e paternalismo:** uma breve incursão historiográfica e outras ponderações.

Nos capítulos anteriores, vimos que a desigualdade socioeconômica, a disseminação da posse escrava e a hierarquia no cativo foram mecanismos que contribuíram para a manutenção da escravidão em uma região dedicada a produção agropecuarista. Com o propósito de melhor conhecermos o vigor e a longevidade deste sistema, faremos nesta última seção um estudo sobre o paternalismo e o compadrio entre senhores e escravos na Vila de Baependi.

O compadrio como reforço das relações paternalista, há tempos vem sendo um tema bastante discutido pelos historiadores, não obstante o estado atual dos debates permite, hoje, que se chegue a um balanço relativamente consistente sobre esta temática.

Dada à proliferação de trabalhos que se preocupam em tratar deste tema, não caberia no restrito espaço aqui disponível mencionar a ampla bibliografia. Mas considero essencial apontar, a princípio, autores que considero marcantes para as reflexões mais centrais do balanço e das ponderações que serão aqui analisadas.

Sobre a orientação conceitual de um modelo de família patriarcal cunhada por Gilberto Freire<sup>515</sup>, Katia Mattoso alega, sem muita comprovação empírica, que o compadrio inaugurado nas pias batismais poderia tornar mais estreito as relações familiares entre senhores e escravos<sup>516</sup>. A autora acena que seria usual o senhor apadrinhar os seus cativos, pois são vínculos que “se harmonizam perfeitamente com as regras dessa sociedade brasileira na família extensiva, ampliada e patriarcal”<sup>517</sup>. Segundo Mattoso, o costume dos patriarcas de batizar os seus escravos foi atestado por

---

<sup>515</sup>Segundo Gilberto Freyre foi “numerosos os escravos que, no sistema patriarcal brasileiro, gozaram da situação de afilhados de senhores de casas-grandes e de sobrados”. Muito embora, é bom que se diga, ele reconheça que esses casos não deveriam ser considerados como “típicos”. (FREYRE, 1985. Tomo I: 288).

<sup>516</sup>Segundo Sheila Faria, a organização da família patriarcal difundida por Gilberto Freyre e posteriormente incorporada e discutida por outros autores baseava-se na ideia de que “nas casas-grandes, os filhos, a mulher, aos agregados e os escravos estariam inteiramente subordinados ao patriarca onipotente. A família patriarcal era constituída a partir de casamentos legítimos, mas o domínio patriarcal se ampliaria através da mestiçagem e de filhos ilegítimos, resultado do poder sexual do senhor sobre suas escravas e mancebas”. (VAINFAS, 2002: 212)

<sup>517</sup>MATTOSO, Katia. *Ser escravo no Brasil*. SP: Brasiliense, 1982, p. 132.

diversos relatos de viajantes coevos que reafirmaram o pretense interesse dos cativos em procurar compadres de elevada posição social<sup>518</sup>.

Pesquisas posteriores não tem confirmado tal assertiva. Examinando os registros paroquiais de batismo da cidade de Salvador e de algumas regiões açucareiras do Recôncavo Baiano durante o século XVIII, Stuart Schwartz, aponta para o fato de que os senhores raramente serviam de padrinhos para seus escravos, em quatro paroquiais investigadas por este autor, nenhum dos cativos teve seus patronos como compadres. Com base nestes resultados, o pesquisador conclui que, ao menos nestas localidades baianas o compadrio não era utilizado para reforçar os laços paternalistas entre senhores e seus dependentes<sup>519</sup>.

Sobre estes dados, Schwartz levanta uma importante questão, como poderiam o senhor disciplinar, vender ou<sup>32</sup> explorar irrestritamente sua propriedade viva enquanto assumia a obrigação de padrinho?<sup>520</sup> Pois, uma vez irmanados espiritualmente aos seus escravos, estariam em uma situação na qual não poderiam exercer a violência sobre os mesmos. De tal modo, evitariam a aceitar tal incumbência, para que sua autoridade, expressa também pelo direito de submeter a castigos corpóreos os seus escravos, não se visse diminuída<sup>521</sup>. Diante de todas estas conformidades, Stuart Schwartz conclui que a escravidão era incompatível com sacramento do batismo.

Em "*Purgando o Pecado Original*": compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII, publicado no ano de 1988, Stuart Schwartz em parceria com o historiador norte-americano, Stephen Gudeman demonstraram que,

“dentro da instituição e das relações de compadrio, onde se esperaria encontrar demonstrações claras de posturas paternalistas expressas pelos senhores com relação aos escravos, há poucos indícios dessas posturas. Os senhores e seus parentes, raramente batizavam e se tornavam guardiões espirituais dos próprios escravos, e sua ausência desses papéis refuta o suposto paternalismo dos senhores de escravos brasileiros”<sup>522</sup>.

---

<sup>518</sup> NEVES, Maria de Fátima R. das (1990) “Ampliando a família escrava: compadrio de escravos em São Paulo do século XIX” em Nadalin, Sergio; Marcílio, Maria Luiza, e Balhana, Altiva P. (orgs.) *História e população: estudos sobre a América Latina* (São Paulo: SEADE): 240

<sup>519</sup> SCHWARTZ, Stuart. B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial. 1550-1835*. Tradução de Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

<sup>520</sup> Idem, p. 327-348.

<sup>521</sup> Idem p. 337.

<sup>522</sup> GUEDEMAN, Stephen & SCHWARTZ, Stuart. *Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII*, In: REIS, João José (Org.) *Escravidão e Invenção da Liberdade*.

As explicações de Guademan e Schwartz não se apoiam apenas em uma ampla base empírica, mas no famoso comentário de Henry Koster, proferido na segunda metade do século XIX, de que os senhores não poderiam aceitar o vínculo do compadrio com seus cativos, sob o risco de não mais conseguir aplicar castigos em seus próprios afilhados<sup>523</sup>. No entanto, encontra-se aí uma oposição entre escravidão e o sacramento do batismo.

Sangra Lauderdale Graham considera duvidoso que o castigo seja o principal fator que impedia que os senhores tornassem padrinhos dos seus escravos. Graham concorda que a aplicação do castigo comprometia a imagem dos senhores como protetor espiritual dos afilhados cativos, porém, a autora considera que embora nenhuma autoridade institucional restringisse formalmente os donos de serem padrinhos dos seus escravos, nenhuma ideologia de igualdade diluísse a autoridade do senhor sobre os cativos, uma percepção de interesse contraditória e uma preferência por se distanciar dos escravos parece que dissuadiam os senhores de assumir o papel de padrinho<sup>524</sup>.

Alida Metcalf, analisando os engenhos de açúcar da Vila de São Paulo Colonial, também observou a ausência de valores paternalista nos batismo de escravos, descobriu somente um senhor que de forma urgente e excepcional assumiu o papel de padrinho de um dos seus cativos inocente que se encontrava em risco de vida<sup>525</sup>. Para a Vila mineira de Sabará, Kathleen Higgins constatou que nenhum escravo da região foi apadrinhado pelos seus patriarcas<sup>526</sup>.

Considero estas explicações pertinentes, porém, um possível distanciamento entre estes distintos agentes via relações de compadrio deve ser relativizado, apesar de senhores e escravos não terem se tornados compadres, isto não inviabilizava uma aproximação entre eles, pois as ligações parentais dos cativos com outros setores da sociedade interessavam aos senhores, estes laços de alguma forma contribuía para que ampliassem suas redes de relações, portanto tais estratégias de ganhos não os tornavam tão isolados. Além do mais, como bem lembrou Luiz Farinatti, “não há dúvidas de que

---

*Estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988. Ver também: GUDEMAN, Stephen. *Spiritual relationships and selecting a godparent*. Mon, 10, 1975, p. 221-237.

<sup>523</sup> KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil* (São Paulo: Cia. Editora Nacional). (1942)

<sup>524</sup> GRAHAM, Sandra. *Caetana diz não*. cit. op., p.72

<sup>525</sup> METCALF, Alice. *Family and frontier*. . 188-189.

<sup>526</sup> KATHLEEN, Higgins. “Licentions liberty” in a Brazilian gold-mining region: slavery, gender, and social control in eighteenth-century Sabara, Minas Gerais (University Park, Pennsylvania State University Press, 1999), p. 138-143.

se tratava de uma oportunidade importante para o estabelecimento ou ritualização de relações significativas para os escravos e para seus senhores”<sup>527</sup>. Enfim, com relação aos esses estudos, advogamos que de alguma maneira os senhores deveriam interferir no encaminhamento dos batismos dos seus escravos que nascessem em suas propriedades, isto de alguma maneira encurtava um possível distanciamento entre eles.

Nota-se que os trabalhos que foram até agora citados refutam a ideia que o paternalismo poderia ser fortalecido através dos elos parentais entre senhores e escravos, mas pesquisas posteriores vêm demonstrando que havia certo grau de influência e ingerência dos senhores sobre as relações de compadrio dos seus cativos<sup>528</sup>.

Analisando a Freguesia de São José dos Pinhais, Cacilda Machado encontrou poucos senhores apadrinhando os seus cativos, esta constatação fez com que a historiadora admitisse que houvesse uma possível incompatibilidade entre escravidão e batismo. Porém, todavia, a autora salienta que a tese de que o compadrio não era utilizado como reforço das relações paternalistas entre escravos e senhores, deve ser relativizada. “É preciso admitir ao menos algum grau de controle dos senhores sobre a socialização de seus escravos.”<sup>529</sup>. Analisando a localidade mencionada, Machado mostrou a presença significativa de parentes dos senhores na qualidade de padrinho dos seus cativos, ressaltando a existência de um conteúdo paternalista nestas relações<sup>530</sup>.

Carlos Bacellar, para a Vila Paulista de São Luiz de Paraitinga, entre 1773 até 1840, não deixou de notar, que alguns escravos eram apadrinhados por membros da

---

<sup>527</sup>FARINATTI, Luiz. Os compadres de Estevão e Benedita: hierarquia social, compadrio e escravidão no sul do Brasil (1821-1845). *XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH. 2011, p. 14.

<sup>528</sup> Com relação a esta questão, a uma linha de interpretação que defende a autonomia escrava nas relações parentais, onde os senhores não conseguiriam mapear toda a malha social dos seus cativos e outros que corrobora com o absoluto controle senhorial sobre estas relações. Esta discussão é antiga e pode-se dizer que teve início com os trabalhos de Florentino e Góes, op.cit e Slenes, op.cit. e é persistente. Para o compadrio de africanos, há trabalhos que apontam indícios para a participação senhorial na escolha dos padrinhos: PINTO, Natália. 2011b. Também, para a região de um importante porto de escoamento da produção cafeeira nos oitocentos, Mambucaba, Vasconcellos identificou os mesmos sinais para o compadrio de adultos africanos. VASCONCELLOS, Márcia Cristina de. O compadrio entre escravos numa comunidade em transformação (Mambucaba, Angra dos Reis, século XIX). *Afro-Ásia*, n.28, 2002, pp.47-78. Além destes, ao analisar um importante núcleo urbano da Capitania de Minas Gerais (Vila de Nossa Senhora do Carmo), onde os escravos africanos eram a maioria daquela população, Maia mostra como os africanos recém-chegados apropriaram-se dos significados do batismo e fizeram do apadrinhamento um caminho de aproximação e solidariedade étnica. MAIA, Moacir Rodrigo de Costa. O apadrinhamento de africanos em Minas colonial: o re (encontro) na América. Mariana (1715-1750). *Afro-Ásia*, n.36, 2007, pp.39-80

<sup>529</sup> MACHADO, 2008, p.192.

<sup>530</sup> Idem, p.193.

parentela dos seus senhores, evidenciando uma brecha no modelo proposto por Stephen Gudeman e Stuart Schwartz para o batismo de escravo na Bahia. Bacellar ainda encontrou relações de compadrio em algumas senzalas com a presença de filhos, irmãos ou sobrinhos do senhor dos escravos enquanto padrinhos dos pequenos rebentos que nasciam ou dos escravos africanos que chegavam através do comércio Atlântico. O autor encontrou casos, em que 1/3 de escravos foram apadrinhados pelos parentes dos seus senhores.<sup>531</sup>

Examinando a região de Campinas no século XIX, no intuito de examinar a formação das comunidades de senzala, Cristina Rocha, verificou que a maioria dos escravos teve como compadres pessoas livres da região, porém, muitos destes padrinhos eram parentes dos senhores<sup>532</sup>. Nestas condições, autora afirma que estas relações podem ser compreendidas como um paternalismo indireto, onde os senhores convidavam os seus familiares para serem tutores espirituais dos seus cativos, evitando assim, não estar muito familiarizado com os membros do cativo. De forma semelhante, Natália Pinto, analisando o compadrio escravo na cidade de Pelotas, entre os anos de 1830 e 1850, destaca os elos parentais que unia escravos ao “bando senhorial”<sup>533</sup>.

Para Silvia Brugger, no entanto, não basta perceber que a presença dos parentes dos senhores nas cerimônias de batismo dos escravos era algo que poderia reforçar as relações paternalistas entre senhores e escravos. É preciso centrar nas alianças hierarquizadas entre sujeitos de distintos estratos da sociedade, pois raramente pessoas de modestos recursos tornavam-se padrinhos de crianças pertencentes a famílias de prestígios. Brugger conclui que, embora existissem laços de solidariedades entre padrinhos, afilhados e compadres, havia também componente de dominação presente

---

<sup>531</sup> BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. „Criando porcos e arando a terra: família e compadrio entre os escravos de uma economia de abastecimento (São Luís do Paraitinga, Capitania de São Paulo, 1773 – 1840)”. Disponível: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos3/carlos%20de%20almeida%20prado.pdf>. Acesso em 25 de janeiro de 2014.

<sup>532</sup> ROCHA, Christisna. *Gerações da senzala*, op.cit, p.83.

<sup>533</sup> PINTO, Natália Garcia. *A Benção do Compadre. Experiências de parentesco, escravidão e liberdade em Pelotas, 1830/1850*. Dissertação de Mestrado, UNISINOS: São Leopoldo, 2012. Ver também da mesma autora: Parentes, aliados, inimigos: o parentesco simbólico entre os escravos na cidade de Pelotas, 1830/1850, século XIX. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. ANPUH: São Paulo, 2011. A autora chama de bando senhorial os parentes ou escravos da parentela do proprietário.

nestas relações.<sup>534</sup> Sobre esta lógica a autora postula, “que o compadrio era um importante instrumento de constituição do caráter patriarcal daquela sociedade”<sup>535</sup> . . .

Apesar de estes estudiosos reconhecerem a presença de valores de paternalistas nas relações de compadrio dos cativos, ainda não conseguiram visualizar o caráter estrutural que estas relações tinham na sociedade escravista, em outras palavras, não se averiguou como os elos parentais entre os membros da casa grande com os indivíduos presos ao cativo poderia ser uns dos elementos que garantiria a manutenção e ordem social da escravidão. Sobre esta perspectiva, procuraremos examinar nos próximos tópicos quais os interesses que os senhores tinham sobre o alargamento dos laços sociais produzidos pelos seus escravos com seus parentes e com outros segmentos da sociedade.

#### – Senhores e pais espirituais dos seus escravos.

Para desenvolver um estudo sobre a presença dos valores paternalista nas relações de compadrio dos escravos da Vila de Baependi, utilizei um sistema composto por três distintos corpos documentais, estes são: os inventários post-mortem<sup>536</sup>, testamentos e os assentos paróquias de batismo e casamento. Intercruzadas estas fontes foi possível averiguar a quantidade de senhores, parentes e amigos que se tornaram padrinhos de escravos na região.

Cruzando os dados dos inventários e testamento com os coletados nos assentos de batismo foi possível verificar que eram os parentes e amigos dos senhores que se tornaram compadres dos seus cativos, com isto, descortinou-se uma multiplicidade de teias relacionais em que os escravos estavam envolvidos. Com a utilização deste método conseguimos evidenciar uma variedade de situações, encontramos casos em que apenas os parentes dos senhores eram padrinhos dos seus cativos, momentos que os cativos foram apadrinhados por homens de prestígio local e amigos dos seus senhores, e episódios em que os compadres pertenciam a vários grupos da sociedade.

---

<sup>534</sup> BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal*, op. cit., p; 325.

<sup>535</sup> Idem, p.325-326.

<sup>536</sup> Com relações aos inventários *post-mortem*, fizemos um banco de dados no qual coletamos os nomes da esposa, filhos, netos e bisnetos dos senhores inventariados, cruzamos estas informações com os dados disponíveis nos assentos de batismo.

**Quadro – 1: Senhores e seus parentes padrinhos dos seus escravos. Vila de Baependi, 1830-1888.**

Senhores Padrinhos	Parentes consanguíneos e espirituais dos Senhores	Padrinhos não Consanguíneos dos senhores	Total
70	347	1.668	2.085
3,3%	16,7 %	80 %	100 %

**Fonte:** Assento Paroquial de Batismo da Vila de Santa Maria do Baependi (1830-1888) – Arquivado e catalogado na Cúria Diocesana de Campanha-MG.

Os dados acima, embora chame atenção por si só, não deve ser encarado de forma absoluta. Certamente não foram muitos senhores que se tornaram compadres dos seus cativos, apenas 3,3% destes patriarcas incumbiram-se de exercer este papel. Isto aparentemente demonstra o que foi postulado Stephen Gudeman e Stuart Schwartz, que o compadrio não serviu para salientar os aspectos paternalistas entre senhor-escravo, muito menos como vínculo ou reforço do mesmo<sup>537</sup>.

Porém, se exploramos outros dados fornecidos pelas fontes teremos outro panorama. Pelas informações contidas nos assentos de batismo e nos inventários *post-mortem*<sup>538</sup>, constatamos que na região havia 499 pessoas que alçaram o status de senhor, se trabalhar apenas com este universo senhorial, saberemos que 14% destes

<sup>537</sup> GUDEMAN & SCHWARTZ. *Purgando o pecado original*, p.41

<sup>538</sup> Alguns autores buscaram no cruzamento de inventários e assentos paroquiais a solução para uma análise ampliada, e mais profunda, do compadrio. Ver: BACELLAR, Carlos A. P (2010a). *Escravidão e compadrio em São Paulo colonial, século XVIII. Seminario Internacional Familias Iberoamericanas en el marco del Bicentenario. Córdoba, Argentina.*\_. Tierras de solidaridad: familia y compadrazgo entre los esclavos de una economía de abastecimiento, São Luis do Paraitinga, Brasil, 17731840. In: *ESTRADA IGUÍNIZ, M.; MOLINA DEL VILLAR, A.* (Ed.). Estampas familiares en Iberoamérica: un acercamiento desde la antropología y la historia. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, p. 253-271. BRÜGGER, Silvia M. J. (2007), *Minas patriarcais: família e sociedade (São João del Rei - séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume. FARINATTI, Luís A. E. (2011), Os compadres de Estevão e Benedita: hierarquia social, compadrio e escravidão no sul do Brasil (1821-1845). *XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH. HAMEISTER, Martha D. (2010), Padrinhos de pretos no extremo-sul do Estado do Brasil no século XVIII. 10º Congresso da BRASA, Brasília. MACHADO, Cacilda (2006), As muitas faces do compadrio de escravos: o caso da Freguesia de São José dos Pinhais (PR), na passagem do século XVIII para o XIX. *Revista Brasileira de História [S.I.]*, v. 26, n. 52, p. 49-77. MAIA, Moacir R.C. (2010), Tecer redes, proteger relações: portugueses e africanos na vivência do compadrio (Minas Gerais, 1720-1750). *Topoi*. v. 11. n. 20, p. 36-54. PEDROZA, Manoela S. (2008), Capitães de bibocas: casamentos e compadrios construindo redes sociais originais nos sertões cariocas (Capela de Sapopemba, freguesia de Irajá, Rio de Janeiro, Brasil, século XVIII). *Topoi [S.I.]*, v. 9, n. 17, p. 67-92, jul.-dez. PINTO, Natália G. (2011), Parentes, aliados, inimigos: o parentesco simbólico entre os escravos na cidade de Pelotas, 1830/1850, século XIX. *XXVI Encontro Nacional de História. São Paulo: ANPUH*.

proprietários escravistas foram padrinhos dos seus escravos, algo que representa 1/5 dos senhores da Vila de Baependi. Além disto, por meio das informações disponíveis nos assentos de batismo, foi possível saber que em cada 10 padrinhos de escravos, três eram os seus próprios senhores. Tomando como base este contingente de senhores e no que tange a prática de apadrinhamento, fica claro que não havia uma forte resistência ao compadrio entre os senhores e seus escravos.

Com relação aos parentes dos senhores, incluímos neste grupo esposas, filhos, netos, bisnetos, primos, tios (as), cunhados e compadres, pessoas que tinham laços consanguíneos e espirituais com estes patriarcas. Importante frisar, que a noção de família nesta pesquisa não é entendida aquela apenas composta de parentes consanguíneos e afins, mas sim, por múltiplos laços políticos e de sociabilidade onde os membros de uma família se conectavam as varias redes relacionais. Este modelo de família está de acordo com que foi constatado por Giovanni Levi para os habitantes da região Italiana de Piemonte no século XVII. Levi propõe para aquela realidade uma concepção de família que se expressa no sentido de grupos não co-residentes, mas interligados por vínculos de parentela consanguínea ou por alianças e relações fictícias que aparecem na nebulosa realidade institucional do Antigo Regime<sup>539</sup>. Veremos neste capítulo varias alianças sociais tecidas por distintos grupos que devido a sua complexidade não foram encobertas pelo sistema de norma da igreja católica.

Retomando as análises do **quadro de nº1**, os familiares dos senhores compareceram como padrinhos nas pias batismais dos seus cativos em 347 celebrações, apresentando um percentual de 16,7%. Visto em outro ângulo que, em cada 10 escravos batizados na escravaria de Baependi, seis tinham como padrinhos parentes dos seus senhores. Isto demonstra como os cativos estavam integrados aos núcleos familiares dos seus senhores, sendo que tais aproximações foram agenciadas por estes patriarcas.

Sobre estes dados, é importante frisar que a expressiva participação da parentela senhorial nas cerimônias de batismo dos cativos da localidade é bastante alta se comparada a outras regiões. Sobre um estudo comparativo, vimos que em outras

---

<sup>539</sup>LEVI, Giovanni. “Três histórias de família: os núcleos parentais”. In: Giovanni Levi. *A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, 87-130.

localidades do Império Brasileiro<sup>540</sup> a quantidade de parentes dos senhores que foram padrinhos dos seus cativos não era tão elevado comparada a Vila de Baependi.

Por isto, acreditamos que o padrão de compadrio na localidade em estudo parece tecer caminhos diferentes do que foi encontrado para outras regiões da sociedade escravista brasileira. Examinando a Vila de Curitiba ao longo do século XIX, Schwartz, tal como em sua pesquisa anterior com Gudemam na Bahia, verificou que nesta localidade paranaense o padrão era praticamente o mesmo, quase nunca os senhores eram pais espirituais dos seus cativos, tal função ficou sobre a incumbência de poucos parentes. O autor conclui que entre 1750 e 1820, nenhum escravo foi batizado pelo próprio senhor, enquanto que 5% tiveram como padrinhos ou madrinhas parentes do senhor. De 1820 até a abolição da escravatura, esses padrões continuavam sendo a norma. Para o autor, “a separação de status implícita nessas estatísticas indica o fracasso de um paternalismo para superar as proibições inerentes aos papéis espirituais e econômicos em conflito”<sup>541</sup>. Nas palavras de Stuart Schwartz, “os papéis de senhor e padrinho eram considerados contraditórios”<sup>542</sup>.

Sheila de Castro Faria ao consultar os registros de batismo da região de Campos do Goitacazes do Rio de Janeiro no século XVIII, afirma que realmente, os senhores não estavam presentes nas celebrações dos ritos dos seus cativos, rara vez estes proprietários escravistas apadrinhavam escravos pertencentes a outras casas senhoriais<sup>543</sup>. Silva Brugger para a Vila Sul-Mineira de São João del Rei, teve a mesma

---

<sup>540</sup> SCHWARTZ, Stuart. .Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravo na Bahia do século XVIII. In: REIS, João J. (org.). *Escravidão e invenção da Liberdade*. São Paulo: Brasiliense, 1988. NEVES, M. de F. R. das. —Ampliando a família escrava: o compadrio de escravos em São Paulo no século XIX. In: NADALIN, S. O., MARCÍLIO, M.L. (orgs.), *História e população: estudos sobre a América Latina*, São Paulo: ABEP, IUSSP, CELADE, Fundação SEADE, 1990. HIGGINS, Kathleen J. *The slave society in eighteenth-century Sabará: a community study in colonial Brazil*. New Haven: Yale University, 1987. MACHADO, C. *A trama das vontades*. Negros, pardos e negros na produção da hierarquia social (São José dos Pinhais – PR, passagem do XVIII para o XIX. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: IFCS/UF RJ, 2006. MOTTA, José Flávio. *Corpos Escravos, Vontades Livres: posse de cativos e família escrava e Bananal (1801-1829)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1999. Senhores e subalternos no Oeste paulista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História da vida privada no Brasil: Império*. 7a reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

<sup>541</sup> SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. São Paulo, 2001, p. 266.

<sup>542</sup> Idem, p. 267.

<sup>543</sup> FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, /1998, p. 310. Ver outros trabalhos que trata da temática do compadrio escravo da autora: FARIA Sheila de Castro. *Família escrava e legitimidade: estratégias de preservação da autonomia*. *Estudos Afro-Asiáticos*, n.23, 1992. FARIA Sheila de Castro. *História da Família e Demografia Histórica*. In: FLAMARION, Ciro. VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. Rio de Janeiro. Ed. Campus, 1997, pp. 241-258.

impressão de Faria, a autora constatou pouquíssimos senhores sendo tutores espirituais dos seus cativos, apenas 1,1% destes proprietários foram padrinhos dos seus próprios escravos<sup>544</sup>. Ana Lugão Rios, analisando 2.668 registros batismos da Paraíba do Sul, no período de 1872 e 1888, constata que apenas 09 (0,32%) escravos tiveram seus senhores como padrinhos<sup>545</sup>. José Roberto Góes também assinalou as dificuldades em reunir as partes conflituosas do batismo e da escravidão. Góes também observa que na Freguesia rural de Inhaúma do Rio de Janeiro, durante a primeira metade do século XIX, os senhores não apareceram apadrinhando nenhum de seus escravos<sup>546</sup>.

Estudos recentes<sup>547</sup> também têm constatado que os senhores evitavam o máximo em apadrinhar os seus cativos. Fernando Franco, ao analisar a Freguesia de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba, no período de 1790 a 1834, encontrou o mesmo padrão, porém, deparou com um número expressivo de parentes dos senhores apadrinhando os seus escravos, vendo nestas relações um “paternalismo indireto”, como caracteriza Schwartz<sup>548</sup>. Por sua vez, Martha Daisson Hameister, ao descobrir uma raridade de senhores sendo padrinhos dos seus cativos na Vila do Rio Grande na primeira metade do XVIII, acaba corroborando com a mesma tese defendida por Schwartz, que a escravidão e o sacramento do batismo são instituições opostas entre si<sup>549</sup>.

---

<sup>544</sup> BRUGGER, Silva. O apadrinhamento de escravos adultos (São João del Rei, 1730-1850). ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina, 2005, p.4.

<sup>545</sup> RIOS, Ana Lugão. Família e transição: famílias negras em Paraíba do Sul. 1872-1920. Dissertação de Mestrado, Niterói, 1990.

<sup>546</sup> José Roberto Góes utilizou-se de inventários post mortem e de registros batismais, conjuntamente, para observar o índice de senhores padrinhos de escravos. Ver: GÓES, José R. *O cativo imperfeito. Um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX*. Vitória: Lineart, 1993.

<sup>547</sup> As pesquisas atuais vêm confirmando o que há muito tempo tem sido observado por Stephen Gudeman e Stuart Schwartz, a ínfima presença de senhores como padrinhos nas cerimônias de batismo do seus cativos. Seguem os trabalhos que não foram citados no corpo do texto desta pesquisa: BACELLAR, Carlos Almeida Prado. Os compadres e as comadres de escravos: um balanço da produção historiográfica brasileira. Anais eletrônicos do XXVI Encontro Nacional de História, São Paulo, 2012. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307925540\\_ARQUIVO\\_Oscompadreseascomadresde\\_escravos.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307925540_ARQUIVO_Oscompadreseascomadresde_escravos.pdf). FARINATTI, Luís Augusto. A espada e a capela: relações de compadrio dos oficiais de milícia na fronteira meridional do Brasil (1816-1835). *História Unisinos*, vol. 16, p.294-306, 2012b. MATHEUS, Marcelo Santos. *A produção da diferença: escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro* (Bagé, c.1820-1870). Rio de Janeiro: PPGH/UFRJ, 2016.

<sup>548</sup> FRANCO, Fernando Netto. *População, escravidão e família em Guarapuava no século XIX*. Guarapuava: Editora Unicentro, 2007, p.318-319.

<sup>549</sup> HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar Calor à Nova Povoação: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c. 1763)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006, p. 225.

Como Hameister, Marcio de Souza Soares, ao verificar que os senhores de Campos de Goitacazes (entre 1750-1830) não pronunciavam as suas paternidades ao libertar seus escravos ilegítimos nas pias batismais, também acabou aderindo à tese da incompatibilidade entre compadrio e escravidão defendida por Schwartz. De acordo com Soares, o antagonismo entre estas duas instituições era o que interditava a constituição de um vínculo espiritual entre senhores e escravos<sup>550</sup>.

Pesquisas atuais alertam que é necessário relativizar a tese de que o compadrio não era utilizado como reforço das relações paternalistas, trabalhos como de Cacilda Machado e Silvia Brugger e outros que foram publicados posteriormente confirma que, apesar do papel dos senhores serem contraditórios como padrinhos dos seus cativos de alguma forma estes patriarcais exerciam certa ingerência sobre os laços sociais produzidos pelos seus escravos. Como vimos, uma das maneiras dos senhores intervirem nas relações parentais dos seus mancipios era convidar seus membros familiares para apadrinhar seus cativos, estas ações foram caracterizadas pela maioria destes estudiosos como uma forma de “paternalismo indireto”.

Frente a estes debates, concordamos que o paternalismo senhorial estava presente nos laços de compadrio produzidos pelos escravos, mas entendemos que esta questão não pode ser apenas compreendida na polarização de uma discussão que demonstra um paternalismo indireto quando os parentes dos senhores tornam padrinhos dos seus escravos, ou contraditório, quando o próprio senhor torna-se tutor espiritual dos seus cativos.

Diante desta dicotomia, afiançamos que a presença de valores paternalista no compadrio apresentava outras feições, e uma destas características residia no fato de como os senhores poderiam aumentar os seus prestígios através das relações de parentesco que seus escravos mantinham com vários setores da sociedade.

O envolvimento dos cativos com pessoas de distintos segmentos da Vila de Baependi, já pode ser comprovado no quadro de nº 1, percebiam a quantidade de indivíduos que não eram parentes dos senhores apadrinhando os seus cativos, estes agentes pertenciam a inúmeras camadas sociais, muitos deles eram senhores, agregados,

---

<sup>550</sup> SOARES, Márcio de Souza. *A remissão do cativo*: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacazes, 1750-1830. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009, p 84.

forros, pardos livres, homens de patentes militares e aqueles agraciados com títulos de honrarias (Barões, Comentador, Cavalheiro da Ordem de Cristo, etc.).

As redes de compadres que os escravos constituíam ou estivessem envolvidos assumia uma dimensão política onde os ganhos senhoriais eram de grande monta, pois esta gama de relações facultava aos seus donos terem suas autoridades reconhecidas, e ao mesmo tempo, ampliavam suas redes relacionais, tanto no sentido vertical como horizontal, ou seja, com os vários membros da comunidade.

Dito isto, acreditamos que os senhores observavam com muita atenção as relações de compadrio dos seus escravos, salvo um caso ou outro, tal prudência chegava quase ser a mesma quando convidava alguém para apadrinhar um dos seus filhos. É claro que o apadrinhamento de um filho do senhor não tinha a mesma importância a de uma criança presa a sua senzala, além do mais, hierarquicamente, os escravos estavam situados em patamares considerados mais modesto da estratificação da propriedade patriarcal, mas por outro lado, não eram desvinculados de uma casa senhorial que lhes sustentavam e protegiam. Para retratarmos este tipo de situação, temos o compadrio de Emerenciana parda, escrava do Tenente José Carlos Nogueira. Esta cativa teve três filhos naturais apadrinhados pelo primo do seu senhor, o também Tenente, Teodoro Francisco Nogueira, nestas cerimônias batismais dois dos seus filhos foram libertados na pia, um pelo seu senhor e outro pelo próprio padrinho.

Além de apadrinhar os filhos naturais de Emerenciana parda, o Tenente Teodoro Francisco Nogueira, no ano de 1853, também batizou o inocente Joaquim, filho de José Carlos Nogueira, assim nota-se, que estamos diante de um compadrio, onde um senhor escolhe um parente de confiança para zelar pela proteção de seu filho e de seus escravos.

Esta gama de relações permitiu Emerenciana parda que ocupasse uma posição elevada no interior desta senzala. Esta mobilidade intra-cativeiro pode ser vista através dos batismos que foram realizados nesta escravaria. Dos trinta e dois escravos do Tenente José Carlos Nogueira, 10 tiveram filhos batizados e apenas 2 apadrinharam crianças na região, os demais não receberam convites para batizar. Entre estes cativos, Emerenciana foi à única escrava que teve filhos alforriados e compadre de prestígio que era também parente do seu senhor. Diante deste quadro, é certo afirmar que estamos diante de uma propriedade escravista bastante hierarquizada, onde havia escravos

situados em diferentes escalas sociais desta casa senhorial. Como observou o antropólogo Fredrik Barth, “pessoas situadas em posições diferentes podem acumular experiências particulares e lançar mão de diferentes esquemas de interpretação, ou seja, podem viver juntas, mas em mundos diferentemente construídos”<sup>551</sup>.

#### **A produção de aliados no cativeiro: eles parentais entre as famílias senhoriais com seus cativos.**

##### **4.3.1 - Os apadrinhamentos dos filhos e dos escravos do senhor Luiz Fernandes da Costa Guimarães.**

Nesta pesquisa foram inúmeras vezes que citamos o nome Luiz Fernandes da Costa Guimarães, o curioso é que não temos em nossa posse o inventário e o testamento deste senhor, documentos importantes que contribuiriam para descrever a trajetória social de uma pessoa. Mas suas características sociais foram descritas em quase todas as fontes pesquisadas, sinal de seu enraizamento local e de sua “fama” na região.

Sob a pena da tinta dos Escrivães e dos Párocos da Vila de Baependi, Luiz Fernandes da Costa Guimarães teve seu nome citado em várias transações comerciais, inventários, testamentos, cerimônias de batismos e casamentos realizados na Matriz, Capelas e fazendas da localidade. Ao seguirmos os rastros deste senhor em distintos documentos, notamos que estava imbricado em uma multiplicidade de situações exercendo diferentes papéis sociais na localidade em estudo<sup>552</sup>.

Para reconstituir a trajetória de Luiz Fernandes da Costa Guimarães, utilizamos o método proposto por Carlo Ginzburg e Carlo Poni, qual seja, a busca de um mesmo sujeito em diferentes fontes documentais. De acordo com estes autores, um registro cartorial apresenta os indivíduos apenas enquanto compradores, vendedores, realizando uma hipoteca, etc.; os eclesiásticos enquanto pai, mãe, padrinho; os processos criminais como réu, testemunha, vítima; no entanto, limitando-se a estas informações ou a

---

<sup>551</sup> BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000, p. 176.

<sup>552</sup> BARTH, Fredrik. “*Os Grupos Étnicos e suas Fronteiras*”, 2002, pp. 30-31.

somente a consulta de um desses documentos “corre-se o risco de perder a complexidade das relações que ligam um indivíduo a uma sociedade determinada”<sup>553</sup>.

Todavia, foi preciso realizar uma investigação densa nos documentos, no qual tivemos que mapear a quantidade de vezes que o Luiz Fernandes da Costa Guimarães aparece citada nas fontes cartoriais e paroquiais da região, feito este procedimento, descobrimos que era natural do Reino de Braga e atuou em varias setores da sociedade baependiense, como credor, Consul Português, padrinhos de muitos afilhados, senhor de escravos e de terras. Através dos assentos de casamento, descobrimos que era casado com, Dona Emília Conceição e Melo Guimarães, pertencente a uma das famílias mais proeminentes da região, os “Melo e Souza”<sup>554</sup>.

Apurada algumas características sociais deste senhor, faremos uma analise dos batismos dos seus filhos e de seus escravos para abordamos o objeto central deste capítulo, que a produção de aliados no cativo.

Luiz Fernandes da Costa Guimarães foi senhor de um considerável plantel de cativos. Nos livros de batismo da Vila de Baependi, datados de 1830 a 1888, computamos 2.789 batismos de escravos. Pois bem, desse total, o nome de Luiz Fernandes da Costa Guimarães aparece 22 vezes como senhor de 13 escravos adultos e 21 crianças, um destes inocentes batizados foi alforriado na pia pelo próprio senhor Luiz Fernandes, esta era Firmina, filha natural da parda Claudiana, os padrinhos desta criança, foram o Capitão e Cavaleiro professo da Ordem de Cristo, Joaquim Inácio de Carvalho e Dona Joana Emerenciana de Melo<sup>555</sup>.

A parda Claudiana foi à escrava que mais teve filhos batizados na escravaria do seu senhor, dois de seus rebentos foram apadrinhados pelo próprio Luiz Fernandes da Costa Guimaraes e um pelo seu filho, Joaquim Fernandes da Costa Guimarães. Ao todo esta cativa cedeu a esta escravaria sete crianças nascida do seu ventre, assim contribuía diretamente para a ampliação e manutenção deste plantel.

---

<sup>553</sup> GINZBURG, Carlo e PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo (org.). *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991, p. 175.

<sup>554</sup> Para mapear todos os eventos sociais em que Luiz Guimarães estava envolvido, utilizamos da base de banco de dados Fichoz que nos mostrou a atuação deste senhor em todos os espaço daquela sociedade.

<sup>555</sup> Assentos de batismo da inocente Firmina, Cúria Diocesana de Campanha-MG, Livro 06.

Através desta gama relações, acreditamos que as relações de Claudiana parda com o seu senhor não se restringiam apenas a reprodução física desta escravaria, pois além de Luiz Fernandes dar proteção e sustento a esta cativa e a sua filha e torna-la afilhada de um dos seus filhos, alforriou esta inocente criança na pia batismal na Igreja Matriz de Baependi. E mais, conseguiu para Claudiana parda e sua filha Firmina, compadres e padrinhos de elevada posição social, um deles era o Capitão Joaquim Inácio de Carvalho, homem de alta estima na Vila de Baependi.

Os filhos de Claudina parda também tiveram como padrinhos filhos, cunhados, amigos e pessoas que moravam como agregados na propriedade de Luiz Fernandes da Costa Guimarães, ou seja, como argumentou Gilberto Freire, indivíduos que eram membros de uma extensa família senhorial<sup>556</sup>.

Nas cerimônias de batismo dos filhos de Claudina parda, em nenhuma destas celebrações foi mencionado pelos Párocos da região a paternidade destes inocentes batizados - dois dos filhos desta escrava foram apadrinhados por Luiz Fernandes da Costa Guimarães, um deles se chamava Luiz, o mesmo nome do seu padrinho-senhor. Considerando à proximidade que havia entre Luiz Fernandes e Claudiana, é provável que uma destas crianças seja filha deste senhor, porém, se de fato ocorreu este intercuro sexual, temos neste compadrio mais uma paternidades senhorial que não foi confirmada nos registro paroquiais de Baependi.

Um dado importante sobre o compadrio na família do negociante Luiz Fernandes da Costa Guimarães, consiste em saber que um dos padrinhos dos seus filhos também apadrinhou um dos seus escravos. Este foi o seu sogro, o Coronel Joaquim Inácio de Melo e Souza. Este senhor era um homem respeitado na Vila de Baependi, além de ostentar uma importante patente militar da Guarda Nacional, foi delegado de policia, coletor de impostos, Tenente do 42º batalhão do largo da Matriz de Baependi e senhor de muitos escravos. Também foi um dos homens procurado por muitas famílias na região para apadrinhar os seus filhos.

O filho e o escravo de Luiz Fernandes da Costa Guimarães que se tornaram afilhados do Coronel Joaquim Inácio de Souza Melo, foi Joaquim, o filho mais velho do

---

<sup>556</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006.

senhor Luiz Fernandes, e Manoel, filho natural de Efigênia, uma das escravas mais antiga desta unidade. Estes inocentes de distintas condições sociais e jurídicas foram batizados no mesmo dia e na mesma Igreja da Matriz de Nsa. Monserrat de Baependi.

Importante ressaltar que Manoel, filho da escrava Efigênia, foi o único cativo da propriedade de Luiz Fernandes da Costa Guimarães a vivenciar este tipo de situação, isto é, ser afilhado do compadre e sogro do seu senhor, por isto, rogava do privilegio frente aos demais parceiros de cativo, de ser protegido por um importante membro desta casa senhorial<sup>557</sup>. Este tipo de compadrio parece implicar na certeza de que Manoel, filho natural de Efigênia, desfrutaria de algum privilegio e talvez até de uma alforria ou uma parcela, por mais ínfima que fosse ao testamento do seu padrinho. Em troca, o Coronel Joaquim Inácio de Melo e Souza teriam um afilhado e uma comadre que enalteceria o seu nome no ambiente do cativo, tornando assim, mais extenso o seu raio de ação social.<sup>558</sup>.

Com relação aos outros cativos que tiveram filhos apadrinhados na propriedade de Luiz Fernandes da Costa Guimarães, temos Tereza parda, considerada uma das escravas que mais teve filhos batizados nesta escravaria. Diferente de Claudiana, nenhum dos rebentos de Tereza foi apadrinhado pelo seu senhor ou parente dele, toda sua prole teve como protetores pessoais que tinham contraído alguma dívida com o seu senhor. É possível que este compadrio permitisse que Luiz Fernandes da Costa Guimarães produzisse e ampliasse uma clientela de submissos. Como salienta o sociólogo Orlando Paterson, a reputação dos senhores era diretamente proporcional à sujeição dos seus escravos, estendida aos demais subalternos livres que compunham o seu quadro de dependentes<sup>559</sup>. Nesta ótica, mais uma vez se observa o grau de interferência do senhor Luiz Fernandes nos laços de compadrio dos seus escravos.

---

<sup>557</sup> Marcio Soares. *A remissão do Cativo*, op, cit., p.98.

<sup>558</sup> Ao analisar as relações de compadrio entre os escravos e os fidalgos das terras da Capitania do Rio de Janeiro, João Fragoso percebeu que estes nobres senhores pretendia ampliar o seu poder mando entre os membros da senzalas. Ver: FRAGOSO, João- “Elite das senzalas e nobreza da terra numa sociedade rural do Antigo Regime nos trópicos: Campo Grande (Rio de Janeiro), 1704-1741”, in: FRAGOSO J. & GOUVÊA M. F. (Org.) – *O Brasil Colonial – 1720-1821*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

<sup>559</sup> PATTERSON, Orlando. *Slavery and Social Death: A Comparative Study*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1982, p. 339-342. Ver também: FRAGOSO, João. Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor do engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760). In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs). *Na Trama das Redes: políticas e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010a, p. 249.

#### 4.4.2 – Elos de compadrio entre os familiares do Major Antônio Marcelino Ferreira com seus escravos.

Para analisar as relações de compadrio dos escravos do Major Antônio Marcelino Ferreira, faremos uso do mesmo procedimento metodológico adotado na situação do anterior. Para este caso temos uma maior variedade de corpos documentais incluindo os dados que foram coletados no inventário do Major Ferreira e de sua esposa. Na intenção de analisar as estratégias utilizadas por este senhor na produção de aliados no cativeiro, iremos relacionar as informações contidas no inventário *post-mortem* e no testamento de Antônio Marcelino Ferreira com os assentos de batismo e casamento dos seus cativos. De antemão, gostaríamos de frisar que as relações de parentesco na escravaria do Major Ferreira apresentavam outras feições do que encontrados na senzala do negociante Luiz Fernandes da Costa Guimarães. Antes de analisarmos os laços parentais tecidos pelos escravos de Antônio Marcelino Ferreira, faremos uma breve descrição da trajetória social deste senhor que durante 32 anos levou os seus cativos para serem batizados nas pias batismais de Baependi.

Através do site dos mórmons descobrimos que Antônio Marcelino Ferreira nasceu no ano de 1820 e foi batizado na Igreja Matriz da Vila de Santa Maria do Baependi<sup>560</sup>, porém, sua filiação não foi informada por esta plataforma eletrônica<sup>561</sup>. Curioso que o nome dos seus pais também não foi mencionado em outros documentos no qual este senhor é citado. No inventário do Major Antônio Marcelino Ferreira, composto por 100 paginas, em nenhuma destas folhas sua paternidade foi declarada, portanto, ainda ficaremos sem ter acesso a esta informação.

O Antônio Marcelino Ferreira fazia parte de uma elite econômica que controlava cerca de 47% da riqueza produzida na região, seu monte-mor foi avaliado em

---

<sup>560</sup>"Brasil Batismos, 1688-1935," data-base, *Familysearch*. [<sup>561</sup> Aqui faz-se referencia, especificamente, ao trabalho realizado pela Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, a qual disponibilizou boa parte dos registros paroquiais existentes para o Brasil – tanto para o período colonial, quanto para o imperial – em seu portal eletrônico: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:9Q97-Y33D-4MY?wc=M5FGN1%3A369888101%2C369888102%2C370430001&cc=2177275>](https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:XJQ2-XRZ : 9 March 2018. Marcelino Ferreira in entry for Emerenciana Ferreira, 04 Jul 1852; citing Nossa Senhora do Monserrate, Baependi, Minas Gerais, Brazil, reference , index based upon data collected by the Genealogical Society of Utah, Salt Lake City; FHL microfilm 1,284,987.</a></p></div><div data-bbox=)

111:266\$266<sup>562</sup>, uma patrimônio considerado acima dos padrões da localidade <sup>563</sup>. Em torno de 70% desta fortuna foi aplicado em terras e escravos (era dono de 33 cativos), como dissemos no primeiro capítulo, além destes bens terem sido os maiores geradores de riqueza, contribuiu para que o Major Ferreira como muitos senhores da região aumentassem os seus prestígios numa sociedade profundamente marcada pela pobreza e desigualdade social. A aquisição destes recursos somada a uma elevada posição social permitiu ao Major Antônio Marcelino Ferreira que ocupasse importantes cargos políticos na localidade, através dos almanaques sul-mineiros, descobrimos que se tornou vereador e Vice-Prefeito da Câmara Municipal de Baependi.

O Major Antônio Marcelino Ferreira era casado com Dona Julia Cândida Pereira, pertencente a um das famílias mais proeminentes da região, pois era filha do nosso conhecido, Tenente Manoel Antônio Pereira e de Dona Emerenciana Cândida da Anunciação, matrimônio que lhe acrescentaria uma notoriedade local. Durante o tempo que viveram juntos tiveram 15 filhos, sendo todos nascidos e batizados na Igreja Matriz de Baependi.

Através dos assentos de batismo percebemos que o Major Antônio Marcelino Ferreira era muito quisto na região, tanto é, que tinha influência sobre uma extensa rede de compadres constituída por 19 famílias da localidade, destas, 15 era de livres, incluindo famílias da elite, pardos, ex-escravos e agregados. No que confere aos escravos batizados por este senhor, três pertenciam à escravaria do seu sogro, o Tenente Manoel Antônio Ferreira, e uma era sua escrava, Brasiliana, filha legítima de Fidelis e Jesuína. Provavelmente eram cativos estimados por estes senhores que acabaram se tornando membros da família destes patriarcas.

Além disto, esta rede de compadres tecida pelo Major Antônio Marcelino Ferreira apresenta uma questão importante para esta pesquisa, consiste no fato de

---

<sup>562</sup> AHETII/IPHAN/SJDR – Arquivo Histórico do Escritório Técnico II do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del-Rei. Inventário do Major Antônio Marcelino Ferreira, ano: 1880, Caixa: 33.

<sup>563</sup> Através de uma tipológica de fortunas elaborada no primeiro capítulo, os patrimônios inventariados dos homens mais ricos da Vila de Baependi foram classificadas acima de 100 contos de reis. A

estarmos analisando uma sociedade em que os desiguais se relacionam, e as alianças do compadrio servia para remediar estes laços<sup>564</sup>.

Tratando da formação dos laços de sociabilidade entre os desiguais, o casal Felício e Jesuína foram uns dos cativos a terem seus filhos apadrinhados pelo Major Antônio Marcelino Ferreira, que também era seu senhor. Os demais rebentos deste casal de escravos foram batizados pelos parentes do Major Ferreira. Abaixo segue um quadro que apresenta o número de vezes em que os familiares do Major Ferreira compareceram as cerimônias de batismo dos seus cativos.

---

<sup>564</sup> FRAGOSO, João. Principais da Terra, Escravos e a República. O desenho da paisagem agrária no Rio de Janeiro Seiscentista. *Revista Ciência e Ambiente, Santa Maria* (UFSM), n. 33, jul./dez., 2006, pp. 97-120.

**Quadro – 2: Padrinhos dos escravos do Major Antônio Marcelino Ferreira.**

<b>Padrinhos dos escravos</b>	<b>Grau de parentesco dos padrinhos com o Major Ferreira</b>	<b>Nº de Apadrinhamento</b>
Tertuliano Alves Ferreira	Filho	4
Amélia Virginia Ferreira	Filha	4
José Izalino da silva	Filho	1
José Eduardo Ferreira	Filho	1
Alexandrina Augusta Ferreira	Filha	1
Maria Inácia Ferreira	Filha	1
Eliza Priciliana Ferreira	Filha	1
Dona Emerenciana Cândida Pereira	Sogra	1
Porcina Cândida da Anunciação Pereira	Cunhada	1
Joaquim Severiano pereira	Cunhado	1
Aureliano Augusto Pereira	Cunhado	1
Antônio marciano pereira	Cunhado	1
Luciano de Paula pereira	Cunhado	1
Elias José da mota	Compadre	1
Jeronimo ribeiro da silva	S/Parentesco	1
Joaquim Vás de Luciros	S/Parentesco	1
José Camilo Braga	S/Parentesco	1
Manoel Pacheco Pena	S/Parentesco	3
Benedito Vitoriano Martins (Sapateiro)	S/Parentesco	3
Vicente	Escravo do Major Ferreira	1
Luís	Escravo de José Izalino Ferreira	2
Miguel	Escravo Manoel Antônio Pereira Junior ( <b>Cunhado</b> do Major Ferreira)	1
Francisco	Escravo Manoel Antônio pereira Junior ( <b>Cunhado</b> do Major Ferreira)	1
Jesuína	Escravo do Major Ferreira	1

**Fonte:** Assentos de Batismo da Vila de Baependi, 1830-1888. Cúria Diocesana de Campanha.

Conforme os dados apresentado no quadro acima, é unanime admitir que houvesse uma aproximação familiar que entre os escravos do Major Antônio Marcelino Ferreira com os seus familiares, das 33 crianças cativas que foram batizadas na escravaria deste senhor, 20 tiveram como pais espirituais seus parentes. Dos 15 filhos que o senhor Ferreira, sete deles foram padrinhos dos seus cativos.

Com relação aos outros parentes, o Major Antônio Marcelino Ferreira apadrinhou uma criança em sua senzala na companhia de sua sogra, Dona Emerenciana Cândida Pereira, como madrinha, e cinco dos seus cunhados também foram padrinho dos seus escravos. Além disto, Elias José Mota, um dos compadres do Major Ferreira, tomou a responsabilidade de proteger um destes cativos.

Tertuliano Alves Ferreira e Amélia Virginia Ferreira, ambos solteiros e considerados os filhos caçulas de Antônio Marcelino Ferreira, foram os que mais apadrinharam crianças na escravaria do seu pai, ao todo, cada um compareceu como padrinho e madrinha em quatro celebrações de batismo. O fato de Tertuliano e Amélia terem apadrinhados muitos escravos do seu pai, talvez possa ser explicado por serem os únicos filhos a residirem na casa paterna, isto de alguma forma fez com que mante-se contados diários com estes cativos sendo os membros desta família senhorial mais próximo aos indivíduos pertenceres a esta senzala.

Diante destas relações de compadrio é possível que os escravos do Major Ferreira já tivessem forjado alguns laços de afinidade com seus familiares, elos que foram construídos em diversas situações de sociabilidades. Na relação das dividas ativas do inventário do Major Ferreira, pude constatar que muitos dos seus cativos haviam prestados serviços nas propriedades de seus parentes, um deles foi, Fidelis de nação, que trabalhou como carpinteiro em uma das terras do Tenente e Juiz de Paz, Joaquim Alves Pereira Madeira, cunhado do Major Ferreira. O senhor Joaquim Madeira testemunhou o casamento de Fidélis com Luzia preta de nação, depois de alguns anos deste matrimonio apadrinhou um dos filhos deste casal de cativos.

Na partilha dos bens do inventário *post-mortem* do Major Antônio Marcelino Ferreira, vimos que seus escravos foram doados para seus filhos. Tertuliano Alves Ferreira recebeu desta herança paterna seu afilhado Domingos. Antes de ocorrer à partilha, Tertuliano pediu ao Juiz Órfãos que este cativo lhe fosse entregue no momento da repartição dos bens. Este cativo era filho da falecida escrava Luzia preta, a quem o

senhor Tertuliano tinha muito “apreço e amor de criação”. Estes dados indicam que havia entre Tertuliano Alves Ferreira e Luzia fortes laços de solidariedades antes mesmos de se tornarem compadres, e esta longa convivência fizeram com estreitassem os seus laços familiares através dos elos do compadrio.

Os vínculos sociais que havia entre os familiares do Major Ferreira com seus escravos foram importantes para que se estabelecessem uma relação de compadrio entre eles, porém, a formação destes laços dependia em grande parte da vontade do Major Antônio Marcelino Ferreira, pois era quem fornecia sustento e proteção a estes cativos. Por isto, a iniciativa deste senhor em tornar os seus escravos mais próximos dos seus parentes, possa ser uma maneira encontrada de governar estes mancipios com mais eficiência e tranquilidade. Ao envolvendo-os no convívio familiar da casa grande, faria com que seus escravos sentissem mais amparados em meio à dura realidade do cativo, tendo deles maior expectativa de fidelidade e a extração de mais trabalho.

Além disto, a iniciativa do Major Antônio Marcelino Ferreira de tornar mais próximo dos seus cativos através do entrosamento familiar destes com seus parentes, seja uma forma de obter um conhecimento individualizado da escravaria que estava sobre o seu comando, pois os escravos tinham suas idiossincrasias que deveria ser levadas em conta nos curso desta gestão. Portando, agindo desta forma, os senhores perceberiam as inclinações pessoais de cada escravo e adotaria regras uniforme para comanda-los<sup>565</sup>.

Diante desta administração senhorial, também não devemos esquecer que apesar da sagacidade senhorial em controlar as ações dos seus escravos, é preciso salientar que estes cativos não eram totalmente manipulados pelo Major Antônio Marcelino Ferreira, ao contrario, foram suficientemente astutos e habilidosos em tirar proveito das relações e sendo capazes de imprimir comportamentos estratégicos<sup>566</sup>

---

<sup>565</sup> Rafael de Bivar Marquese percebeu tais estratégias senhoriais ao consultar os manuais agrícolas da primeira metade do século XIX. Ver: MARQUESE, Rafael. ver: MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1680-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. Conferir também CHALHOUN, Sidney. *Visões da Liberdade: Uma História das últimas Décadas da Escravidão na Corte*; \_\_\_\_\_. Machado de Assis: historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

<sup>566</sup> Este faz uma reflexão sobre as análises empreendidas por Giovanni Levi sobre as estratégias relacionais dos camponeses pobres na estratificada sociedade de Santena, ver: LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 105.

Ao terem seus filhos apadrinhados pelos parentes do senhor Antônio Marcelino Ferreira, estes cativos ampliaram as chances de conseguir uma inserção diferenciada no cativo e uma maior mobilidade ocupacional no interior desta escravaria. Pois muitos destes escravos estavam assentados em ocupações especializadas (como tropeiro, oficial de carpintaria, alfaiate, tecedeira, etc.) desta fazenda, o que não deixa de ser uma forma de ascensão social interna ao cativo. Neste sentido, a mobilidade é aqui entendida não apenas com a mudança de status jurídicos na hierarquia social, mas pelo viés intergrupai<sup>567</sup>.

No quadro acima, há escravos do Major Antônio Marcelino Ferreira que não mantiveram relações de compadrio com seus parentes, mas se ligaram a cativos de outras propriedades. Bernardo e Ana tiveram como compadre, Francisco, escravos do Tenente Manoel Antônio Pereira. Cipriano e Perpetua, teve dois filhos apadrinhados por Eusébio, pertencente ao Coronel Jose Inácio de Melo e Souza. Estas relações nos informam que os escravos destas famílias senhoriais não convidavam quaisquer cativos para serem padrinhos dos seus filhos, e sim escravos da família de elite, tais como eles também eram<sup>568</sup>. Aqui, estamos diante de escravos que teriam boa dose de “orgulho de servilidade”, ou seja, sujeitos que eram estimados por pertencerem a importantes propriedades senhoriais da Vila.

Analisando os assentos de casamentos da Vila de Baependi disponível pelo site dos mórmons<sup>569</sup>, observamos que o Major Antônio Marcelino Ferreira convidou alguns dos seus cunhados para serem padrinhos de casamentos dos seus cativos, estes por sua vez, foram testemunhas de três enlaces matrimônias destes escravos, em uma destas ocasiões o próprio Major Ferreira testemunhou uma união marital de um dos seus mancipios. Esta pratica não era excepcional na região, pois muitos proprietários escravistas contavam com seus familiares para testemunhar os matrimônios dos seus escravos, uma iniciativa que pode ser considerada como uma forma de governar os seus cativos, tanto que, foram pouquíssimos casos de casamentos entre escravos de

---

<sup>567</sup> Levi, 1998, p. 212.

<sup>568</sup> Pude observar este dado em minha dissertação de mestrado, onde os escravos de uma prestigiosa família (a família Junqueira, ver: Marcos Ferreira. *Elites regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro*, 2008.) da Freguesia de São Tomé das Letras mantinham relações de compadrio com os cativos que pertenciam aos senhores membros deste grupo familiar. Ver: PAULA, Juliano Tiago Viana de Paula. *Escravidão, família e compadrio numa Freguesia Sul-Mineira*. Freguesia de São Tomé das Letras (1830-1870). PPHR-UFRJ (Dissertação de Mestrado), 2013.

<sup>569</sup> <https://www.familysearch.org/search/catalog/30068?availability=Family%20History%20Library>.

propriedades diferentes, pois tais impedimentos era uma forma dos senhores não perderem o controle sobre a socialização dos seus cativos.

O sogro do Major Antônio Marcelino Ferreira, o Tenente Manoel Antônio Pereira, também apadrinhou alguns de seus escravos, além disto, seguindo o exemplo do seu genro, convidou parentes para ser compadre dos seus cativos.

Ao analisar as relações de compadrio de outras famílias senhoriais da Vila de Baependi, descobrimos que não foram apenas o Major Antônio Marcelino Ferreira e seu sogro, o Tenente Manoel Antônio Pereira a convidar familiares para apadrinharem seus cativos, outros senhores da região também exploravam deste recurso. Um dado importante, é que estes patriarcas foram os que tiveram maiores sucesso em ampliar as suas escravarias e governar uma multidão de escravos até o fim do sistema escravista brasileira.

Para se ter uma ideia, nesta pesquisa constatamos 68 senhores que eram proprietários de grandes escravarias (acima de 20 cativos), pelo incrível pareça, todos tiveram escravos apadrinhados pelos seus parentes, mas o que mais impressiona, é que 70% destes patronos compareceram como padrinhos nas cerimônias de batismo dos seus cativos, como já apresentamos, houve situações que um destes senhores batizaram mais de um escravo em suas senzalas.

Por outro lado, os pequenos (1-5 cativos) e os médios (6-10 cativos) senhores da Vila de Baependi raramente convidavam parentes para apadrinhar um dos seus cativos, não era comum estes “pequenos patriarcas”<sup>570</sup> tornarem compadres dos seus cativos, ao todos compareceram como padrinhos em apenas 10 cerimônias de batismos dos seus escravos. Assim nota-se que a pratica de batizar os seus próprios escravos e convidar familiares para desempenhar tal função, era de costumes dos grandes fazendeiros escravista de Baependi. Diante destes dados elenca-se uma importante questão: será que a presença de valores paternalista no compadrio dos cativos (algo negado por muitos estudiosos) possa ser mais elemento na região que contribuiu para manutenção da escravidão?

---

<sup>570</sup> LIMA, C. A. M. *Pequenos patriarcas: pequena produção e comércio miúdo, domicílio e aliança na cidade do Rio de Janeiro (1786-1844)*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 1997.

Acredito que sim, como vimos neste trabalho, à desigualdade socioeconômica vista pela concentração terras e escravos sobre o domínio de poucas famílias e a disseminação da posse cativa tiveram papéis estruturais para a elasticidade deste sistema na região. Porém, para que a escravidão durasse até os seus últimos dias, foi necessário que os senhores de Baependi investissem na produção de alianças no cativo, e um dos recursos dispositivos capaz de tornar estes distintos agentes mais próximos, foi o compadrio, que por sua vez, desempenhou um importante papel estrutural<sup>571</sup>.

Nos aspectos gerais e nos casos abordados nesta pesquisa o compadrio funcionou como um elemento político e pacificador que evitava possíveis tensões entre os membros da casa senhorial com os do cativo. A estratégia dos senhores em aproximar parentes e amigos do convívio familiar dos seus escravos foi uma forma de alargar o seu raio de influência, achamos, que houve uma significativa presença de esposas, filhos, cunhados, sogros, compadres, amigos, etc. como compadres dos seus cativos. Como já demonstramos, em cada 10 escravos batizados na região, de 5 a 6 dos seus tutores espirituais eram membros da casa senhorial.

Interessante ressaltar que estes laços ajudem a explicar os raros conflitos violentos entre senhores e escravos na região. A opressão e a violência da escravidão era presente em toda a Vila, mas tais conflitos não tiveram forças suficientes para desfazer da escravidão que esteve presente por muito tempo nesta localidade. Ao consultarmos o mapa criminal<sup>572</sup> e o banco de dados dos processos que contem 314 crimes cometidos por escravos da Vila de Baependi<sup>573</sup>, entre período de 1830 a 1888, não encontramos registros de casos concretos de rebelião coletiva ou individual contra os próprios senhores, ficando estes casos de violência pessoal, quando muito, restritos a pessoas distanciadas da família proprietária de escravos e geralmente por brigas entre bêbados, dívidas ou passional. Um pouco mais frequentes foram os roubos de animais e as fugas, ainda assim, não são tão numerosas que possam configurar uma estratégia de uso constante e reiterado pelos escravos da Vila.

---

<sup>571</sup> Com relação à elasticidade do sistema escravista inspiramo-nos nas noções teóricas postuladas por Witold Kula. De acordo com o autor, toda estrutura social deve comportar um grau de adaptação e de elasticidade que permita que ela possa se reiterar no tempo. Ver; KULA, Witold. *Problemas y métodos de la historia económica*. Barcelona: Ediciones Península, v.100. 1973.

<sup>572</sup> Estes dados estão disponíveis nos relatórios da presidência da província de Minas Gerais, site do Arquivo Público Mineiro (APM).

<sup>573</sup> Os processos crimes da Vila de Baependi encontram-se arquivados e catalogados no Arquivo histórico da Biblioteca Municipal da Cidade Baependi, a uma média de 700 processos sobre o cuidado deste órgão.

Portanto, inserir os seus cativos numa comunidade cristã e entrosá-los em seus esquemas familiares através dos laços de compadrio, foi uma das maneiras encontradas pelos senhores Baependiense para se prevenirem contra possíveis fugas em massa ou rebeliões escravas que poderiam ameaçar o bom funcionamento das suas propriedades escravistas.

Também o fato dos senhores protegerem os seus cativos e incorpora-los a alguns redes de sociabilidade, é uma pratica que esta de acordo com um contexto onde a Constituição do Imperial Brasileira (1824), ao garantir o direito a propriedade em sua plenitude, não tocava nos assuntos relacionado à escravidão, dando amparo legal a esta instituição. Desta forma, os escravos eram considerados como não cidadão, pois estavam fora do pacto político que havia sido fundado pelos Estados Nacionais. O fato dos cativos não participarem da sociedade civil, toda a sua relação com esta espera deveria ser remediada pelo seu senhor<sup>574</sup>. Esta noção jurídica derivou em grande parte do paternalismo contido nas teorias administrativas escravistas norte-americana e brasileira. Na apreciação destas normas, os mancipios sempre estariam na condição de adolescentes, incapaz de ser emancipados da tutela senhorial por ser inaptos para o autogoverno. Sobre este viés, a administração escravista, por conseguinte, deveria ser exercida sobre a totalidade da vida dos escravos, e não apenas sobre seu trabalho<sup>575</sup>. De alguma maneira, estas premissas nos leva a entender a autonomia que os senhores tinham em gerenciar com liberdade as relações produzidas pelos seus cativos com a sociedade, ao ponto de envolvê-los em uma rede de relações com objetivo de obter certa renda politica.

Já vimos que a região nas ultimas décadas da escravidão apresentava um significativo número de senhores detentores de muitas terras e escravos, o controle sobre estes valiosos recursos, permitiu a estes homens que se elevassem no topo de uma hierarquia social, mas para que se mantivessem neste patamar, foi preciso tecer alianças com os membros das senzalas.

Esta iniciativa que, diga de passagem, muitas vezes decorria das próprias contradições inerentes à relação entre ambos, como era o caso, por exemplo, dos

---

<sup>574</sup> BERBEL, M. e MARQUESE, R. “A escravidão nas experiências constitucionais ibéricas, 1810-1824”. Texto apresentado no *Seminário Internacional Brasil: de um Império a outro (1750-1850)*, realizado no depto. de História/FFLCH-USP, 05-09 de setembro de 2005.

<sup>575</sup> Rafael de Bivar Marquese. *Feitores do corpo, missionários da mente*, 2004, p. 368-380.

senhores de engenho. Conforme assinalou Stuart Schwartz, “a produção eficiente de açúcar dependia, até certo ponto, da colaboração dos escravos” Além dos riscos de sabotagem que poderia comprometer o fabrico, tal ato logo arrasaria uma safra, por isto, tal produção exigia uma mão de obra especializada. Logo, conclui o autor, a produção do fabrico de açúcar não dependia exclusivamente da elevada quantidade de trabalhadores, mas sim da qualidade e da boa vontade dos cativos<sup>576</sup>.

Amiúde, esta aposta senhorial em tecer laços com os seus escravos surtia o efeito esperado. Muitos estudos<sup>577</sup> tem demonstrado uma variedade de casos de fidelidade dos cativos para com seus senhores em momentos críticos, ainda que fossem motivados pelo desejo de angariar alguns recursos originários da casa grande. A análise dos processos de crimes tem nos mostrado plano de revoltas e fugas planejadas sendo denunciadas pelos próprios companheiros de escravidão e por aqueles recém-livres desta instituição. Há outras situações que retratam escravos pegando em armas para defender os seus senhores<sup>578</sup>. De certa forma, tudo isto contribuía para a legitimidade social da escravidão que era constantemente atualizada<sup>579</sup>.

Exemplificadas estas situações de proximidade entre senhores e escravos, nos casos que estamos tratando, os elos parentais entre as famílias senhoriais e as escravas contribuíram para a estabilidade e a reprodução da ordem escravista. Como exemplo, já demonstramos que os senhores que mantiveram relações de compadrio com seus

---

<sup>576</sup>SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

<sup>577</sup>CUNHA, Manoela Carneiro da. Sobre os silêncios da lei: lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX. In: *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense, 1986. COSTA, Iraci Del Nero da, SLENES, Robert W. e SCHWARTZ, Stuart B. A família escrava em Lorena (1801). *Estudos Econômicos*, v. 17, n.º. 2, mai./ago., 1987. MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: Fapesp/Annablume, 1999; FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás pretas, damas mercadoras: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)*. Niterói: UFF, 2004. (Tese apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense – Concurso para Professor Titular em História do Brasil). FLORENTINO, Manolo G. e FRAGOSO, João. Marcelino, filho de Inocência Crioula, Neto de Joana Cabinda: um estudo sobre famílias escravas em Paraíba do Sul (1835-1872), *Estudos Econômicos*, v. 17, n.º. 2, pp. 151-173, mai./ago., 1987. FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790 - c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. SOARES, Márcio. *A remissão do cativo: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, 1750-1830*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

<sup>578</sup>COSTA, Ana Paula Pereira. *Armar escravos em Minas colonial: potentados locais e suas práticas de reprodução social na primeira metade do século XVIII. Vila Rica, 1711-1750*. 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2010.

<sup>579</sup>Fizemos este exame refletindo sobre a pratica da alforria para a manutenção da escravidão. Ver: cf. SOARES, Marcio de S. *A remissão do cativo: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacazes, c 1750 - c. 1830*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

cativos, e convidaram familiares e amigos para toma-los também como afilhados, foram os que conseguiram manterem em suas propriedades uma imensa força de trabalho até abolição da escravidão. Portanto, a conquista de tais recursos, em certa medida, esteve condicionada aos acordos e alianças que estes senhores mantiveram com seus escravos.

Sem querer reduzir a atuação dos cativos, é preciso ressaltar que nestas relações os senhores eram os que mais exerciam poder, por mais que os escravos participassem ativamente destes processos sociais, esta atuação se dava, quase sempre, na condição de pessoas subjugadas. Além do mais, em uma sociedade escravista com alto nível de distinção e pobreza fundada sobre relações pessoais, transpassada por múltiplos conflitos, tensões e inseguranças eram importantes para um escravo estar sobre proteção de um senhor<sup>580</sup>.

Acresce a isto o fato de que era com esses senhores que os escravos procuravam angariar algum benefício, buscando no máximo possível atingir os seus objetivos, isto é, assentar um costume aceitável no convívio diário. O que equivale a dizer que vinha dos ditames dos senhores uma parte das regras que reagiam à vida cativa, parte sobre a qual os escravos não tinham domínio direto<sup>581</sup>. Diante disto, considero que as relações de sociabilidade dos escravos em todos os cantões da sociedade, na medida do possível, eram sempre monitoras pelos seus senhores.

O próprio ato de escolher padrinhos para seus rebentos ou convidar seus senhores e familiares deste para apadrinhar seus filhos, não era algo necessariamente decidido pelos escravos, mas uma prerrogativa senhorial, e ao mesmo tempo, um indicativo de reconhecimento que o senhor tinha da importância daquele escravo para o pleno funcionamento da sua propriedade<sup>582</sup>. Sobre esta questão, Carlos Bacellar coloca pontos importantes sobre o grau de autonomia dos cativos nas suas relações de compadrio. Nas palavras do autor:

---

<sup>580</sup> Marcio Soares, *A remissão do Cativo*, p. 111-119.

<sup>581</sup> Acerca dos domínios senhoriais sobre as ações dos escravos, ver: ENGEMANN, Carlos. Da comunidade escrava e suas possibilidades, séculos XVII-XIX. In: FLORENTINO, Manolo (org.).

**Tráfico, cativo e liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 201. Ver também: Carlos Engemann. *De laços e de nós.* Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

<sup>582</sup> PINTO, Natália Garcia. *A benção do compadre. Experiências de parentesco, escravidão e liberdade em Pelotas, 1830/1850.* Dissertação de Mestrado, UNISINOS: São Leopoldo, 2012. Ver também da mesma autora:\_. *Parentes, aliados, inimigos: o parentesco simbólico entre os escravos na cidade de Pelotas, 1830/1850, século XIX.* In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. ANPUH:* São Paulo, 2011. A autora chama de bando senhorial os parentes ou escravos da parentela do proprietário.

“Podemos tentar imaginar, por exemplo, como escravos logravam escolher, ou convidar, o capitão mor ou outro potentado local para apadrinhar seu rebento. Como teriam acesso pessoal a um indivíduo que, muitas vezes, não tinha contato direto nem mesmo com seu senhor, e também não entretida com estes laços de parentesco? E, mais do que isso, como conseguiam organizar a ida de todos até a igreja, na vila, muitas vezes em dia útil da semana, tirando esses padrinhos ilustres de sua rotina na lavoura, especialmente para comparecerem na vila e cumprir com a cerimônia? Desta forma, mesmo se considerarmos que havia uma certa autonomia dos pais escravos, não seria de todo irreal supor que seus senhores interferiam, até para facilitar as coisas, abrindo portas, fazendo de seu compadre um compadre de seu cativo, implementando redes de solidariedade mais complexas”<sup>583</sup>.

Dito isto, reconhecemos que os escravos em suas impotências tornavam-se uma extensão do poder do senhorial, pelo fato de socializar por meio dele. Em outras palavras, sem o senhor os cativos não existiam. Ao afirmar isto, referimo-nos a noção de honra na escravidão concebida pelo sociólogo norte-americano, Orlando Patterson<sup>584</sup>. O autor adverte que os escravos eram sempre por definição um estrangeiro, embora fizesse parte de uma sociedade no qual o acolheu, foram sempre considerados uma espécie de intrusos (outsider), em virtude da estraneidade característica do cativo desenraizado. Portanto é preciso sublinhar que o estrangeiramento não era étnico, mas, sobretudo sociológica, uma vez que o sujeito escravizado era feito estrangeiro ao ser privado das suas funções e arranjos sociais com seus antepassados<sup>585</sup>.

---

<sup>583</sup>BACELLAR, C. A. “Criando porcos e arando a terra: família e compadrio entre os escravos de uma economia de abastecimento (São Luís do Paraitinga, Capitania de São Paulo, 1773-1840)”. (Texto apresentado no 3 Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2 a 4 de maio, Florianópolis: 2007). Ver também outros artigos do autor onde esta questão é tratada com mais clareza; \_\_. Escravidão e compadrio em São Paulo colonial, século XVIII. *Seminário internacional Famílias Ibero-americanas em El Marco Del Bicentenario. Córdoba: Argentina, 2010.* \_\_. Os compadres e as comadres de escravos: um balanço da produção historiográfica brasileira. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho de 2011. Outras pesquisas que também adverte o cuidado sobre a autonomia de escolha dos cativos: HAMEISTER, Marta. *Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila de Rio Grande (1738-1763)*. Tese de Doutorado, UFRJ, 2006. MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008. GIL, Tiago L. e SIRTORI, Bruna. A geografia do compadrio cativo: Viamão, Continente do Rio Grande de São Pedro, 1770-1795. In: Regina Xavier (org.). *Escravidão e Liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise*. São Paulo: Alameda, 2012, pp. 123-142. GUTERRES, Letícia Batistela Silveira. *Escravidão, família e compadrio ao sul do Império do Brasil: Santa Maria (1844-1882)*. Rio de Janeiro: PPGH/UFRJ, 2013 pp. 77-91. (Tese de Doutorado)

<sup>584</sup> Para elaborar uma definição de escravos, Patterson realizou um estudo comparativo em 66 sociedades espalhados pelo mundo em diferentes épocas onde o trabalho escravo era empregado. PATTERSON, Orlando. *Slavery and social death: a comparative study*. Cambridge: Harvard University Press, 1982.

<sup>585</sup> Idem, p. 54-58.

Sobre esta perspectiva, Pattersson salienta que o fato dos escravos não terem uma existência social independente ou valor público, acabava se tornando um ser desonrado. Além do mais, não tinha um nome próprio a zelar. Podia apenas defender o valor e o nome do seu senhor. Mas deve-se enfatizar que a desonra era uma condição generalizada, pois uma pessoa livre e horada, sempre a mercê de desrespeitos e insultos, ocasionalmente vivenciava atos específicos de desonra aos quais, é claro, reage tomando as medidas necessárias. Mas independente disto, o escravo, geralmente permanecia alheio o jogo da honra<sup>586</sup>.

O que era universal na relação de senhores e escravos era o forte sentimento de honra que a experiência do poder senhorial gerava e, inversamente, de desonra da condição cativa<sup>587</sup>. As características que Eugenio Genovese atribuiu para os senhores de escravos do sul dos Estados Unidos, como suas garras, graciosidades, cortesias, sentimentos de independências, violência, impulsividade e costume de mando, revelam patriarcas bastante honrados diante dos seus escravos<sup>588</sup>. Neste caso o contraponto de sentimento de honra do senhor é a experiência que o escravo tem de sua perda. A dita personalidade cativa é apenas a expressão mais visível da perda deste valor<sup>589</sup>.

O estabelecimento de relações familiares e de parentesco fictícios poderia tornar a desonra dos escravos menos atenuante na sociedade escravista que o incorporou. Pois além de ingressar numa comunidade cristã (e adaptar a ela com tempo), teriam acesso a uma série de recursos, sobretudo imateriais, como está relacionado a uma extensa rede social, ser reconhecido no cativo por ser padrinho de muitas crianças cativas e uma mobilidade ocupacional que facultassem uma maior proximidade com seus senhores. Mas o acesso aos privilégios decorrentes dessa aproximação sempre correspondia às expectativas comportamentais nutridas pelos seus donos<sup>590</sup>.

Nesse sentido, não é difícil entender que a inclusão dos escravos nas relações familiares dos seus senhores os distanciariam daquela estraneidade característica de seu desenraizamento. Além disto, sendo protegidos, sustentados e apadrinhados pelos seus patriarcas, os cativos tomariam de emprestado o prestígio dos seus donos, e com isto, se

---

<sup>586</sup> Idem, p.31.

<sup>587</sup> Idem, p.32.

<sup>588</sup> Discussão de Genovese acerca dos senhores de escravos da Carolina do Sul. Ver; GENOVESE, Eugenio. *The World the Slaveholders Made*. New York, Vintage Books, 1971, parte 1, p. 5-8.

<sup>589</sup> PATTERSON, Orlando. *Slavery and Social Death...* p. 32.

<sup>590</sup> SOARES, Marcio. *A remissão do Cativo...* p. 106.

diferenciava dos demais parceiros da escravidão e libertos, alcançando melhores posições na hierarquia do cativo<sup>591</sup>.

Diante tudo isto, o que vimos permite concluir que o compadrio era algo que reforça as relações paternalistas entre senhores e escravos, ainda que nesse empenho poucos senhores batizassem os seus cativos, porém, convidaram muitos dos seus parentes e amigos para tomarem seus escravos como compadres e afilhados. Além disso, ao aproximar sua parentela de seus cativos, os senhores extraíam destas relações uma importante renda política, tornando mais próximos escravos e familiares, consolidariam uma rede de proteção que poderia ser um elemento importante no controle de tensões e conflitos em suas propriedades.

Um dado importante visto neste tópico, e que o parentesco entre a família senhorial e a escrava ocorria com mais intensidade em propriedades que contavam com um alto número de escravos, como bem lembrou Florentino e Góes, lugares privilegiados da dissensão e conflitos<sup>592</sup>. Quando comparados com os senhores donos de média e pequenas escravarias, foram os senhores detentores de grandes unidades escravistas que mais compareceram nas cerimônias de batismo dos seus escravos como padrinhos.

Somado a isto, foram estes senhores parentes de escravos, que até os últimos dias da escravidão brasileira conseguiram manter em suas escravarias uma multidão de cativos, ou seja, foram os que menos perderam forças produtivas durante as últimas décadas (1871-1888) da escravidão no país. Provavelmente o investimento na produção de aliados presos as suas senzalas, conferiu a estes patriarcas a manutenção dos seus status e a reprodução da escravidão na localidade.

Por tudo isto, creio que estejam certos, Manolo Florentino e José Roberto Góes, ao afirmarem que “a escravidão não é efeito exclusivo da lógica econômica da empresa escravista, nem existe descolada da pessoa dos escravos. É antes, um cenário conflitivo por definição, espaço onde estratégias se delineiam e fazem conhecer melhor a

---

<sup>591</sup> Sobre esta questão podemos pensar nas redes de compadres de José, escravos do Doutor Francisco Viotti, que foi convidado para apadrinhar uma criança livre na região. As redes de compadrio deste escravo padrinho preferencial foi examinada no 3º capítulo desta tese.

<sup>592</sup> FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*. Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850, 1997, cap. 3.

escravidão”<sup>593</sup>. Em um estudo direcionado a esta questão, Florentino e Góes demonstraram a compatibilidade, na primeira metade dos oitocentos, entre a existência do tráfico atlântico de africanos e da formação de famílias estáveis entre os escravos do sudeste brasileiro. Num contexto onde a diversidade de procedências entre os cativos poderia gerar fortes tensões nos grandes planteis fluminenses, argumentaram os autores, que os escravos buscaram estabelecer elos de parentais entre si para apaziguar estes conflitos. O compadrio, assim, instituiu a “paz na senzala”, trazendo ganhos políticos para os senhores, mas também fornecendo aos cativos alguns instrumentos que poderia tornar a vida em cativo mais tolerável. Criticando os estudos que situam ao exagero, na vontade do senhorial o devir da história, os autores afirmam que “sem se constituir em um instrumento direto de um controle senhorial, a família escrava funcionava como elemento de estabilização social, ao permitir que os senhores auferir uma renda política”. Diante desta questão, os autores asseveram que, para que ocorresse a reiteração temporal de uma sociedade escravista no agro fluminense, foi preciso que os senhores estimulassem a formação de famílias entre seus cativos, sobre esta lógica, o compadrio cumpria um importante papel político, no sentido de pacificar, organizar e reduzir os encontros entre os escravos no interior do cativo<sup>594</sup>.

Em outras localidades brasileiras, a escravidão se reproduziu em outras bases, Cacilda Machado, ao examinar região Paranaense de São José dos Pinhais, encontrou elementos que terão sobrevida a este sistema. Segundo a autora, nesta localidade onde o tráfico atlântico tinha um papel secundário na reiteração temporal do escravismo (nesta região as escravarias não continham mais do que 15 cativos), a manutenção do status senhorial dependeu em grande medida da vontade dos cativos. Para dar estabilidade a escravidão, os senhores de São José dos Pinhais deram mais autonomia aos seus escravos nas escolhas dos seus nubentes, esta relativa independência permitiu que muitos deles unissem a pessoas livres de cor, contribuindo assim, para um elevado índice populacional deste segmento na Freguesia. Esses cativos, que conseguiram um ventre livre para seus filhos, demonstram uma conquista concreta de uma maior autonomia no interior do cativo. No que confere os ganhos senhoriais obtidos nestas

---

<sup>593</sup> FLORENTINO, Manolo & GÓES, José Roberto. op. Cit., 1997, p. 174-175.

<sup>594</sup> Idem, p. 29-36.

relações, estes laços matrimoniais acabaram reiterando a hierarquia da escravidão e produzindo diferenças entre cativos nas próprias comunidades das senzalas<sup>595</sup>.

Os estudos de Manolo Florentino, José Roberto e de Cacilda Machado, partem de regiões com demografias escravas completamente dessemelhantes. No agro fluminense a reprodução física das escravarias se realizou praticamente através do tráfico atlântico de africanos. Em São José dos Pinhais do Paraná ocorreu de forma diferente, nesta localidade o crescimento vegetativo dos planteis foi crucial para reiteração de uma sociedade escravista<sup>596</sup>. Estes fatores que contribuíram para a manutenção do sistema escravista nestas distintas localidades estavam presentes na Vila de Baependi, pois nesta região sul-mineira, tanto a reprodução natural como o tráfico negreiro contribuiu para a conformação das suas escravarias<sup>597</sup>. Portando, isto fez com que os senhores baependienses adotassem estratégias diferentes dos senhores fluminenses e paranaenses na condução dos seus escravos.

Para entendermos estas distintas estratégias senhoriais vejam os dados encontrados por estes estudiosos. Na pesquisa de Manolo Florentino e José Roberto Góes, os escravos do agro fluminense tiveram poucas pessoas livres como seus compadres, mas por outro lado, a maioria dos seus rebentos foram apadrinhados pelos seus parceiros de senzala, formando assim uma enorme comunidade constituída por varias famílias escravas. Em São José Pinhais, Cacilda encontrou o mesmo padrão constatados por estes autores, porém, quando a autora analisa os arranjos matrimoniais de casamentos mistos, percebe que a maioria dos escravos se casou com pessoas livres e cativos de outras propriedades. De acordo Machado, esta relativa autonomia foi concedida por aqueles senhores donos de grande planteis na região<sup>598</sup>.

Os dados que encontramos para a Vila de Baependi diferem dos que foram observados por estes historiadores, a começar pelo fato que na região em estudo, a maioria dos escravos não se ligou através dos laços de compadrio com pessoas do

---

<sup>595</sup> MACHADO, Cacilda. Op. cit., 2008, p.105-107.

<sup>596</sup> Idem.

<sup>597</sup> Esta característica da demografia escrava mineira foi ressaltada Paiva e Libby ao consultarem as listas nominativas da província de Minas Gerais na década de 1830. Ver: LIBBY, Douglas Cole; PAIVA, Clotilde Paiva. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. Estudos Econômicos, São Paulo, IPE/USP, v. 25, n. 2, p. 203-233, maio-ago. 1995. LIBBY, Douglas Cole. Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.

<sup>598</sup> MACHADO, 2008, p. 106.

mesmo status jurídico, outro dado, foram os poucos casamentos entre cativos de escravarias diferentes, isto somado aos casos raros de uniões mistas entre os mancipios com pessoas livres da localidade. Ausências destes elementos foram compensados por outros, onde os senhores de Baependi tiveram que utilizar de algumas estratégias para manter uma escravidão que ao mesmo tempo era sustentada pela reprodução natural e pelo tráfico negreiro. Para reiterar esta lógica escravista, a produção de aliados no cativo que se deu através dos laços de compadrio, permitiu a estes patriarcas que administrassem suas propriedades com mais estabilidade.

Diferente do agro fluminense e da região paranaense de São José dos Pinhais, os senhores de Baependi permitiu que muitos dos seus escravos mantivessem elos parentais com pessoas livres e tivessem a maioria dos seus filhos apadrinhados pelos membros família senhorial. Esta iniciativa traduzida em um “paternalismo local”, em integrar os seus escravos ao seu convívio familiar possa ter sido uma fórmula encontrada para a reiteração da escravidão na região.

A reprodução desta ordem implica no fato de que nem todos os escravos faziam parte do núcleo parental dos seus senhores, apesar de termos constatado um número significativo de famílias escravas tendo filhos apadrinhados pelos membros da casa grande, mesmo assim, devemos considerar que este recurso não estava aberto a todos. Isto incluía não apenas os cativos, mas pessoas livres em busca de proteção. Assim, afirma-se, que a ligação dos cativos com uma parentela senhorial, seria algo que gerasse uma renda política para os seus senhores, utilizando deste artifício, estes patriarcas conseguiriam tornando suas escravarias mais hierarquizadas. A estratificação deste espaço se daria no momento que concedesse privilégios específicos àqueles escravos que fizesse parte do seu núcleo parental, tornando assim, mais acirradas as disputas por poucos recursos disponíveis no cativo. Tudo isto, nos levar a entender, a dimensão política que o compadrio assumia no exercício da dominação senhorial, pois estes ganhos senhoriais dava maior elasticidade à escravidão<sup>599</sup>.

Esta política senhorial de manter estreitas as relações compadrio dos membros da casa grande com o cativo, de certa maneira, fez com que a tão esperada “paz da

---

<sup>599</sup> Sobre questão, Witold Kula aponta, que toda estrutura social deve comportar um grau de adaptação e de elasticidade que permite que ela possa se reiterar no tempo. Ver: KULA, Witold. *Teoria econômica do sistema feudal*. Lisboa: Presença, 1979. Da Tipologia dos Sistemas Econômicos. In: FOURASTIÉ, J. (Org.). *Economia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1979

senzala” defendida por alguns autores nesta pesquisa se estabelecesse em Baependi, prova disto, como já mencionamos, foram os raríssimos casos de crimes de escravos contra os senhores e seus familiares e vice-versa. Nos inventários dos senhores da região, não foram arrolados sequer nenhum instrumentos de punição (chicotes, manilha, mascaradas de ferros, pelourinho etc.,) que poderia comprometer a integridade física dos cativos, ao contrário disto, relatou-se nestes processos uma expressiva quantidade de ferramentas de trabalhos cortantes sobre o domínio destes cativos. É claro que não estamos descartamos qualquer possibilidade de uma revolta escrava, mas uma aproximação entre senhores e senhores que eram fortalecidas por alguns laços de sociabilidade poderia reduzir as chances de uma insurreição.

Outro dado importante, é que a senzala como ambiente de moradia dos cativos foi mencionada em pouquíssimos inventários, em 399 processos que consta a presença de escravos, este espaço foi declarado em apenas 16 (4,0%) documentos. Por outro lado, as casas de pau a pique e as cobertas de telhas e capim foram relatadas foram relatadas em 229 (57,3%) inventários de senhores da região. Ao apresentarmos estes dados, não queremos diluir as tensões que havia entre senhores e escravos em Baependi, mas não poderemos deixar de registrar, que a concessão destes espaços se fez sobre a base de muitas negociações, e a reiteração destes acordos, provavelmente tenham sido facilitados pela aproximação que havia entre os membros da família senhorial com os da senzala.

#### 4.5 – Senhor, pai e padrinho: Floriano Dias Carvalho e seus afilhados cativos.

Em nome de Deus – amem. Eu **Floriano Dias de Carvalho** filho legítimo de Agostinho Dias de Carvalho e Mariana Moreira de Jesus já falecidos, nascido e batizado nesta Freguesia de Baependi, solteiro em cujo estado tenho vivido. Não tenho filhos algum, por isso sem herdeiros que possam sucedes os meus bens. Nomeio para meus testamenteiros. Em primeiro lugar a José Cassiano Pereira, em segundo lugar, Manoel Alves Maciel, e em terceiro lugar Antônio de Oliveira Castro. Meu corpo será envolto em habito de Santo Antônio, e sepultado na Capela de Piracicaba sem pompa alguma. Meu testamenteiro mandará dizer dez missas por minha alma e as corpos presentes que for possível. **Deixo liberta a escrava Maria** pelos bons serviços que me tem prestado. Deixo **também liberto os filhos da mesma escrava – Antônio, Tereza, Manoel e Teodoro** – duzentos mil reis a cada um, e aos a uma nomeados a minha morada de casa e todas as terras a distancia de meia légua, com a condição de não poderem dispor delas, sucedendo sempre uns aos outros na mesma família. As terras que existirem além da meia légua será vendidas por meio testamenteiro a beneficio do monte. O meu testamenteiro vendera o meu **escravo Manoel** e meu herdeiro nomeado conservara com decência o meu oratório. Depois de cumpridas minhas disposições, **instituo herdeiro do restante dos meus bens ao meu escravo Antônio** que acima liberto. E desta forma tenho feito o meu testamento, ultima derradeira vontade, e por não saber e escrever vai assignado o meu rogo pelo tenente Coronel João Evangelista de Souza Guerra. Gamarra vinte cinco de Agosto de mil oitocentos sessenta seis.<sup>600</sup> (Grifo nosso).

Assim se registrou na fazenda Gamarra, nos 25 de agosto de 1866, o testamento de Floriano Dias de Carvalho, filho legítimo de Agostinho Dias de Carvalho e Mariana Moreira de Jesus, já falecidos. Quando ditou as suas ultimas vontades estava bastante ciente dos legados que iria deixar para os entes queridos que vivessem ao seu lado. Por ter vivido no estado de solteiro e não ter dito filhos que herdassem os seus bens, tornou os seus escravos os únicos beneficiários da sua herança.

Um dado que pode elucidar um pouco esta atitude, consiste no fato de o senhor Floriano Dias Carvalho ter tomando estes cativos como seus afilhados, pois constatamos que foi o único senhor da Vila de Baependi apadrinhar todos os seus escravos. Algo parecido foi encontrado por Carlos Bacellar na região paulista de São

---

<sup>600</sup>Testamento de Floriano Dias de Carvalho. Cópia Anexada no inventário post-mortem de Floriano Dias de Carvalho. Aberto no ano de 1866, nº 299, cx: 34.

Luís do Paraitinga, onde um alferes, lavrador e dono de 14 cativos batizaram todas as crias presas aos suas escravarias<sup>601</sup>.

Retomando a análise sobre o testamento de Floriano Dias de Carvalho, o primeiro dado que nos chamou a atenção, e a libertação incondicional de uma família escrava composta por uma mãe e suas proles. Maria, uma das escravas mais antiga da fazenda São Pedro, pelos bons serviços prestados e por muito tempo ter sido fiel ao seu senhor, pelas ultimas vontades do seu patriarca acabou se tornando livre. Mas a gratidão que Floriano Dias de Carvalho tinha por esta escrava, não se encerra apenas na concessão de sua liberdade, seus filhos também receberam uma atenção especial deste senhor, pois cada um recebeu neste testamento valiosos recursos que os asseguravam numa localidade profundamente marcada pela exclusão e pobreza. Além disto, os pecúlios que foram deixados de herança fizeram com que vivessem em melhores condições do que muitos homens e mulheres livres da região.

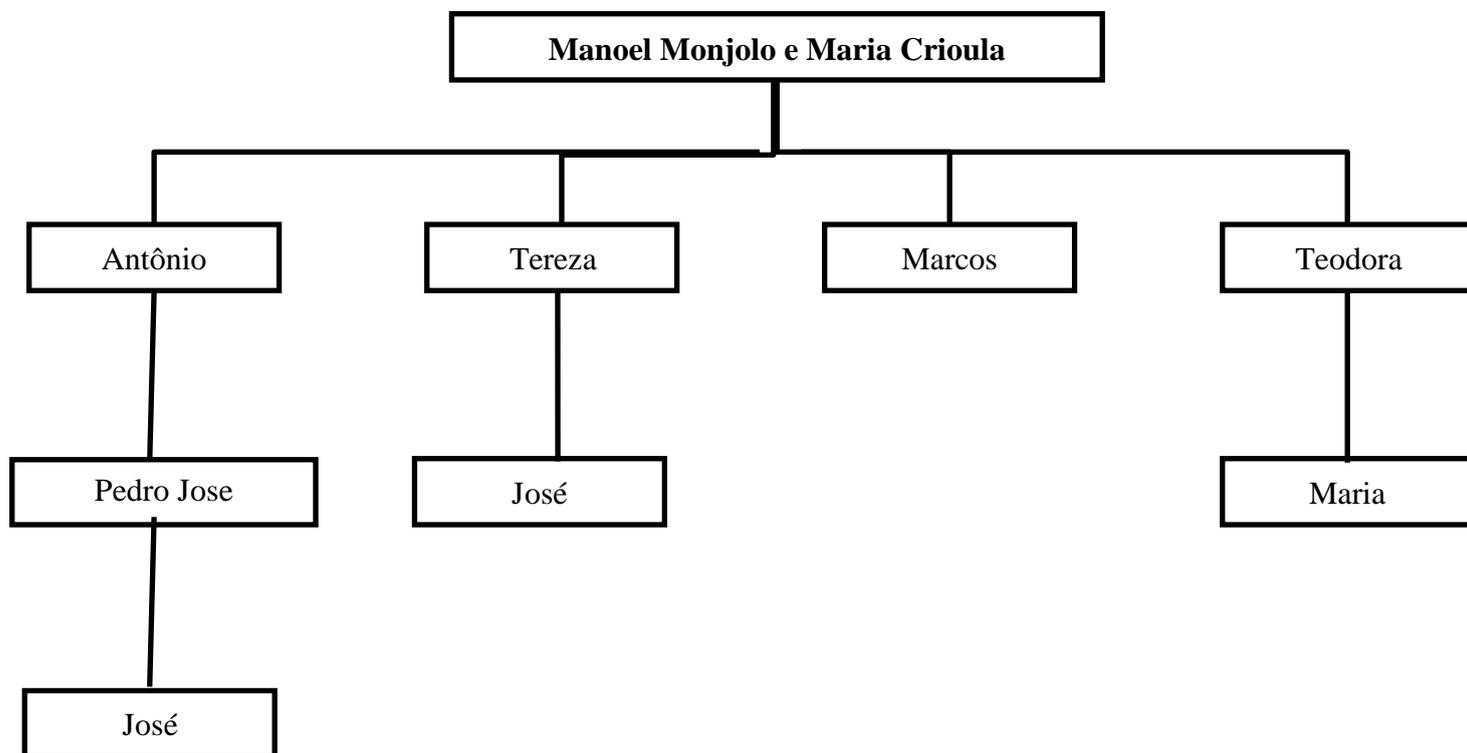
Como expressou Floriano Dias de Carvalho em seu testamento, por ser *“solteiro em cujo estado tenho vivido. Não tenho filhos algum, por isso sem herdeiros que possam suceder os meus bens”*. Este fragmento textual visto de forma detalhada sinaliza uma forte relação que havia entre este senhor com os escravos que foram agraciados em seu testamento. Neste caso, ausência de filhos e esposa fazia com que o Floriano Dias de Carvalho ficasse mais próximo dos seus escravos.

Nas terras de Floriano Dias de Carvalho, localizadas na fazenda São Pedro, havia um planteis composto por 12 escravos, Maria e seu companheiro Manoel Monjolo, mais os filhos era a única família escrava residia nesta propriedade, os demais cativos eram africanos recém-chegados nesta unidade. Sobre o pai destas crianças falaremos daqui pouco.

---

<sup>601</sup>Carlos Barcellar. Os compadres e as comadres de escravos, op, cit., p. 8. Barcellar verificou que de um total de um 21 assentos de batismos de cativos analisados mais detidamente, referentes a trinta e um proprietários, encontrou apenas treze destes que chegaram, alguma vez, a se tornar padrinhos de seus cativos, perfazendo somente quarenta e nove registros, ou insignificantes 4,8%, aí incluídos quatro batizados “em artigo de morte”, em que o senhor pode ter sido apenas a solução mais disponível no momento de emergência. Em nossa pesquisa averiguamos que foram 70 senhores da Vila de Santa Maria do Baependi a comparecer como pais espirituais dos seus cativos.

**A família de Manoel Monjolo e Maria Crioula, escravos do senhor Floriano Dias de Carvalho.**



**Fonte:** Assentos Paroquiais de Batismo da Vila de Santa Maria do Baependi (1830-1888).

Portanto, é possível que o Floriano Dias de Carvalho tenha tornado estes cativos como membros da sua família, pois como demonstramos, havia entre eles uma ligação espiritual e de proteção condicionada pelas relações de compadrio.

É fundamental que ressaltamos que na distribuição destes recursos houve predileções, ou seja, havia herdeiros preferencias, demonstrando que os bens não foram repartidos de maneira igual para todos. Antônio, um dos escravos de Floriano Dias Carvalho, libertado incondicionalmente em seu testamento, foi sem sobra duvida, o que recebeu a maior quinhão desta herança. Segue abaixo uma resumida tabela dos bens adquiridos por estes escravos:

**Tabela – 1: Bens deixados pelo senhor Floriano Dias de Carvalho aos seus escravos.**

<b>Bens legados a Marcos, Tereza e Teodora.</b>	<b>Valores</b>	<b>Bens legados a Antônio.</b>	<b>Valores</b>
Terras	600\$750	Todo rebanho de animal	65\$000
Cassa de Morada 2 Córregos	250\$000	Credito Ativo	4:858\$758
Terras da Fazenda da Limeira	600\$000	Terras separadas dos 2Córregos	600\$000
-	-	Dinheiro em Cofre	1:050\$000
-	-	Escravo Manoel Monjolo	1:300\$000

Fonte: AHETII/IPHAN/SJDR – Arquivo Histórico do Escritório Técnico II do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João Del-Rei. Inventário *post-mortem* de Floriano Dias de Carvalho.1866. Caixa: 34. (Caixa da Vila de Baependi, 1830-1888).

Os bens que Floriano Dias de Carvalho deixou para seus afilhados e ex-escravos é algo que impressiona. Como pode ver, Antônio foi o mais favorecido nesta partilha, provavelmente entre os seus irmãos, era o mais pretérito por este senhor, tanto é, que além ter sido agraciado com terras, dinheiro e animais, Antônio recebeu do seu ex-senhor um escravo. Provavelmente a adoção deste cativo contribuiu para que Antônio depois de livre fosse reconhecido como senhor na região, pois após o falecimento de seu padrinho e ex-donos aparece sendo tratado como senhor em vários assentos paroquiais da Vila de Baependi.

Para nossa surpresa, tal escravo doado nada mais era do que próprio pai de Antônio, Manoel Monjolo, no qual foi louvado entre os bens inventariados de Floriano Dias de Carvalho. Por este inventário descobrimos que esta posse não ocorreu de forma direta, pois Manoel ainda estava sobre o domínio do tutor dos órfãos<sup>602</sup>, o lavrador e Fazendeiro, José Cassiano de Oliveira Castro, que se encarregou de administrar os bens deixados por Floriano Dias de Carvalho até os herdeiros se tornarem maiores de idade. No ano de 1866 quando foi aberto o inventario de Floriano Dias de Carvalho, Antônio

<sup>602</sup>De acordo com Código Filipino (Livro IV, Título CII); As contas de tutela, que muitas vezes eram apenas aos inventários, constituíam-se em peças nas quais o tutor do herdeiro órfão era obrigado a discriminar a receita e a despesa dos bens pertencentes a seu tutelado. Se a divisão da herança havia operado de forma a preservar a integridade das unidades produtivas que compunham o patrimônio partilhado, tais contas acabavam por registrar o movimento de receita e despesa dos estabelecimentos agrários, tornando-se fontes valiosas para seu estudo.

tinha apenas de 10 anos, após morte deste senhor, seu pai Manoel Monjolo não se encontrava sobre os domínios da Fazenda São Pedro. No auto de prestação de Contas feita ao Juiz Órfão da Vila de Baependi temos a seguinte versão:

“Diz José Cassiano de Oliveira, ex-tutor do órfão Antônio, herdeiro do finado Floriano Dias de Carvalho, que tendo requerido sua exoneração da tutela, foi nomeado José Garcia de Menezes. Suplicante já faz entrega dos bens ao novo tutor, a exceção **do escravo Manoel pertencente ao dito órfão**, que insubordinado e disso é doente e faz oito meses que não trabalha para o provento do órfão e nem tão pouco tem dado jornais, e assim anda vagando de casa em casa, fazenda a fazenda como se fosse livre. Por isto o suplicante querendo fazer entrega deste escravo ao tutor atual, requer a VS se digne manda passar para ser o mesmo apreendido aonde se acha dentro do tempo, a fim de ser entregue a dito tutor, e como não tinha este escravo no lapso de tempo dado jornal algum, requer que seja descontado este tempo em suas contas que tem de prestar. Visto como não pode obrigar o escravo a trabalhar por ser insubordinado, por ter evadido de sua companhia por todo tempo. Fazenda São Pedro, Baependi 8 de agosto de 1873”<sup>603</sup>.

Diante desta queixa formalizada por José Cassiano de Oliveira Castro na prestação de Contas feita ao Juiz Órfão, é provável que o trabalho de Manoel Monjolo fosse algo que garantia o sustento dos órfãos, e por esse motivo, o tutor dos herdeiros de Floriano Dias tratou logo de comunicar as autoridades locais a apreensão imediata deste escravo, pois os tutelados poderiam correr o risco de passar por sérias necessidades.

Ao abandonar a casa senhorial, Manoel Monjolo não se distanciou apenas do seu senhor, mas também dos seus familiares que decidiram em não segui-lo nesta arrisca empreitada. Frente a estas situações, muitos trabalhos têm ressaltado que a fuga de um cativo poderia causar sérios danos aos entes queridos que permanecessem sobre jugo da escravidão, como uma forma de repudiar este ato, os senhores poderiam separar os seus familiares por venda ou lhes retirarem alguns benefícios conquistados no interior das escravarias<sup>604</sup>.

---

<sup>603</sup>Fragmento textual retirado das queixas feitas por José Cassiano de Oliveira Castro ao Juiz de Órfão da Vila de Baependi. AHETII/IPHAN/SJDR – Arquivo Histórico do Escritório Técnico II do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del-Rei. Inventário *post-mortem* de Floriano Dias de Carvalho. 1866. Caixa: 34. (Caixa da Vila de Baependi, 1830-1888).

<sup>604</sup>SLENES, Robert - *Na Senzala uma Flor*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. \_\_\_\_\_, "Senhores e Subalternos no Oeste Paulista". In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.) - *História da Vida Privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. SCHWARTZ, Stuart - *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001. RIOS, Ana Maria Lugão - *Família e Transição*. Famílias negras em Paraíba do Sul, 1872-1920. Mestrado. Niterói: UFF, 1990.

No caso em tela, ao invés de Maria e seus filhos serem penalizados pela fuga de seu marido, não sofreram nenhum prejuízo com este ato. Se analisarmos esta atitude com base na noção de estratégia formulada por Fredrik Barth, podemos dizer que esta escrava<sup>605</sup> foi suficientemente racional em compreender quais as consequências que tais escolhas e ações poderiam causar em sua vida<sup>606</sup>. Além disto, por Maria viver em uma sociedade profundamente marcada pelas incertezas, sabia muito bem que a proteção e o sustento de um senhor era um importante recurso que lhe dava segurança<sup>607</sup>, portando, o risco de se envolver em uma fuga tornaria o futuro deste cativa de seus rebentos mais imprevisível<sup>608</sup>.

Com isto, queremos afirmar que a ação social empreendida pelos escravos dependia da reação dos outros<sup>609</sup>, isto é, dos seus senhores, neste caso, os cativos avaliam as suas situações tendo como critério o poder moral senhorial e a consequência que tal poder lhe confere. Além disto, a possibilidade dos cativos formarem famílias e acessar determinados recursos disponíveis no cativeiro dependia em grande parte da

---

NEVES, Maria F. R. - "Ampliando a família escrava: compadrio de escravos em São Paulo do século XIX." In: *História e População*. São Paulo: ABEP, 1990. MOTTA, José Flávio- *Corpos Escravos-Vontades Livres*. Posse de cativos e Família Escrava em Bananal (1801-1829). São Paulo: Annablume-Fapesp, 1999. MATTOSO, Katia- *Ser Escravo no Brasil*. 3ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 2003. KARASH, Mary – *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*. 1808-1850. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

<sup>605</sup> Neste caso podemos pensar, que Maria em situação de perigo eminente, foi obrigada a escolher entre a submissão e a rebeldia.

<sup>606</sup> Conforme o próprio Grendi, outras referências teóricas foram importantes para os seus escritos, como a noção de racionalidade propostos por Fredrik Barth. BARTH, Fredrik. *Process and form in social life*. London: Oxford, 1981. Em especial o Capítulo 6. \_\_\_\_\_ . *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. Levi também usou deste conceito para compreender as escolhas dos camponeses diante dos proprietários de terras na região de Santena no século XVIII. Ver: Giovanni Levi. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

<sup>607</sup> Tal situação foi constatada por Eugenio Genovese ao analisar um diário de um senhor dono de uma fazenda de algodão na região da Carolina do Sul, este fazendeiro relata que seus escravos eram alimentados melhor do que os camponeses pobres que ficavam vagando pelas fazendas prestando serviços para garantir o sustento dos seus familiares. Enquanto os escravos sob a proteção de senhor tinham direito a moradia, vestuário e alimentação. Ver Eugenio Genovese. *A Terra Prometida*. O Mundo que os escravos criaram. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 216.

<sup>608</sup> Aqui faço uma alusão aos estudos de Levi, ao analisar os camponeses da região Santena, percebeu que ao invés destes homens moverem uma luta contra os proprietários de terras, preferiu se aliar a eles, com o objetivo de reduzir as margens de incertezas em uma sociedade marcada pela miséria e exclusão sociais. Ver: O LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000

<sup>609</sup> BARTH, Fredrik. *Process and form in social life*. London: Oxford, 1981.

ação de demais pessoas para que suas estratégias tivesse êxito num mundo da escravidão “marcado pela pobreza”<sup>610</sup>.

A ausência de Manoel Monjolo no convívio da sua esposa e filhos serviu para tornar mais estreito os laços afinidades que seus familiares mantinham com seu senhor, além destes serem protegidos e apadrinhados por Floriano Dias de Carvalho, viam-no como importante senhor que iria ampara-los nos momentos mais críticos de suas vidas.

Nesta família escrava, Antônio como já dissemos, era o cativo mais estimado por Floriano Dias de Carvalho, tanto é que se tornou o maior herdeiro da sua fortuna. A soma do seu patrimônio herdado foi avaliado em 6:839\$347, ou seja, 59,1% dos montemor (11:565\$000) líquido inventariado<sup>611</sup>, um fortuna considerada de porte médio para os padrões da localidade.

No inventário *post-mortem* de Floriano Dias de Carvalho e em alguns assentos de batismo da região, vimos que foram acrescentados para Antônio alguns sobrenomes, no qual passou a ser chamar Antônio Dias de Carvalho, provavelmente um sobrenome escolhido em homenagem ao seu antigo senhor e padrinho. Nas *plantations* sulistas dos Estados Unidos, Herbet Gutman encontrou solidas evidencias da maioria dos escravos, após serem libertos adotavam os sobrenomes dos seus senhores como uma forma de unir e reforçar os laços de compadrio entre diferentes gerações<sup>612</sup>. Outros estudiosos Norte-americanos reconhecem a importância das interpretações de Gutman, mas destacam algumas variações regionais importantes, pois, em certos casos, os recém-

---

<sup>610</sup> Estou falando de estratégia como a empregou Giovanni Levi, distanciando-se tanto da ideia de um sujeito totalmente livre e consciente para exercer sua vontade, quanto de uma macroestrutura dada a priori que determina mecanicamente a atuação dos mesmos. Ao contrário, Levi propõe a visão da atuação estratégica em sociedade como “uma ativa obra de transformação do mundo natural e social”, empregando as margens de liberdade que lhes permitem os condicionantes estruturais. LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história, 1992, p.p.135-6. Ver também: \_\_\_\_\_. A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII, 2000. LIMA FILHO, Henrique Espada. *Microstoria: escalas, indícios e singularidades*, 1999.

<sup>611</sup> AHETII/IPHAN/SJDR – Arquivo Histórico do Escritório Técnico II do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del-Rei .Inventário *post-mortem* de Floriano Dias de Carvalho. 1866. Caixa: 34. (Caixa da Vila de Baependi, 1830-1888).

<sup>612</sup> GUTMAN, Herbert. *The black family in the slavery and freedom,1750-1925*. New York: Vintage, 1976.

egressos do cativo adotavam os sobrenomes dos seus ex-donos com a expectativa de extrair disso algumas vantagens<sup>613</sup>.

Segundo Eduardo Silva, a iniciativa em adotar um sobrenome senhorial, era um indicio de que os libertos estavam cientes do capital simbólico representado pelo sobrenome de um senhor poderoso e bem situado na hierarquia social<sup>614</sup>. Martha Hamiester ressalta que adoção do sobrenome do senhor era um indicativo dos cativos ou libertos demarcarem o seu pertencimento a uma casa senhorial<sup>615</sup>. Herdar o sobrenome do seu ex-senhor, significou para o Antônio, uma espécie de renascimento traduzido pela afirmação de uma nova identidade social que redefiniria o seu lugar numa sociedade escravista e hierarquizada como uma pessoa livre<sup>616</sup>, além de eliminar a nodosa do cativo em sua vida.

O ingresso de Antônio como pessoa livre na sociedade hierárquica da Vila de Baependi, ao que parece, ocorreu de forma segura. Além de herdar de seu antigo senhor terra, escravo, animais e dinheiro, teve acesso a uma extensa rede de crédito tornando-se credor de muitas famílias resididas na localidade. Ao todo foram 32 pessoas que passaram a lhe dever, sendo que a maioria destes indivíduos pertencia aos setores menos aquinhoados desta sociedade, o único devedor de elevada posição, era o Tenente Coronel e oficial reformado da Guarda Nacional, João Evangelista de Souza Guerras.

Sobre devedores de Antônio Dias de Carvalho a um caso bastante emblemático. Dona Ana Cassiana Nogueira lhe devia em dinheiro uma quantia equivalente em 1:417\$000, porém, esta dívida não foi contraída por esta senhora, mas sim pelo seu falecido marido, o Capitão Antônio de Oliveira de Castro com Floriano Dias de Carvalho quando ambos eram vivos. Por não ter dinheiro suficiente para liquidar este crédito, em troca ofereceu algumas de suas terras para saldar este pagamento. Um dos

---

<sup>613</sup>Orlando Patterson. *Slavery and Social Death*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1982, p. 56. BERLIN, Ira. *Gerações de cativo: uma história da escravidão nos Estados Unidos*. Trad. de Julio Casrañon. Rio de Janeiro: Record, 2006, p. 169-214.

<sup>614</sup>De acordo com Eduardo Silva, esta estratégia foi adotada pelo pai Dom Obá logo após a obtenção da alforria. Ao se apropriar do sobrenome Fonseca Galvao, esperava se tomar o prestígio de uma poderosa família baiana. SILVA, Eduardo. *"O Dom Obá II D'África Príncipe do Povo - Vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor"*, Companhia das Letras, 1997.

<sup>615</sup>Sobre a prática de nomeação em sociedade de antigo regime, ver: HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande*. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, (Tese de Doutorado), 2006, p. 132-37.

<sup>616</sup>Marcio Soares, *A remissão do cativo*, op. cit., p. 169-173.

seus patrimônios que foram arrolados para liquidar dívida, foi uma terras de cultura e criar localizada na fazenda Limeira.

José Cassiano de Oliveira Castro, tutor de Antônio Dias de Carvalho, era quem iria cobrar esta dívida, mas se recusou a exercer tal função, pelo motivo da devedora ser a sua mãe e se encontrar enferma. “*Como bom filho*”<sup>617</sup> propôs para o Juiz de Órfãos da Vila de Baependi a nomeação do lavrador, José Garcia de Menezes, por este, residi próximo das terras e casas dos legatários e herdeiros de Floriano Dias de Carvalho.

A presença de José Garcia de Menezes na prestação de contas de tutela dos herdeiros de Floriano Dias de Carvalho é sinal que este senhor conseguia ao longo da vida constituir um extenso capital relacional que foi acionado no momento em que estes órfãos mais necessitavam.

Retomando os dados desta prestação de tutela, Dona Ana Cassiana Nogueira, diz ao Meritíssimo senhor Juiz de Órfãos, “*por ser uma viúva e se encontrar em uma idade avançada, quer deixar a sua vida arranjada e pagar o que deve não querendo deixar nenhum trabalho para seus filhos*”<sup>618</sup>. O empenho desta senhora em saldar esta dívida, não implicava apenas num compromisso ético e moral, mas também era uma forma de eliminar qualquer relação de compromisso ou dependência (o caso aqui financeira) com pessoas recém-saídas da escravidão. Digo isto, pois Dona Ana Cassiana tinha um nome a zelar, além ser casado com um senhor detentor de importante patentes militar, pertencia a uma das famílias mais tradicionais da Vila de Baependi, e por estes motivos, a manutenção deste status era fundamento em uma sociedade que reiterava a todo o momento as distinções entre os diversos grupos.

Depois de tantas propostas, foi acatado pelo Meritíssimo Juiz Órfão, o Doutor Olímpio Viriato Carneiro Catão, o pedido de Dona Ana Cassiana Nogueira em converter a dívida que seria paga em dinheiro em terras localizadas na Fazenda Limeira. Apesar da aprovação deste acordo, em um maio de 1873, o novo tutor dos órfãos, José Garcia de Menezes, fez um despacho ao Juiz de Órfãos propondo que uma parte desta dívida seja paga em dinheiro no valor de 510\$000. Este pedido se justifica, pelo fato dos bens deixados por Floriano Dias de Carvalho não terem ainda dado rendimentos, e por

---

<sup>617</sup>Referencia feita pelo juiz de órfãos no termo de tutela.

<sup>618</sup>Trecho retirado do documento de prestação de contas de tutela anexado no Inventario de Floriano Dias de Carvalho.

isto, o tutor julga necessário receber parte deste crédito em dinheiro para fazer algumas despesas urgentes de que necessitam os órfãos.

Por fim, o Juiz de Direito da Comarca de Baependi acabou novamente deferindo o pedido de Dona Ana Cassiana Nogueira, no qual as dívidas sejam pagas aos herdeiros de Floriano Dias de Carvalho em terras e não em dinheiro. Alegou-se que a legislação da época, determinava que em situações como esta, as dívidas que fossem cobradas em dinheiro poderia também ser pagas também em terras. Além disso, o Juiz de Direito argumentou “que a deficiência de dinheiro na atualidade e sendo Dona Ana Cassiana Nogueira idosa não querendo deixar trabalho para seus filhos, é coerente que esta dívida seja paga em terras”.

Este caso que acabamos apresentar é fundamental para entendermos o que os estudos da micro história vem nos alertando há décadas, é que todo sistema normativo não está isento de contradição, ou seja, estamos acenando para os desvios e incoerências da ação dos agentes sociais diante das normas. E estas ações são capazes de modificar e moldar a própria estrutura da norma<sup>619</sup>.

Aplicando este modelo analítico no caso pesquisado, percebamos que depois de vários acordos e propostas com o tutor dos órfãos de Floriano Dias Carvalho, Dona Ana Cassiana Nogueira acabou sendo favorecida pela incoerência do sistema de lei do Império Brasileiro. Pelo fato desta senhora ter alguma influência na região e vivendo em uma sociedade bastante hierarquizada onde até o direito naturalizava a desigualdade<sup>620</sup> (até hoje), fez com que os magistrados responsáveis por este caso encontrassem meios que a favorecesse. Portanto, ao colocarmos em relevo todas as possibilidades locais existentes nas relações entre estes sujeitos, torna-se possível uma melhor compreensão

---

<sup>619</sup>Esta é uma proposta teórica formulada por Giovanni Levi sobre influência da concepção de sociedade formulada por Fredrick Barth. Levi elaborou quando estudou o avanço do Estado Moderno, a partir da realidade de uma pequena comunidade piemontesa no século XVII: “Normalmente, nós observamos esta sociedade de longe, estando, portanto, atentos aos resultados finais que, em regra, escapam ao controle das pessoas e às suas próprias vidas. Parece-nos que as leis do Estado Moderno tenham se imposto sobre resistências importantes e, historicamente, irrelevantes. Mas as coisas não se deram exatamente dessa forma: nos intervalos entre sistemas normativos estáveis ou em formação, os grupos e as pessoas atuam com uma própria estratégia significativa capaz de deixar marcas duradouras na realidade política que, embora não sejam suficientes para impedir as formas de dominação, conseguem condicioná-las e modificá-las.” LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial – trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*, 2000, p.45.

<sup>620</sup> LEVI, G. Reciprocidade mediterrânea. IN: Oliveira, M.R e Almeida, C.M.C. (Org.). *Exercícios de Micro História*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2009.

da forma como estes desenvolveram estratégias próprias e particulares em resposta à realidade normativa da qual faziam parte e estavam em constante interação<sup>621</sup>.

Apesar dos herdeiros de Floriano Dias de Carvalho não terem ganhado esta causa, conseguiram amealhar uma fortuna que não os deixou entregue a sorte. Além do mais, suas relações não gravitavam apenas entre seus tutores, se relacionaram com em outros setores da sociedade. O próprio Antônio Dias de Carvalho compareceu como padrinho em alguns casamentos e cerimônias de batismo da região, esta inserção se deve pelo reconhecimento que seu antigo senhor e padrinho tinham na Vila de Baependi.

Interessante ressaltar que em alguns momentos no inventário de Floriano Dias de Carvalho, Antônio foi citado como filho deste senhor. Pelo seu assento de batismo vimos que foi registrado pelos párocos de Baependi como filho legítimo de Manoel Monjolo e Maria, o que demonstra que não há nenhuma possibilidade de ser filho natural do seu falecido senhor. Mas o fato de Antônio ser mencionado como filho de Floriano Dias de Carvalho em algumas prestações de contas, é um forte indicio de como este senhor e este ex-escravos (que depois virou seu afilhado) tinham forte laços de lealdade e afinidade que chegava a ser confundido como uma relação de pai e filho aos olhos daquela sociedade. Talvez possam compreender este laço como uma espécie de “dupla filiação”, o pai verdadeiro Manole Monjolo, era alguém que amargava todas as humilhações e sofrimento pelos quais um homem escravo poderia passar nesta sociedade, Floriano Dias de Carvalho, senhor benevolente, era aquele que abraçava resolutamente a cauda da proteção da mãe e dos filhos.

Sobre isto, a ausência paterna de Manoel Monjolo na sua família, de alguma maneira, fez com seus rebentos valorizassem ainda mais a figura protetora de Floriano Dias Carvalho, pois este senhor ao invés de abandona-los e deixa-los entregues a uma sociedade escravista que os hostilizava, cumpria rigidamente com seu papel de patriarca em dar proteção e sustento aos seus dependentes— e foi muito além destas obrigações, deixaram de herança todos os bens que conseguiu amealhar ao longo da vida para os escravos que considerava como membros da sua família.

---

<sup>621</sup>ROSENTAL, Paul-André. Construir ele “macro” par le “micro”: Fredrik Barth et lamicrostoria. In: REVEL, Jacques (Org.) *Jeux d'échelles: lamicro-analyse à l'expérience*. Paris: Gallimard-Le Seuil, 1996. p.141-159.

Comparado a outras situações evidenciadas nesta pesquisa consideramos este caso como algo excepcional<sup>622</sup>, através do compadrio, os senhores de Baependi encontrou um meio de aproximar-se dos seus cativos. É claro que uma enorme parcela destes patriarcas não se tornaram padrinhos dos seus cativos, mas fizeram questão de convidarem seus familiares para tomar os seus escravos como afilhados, esta atitude fez com que muitos destes mancipios se sentissem mais protegidos e encontrassem um lugar nesta hierárquica complexa e poligâmica família patriarcal<sup>623</sup>.

Mas devemos alertar que tudo era feito com muita ciência, pois as relações de compadrio entre a parentela senhorial com os cativos não era apenas uma obra do acaso, sobre a constituição destes laços havia uma estratégia senhorial em tornar o cativo um espaço mais distintos e hierarquizados, e o fato de não inserir todos os escravos nesta ampla teia familiar acabava os diferenciando, portanto, aqueles mancipios que estivessem mais próximo do seu senhor e familiares, além de terem maiores condições de mobilizar recursos disponíveis no cativo, tornariam mais distintos dos seus pares<sup>624</sup>, e a falta de uma indistinção no cativo tornaria a escravidão em Baependi mais elástica.

---

<sup>622</sup> Ainda, Edoardo Grendi quando trata do “excepcional normal”, enfatiza a necessidade de se ater também e, principalmente, àquilo que dentro de um certo contexto parece fugir à regra, revelando, pois, algo que o documento não deixa transparecer uma vez que não é constante; permitindo assim, indagar às estruturas invisíveis dentro das quais aquele objeto se articula. GRENDI, Edoardo; VILLANI, Pasquale. *Testicomestibili*, o meno. *Quadernistorici*, Bologna: ilMulino, v.33, n.3, p.1195-1206, 1976. Sobre o caso excepcional ver trabalho como: GRIBAUDI, Maurizio. *Échelle, pertinence, configuration*. In: REVEL, Jacques (Org.) *Jeux d'échelles: lamicro-analyse à l'expérience*. Paris: Gallimard-Le Seuil, 1996. p.113-140. LEVI, Giovanni. *Centro e periferia di uno stato assoluto: tresaggisu Piemonte e Liguria in età moderna*. Torino: Rosenberg & Sellier, 1985.

<sup>623</sup> Uma concepção de família formulada por Gilberto Freire em *Casa Grande & Senzala*.

<sup>624</sup> Aqui entenda “seus pares” apenas pelas condições jurídicas.

## Conclusão

Como já dissemos na introdução desta pesquisa, o objetivo principal desta tese, é realizar um estudo sobre a manutenção da escravidão em uma vila sul-mineira dedicada à produção agrícola e pecuária destinadas a abastecer os mercados regionais e provinciais do centro-sul do Brasil. Sobre este sistema agrário vimos que a escravidão em Baependi reproduziu-se através elementos presentes nesta localidade. O primeiro deles foi à presença de uma extrema desigualdade socioeconômica revelada pela concentração da riqueza na região, onde um diminuto grupo de famílias controlavam nada menos que 79,3% destes recursos. Esta constatação é um sintoma da incapacidade da economia sob análise de desconcentrar a riqueza.

Além de controlarem todos os setores da economia local, estas famílias (apenas 18 famílias) detentores de excepcionais riquezas (acima de £ 10.000), aplicavam maior parte de seus investimentos em escravos e terras (seguindo esta ordem de importância), ativos que tiveram enorme importância na organização do sistema agrário da região. Ate onde sabemos, estes bens continuaram a ser valorizado nestas fortunas até abolição da escravidão, o que significa que muitos senhores optaram em conservar as formas tradicionais de riqueza.

O conservadorismo destas famílias abastadas era nutrido pelo desejo de continuarem investindo seus recursos na compra de cativos, pois em se tratando de uma sociedade agraria e escravista, os escravos eram considerados como o maior símbolo de distinção entre os indivíduos livres<sup>625</sup>. Portando, sem querer reduzir a importância de outros ativos produtivos, não resta duvida que os escravos na Vila Baependi eram o elemento de maior diferenciação social. Assim, sobre recorte estudado (1830-1888), podemos concluir que na região havia uma elite que continuava reiterando a desigualdade socioeconômica entre elas e todos os homens livres a partir da renda expropriada da mão de obra cativa<sup>626</sup>. Em outras palavras, uma elite, fomentada por uma ideia de acumulação de riqueza que colocava à frente dos lucros os lugares sociais que ocupavam e procuravam reproduzir.

A reiteração da desigualdade socioeconômica entre os homens livres da localidade pode ser melhor vista no momento em que o sistema agrário da região

---

<sup>625</sup> FINLEY, op. cit., p. 77

<sup>626</sup> Idem, 84-85.

passava mudanças na virada da primeira para segunda metade do século XIX. Através dos dados coletados nos inventários, observamos que nesta passagem ocorreu simultaneamente, a elevação riqueza produzida e um aumento considerável de inventários sem escravos e terras, todo este processo tornou os afortunados um grupo mais seleto e conseqüentemente elevou o número de pobres na nossa conhecida Vila de Baependi.

Esta tamanha disparidade tornava ínfimo o peso dos grupos economicamente intermediário<sup>627</sup>, assim conclui-se que estamos diante de uma sociedade que tendi a ser mais polarizada do que dividida em camadas de riquezas. Porém, estes extremos não eram homogêneos, ricos e pobres eram grupos bastante heterogêneos. Entre os mais abastados havia aqueles com maior prestígio social e político e detentores de maiores escravarias. Com relação aos pobres, as diferenças e a hierarquias se multiplicavam mais ainda, pelo fato de ser o segmento mais amplo e diversificado. Mas o elemento de maior definição da diversidade destes grupos foi à posse ou não de escravos e terras, sendo uma das formas mais básicas de definir o nível de suas fortunas e os lugares que estas pessoas ocupariam nesta sociedade.

Assim, afirma-se que a produção de tal sociedade se assentava na ambiciosa aquisição desses ativos, não somente pela maximização dos lucros, mas como objetivo último; a continuidade da hierarquia bastante desigual da época, pois era ela quem dava sustentação para a economia e, portanto, para a sociedade local.

Como mostramos nesta pesquisa, ter escravos na Vila de Baependi não era um privilégio apenas dos senhores brancos e afortunados, pois até os mais pobres inventariados tinha em suas terras ao menos um cativo. Sobre esta premissa, apreciasse uma importante questão que foi bastante discutida nesta pesquisa; a disseminação da posse escrava.

Vimos que na região havia grandes planteis escravistas que detinham quase da metade da população escrava, porém, tiveram que dividir espaços com uma expressiva

---

<sup>627</sup> Estes dados foi observado em varias localidade do Império do Brasil. Ver: FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. FARINATTI, Luis Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2007. (Tese de Doutorado). GIL, Tiago Luís. *Coisas do caminho: tropeiros e seus negócios do Viamão a Sorocaba (1780-1810)*. Rio de Janeiro: PPGH/UFRJ, 2009. (Tese de Doutorado).

quantidade de escravarias que contava com a força de trabalho de 1 a 5 escravos. A difusão destas propriedades foi um dos indicadores que nos auxiliou para observarmos o grau de comprometimento social dos moradores da Vila de Baependi com a escravidão.

Como havíamos mostrado estes pequenos planteis passaram por algumas oscilações, na passagem para a segunda metade do XIX tiveram uma pequena queda, muito em função do aumento do preço dos cativos provocado pelo fim do tráfico internacional de africanos, mas apesar das mudanças provocadas por este comércio de almas, estas pequenas escravarias (1-5 escravos) continuavam espalhadas pelo termo de Baependi.

Ao estudarmos a estrutura de posse revelada pelos assentos de batismo, observamos que o número de pequenas escravarias se eleva na região, no qual tivemos a oportunidade de verificar uma miríade de indivíduos, inclusive os forros e libertos, logrando-se em se tornarem senhores de (poucos) escravos, considerado o elemento fundador e (re) produtor da hierarquia e da distinção social<sup>628</sup>.

Certamente estas pessoas que não abriram inventários, mas tiveram alguns dos seus escravos registrados nos assentos de batismais pelos párocos da região, provavelmente em algum momento de suas vidas tiveram que abrir mão dos seus cativos, seja pelo motivo de falecimento, dívidas contraídas ou pela morte de um escravo, mas apesar destes infortúnios, sempre almejavam em manter um status senhorial em sociedade comprometida com uma extrema desigualdade social.

Tudo isto, nos faz concluir, que a propriedade escrava em Baependi, signo de status, ascensão e poder, estavam não só concentrada nas mãos de poucas famílias, como também difundida, majoritariamente, em pequenas escravarias, sujeitos de poucas posses, mas, ainda sim, senhores de outros homens. Em outros termos, a diluição da posse cativa e o comprometimento de amplos setores da sociedade com essa instituição fez com que a sua longevidade não fosse um interesse exclusivo de um grupo social específico, era sobre processo que “residia a sua força”<sup>629</sup>.

Outro dado observado nesta pesquisa foi a escolha de padrinhos para os filhos dos cativos da região, vimos que estas opções não pareceram oscilar em mundos extremos, constatou-se que a maioria dos escravos tiveram pessoas livres como padrinhos dos seus filhos. Tal predileção nos mostrou dois importantes fatores: um

---

<sup>628</sup> FINLEY, Moses. *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

<sup>629</sup> Para os dados desta realidade, Cf. SCHWARTZ, Stuart B. Patterns of slaveholding in the Americas: new evidence from Brazil. *American Historical Review*, v. 87, n. 1, p. 55-86, Feb. 1982.

envolvimento maior com o mundo dos livres do que com os seus parceiros do cativo e uma hierarquia no cativo. No primeiro caso os escravos buscavam pessoas melhores situadas para zelarem pela sua proteção e de seus rebentos, no segundo, os cativos foram mais seletivos em convidar escravos para tornarem pais espirituais dos seus rebentos.

Por sua vez, estas escolhas acabavam criando uma forte hierarquia social no cativo, podendo ser vista em vários aspectos: o primeiro consiste no fato de uma imensa maioria de cativos não terem sido convidados para apadrinharem crianças na região, assim deixaram de ter compadres e afilhados a sua volta que lhe enaltecessem na comunidade escrava. O segundo aspecto desta estratificação, concerne nos cativos que ao menos uma vez na vida foram chamados para batizar, obtendo um importante recurso que poderia contribuir para suas projeções na escravidão. O último aspecto, era o que tornava as relações na senzala mais hierarquizadas, é o fato de ter havido poucos escravos que compareceram quatro de vezes ou mais como padrinhos nas cerimônias de batismo da região. Denominamos este seleto grupo de escravos como “padrinhos preferenciais”. Portanto, a presença deste diminuto grupo de cativos significou que o topo da hierarquia social do cativo era mais estreito e seleto, ou seja, na região foram poucos mancipios que conseguiram constituir uma ampla rede de afilhados e compadres.

A presença destes escravos “*campões de batismo*” prova também que, as chamadas “alianças para cima”, onde os pais das crianças se ligavam a pessoas de prestígio na sociedade, era uma prática que ocorria entre os escravos, lembremo-nos que José, Manoel e Antônio, “padrinhos reis” nas senzalas, tinham mobilizados significativos recursos no cativo (um ofício especializado, casamentos, autonomia no que diz respeito à mobilidade, proximidade com seus senhores e outros da região, etc.) tornando-se nas comunidades escrava padrinhos de muitos afilhados.

Apesar dos escravos terem adotado diversas estratégias relacionais para se ascenderem no cativo, os laços que estabeleciam com os membros da senzala e com pessoas de outros segmentos provavelmente eram controlados pelos seus senhores. Sobre esta prerrogativa, acreditamos que o elevado número de pessoas livres apadrinhando escravos e uma multidão de cativos que não foram padrinhos seja algo arquitetado pelos senhores. Além disto, acrescento que estes patriarcas interferiam na hierarquia social que se estabelecia no cativo. Retomando os exemplos de José, Manoel e Antônio, para alçarem a condição de padrinhos preferenciais e se manterem

como membros de uma “elite da senzala” tiveram que manter relação de proximidade com seus senhores, caso não fossem estimados pelos seus donos, talvez não alcançassem tal patamar. Nesta situação, a mobilidade social intra-cativeiro dependia em certa medida das ações senhoriais<sup>630</sup>.

Para continuarem reiterando os seus status senhoriais e administrar os seus escravos com mais eficiência, os senhores de Baependi tiveram que investir na produção de aliados no interior do cativeiro, e uma das formas encontradas para fortalecer estas alianças, foi convidar os seus parentes para serem padrinhos dos seus cativos, em outras palavras, uma maneira de tornar mais próxima à casa grande da senzala. Pelo incrível que pareça, os senhores que mais aderiram esta prática, foram os que possuíam muitas terras, escravos e detentores das maiores fortunas locais. Como já havíamos mostrado no primeiro capítulo, esses homens foram os principais responsáveis em promover uma alta concentração da riqueza e uma extrema desigualdade socioeconômica na região.

Ao fazerem que seus familiares se tornassem compadres dos seus cativos, os senhores acabavam fazendo que estes indivíduos se sentissem mais amparados por uma propriedade senhorial no qual eram membros. Independente se os escravos são batizados por uma parentela senhorial, os senhores tinha a obrigação garantir mínimo de proteção a eles, fornecendo-lhe alimentação, moradia e vestuário. Mas na região em estudos, os senhores (donos de grandes planteis) acharam necessário em tornar mais fortalecidas as suas relações paternalistas com seus cativos, e apadrinha-los ou convidar parentes para exercer este papel tornava estes laços mais sólidos.

Pelo visto estas iniciativas foram bastante eficazes, pois permitiu aos senhores que governassem com certa tranquilidade as suas escravarias até abolição do sistema escravidão. Além disto, evitaram que ocorressem em suas fazendas possíveis rebeliões escravas e atentados contra sua pessoa e seus familiares. Como já havíamos dito, foram raros os crimes de escravos contra senhores na região. Portanto, inserir os seus cativos numa comunidade cristã e entrosá-los em seus esquemas familiares foi uma forma de se prevenir de possíveis ataques vindos das suas senzalas.

Os senhores ao tornarem seus cativos compadres e afilhados dos seus familiares, estrategicamente depositavam em suas senzalas (que já eram bastante hierarquizadas)

---

<sup>630</sup> Diante destas ações faremos referência aos estudos sobre a racionalidade e estratégia devolvidos por Fredrik Barth e Giovanni Levi.

mais elementos de distinção entre os escravos, pois aqueles que foram apadrinhados pelos membros da casa grande, provavelmente se diferenciavam de outros escravos que não tiveram seus filhos batizados por estes indivíduos. Além do mais, em se tratando de senzalas onde poucos escravos tiveram a chance apadrinhar crianças na região, certamente os senhores souberam utilizar destes recursos para garantir a manutenção dos seus planteis. Portanto, o principal objetivo era individualiza-los para melhor governa-los, e a partir da renda expropriada desta mão de obra se ascenderem socialmente sobre seus pares livres<sup>631</sup>.

Diante destas praticas senhorias, achamos complicado entender como se reproduzia a escravidão através dos manuais produzidos pelas elites senhoriais do sudeste principalmente, como sugere Rafael Marqueses. Pois acreditamos que o governo dos escravos era algo multifacetado, variando de uma região do Império Brasileiro para outra, talvez seja preciso estar atento um complexo regional no qual a escravidão oitocentista estava inserida.

Nesta pesquisa fizemos um estudo comparativo mostrando como eram distintas as demografias escravas das respectivas regiões estudadas por Manolo Florentino e José Roberto Góes e outra por Cacilda Machados, nisto, vimos que em ambas as localidades as relações entre senhores e escravos se deram de forma diferente. Baependi sendo uma região que conjugava os fatores demográficos destas localidades (tráfico negreiro e reprodução natural), as relações paternalistas foram construídas em outros moldes, no qual a produção de aliados no cativeiro intermediado pelo compadrio permitiu aos senhores Baependienses que governassem suas escravarias com maior êxito até fim da escravidão.

Sobre este dado e outros que analisamos (como a mobilidade e a hierarquia intra-cativeiro) nesta pesquisa talvez esteja à resposta para a pergunta do por que os escravos no Brasil permaneceram relutantes em sacudir a inercia das estruturas sociais da ordem escravista, em outras palavras, por que se recusaram em fazer uma revolução social, abolindo o cativeiro e construindo uma sociedade mais justa e igualitária<sup>632</sup>. Na

---

<sup>631</sup> Como assinalou Moses Finley, um tipo de sociedade escravista que uma produz uma diferenciação social entre os livres, pois as distinções entre senhores e escravos era algo inato desta sociedade. Ver: FINLEY, Moses I. *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna*. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Graal, 1991.

<sup>632</sup> FRAGOSO, João. Prefácio. In: GUEDES, Roberto. *Egressos do Cativeiro: trabalho, família e mobilidade social* (Porto Feliz, São Paulo, c.1798 - c.1850). Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2008, p. 15.

verdade estejam aqui os “padrões socioculturais” que não permitiram o avanço destas mudanças radicais.

## **FONTES**

### **CEDEPLAR.**

- Lista Nominativa de São José do Favacho.
- Lista Nominativa de São Tomé das Letras.
- Lista Nominativa da Freguesia do Capivary.
- Lista Nominativa da Freguesia de Pouso Alto.
- Lista Nominativa de Nsa. do Carmo.
- Lista Nominativa de Varadouro.

### **Cúria Diocesana de Campanha-MG**

- Registros Paroquiais de Batismo (1830-1888).
- Registros Paroquiais de Casamentos (1830-1888).
- Registros Paroquiais de Óbitos (1830-1888).

### **Livros paróquias consultados na plataforma Digital do Family Search.**

- Registros Paroquiais de Batismo (1830-1888).
- Registros Paroquiais de Óbitos (1830-1888).

### **Arquivo Público Mineiro**

#### **Mapa de População.**

- Distrito de São José do Favacho, termo de Santa Maria do Baependi. microfilme:  
MP: rolo-07/flash 01
- Curato do Turvo, Termo de Santa Maria de Baependi. Microfilme: MP rolo-  
07/flash 01
- Capela de São Vicente, Freguesia de Aiuruoca, Termo de Santa Maria do  
Baependi. mp-cx.13-doc.08
- Capela dos Serranos, termo de Santa Maria do Baependi. MP-cx.13-doc.07.

### **Relatórios da presidência de Província de Minas Gerais.**

- Correspondência expedida pela Diretoria de Instrução Pública ao Presidente da Província (registro). 1871
- Correspondência expedida pela Inspetoria Geral da Instrução Pública à Fazenda Provincial.
- Diretoria Geral de Instrução Pública (1827-1859), Agência Geral de Instrução Púb, 1818-1899.
- “Criação de vilas no período colonial”, v.1, f. 3, pp. 427-441, 1896.

### **Arquivo Histórico da Cidade de Baependi.**

- Processos criminais da Vila de Santa Maria do Baependi (1830-1888).

### **AHETII/IPHAN/SJDR – Arquivo Histórico do Escritório Técnico II do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del-Rei.**

- Inventários *port-mortem* da Vila de Santa Maria do Baependi, 1820-1888.
- Processos criminais Vila de Santa Maria do Baependi, 1830-1888.

### **Biblioteca Nacional (BN)**

#### **Periódicos<sup>633</sup>:**

O Baependiano.

Ecos de Baependi.

O patriota.

Amor ao progresso - 1876 (1.0 jornais de Baependi).

---

<sup>633</sup> Foram várias as publicações iniciadas no município, porem, só conseguimos poucos números mais atuais, bem como a relação de todos os Jornais que existiram. A presente relação foi extraída do livro Baependi, escrito por José Wilson Serva, quando das "Memórias do 1.º Centenário de elevação de Baependi à condições de Cidade.

### **Fonte impressa:**

MARTINS, A. de Assis. *Almanak administrativo, civil e industrial da província de Minas Gerais do anno de 1869 para servir no de 1870*. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1870.

VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul Mineiro*. Campanha: Tipografia do Monitor Sul Mineiro, 1874.

\_\_\_\_\_. *Almanach Sul Mineiro*. Campanha: Tipografia do Monitor Sul Mineiro, 1884.

\_\_\_\_\_. Parecer da Comissão de História acerca da obra de Bernardo Saturnino da Veiga. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IHGB, t. 3, v. 61, 1880. p. 404 – 406.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil* (São Paulo: Cia. Editora Nacional). (1942).

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo - 1822*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1974.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

SPIX, J.B. von, MARTIUS, C. F. P. von. *Viagem pelo Brasil. 1817 – 1820*. São Paulo: Melhoramentos, Brasília: INL, 1976, 3ª edição (3 volumes).

### **Fontes primárias digitalizadas**

Lei de 7 de Novembro de 1831. Declara livres todos os escravos vindos de fora do Império e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos. In: <http://www.icmc.usp.br/ambiente/saocarlos/?historia/o-processo-de-abolicao-e-avindados-imigrantes-europeus/lei-de-1831>.

Lei número 581, de 4 de setembro de 1850 – Lei Eusébio de Queirós. In: [http://www.prr1.mpf.gov.br/nucleos/nucleo\\_criminal/trabalho\\_escravo\\_indigena/doutrina/trabalho\\_escravo/legislacao/lei\\_581\\_4\\_set\\_1850\\_lei\\_eusebio\\_de\\_queiros.htm](http://www.prr1.mpf.gov.br/nucleos/nucleo_criminal/trabalho_escravo_indigena/doutrina/trabalho_escravo/legislacao/lei_581_4_set_1850_lei_eusebio_de_queiros.htm).

## Bibliografia

AGUIAR, Marcos Magalhães. Estado e Igreja na capitania de Minas Gerais: notas sobre mecanismos de controle da vida associativa. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 21, p. 42-57, 1999.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

\_\_\_\_\_. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana – 1750 – 1850*. Dissertação (Mestrado) – UFF: Niterói, 1994.

ANDRADE, Marcos Ferreira de . *Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro. Minas Gerais-Campanha da Princesa (1799-1850)*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

\_\_\_\_\_. Elite escravista no sul de Minas Gerais: opções de investimento e composição da riqueza – século XIX. In: *Anais Eletrônicos do XIV Seminário sobre Economia Mineira*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2010.

\_\_\_\_\_. *Rebeliões escravas na Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais: o caso Carrancas. Afro-Asia (UFBA), FFCH/UFBA - Salvador*, v. 21-22, 1999.

ANDRADE, Mateus. R.; LEMOS, Gustavo. *Terra de compadres: família e enraizamento social em Guarapiranga, séculos XVIII e XIX*. In: BOTELHO, Tarcísio R.; ANDRADE, Mateus R.; LEMOS, Gustavo. (Orgs.). *Redes Sociais e História*. Belo Horizonte: *Veredas&Cenários*, 2013.

BADDINI, Cassia Maria. *Sorocaba no Império: comércio de animais e desenvolvimento urbano*. São Paulo: Fapesp; Annablume, 2002.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. „*Criando porcos e arando a terra: família e compadrio entre os escravos de uma economia de abastecimento (São Luís do Paraitinga, Capitania de São Paulo, 1773 – 1840)*“. Disponível: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos3/carlos%20de%20almeida%20prado.pdf>. Acesso em 25 de janeiro de 2014.

BARTH, Fredrik. *O guru, o inicador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.

BARROSO, Daniel Souza. *Múltiplos do cativo: casamento, compadrio e experiência comunitária numa propriedade escrava no Grão-Pará (1840-1870)*, Afro-Ásia, Salvador, nº. 50, pp. 93-128, 2014.

BATISTA, Luciana Marinho. *Muito Além dos Seringais: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará*, 2004.

BARICKMAN, Bert J. *Um contrapondo baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BERTRAND, Michel. De la família a la red de sociabilidad. *Revista Mexicana de Sociología*, Vol. 61, nº 2, abril-junho 1999.

BERGAD, Laird W. *Escravidão e História Econômica; Demografia de Minas Gerais, 1720-1880*. Bauru: EDUSC, 2004.

BERBEL, M. e MARQUESE, R. “A escravidão nas experiências constitucionais ibéricas, 1810-1824”. Texto apresentado no *Seminário Internacional Brasil: de um Império a outro (1750-1850)*, realizado no depto. de História/FFLCH-USP, 05-09 de setembro de 2005.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. A escravidão nas Minas Gerais, c.1720. In: BOTELHO, Tarcísio R. e outros (org.). *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiânia: Anpuh-MG, 2001.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Famílias e escravarias: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: FFLCH/USP, 1994. (Dissertação de Mestrado em História).

BURTON, R. *Viagens aos planaltos do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nacional, (Coleção Brasileira, v. 197). 1941.

BOXER, Charles R. *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 3ª ed., 2000.

BRAUDEL, Fernand. *A Dinâmica do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade (São João del-Rei - séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007.

\_\_\_\_\_. O apadrinhamento de escravos adultos (São João del Rei, 1730-1850). ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina, 2005

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Nos caminhos da acumulação: negócios e poder no abastecimento de carnes verdes para a cidade do Rio de Janeiro, 1808-1835*. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da UFF. Niterói, 2006.

CAMPOS, Kátia M. Nunes. “Sem dados não há demografia”: uma proposta para a criação de um banco de dados demográficos e sua aplicação em uma paróquia mineira, 1760-1804. Tese (Doutorado em Demografia). Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2011.

CANO, Wilson. "Economia do Ouro em Minas Gerais (século XVIII)", in: *Revista Contexto*, n' 3, julho/1977.

CANABRAVA, Alice. Uma Economia em Decadência: Os níveis de riqueza na Capitania de São Paulo”, In> *Revista Brasileira de Economia*, vol.26, nº 4, out/dez.1972.

CARRARA, Ângelo Alves. *Fontes quantitativas para a história de Minas Gerais no Setecentos*. Juiz de Fora: *Clio Edições Eletrônicas*, 2008. Artigo disponível no site: <http://www.ufjf.br/hqg/files/2009/10/FQHMG1.pdf>.

\_\_\_\_\_. *Minas e Currais: Produção Rural e Mercado Interno de Minas Gerais – 1674 – 1807*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007.

\_\_\_\_\_. *À vista ou a prazo: comércio e crédito nas Minas setecentistas*. 1. ed. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2010.

\_\_\_\_\_. Paisagens Rurais do Termo de Mariana. In: GONÇALVES, Andrea Lisly; OLIVEIRA, Ronaldo. (org.). *Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 2004.

CHAVES, Cláudia Maria da Graça. *Perfeitos Negociantes: mercadores das Minas Setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999.

COSTA, Iraci del Nero da. Brasil: *História econômica e demográfica*. São Paulo: IPE, 1986.

\_\_\_\_\_. Registros paroquiais: notas sobre os assentos de batismo, casamento e óbito. *LPH: Revista de História*. Ouro Preto (MG). 1(1): 46-54, 1990.

\_\_\_\_\_. *Vila Rica*. São Paulo: IPE/USP, 1979.

COSTA, Ana Paula Pereira. *Armar escravos em Minas colonial: potentados locais e suas práticas de reprodução social na primeira metade do século XVIII*. Vila Rica, 1711-1750. 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2010.

CUNHA, Manoela Carneiro da. Sobre os silêncios da lei: lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX. In: *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DAUMARD, Adeline. *Les fortunes françaises au XIX siècle. Enquête sur La répartition et la composition des capitaux privés à Paris, Lyon, Lille, Bourdeaux et Toulouse d'après l'enregistrement des déclarations de succession*. Paris, Mouton, 1973.

FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FURTADO, Junia Ferreira. *Homens de Negócio: a interiorização da Metrópole e do comércio nas Minas Setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.

CERUTTI, Simona. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. in: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

DAUMARD, Adeline. (dir.) (1973), *Les fortunes franceses au XIX e siècle. Enqueue sur la repartition et la composition des captious privés à Paris, Lyon, Lille, Bordeaux et Toulouse* d'après l'enregistrement des déclarations de succession, Paris, Mouton.

DEDIEU, Jean Pierre, "*Les grandes bases de données: une nouvelle approche de l'histoire sociale. Le système Fichoz*," (2005).

ELLIS (Myriam), Contribuição ao Estudo do Abastecimento das Zonas Mineradoras do Brasil no Século XVIII, *Ministério da Educação e Cultura*, Rio de Janeiro, 1961

ENGEMANN, Carlos. *De laços e de nós*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

\_\_\_\_\_. Da comunidade escrava e suas possibilidades, séculos XVII-XIX. In: FLORENTINO, Manolo (org.). *Tráfico, cativo e liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial (Sudeste, século XVIII)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

\_\_\_\_\_. *Sinhás pretas, damas mercadoras: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)*. Niterói: UFF, 2004. (Tese apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense – Concurso para Professor Titular em História do Brasil).

FARINATTI, Luis Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2007.

\_\_\_\_\_. Os compadres de Estevão e Benedita: hierarquia social, compadrio e escravidão no sul do Brasil (1821-1845). *XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH. 2011

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*, 2ª. edição, revista e aumentada, Globo, Porto Alegre; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790 - c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

\_\_\_\_\_. FLORENTINO, Manolo G. e FRAGOSO, João. Marcelino, filho de Inocência Crioula, Neto de Joana Cabinda: um estudo sobre famílias escravas em Paraíba do Sul (1835-1872), *Estudos Econômicos*, v. 17, nº. 2, pp. 151-173, mai./ago., 1987.

\_\_\_\_\_. *Em costas negras. uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

\_\_\_\_\_. Uma lógica demográfica elástica: o abolicionismo britânico e a plantation escravista no Brasil. *Colômbia: Historia Crítica*, número. 47, pp. 139-159, mai-ago. 2012.

FONTELLA, Leandro Goya. *Sobre as ruínas dos Sete Povos: estrutura produtiva, escravidão e distintos modos de trabalho no Espaço Oriental Missioneiro* (Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, 1828 – 1858). Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2013. (Dissertação de Mestrado)

FRANCO NETTO, F. *População, escravidão e família em Guarapuava no século XIX*. Curitiba: PPGH/UFPR, 2005. (Tese de doutorado).

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. Principais da terra, escravos e a república: o desenho da paisagem agrária no Rio de Janeiro Seiscentista. *Revista Ciência e Ambiente, Santa Maria (UFSM)*, nº. 33, pp. 97-120. jul./dez., 2006

\_\_\_\_\_. *Apontamentos para uma metodologia em História Social a partir de assentos paroquiais – Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro, 2011, p. 2. (texto inédito).

\_\_\_\_\_. *Barões do café e sistema agrário escravista: Paraíba do Sul / Rio de Janeiro (1830-1888)*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013

\_\_\_\_\_. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

\_\_\_\_\_. A economia brasileira no século XIX: mais do que uma plantation escravista exportadora. In LINHARES, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990. MATTOSO, Kátia. *Bahia: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

\_\_\_\_\_. Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor do engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760). In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs). *Na Trama das Redes: políticas e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

\_\_\_\_\_. *Efigênia Angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII*. Uma contribuição metodológica para a história colonial. *Topói*, v. 11, n. 21, 2010.

\_\_\_\_\_. *Sistema Agrários em Paraíba do Sul: 1659-1920*. Rio de Janeiro: PPGH/UFRJ, 1982.

\_\_\_\_\_. “Elite das senzalas e nobreza da terra numa sociedade rural do Antigo Regime nos trópicos: Campo Grande (Rio de Janeiro), 1704-1741”, in: FRAGOSO J. &

GOUVÊA M. F. (Org.) – *O Brasil Colonial – 1720-1821*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FINLEY, Moses I. *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

FRANK, Zephyr L. Voltando aos registros paroquiais de Minas colonial: etnicidade em São José do Rio das Mortes, 1780-1810. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 29, p. 383-415, 2009.

FREIRE, Jonis. Compadrio em uma freguesia escravista: Senhor Bom Jesus do Rio Pardo (MG) (1838-1888)\* *Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004. 2004.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006.

GARCIA, Graciela. *O Domínio da Terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha Rio-grandense Oitocentista*. Porto Alegre: UFRGS, PPGH, 2005. (Dissertação de Mestrado).

GINZBURG, Carlo e PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo (org.). *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991

GODOY, Marcelo Magalhães. *No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio – Um estudo das atividades agras açucareiras tradicionais mineiras, entre os Setecentos e os Novecentos, e do complexo mercantil da província de Minas Gerais*. São Paulo: FFLCH/USP, 2004. Tese de doutorado.

GONÇALVES, Aureliano Restier. “Carnes verdes em São Sebastião do Rio de Janeiro (1500-1900)”. In: *Revista do Arquivo do Distrito Federal*, vol. IV. Rio de Janeiro: 1952.

GOUBERT, Pierre. *Cent mille provinciaux au XVII e siècle: Beauvais et le beauvais de 1600 a 1730*. Paris, Flammarion, 1968.

GIL, Tiago Luís. *Coisas do caminho: tropeiros e seus negócios do Viamão a Sorocaba (1780-1810)*. Rio de Janeiro: PPGH/UFRJ, 2009. (Tese de Doutorado).

\_\_\_\_\_. SIRTORI, Bruna. A geografia do compadrio cativo: Viamão, Continente do Rio Grande de São Pedro, 1770-1795. In: Regina Xavier (org.). *Escravidão e Liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise*. São Paulo: Alameda, 2012.

GIOVANNI, Levi. *A Herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2000

GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais, São João del Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.

GRAHAM, Ricard, GRAHAM, Richard. *Patronage and Politics in nineteenth-century, Brazil*. Stanford Press University, 1990.

GUEDES, Roberto. O vigário Pereira, as pardas forras, os portugueses e as famílias mestiças. Escravidão e vocabulário social de cor na Freguesia de São Gonçalo (RJ, período colonial tardio). In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Brasil colonial (ca.1720-ca.1821)*. Rio de Janeiro: 2014.

GÓES, José Roberto Pinto de. *Escravos da paciência: um estudo sobre a obediência escrava no Rio de Janeiro (1790-1850)*, tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1998.

GINZBURG, Carlo e PONI, Carlo. *O Nome e o Como: troca desigual no mercado historiográfico*, 1989.

GUIMARÃES, Carlos Magno & REIS, Liana Maria. Agricultura e Escravidão em Minas Gerais (1700 - 1750). *Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte: número: 2 p. 7-36 junho de 1986.

GUDEMAN, Stephen & SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII, In: REIS, João José (Org.) *Escravidão e Invenção da Liberdade. Estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

\_\_\_\_\_. *Spirituals relationships and selecting a godparent*. Mon, 10, 1975, p. 221-237.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais, São João del Rei(1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.

\_\_\_\_\_. Os convênios da carestia: crises, organização e investimentos do comércio de subsistência da Corte (1850-1880). Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, Dissertação de Mestrado, 1992, p. 260.

GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Patrones de inversión y “elite económica dominante”*: los empresarios rurales en la Pampa bonaerense a mediados del siglo XIX, 1999.

GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c.1798-c.1850)*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2008.

\_\_\_\_\_. Estratégias de mobilidade social em sociedades escravistas. Uma análise comparada (Porto Feliz/São Paulo/ Brasil e Torbee/São Domingos, séc. XVIII e XIX). *Fronteiras*, v. 10, nº. 18, pp. 51-93, jul./dez. 2008

GUTERRES, Letícia Batistella Silveira. *Escravidão, família e compadrio ao sul do Império do Brasil: Santa Maria (1844-1882)*. Rio de Janeiro: PPGH/UFRJ, 2013. (Tese de Doutorado).

HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar Calor à Nova Povoação: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-*

c. 1763). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006

KATHLEEN, Higgins. “Licentions liberty” in a Brazilian gold-mining region: slavery, gender, and social control in eighteenth-century Sabara, Minas Gerais (University Park, Pennsylvania State University Press, 1999).

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de *Caminhos e fronteira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

KLEIN, Herbert S. A experiência afro-americana numa perspectiva comparativa: a situação atual do debate sobre a escravidão nas Américas. *Afro-Ásia*, Salvador, nº. 45, pp. 95-121, jan./jun. de 2012.

LABROUSSE, Ernest. *Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France au XVIII<sup>e</sup> siècle*. Paris: Dalloz, 1993.

LEME, Luiz Gonzaga da Silva, *Genealogia Paulistana*, volume 6, Título Bicudos, Duprat & Cia., São Paulo, 1901. CAMPOS, Arthur Nogueira, *Revista da ASBRAP* - n. 2, página 161 - São Paulo, 1995.

LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1802-1842*. São Paulo, Símbolo, 1979.

\_\_\_\_\_. “Rota menor: o movimento da economia mercantil de subsistência no centro-sul do Brasil, 1808-1831”. *Anais do Museu Paulista, Tomo XXVIII*, p. 29-49, 1977-78. São Paulo: USP, 1978.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Trad. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

LEWKOWICZ, Ida. *Vida em família: caminhos da desigualdade em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo, 1992. Tese (Doutorado em História) – USP.

LIMA, Nuno M. Henry Burnay no contexto das fortunas da Lisboa oitocentista. *Análise Social*, v. XLVI (192), 2009.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

\_\_\_\_\_. *Notes on the Slave Trade and natural increase in Minas Gerais in the eighteenth and nineteenth centuries*. November, 2004.

\_\_\_\_\_. PAIVA, Clotilde Andrade. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d,El Rey em 1795. *Revista Brasileira de Estudos da População*, v.17, n.1/2, jan./dez.2000.

\_\_\_\_\_. Demografia e escravidão. LPH: *Revista de História*, Mariana, v.3, n.1, 1992.

\_\_\_\_\_. GRIMALDI, Márcia. Crescimento da população escrava: uma questão em aberto. In: *IV SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA*, 1988.

LINHARES, Maria Yedda. História Agrária. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 165-184.

LOTT, Miriam Moura. *Casamento e família nas Minas Gerais: Vila Rica - 1804-1839*. Belo Horizonte: UFMG, 2004. (Dissertação de Mestrado - História). GOLDSCHMIDT, Eliana M. Reis. Casamentos mistos: liberdade e escravidão em São Paulo Colonial. São Paulo: Annablume, 2004.

LOPES, Janaína Christina Perrayon. *Casamentos de escravos nas freguesias da Candelária, São Francisco Xavier e Jacarepaguá: contribuições aos padrões de sociabilidade matrimonial no Rio de Janeiro (c.1800-c. 1850)*. Rio de Janeiro: UFRJ – Programa de Pós-Graduação em História Social, 2006. Dissertação de Mestrado.

LUNA, F. V.; CANO, W. “Economia Escravista em Minas Gerais”. *Cadernos IFCH/UNICAMP*, Campinas, outubro de 1983.

\_\_\_\_\_. KLEIN, H. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Edusp, 2006.

\_\_\_\_\_. Minas Gerais. *Senhores e escravos. Análise da Estrutura Populacional e Econômica de Alguns Núcleos Mineratórios (1718-1804)*. São Paulo, FEA-SP, 1980, (Tese de Doutorado)

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (século XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

\_\_\_\_\_; GÓES, José Roberto. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico. Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

LIBBY, Douglas C. & PAIVA, Clotilde A. Caminhos Alternativos: Escravidão e Reprodução em Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*. São Paulo: FIPE/USP, v. 25, n. 2, pp.203-233, 1995.

\_\_\_\_\_. O tráfico internacional e a demografia escrava em Minas Gerais: um século e meio de oscilações. In: FURTADO, Júnia F. (org). *Sons, formas e movimentos na modernidade atlântica: Europa, Américas e África*. São Paulo: Annablume/ Belo Horizonte: Fapemig: PPGH-UFMG, 2008.

\_\_\_\_\_. BOTELHO, Tarcísio R. Filhos de Deus: batismos de crianças legítimas e naturais na Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, 1712-1810. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 31, p. 69-96, 2004.

KJFERVE, Tânia Maria G.; BRUGGER, Silvia Maria. Compadrio: relação social e libertação espiritual em sociedades escravistas (Campos, 1754-1766). *Estudos Afro-asiáticos*. Nº 20. Rio de Janeiro: *Cadernos Cândido Mendes*, 1991.

KULA, Witold. *Problemas y métodos de la história económica*. Barcelona: Ediciones Península, v.100. 1973.

LIMA, Henrique Espada. *Microstoria: escalas, indícios e singularidades*. Campinas: Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 1999. [tese de doutoramento].

LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da Agricultura Brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LOURENÇO, Tiago Campos Pessoa. *O Império dos Souza Breves nos Oitocentos. Política e escravidão nas trajetórias dos Comendadores José e Joaquim de Souza Breves*. UFF-ICHF, Departamento de História, 2010. (Dissertação de Mestrado).

LUGÃO, Ana. *Família e transição*. Famílias negras em Paraíba do Sul, 1872-1920, dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

LUNA, Francisco Vidal. Estrutura da posse de escravos em Minas Gerais, 1718. In LUNA, COSTA & KLEIN. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2009.

Luna, Francisco Vidal & Cano, Wilson. “Economia escravista em Minas Gerais” In *Cadernos IFCH-Unicamp*, Campinas, outubro de 1983.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Nota a respeito de medidas de grãos utilizadas no período colonial e as dificuldades para a conversão ao sistema métrico. In: *Boletim de História Demográfica*, ano VIII, n. 21, março 2001.

MACHADO, Cacilda. Compadrio de escravos & paternalismo: o caso da Freguesia de São José dos Pinhais (PR), na passagem do século XVIII para o XIX. *Anais do III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Florianópolis: 2007.

\_\_\_\_\_. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

MAIA, Moacir Rodrigo de Costa. O apadrinhamento de africanos em Minas colonial: o re (encontro) na América. Mariana (1715-1750). *Afro-Ásia*, n.36, 2007

MALAQUIAS, Carlos. *Remediados senhores: pequenos escravistas na freguesia de São José do Rio das Mortes, c.1790-c.1844*. Tese de Doutorado: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2014.

MARCÍLIO, Maria Luíza. *A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850*. São Paulo: Pioneira/USP, 1973.

MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora. *Estudos Econômicos, Instituto de Pesquisas Econômicas – USP*, v. 13, n. 1, 1983.

\_\_\_\_\_. , Amílcar V. & Martins, Roberto B. “Slavery in a nonexport economy: nineteenth-century Minas Gerais revised” In: *Hispanic American Historical Review*, 63 (3), 1983.

\_\_\_\_\_. Minas e o Tráfico de Escravos no Século XIX, Outra Vez” in Szmrecsányi, Tamás & Lapa, José Roberto do Amaral(orgs.). “*História Econômica da Independência e do Império*”, São Paulo: Hucitec/ABPHE/Edusp/Imprensa Oficial, 2002.

\_\_\_\_\_. “Growing in Silence: *The Slave Economy of Nineth-Century Minas Gerais, Brazil*”, Tese de Doutorado, Varderbilt University, 1980.

MARTINS, Amílcar Filho. *Slavery in a nonexporteconomy – ineteenthcentury – Minas Gerais. Hispanic American HistoricalReview*. 63 (3), 1983.

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

MATHEUS, Marcelo Santos. *A produção da diferença: escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (Bagé, c.1820-1870)*. Rio de Janeiro: PPGH/UFRJ, 2016.

MARTINS, Roberto. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1982.

MARCONDES, Renato L. *A arte de acumular na economia cafeeira- Vale do Paraíba século XIX*. Lorena. São Paulo: Ed. Stiliano, 1998.

\_\_\_\_\_. "Formação da rede regional de abastecimento do Rio de Janeiro: a presença de negociantes de gado (1801-1811)". *Topoi*. Rio de Janeiro: 2001.

MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e controle dos escravos nas Américas – 1860-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004

MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

\_\_\_\_\_. *Ao sul da História. Lavradores na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MOTTA, Márcia. *Nas Fronteiras do Poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil em meados do século XIX*, 1996.

MATTOS, J.A. J. de. *Família Junqueira: sua história e genealogia*. Rio de Janeiro: Ed. Família Junqueira, 2004.

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

MORAES, Edite. *O comércio das carnes verdes e a transformação socioeconômica da Imperial Fazenda de Santa Cruz com a construção do Matadouro Industrial (1870-1890)*. (Dissertação Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2017.

MOTTA, José Flávio. *Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1861-1887)*. 1. ed. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2012.

NOGUEIRA, Luiz Fernando Veloso. *Relações familiares entre escravos: a trajetória de Manoel e Eva – Freguesia do Divino Espírito Santo do Lamim/MG (1859-1888)*. 124 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2013.

PAIVA, Clotilde Andrade. *População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX*. São Paulo, FFLCH/USP, 1996. (Tese de doutorado).

\_\_\_\_\_. MARTINS, M<sup>a</sup> do Carmo Salazar. Revisão crítica do recenseamento de 1872. *Anais do Segundo Seminário sobre Economia Mineira*. Belo Horizonte, CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1983, p. 149-63.

PATTERSON, Orlando. *Escravidão e Morte Social: Um Estudo Comparativo*. Tradução de Fábio Duarte Joly. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

PEDROZA, Manoela da Silva. *Engenhocas da Moral: uma leitura sobre a dinâmica agrária tradicional (freguesia de Campo Grande, século XIX)*. Campinas: [s.n.], 2008. (Tese de doutoramento).

PELÚCIO, José Alberto. *Baependi*. São Paulo: Gráfica Paulista, 1942. GRAÇA FILHO. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*, 2002.

PELLEGRINO, Sylvia Regina. *Izabel, A Imperatriz do Brasil*. Edição Kindle, Curitiba, Ano: 2013

PINTO, Natália Garcia. *A Benção do Compadre. Experiências de parentesco, escravidão e liberdade em Pelotas, 1830/1850*. Dissertação de Mestrado, UNISINOS: São Leopoldo, 2012.

\_\_\_\_\_. Parentes, aliados, inimigos: o parentesco simbólico entre os escravos na cidade de Pelotas, 1830/1850, século XIX. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. ANPUH: São Paulo, 2011

PRADO JÚNIOR (Caio), *Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)*, Editora Brasiliense, 9<sup>a</sup>.edição, São Paulo, 1969.

OLIVEIRA, Lélío Luiz. *Economia e História em Franca: século XIX*. Franca: UNESP/FHDSS, 1997.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de família: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira (1780-1870)*. Bauru: Edusc; Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2005.

OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. *O liberto: o seu mundo e os outros*. São Paulo: Corrupio; [Brasília, DF]: CNPq, 1988.

OSÓRIO, Helen. *O Império português ao sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007.

\_\_\_\_\_. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da Estremadura Portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1999, (Tese de Doutorado).

RAMOS, Donald. Teias sagradas e profanas: o lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século de ouro. *Varia História*, Belo Horizonte, n°. 31, pp. 41-68, 2004., 2004

RESTITUTTI, Cristiano Corte (2006). *As fronteiras da província: rotas de comércio interprovincial, Minas Gerais, 1839-84*. Dissertação de Mestrado. Araraquara: UNESP.

\_\_\_\_\_. Comércio terrestre e marítimo do fumo de Minas no século XIX. *SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA – DIAMANTINA*, 2008.

REIS, D. O. M. dos. Características demográficas dos escravos em Araxá (MG), 1816-1888. *Anais eletrônicos do XXXIII Encontro Nacional de Economia*. Natal: ANPEC, 2005, p. 11. Disponível em: <<http://www.anpec.or.br/encontro2005/artigos/A05A018.pdf>> Acesso em: 08 mar. 2013.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*, São Paulo, Cia. das Letras, 1991

RIOS, Ana Lugão. *Família e transição: famílias negras em Paraíba do Sul. 1872-1920*. Dissertação de Mestrado, Niterói, 1990.

ROMANO, Roggiero. “Fundamentos del funcionamiento del sistema económico colonial”. In: BONILLA, Heraclio (org.). *El sistema colonial en la América española*. Barcelona: Editorial Crítica, 1991.

ROCHA, Cristiany Miranda da. *Gerações da senzala: famílias e estratégias escravas no contexto dos tráfico africano e interno*. Tese de Doutorado. UNICAMP, 2004

SALLES, Ricardo. *E o vale era o escravo*. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHWARTZ, Stuart. *Sugar plantations in the formation of Brazilian society Bahia, 1550-1835*, New York, Cambridge University Press, 1985.

SILVA, Eduardo. "*O Dom Obá II D'África Príncipe do Povo - Vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*", Companhia das Letras, 1997

SLENES, R. W. "Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX", *Cadernos IFCH/UNICAMP*, n. 17, 1985.

\_\_\_\_\_. The demography and economics of Brazilian slavery: 1850-1888. Stanford University, 1976. (Tese de Doutorado).

\_\_\_\_\_. The Brazilian Internal Slave Trade, 1850-1888: Regional economies, slave experience and the politics of a peculiar market. In: Walter Johnson. (Org.). *Domestic Passages: Internal Slave Trades in the Americas, 1808-1888*. New Haven: Yale University Press, 2005.

\_\_\_\_\_. Senhores e subalternos no oeste paulista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História da vida privada no Brasil – Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

\_\_\_\_\_. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil, Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

\_\_\_\_\_. *The Demography and Economics of Brazilian Slavery, 1850-1888*. PhD. Dissertation (History) – Department of History, Stanford University, 1976.

SILVA, Vera Alice Cardoso. Aspectos da função política das elites na sociedade colonial brasileira - o „parentesco“ espiritual como elemento de coesão social. *Revista Varia História*, Belo Horizonte, v. 31, p. 97-119, 2004.

SILVA, Lúcia Osório. *Terras Devolutas e Latifúndio: efeitos da Lei de 1850*, 1996.

SILVA, Sidney Pereira da. As relações parentais entre escravos: o batismo de escravos em Valença, Província do Rio de Janeiro (1823-1835). In: FALCI, Miridan Britto (org.). *Gênero e escravidão*. Rio de Janeiro: Encadernação Fátima Franklin, 2009.

SIQUEIRA, A. P. P. *Cativeiro e Dependência na Fronteira de Ocupação: Palmas, PR, 1850-1888*. Florianópolis: PPGH/UFSC, 2010. (Dissertação de Mestrado),

Stuart B. Schwartz, *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*, São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

\_\_\_\_\_. "A sociedade do açúcar", Parte III (capítulos 9,10, 11 e 12), *Segredos Internos, engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo, trad. port., Companhia da Letras, 1988.

\_\_\_\_\_. Padrões de propriedade escrava nas Américas: nova evidência para o Brasil. *Estudos Econômicos*. São Paulo, v.13, n.1, jan/abr. 1983.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Magé na Crise do Escravismo: Sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos. (1850 - 1888)*, Dissertação de Mestrado apresentada à Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 1994.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. Os fios de Ariadne: fortunas e hierarquias sociais na Amazônia, século XIX. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2014.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil*. Trad. L.A.Penna. Belo Horizonte: Itatiaia (Coleção Reconquista do Brasil, v. 5). 2017.

SIMONSEN (Roberto C.), *História Econômica do Brasil (1500-1800)*, 6ª.edição, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1960.

SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do cativo: alforrias e liberdades nos Campos dos Goitacases, c.1750 – c.1830*. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2006. (Tese de Doutorado em História).

STONE, Lawrence. *La Crisis de la Aristocracia (1558-1641)*. Madrid: Alianza Editorial, 1985.

VASCONCELLOS, Márcia Cristina de. O compadrio entre escravos numa comunidade em transformação (Mambucaba, Angra dos Reis, século XIX). *Afro-Ásia*, n.28, 2002.

VARGAS, Jonas Moreira. Das charqueadas para os cafezais? O tráfico interprovincial de escravos envolvendo as charqueadas de Pelotas (RS) entre as décadas de 1850 e 1880. In: XAVIER, Regina Célia Lima (org.). *Escravidão e liberdade: temas, problemas e perspectivas em análise*. São Paulo: Alameda, 2012.

VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul-Mineiro para 1874*. Campanha: Typ. do Monitor Sul-Mineiro, 1874.

VERGOLINO, José Raimundo O e VERSIANI, Flávio Rabelo. Posse de escravos e estrutura da riqueza no Agreste e sertão de Pernambuco (1777-1887). *Estudos Econômicos*, v. 33, nº. 2, 2003, p. 362.

VON WEECH, J. Friedrich. *Agricultura e o comércio no sistema colônia*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da capitania de Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1951.

Na escravaria do Tenente Coronel Joaquim Inácio de Melo e Souza, o escravo Benedito foi quem mais apadrinhou criança, ao todo compareceu em 6 cerimônias de batismo como padrinho dos inocentes cativos. Pelo visto esta propriedade escravista era bastante estratificada na região, pois quase todos os cativos batizados nesta unidade receberam como tutores espirituais nas pias batismais pessoas livres.

APENAS TRES ESCRAVAS DE JOAQUIM INACIO FORAM MADRINHAS: CARLOTA AO LADO DE JOAQUIM COMO PADRINHOS, TAMBEM ESCRAVO DO TEM. JOAQUIM INACIO APADRINHARAM UMA CRIANÇA NA ESCRAVARIA DO JOSE INACIO DE CARVALHO.

---

<b>Ano</b>	<b>Batizados</b>	<b>Pais</b>	<b>Mães</b>	<b>Padrinhos</b>	<b>Títulos dos padrinhos</b>
------------	------------------	-------------	-------------	------------------	------------------------------

---

**Padrinhos dos escravos do Coronel Joaquim Inácio de Melo de Souza**

<b>1834</b>	Maria	Joaquim (Preto)	Jacinta (preta)	Matias Tomaz de Castro	-
<b>1837</b>	Francisco Manoel	Joaquim (Preto)	Jacinta (preta)	Antônio Inácio de Melo e Souza	Senhor de escravo
<b>1849</b>	Salvador (preto)		Vitória	José Garcia de oliveira	-
<b>1851</b>	Sebastião (pardo)		Maria (crioula)	Luiz Fernandes da costa Guimaraes	Negociante
<b>1856</b>	Manoel		Francisca (parda)	Joaquim Inácio de Melo e Souza Júnior	Promotor Publico
<b>1859</b>	Rita		Francelina (Parda e Doceira)	José Inácio de Carvalho	Cavalheiro da Ordem de Cristo
<b>1866</b>	Filomena		Maria	Joaquim Fernandes da Costa Guimaraes	Capitão e doutor
<b>1869</b>	Joana		Paulina (parda)	Joaquim Fernandes da Costa Guimaraes	Capitão e Doutor
<b>1873</b>	Barbara		Francisca (parda)	Antônio Rodrigues Viotti	Doutor
<b>1873</b>	Eugenia (preto)		Maria (preta)	Antônio José de Seixas Junior	Comerciante
<b>1873</b>	Honorã (preto)		Paulina (parda)	Tarcísio Pereira de Noronha	-
<b>1874</b>	José		Francisca (parda)	Antônio Rodrigues Viotti	Doutor
<b>1874</b>	Inácio (preto)	Pedro	Maria Florência (Cozinheira)	Antônio José de Seixas Júnior	Comerciante

Fonte: Assento de paroquial de batismo da Vila Santa Maria do Baependi, 1830-1888.

## ANEXOS

### Anexo 1

#### Inventariados da Vila de Santa Maria do Baependi.

INVENTÁRIADOS	ANO	CAIXA
Pereira, Antônio Gouveia.	1803	1
CONCEIÇÃO. José de Seixas	1819	1
COSTA, Felícia da.	1819	1
GUSMAO, Inácio Xavier .	1819	1
NEVES, Clementina Celestina.	1820	1
SANTOS, Pio Roiz.	1820	1
JESUS, Tereza Maria.	1820	1
ROSA, Francisco Nunes.	1820	1
MARCARENHA, Jose Monteiro.	1820	1
CUNHA, Francisco Pereira.	1820	1
ARAUJO, Maria Tereza de.	1821	1
PUGAS, Jose Roiz.	1821	2
SOUZA, Eugênio Rodrigues.	1821	2
PROENÇA, José Dias.	1821	2
SOUZA, Eugenia Rodrigues.	1821	2
OLIVEIRA, Francisco Lemes de.	1822	2
CARVALHO, Gregório Ribeiro de.	1823	2
SILVERIA , Florência Maria Angélica da.	1824	2
FREIRE, Francisco Roiz	1824	2
OLIVEIRA, Ângelo Bento.	1824	2
SILVA, Manoel Leite	1824	2
VIEIRAM, Leocádia Francisca.	1825	2
Fonseca, Maria Josefa da.	1825	2
BERNANDES, Maria	1825	3
LIMA, TOMÉ MOREIRA.	1825	3
LIMA, TOME MOREIRA	1825	3
RIBEIRO, Custodia Maria.	1825	3
MACEDO, José Joaquim de.	1826	3
RIBEIRO, Tristão Antônio.	1826	3
FONSECA, Francisco Xavier.	1826	3
JESUS, Ana Maria.	1827	3
MARIA CUSTODIA DE JESUS	1827	3
SILVA, MARIA GOMES.	1827	3
PAES, João da silva	1827	3

CASTILHO, Ana Bernarda.	1827	3
JESUS, Catarina Maria de.	1828	3
MAGALHÃES, Delfina Citrina de Albuquerque.	1828	3
JESUS, Claudiane Antônia	1829	3
MAGALHÃES, Antônio Pereira.	1829	3
JESUS, Bernarda Maria de.	1829	3
SOUZA, Antônio Francisco de.	1829	4
CAMARGOS, Ana Francisca de.	1830	4
GUIMARÃES, Maria Soares.	1830	4
MACEDO, Custódio Pereira de.	1830	4
SÃO JOSÉ, Ana Flora de.	1830	4
SÃO JOSÉ, Ana Flora de.	1830	4
ASSUNÇÃO, Ana Zeferina da.	1830	4
NASCIMENTO, José Dias do.	1831	4
CARDOSO, José de Faria.	1831	4
MARIA, JULIA	1832	4
ROSÁRIO, Bernarda Francisca do.	1832	4
MACIEL, Vicente Ferreira.	1832	4
SOUZA, João da Costa e.	1832	4
CUSTODIA MARIA RIBEIRO	1832	4
SILVA, Genoveva Ribeiro da.	1832	4
PEREIRA, Manoel Francisco.	1833	4
FREIRE, Ana de Meireles.	1833	4
NOGUEIRA, Custódia Maria.	1833	5
FARIA, Joana Clementina de.	1834	5
OLIVEIRA, Antônio Marques de.	1834	5
JESUS, Teodora Josefa de.	1834	5
NASCIMENTO, Joaquim Manoel do.	1834	5
JESUS, Mariana Delfina de	1834	5
SANDES, Luiz Ignácio.	1834	5
ROQUE, Manoel Pereira dos Santos.	1835	5
MESQUITA, José Pereira Ramos de.	1835	5
SOBREIRO, João Alves.	1835	5
LANDIM, Matilde Correa de Souza.	1835	6
SOBREIRO, José Ignácio.	1836	6
CHAVES, Domingos Dias.	1836	6
FREITAS, José Fernandes de.	1836	6
SILVERIA, Maria	1836	6
XAVIER, Emerenciana Inácia.	1837	6
SOBREIRO, José Ignácio.	1837	6
SANTOS, Ana Pereira dos.	1837	6
SILVA, Antônio Manoel de Campos e.	1837	6
BONSUCESSO, Maria Joaquina do.	1837	6

NOGUEIRA, Mariana Cezarina.	1837	6
SILVA, José Carvalho da.	1838	7
VIANA, João Marcelino.	1838	7
PINTO, Dominicano Pereira.	1838	7
CASTILHO, Manuela Iria de.	1839	7
GOMES, Manoel Martins.	1839	7
SILVA, Claudina Maria da Fonseca	1839	7
MACIEL, Catarina Antônia.	1839	7
GONÇALVES, Antônio Luís.	1839	7
GUEDES, Antônio Luiz.	1839	7
SILVA, Tomé Antônio da, e.	1840	7
JESUS, Ana Margarida de, e.	1840	7
SILVA, Esméria Ribeira da.	1840	7
SIMÕES, Baltazar Rodrigues.	1840	8
SOUZA, João Pinto de.	1840	8
GOUVEA, Maria Batista.	1840	8
NOGUEIRA, Ana Tereza.	1841	8
VALIM, Antônio Gonçalves.	1841	8
JESUS, Emerenciana Maria de.	1841	8
SÁ, Ana Tereza Nogueira de.	1841	8
GUIMARÃES, Bernardo José Fernandes.	1841	8
MELO, Francisco José de.	1841	8
LUZ, Maria Ribeira da.	1842	8
GRAVI, Joaquim	1842	8
CONCEIÇÃO, Lauriana Maria da.	1843	8
MAIA, Antônio José.	1843	8
SILVA, Joaquim Pereira da.	1843	8
SILVA, João Pereira da.	1843	8
SILVA, Joaquim Ferreira da.	1843	9
JESUS, Gertrudes Maria de.	1843	9
NASCIMENTO, Mariana Mendes do.	1843	9
SILVA, JOAQUIMA TEXEIRA DA.	1843	9
ARANTES, Helena Marques de.	1844	9
SILVA, Joaquim José da.	1844	9
Maria Joaquina.	1844	9
PRUDENTE, Pedro Antônio, e.	1844	9
OLIVEIRA, Bernardo Gomes de.	1844	9
BRANQUINHO, José Justiniano.	1844	9
PEREIRA, Antônio Daniel.	1845	9
Ramos, Francisca de Paula.	1845	9
VIANA, Joaquim	1845	10
COSTA, Domiciano Cláudio da.	1845	10
ESPÍRITO SANTO, Maria Alves do.	1845	10

JESUS, Maria Josefa de.	1845	10
PINTO, Manoel Antônio Pereira.	1845	10
RABELO, Manoel Carlos.	1845	10
CARVALHO, Maria Gomes de.	1845	10
FARIA, Joaquim Antônio de.	1845	10
SOUZA, Tomé Francisco de.	1845	10
MELO, Francisco Ignácio de.	1845	10
ALMEIDA, Tereza Correia de.	1845	10
BRÁS, Benedito Correia.	1845	11
CÂNDIDA, Ana Hipólita.	1845	11
CONCEIÇÃO, Maria Silvéria da	1845	11
CRUZ, Joaquim Rodrigues da.	1845	11
COELHO, Manoel Teixeira.	1846	11
JESUS, Francisca Maria de.	1846	11
JESUS, Margarida da Fonseca.	1846	11
MARTINS, Francisco Xavier.	1846	11
SILVA, Francisco Moreira da.	1846	11
BARBOSA, José Ramos.	1846	11
GOUVEA, José Inácio	1846	11
COSTA, Ignácio Ferreira da.	1846	12
CARVALHO, Manoel Ribeiro de.	1846	12
NASCIMENTO, Francisca de Paula.	1846	12
JESUS, Jacinta Maria de.	1847	12
ALMEIDA, Francisca Lobo de.	1847	12
JESUS, Maria Fernandes de.	1847	12
SANTOS, Geraldo Maurício dos.	1847	12
CONCEIÇÃO, Teodora Maria.	1847	12
JESUS, Maria Ignácia de.	1847	12
CABRAL, José de Arruda.	1847	12
BARROS, Felisberto Rodrigues da Cunha.	1847	12
JESUS, Mariana Antônia de.	1847	12
JESUS, Mariana Antônia de.	1847	12
VILARINHO, João Ferreira.	1847	13
SANTOS, Custodia Maria dos.	1847	13
DUARTE, Antônio Joaquim.	1847	13
ESPÍRITO SANTO, Maria Josefa do.	1847	13
Mariano Antônio ( Alferes e cigano )	1847	13
SOUZA, Antônio Lopes.	1848	13
JESUS, Maria Delfina de.	1848	13
JESUS, Mariana Inocência de.	1848	13
JESUS, Maria Justina.	1848	13
JESUS, Mariana Marcelina de.	1848	13
ASSIS, FRANCISCA RIBEIRO DE.	1848	13

CASTRO, Bento Dias de.	1848	14
CARVALHO, Manoel Francisco de.	1848	14
CARVALHO, Manoel José de,	1848	14
FERREIRA, Mateus.	1848	14
JESUS, Mariana Inácia de.	1848	14
NASCIMENTO, Maria Luciana do.	1848	14
OLIVEIRA, Francisco Garcia de.	1848	14
PEREIRA, Antônio.	1848	14
COSTA, Carlos Jose.	1849	14
SILVA, Joaquim Correia da.	1849	14
COBRA, Antônio Gomes Nogueira.	1849	14
CAROLINA, TEODORA	1849	14
ESPÍRITO SANTO, Mariana Jesuína do.	1849	14
PENHA, João Goncalves	1849	15
NOGUEIRA, Maria Silveira.	1849	15
SILVS, Inácio de Loyola e.	1849	15
NOGUEIRA, Afonso Gomes.	1849	15
PAULA, Joaquim Bueno de.	1849	15
BRITO, Joaquim José de.	1850	15
JESUS, Catarina Maria de.	1850	15
RIBEIRO, Manoel Pinto.	1850	15
CARVALHO, Ana Joaquina de.	1850	15
SILVA, Joaquim Pedro da.	1850	15
RIBEIRO, Jose de Freita.	1850	15
NASCIMENTO, Ana Tereza do.	1850	15
ARAÚJO, Serafim de Medeiros e.	1851	15
CONCEIÇÃO, Maria Joaquina da.	1851	15
JESUS, Jacinta Clementina de.	1851	16
RIBEIRO, Francisca Delminda.	1851	16
RODRIGUES, Maria Francisca	1851	16
PEREIRA, Joaquim José.	1852	16
ENOUT, Nicolao Magloire ,	1852	16
PENHA, Jose Goncalves.	1852	16
ENOUT, Mariana Cezarina de Meireles.	1852	16
JESUS, Claudiana Frauzina de.	1853	16
ASSUNÇÃO, Gertrudes Teodora da	1853	16
VIEIRA, José Joaquim	1853	16
BRASILINA, Helena Áurea.	1853	16
JESUS, Angélica Maria de.	1853	16
PIRES, José Joaquim	1853	16
GARCIA, José Silvério.	1853	16
SILVA, Manoel de Carvalho	1853	16
SILVA, Alberto Monteiro da.	1854	16

SILVA, Silverio Ribeiro	1854	17
RIBEIRO, Antonio José.	1854	17
JESUS, MARIA CUSTODIA DE.	1854	17
MELO, Dâmazo Pereira e.	1854	17
MARFISA, Maria	1854	17
SÁ, José Ignácio Nogueira de.	1854	17
CUNHA, Inocência José da.	1854	17
PILAR, Manoel Antônio do.	1855	17
MONTEIRO, Francisco Jose.	1855	17
PRUDENTE, Felicíssimo Jose.	1855	17
CONCEIÇÃO, Rosa Teodora da.	1855	17
MELO, Antônio Ignácio de.	1855	17
SILVA, Antônio Jose.	1855	17
CASTRO, Joaquim de Oliveira.	1855	17
GARCIA, Gabriel Alves.	1855	17
PINTO, Francisco Pereira.	1855	17
SILVA, José Moreira da.	1855	18
MELO, José Alves Pereira e.	1855	18
SÃO JOSÉ, Angélica Honório.	1855	18
ESPÍRITO SANTO, Isabel Maria do.	1855	18
SÃO JOSÉ, Angélica Honório de.	1855	18
MACIEL, José Bernardes.	1856	18
PACHECO, Manoel Alves de Alvarenga.	1856	18
DIAS, Francisco de Paula.	1856	18
MEREILES, Francisco de Paula.	1856	18
MACIEL, Lourenço Domingues.	1856	18
NOGUEIRA, Inácia Teodora.	1857	18
PEREIRA, Manoel Marcelino.	1857	18
FREIRE, Joao Batista.	1857	18
LEMES, Joao de Souza.	1857	18
NOGUEIRA, Ana Zeferina.	1857	18
PEREIRA, Manoel Marcelino.	1857	18
SOUZA, Justino José de.	1857	18
SÃO JOSÉ, Ana Zeferina de.	1858	19
JESUS, Antônia Maria de.	1858	19
CARVALHO, Manoel Gabriel de.	1858	19
SILVA, João Ferreira da.	1858	19
BRITO, Antônio José de.	1858	19
JESUS, Ana Custódia de.	1859	19
RABELO, Tomázia de Seixas.	1859	19
MAIA, Francisco Xavier.	1859	19
VIEIRA, Policena Maria.	1859	19
CARVALHO, Ana Silveira de.	1859	19

NOGUEIRA, José Carlos.	1859	19
ESPÍRITO SANTO, Ana Cândida do.	1859	19
ESPIRITO SANTOS, Frauzina Claudina	1860	19
Flauzina.	1860	19
CARVALHO, Ignez Gomes de.	1860	19
RODRIGUES, Maria Claudina.	1860	20
TAVEIRA, Manoel Alves.	1860	20
RIBEIRO, Joana Tereza.	1860	20
CAMPOS, João Silvério Batista.	1861	20
CONCEIÇÃO, Francisca Maria da.	1861	20
SANTOS, Pio Rodrigues dos.	1861	20
MACHADO, Nazária da Silva.	1861	20
JESUS, Genoveva Ribeiro de.	1861	20
CUNHA, Luiza Leocádia da.	1861	20
CUNHA, Luiza Leocadia da.	1861	20
SILVA, Ignácia Carolina Fortes.	1861	20
SOUZA, Antônio Ignácio de Melo e.	1861	20
SOUZA, JOSE PINTO	1862	20
NOGUEIRA, José Custódio.	1862	20
CORREA, João Teodoro.	1862	20
CASTRO, Antônio de Oliveira.	1862	20
ANJOS, Maria Ribeiro dos.	1862	21
CARVALHO, José Martins de.	1862	21
CARVALHO, Vitória Ribeiro de.	1862	21
BRITO, Antônio José de.	1862	21
ESPÍRITO SANTO, Carlota Maria do.	1862	21
JESUS, Maria Domiciana de.	1862	21
LUZ, Joaquim Silvério da. (	1863	21
SOUZA, José Pinto de.	1863	21
TAVEIRA, José Alves.	1863	21
FARIA, José Augusto de.	1863	22
NOGUEIRA, João Ribeiro.	1863	22
COSTA, João	1863	22
Souza, Ana Inacia de	1864	22
PINTO, Antônio Pereira.	1864	22
São Jose, Avelina Pereira	1864	22
SOUZA, Genoveva Antônia de.	1864	22
JESUS, Joaquina Maria de.	1864	22
SILVA, Antônio Ribeiro.	1864	22
JESUS, Ana Maria de.	1864	22
PAIVA, Pedro Jose.	1864	22
GUSMÃO, Margarida Francisca	1864	22
ANDRADE, Miguel José de.	1864	22

SOUZA, Vicência Umbelina de.	1864	23
MELO, Miguelina Aguida da Conceição.	1864	23
SANTANA, Inacio José	1864	23
Fonseca, Carlos Narciso da,	1864	23
SILVA, José João da.	1865	23
FERREIRA, José Eugenio	1865	23
PINTO, João de Souza.	1865	23
ALVES, Jose Justino.	1865	23
SOUZA, Barbara Umbelina de.	1865	23
FARIA, José Augusto de.	1865	23
RIBEIRO, João Pinto.	1865	23
JESUS, MARIA LUIZA DE.	1865	23
OLIVEIRA, Tomé Francisco de.	1865	23
NOGUEIRA, Feliciano Mathildes.	1865	24
BENETIDA, Maria do Carmo.	1865	24
CABRAL, Bento Diogo Leite.	1865	24
CARVALHO, Floriano Dias de.	1866	24
FERREIRA, Luiz Marques.	1866	24
SILVEIRA, Ana Gomes da.	1866	24
GOMES, Manoel Ferreira.	1866	24
PAIVA, João Antônio de.	1866	24
REIS, Jerônimo Fernandes dos.	1866	24
COSTA, Helena Cândida da.	1866	24
CARMO, Joaquim Gomes.	1866	24
FABER, Nicolão	1866	24
Oliveira, Maria do Carmo de.	1866	24
GUIMARÃES, João Batista.	1867	24
OLIVEIRA, Jose Garcia.	1867	24
TEXEIRA, José Francisco.	1867	25
CONCEIÇÃO, Miguelina Águida da.	1867	25
JESUS, Ana Ribeiro de.	1867	25
ANDRADE, Maria Nazaré de.	1867	25
NASCIMENTO, João Pedro.	1867	25
CARVALHO, Vicente Rodrigues.	1867	25
SILVA, Antônio Machado da,	1867	25
LUZ, José Ribeiro.	1867	25
SILVA, Teodoro Carlos da.	1867	25
FARIA, Ana Antônia.	1867	25
NOGUEIRA, Domiciano Ribeiro.	1867	25
NOGUEIRA, Francisco Antônio.	1867	25
PRADO, Manoel Rodrigues do , e.	1867	25
GONÇALVES, José Domingues.	1868	25
FONSECA, João Batista da.	1868	25

LEOPOLDINA, Cândida Lina.	1868	26
NOGUEIRA, Francisco Ribeiro.	1868	26
PAULA, Francisco Antônio de.	1869	26
Lamim, Francisco de Paula.	1869	26
GUIMARÃES, José Correia.	1869	26
COSTA, Antônio Felisberto da.	1869	26
BRANDÃO, Vicente Soares.	1869	26
JESUS, Helena Maria de.	1869	26
SILVA, José da Costa.	1869	26
PEREIRA, Manoel Antônio.	1869	26
JESUS, Delfina Maria de. (Dona)	1869	26
NASCIMENTO, Francisca Maria do.	1869	26
Brígida.	1870	26
SILVA, Francisco Gonçalves da.	1870	26
RESENDE, José da Costa.	1870	26
JESUS, Brígida Maria de.	1870	26
OLIVEIRA, Tereza Joaquina de.	1870	26
NOGUEIRA, Custódia Balbina.	1870	27
ALVARENGA, Tristão Antônio de	1870	27
CARDOSO, Joaquim Rodrigues.	1870	27
CONCEIÇÃO, Ana Joaquina da.	1870	27
CHAVES, José Ferreira.	1871	27
JESUS, Ana Marcelina de.	1871	27
ALVES, Manoel Joaquim.	1871	27
RODRIGUES, Francisco José de Souza.	1871	27
JESUS, Ana Francisca de.	1872	27
PAIVA, Joaquim Severino de.	1872	27
Rocha, Antônio Francisco.	1872	27
SIMÕES, Francisco José de Carvalho.	1872	27
PENA, Gervásio José Ferreira.	1872	27
BARBOSA, Francisco Pinto.	1873	27
SILVA, Antônio Ferreira da.	1873	27
JESUS, Ana Francisca de.	1873	27
SÁ, Joaquim Carlos Nogueira de.	1873	27
JUNQUEIRA, Mariana Vitória de Andrade.	1873	28
JUNQUEIRA, Maria Ribeiro de Andrade.	1873	28
CARVALHO, Ana Claudina de.	1874	28
GÓIS, José Gonçalves de.	1874	28
ROCHA, Ana Marcelina da.	1874	28
COSTA, Gabriel Francisco da.	1874	28
MACIEL, Francisco Antônio.	1874	28
PAES, Joaquim da Silva.	1874	28
CATÃO, Olímpia Rosalina de Guimarães.	1875	28

FERREIRA, Ana Izabel.	1875	28
CATÃO, Olímpia Rosalina Guimaraes,	1875	28
CONCEIÇÃO, Cândida Maria da.	1875	28
JESUS, Helena Ana de.	1875	28
SOUZA, Joaquim Inácio Melo e.	1875	28
GUERRA, João Evangelista de Souza.	1875	28
PEREIRA, Guilherme José.	1875	28
ALMEIDA, Tomás Batista Pinto de. (DOUTOR)	1875	29
NASCIMENTO, Rita Flausina do.	1875	29
GUIMARÃES, Joaquim Fernandes da Costa.	1876	29
ANDRADE, Joaquim José de.	1876	29
CATARINA, MARIA (PARDA)	1876	29
PAULA, Mariana Carolina de.	1876	29
PEREIRA, Joaquim Roberto.	1876	29
JESUS, Mariana Silvéria de.	1876	29
JESUS, Maria Gabriela de.	1877	29
ANUNCIAÇÃO, Emerenciana Cândida da.	1877	29
SOBRINHO, Jose Joaquim Bernardes.	1878	29
CARMO, Maria	1878	29
MACEDO, José Joaquim de.	1878	29
SILVA, Maria Francisca.	1878	29
SANTOS, Manoel Antônio dos.	1878	29
SILVA, Maria Francisca.	1878	29
SILVA, Manoel Ferreira da.	1878	30
MARCELINO, Manoel Inacio	1878	30
SOUZA, José Faustino	1878	30
ROCHA, Paulino Carlos da.	1878	30
Alves, Mariana Justina.	1878	30
BARROS, Domiciano Pereira.	1878	30
PENHA, José Pinto Ribeiro.	1878	30
ANDRADE, Honória Zeferina de.	1878	30
CASSIA, Veronica Umbelina.	1878	30
CARVALHO, Marcelina Vieira.	1878	30
FREITAS. Bernarbe Pereira	1878	30
JESUS, Ana Antonia de.	1878	30
JESUS, Maria Candida de	1878	30
LOPES, Manoel Ignácio.	1878	30
CARMO, Maria.	1878	30
SILVA, Maria Francisca da.	1878	30
SOUZA, Joaquim Custodio.	1878	30
FERREIRA, José Joaquim.	1879	30
SOUZA, Ana Rosa de.	1879	31
TAVEIRA, João Alves.	1879	31

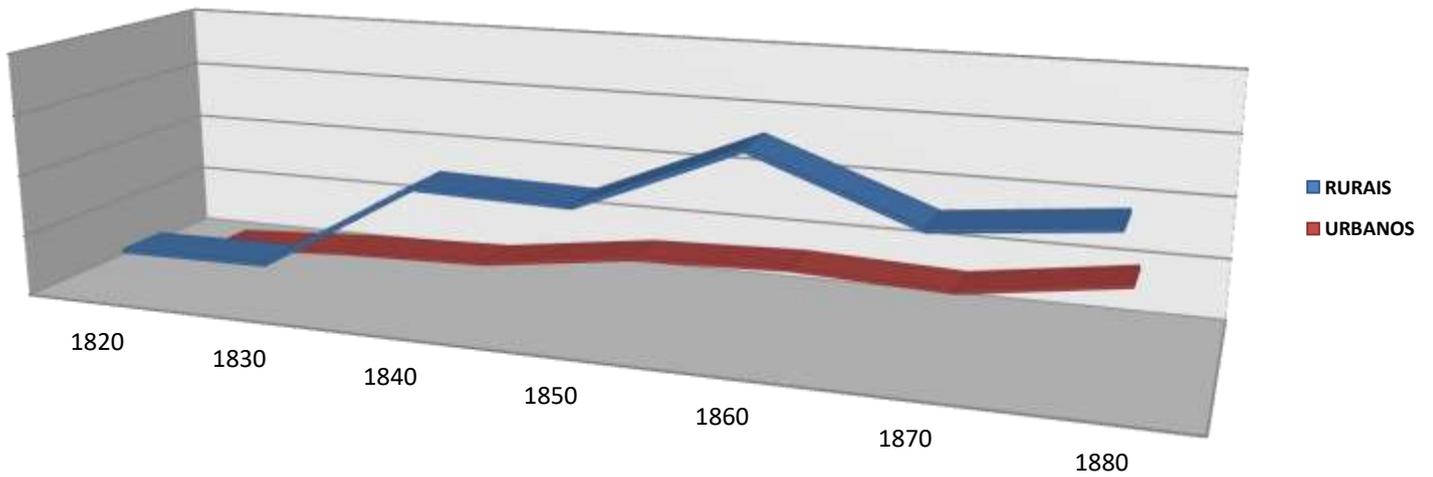
MACIEL, Custódio Fernandes.	1879	31
TORRES, Luiz.	1879	31
FARIA, Ana Josefa de.	1880	31
MELO, Francisco Antônio de Carvalho e.	1880	31
OLIVIEIRA, Ana Delfina de.	1880	31
JESUS, Umbelina Generosa de.	1880	31
PEREIRA, Tereza Cândida.	1880	31
ANDRADE, José Penha de.	1880	31
FERREIRA, Antônio Marcelino.	1880	31
FARIA, Francisco de Paula	1880	31
JUNQUEIRA, Helena Nicésia	1880	31
SOUZA, Maria Candida de.	1880	31
SOUZA, Carolina Angélica de.	1881	31
JUNQUEIRA, MARIA AUTA SILVA.	1881	31
PENA, José Leôncio de Andrade.	1881	32
JESUS, Cândida Carolina de.	1881	32
JUNQUEIRA, JOSE FRAUZINO.	1881	32
JUNQUEIRA, Antônio Taxardo da Costa.	1881	32
ABREU JÚNIOR, João Coelho de.	1881	32
JESUS, Maria Tereza.	1881	32
MAIA, João Ribeiro.	1881	32
CORREA, Zeferino José.	1881	32
CONCEIÇÃO, Vicência Maria da.	1882	32
PEREIRA, Júlia Cândida das Dores.	1882	32
RIBEIRO, MANOEL JOSE	1882	32
ALVARENGA, Barbara Maria	1882	32
GUIMARÃES, Antonio Fernandes da Costa.	1882	32
Nascimento, Helena Maria do.	1882	32
NOGUEIRA, Benevinta Mendes.	1882	32
RIBEIRO, Joaquina Cândida.	1882	32
SANTOS, Joaquim Gonçalves dos.	1882	33
SOUZA, Joaquim Vieira de.	1882	33
SOUZA, Maria Silvéria de.	1883	33
NOGUEIRA, Mariana Cândida.	1883	33
CARVALHO, Antonio Tolentino de.	1883	33
JESUS, Frauzina Cândida de.	1883	33
CATÃO, Rita de Cássia.	1883	33
CONCEICAO, Manoela Candida da.	1883	33
GOMES, Calixto.	1883	33
NOGUEIRA, Rita de Cássia.	1883	33
OLIVEIRA, Lourenço Teixeira	1883	33
ALMEIDA, Constança Nogueira de.	1884	33
CORREA, Luiz José.	1884	33

SANTOS, Claudina Constancia dos.	1884	33
JESUS, Ana Maria de.	1884	33
Rocha, Francisco Carlos.	1884	33
NOGUEIRA, Mariana do Carmo.	1884	33
RIBEIRO, Antonio Pinto. (CAP)	1884	33
RESENDE, MANOEL FELICISSIO DE.	1884	34
CASTRO, Joaquim Dias de.	1884	34
JESUS, Mariana Cândida.	1884	34
MACIEL, Antônio Fernandes.	1884	34
PEREIRA, Daniel Antônio.	1884	34
PINHEIRO, José Álvaro.	1885	34
SILVA, Clara Esméria da.	1885	34
JESUS, Rita Maria de.	1885	34
NOGUEIRA, Salviano Ribeiro.	1885	34
PINTO, Francisco da Silva.	1885	34
RIBEIRO, Maria Inácia.	1885	34
COSTA, Feliciano Luiz da.	1885	34
COBRA, Luiz Joaquim Nogueira de Meireles.	1885	34
JESUS, Vitoria Cândida de.	1885	34
JUNQUEIRA, Antônio Taxardo da Costa.	1885	34
CONCEICAO, MARIA PEREIRA.	1885	34
JESUS, PRUDENCIANA ANTONIA DE.	1885	34
MACIEL, Manoel Thomaz.	1885	35
NASCIMENTO, Maria Luiza do	1885	35
NATIVIDADE, Inácia Maria da.	1885	35
PEREIRA, Maria Euzebia.	1885	35
RIBEIRO, Miguel Francisco.	1885	35
SILVA, Cassiano Correia da.	1885	35
SOUZA, Ana Clementina.	1885	35
SOUZA, José Ferreira de.	1885	35
CONCIECAO, RITA MARIA DA.	1886	35
Caldeira, Filomena Silveira.	1886	35
NOGUEIRA, Joaquim Francisco.	1886	35
DIAS, Francisco Garcia de Oliveira.	1886	35
VARGAS, Francisco da Pena.	1886	35
SIQUEIRA, Francisca Honória de.	1886	35
ABREU, João Coelho de.	1886	35
Alves, Joao de Souza.	1886	35
CORREA, Egídio Quirino.	1886	35
Jesus, Veronica Maria de.	1886	35
ROCHA, Joaquim de Souza.	1886	36
JESUS, Silveria Cândida	1887	36
JESUS, Silveira Cândida de.	1887	36

Valim, Joao Goncalves.	1887	36
GONCALVES, Tomaz Moreira.	1887	36
BRASILINA, Generosa Áurea.	1887	36
SILVA, Bernardino Jose da.	1887	36
COSTA, Antônio Joaquim.	1887	36
ANDRADE, Gabriel Teophilo de.	1887	36
OLIVEIRA, Antônio Francisco.	1887	36
CHAGAS, Tomé Francisco das.	1887	36
FERNANDES, José Martins.	1887	36
OLIVEIRA, Acácio Antônio de.	1887	36
RIBEIRO, Rosaria Maria.	1887	36
TEIXEIRA, João de Medeiros.	1887	36
JESUS, Ana Cândida de.	1888	37
MATOS, João Ribeiro de, e.	1888	37
PINTO, Joaquim Alves Taveira.	1888	37
REIS, Antônio Fernandes dos.	1888	37

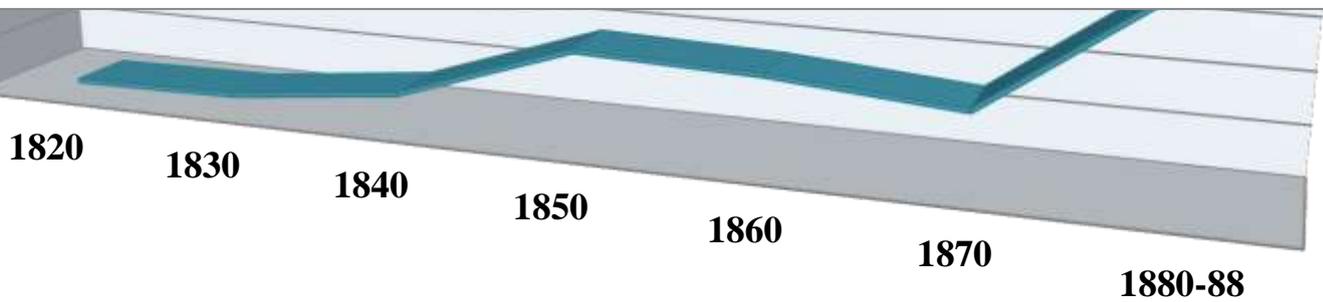
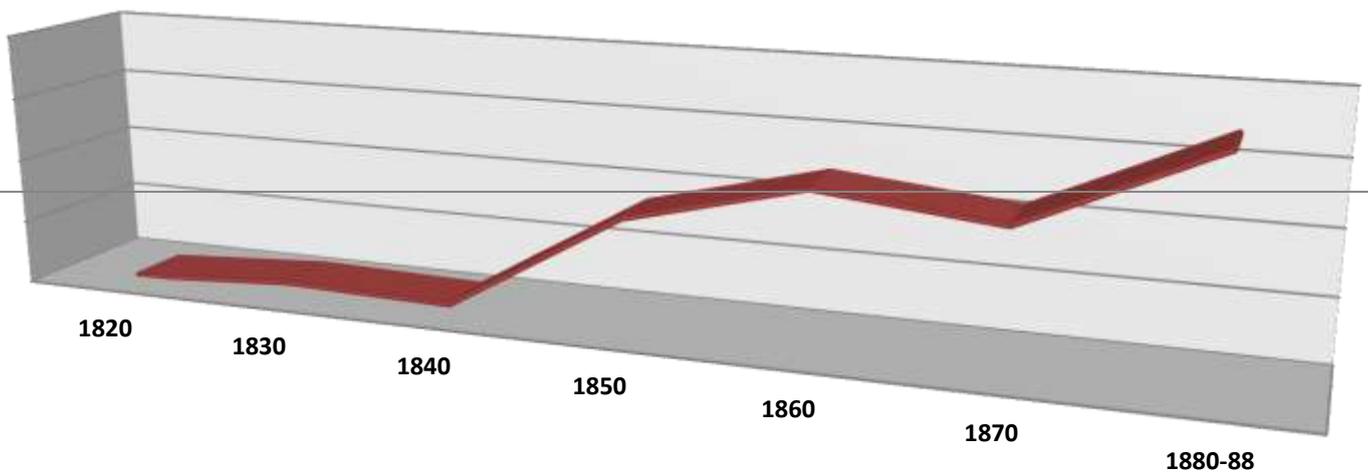
## ANEXO 2

A presença de Bens Rurais e Urbanos na Vila de Baependi, 1820-1888.



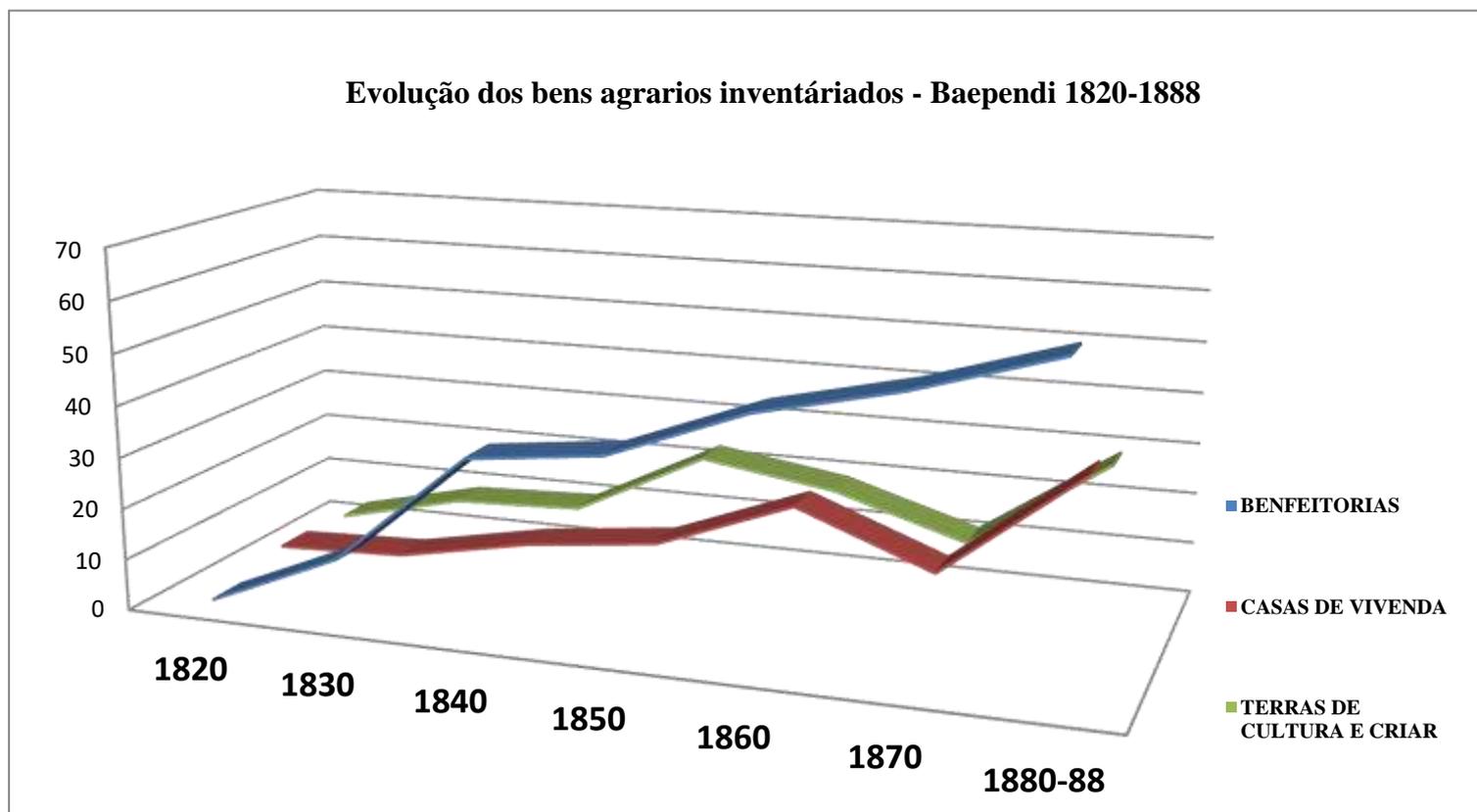
## ANEXO 3

Avaliação dos bens rurais inventariados da Vila de Santa Maria de Baependi, 1820-1880.



## ANEXO 4

**Evolução dos bens agrários inventariados - Baependi 1820-1888**



## ANEXO 5

**Distribuição das propriedades escravistas de acordo com os níveis de fortunas inventariadas - Vila de Baependi, 1820-1888.**

Faixas de fortunas	1-5 Escravos	6-10 Escravos	11-20 Escravos	21-40 Escravos	Acima de 41 Escravos
Menos de 100 £	34	3	-	-	-
101 a 500 £	85	31	5	1	-
501 a 1 mil £	37	26	11	3	-
1.001 a 2.000 mil £	11	19	18	7	-
2.001 a 5.000 mil £	9	6	15	16	3
5.001 a 9.999 mil £	2	8	8	11	6
Acima de 10 mil £	-	-	-	3	15

**Fonte:** AHETII/IPHAN/SJDR – Arquivo Histórico do Escritório Técnico II do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del-Rei. Inventário *post-mortem* da Vila de Baependi, 1820-1888.

## ANEXO 6

### COMPADRES E AFILHADOS DE LUIZ FERNANDES DA COSTA GUIMARAES (NEGOCAITE)

ANO	NOME	PAI	MAE
1847	GENEROSA	FELIZBERTO GONCALVES DE MOREIRA	RITA MARIA MIGUELINA
1849	RITA (BRANCA)	JOAO FRANCISCO DE CARVALHO	LUCIA ZEFERINA DE SOUZA
1850	MARIA	JOAO NEPOMUCENO	EMERECIANA MARIA DE JESUS
1851	JOSE (BRANCO)	DOMINGOS GARCIA DE OLIVEIRA	MIGUELINA AQUIDA DA CONCEICAO
1851	SEBASTIAO (PARDO)	-	MARIA CRIOLA (ES CRAVA)
1852	LUCIANA	-	? PRETA E ESCRAVA
1853	ANTONIO	ANTONIO CASSIANO DA SILVA	ROZAURA MARIA DE JESUS
1853	JOAQUIM	JOSE INACIO DE CARVALHO (CAPITÃO)	LUCIA MARIA DA CONCEICAO (DONA)
1853	ANA	-	ANA CARLOTA NOGUEIRA
1854	DOMINGOS	JOAO FRANCISCO PINTO	ANA LUIZA DE SOUZA
1854	ANA E MARIANA	JOSE FERREIRA DE SOUZA	ANA SILVERIA
1854	LUCIANA	FRANCISCO ANTONIO DE CARVALHO (TENENTE)	MARFISA CANDIDA NOGUEIRA (DONA)
1854	ANA	VENANCIO DA ROCHA FIGUEIREDO	DONA ANA CARLOTA NOGUEIRA
1855	FRAUZINA	JOAQUIM ANTONIO DA SILVEIRA	ANTONIA MARIA DE JESUS
1857	ANA	JOAQUIM ROIZ DE MATTOS	FRANCISCA NATONIO DE JESUS
1857	EMILIANA	ANTONIO TEXEIRA LEAL	RITA HONORIA DE CASSIA (DONA)
1857	MARIA	-	MARIA VICENCIA
1857	CLAUDINA	JOAQUIM SILVERIO DA LUZ	ANA CLAUDINA ?
1858	JOAO	BENTO FRANCISCO NUNES	MARIA JOSE DA COSTA
1858	VAERIO	FRANCISCO JOAQUIM PEREIRA	MARIA ANGELICA DE SOUZA (DONA)
1860	JOSE	CASSIANO CORREIA DA SILVA	ANDREZA MA RIA DE JESUS
1861	MARIA	JOSE DOMINGUES GABRIEL	ANA SIVELRIA DA CONCEIÇÃO
1861	PEDRO E JOAQUIM	JOAO PEDRO DE MENEZES (TENENTE)	CANDIDA MARIA DA ANUACIACAO (DONA)
1861	MARIA CLAUDINA	JOSE CLEMENTINO DE ?????	INES CLAUDIBA DE CARVALHO
1862	CLAUDINA	JOAQUIM SILVERIO DA LUZ	ANA CLADINA RIBEIRO
1864	GABRIEL	FELICIANO JOSE FERREIRA	MARIA CLEMENTINA DE CASTRO
1864	FREDERICO	VICENTE MARTINS DA COSTA PEIXOTO (PORTUGUÊS)	CAROLINA UMBELINA DE PAIVA
1865	RITA	-	TOMAZIA
1866	ANTONIA	DOMINGOS JOSE DE SOUZA	ANA MARCELINA DO ROZARIO
1867	JULIO	ANTONIO MARCELINO FERREIRA (MAJOR)	JULIA CANDIDA DAS DORES (DONA)
1869	MARIANA	MANOEL DE OLIVEIRA SOUZA (PORTUGUES)	MARIA CANDIDA DE SOUZA
1869	JOSE	-	MARIA CAROLINA GAMA
1871	MARIA	MANOEL ALVES MACIEL JÁ FALECIDO	IZABEL FRANCISCA MACIEL
1873	MATILDES	SERGIO DE OLIVEIRA RIOS	IZABEL UMBELINA DA LUZ
1873	MARIA	FRANCISCO FERNANDES DA SILVA SÁ	CANDIDA MARIA VIANNA (DONA)
1873	PEDRO	CANDIDO MONTEIRO DA SILVA	ANA MARGARIDA DE JESUS
1873	JOSE	-	CLAUDIANA PARDA (ES CRAVA)
1874	FERNANDO	JOAQUIM FERNANDES COSTA GUIMARAES	OLIMPIA ROZALINA DA COSTA GUIMARAES (DONA)
1874	FRANCISCO	-	CLAUDIANA PARDA (ES CRAVA)
1875	JOSE	ANTONIO FRANCISCO DE CARVALHO	ANA LUCIA NOGUEIRA
1876	TEREZA	BERNARDINO CARODOSO DE MACENO	MARIA CUSTODIA DE TOLEDO
1877	MARIA	ANTONIO FERNANDES DA COSTA GUIMARAES	AUTA AUGUSTA DA COSTA GUIMARÃES (DONA)

1877	MARIA	ANTONIO FERNANDES DA COSTA GUIMARAES	AUTA AUGUSTA DA COSTA GUIMARÃES (DONA)
1877	IRINEO (PARDO)	-	JOANA PARDA (ESCRAVA)
1878	JOAQUIM	ANTONIO CASSIANO DA SILVA	ANA FRANCISCA DE JESUS
1878	MARCOS	ANTONIO PEREIRA GOMES NOGUEIRA	MARIA CUSTODIA NOGUEIRA
1878	ZENAIDE	FERNANDES DA COSTA GUIMARAES	JOSEFINA AUSGUSTA DE ALMENDA (DONA)
1878	MARIA (PARDO)	-	JOANA (ESCRAVA)
1879	AUTILIA	CUSTODIO PEREIRA GUIMARES	MARIA GENEROSA DA COSTA GUIMARAES (DONA)
1880	JOSE (PARDO)	-	FRANCELINA PARDA (ESCRAVA)
1880	GLORINA (PRETA)	LUIZ PARDO (ESCRAVO)	FRANCELINA PARDA (ESCRAVA)
1881	JUVENAL	JOAQUIM DIAS RIBEIRO	ANA MARCELINA DE CARVALHO
1881	RITA	LUIZ FERNANDES DA COSTA GUIMARAES	MARIANA GUILHERMINA DA COSTA GUIMARAES (DONA)
1883	REINALDO	JOSE MARIA DA COSTA GUIMARAES	ANA NONATA GUIDES
1884	CARLOTA	MATEUS (LIBERTO)	ROSA (LIBERTA)
1887	ANA	JOSE BASILIO DO ESPIRITO SANTO	MARIA DA PAIXAO DA CONCEICAO (DONA)
1887	ORMINDA	JOSE GRACIANO DA ROSA	VIRGINIA TOLENTINA RIBEIRO

**ANEXO 7**

**COMPADRES DOS ESCRAVOS DE LUIZ FERNANDES DA COSTA GUIMARAES.**

ANO	NOME	PAIS	MAES	PADRINHOS
1854	MANOEL	—	EFIGENIA	JOSE INACIO DE MELO E SOUZA (ALFERES)
1866	TEREZA	—	EVA	JULIO CEZAR DA SILVA
1866	JOSE	—	RITA	JOSE EDUARDO NOGUEIRA
1869	JOAO	—	CLAUDIANA (PARDA)	JOAQUIM FERNANDES DA COSTA GUIMARÃES (NEGOCIANTE)
1871	FIRMINA (LIBERTA NA PIA)	—	CLAUDIANA (PARDA)	JOAQUIM INACIO DE CARVALHO (CAPITÃO)
1873	JOSE	—	CLAUDIANA (PARDA)	LUIZ FERNANDES DA COSTA GUIMARÃES (NEGOCIANTE)
1874	FRANCISCO	—	CLAUDIANA (PARDA)	LUIZ FERNANDES DA COSTA GUIMARÃES (NEGOCIANTE)
1876	MARIA (PARDO)	—	CLAUDIANA (PARDA)	CIPRIANO JOSE FERREIRA
1877	IRINEO (PARDO)	—	JOANA	LUIZ FERNANDES DA COSTA GUIMARÃES (NEGOCIANTE)
1877	MARIA (PARDO)	—	CLAUDIANA (PARDA)	JOAO INACIO MARCELINO JUNIOR
1878	ZEFERINA (PARDO)	—	CLAUDIANA (PARDA)	JOAO INACIO MARCELINO JUNIOR
1880	JOSE (PARDO)	—	FRANCELINA	LUIZ FERNANDES DA COSTA GUIMARÃES (NEGOCIANTE)
1880	GLORINA (PRETA)	LUIZ	FRANCELINA	LUIZ FERNANDES DA COSTA GUIMARÃES (NEGOCIANTE)
1883	ERNESTO (PARDO)	—	VENANCIA (PRETA)	JOSE (ES CRAVO)
1883	JOVINO (PARDO)	—	VENANCIA (PRETA)	JOSE (ES CRAVO)
1884	MARIA	—	TERESA (PARDA)	FRANCISCO ANTONIO DA SILVA
1884	GENEROZA (PRETA)	—	TERESA (PARDA)	FRANCISCO ANTONIO DA SILVA
1885	ANTA (PRETA)	—	ISABEL	JOSE FERNANDES DA COSTA GUIMARÃES (DOUTOR)
1886	IZABEL	—	ISABEL	JOSE FERNANDES DA COSTA GUIMARÃES (DOUTOR)
1886	ANTONIO (PRETO)	OLIMPIO	TERESA (PARDA)	CUSTODIO PEREIRA GOMES
1886	ALFREDO (PARDO)	—	TERESA (PARDA)	CUSTODIO PEREIRA JESUS

## ANEXO 8

### COMPADRES E AFILHADOS DO TENENTE MANOEL ANTONIO PEREIRA.

ANO	AFILHADOS	PAI	MAE
1849	JOSE	JOSE SILVELRIO LUZ (MAJOR)	MARIA CANDIDA NOGUEIRA (DONA)
1851	IZABEL (BRANCA)	LUÍZ ANTONIO DA COSTA	MARIA CANDIDA DO ESPIRITO SANTO
1854	EMERECIANA	MANOEL JOAQUIM DE BRITO	MARIA JOAQUINA
1855	GERALDO (ESCRAVO)	FRANCISCO (ESCRAVO)	RITA (ESCRAVA)
1856	LADGENIO	JOAQUIM SILVERIO DA LUZ	ANA CLAUDINA PEREIRA
1857	GABRIELA	FRANCISCO ANTONIO PEREIRA (ALFERES)	ANA CANDIDA FERREIRA DE ARAUJO (DONA)
1857	NICOLAO	FRANCISCO JOAQUIM DE ANDRADE	ANA FLACELINA DE ALVES
1858	ERINEO	MANOEL ANTONIO PEREIRA JUNIOR	CORNELIA MARIA MARFISA (DONA)
1859	FRANCISCO	SILVERIO ANTONIO DA LUZ	MARIANA CAROLINA DA SILVA
1860	JOSE	JOAQUIM ALVES DE PEREIRA MADEIRA	JULIA FRANCISCA DE JESUS
1860	JOAQUIM	ANTONIO GUILHERME DA SILVA (SAPATEIRO)	DOROTEA CAROLONA DE SOUZA
1860	MANOEL	MANOEL ANTONIO PEREIRA JUNIOR	CARMELIA MARIA MARFISIA
1861	ANTONIO	ANTONIO SEVERINO NOGUEIRA	OORCINA CANDIDA DA ANUCIACAO
1861	ANTONIO	ANTONIO SEVERINO NOGUEIRA	PURCINA CANDIDA DE ANUCIAÇÃO
1862	JOSE	ANTONIO MANOEL	MARIA TAL
1863	FILOMENA	FRANCISCO BERNARDINO DE ANDRADE	EMERECIANA CANDIDA PEREIRA DE ANDRADE (DONA)
1863	VICENTE	-	TEREZA (ESCRAVA)
1864	JOSE	FRANCISCO BERNARDINO DE SOUZA	VIRGULINA BALBINA DE LIMA
1866	SEBASTIAO (ESCRAVOS)	JOSE (ESCRAVO)	ANASTACIA (ESCRAVA)
1867	MANOEL	JOSE BERNARDINO FERREIRA	AURA FRANCISCA DE JESUS
1868	FRANCISCA	MARCIANO ALVES PEREIRA	TEREZA CRISTINA PEREIRA (DONA)
1870	LUIZ	MANOEL ANTONIO	ANTONIA GUILHERMINA
1870	OZEAS	JOSE FERREIRA DE CARVALHO	FRANCELINA EUZARIA DA SILVA (DONA)
1871	JOSE	FRANCISCO BERNARDINO DE ANDRADE	EMERECIANA CANDIDA PEREIRA
1872	JOSEFINA	JOAQUIM CARLOS DE SOUZA	MARIA CUSTODIA DA SILVA
1872	ANA	JOAO DOMINGUES NOGUEIRA	ANA MARIA DE JESUS
1873	JOAQUIM	HONORIO FELIZ PIRES DA SILVA	MARIA TEREZA DO ESPIRITO SANTO
1875	MARIA ( EXPOSTA)	-	-
1878	FRANCISCA	CORNELIO JOAQUIM PEREIRA	GABRIELA AUGUSTA PEREIRA (DONA)
1881	JOSE	IRINO ANTONIO PEREIRA	AMERICA FILOMENA PEREIRA (DONA)
1885	ANA	JOSE ANTONIO DIAS	BEATRIZ FLAUZINA DE JESUS
1885	IZAURA	MANOEL ANTONIO PEREIRA JUNIOR	PURCINA LEOPOLDINA PEREIRA (DONA)
1886	ANA	JOAQUIM INACIO LOPES JUNIOR	MARIA BERALDA DE JESUS

Fonte: Assentos de Batismo da Vila de Baependi, 1830-1888.

**ANEXO 9**

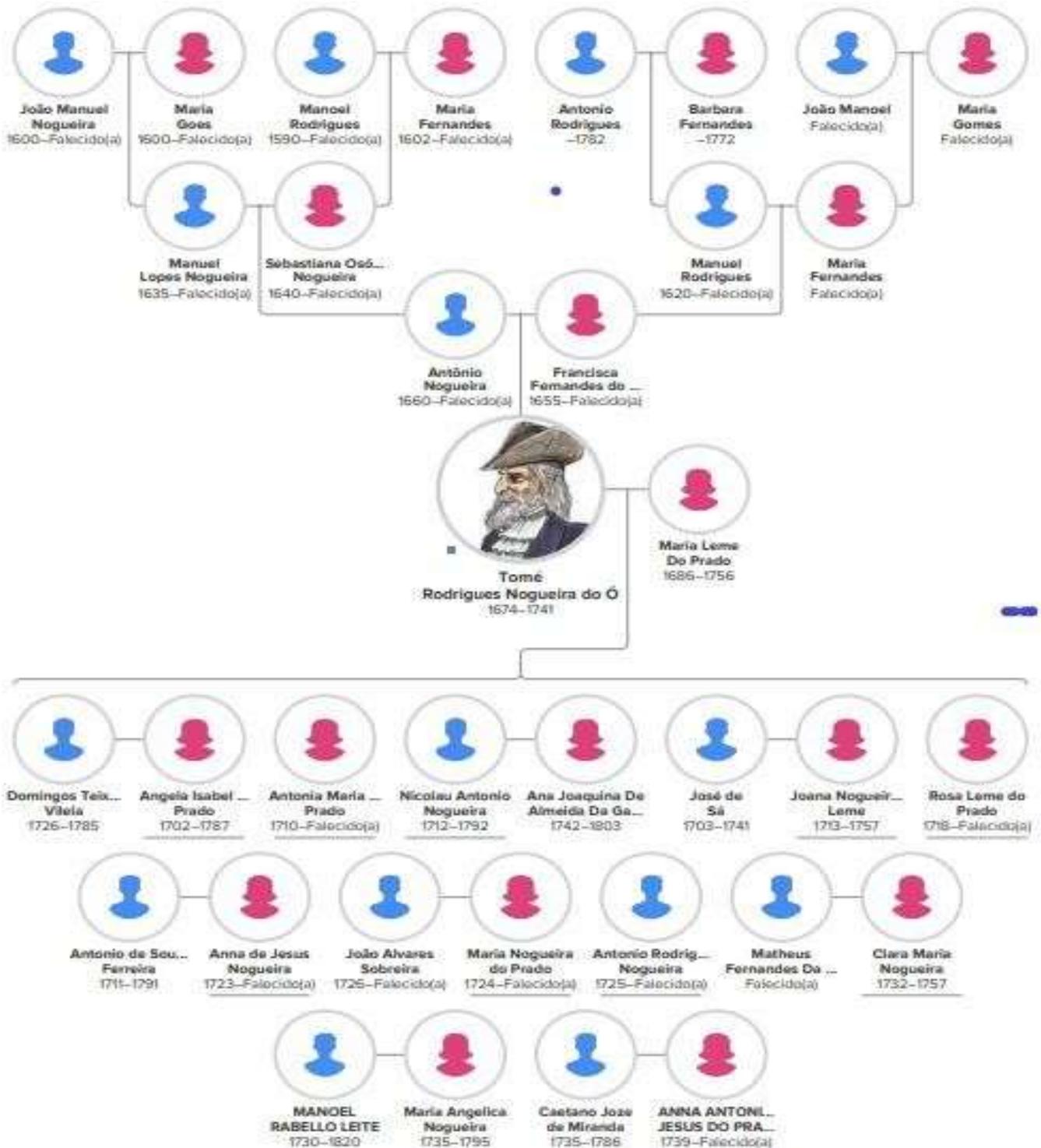
**PADRINHOS DOS FILHOS DOS ESCRAVOS DO TEN. MANOEL ANTONIO PEREIRA.**

<b>ANOS</b>	<b>AFILHADOS</b>	<b>PAIS</b>	<b>MÃES</b>	<b>PADRINHOS</b>
1835	MATEUS	-	-	ANTONIO MARCELINO FERREIRA (MAJOR)
1837	GERALDO	FRANCISCO	RITA	MANOEL ANTONIO PEREIRA (TENENTE)
1838	JOAO	JOAQUIM	LUCIANA ANGOLA	ADAO (ESCRAVO)
1839	BALBINA	JOAQUIM	LUCIANA ANGOLA	MARIANO (ESCRAVO)
1847	GERMANO	INACIO	SABINA	TOME ANTONIO DIAS
1847	PRUDENCIO	JOAQUIM	LUCIANA ANGOLA	ANTONIO FRANCISCO DIAS
1848	VICENTE	JOÃO ANGOLA	LUCIANA ANGOLA	ALEXANDRE ROIZ AFONSO
1849	SATURINO	-	IZABEL PRETA	JOAQUIM PEREIRA ALVES MADEIRA (SENHOR)
1850	CLAUDINA	BERNARDINHO	MARIA	DOMINGOS
1851	SEBASTIANA PRETA	JOAQUIM	LUCIANA ANGOLA	ANTONIO MARCELINO FERREIRA (MAJOR)
1854	CAMILO PRETO	JOÃO ANGOLA	LUCIANA ANGOLA	JOAQUIM PEREIRA ALVES MADEIRA
1855	EDUARDO PRETO	JOSÉ PRETO	MARIA TEREZA	ANTONIO MANOEL
1856	FRANCISCA	JOÃO ANGOLA	MARIANA	ANTONIO MARCELINO FERREIRA (MAJOR)
1856	JOAO	JOAQUIM	LUCIANA ANGOLA	AFONSO (ESCRAVO)
1856	DELFINA	MIGUEL	ANA	MANOEL (ESCRAVO)
1858	MARCOS	VICENTE	ROZAURA	MANOEL (ESCRAVO)
1858	GALDINO	JOAQUIM	LUCIANA ANGOLA	ANONIO PEREIRA LIMA
1859	MARCELINA	JOÃO ANGOLA	MARIANA	ANTONIO JOSE GOMES DE CARVALHO (NEGOCIANTE)
1860	ADELAIDE	FRANCISCO	RITA	CARLOS NARCISO DA FONSECA
1861	MARIA	JOÃO ANGOLA	MARIANA	ANTONIO SEVERINO NOGUEIRA
1861	AMBROZIO	JACNTO	SEBASTIANA	JOAQUIM (ESCRAVO)
1861	CAROLINA	FRAUZINO	RITA	FIDELIZ (ESCRAVO)
1861	BRIGIDA	JOAQUIM	LUCIANA ANGOLA	JOAQUIM (ESCRAVO)
1862	SEBASIANA	PRUDENCIO	BONIFACIA	ÍNACIO (ESCRAVO)
1863	VICENTE	PORCINIO	EUFRAZIA	TOMAZ AVELINO DE ARANTES
1863	LUCIANA	MIGUEL	ANA	GENEROSO (ESCRAVO)
1863	ZEFERINA	JOÃO ANGOLA	MARIANA	JOÃO ROIZ RIBEIRO
1865	RITA		RITA	SENHOR MANOEL ANTONIO PEREIRA JUNIOR
1866	RITA	MIGUEL	ANA	AURELIANO JOSE RIBEIRO
1866	HELENA	JOÃO ANGOLA	MARCIANA	FORTUNATO JOSE DE SANTA ANA
1867	CUSTODIO	FRAUZINO	RITA	ALOIZO LIBERTO
1868	CASSIANO	JOSÉ PRETO	MARIA	LINO PEREIRA PINTO
1868	FRANCELINO	FRAUZINIO	RITA	JOAQUIM (ESCRAVO)
1869	BLANDINA	JOSÉ PRETO	MARIA	ANTONIO (ESCRAVO)
1870	ANA	MIGUEL	ANA	VICENTE (ESCRAVO)
1871	EVA	JACINTO	SEBASTIANA CRIOULA	PIO (ESCRAVO)
1871	JOAO	JOSÉ PRETO	MARIA	JOÃO DOMINGUES NOGUEIRA
1873	CARLOS		IZABEL PRETA	FORTUNATO JOSE DE SANTANA
1873	CLARA	VICENTE	ROZAURA	ANTONIO MARCELINO FERREIRA
1873	EDUARDO	JOSÉ PRETO	TEREZA	ANTONIO MANOEL
1873	ELIZA		SEBASTIANA CRIOULA	MANOEL PRODICO PENNA
1874	EUGENIA PRETA		PERPETUA PRETA	MIGUEL (ESCRAVO)
1874	SEVERINO PRETO	ANTONIO	PERPETUA PRETA	MIGUEL (ESCRAVO)

Fonte: Idem.

## ANEXO 10

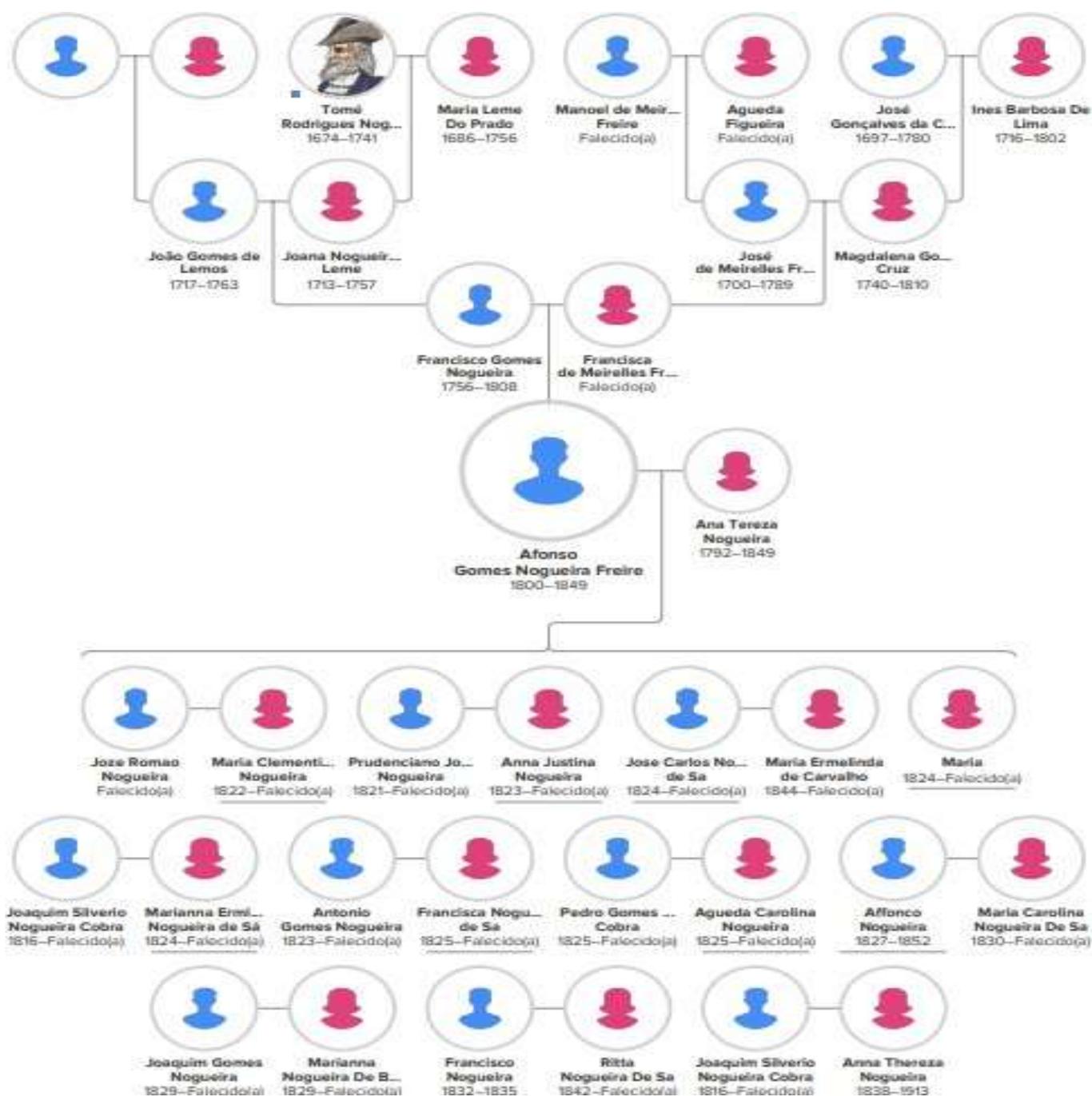
### Descendentes e Ascendentes de Tomé Rodrigues Nogueira do Ó.



Fonte: <https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:QG6C-NGH1>.

## ANEXO 11

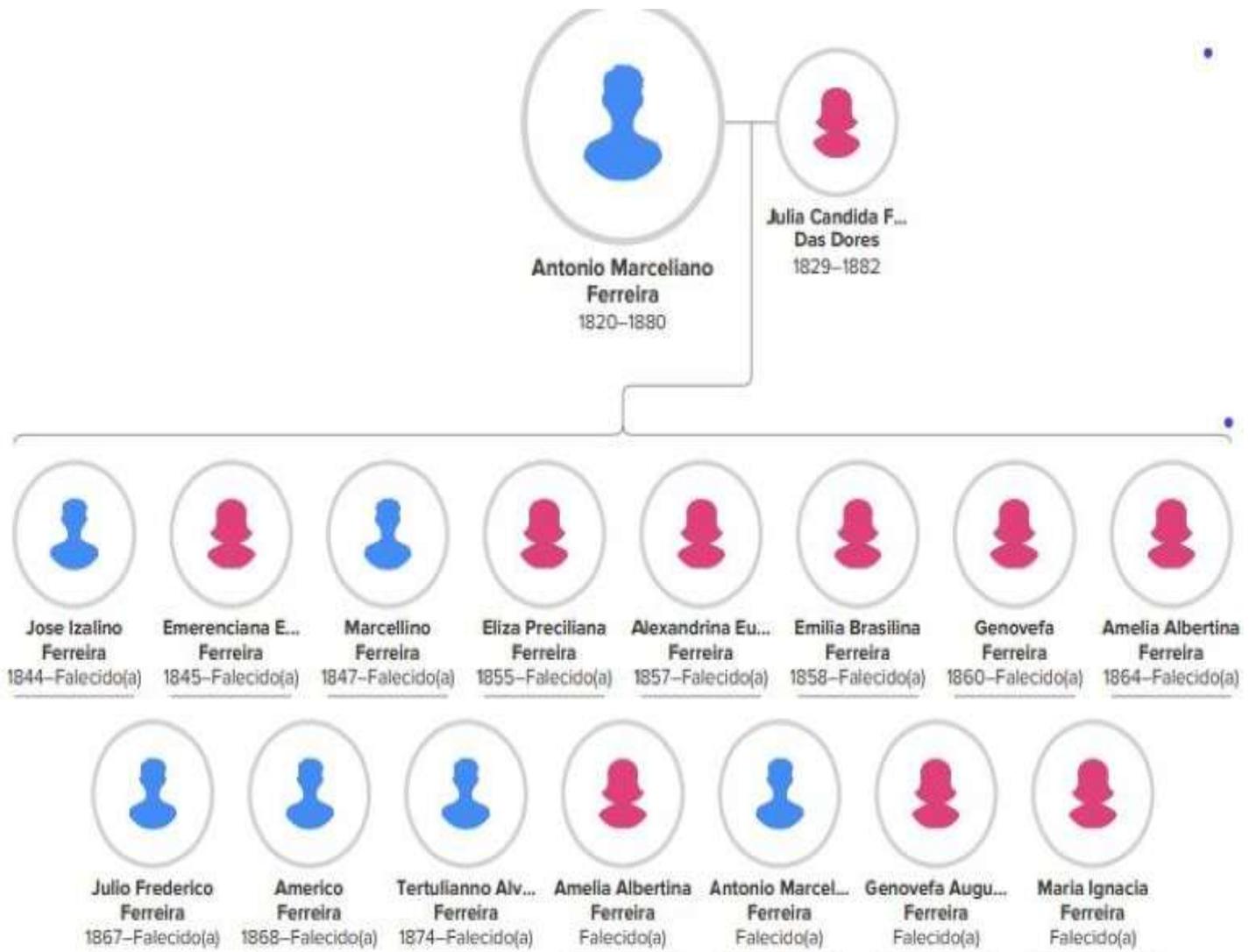
### Descendentes e Ascendentes do Major Afonso Gomes Nogueira.



Fonte: <https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:QG6C-GGHX>



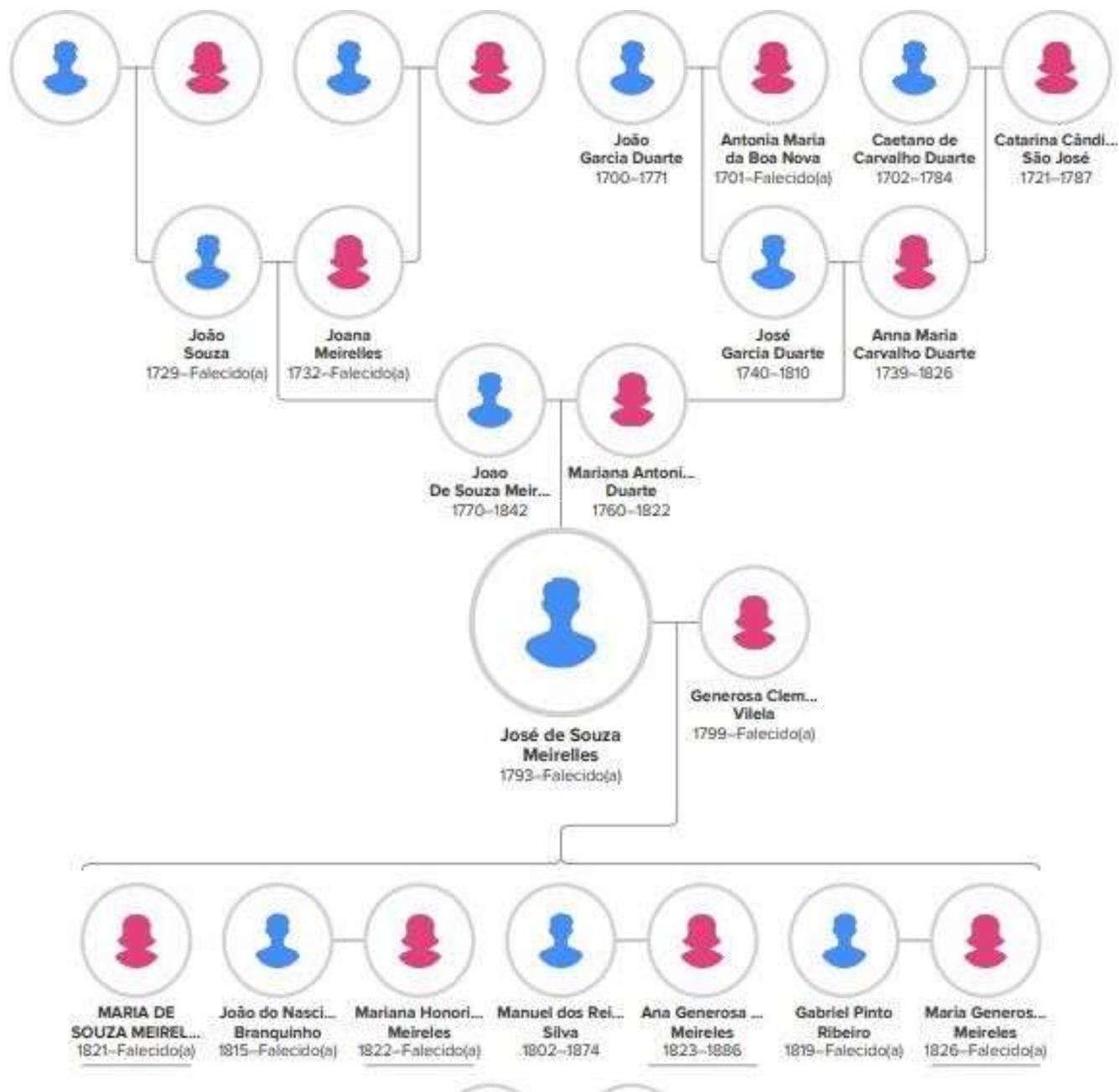
**Família do Major Antônio Marcelino Ferreira, Vila de Baependi (1830-1888).**



Fonte: <https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:XVQP-GQW>

## ANEXO 14

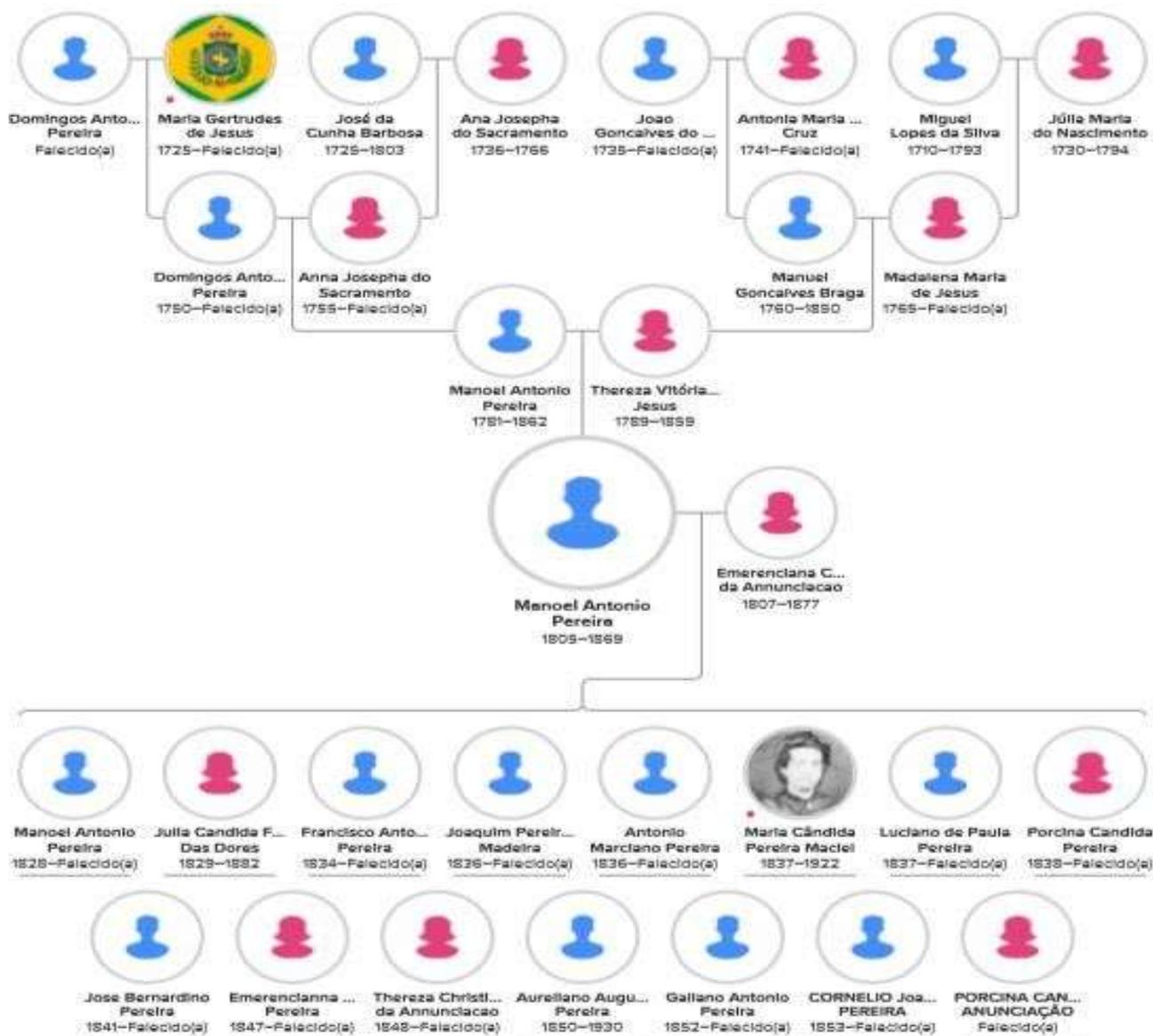
### Família do Capitão José de Souza Meireles



Fonte <https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:XVQP-GQW>

## ANEXO 15

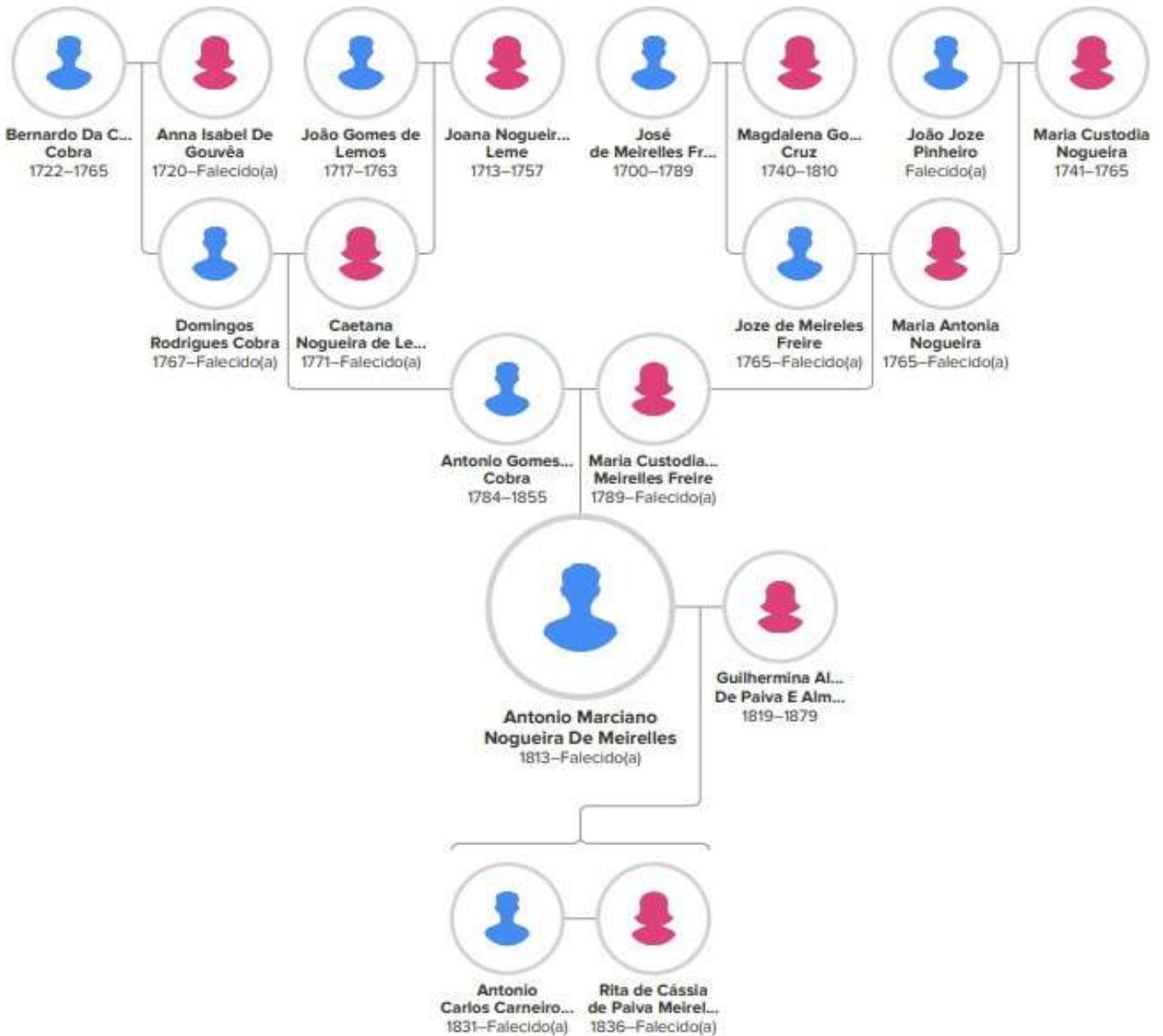
### Descendentes e ascendentes do Tenente Manoel Antônio Pereira.



Fonte: <https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:XVQP-GQW>

ANEXO 16

Ascendentes do Mons. Marcos Pereira Gomes Nogueira.



Fonte: <https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:XV>

## ANEXO 17



Figura 21 Sede da Fazenda Favacho  
Fonte: Garcia (2013).

**ANEXO 18**

**MONS. MARCOS PEREIRA GOMES NOGUEIRA**



1095 × 1487 - As imagens podem estar sujeitas a direitos autorais. Saiba mais